

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO

2022

www.gov.br/mj | @justicagovbr



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO

2022

www.gov.br/mj | @justicagovbr

FICHA INSTITUCIONAL

Flávio Dino de Castro e Costa
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Ricardo Garcia Cappelli
Secretário-Executivo

Diego Galdino de Araújo
Secretário-Executivo Adjunto

Rafaela Vieira Vidigal
Chefe de Gabinete do Ministro

Joel Fernando Benin
Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva

Ronaldo Alves Nogueira
Assessor Especial de Controle Interno

David de Lima Freitas
Subsecretário de Planejamento e Orçamento

Bruna Ignácio Moreira
Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Déborah Botelho
Coordenadora de Gestão Estratégica

Zenaide de Freitas Torres Vaz
Chefe da Divisão de Planejamento, Informação e Inovação Institucional

FICHA TÉCNICA

EQUIPE TÉCNICA
Zenaide de Freitas Torres Vaz
Edna Barbosa da Silva
Livia de Paula M. Pereira Frauches
Silvia Isabella Santos Cavalcanti
Gianni Santos Sales

DIAGRAMAÇÃO
Ryone Oliveira

IMAGENS
ASCOM/GM
Envato Elements / Pexels

COLABORADORES
Aline Rosa Roriz
Bruna Ignácio Moreira
Bruno de Oliveira Almeida
Cássia Polliana do Amaral Mendes
Juliana Coelho Antero
Leonardo de Melo Costa
Matheus José Ferraz Fernandes
Natalia Ferreira da Rocha
Victor da Silva Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Visão Geral Organizacional 9
Estrutura de Governança 20
Sistema de Governança MJSP 21
Modelo de Negócios 22
Cadeia de Valor 23
Políticas e Programas de Governo 28
Ambiente Externo 35
Materialidade das Informações 39

CAPÍTULO 02

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Governança e Estratégia do MJSP 42
Supervisão, Controle e Correição 48
Capacidade do MJSP de Gerar Valor - Apoio da Estrutura de Governança 53
Relacionamento com a Sociedade 56
Estratégia e Alocação de Recursos 68

CAPÍTULO 03

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Riscos e Controles Internos 75

SUMÁRIO

CAPÍTULO 04 RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO

Principais resultados alcançados pela Secretaria Executiva 114

Principais Resultados Alcançados pelas Áreas Finalisticas do MJSP 216

Objetivos Estratégicos

Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira 216

Promover a gestão e a alienação do produto de crimes 263

Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão 279

Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor 305

Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública 318

Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional 337

Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional 374

Gerir Políticas Referentes aos Povos Indígenas 414

CAPÍTULO 05 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis 442

Declaração do Contador 445

Gestão Contábil 446

NAVEGAÇÃO

Menu principal
Volta para o sumário nos títulos

Botões de navegação
Clique para avançar e voltar nas páginas

Conteúdo complementar
Ao clicar você será direcionado para web

Conteúdo interativo
Vídeos ou áudios disponibilizados

APRESENTAÇÃO

Em dezembro de 2022, a Comissão de Transição Governamental, prevista na Lei 10.609/2002, publicou o Relatório do Grupo Técnico de Justiça e Segurança Pública em que foi divulgado um diagnóstico preliminar acerca das políticas públicas dessa área, marcadas por inúmeros retrocessos. Ausência de políticas nacionais integradas; ausência de diálogo com a sociedade civil; desmonte das políticas públicas construídas por governos anteriores; e ataques à democracia e às instituições foram as marcas do Ministério da Justiça e Segurança Pública nos últimos anos.

Entre os retrocessos mais graves destaca-se o descontrole em relação à liberação ao uso de armamentos por parte de civis. Muitas das alterações normativas promovidas pelo Poder Executivo extrapolaram suas competências, alterando regras estabelecidas em Lei, por meio de atos normativos infralegais - ou seja, feitas à revelia da competência do Legislativo e sem a promoção de quaisquer debates junto aos diferentes setores da sociedade brasileira. Essa grave questão foi objeto inclusive de decisões recentes do STF (ADIs 6139, 6119 e 6466) e do Tribunal de Contas da União - TCU (TC 042.141/2021-4).

A gestão foi marcada ainda por uma baixa implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), previsto na Lei nº 13.675/2018, frustrando a demanda da sociedade por mais segurança. O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) apresentou várias fragilidades - num exemplo, a gestão pretérita foi totalmente omissa na criação de políticas públicas para atendimento às vítimas da violência. Entre os achados da auditoria de monitoramento do TCU (TC 009.483/2022-5, Fiscalização 105/2022), consta a ausência de priorização de ações de prevenção à criminalidade na elaboração do PNSP 2021-2030, conforme preconiza o art. 22, §§ 1º e 3º, da Lei nº 13.675/2018.

As organizações criminosas tiveram um grande crescimento, particularmente na região Amazônica e nas áreas de fronteira, com o recrudescimento de práticas como extração ilegal de madeira, garimpo ilegal e ocupação ilegal de terras. O desmonte da fiscalização na região está por trás dos dados recordes de desmatamento medidos pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Inpe, que indicaram mais de 10 mil km² de floresta derrubada somente em 2022.

Especificamente em relação à Polícia Rodoviária Federal, em 2022 a organização acelerou uma tendência de rotação de seus eixos estratégicos, táticos e operacionais para ações fora do âmbito de suas competências. Como exemplo, podemos citar o uso da instituição para a realização de operações atípicas no dia 30 de outubro, embaraçando o exercício do direito ao voto no segundo turno das eleições presidenciais.

A política prisional brasileira foi marcada pelo reconhecimento pelo STF do *"estado de coisas inconstitucional"* do sistema penitenciário, caracterizado pela violação generalizada de direitos fundamentais dos presos (ADPF 347).

Em relação ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, os últimos anos viram o enfraquecimento da unidade responsável pela Cooperação Jurídica Internacional, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI). O órgão sofreu com ingerência indevida em suas atividades, o que colocou em risco a sua eficiência como autoridade central para a cooperação jurídica internacional e prejudicou a imagem do país perante as autoridades estrangeiras. Da mesma forma, isso refletiu no enfraquecimento da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que completa 20 anos em 2023, abalando a capacidade do país de estabelecer uma política coesa de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Em relação às políticas de defesa do consumidor, o cenário de proteção efetiva dos consumidores retrocedeu nos últimos anos e não avançamos na repressão a crimes digitais, problema que aflige cada vez mais nossa população e que traz uma série de prejuízos à nossa economia.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) sofreu com a falta de políticas para amparo aos povos indígenas durante o Governo anterior, gerando o aumento da invasão de terras indígenas por madeireiros e garimpeiros.

Além da Funai, o Arquivo Nacional enfrentou um quadro dramático de redução de recursos orçamentários e humanos, comprometendo sua capacidade de execução de políticas finalísticas. A instituição sofreu com a interrupção do planejamento de seus projetos e com o desmonte de uma de suas principais ações, o Projeto Memórias Reveladas, que tinha como objetivo difundir os acervos da ditadura reunidos na instituição.

Para mudar este cenário, e cumprir as metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU de nº 16 - *"Paz, Justiça e Instituições Eficazes"* - é imprescindível que o Ministério da Justiça e Segurança Pública volte a ocupar seu papel na defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito, retomando sua responsabilidade pela promoção do diálogo e da participação, para implementar as políticas de segurança pública e de acesso à justiça que a população espera do Governo eleito.

Nesse contexto, a Comissão de Transição entendeu como necessidade a retomada de uma política nacional de segurança pública em que as decisões referentes à temática sejam centralizadas numa nova Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), focada na governança federativa. Além disso, a agenda legislativa para os próximos anos exigiu a recriação de uma estrutura apta a embasar e a qualificar a participação do Ministério nas discussões junto ao Congresso Nacional. Podem-se citar, por exemplo, as discussões sobre *fake news*, plataformas digitais, ameaças ao Estado Democrático de Direito, o novo Código Eleitoral, o novo Código de Processo Penal, bem como a discussão dos projetos de lei que tratam das organizações, competências e carreiras policiais.

Foi criada em 2023 a Secretaria de Acesso à Justiça (SAJU), que tem similaridades com a extinta Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), mas que com ela não se confunde. Citam-se como exemplos de competências da nova Secretaria a resolução de conflitos sociais, a política para pessoas desaparecidas, bem como de políticas para o aprimoramento e fortalecimento das instituições do sistema de justiça, a exemplo das defensorias públicas.

Ademais, houve a mudança da denominação Departamento Penitenciário Nacional (Depen) para Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), de modo a contemplar toda a amplitude das suas reais competências, que envolvem não apenas as políticas penitenciárias, como também políticas de alternativas penais e para egressos do sistema prisional.

Na estrutura da Polícia Federal, foram criadas três novas diretorias:

1. Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente;

2. Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos; e

3. Diretoria de Cooperação Internacional.

A partir de todas essas mudanças, o novo Ministério da Justiça e Segurança Pública será voltado para o fortalecimento do Estado Democrático brasileiro, e para a retomada do diálogo com a sociedade civil e com os entes federativos em prol da união e da reconstrução das Políticas Públicas de Justiça e Segurança Pública.

Nesse contexto, apresentamos este Relatório de Gestão referente a 2022, em formato de relato integrado, que contempla resultados e informações recebidas pela nova equipe dirigente no início de 2023. Acreditamos que a correção de rumos administrativos irá resultar na progressiva melhora de indicadores em favor da sociedade, bem como no restabelecimento de uma relação harmônica entre os três Poderes do Estado e no âmbito federativo. Os dados e conteúdos a seguir foram compilados e consolidados por servidores públicos de carreira, responsáveis pela continuidade da Administração Pública, a quem reconhecemos e agradecemos.

CAPÍTULO 01

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Ministério da Justiça e Segurança Pública



Foto: Isaac Amorim

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

MJSP: 200 ANOS DE HISTÓRIA

O Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP foi criado em 1822 com o nome de Secretaria de Estado de Negócios da Justiça, por meio do Decreto de 3 de julho de 1822, por determinação de D. João VI.

No decorrer desses duzentos anos de existência, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, assim denominado a partir da Proclamação da República, em 1981, passou por diferentes cenários políticos, econômicos e sociais, mantendo o seu papel fundamental na formação da justiça e da segurança do País.

Inicialmente criado para tratar da segurança pública, das promulgações de leis e negócios relacionados à justiça civil e criminal da colônia, destaca-se o seu importante papel histórico na junção das necessidades governamentais e sociais, refletidas no aprimoramento e evolução da própria administração pública brasileira.

Durante esse período, o Ministério passou por diversas mudanças em sua estrutura organizacional, sendo as principais apresentadas a seguir:



As informações históricas referentes aos 200 anos do MJSP, tratadas neste relatório, constam no livro Ministério da Justiça 190 anos: Justiça, direitos e cidadania no Brasil. Organizado por Dilma Cabral et al., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

PERÍODO
1822 - 1891

Em 3 de julho de 1822, com a publicação do Decreto nº 3, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, baseada em determinação previamente estabelecida pela Lei de 23 de agosto de 1821.

Como atribuições, a Secretaria era responsável pelos objetos de justiça civil e criminal; os negócios eclesiásticos; a expedição das nomeações de todos os lugares de magistratura, ofícios e empregos sob sua jurisdição; a inspeção das prisões; os assuntos relativos à segurança pública; a promulgação de todas as leis, decretos, resoluções e ordens sobre os assuntos da sua alçada, sua comunicação às estações competentes e sua fiscalização.

Com o passar dos anos, em 1830, a Secretaria recebeu uma nova atribuição referente aos negócios do grande e do pequeno selo, no entanto, em 1860, ao ser instituída a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça perdeu as competências relacionadas à iluminação pública da Corte, aos telégrafos, à extinção dos incêndios e as companhias de bombeiros, que passaram para aquela secretaria, bem como as matérias relativas aos negócios eclesiásticos e a outros cultos não católicos, e ao montepio dos servidores do Estado, que passaram para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça

- Oficial-maior
- Consultor(es)

Classes/Seções

1830-1842

1ª Classe da Correspondência das Províncias
2ª Classe dos Negócios da Magistratura
3ª Classe dos Negócios Eclesiásticos
4ª Classe dos Ofícios da Justiça
5ª Classe da Correspondência com as Autoridades da Corte

1842-1859

Seção, 1ª
Seção, 2ª
Seção, 3ª

1859-1891

Seção, 1ª - Central
Seção, 2ª - de Justiça e Estatística
Seção, 3ª - de Negócios e Benefícios Eclesiásticos
Seção, 4ª - de Polícia, Prisões e Força Pública
Seção, 5ª - de Orçamento
Seção, 6ª - do Arquivo

Ministérios Públicos

Ministério Público
Ministério Público da Justiça do DF

Casa de Detenção
Corpo de Bombeiros
Depósito Público
Presídio de Fernando de Noronha
Outros



PERÍODO
1892 - 1930

Em 30 de outubro de 1891, com a publicação da Lei nº 23, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça foi transformada em Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Com a instauração do regime republicano, foram incluídas como atribuições do então Ministério, o tratamento dos assuntos relativos à administração da justiça local do Distrito Federal, da justiça federal no Distrito Federal e nos estados, à polícia e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, à Guarda Nacional do Distrito Federal e dos estados; questões relacionadas ao desenvolvimento das ciências, letras, artes, instrução e educação nos limites da jurisdição do governo federal sobre esses assuntos, abrangendo a catequese dos índios; e, por fim, os serviços que pertenciam ao extinto Ministério do Interior - relacionados à organização política da República e dos estados; às naturalizações; à liberdade e igualdade de culto; à higiene pública e privada; à polícia sanitária terrestre e marítima; aos socorros públicos; à assistência pública; ao serviço funerário; à estatística e ao registro civil; às mercês honoríficas e pecuniárias; à extinta casa imperial; às festas nacionais e ao Arquivo Público Nacional, entre outros negócios.

Em 1906, a atribuição de promover a catequese dos índios foi transferida para o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, criado pelo Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro.

Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça

- **Consultor-Geral da República**
- **Gabinete**

Departamentos
- Departamento Nacional de Ensino
- Departamento Nacional de Saúde Pública

Diretorias
- Diretoria da Instrução
- Diretoria da Justiça
- Diretoria da Contabilidade
- Diretoria do Interior
- Diretoria-Geral de Estatística
- Diretoria-Geral de Saúde Pública
- Diretoria Sanitária da Capital Federal

Territórios
- Território Federal do Acre

Ministérios Públicos
- Ministério Público
- Ministério Público da Justiça do DF

- Arquivo Público Nacional
- Biblioteca Nacional
- Casa de Detenção do Distrito Federal
- Corpo de Bombeiros da Capital Federal
- Museu Histórico Nacional
- Serviço Policial do Distrito Federal
- Escola Nacional de Belas-Artes
- Outros

Conselhos
- Conselho Administrativo [dos Patrimônios]
- Conselho de Assistência e Proteção aos Menores
- Conselho de Instrução Superior da Capital Federal
- Conselho Diretor de Instrução Instrução Primária e Secundária do Distrito FederalConselho Nacional de Ensino
- Conselho Superior de Ensino
- Conselho Econômico dos Estabelecimentos de Assistência à Infância Desvalida
- Conselho Superior de Higiene e Saúde Pública do Brasil
- Conselho de Assistência Hospitalar
- Conselho Penitenciário do Distrito Federal
- Conselho Superior de Belas-Artes

PERÍODO 1931 - 1967

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública pelo Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores perdeu as competências relativas à educação, saúde, assistência pública e cultura.

Assim, suas atribuições passaram a envolver os assuntos relacionados à administração da justiça local do Distrito Federal e da justiça federal no Distrito Federal e nos estados: à polícia e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; à administração penitenciária; à organização política da República e dos estados; às naturalizações; aos assuntos referentes às assembleias legislativas; às eleições para todos os cargos de nomeação popular; às nomeações dos ministros e secretários de Estado; governadores, vice-governadores e secretários dos estados; à administração municipal; aos limites dos Estados, às naturalizações, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais; à documentação, publicação e arquivo dos atos oficiais.

Nova mudança ocorreu em 1964, com a Lei nº 4.344, de 21 de junho, que criou o cargo de ministro extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, retirando do Ministério da Justiça e Negócios Interiores a atribuição de tratar dos assuntos ligados à administração dos territórios, que estava sob sua esfera desde 1904, quando foi criado o Território do Acre.

Ministro da Justiça e Negócios Interiores

- Consultor-Geral da República
- Seção de Defesa Nacional
- Gabinete

Departamentos
- Departamento Nacional de Informações
- Departamento Nacional de Trânsito
- Departamento Oficial de Publicidade

Diretorias
- Diretoria da Justiça
- Diretoria da Justiça e do Interior
- Diretoria da Contabilidade
- Diretoria de Estatística Geral
- Diretoria do Interior

Territórios
- Território Federal do Acre
- Território Federal do Ponta Porã
- Território Federal do Amapá
- Território Federal do Iguaçu
- Território Federal do Rio Branco

- Arquivo Nacional
- Casa de Detenção do Distrito Federal
- Corpo de Bombeiros da Capital Federal
- Imprensa

Ministérios Públicos
- Ministério Público da União
- Ministério Público do DFT
- Ministério Público Federal

Conselhos
- Conselho Nacional de Trânsito
- Conselho Penitenciário do Distrito Federal
- Conselho de Assistência e Proteção aos Menores
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Comissões
- Comissão de Assuntos Territoriais
- Comissão de Correição Administrativa
- Comissão de Eficiência
- Comissão Legislativa
- Comissão Nacional de Proteção à Família
- Comissão Revisora de Projetos de Lei
- Comissão de Supervisão de Órgãos Autônomos
- Comissão de Permanência de Estrangeiros
- Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais
- Comissão de Estudos Legislativos
- Comissão Técnica de Rádio

PERÍODO
1968 - 1990

O citado período foi iniciado com uma mudança marcante: a transformação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores em Ministério da Justiça, por intermédio do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. A referida mudança culminou na retirada das competências relacionadas à assistência aos municípios, administração dos territórios, entre outras.

As atribuições do Ministério da Justiça passaram a envolver temáticas relacionadas à ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais, segurança interna, Polícia Federal, administração penitenciaria, Ministério Público e documentação, publicação e arquivamento dos atos oficiais.

Em 1975, o Decreto nº 76.387, de 2 de outubro, dispôs novamente sobre a estrutura da Pasta, mas não modificou as suas competências, que foram preservadas até 1988, ocasião em que foi retirada do seu rol de competências o Ministério Público.



PERÍODO
1991 - 2012

Após a redemocratização do país, o Ministério da Justiça consolida o seu rol de competências nos assuntos ligados à ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais, segurança pública, administração penitenciária, estrangeiros, documentação, publicação e arquivo dos atos oficiais; defesa da ordem econômica e do consumidor e metrologia legal; índios; e registro do comercio pro industrial. Passam a ser também consolidadas atribuições referentes à repressão ao tráfico de drogas e ao combate ao uso indevido de substâncias ilícitas. Por intermédio da Medida Provisória nº 309, de 16 de outubro de 1992, o Ministério da Justiça perde as competências referentes ao registro da propriedade industrial, ao registro do comércio e à metrologia legal, sendo acrescida a função de ouvidoria-geral.

Em 2003, a Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro, criou a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada diretamente à Presidência da República, e o Ministério perdeu as competências relativas aos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias; à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária e a ouvidoria-geral dos direitos humanos. Também foi transferido ao Ministério das Cidades, as atribuições referentes ao trânsito.

Em 2004, por meio do Decreto nº 4.991, de 18 de fevereiro, acrescentou-se ao rol de atribuição da Pasta, a prevenção e repressão à lavagem de dinheiro e cooperação jurídica internacional.

Ministro da Justiça

- Consultoria Jurídica
- Divisão de Segurança e Informações
- Gabinete

Secretarias

- Secretaria de Administração Geral
- Secretaria de Controle Interno
- Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher
- Secretaria de Justiça
- Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública
- Secretaria de Polícia Federal
- Secretaria de Reforma do Judiciário
- Secretaria de Trânsito
- Secretaria Executiva
- Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos
- Secretaria Federal de Assuntos Legislativo
- Secretaria Nacional Antidrogas
- Secretaria Nacional de Direito Econômico
- Secretaria Nacional de Entorpecentes
- Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça

Comissões

- Comissão de Anistia
- Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
- Comissão Nacional de Arquivos
- Comissão Nacional de Política Indigenista

Departamentos

- Departamento de Polícia Federal
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- Departamento Nacional de Trânsito
- Departamento Penitenciário Nacional

- Arquivo Nacional
- Defensoria Pública da União
- Fundação Nacional do Índio
- Imprensa Nacional
- Outros

Conselhos

- Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
- Conselho Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos
- Conselho Nacional de Arquivos
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação
- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Nacional de Segurança Pública
- Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra Propriedade Intelectual
- Conselho Nacional de Arquivos
- Conselho Nacional de Trânsito
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
- Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação da Expressão

PERÍODO
2013 - 2018

Em 2016, por meio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, o Ministério da Justiça passou a se chamar Ministério da Justiça e Cidadania. Nesse ano, foi incorporado à Pasta, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, acrescentando ainda a Secretaria Especial dos Direitos da Criança e do Adolescente na estrutura do Órgão.

No ano de 2017, a Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017, convertida na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, alterou a nomenclatura do Ministério da Justiça e Cidadania para Ministério da Justiça e Segurança Pública e criou o Ministério dos Direitos Humanos, que agregou as Secretarias Especiais do extinto Ministério da Justiça e Cidadania.

No ano de 2018, foi publicada a Medida Provisória nº 821, de 26 de fevereiro de 2018, que alterou a Lei 13.502/2017 e dividiu o Ministério em Ministério da Justiça e Ministério Extraordinário da Segurança Pública, que mais tarde teve sua nomenclatura alterada para Ministério da Segurança Pública.

Essa situação foi alterada em 2019 com a publicação da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que criou o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, com a junção das Pastas do Ministério da Justiça e Ministério da Segurança Pública.



PERÍODO

2019 - ATÉ OS DIAS ATUAIS

O MJSP, órgão da administração pública federal direta passou, ao longo dos anos, por adaptações estruturantes para que pudesse atender com excelência a sociedade brasileira.

Com o reagrupamento da Segurança Pública ao Ministério da Justiça, foi possível um aprimoramento do Sistema de Governança do Ministério, a partir de uma melhor organização e interação dos atores, do fluxo de informações, dos processos de trabalho e das atividades relacionadas à avaliação, ao direcionamento e ao monitoramento do órgão, otimizando a aplicação dos recursos e potencializando a produtividade, rumo ao alcance de resultados de forma cada vez mais efetiva, eficiente e transparente.

O compromisso contínuo da alta administração e a responsabilidade dos gestores dos processos organizacionais e das políticas públicas, juntamente com o constante monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos e de governança, renderam ao MJSP em 2021 o 1º lugar no índice de governança e gestão dos órgãos da Administração Pública Federal, na temática Ministério, conforme aponta o levantamento do Perfil Integrado de Governança Organizacional da Gestão Pública - IGPP 2021, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Visando aperfeicoar ainda mais a atuação da área fim da Pasta, destaca-se também neste período a criação da Secretaria de Operações Integradas – Seopi, que, a partir da coordenação de operações policiais a nível nacional, vem alcançando números expressivos a fim de combater o crime organizado; a criação da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – Segen, com o objetivo de dar tratamento focado nos temas de gestão, ensino e pesquisa na área da segurança pública e as reestruturações realizadas no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad, que aperfeiçoou a gestão de bens apreendidos em virtude da prática de todos os crimes e tem resultado em arrecadação recorde a título de Receita de Gestão de Ativos.

Em 16 de setembro de 2021, foi publicada a Lei nº 14.204, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, que tem por objetivo simplificar a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal, e aprimorar a qualidade do serviço público a partir de um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis alocados nas estruturas organizacionais dos órgãos e entidades.

Visando uma melhor adaptação da sua estrutura às necessidades do órgão e sinergicamente às orientações normativas vigentes, em 24 de junho de 2022, o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, foi revogado pelo Decreto nº 11.103, para aprovar a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MJSP e remanejar e transformar cargos em comissão e funções de confiança.

A nova estrutura trouxe ainda ganhos macros como a criação, no âmbito das Superintendências Regionais da Polícia Federal, de estruturas que darão suporte às operações integradas nos estados e que auxiliarão nas investigações e apuração de crimes cibernéticos e a reestruturação da Polícia Rodoviária Federal visando promover a reorganização necessária para que as atividades policiais encontrem o adequado equilíbrio entre as entregas sociais prestadas ao cidadão e os esforços institucionais voltados para a operacionalização interna dessas entregas.

No tocante as atuais competências atribuídas à Pasta, a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, e o Decreto nº 11.103, enumeram, entre as muitas atribuições do MJSP, a defesa da ordem jurídica; o combate ao tráfico de drogas e crimes conexos; a defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor; nacionalidade, imigração e estrangeiros; a prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo e cooperação jurídica

internacional; a coordenação de ações para combate a infrações penais em geral, com ênfase em corrupção, crime organizado e crimes violentos; a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública - Susp; a coordenação e administração da política penitenciária nacional. Ainda, conforme regras estabelecidas pela Constituição Federal da República Federativa do Brasil, nos § 1º, 2º e 5º-A do art. 144, respectivamente, verificam-se as competências exercidas pelos seguintes órgãos específicos singulares da Pasta, quais sejam: a Polícia Federal - PF, Polícia Rodoviária Federal - PRF e Departamento Penitenciário Nacional – Depen.

As entidades vinculadas ao MJSP são a Fundação Nacional do Índio - Funai, responsável pela defesa dos direitos da população indígena, e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, incumbido da defesa da ordem econômica nacional.

Com a finalidade de melhor compreender as competências atribuídas ao Ministério, a estrutura regimental desta Pasta, prevista atualmente no Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, é representada da seguinte forma:

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Órgãos de assistência direta imediata ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

- Gabinete
- Consultoria Jurídica
- Secretaria-Executiva
- Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares
- Assessoria Especial de Controle Interno
- Assessoria Especial de Assuntos Legislativos
- Assessoria Especial Internacional

Entidades Vinculadas

- Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- Fundação Nacional do Índio

Órgãos específicos e singulares

- Departamento Penitenciário Nacional
- Polícia Federal
- Polícia Rodoviária Federal
- Arquivo Nacional
- Secretaria Nacional de Justiça
- Secretaria Nacional do Consumidor
- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos
- Secretaria Nacional de Segurança Pública
- Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública
- Secretaria de Operações Integradas

Órgãos Colegiados

- Conselho Nacional de Arquivos
- Conselho Nacional de Política Indigenista
- Conselho Nacional de Política sobre Drogas
- Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública
- Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
- Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
- Conselho Nacional de Imigração
- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
- Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra Propriedade Intelectual



Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.131 2022, de 12 de julho de 2022

QUEM SOMOS

MISSÃO

Trabalhar para consolidação do Estado Democrático de Direito

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

VALORES

Valorização do Capital Humano
Defesa do Interesse Público
Transparência
Sustentabilidade
Integridade
Legalidade
Resultados
Inovação
Respeito
Ética

A missão do MJSP é trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Nessa busca, cultua internamente os princípios da administração pública para a atuação responsável e comprometida de seus colaboradores, em um esforço contínuo para ser reconhecido pela sociedade como protagonista no alcance de níveis adequados na defesa da cidadania e na proteção de direitos.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Governança Pública é um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade, conforme disposto no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Assim, com o intuito de aprimorar a gestão na condução de suas atividades, o MJSP implementou, em 2019, seu Sistema de Governança - SG/MJSP, por meio da Portaria nº 86, de 29 de janeiro de 2019.

Atualmente o Sistema de Governança do MJSP é regulamento pela Portaria nº 2, de 28 de janeiro de 2022, a qual o caracteriza como o conjunto de práticas gerenciais voltado à entrega de valor público para a sociedade, com a finalidade de estabelecer o modelo de tomada de decisão sobre planejamento estratégico, políticas públicas, integridade, riscos e controles, informação, recursos de tecnologia da informação e comunicação, dados e sistemas de informação, contratações, pessoal e transparência.

O Sistema de Governança do MJSP - SG/MJSP foi idealizado a partir dos princípios, diretrizes e mecanismos definidos na política de governança da administração pública federal e das recomendações provenientes de manuais, guias e resoluções aprovados pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG, nos termos do inciso II do art. 9º do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.

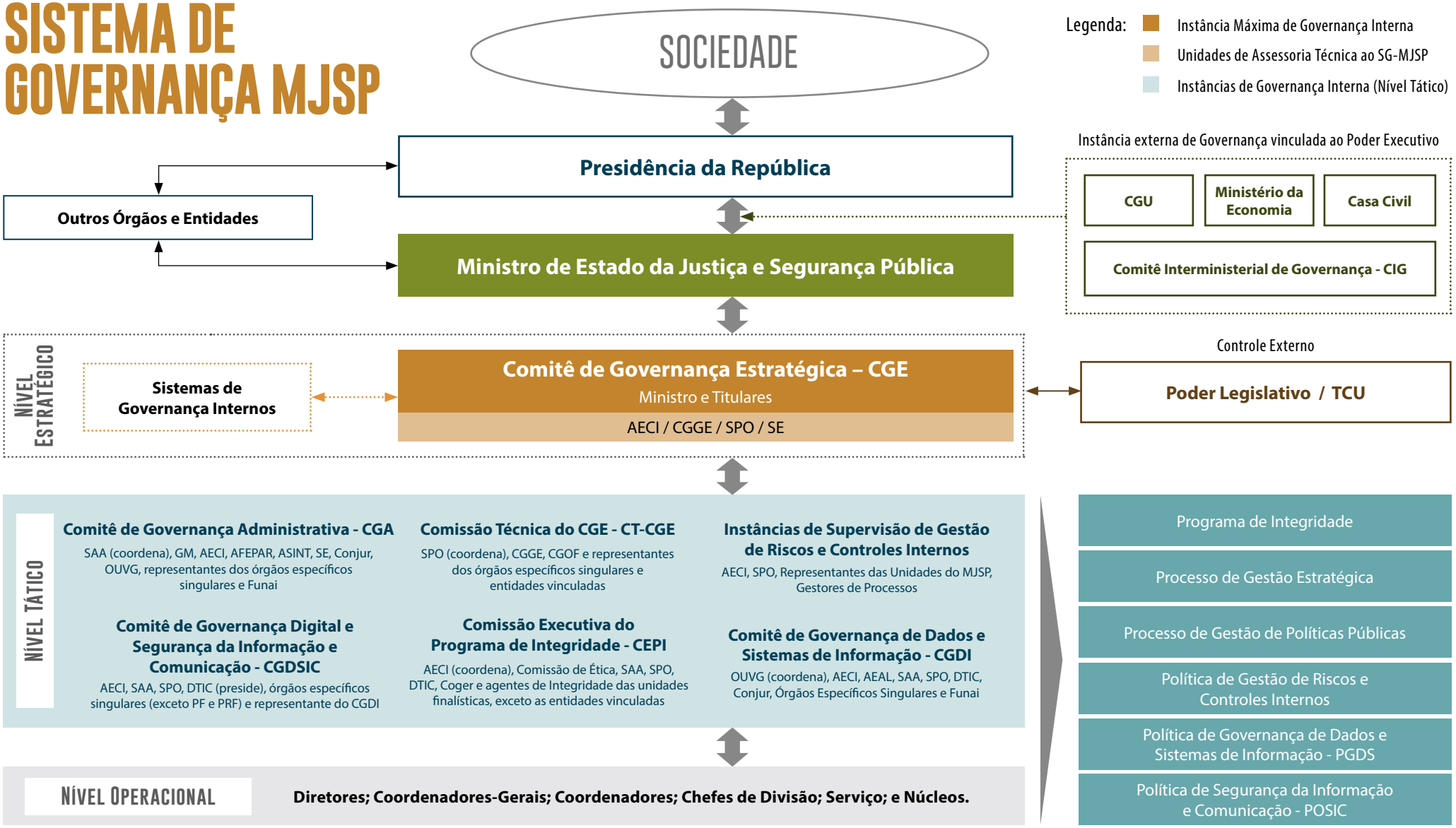
A instância máxima do Sistema de Governança do MJSP é o Comitê de Governança Estratégica – CGE e possui a competência de avaliar e aprovar as iniciativas de gestão estratégica, de gestão de riscos e controles internos, de gestão de transparência, de gestão de integridade, de gestão de políticas públicas, de gestão administrativa, de gestão de dados e sistemas de informação e de tecnologia de informação e comunicação.

Dessa forma, para os planos ou políticas de longo prazo e que necessitam de maior controle na sua implementação e monitoramento, o Sistema de Governança do Ministério prevê a possibilidade de criação de Sistemas de Governança Internos - SGIn, compostos por mecanismos de estratégia, de controle e de liderança próprios, coordenados por um Comitê de Governança Estratégica, cuja finalidade específica é avaliar, direcionar e monitorar a gestão e a condução do plano ou da política pública, conforme diretrizes do Governo Federal.

A Portaria nº 02, de 2022, estabelece como elementos da governança do SG-MJSP a gestão estratégica, administrativa, de riscos e controles internos, de integridade, de políticas públicas, de transparência, de dados e de sistema de informação, e de tecnologia da informação e comunicação. Estes elementos são administrados pelos seguintes comitês, comissões e instâncias:

- Comitê de Governança Estratégica - CGE;
- Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE;
- Comitê de Governança Administrativa - CGA;
- Comissão Executiva do Programa de Integridade do MJSP - CEPI;
- Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação – CGDI;
- Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação – CGDSIC; e
- Instâncias de Supervisão de Gestão de Riscos e Controles Internos.

SISTEMA DE GOVERNANÇA MJSP



Fonte: Portaria do Ministro nº 2, de 28 de janeiro de 2022.

MODELO DE NEGÓCIOS

INSUMOS

- Orçamento: R$ 18,48 BILHÕES
- Custos: R$ 11,8 BILHÕES
- Força de trabalho: 31.765 SERVIDORES

ESTRATÉGIAS

- Ampliação da escala e da efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor
- Acesso à justiça e proteção dos direitos do cidadão
- Aprimoramento de mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional
- Aperfeiçoamento da coordenação estratégica e da integração dos órgãos de segurança pública
- Gestão da alienação do produto de crimes
- Aperfeiçoamento da gestão do sistema prisional
- Fortalecimento ao enfrentamento à criminalidade com enfoque em organizações criminosas, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira

RESULTADOS

- **78%** processos de naturalização decididos
- **+DE 20 MIL** operações de combate à criminalidade
- **+DE 341 MILHÕES** Receita de gestão de ativos
- **+DE 2 MIL TONELADAS** de drogas apreendidas
- **+DE 11 MIL OPERAÇÕES** de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal
- **+DE 15 MIL** armas coletadas
- **+DE 8.000 VAGAS** geradas no sistema prisional (jan. a jun.)
- **+DE 10 MILHÕES** de documentos acessados no acervo do Arquivo Nacional
- **78% RESOLVIDAS** das demandas na plataforma Consumidor.gov.br
- **100%** obras audiovisuais analisadas
- **+DE 32 MIL** quantidade de condenados cadastrado no Banco Nacional de Perfis Genéticos
- **+ DE 325 MIL VAGAS** preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo nas temáticas do MJSP
- **APROXIMADAMENTE 6 MIL** pedidos de cooperação jurídica internacional
- **95% DECIDIDAS** das solicitações de autorização de residências para fins laborais decididas
- **+DE 200 MIL** pessoas em alternativas penais diversas da prisão (jan. a jun.)
- **+DE 41 MIL** processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos

IMPACTOS

- Proteção e segurança da sociedade
- Acesso à informação
- Prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro
- Defesa da concorrência e do consumidor
- Gestão efetiva e eficiente dos recursos apreendidos do crime para financiamento de políticas públicas
- Garantia de direitos do cidadão, do migrante, do refugiado e dos povos indígenas

CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor do MJSP é o documento essencial que integra o planejamento estratégico do órgão, conforme Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022. Ela é uma ferramenta de diagnóstico e gestão que permite representar uma organização como um conjunto de subsistemas (atividades), com entradas (insumos), processos de transformação e saídas (produtos), segundo o Guia Técnico de Gestão Estratégica – TransformaGov, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. A forma como as atividades da cadeia de valor é organizada e executada, determina os custos e afeta os resultados e entregas da organização. Este instrumento é utilizado para auxiliar na gestão de processos, proporcionando uma visão sistêmica de processos, operações e produtos entregues pelo Ministério à sociedade.

Dessa forma, a Cadeia de Valor impacta e é impactada pelos diversos instrumentos estratégicos do órgão, tais como: Planejamento Estratégico, Relatório de Gestão, Modelo de Custos, Estrutura Regimental, Planejamento Orçamentário, Políticas Públicas, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, Gestão de Riscos, Integridade, Dimensionamento da Força de Trabalho, Mapeamento e Redesenho de Processos (com ou sem automação) e Carta de Serviços.

No âmbito do MJSP, o processo de alinhamento da Cadeia de Valor com o Planejamento Estratégico - PE da Pasta resultou na identificação dos processos estratégicos no âmbito da Cadeia de Valor, possibilitando o direcionamento das iniciativas do Ministério para promoção de melhorias nos processos organizacionais. A priorização favoreceu, também, o atendimento ao disposto no Manual de Gestão de Riscos do MJSP, que estabelece a necessidade de priorização de processos para a realização do gerenciamento de riscos.

As informações detalhadas da cadeia de valor, podem ser acessadas clicando aqui.

Atualmente a Cadeia de Valor do MJSP é composta por:

08 CADEIAS
7 Finalísticas
1 de Governança, Gestão e Suporte

126 PROCESSOS
86 Finalísticos
40 de Governança, Gestão e Suporte

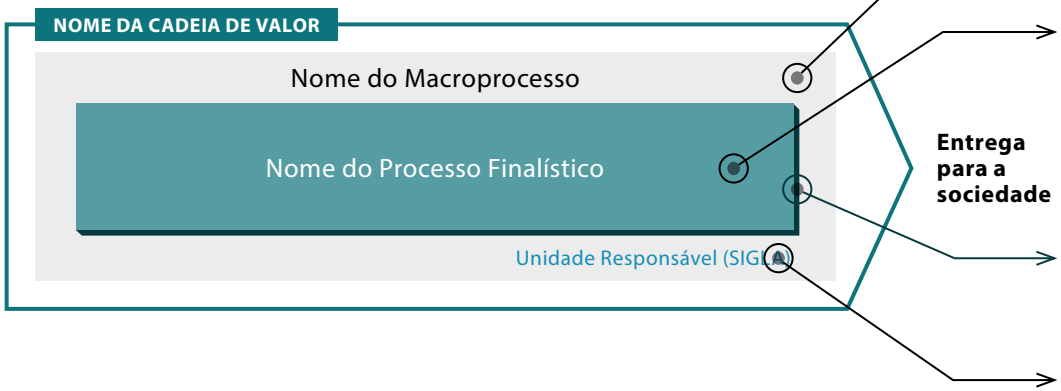
27 MACROPROCESSOS
21 Finalísticos
6 de Governança, Gestão e Suporte

59 PROCESSOS ESTRATÉGICOS
52 Finalísticos
7 de Governança, Gestão e Suporte

Para a priorização dos processos estratégicos foram utilizados os seguintes critérios:

- Associação da finalidade dos indicadores e dos projetos estratégicos com os produtos ou serviços dos processos elencados na arquitetura de processos (trata-se de um documento que permite um maior detalhamento dos processos da Cadeia de Valor). Para os projetos estratégicos e indicadores que impactam mais de um processo, predominou o critério de maior proximidade entre esses elementos;
- O processo será considerado estratégico caso tenha pelo menos 1 (um) projeto estratégico ou 1 (um) indicador associado;
- Em relação aos processos finalísticos, o alinhamento foi realizado com projetos estratégicos e indicadores associados aos objetivos estratégicos da perspectiva de sociedade e governo e habilitadores; e
- Em relação aos processos de governança, gestão e suporte, o alinhamento foi realizado com projetos estratégicos e indicadores associados aos objetivos estratégicos da perspectiva de fundamentos.

CADEIA DE VALOR FINALÍSTICA



Abarca um conjunto de processos nível 1 aglutinados por temática.

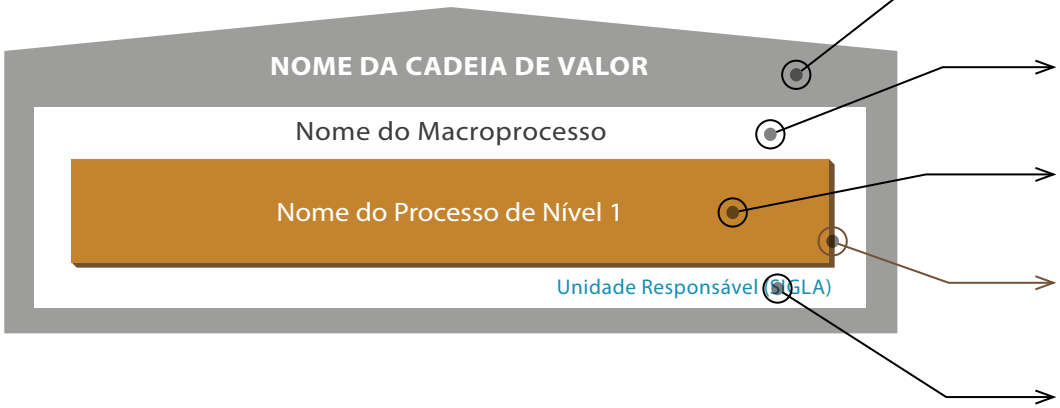
Também chamados de processos primários, são processos multifuncionais que entregam valor diretamente para o cliente (cidadão). São geralmente chamados de principais, pois representam as atividades essenciais que uma organização executa para cumprir a sua missão. *Exemplo: Emitir passaporte / Conceder refúgio*

Entrega promovida após a realização das entregas pelos processos da cadeia finalística respectiva.

Trata-se de processo que possui vinculação com o Planejamento Estratégico, ciclo 2020-2023, especificamente em relação aos atributos dos indicadores e projetos estratégicos.

Unidade responsável pela execução do processo.
Obs.: Quando houver mais de uma unidade descrita, entende se que o processo é executado de forma independente em outra unidade organizacional.

CADEIA DE VALOR DE GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE



Abarca um conjunto de processos que promovem o devido suporte aos processos finalísticos.

Conjunto de processos nível 1 aglutinados por temática. Processos de suporte possuem atuação transversal, ou seja, podem prestar suporte a outros processos além dos finalísticos.

Processos de nível 1 com o objetivo de apoiar os processos primários (finalísticos), geralmente gerenciando recursos e/ou infraestrutura exigidos pelos processos primários. *Exemplo: Gestão de Pessoas / Gestão do Patrimônio*

Trata-se de processo que possui vinculação com o Planejamento Estratégico, ciclo 2020 2023, especificamente em relação aos atributos dos indicadores e projetos estratégicos.

Unidade responsável pela execução do processo.
Obs.: Quando houver mais de uma unidade descrita, entende se que o processo é executado de forma independente em outra unidade organizacional.

PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E A LAVAGEM DE DINHEIRO

Gestão da política de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

- Gerir ações referentes ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, inclusive a ENCCLA — PF / Senajus / Senasp
- Gerir a implantação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra lavagem de Dinheiro — Senajus

Prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coordenação estratégica de integração, inteligência e operações em segurança pública

- Gerir a integração de sistemas de dados e informações de interesse da segurança pública — Depen / PRF / PF / Seopi / Senasp
- Promover o fortalecimento de mecanismos de governança em segurança pública — Senasp / Segen
- Fomentar a indução e a disseminação de ações de prevenção em segurança pública — Senasp
- Apoiar a estruturação das instituições de segurança pública — Senasp / Segen
- Gerir inteligência do Sistema Penitenciário — Depen
- Gerir conhecimento e ações de inteligência em segurança pública — PRF / PF / Seopi / Segen
- Gerir bancos de dados biométricos afetos à segurança pública — PF / Senasp
- Gerir estratégia de operações integradas de segurança pública — Depen / PRF / PF / Seopi / Senasp
- Gerir dados, informações e estatísticas do sistema prisional — Depen
- Gerir estabelecimentos penais federais — Depen
- Produzir informações integradas em segurança pública — Depen / PRF / PF / Seopi / Senasp / Segen

Coordenação da implantação da política nacional de segurança pública e defesa social

- Realizar monitoramento e avaliação da execução do PNDS — GM / SE / AECI

Gestão de segurança viária — PRF

- Promover o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar em rodovias federais
- Promover a segurança e a livre circulação nas rodovias federais
- Promover educação para o trânsito
- Fiscalizar o trânsito em rodovias federais

Gestão do conhecimento em segurança pública e valorização de profissionais

- Fomentar conhecimento de temas afetos à segurança pública — Depen / PRF / PF / Seopi / Senasp / Segen
- Fomentar a indução e a disseminação de ações de valorização de pessoal de segurança pública — Senasp / Segen
- Promover capacitações em segurança pública — PRF / PF / Segen
- Atualizar doutrina em segurança pública e de inteligência penitenciária — Depen / PRF / PF / Seopi / Senasp / Segen

Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública

- Controlar a aquisição e a movimentação de armas de fogo de uso permitido — PF
- Credenciar empresas de segurança de trânsito — PRF
- Controlar a produção e a movimentação de precursores químicos — PF
- Controlar a execução das atividades de segurança privada — PF

Controle migratório e polícia aeroportuária, marítima e de fronteiras

- Controlar o fluxo migratório internacional
- Realizar atividades de Polícia Marítima, Aeroportuárias e de Fronteiras — PF

Gestão de investigações e operações em segurança pública

- Gerir operações da Força Nacional — Senasp
- Gerir Investigações Criminais — PF
- Realizar Identificação Criminal — PF
- Gerir Atividades Criminalísticas — PF
- Garantir segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais — PRF
- Gerir operações policiais e suporte tático e técnico operacionais — PRF / PF
- Realizar escolta e segurança de dignitários e autoridades — PRF / PF
- Prover Proteção a Testemunhas e Réus Colaboradores — PF
- Gerir operações de prevenção e repressão a crimes e ilícitos em rodovias federais e em áreas de interesse da União — PRF
- Gerir ações de inteligência policial para a produção de conhecimentos no interesse da investigação criminal — PF

Proteção e segurança da sociedade

PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO

Garantia dos direitos da população prisional — Depen

- Fomentar a aplicação de alternativas penais em substituição à prisão
- Promover ações de reintegração social em estabelecimentos penais
- Fortalecer a rede de controle e participação social na execução penal
- Promover a valorização, a capacitação e a qualidade de vida dos trabalhadores dos serviços penais
- Gerir ações de ampliação de vagas e modernização dos estabelecimentos prisionais

Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados — Senajus

- Decidir sobre reconhecimento da condição de refugiado
- Decidir sobre processos de autorização de residência laboral a imigrantes
- Produzir conhecimento na temática migratória
- Decidir sobre processos de expulsão
- Decidir sobre concessão, perda e cancelamento de autorizações de residência
- Decidir sobre processos de nacionalidade, naturalização, igualdade de direitos e apátrida

Proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas

- Promover a gestão territorial e ambiental em terras indígenas
- Preservar e promover os bens culturais dos povos indígenas
- Promover os direitos sociais, culturais e de cidadania dos povos indígenas
- Promover a demarcação e regularização fundiária de terras indígenas
- Promover a proteção territorial e dos povos indígenas isolados

Funai

Garantia dos direitos da criança e do adolescente

- Fiscalizar a adoção internacional de crianças e adolescentes
- Gerir a política de classificação indicativa para obras audiovisuais

PF — Senajus

Enfrentamento ao tráfico de pessoas

- Coordenar a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Senajus

Proteção dos direitos do cidadão

- Qualificar Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e Organizações Estrangeiras - OE
- Articular políticas de modernização, aprimoramento e acesso ao sistema de justiça
- Promover estudos e diagnósticos sobre o sistema de justiça
- Disseminar conhecimento sobre métodos consensuais de solução de conflitos

Senajus

- Gerir a Política de Prevenção e Reparação de Danos Coletivos e Difusos

CFDD

Garantia de direitos do cidadão, do migrante, do refugiado e dos povos indígenas

GESTÃO DE ATIVOS E DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

Gestão de ativos e efetivação da arrecadação

- Gerir ativos
- Articular medidas para efetivar a arrecadação de recursos

Senad

Gestão e articulação da política sobre drogas

- Articular a Política sobre Drogas
- Fomentar a Política sobre Drogas

Senad

Gestão efetiva e eficiente de recursos apreendidos do crime para financiamento de políticas públicas

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR

Proteção da concorrência

- Controlar concentrações de mercado
- Disseminar a cultura da concorrência
- Combater cartéis e abuso de posição dominante
- Promover a Cooperação Governamental Internacional para o Controle de Concentrações e Combate a Condutas Anticompetitivas
- Gerir ações de garantia da efetividade das decisões do Cade

Cade

Defesa do consumidor

- Gerir a Política Nacional das Relações de Consumo
- Coordenar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
- Gerir a produção do conhecimento sobre a defesa do consumidor
- Promover a defesa do consumidor junto aos órgãos federais, agências reguladoras e mercado de consumo
- Fiscalizar o cumprimento das normas de defesa do consumidor e aplicar sanções em âmbito nacional

Senacon

Defesa da concorrência e do consumidor

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional

Gerir o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA	Preservar o patrimônio documental nacional	Gerir a Política Nacional de Arquivos	Preservar o patrimônio documental e bibliográfico relativo às sociedades indígenas e à política indigenista
AN	AN	AN	Funai

Acesso à informação

COOPERAÇÃO GOVERNAMENTAL E INTERSETORIAL

Articulação entre os poderes

Instruir e opinar sobre processos de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação para fins de interesse público	Instruir e opinar sobre processos de provimento e vacância relacionados a membros do Poder Judiciário
Senajus	Senajus
Qualificar a elaboração normativa, em articulação com atores do Poder Público e da sociedade	Analisar atos para sanção ou veto presidencial
AEAL / Depen / PF / PRF / Senacon / Senad / Senajus / Senasp / Seopi / Segen	AEAL

Articulação internacional

Conduzir negociações de acordos e consultas bilaterais e multilaterais
Senajus
Gerir a cooperação jurídica internacional
Senajus / Cade / AN / PF

Participação e suporte à tomada de decisão do Governo Federal

GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE

Gestão e controle institucional

Gerir estratégia	Prover consultoria jurídica
SE / AN / Cade / PF / PRF / Depen / Funai	Conjur / Cade / Funai / AN
Gerir estrutura organizacional	Gerir ouvidoria
GM / SE	GM / PRF / PF/ Depen / Cade / Funai
Gerir informações de custos	Gerir informação
SE / PF	Asint / SE / AN / Cade / PF / PRF / Depen / Funai / Segen
Realizar atos de correição	Gerir processos organizacionais
Coger / Funai / Depen / PF / PRF	SE / AN / Cade / PF / PRF / Depen / Funai
Gerir portfólio de programas e projetos	Gerir riscos, integridade e controle interno
SE / AN / Cade / PF / PRF / Depen / Funai	AECI / Funai / Cade
Prover assessoria de assuntos legislativos	Prover assessoria parlamentar e federativa
Aeal	Afepar
Promover a transparência, o acesso à informação e o controle social	Prover assessoria internacional
GM / PRF/ PF/ Depen/ Cade/ Funai/ AN	Asint
Gerir políticas públicas / Gerir transferências públicas	Prestar contas da gestão
SE / Senajus / Senacon / Senad Senasp / Seopi / Depen / PRF / PF Cade / AN / Funai / Segen	GM / SE / Conjur / Senajus / Senacon / Senad / Senasp / Seopi / Depen / PRF/ PF Cade / AN / Funai / Segen

Gestão orçamentária, financeira e contábil

Gerir orçamento
Gerir programação financeira
GM / SE / Senajus Senacon / Senad Depen / PRF / PF Cade / AN / Funai / Segen
Gerir contabilidade
SE / PF/ Funai / Depen / Cade
Gerir emendas parlamentares
GM / SE / Senajus / Senacon Senad / Senasp Seopi/ Depen / PRF / PF / Cade / AN / Funai / AFEPAR / Segen

Gestão de pessoas

Gerir atos de aposentadoria e pensões
Gerir saúde e segurança ocupacional
Gerir programa de estágio
Gerir despesas de pessoal
Gerir informação funcional
Gerir o desenvolvimento humano organizacional
SE / AN / Cade / PF / PRF Depen / Funai

Comunicação

Gerir comunicação institucional
Promover a comunicação interna
Gerir relacionamento com a imprensa
GM

Gestão da logística

Gerir contratos de aquisição de bens e de serviços
SE / Depen / PF / PRF/ Cade / AN Funai / Segen
Gerir suprimentos
Gerir patrimônio
Gerir projetos de arquitetura e engenharia
SE / Depen / PF / PRF/ Cade AN / Funai
Gerir o planejamento das contratações e a seleção de fornecedores
SE / Depen / PF / PRF/ Cade AN / Funai / Segen

Governança da tecnologia da informação

Avaliar gestão de TIC
Gerenciar processos de TIC
Gerenciar soluções de TIC
Gerenciar serviços e suporte de TIC
Prover governança de TIC
SE / PF / PRF/ Cade / AN / Funai

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

Visando o cumprimento de sua missão institucional, o MJSP tem pautado sua atuação na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades e anseios da sociedade brasileira. As políticas desenvolvidas pelo Ministério buscam cumprir as determinações previstas nos normativos que especificam suas competências e atribuições, como órgão da administração pública federal e estão alinhadas às políticas e programas do Governo Federal, a exemplo da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS, do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas – PLANAD, do Plano Nacional de Consumo e Cidadania - PLANDEC e do Plano Plurianual – PPA. Além disso, guardam alinhamento com os demais instrumentos de gestão do Ministério, como o Planejamento Estratégico, a Cadeia de Valor e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

O processo de gestão das políticas públicas, no âmbito do MJSP, é realizado por meio da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE, instância de apoio executivo do Comitê de Governança Estratégico - CGE do MJSP, regulamentado pela Portaria MJSP nº 02, de 28 de janeiro de 2022. Esse processo envolve a estruturação das políticas públicas do Órgão em uma Carteira, visando a realização do seu monitoramento, da sua avaliação e da alocação orçamentária de seus recursos pela alta gestão com o objetivo de contribuir para a tomada de decisão baseada em evidências, para a melhoria da qualidade do gasto, para a racionalização do uso de recursos públicos e para a difusão da cultura da transparência, sendo vedada a realização de transferências voluntárias ou obrigatórias de despesas finalísticas, sejam quais forem os instrumentos, como a abertura de programas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal - SICONV, a celebração do Termo de Execução Descentralizada - TED, a celebração de contrato em benefício de terceiros ou a publicação de editais de chamamento, sem a respectiva vinculação à política pública.

A Carteira de Políticas Públicas contém informações gerais das políticas sob responsabilidade das unidades finalísticas do MJSP e atualmente contempla 75 políticas, organizada de forma setorial e dividida nos macrotemas Justiça e Segurança.



A Carteira vigente foi aprovada pela Resolução do Comitê de Governança Estratégica – CGE nº 23, de 7 de novembro de 2022 e encontra-se disponível no site do MJSP, podendo ser acessada por meio do seguinte link: https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/carteira.

Dentre os principais programas do Governo, destaca - se o Plano Plurianual – PPA, instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por intermédio dele é apresentado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

A estrututação governamental prevista no Plano Plurianual, para o quadriênio de 2020 a 2023, foi instituído pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, e sua estrutura se desdobra em Programas (Finalísticos e de Gestão).

Os Programas Finalísticos correspondem ao conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias, suficientes para enfrentar problema da sociedade, além de entregar os principais instrumentos para expressar e orientar as ações do governo com intenção de agregar os entes e setores, com o objetivo de oferecer bens e serviços à sociedade a partir de recortes nas políticas públicas, otimizando, assim, seus recursos, sejam eles financeiros, humanos, logísticos ou materiais.

O Plano Plurianual espelha as despesas com a manutenção dos órgãos, especialmente gastos de pessoal e custeio, indispensáveis ao funcionamento administrativo.

Dentre as principais informações infralegais (gerenciais) no PPA 2020-2023, tem-se:

Objetivo – declaração de resultado a ser alcançado que expressa, em seu conteúdo, o que deve ser feito para a transformação de determinada realidade;

Indicador – é um instrumento que permite medir o desempenho do programa no enfrentamento do problema ao longo do tempo;

Metas Anuais – quantifica e comunica a transformação da realidade almejada a cada ano;

Resultado Intermediário – é um produto (bem ou serviço) ou um resultado da ação governamental, que contribui de forma relevante para o alcance do objetivo e meta do programa. Os resultados intermediários são escolhas prioritárias do órgão para o período e devem estar compatíveis com a capacidade operacional e financeira do órgão.

Investimentos plurianuais – são investimentos prioritários que estão listados no anexo III do PPA 2020-2023. Esses investimentos foram seleciona- dos entre as ações do tipo projeto, os quais inte- gram programas finalísticos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto os investimentos relacionados exclusivamente às transferências da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; e

Ações não orçamentárias – são operações nas quais resultam bens ou serviços que contribuem para atender o objetivo de um programa e são financiadas por recursos que não integram a Lei Orçamentária Anual. Sempre que possível, as ações não orçamentárias estão associadas a produtos.

No âmbito do PPA 2020-2023, o MJSP está inserido em três Programas Finalísticos:

PROGRAMA 5015
M J S P

Justiça

Tem por objetivo assegurar os meios para o desenvolvimento de ações, projetos e atividades, visando a garantia e a proteção social, a igualdade de oportunidades, o acesso e a disponibilidade de serviços ao cidadão pelo Estado, que formam a base da política de acesso à justiça, à promoção e proteção de direitos da cidadania, que possibilitarão a coesão social exigida para o desenvolvimento do País e a consolidação do Estado Democrático de Direito.

PROGRAMA 5016
M J S P

Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

Possui como finalidade a redução da criminalidade por meio de operações de combate ao crime organizado, com isso aumentando a percepção de segurança, a melhoria da imagem do país e das instituições e ampliação da capacidade de investimento do Estado.

PROGRAMA 0617
M J S P

Proteção e Promoção dos Direitos do Povos Indígenas

Este programa não será tratado neste relatório, considerando que a Funai apresenta seu próprio Relatório de Gestão.

A vinculação entre as políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério, bem como com os objetivos e as metas do PPA e os objetivos propostos pela ODS podem ser compreendidos conforme quadros a seguir:

POLÍTICAS PÚBLICAS DO MJSP VINCULADAS À TEMÁTICA DA JUSTIÇA

PROGRAMA 5015 Justiça				
	AN	1	Política de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal - APF – PGDeArq	**Eixo:** Difusão e Acesso ao Acervo Arquivístico **Eixo:** Preservação do Acervo Arquivístico **Eixo:** Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA
		2	Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados	-
	Cade	3	Política de Defesa da Concorrência	**Eixo:** Promoção da Prevenção e Repressão às Infrações contra a Ordem Econômica **Eixo:** Fomento e Disseminação da Cultura da Concorrência
	Senacon	4	Proteção e Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos	-
		5	Política Nacional das Relações de Consumo	**Eixo:** Prevenção e Redução de Conflitos **Eixo:** Regulação e Fiscalização **Eixo:** Prevenção e Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual **Eixo:** Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – PROCONS
	Senad	6	Política de Gestão de Ativos Apreendidos	-
	Senajus	7	Política Nacional de Modernização, Aperfeiçoamento e Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania	**Eixo:** Estratégia Nacional de Promoção de Políticas de Justiça -EJUS **Eixo:** Classificação Indicativa **Eixo:** Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos – ENAPRES **Eixo:** Qualificação de OSCIP's e OE's
		8	Política de Cooperação Jurídica Internacional	-
		9	Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia	**Eixo:** Refúgio **Eixo:** Residência **Eixo:** Migração Laboral **Eixo:** Retirada Compulsória **Eixo:** Apatridia e Naturalização
		10	Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	-

M J S P

Objetivo do PPA	Meta do PPA	Indicador do PPA	Vinculação com ODS	Unidade Resultados Intermediários	Indicador Estratégico	Meta Estratégica
1210 Fortalecer a Promoção de Direitos e a Aplicação da Justiça.	**050X** Alcançar 80% do índice de direitos promovidos aos cidadãos, de acesso ao acervo da memória nacional, da defesa do mercado concorrencial e do consumidor e da aplicação da justiça na gestão de ativos.	Índice de Direitos Promovidos		**Arquivo Nacional** Atendimento das demandas de informações sobre o acervo do arquivo nacional a partir do aperfeiçoamento e da inovação do atendimento ao usuário	% de usuários atendidos para acesso ao acervo	*100% de usuários atendidos, por ano, até 2023* **Meta alcançada** 2020: 100% | 2021: 100% 2022: 100%
				Cade Análise de processos de atos de concentração	Índice de análise de processos de atos de concentração	*Análise de processos de atos de concentração* **Meta alcançada** 2021: 97,4% | 2022: 101%
				Senacon Análise de processos de conflitos de consumo	% de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br	*70% de média resolutividade no Consumidor.gov.br, por ano, até 2023* **Meta alcançada** 2020: 78% | 2021: 78% 2022: 77%
				**Senad** Ampliação dos ativos destinados pela Senad	% de ativos destinados pela Senad	*55% de ativos leiloados até 2023* **Meta alcançada** 2020: 52,26% | 2021: 46% 2022: 74%
				**Senajus** Análise de processos de naturalização	Processos de naturalização decididos	*56,8% de processos de naturalização decididos até 2023* **Meta alcançada** 2020: 105% | 2021: 64,56% 2022: 78%
				Senajus Análise de obras para fins de classificação indicativa	% de obras analisadas para fins de classificação indicativa	*100% de obras analisadas, por ano, até 2023* **Meta alcançada** 2020: 100% | 2021: 100% 2022: 100%

POLÍTICAS PÚBLICAS DO MJSP VINCULADAS À TEMÁTICA DA SEGURANÇA

PROGRAMA 5016

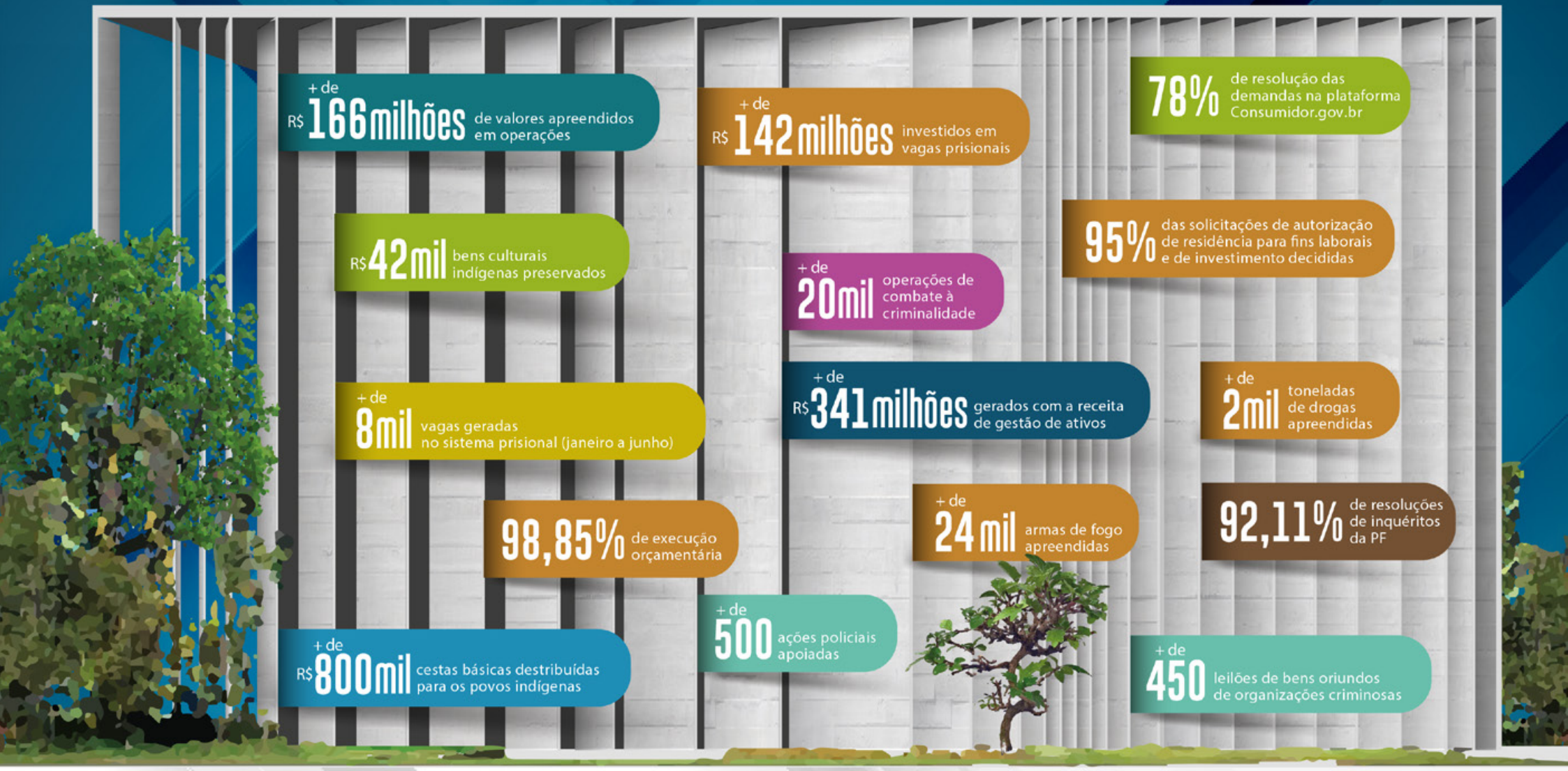
Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

M J S P

Depen	**1**	Política de Fortalecimento do Sistema Penitenciário	**Eixo:** Corregedorias **Eixo:** Modernização e Aparelhamento **Eixo:** Penitenciárias Federais	**Eixo:** Retomada do Controle das Unidades Penais **Eixo:** Controle e Participação Social na Execução Penal
	2	Política de Inteligência Penitenciária	**Eixo:** SISDepen	**Eixo:** RENIPEN
	3	Política de Promoção da Cidadania do Preso e do Egresso	**Eixo:** Alternativas Penais **Eixo:** Educação **Eixo:** Atenção ao Egresso **Eixo:** Trabalho	**Eixo:** Saúde **Eixo:** Grupos Específicos: Mulheres e LGBT **Eixo:** Religião
	4	Política de Obras Penitenciárias	-	
	5	Política de Valorização do Servidor Penitenciário	**Eixo:** Capacitação	**Eixo:** Saúde e Qualidade de Vida
	6	Política de Assistência às Vítimas de Crime		
PF	**7**	Política de Prevenção e Repressão à Criminalidade	**Eixo:** Polícia Judiciária **Eixo:** Polícia Administrativa	**Eixo:** Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras **Eixo:** Segurança de Pessoas e Direitos Humanos
	8	Política de Aparelhamento e Modernização da PF	-	
Segen	**9**	Política de Gestão em Segurança Pública	-	
	10	Política de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública	-	
PRF	**11**	Política de Inteligência Policial - Alerta Brasil	-	
	12	Política de Aparelhamento e Modernização da PRF	-	
	13	Política de Policiamento e Fiscalização nas Rodovias Federais	-	
Senad	**14**	Política Nacional sobre Drogas	**Eixo:** Redução de oferta e gestão da política	
Senajus	**15**	Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	-	
Senasp	**16**	Política Nacional de Segurança Pública	**Eixo:** Enfrentamento à Criminalidade Violenta **Eixo:** Promoção da Segurança e Defesa da Mulher **Eixo:** Municípios e Segurança Pública **Eixo:** Aprimoramento de Governança e Gestão das Ações de Segurança Pública e Defesa Social **Eixo:** Valorização dos Profissionais de Segurança Pública	
Seopi	**17**	Política de Integração Operacional	**Eixo:** Operações de Combate ao crime organizado **Eixo:** Modernização e Expansão dos CICCs **Eixo:** Fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública no Enfrentamento aos crimes transnacionais e outros delitos conexos nas regiões de fronteira e divisas	
	18	Política de Gestão Integrada	**Eixo:** Coordenação, Integração e Governança	
	19	Política de Inteligência Integrada	**Eixo:** Combate ao Crime Organizado	**Eixo:** Fortalecimento das Agências de Inteligência de Segurança Pública

Objetivo do PPA	Meta do PPA	Indicador do PPA	Vinculação com ODS	Resultados Intermediários	Indicador Estratégico	Meta
1206 Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento	**050N** Realizar 40.000 operações de combate à criminalidade durante o período do PPA	Índice de Operações de Combate à Criminalidade		**Depen** Operações da força de cooperação penitenciária realizadas pelo Depen	Quantidade de operações realizadas pela Força de cooperação penitenciária	*12 operações até 2023* **Meta alcançada** 2020: 3 operações 2021: 5 operações 2022: 14 operações
				**PF** Operações de combate à criminalidade deflagradas pela PF	Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela PF	*27.285 operações até 2023* **Meta alcançada** 2020: 6.885 operações 2021: 9.741 operações 2022: 27.843 operações
				**PRF** Ampliação das operações de combate ao crime realizadas pela PRF	Operações de combate à criminalidade	*12.563 operações até 2023* **Meta alcançada:** 2020: 3.295 operações 2021: 5.169 operações 2022: 18.321 operações
				**Senasp** Ampliação da abrangência territorial da metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta desenvolvida pela Senasp	Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta	*60 municípios até 2023* **Meta alcançada:** 2020: 5 operações 2021: 0 operação 2022: 5 operações
				**Seopi** Operações integradas planejadas e coordenadas pela Seopi	Operações integradas	*80 operações integradas até 2023* **Meta alcançada:** 2020: 27 operações 2021: 37 operações 2022: 115 operações

MINISTÉRIO EM NÚMEROS



AMBIENTE EXTERNO

O MJSP é responsável por diversas políticas públicas ao atuar, direta ou indiretamente, em várias áreas do governo, uma vez que possui sob sua responsabilidade diferentes temáticas. Em sua atuação, além de impactar a sociedade, também sofre influências externas, sejam elas decorridas de ações no cenário nacional ou internacional. Assim, para analisar a atuação do Ministério é preciso uma maior compreensão do contexto externo em que o órgão está inserido a fim de permitir determinar o seu desempenho positivo.

No ano de 2022, o MJSP envidou esforços no sentido de ampliar suas relações com outros órgãos visando fortalecer a política sobre drogas no país. Dentre as ações desenvolvidas, destaca-se a realização da 24ª Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, iniciativa conjunta do MJSP e o Ministério da Cidadania, com participação do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), onde foi evidenciada a importância da cooperação internacional para a elaboração e execução de ações voltadas à proteção integrada de fronteiras e divisas e boas práticas para a prevenção, conscientização e combate às drogas. Na oportunidade também foi apresentado o 1º Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, o Planad, plano construído a partir de debates realizados com a participação da população, especialistas de diversos órgãos e do governo federal, visando dar um direcionamento à política sobre drogas no país, impactando diretamente os municípios e estados fronteiriços.

Considerando o ano eleitoral e, em observação às orientações constantes no Código Eleitoral, art. 141 e na Lei nº 9504, de 1997, art. 91-A, parágrafo único, o MJSP, por meio Secretaria de Operações Integradas (Seopi), coordenou, em parceria com os órgãos de segurança pública dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal com a participação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Ministério da Defesa, Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) a **Operação Eleições 2022** que atuou entre o 1º e o 2º turno das eleições. Como resultado da operação, foram contabilizadas 1.166 ocorrências relacionadas a algumas suspeitas de crimes eleitorais, sendo as mais comuns: violações do sigilo de voto (265 casos), seguidas de boca de urna (154) e desobediências à legislação eleitoral (124). Além disso, foi apreendido cerca de R$ 1,6 milhão em dinheiro vivo, realizaram 205 prisões e registraram 68 ocorrências de suspeita de compra de votos e corrupção eleitoral.

Visando o enfrentamento à violência contra os mais vulneráveis, foi aprovada a Lei 14.316, de 29 de março de 2022, que destinou recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública às políticas voltadas para a prevenção e atendimento às situações de violência contra mulheres e crianças, promovendo a melhoria do atendimento a esses grupos por meio da capacitação dos agentes de segurança na temática e possibilitando suporte para romper com o ciclo da violência.

Ademais, com o objetivo de atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da Covid-19 nos setores de turismo e da cultura, o MJSP, em conjunto com o Ministério do Turismo, elaborou a Medida Provisória nº 1101, de 14 de fevereiro de 2022, convertida na Lei nº 14.390 de 04 de julho de 2022, que alterou a Lei nº 14.046 de 2020, estabelecendo medidas emergenciais para minimizar os impactos sofridos pelos setores de turismo e de cultura em decorrência da pandemia. A Pasta editou, ainda, a Medida Provisória nº 1121, de 2022, convertida na Lei nº 14.458 de 19 de outubro de 2022, prevendo a instalação de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas para controlar o trânsito de pessoas e de mercadorias direcionadas a essas áreas, com a finalidade de evitar o contágio e a disseminação da Covid-19.

O Ministério também teve grande atuação no acompanhamento e proposição de pautas legislativas com impactos importantes na temática de segurança pública, dentre as quais destaca-se a aprovação e sanção do Programa Habite Seguro, pela Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022, que beneficia profissionais de segurança pública de todo o País. A aprovação da referida Lei impacta diretamente a Política Nacional de Segurança Públi-

ca, em seu eixo: Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, que visa promover a melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública.

Ainda na temática da segurança pública, foi apresentado o Projeto de Lei - PL nº 731/2022, que visa alterar a legislação penal civil e administrativa, com o propósito de solucionar o problema da ineficiência dos mecanismos de proteção e de garantias das vítimas de crimes, que, em razão de omissão legal, não recebem a devida assistência por parte do Estado, fato que acaba por gerar descrença quanto à efetividade das políticas públicas de justiça.

O Ministério também propôs o PL nº 732/2022, em andamento na Câmara dos Deputados, que visa tornar mais rigorosa a pena para crimes violentos, aumentando de cinco para sete anos o prazo para qualificar uma condenação anterior como reincidência, além de ampliar a definição do termo terrorismo para punir também atentados contra o patrimônio público ou privado.

Ainda, com o objetivo de conceder maior amparo jurídico aos profissionais integrantes dos órgãos de segurança pública, o MJSP propôs o PL nº 733/2022, que prevê a alteração do Código Penal a fim de incluir no normativo a figura do excesso exculpante, estabelecendo que não será punível o excesso quando resultar de medo, surpresa ou perturbação de ânimo em face da situação. A proposta também prevê celas separadas para policiais e estabelece como agravante de crimes o fato de serem cometidos contra profissionais da segurança pública.

Visando dar maior suporte às instituições de segurança pública do país, o MJSP propôs a Medida Provisória nº 1082, de 2021, convertida na Lei nº 14.346, de 25 de maio de 2022, que alterou a norma de transferência do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN aos estados e municípios, abrindo espaço para mais repasses.

Em conjunto com o Ministério da Economia e a Casa Civil da Presidência da República, o MJSP propôs a Medida Provisória nº 1085 de 2021, convertida na Lei nº 14.382 de 27 de junho de 2022, referente ao Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – SERP, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do ambiente de negócios no País, beneficiando a sociedade brasileira por meio da modernização dos registros públicos, desburocratização dos serviços registrais e centralização nacional das informações e garantias, com consequente redução de custos e de prazos e maior facilidade para a consulta de informações registrais e envio de documentação para registro.

Destaca-se ainda a publicação da Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022, instituída a partir de proposta feita pelo MJSP e que alterou a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para o Aparelhamento e Operacionalização das Atividades fim da Polícia Federal (Funapol), prevendo alocação de receita para transporte, hospedagem e alimentação de servidores em missão ou em operação de natureza oficial e parcelas de caráter indenizatório.

Ademais, o Ministério atuou no acompanhamento de monitoramentos de matérias importantes que encontra-se em andamento no Congresso Nacional e impactam direta ou indiretamente as atribuições do órgão, dentre os quais destacam-se o PL nº 3228/2021 que propõe alteração da Identificação Civil Nacional, visando o desenvolvimento e manutenção do sistema integrado de identificação do cidadão por meio de tecnologia digital; o PL nº 6438/2019 que tem por objetivo incluir no rol de Crimes Hediondos os Crimes de Pedofilia; e, o PL nº 490/2007, que transfere ao Poder Legislativo a competência para demarcar terras indígenas, que atualmente é feita pela Funai, entidade vinculada ao MJSP visando atender diretamente às necessidades dos povos indígenas.

Já no âmbito do Senado Federal, em 2022 o MJSP envidou esforços no acompanhamento das matérias prioritárias, destacando a aprovação dos Projetos de Lei 1360/2021 (Lei nº 14.344/2022), que visa a prevenção e enfrentamento de violência doméstica e familiar; o PL nº 3855/2020 (Lei nº 14.448/2022), que institui o *"Agosto Lilás"* como mês destinado à proteção das mulheres; os Projetos de Decretos Legislativos nº 768/2019, nº 332/2021 e nº 379/2021 relativos à Acordos sobre Transferência de Pessoas Condenadas; o PL nº 3723/2019, que altera o Estatuto do Desarmamento, o Código Penal, a Lei de Segurança Bancária e a Lei de Segurança Nacional, para disci-

plinar o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), estabelecer definições, modificar regras do registro, cadastro e porte de armas de fogo; e, o PL nº 510/2021 que trata da regularização fundiária das ocupações de áreas de domínio da União, impactando positivamente na segurança dos cidadãos e nos bens imóveis da União.

Acompanhou ainda matérias de natureza orçamentária com potencial de impacto direto nas ações do Ministério, tais como o PL nº 11/2022, que trata da participação do Brasil, como país e não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE; o PL nº 12/2022 que dispõe sobre realização de obras de infraestrutura junto à PRF; o PL nº 40/2022 que propõe dotação orçamentária para o MJSP para viabilizar o Fundo Penitenciário Nacional; e, o PL nº 42/2022 que diz respeito ao pagamento de indenização de repouso remunerado à Polícia Federal e contribuição ao Programa IberoAmericano de Acesso à Justiça.

MJSP no âmbito internacional

Visando compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas na busca soluções conjuntas para o enfrentamento de problemas comuns, em 2022, o Ministério atribuiu prioridade especial à cooperação em matéria de justiça e segurança pública com os países da América do Sul e aprofundou os canais tradicionais de colaboração com outros países, blocos regionais e organismos internacionais envolvidos com a temática do MJSP, como o Mercosul, a Conferência dos Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos – COMJIB, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP e a União Europeia.

Nesse sentido, em 2022, o MJSP realizou o **1º Encontro Ministerial sobre o Combate ao Crime Organizado na América do Sul**, principal evento internacional de cunho político-estratégico, voltado a fortalecer a cooperação regional no combate ao crime organizado transnacional. Compareceram ao Encontro altas autoridades dos países da América do Sul, além do Secretário-Geral das Relações Exteriores do Itamaraty, o Secretário-Geral da Interpol e o Secretário-Executivo da Ameripol.

O principal resultado do Encontro foi a adoção de uma Aliança Estratégica entre os ministérios de segurança pública dos países da América do Sul, plasmada na Declaração de Brasília, para o combate ao crime organizado transnacional na região. Por ocasião do Encontro, além da reunião plenária, realizaram-se 14 reuniões bilaterais entre distintas autoridades presentes. Entre os documentos resultantes das bilaterais, firmaram-se acordos de cooperação policial celebrados entre o Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Suriname.

A fim de dar corpo à Aliança Estratégica sul-americana proposta pelo Brasil, o MJSP convidou os ministérios homólogos dos países da região a integrar o Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI), no Rio de Janeiro. Essa participação contemplará a lotação de agentes policiais sul-americanos no CCPI por seis meses, período em que poderão intercambiar dados de inteligência e planejar ações integradas. A partir dessa cooperação, os países fortalecerão intercâmbios em ações de repressão, entre outros ilícitos, ao narcotráfico, tráfico de pessoas, contrabando de migrantes, lavagem de dinheiro, biopirataria e terrorismo, além de promover a identificação de foragidos internacionais, por meio de confronto papiloscópico e por fotografia.

Visitas e missões Internacionais

A fim de estreitar os laços de cooperação com a comunidade internacional e estabelecer estratégias conjuntas de atuação, representantes do MJSP mantiveram encontros com diversas instituições e autoridades estrangeiras, atuantes no exterior e no Brasil, como Embaixadores e Adidos Policiais, dentre os quais destacam-se:

- encontro com o Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre os Direitos à Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação, Clément Voule.

- visita do Presidente da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-26), Alok Sharma.

- visita do Secretário-Geral da Interpol, Jürgen Stock, ocasião em que acordaram intensificar mecanismos de atuação da Polícia Federal junto à Interpol.

- visita do Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

- visita de trabalho do Diretor do *Federal Bureau of Intelligence*, Christopher Wray, para repassar os principais temas de cooperação na área de inteligência policial com os EUA.

- visita do Ministro de Governo do Estado Plurinacional da Bolívia, Eduardo Del Castillo para tratar de políticas conjuntas de combate ao crime organizado transnacional e lavagem de dinheiro, além de cooperação policial.

- visita do Subsecretário para Terrorismo e Inteligência Financeira do Departamento do Tesouro dos EUA para examinar elementos de colaboração no combate ao terrorismo, ao crime organizado transnacional e à lavagem de dinheiro.

- visita oficial do ministro da Justiça do Paraguai, Édgar Olmedo, para tratar de pautas penitenciárias e de acesso à justiça, além de mecanismos de combate à violência contra a mulher.

- missões oficiais do Brasil ao Paraguai, uma a Los Angeles, nos EUA, uma ao Peru, uma à Guiana e ao Suriname, com vistas a reforçar a cooperação internacional por meio de contatos de alto nível.

- reunião com o Embaixador da União Europeia no Brasil e Especialistas do Programa europeu EL PAcCTO, em setembro, para tratar da participação do Brasil na Ameripol. Na ocasião foi possível elaborar e negociar com os demais países latino-americanos minuta de Tratado Constitutivo da instituição, tanto de forma virtual, como em reuniões realizadas na Espanha.

- participação na Cerimônia de Comemoração do 50º Aniversário da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB).

Participação em Foros Internacionais

Autoridades do MJSP participaram ativamente da XVII Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), que tratou do combate ao crime organizado transnacional e combate a crimes ambientais e da XXII Assembleia Plenária da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos - COMJIB, para tratar da temática de direitos humanos e cooperação penitenciária. Além disso, contribuíram para o exame de múltiplos temas, em particular cooperação policial e questões migratórias, por ocasião da 8º Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica e Cultural entre o Brasil e a Índia.

Visando estreitar laços com outros países, o secretário-executivo do MJSP participou, da VI Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (VI Cosban), principal mecanismo de coordenação da relação bilateral de cooperação política, econômica e técnica entre Brasil e China.

Já com o intuito de reafirmar o compromisso do Ministério no desempenho de sua missão junto aos países do Mercosul, o MJSP participou da XLVII Reunião de Ministros do Interior e da Segurança do Mercosul, bem como da LIII Reunião de Ministros da Justiça do Mercosul, ambas sob a presidência Pro Tempore paraguaia. As reuniões marcaram o comprometimento dos países participantes em ações especialmente contra o crime organizado transnacional e o feminicídio.

Buscando aprimorar a aplicação da lei e o enfrentamento ao desmatamento ilegal, o Ministro da Justiça e Segurança Pública, juntamente com o ministro do Meio Ambiente e o Enviado Presidencial Especial para o Clima dos EUA, John Kerry criaram, em Los Angeles, o Grupo de Trabalho Bilateral sobre a Aplicação da Lei e Combate ao Desmatamento Ilegal, durante a Cúpula das Américas. A criação do Grupo de Trabalho - GT resultou dos esforços do Brasil e dos EUA para reduzir o desmatamento ilegal e incêndios florestais na região amazônica, com o objetivo de alcançar a meta de desmatamento ilegal zero em 2028.

O GT também debruçou-se sobre temas relacionados com o combate à criminalidade nacional e internacional do tráfico de animais selvagens, mineração ilegal e comércio ilegal de madeira, e uso do sistema financeiro internacional em associação com atividades ilegais com produtos florestais.

MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Os temas materiais são fruto do processo de identificação, avaliação e priorização dos temas relevantes que podem impactar a geração de valor do Ministério no curto, médio e longo prazo. Em 2022, a materialidade foi definida a partir de critérios que refletem a importância institucional do órgão e as entregas de valor à sociedade, resultando na priorização de 40 projetos estratégicos finalísticos, definidos no âmbito do Planejamento Estratégico para 2020-2023, relacionados aos 11 objetivos estratégicos e vinculados às 75 Políticas Públicas do Ministério e **que visam contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da Agenda 2030 das Nações Unidas.

11 **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**
Definidos no âmbito do Planejamento Estratégico 2020-2023

40 **PROJETOS ESTRATÉGICOS**
Vinculados aos Objetivos Estratégicos

75 **POLÍTICAS PÚBLICAS**
Relacionadas aos Objetivos Estratégicos

PROJETOS PRIORIZADOS

- Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos – SIGA
- Fortalecimento do Arquivo Nacional digital
- Formulário digital de notificações de Atos de Concentração – AC
- Rede Nacional de Inteligência Penitenciária – RENIPEN
- Maximização da geração de vagas em unidades prisionais
- Desenvolvimento de projetos padronizados para unidades penais, desenvolvimento e implementação do *Building Information Modeling* – BIM
- Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDepen
- Fomento ao trabalho remunerado no sistema prisional
- Rede de proteção territorial e ambiental de terras indígenas com a utilização do Centro de Monitoramento Remoto - CMR/Funai
- Brasil M.A.I.S.
- ePol – Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária
- ABIS – Nacional
- Prometheus
- Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos
- Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF

- Programa Ouro Alvo – POA
- BRASIL P.A.T.R.I.A. DIGITAL – Perícias Avançadas em Tecnologias, Rastreamento e Inteligência Artificial de Evidências Digitais
- Multiagência
- Projeto Nacional de Segurança Viária – PNSV
- Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública
- Gestão por competências
- Segurança da informação e privacidade
- Identifica Brasil
- ComprasSUSP - Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública
- Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização
- Disponibilização do sistema Recall.gov.br
- Centro de Excelência sobre Redução da Oferta de Drogas – CdE
- Alienação de ativos em todo o Brasil – Edição 2022
- Plano Nacional de Políticas sobre Drogas – PLANAD
- Fomento à criação e à estruturação de unidades de combate à corrupção nas polícias civis
- Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB
- Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado – SISCONARE
- Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos
- Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB
- Pró-Segurança
- Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida
- Rede de Centros Integrados de Inteligência – Guardião do Brasil
- Sistema Inteligente de Consciência Situacional - Guardião do Brasil
- Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado - PACCO - Guardião do Brasil
- Guardiões das Fronteiras - Guardião do Brasil

CAPÍTULO 02

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública



Foto: Wagner Henrique Varela

GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA DO MJSP

O processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério deu-se a partir das orientações previstas na Portaria nº 86, de 23 de março de 2020, que definia o Sistema de Governança do Ministério, normativo revogado, em 28 de janeiro de 2022, pela Portaria nº 2, atualmente em vigor.

Destaca-se que o Planejamento Estratégico foi aprovado por meio da Portaria nº 895, de 19 de dezembro de 2019, a partir de um trabalho colaborativo com as unidades da Pasta, buscando aprimorar cada vez mais seus mecanismos de governança e alcançar resultados mais efetivos para a sociedade. O processo foi validado pela alta administração, mediante o cumprimento das seguintes etapas: análise ambiental e desdobramento da estratégia, que resultou na elaboração do mapa, dos indicadores, das metas e dos projetos estratégicos.

Diagnóstico e Diretrizes Estratégicas

A análise dos ambientes interno e externo é considerada parte integrante da elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023, de modo a reconhecer eventuais mudanças de cenários. Para tanto, o Ministério fez uso de ferramentas para melhor enquadramento contextual de sua atuação, sendo elas:

(i) **Cadeia de Valor**, representa os processos finalísticos e de governança, gestão e suporte sob responsabilidade da Pasta; e

(ii) **Análise SWOT** (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threatens* – forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), representando os fatores internos e externos à organização que impactam significativamente nas atividades e na entrega de valor aos seus clientes. Tal ferramenta avalia variáveis internas, identificando forças e vulnerabilidades.

Baseando-se na identificação dos fatores internos e externos a partir da análise SWOT, o Ministério definiu as diretrizes estratégicas que consistem em temas orientadores para a realização da estratégia, exercendo o papel de direcionamento na elaboração dos objetivos, dos indicadores e respectivas metas, e dos projetos estratégicos.

Conforme orientações estabelecidas nos incisos I e II do art. 1º do Anexo I da Portaria nº 2/2022, cabe ao Comitê de Governança Estratégica – CGE a definição das diretrizes estratégicas do Ministério e a promoção do alinhamento e da convergência de seu planejamento com as diretrizes estratégicas.

As diretrizes definidas para o Planejamento Estratégico **2020-2023**

fortalecimento da segurança pública, intensificando o combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento, com enfoque na integração de políticas públicas entre os entes federados e no controle de fronteiras, a fim de promover o desestímulo da prática criminosa;

incentivo à utilização de ferramentas e práticas de gerenciamento, análise e compartilhamento de grandes volumes de dados, visando maior confiabilidade na tomada de decisão;

aprimoramento da gestão prisional, com ênfase na ampliação do número de vagas em unidades prisionais por meio de construções, reformas e incentivo às penas alternativas, bem como ações cooperadas com as unidades federativas para o aperfeiçoamento do controle das unidades prisionais, por meio de inteligência, operações e assistências;

otimização da gestão de bens apreendidos oriundos do crime, com foco na alienação;

fortalecimento da capacidade de gestão do Ministério, por intermédio da melhoria dos processos organizacionais e riscos envolvidos, visando alcançar os objetivos institucionais e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão;

aperfeiçoamento de práticas de gestão de pessoas, do conhecimento e de competências, com incentivo ao desenvolvimento e à valorização de talentos, em prol da qualificação pessoal, profissional e organizacional;

otimização da integração e da convergência de esforços entre as unidades do Ministério; e

aperfeiçoamento da comunicação interna e externa, com o fortalecimento da transparência.

O Ministério também instituiu valores para o órgão, considerando como ferramentas indispensáveis para o funcionamento da instituição, representando uma resposta efetiva e útil à necessidade ou à demanda de interesse público. Segundo o professor Maximiliano (2017), valores estão na base das normas de conduta, estabelecendo padrões morais que influenciam os inúmeros aspectos do comportamento das pessoas, além de serem os atributos que estruturam a cultura organizacional e as suas práticas.

De acordo com o Guia da Política de Governança Pública (2018) do Governo Federal, para fortalecer a confiança nas instituições, um dos pontos essenciais é a autoridade gerada pelo compartilhamento de um conjunto de valores e costumes que coadunam com as convicções dominantes na sociedade.

Nesse sentido, em alinhamento com a missão e a visão, o estabelecimento de valores institucionais é de fundamental importância para deixar claro para os públicos interno e externo os padrões de conduta que os integrantes da instituição devem se pautar. Foram escolhidos, portanto, pelos servidores e pela alta administração, os valores listados a seguir:

OS VALORES DO MJSP

INTEGRIDADE

Estimulamos o comportamento honesto e incorruptível, isto é, faça a coisa certa, do jeito certo, pelos motivos certos, sempre, mesmo que ninguém esteja observando.

SUSTENTABILIDADE

Utilizamos apenas o necessário, com respeito ao limite dos recursos, pois o desperdício compromete o atendimento das necessidades futuras.

DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO

O nosso trabalho está centrado no princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

INOVAÇÃO

Buscamos soluções inovadoras para o aperfeiçoamento contínuo.

TRANSPARÊNCIA

Em nossos atos, a transparência é a regra e o sigilo é a exceção.

ÉTICA

Orientamos nossas ações de acordo com padrões éticos, que devem servir de critério nas tomadas de decisões.

LEGALIDADE

A nossa obediência é somente às leis e às normas.

RESULTADOS

O foco do nosso processo de trabalho está nos resultados, sempre com objetivo de gerar entregas satisfatórias à sociedade.

RESPEITO

Prezamos pelo comportamento respeitoso, em qualquer situação, com o patrimônio público, com os princípios da administração pública e entre quaisquer pessoas, independente de posição hierárquica, raça, gênero, idade ou orientação sexual.

VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

Buscamos proporcionar satisfação e entusiasmo aos nossos dirigentes, servidores, estagiários e colaboradores e estimulamos o seu crescimento profissional. O maior patrimônio de uma instituição está relacionado ao corpo funcional.

MAPA ESTRATÉGICO

À luz dos preceitos constitucionais de preservação dos direitos da população e garantias fundamentais enumerados no art. 5º da Constituição Federal de 1988, o Ministério definiu como sua missão institucional *"Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito"*, por meio da elaboração e da execução de políticas públicas voltadas à segurança pública, ao acesso à justiça e à promoção e à proteção de direitos. Dentre as suas diversas temáticas, o órgão empreende esforços no enfrentamento à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, à criminalidade violenta e ao financiamento ao terrorismo. Ademais, atua na defesa da concorrência e do consumidor, no aprimoramento da gestão do sistema prisional, na garantia de direitos dos cidadãos, dos migrantes, dos refugiados, dos povos indígenas e da população prisional, bem como na preservação da memória arquivística nacional e na gestão e alienação do produto de crimes.

Nessa linha, o Ministério definiu como visão de futuro, *"Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento"*, visando refletir o seu norte de atuação perante a sociedade brasileira.

Assim, o Ministério desdobrou a sua estratégia em objetivos estratégicos, os quais estão relacionados a indicadores e a projetos estratégicos, disponíveis neste **link**.

O Mapa Estratégico do Ministério foi elaborado a partir da metodologia *Balance Scorecard* - BSC, que **consiste na representação visual da estratégia, a partir da combinação e da integração de 11 objetivos, divididos em três perspectivas: Sociedade e Governo, Habilitadores e Fundamentos**.

Tais objetivos são desdobrados em indicadores, metas e projetos estratégicos. Com o intuito de direcionar os esforços para o alcance dos objetivos estratégicos, são estabelecidos indicadores, e suas respectivas metas, a fim de mensurar o progresso do órgão e de identificar pontos de destaque e de melhorias.

Além dos 52 indicadores estratégicos, 40 projetos estratégicos compõem a carteira de projetos do órgão, de modo a refletir as principais entregas e a indicar o grau de êxito na consecução das iniciativas voltadas à transformação exigida por aqueles objetivos.

No âmbito da gestão de projetos, o Ministério utiliza a metodologia do *Project Management Institute* – PMI, adaptada à sua realidade, no processo de definição, monitoramento e controle da sua carteira estratégica.



Ressalta-se que o Ministério possui um Sistema de Governança, instituído por meio da Portaria nº 2, de 28 de janeiro de 2022, com a finalidade de estabelecer o modelo de tomada de decisão sobre planejamento estratégico, políticas públicas, integridade, riscos e controles, informação, recursos de tecnologia da informação e comunicação, dados e sistemas de informação, contratações, pessoal e transparência, além de ser considerado um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

MAPA ESTRATÉGICO DO MJSP

MISSÃO

Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

VALORES

Integridade | Ética | Interesse Público | Respeito | Legalidade | Resultados | Capital Humano | Inovação | Transparência | Sustentabilidade

SOCIEDADE E GOVERNO

- Fortalecer o enfrentamento à criminalidade com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira
- Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão

HABILITADORES

- Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública
- Promover a gestão e a alienação do produto de crimes
- Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional
- Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor
- Gerir políticas referentes aos povos indígenas
- Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional

FUNDAMENTOS

- Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores
- Aprimorar e intregar a gestão e a governança institucional
- Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA

Definir as diretrizes estratégicas do MJSP

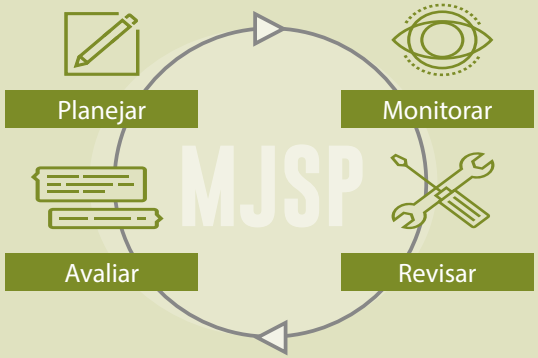
Promover o alinhamento e a convergência do planejamento estratégico do Ministério com as diretrizes estratégicas

Aprovar e institucionalizar o plano de comunicação do planejamento estratégico

Apreciar matérias diversas de relevância estratégica

Monitorar os objetivos, os projetos, os indicadores e as metas integrantes do planejamento estratégico

GESTÃO ESTRATÉGICA



O Comitê de Governança Estratégica – CGE é responsável pelo monitoramento e avaliação da estratégia, de acordo com o art. 3º do Anexo X da Portaria nº 2/2022. O rito de monitoramento, com periodicidade preferencialmente mensal, foi estabelecido de modo a integrar as rotinas de gestão das principais entregas das políticas prestadas pelo Ministério, acompanhando a evolução do planejamento estratégico, sendo composto pelos seguintes eventos:

REUNIÃO MENSAL DE MONITORAMENTO

Oportunidade de titulares ou seus representantes apresentarem os resultados dos indicadores e dos projetos estratégicos afetos a suas unidades. Na ocasião, são discutidos os aspectos de desempenho não esperados e as linhas de tendência, bem como realizadas as considerações gerenciais decorrentes do contexto retratado. Nesse sentido, a reunião mensal permite que os titulares das diferentes áreas tenham contato com os temas e desafios estratégicos do órgão, de modo a identificar e tratar tópicos, riscos e desafios transversais, que ensejem soluções integradas e sinérgicas.

Realizada quadrimestralmente, tem como foco refletir sobre os grandes resultados da estratégia e a identificação das oportunidades de ajustes em função das variáveis ambientais. Dessa forma, o processo pode ser visualizado por meio de um conjunto de eventos ou reuniões sistemáticas, que permitem o compartilhamento de informações e a interação entre os seus participantes.

REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA - RAE

No que se refere aos ciclos de monitoramento, durante o ano de 2022 ocorreram conforme o previsto, com a realização das reuniões mensais e das revisões do planejamento estratégico, por meio das Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE nos meses de fevereiro, junho e outubro de 2022, sendo validadas pelo Comitê de Governança Estratégica – CGE. As reuniões seguiram de forma contínua e recorrente até novembro, quando foi realizada a última reunião do ano de 2022. Nesse período, os indicadores estratégicos foram coletados pelas unidades com a devida periodicidade, demonstrando o nível de atingimento das respectivas metas de seus objetivos estratégicos. Em relação aos projetos estratégicos, as unidades informaram a situação do andamento de suas entregas, tendo como foco a relação entre o planejado e o executado durante o período.

Ainda no tocante ao processo de gestão estratégica, especificamente na etapa de avaliação da estratégia, referente ao exercício de 2021, cabe ressaltar a publicação do Relatório de Avaliação dos resultados obtidos em 2021, contendo as análises comparativas frente ao planejado para cada um dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico 2020-2023.

A avaliação realizada utilizou-se das métricas estabelecidas tanto para os indicadores estratégicos, por meio de suas metas, quanto para os projetos estratégicos, a partir do andamento de seus respectivos cronogramas.

Além da gestão estratégica, o Ministério conta ainda com instâncias em seu sistema de governança que apoiam a gestão de riscos e controles internos, integridade, gestão de políticas públicas, informação, recursos de tecnologia da informação e comunicação, dados e sistemas de informação, transparência e gestão administrativa.

A Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE possui a atribuição de auxiliar a implementação das recomendações do Comitê Interministerial de Governança – CIG, contribuindo para a adoção de princípios e diretrizes de governança pública, especialmente relacionados às políticas públicas e programas do Ministério, e decorrentes atualizações. Destaca-se que as políticas públicas estão alinhadas aos indicadores, e suas respectivas metas, e à carteira de projetos estratégicos.

Menciona-se ainda a relevância das Instâncias de Supervisão de Gestão de Riscos e Controles Internos, as quais apoiam e dão suporte aos diversos níveis hierárquicos do Ministério na integração das atividades de gestão de riscos e controles internos aos processos e às atividades organizacionais.

A metodologia de gestão de riscos e controles internos está alinhada à gestão estratégica na medida em que orienta a sua implementação nos processos de trabalho considerados estratégicos, priorizados a partir do alinhamento da cadeia de valor ao planejamento estratégico. Assim, espera-se assegurar o alcance dos objetivos estratégicos, subsidiando a tomada de decisão, contribuindo para o aprimoramento dos processos e mitigando a ocorrência de possíveis desvios, a partir do gerenciamento de riscos e controles internos.

SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO

O Controle Interno é um processo que compreende cinco componentes: ambiente de controle; avaliação de risco; procedimetos de controle; informação e comunicação; e monitoramento. Sendo processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade (COSO, 2013).

As atividades de controle são pautadas em valores éticos, competência técnica, estutura organizacional, políticas e práticas de recursos humanos. Essas atividades ocorrem em todos os níveis da Administração e nortearão os gestores na tomada de decisão para avaliação de risco, comunicação e monitoramento. Considerando o princípio constitucional da autotutela, todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem atuar de forma regular e alinhada ao interesse público, inclusive, sobre seus próprios atos.

Nesse sentido, é da alta administração, incluindo seus agentes, a responsabilidade de implementar, manter e monitorar o controle interno, bem como aperfeiçoar seus instrumentos de gestão.

A Gestão do Controle Interno é exercida pelo gestor público, como ministros, secretários, servidores e funcionários públicos. O sucesso de sua efetividade está atrelada à gestão de risco das organizações ao auxiliar a administração no alcance de seus objetivos estratégicos.

Importa evidenciar que a estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal contempla três linhas de defesa da gestão:



A **primeira linha de defesa** é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização. Nela estão contemplados os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio. A fim de assegurar sua adequação e eficácia, os controles internos devem ser integrados ao processo de gestão, dimensionados e desenvolvidos na proporção requerida pelos riscos, de acordo com a natureza, a complexidade, a estrutura e a missão da organização.

A **segunda linha de defesa** tem como obetivo assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada. Sendo assim, as instâncias da segunda linha de defesa, situadas ao nível da gestão, são destinadas a apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha de defesa, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento. Ressalta-se, que os Assessores e Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) nos Ministérios integram a segunda linha de defesa e podem ter sua atuação complementada por outras estruturas específicas definidas pela pasta à qual faz parte.

Por outro lado, já a **terceira linha de defesa** é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade. A atividade de auditoria interna governamental deve ser desempenhada com o propósito de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação das organizações que as gerenciam. Os destinatários dos serviços de avaliação e de consultoria prestados pelas UAIG são a alta administração, os gestores das organizações e entidades públicas federais e a sociedade. A SFC, as Secretarias de Controle Interno e as unidades setoriais exercem a função de auditoria interna governamental de forma concorrente e integrada com as Audin, onde existirem.

Fonte: Diagrama constante da Declaração de Posicionamento do Institute of Internal (IIA). As três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles (janeiro de 2013)

Assessoria Especial de Controle Interno

As iniciativas conduzidas pela AECI são voltadas à adoção de práticas e estratégias de melhoria dos processos gerenciais que visam contribuir para o atingimento dos resultados dos órgãos do MJSP e de suas entidades vinculadas.

Controladoria-Geral da União

Órgão constitucional de Controle Interno do Poder Executivo Federal, audita e fiscaliza o MJSP. Em relação a esta atividade, o Ministro do MJSP vem exercendo o seu papel de supervisor ministerial, com o apoio da AECI, conforme incisos I, III e IX do Art. 3º do Anexo I ao Decreto nº 11.103/2022, haja vista que a Assessoria Especial de Controle Interno coordena o processo de monitoramento do pleno atendimento às recomendações da Controladoria-Geral da União.



A fim de auxiliar o processo de supervisão ministerial, o Ministro do MJSP instituiu o Comitê de Controle Interno Administrativo - CCIA, pela Portaria GM nº 96/2019, *"com o objetivo de manter permanente acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, de que trata o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000"*.

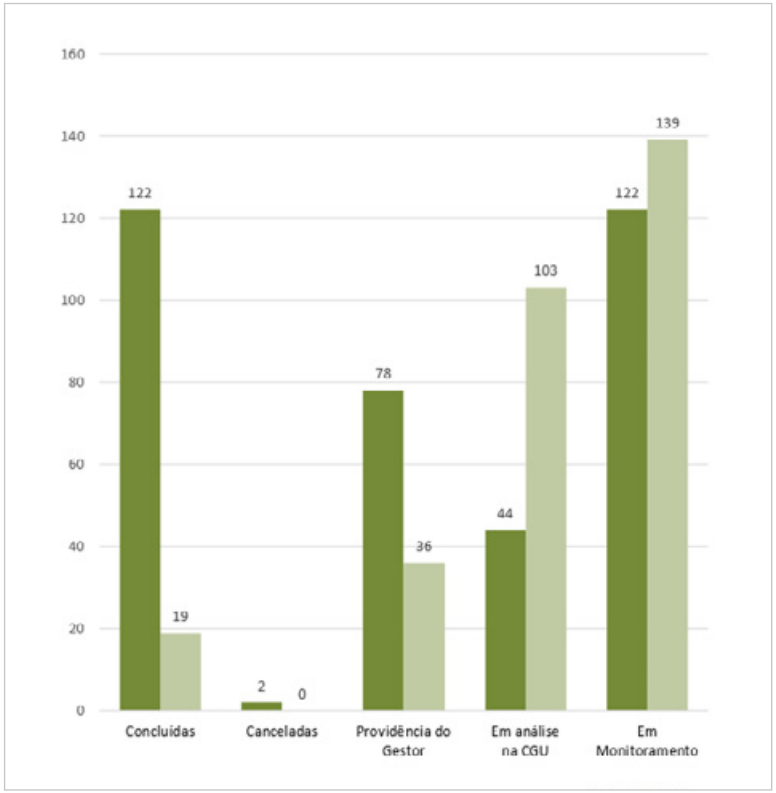
O CCIA tem como finalidade a busca contínua na melhoria dos controles internos administrativos do MJSP.

Com anuência do Ministro do MJSP, são realizadas reuniões no decorrer do exercício, junto a todas Unidades do MJSP, em que são informadas e solicitadas providências de saneamento das recomendações da CGU e novas inserções efetuadas.

A CGU criou o Sistema e-Aud, com intuíto de controlar sua recomendações de modo eletrônico, em que insere todas as recomendações, que são distribuídas para as unidades do MJSP para que se provideciem as devidas correções/justificativas. Em 2022 a situação das recomendações inseridas no e-Aud, no âmbito do MJSP, é a seguinte:

Unidade Gestora (sigla)	Total Concluída		Total Cancelada		Total para providência do gestor		Em análise na CGU		Total em Monitoramento	
	Posição exercício 2021	*Posição exercício 2022**	*Posição exercício de 2021*	*Posição exercício de 2022**	*Posição dez/2021*	*Posição dez/2022*	*Posição dez/2021*	*Posição dez/2022*	*Posição dez/2021*	*Posição dez/2022*
MJSP	0	1	0	0	0	0	12	3	12	3
Funai	29	1	0	0	14	1	1	13	15	14
PRF	33	7	2	0	1	9	21	33	22	42
PF	28	3	0	0	18	17	4	5	22	22
AN	12	0	0	0	3	3	1	1	4	4
Cade	1	3	0	0	6	0	5	8	11	8
Depen	9	2	0	0	13	5	0	11	13	16
SE	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1
Senasp	4	1	0	0	18	1	0	17	18	18
Segen	0	1	0	0	4	0	0	10	4	10
Senajus	3	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Senad	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Senacon	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seopi	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	**122**	**19**	**2**	**0**	**78**	**36**	**44**	**103**	**122**	**139**

*Posição até 31 de dezembro de 2022



Fonte: Sistema e-Aud - 31/12/2022

Destacam-se os resultados positivos relacionados ao processo de monitoramento das recomendações da CGU pelo MJSP, quando comparado ao exercício de 2021, em 2022 houve uma redução significativa, cerca de 50%, das recomendações feitas pela CGU na situação *"providência do gestor"*. Regularmente esta assessoria monitora o atendimento às recomendações da CGU, inclusive a AECI coordena ainda, o CCIA, realizando reuniões trimestrais, em que são informados às unidades do MJSP o atendimento às recomendações da CGU e novas inserções efetuadas. A relação dos Relatórios publicados em 2021 e 2022 encontram-se na tabela a seguir:

RELATÓRIOS DE AUDITORIA CGU - 2021 E 2022		
RELATÓRIOS	**Unidade Auditada**	**Data de Publicação**
Relatório de Avaliação nº 896135	SPRF-RJ	11/01/2021
Relatório de Avaliação nº 906452	SR-PF-RJ	15/01/2021
Relatório de Avaliação nº 894915	SRPF-RJ	18/01/2021
Relatório de Avaliação nº 902707	SR-PF-RJ	02/02/2021
Relatório de Avaliação nº 855244	SPRF-RJ	08/02/2021
Relatório de Avaliação nº 876579	SR-PF-RJ	08/02/2021
Relatório de Avaliação do Projeto *"Em Frente Brasil"* nº 829819	Senasp	19/02/2021
Relatório de Avaliação nº 201503119	SPRF-SC	19/02/2021
Relatório de Avaliação nº 874422	PRF	03/03/2021
Relatório de Avaliação nº 201900907	SR-PF-ES	19/03/2021
Relatório de Avaliação nº 201900896	SPRF-ES	19/03/2021
Relatório de Avaliação nº 817208	SPRF-PB	19/05/2021
Relatório de Avaliação nº 899598	AN	24/08/2021
Relatório de Avaliação nº 907060	SPRF-MS	08/03/2022
Relatório de Avaliação nº 201902229	Depen/SC	31/03/2022
Relatório de Avaliação nº 202000083	Depen/AC	30/06/2022
Relatório de Avaliação nº 1108926	SRPF-RJ	20/07/2022
Relatório de Avaliação nº 986037	Depen	13/10/2022
Relatório Definitivo 998118 - ABR IFR-PRF	PRF-DF	07/11/2022
Relatório de Avaliação nº 1110690	SPRF-RJ	09/11/2022
Relatório de Avaliação nº 900933	PRF	06/12/2022

Fonte: AECI/MJSP

Determinações e Recomendações do Controle Externo – TCU

Desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União, o Sistema de Comunicações Processuais – CONECTA envia para os órgãos, de modo eletrônico, ofícios para encaminhamento de Acórdãos e solicitações diversas.

Nesse contexto, o Ministro do MJSP, no exercício do seu papel como supervisor ministerial, atua com o apoio da AECI, conforme incisos I, II, VI, VII e IX do Art. 3º do Anexo I ao Decreto nº 11.103/2022. O assessoramento ao Ministro coloca a AECI como a responsável direta pelo processo de monitoramento do pleno atendimento às recomendações/determinações do TCU, ao evitar atrasos e possíveis multas, ressalvas ou sanções aos integrantes do MJSP.

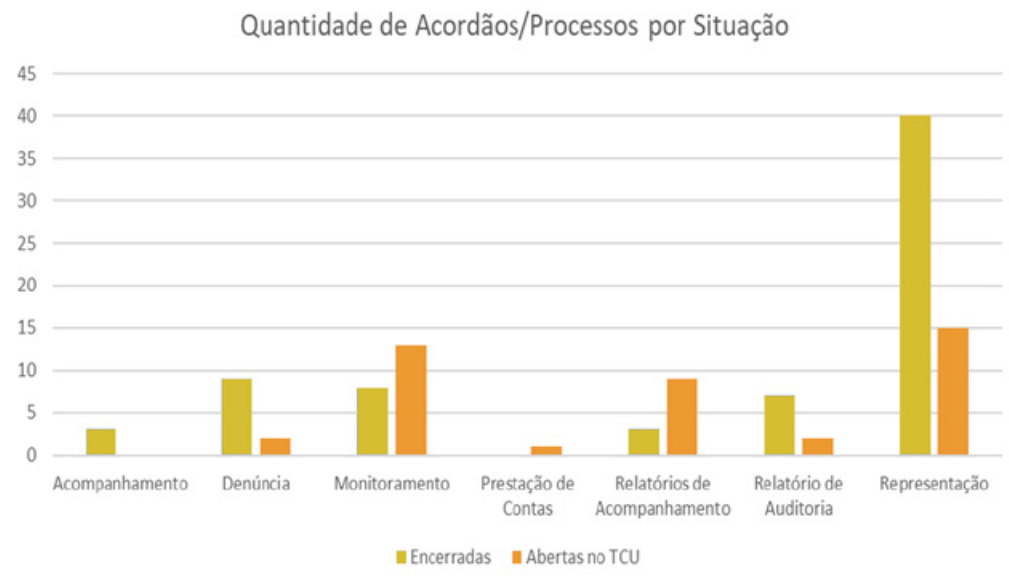
Em 2022, a situação das comunicações do TCU no âmbito do MJSP, que envolve recomendações/determinações daquela Corte de Contas, é a seguinte:

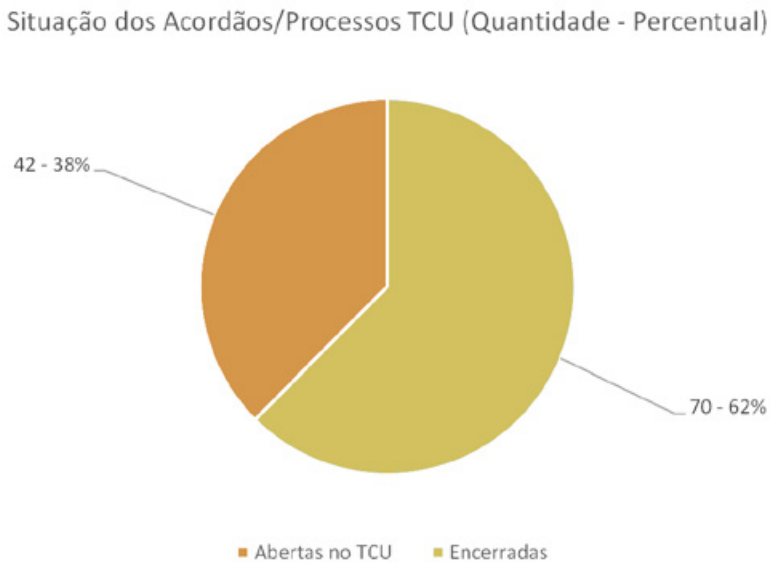
COMUNICADOS DO TCU NO ÂMBITO DO MJSP						
2022	**MJSP***	**PF**	**PRF**	**Cade**	**Funai**	**Total**
Janeiro	11	17	4	1	3	**36**
Fevereiro	16	36	4	0	3	**59**
Março	16	37	5	2	4	**64**
Abril	8	21	3	4	1	**37**
Maio	12	50	8	2	6	**78**
Junho	36	36	2	5	5	**84**
Julho	29	53	7	2	6	**97**
Agosto	20	48	4	2	13	**87**
Setembro	5	32	4	0	3	**44**
Outubro	13	25	3	3	5	**49**
Novembro	19	17	4	2	4	**46**
Dezembro	1	5	0	0	1	**7**
Total	**186**	**377**	**48**	**23**	**54**	**688**

Fonte: Sistema Conecta do Tribunal de Contas da União - Posição até 06/12/2022.
*MJSP: GM, SE, Senad, Senacon, Segen, Senasp, Senajus, Seopi, Depen e AN.

2022	MJSP*	PF	PRF	Cade	Funai	Total
Acompanhamento / Monitoramento	16	9	5	5	10	**45**
Relatório de Levantamento	3	1	1	1	1	**7**
Relatório de Auditoria	3	7	2	1	4	**17**
Denúncia	5	2	4	0	0	**11**
Representação	33	15	9	11	9	**77**
Outros**	78	136	66	6	92	**378**
Total	**138**	**170**	**87**	**24**	**116**	**535**

Fonte: Sistema Conecta do Tribunal de Contas da União - Posição até 06/12/2022.
*MJSP: GM, SE, Senad, Senacon, Segen, Senasp, Senajus, Seopi, Depen e AN **Outros: Aposentadorias, Pensões, Atos de Admissão, TCE.





Fonte: Sistema Conecta do Tribunal de Contas da União - 05/12/2022

Com base nos gráficos apresentados, verifica-se que mais de 50% dos Acórdãos enviados ao MJSP não necessitam de providências ou já foram atendidas as recomendações / determinações daquela Corte de Contas. As restantes estão em fase de acompanhamento e serão adotadas medidas de atendimentos nos prazos determinados.

CAPACIDADE DE GERAR VALOR

APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO MJSP

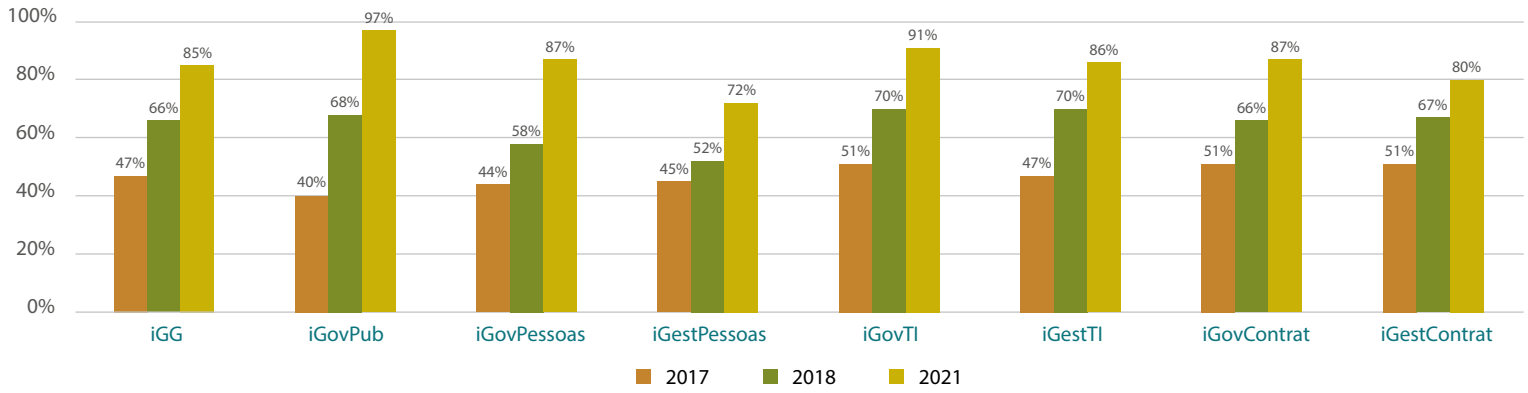
Ciente de que estabelecer uma boa governança é essencial para o aprimoramento do Ministério, de forma a prepará-lo para atender ao interesse público, por meio de um ambiente institucional que favoreça a formulação e a implementação de políticas e serviços públicos que de fato gere e entregue resultados que atenderão às necessidades da sociedade.

Assim, percebido como elemento indispensável para subsidiar a tomada de decisão e contribuir para o aprimoramento da gestão, a institucionalização do modelo de governança no Ministério vem ocorrendo de forma gradual e constante. Com foco, principalmente, na organização, estruturação de forma a assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização e no atingimento dos resultados das políticas sob responsabilidade do MJSP.

Demonstrado na tabela a seguir, a adoção de medidas sistemáticas para o aprimoramento do modelo e o incremento da maturidade da governança e da gestão no Ministério pode ser evidenciada ao serem analisados nos ultimos levantamentos sobre a situação da governança no setor público realizados pelo Tribunal de Contas da União(TCU) que, a partir de 2017, reuniu, num só instrumento de autoavaliação, os temas de governança pública organizacional, e de governança e gestão da tecnologia da informação, de pessoas e de contratações.

INDICADOR	2017	2018	2021
iGG - índice integrado de governança e gestão públicas	47%	66%	85%
iGovPub -índice de governança pública	40%	68%	97%
iGovPessoas - índice de governança e gestão de pessoas	44%	58%	87%
iGestPessoas	45%	52%	72%
iGovTI - índice de governança de gestão de TI	51%	70%	91%
iGestTI	47%	70%	86%
iGovContrat - índice de governança e gestão de contratações	51%	66%	87%
iGestContrat	51%	67%	80%
iGovOrcament - índice de governança e gestão orçamentária	-	-	92%
iGestOrcament - índice de capacidade em gestão orçamentária	-	-	86%

Fonte: Levantamentos realizados pelo TCU em 2017, 2018 e 2021



Fonte: Levantamentos realizados pelo TCU em 2017, 2018 e 2021

GOVERNANÇA PÚBLICA ORGANIZACIONAL

É indispensável ressaltar a importância da atuação dos órgãos de controle interno e externo no sentido de fomentar o aprimoramento da governança no setor público. Em relação ao levantamento realizado pelo TCU em 2021, os resultados dos indicadores de governança e gestão do Ministério encontram-se acima das médias dos agrupamentos aos quais ele pertence, bem como posicionam o MJSP em grau de maturidade aprimorado, conforme apresentado no gráficos do tipo radar a seguir.

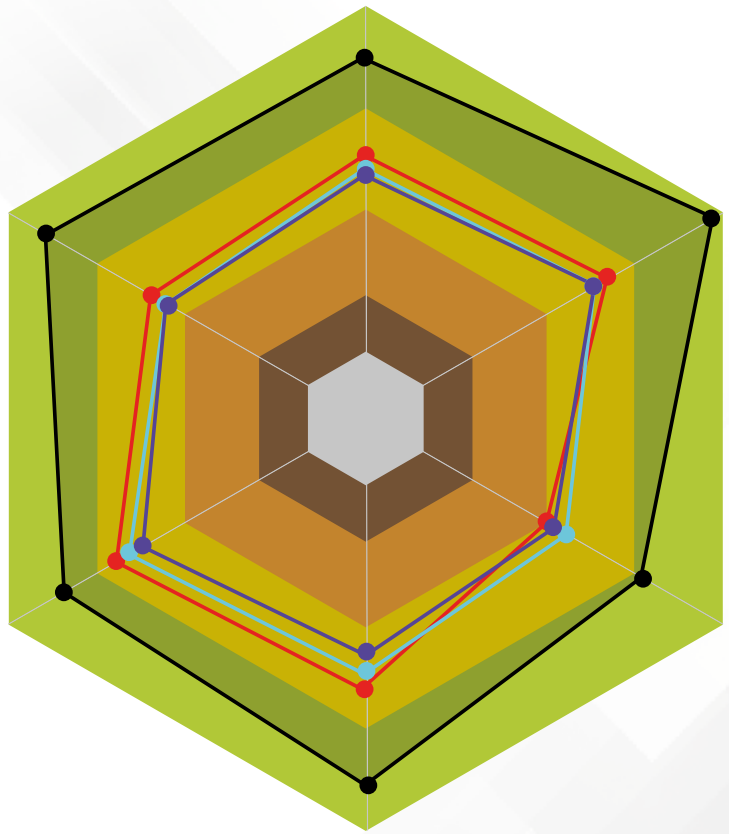
Legenda:

- Ministério da Justiça e Segurança Pública
- Área Temática: Ministério
- Natureza Jurídica: Órgão Público
- Administração Direta
- Poder Estatal: Executivo

Faixa de Classificação:

- **Aprimorado**: 70% a 100%
- **Intermediário**: 40% a 69,9%
- **Inicial**: 15% a 39,99%
- **Inexpressivo**: 0% a 14,9%

ÍNDICE INTEGRADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICAS



Legenda:

iGG - índice integrado de governança e gestão públicas
iGovPub -índice de governança pública
iGestPessoas - índice de Gestão de Pessoas
iGestTI - índice de Gestão de TI
iGestContrat - índice de Gestão de contratações
iGestOrcament - índice de gestão orçamentária

iGG 2021

PERFIS DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO MJSP

PRINCIPAIS AÇÕES DE MELHORIAS

Em 2022, com base na análise das informações do citado levantamento, verificou-se a necessidade de aprimoramento de determinadas práticas, relacionadas aos mecanismos de governança e gestão do Ministério, que colocará o órgão, no caso de nova avaliação pelo TCU, bem acima dos 95% no índice integrado de governança e gestão públicas, dentre as quais destacam-se:



GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL

	STATUS
LIDERANÇA	
Estabelecer procedimento de revisão periódica do código de ética e/ou de conduta.	Implantado
Implementar mecanismos para monitoramento da gestão da ética.	Implantado
ESTRATÉGIA	
Estabelecer processo de gestão de continuidade do negócio.	Em implantação
Dispopnibilizar relatório de acompanhamento do plano estratégico organizacional em formato aberto.	Implantado
Implementar avaliação da eficiencia dos principais processos organizacionais.	Implantado
CONTROLE	
Disponibilizar, no sítio eletrônico, informações, procedimentos e práticas de tratamento de dados pessoais utilizadas pelo MJSP.	Implantado
Disponibilizar informação resultados do programa de garantia de qualidade e melhoria da atividade de auditoria interna.	Implantado



GESTÃO DE PESSOAS

	STATUS
Procedimento de definição, documentação e revisão dos perfis profissionais desejados para cada ocupação ou grupo de ocupações.	Implantado
Procedimento de definição e revisão do quantitativo necessário de pessoal por unidade organizacional ou por processo de trabalho.	Implantado na maior parte
A organização executa ações educacionais para assegurar a disponibilidade de sucessores qualificados para as ocupações críticas.	Implantado



GESTÃO DE CONTRATAÇÕES

	STATUS
Mecanismos para desenvolver a capacidade dos colaboradores da área de contratações.	Implantado
Adotar critérios e práticas sustentáveis nas contratações, quando cabível.	Implantado
Equipes de planejamento das contratações com capacitação em gestão de riscos.	Implantado



GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

	STATUS
Estabelecer Plano de continuidade de serviços de TI.	Em implantação
Estabelecer processos e atividades para a gestão da segurança da informação.	Implantado
Implementar processo de *software* identifica precocemente e durante todo o ciclo de vida os requisitos de segurança da informação.	Implantado



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

	STATUS
Metas formais de economia financeira.	Em discussão interna
O levantamento das prioridades, relacionadas com as atividades da organização, que demandam recursos orçamentários inclui os planos regionais ou setoriais.	Implantado

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

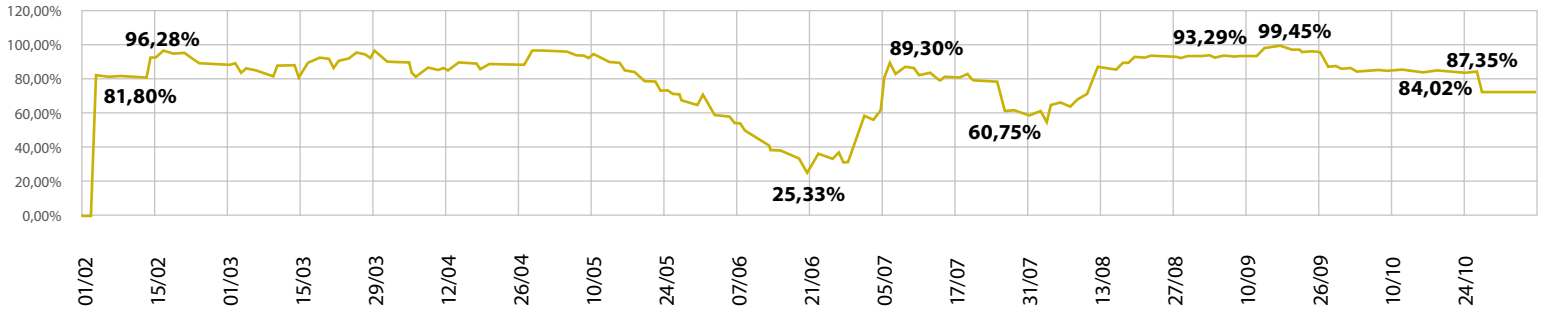
O MJSP, no cumprimento do princípio da transparência e da disponibilidade das informações perante à sociedade, tem investido em ferramentas de comunicação a fim de torná-las mais abrangentes para que o cidadão possa acompanhar e fiscalizar as entregas, pelo órgão, de produtos e serviços. Para isso, a Ouvidoria-geral do MJSP exerce a função de ser o interlocutor entre a pasta e a sociedade e que a instrumentaliza dispondo de uma rede de acesso à informação, que inclui a Rede do Serviço de informação ao Cidadão - Rede SIC e a Rede de Ouvidorias - OuvJus, as quais abrangem todas as unidades do Ministério.

Nesse sentido, a Ouvidoria-Geral tem se empenhando para consolidar o adequado funcionamento da rede, bem como estabelecer uma comunicação com a sociedade sem ruídos que vise fomentar as estruturas colegiadas para pradonização de procedimentos no dia a dia de suas atividades.

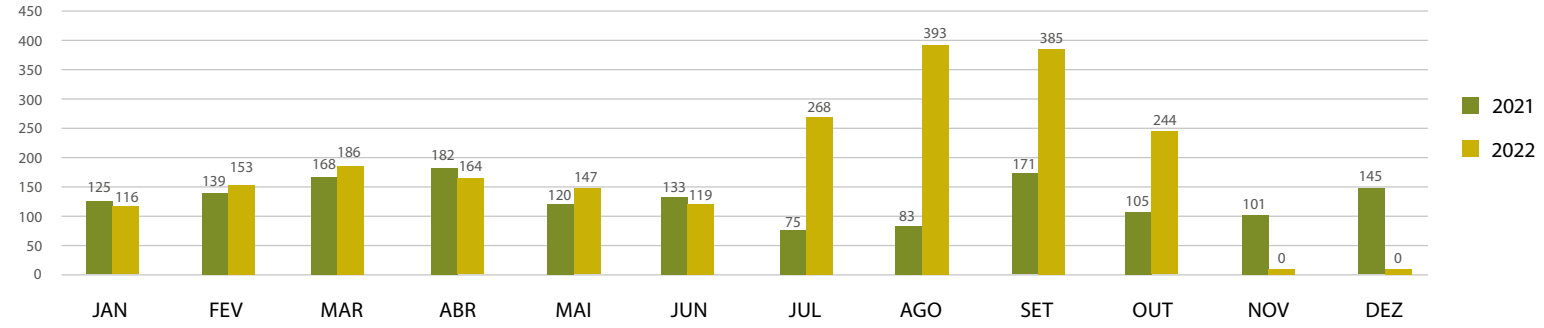
Consequentemente, os esforços despendidos pela Ouvidoria-Geral deram frutos e, no ano de 2022, o Ministério exibiu resultados significativos no que tange o seu relacionamento com a sociedade.

Em junho de 2022, diante do desafio gerado pelo aumento das demandas de ouvidoria, em consequência do registro imediato na Plataforma Fala.BR das demandas recebidas por carta e e-mail; pelo deslocamento dos colaboradores para o atendimento presencial; e pela redução do efetivo de analistas de ouvidoria, a Unidade implementou um painel de monitoramento das manifestações de ouvidoria, com vistas, sobretudo, a garantir o cumprimento dos prazos e da qualidade das respostas. Para tanto, a Ouvidoria passou a utilizar uma funcionalidade da Plataforma Fala.BR, otimizando o fluxo de triagem das manifestações; a monitorar semanalmente os prazos das manifestações com vencimento próximo; e a monitorar diariamente os processos tramitados para as Unidades do MJSP com retorno programado no SEI. Como resultado, verificou-se significativa melhora no tempo de análise, de tramitação das manifestações e de resposta das Unidades demandadas, conforme gráfico a seguir:

Percentual de manifestações em andamento em relação ao total recebido nos últimos 30 dias



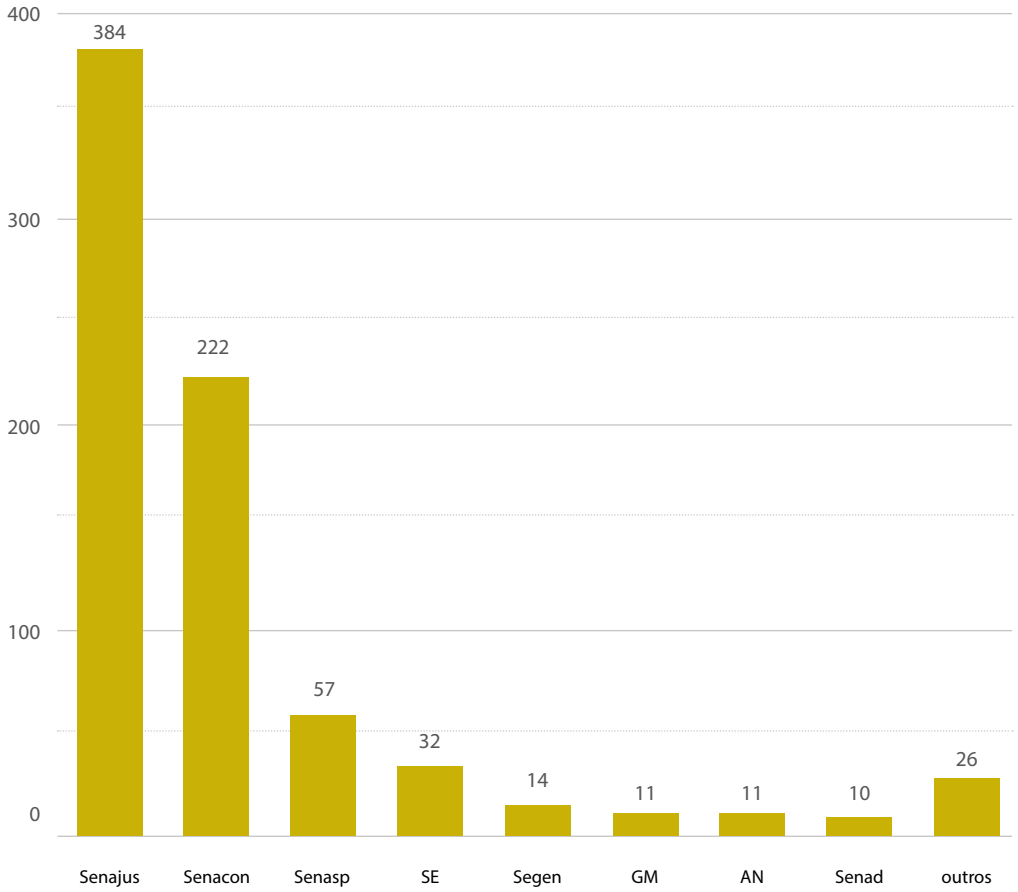
Manifestações de ouvidoria tramitadas para as unidades



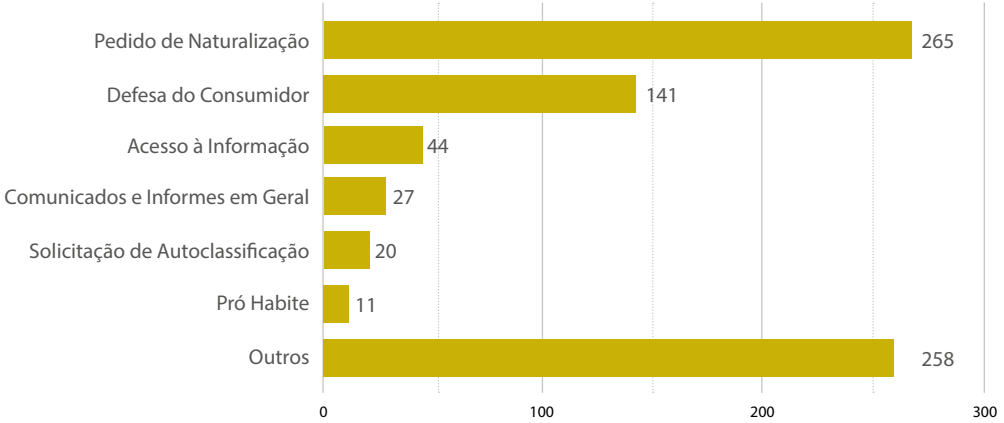
Fonte: Ouvidoria/MJSP

Gerenciamento das Demandas das Manifestações de Ouvidoria - em julho de 2022 a Ouvidoria-Geral passou a classificar, em assunto e sub-assunto, tanto as manifestações de ouvidoria quanto os pedidos de acesso à informação. Essa iniciativa tem por objetivo oferecer uma visão gerencial das matérias que mais são demandadas ao MJSP, o que permite aos gestores o conhecimento e a implementação, em tempo real, das oportunidades de melhoria apontadas com base nessa classificação.

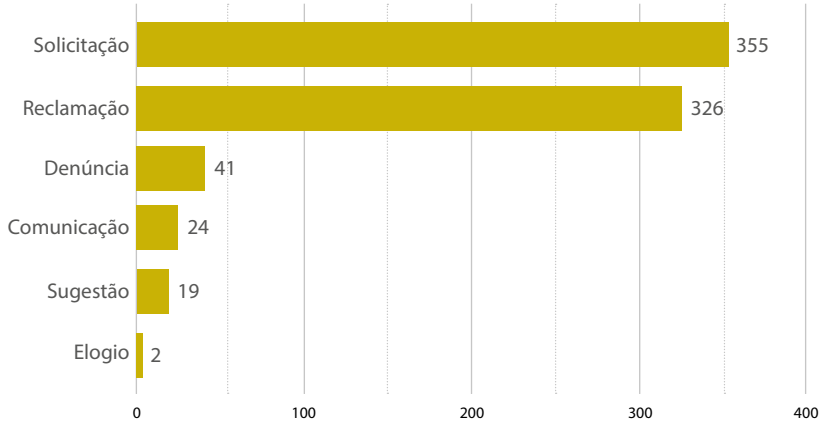
Manifestações tramitadas para as Unidades Centrais



Manifestações de ouvidoria classificadas por assunto



Manifestações de ouvidoria classificadas por assunto





Triagem e Tratamento Automáticos das Manifestações de Ouvidoria - em outubro de 2022 a Ouvidoria-Geral deu início à implementação do Módulo de Triagem e Tratamento das manifestações de ouvidoria. Essa ferramenta permitirá que todo o tratamento das manifestações de ouvidoria (elogios, sugestões, solicitações, reclamações e denúncias), seja realizado dentro do ambiente Fala.BR, sem a necessidade de uso de outros sistemas de tramitação interna, no caso do MJSP, o SEI.

Desse modo, o processo conta com mecanismos específicos de gestão e controle, o que permite a sua rastreabilidade e aumenta a segurança dos usuários que se utilizam do canal para se comunicar com a Administração. A implantação do Módulo de Triagem e Tratamento Automático nas unidades centrais do MJSP, ou seja, nas Assessorias Especiais do Ministro e nas Secretarias Nacionais, deverá ocorrer até o final de novembro deste ano. Para essa implementação, foram desenvolvidos um manual de operação e um módulo de capacitação voltado para os pontos focais de ouvidoria e gestores das Unidades demandadas.

Análise Formal Prévia de Ouvidoria - ainda em outubro de 2022 foi implementada o documento formal (informação) de análise prévia de ouvidoria, que consiste na coleta e registro dos elementos necessários para atuação da ouvidoria e, no caso de denúncias, na avaliação da existência de requisitos mínimos de autoria e materialidade que amparem sua apuração por órgão competente do MJSP.

Atualização Normativa - considerando as alterações ocorridas nos normativos infralegais sobre tratamento de manifestações de ouvidoria, sobretudo aquelas trazidas pela Portaria CGU nº 581, de 2021 (e alterações posteriores), encontra-se em fase de atualização a Portaria do Ministro que rege o funcionamento da Rede de Ouvidorias do MJSP – OuvJus, com previsão de publicação até dezembro de 2022.

SIC-Central - O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) é a unidade responsável por atender os pedidos de acesso à informação feitos ao MJSP, com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI). É uma unidade de serviço que pertence à Ouvidoria-Geral do Gabinete do Ministro e possui as seguintes atribuições:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso às informações;
- Conceder o acesso imediato à informação disponível;
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- Outras atribuições elencadas na Portaria nº 681, de 5 de dezembro de 2019 do MJSP.

Compete ao SIC disponibilizar ao requerente a informação pleiteada, de forma clara e precisa, ou indicar o local em que se possa buscar a informação, caso já esteja disponível no portal gov.br/mj, e tem a responsabilidade de responder ao cidadão no prazo da LAI, conforme Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019. No MJSP, este serviço está disponível para atendimento ao público, sendo realizado das seguintes formas:

- Atendimento Presencial; e
- Acesso eletrônico ao Formulário concedido pelo Fala.BR.

ACESSO À INFORMAÇÃO 2022

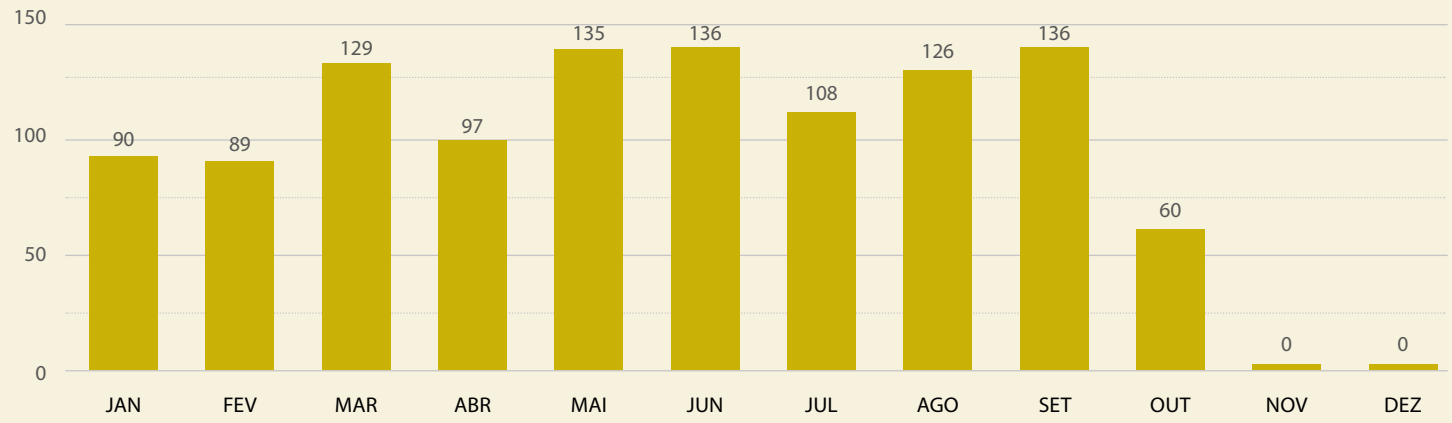
Fonte: Sistema Fala.BR/CGU

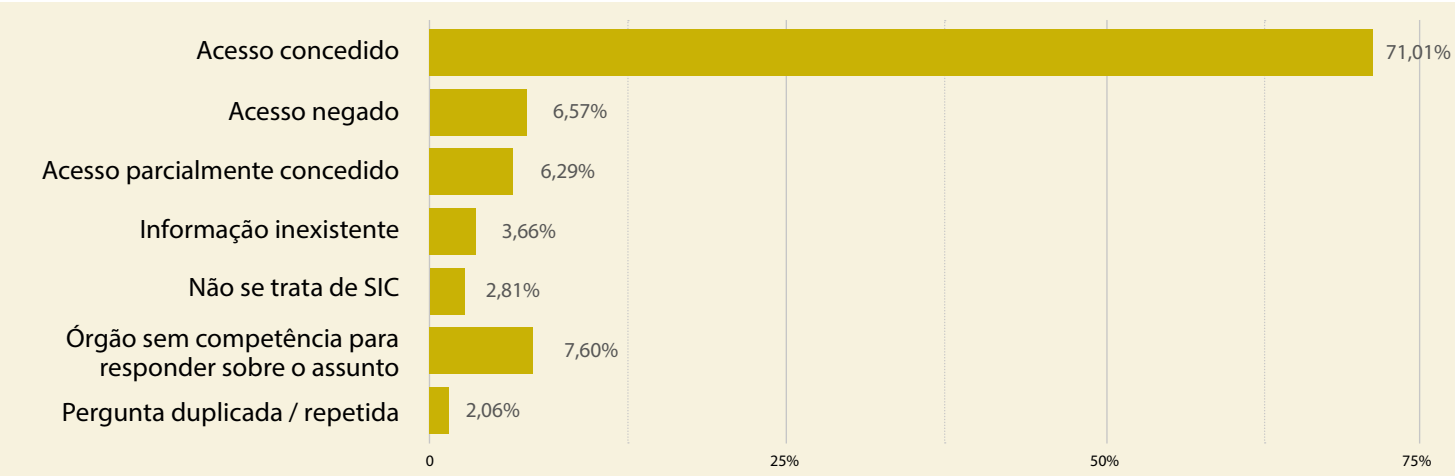
1.106 TOTAL DE MANIFESTAÇÕES

22 Cadastradas

1.072 Concluídas

12 DIAS Tempo médio de resposta





CUMPRIMENTO DE ITENS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA

100%

TOTAL DE RECURSOS	1ª INSTÂNCIA	2ª INSTÂNCIA	3ª INSTÂNCIA	4ª INSTÂNCIA
193	84 Chefe Hierárquico	97 Autoridade Máxima do Órgão	11 Controladoria Geral da União	1 Comissão Mista de Reavaliação de Informações

É importante frisar que todos os pedidos possuem prazos, e seus estágios passam pelo SIC-Central da Ouvidoria-Geral com um destaque especial para os Recursos em Segunda Instância, os quais possuem análise minuciosa por parte do Ouvidor-Geral, e enviados em sede recursal ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para deliberação.

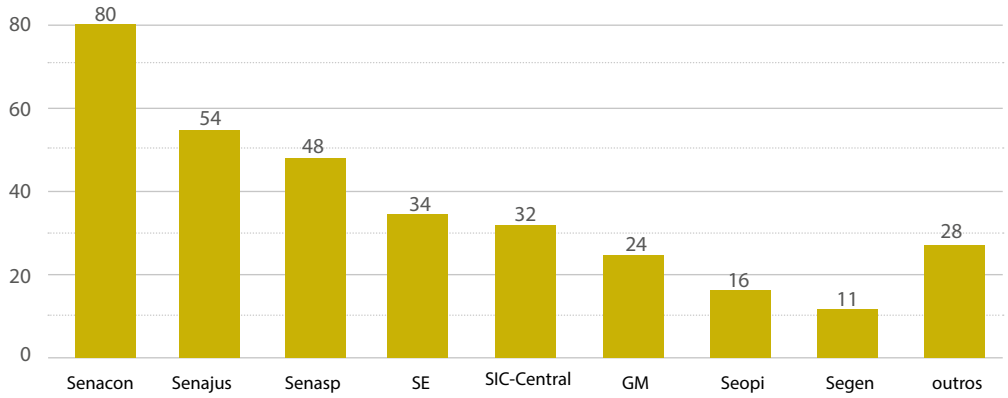
Durante o ano de 2022 (de janeiro a outubro), a Ouvidoria-Geral, por meio da Equipe do SIC - Central, analisou, até a presente data, 1.106 manifestações, com destaque para os meses de junho e setembro, quando ocorreram os maiores números de manifestações de LAI. Desses pedidos, o cidadão obteve 71,1% de acessos concedidos; 6,29% parcialmente concedidos e, apenas 6,57% pedidos negados.

Do total dos 193 recursos, isto é, os pedidos que tramitaram por diversas hierarquias dentro das unidades (secretarias e departamentos), observa-se que: 84 foram em 1ª Instância; 97 em 2ª Instância; 11 em 3ª Instância, e apenas 1 na 4ª Instância.

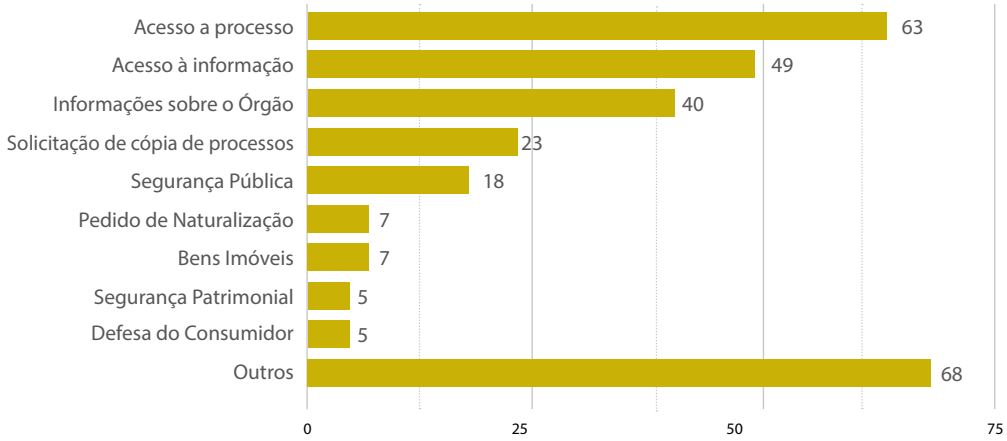
Cabe esclarecer que, os pedidos com recurso em 1ª Instância são analisados por chefes de Departamentos e Diretorias, a nível tático e operacional; já os pedidos com recurso em 2ª Instância são submetidos ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública; os em 3ª Instância são tratados pela Controladoria Geral da União - CGU e, por fim, os recurso em 4ª e última Instância, são analisados pela CMRI – Comissão Mista de Reavaliação de Informações tendo como membro titular o Ministro da Justiça e Segurança Pública, e o Ouvidor-Geral como suplente.

Dados Qualitativos do SIC (a partir de Julho de 2022) - A Ouvidoria-Geral desenvolveu um painel BI de consumo interno para análise de dados qualitativos de manifestações de Acesso à Informação. A leitura dos dados se dá a partir de 2022, com 285 (duzentas e oitenta e cinco) manifestações de acesso à informação cadastradas.

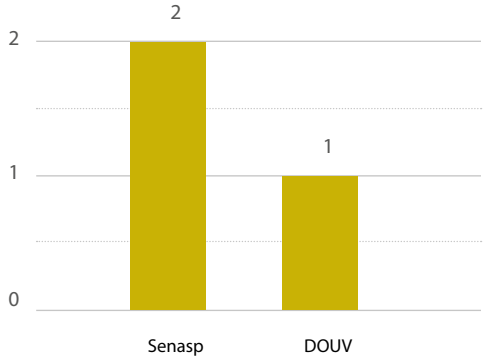
É importante ressaltar que os relatórios do Fala.BR não mensuram esse tipo de dado, por isso, a Ouvidoria tomou a decisão de computá-los a partir desse semestre.



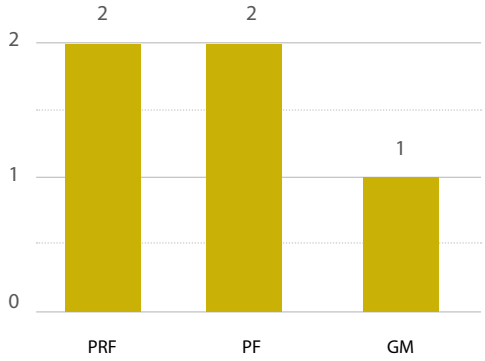
Observa-se no gráfico acima que a unidade que possui maior número de pedidos de acesso à informação é a Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon, responsável pelos temas relacionados às relações do consumidor e à Plataforma Consumidor.gov.br, seguido da Secretaria Nacional de Justiça – Senajus, e da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp.



Verifica-se no gráfico acima que os assuntos mais demandados pelos cidadãos são solicitações de acesso a processos SEI (NUP – Número único de protocolo) seguido de demais informações sobre o Ministério.



Analisando os recursos acima, observa-se que a Senasp é a unidade que possui **maior incidência de Recursos em 1ª Instância**.



Observando os recursos no gráfico acima, observa-se que a PRF e a PF são as unidades que possuem **maior número de processos tramitando com recursos de 2ª instância**. Esses recursos são submetidos ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, autoridade máxima do órgão.

Transparência ativa - Segundo o Regimento Interno vigente do Gabinete do Ministro e as atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, à Ouvidoria-Geral - OUVG compete promover a transparência da gestão pública, o controle social, o acesso à informação e a abertura de dados. Por essa razão, a unidade é responsável por manter o menu *"Acesso à Informação"* do Portal do Ministério (gov.br/mj), em conformidade com Decreto Nº 9.690, de 2019, isto significa que, **a OUVG monitora 28 páginas** residentes no menu supra, sendo responsável por atualizar algumas delas e cobrar atualização de outras páginas de reponsabilidade das demais unidades desta Pasta, conforme a Portaria nº 369, de 2019 de Transparência Ativa do MJSP.



Elaboração do Plano de Dados Abertos – PDA (Biênio nov/2022 - nov/2024) O Plano de Dados Abertos é o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados no Ministério da Justiça e Segurança Púbica - MJSP, obedecendo aos padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações. A OUVG foi percussora na abertura de dados para a sociedade, e está cada vez mais se valendo desse formato de transparência, com o objetivo de facilitar o uso dessas informações pelos cidadãos.

No mês de setembro de 2022, a Ouvidoria-Geral instanciou, por meio do Ofício-Circular nº01/2022/SIC-CENTRAL (19862023) todas as unidades do órgão para construir o Inventário de Dados Abertos de bases fechadas. As unidades administrativas deste Ministério informaram a viabilidade de abertura de 9 (nove) bases fechadas.

A OUVG submeteu seu Inventário de Dados para à opinião pública. A iniciativa tem o objetivo de priorizar os dados mais relevantes para os cidadãos – produzidos ou acumulados pela Pasta – cujo acesso será aberto, com a finalidade de produzir o novo PDA. A pesquisa está publicada desde o dia 10/10/2022 nos seguintes sites: Portal Oficial do MJSP e, também, no Portal Brasileiro de Dados Abertos, entre outros.



Implementação do Sistema e-Agendas - A Ouvidoria-Geral providenciou o treinamento de mais de 100 (cem) usuários, via *Teams*, e liberou os acessos para que os servidores com o perfil de Administrador Institucional Gestor (Chefes de Gabinetes ou responsáveis designados pelo próprio Gabinete) possam cadastrar os Agentes Públicos Obrigados (que têm a obrigatoriedade de publicar suas agendas de compromissos públicos), bem como os Assistentes Técnicos (prestadores - Secretárias e equivalentes - ou colaboradores designados pela Chefia que irão pu-

blicar os compromissos das agendas como Operadores).



A medida ocorreu por força do Decreto nº 10.889, de 9 de dezembro de 2021, que institui o Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo federal e-Agendas (plataforma própria da Controladoria Geral da União – CGU) e dispõe sobre as novas regras de registro, definição de perfis, participação direta da alta gestão na divulgação da agenda de compromissos públicos das autoridades e a atuação de agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo federal, em audiências, entre outras providências. O novo Sistema de Agendas passou a funcionar no âmbito do MJSP no dia 9 de outubro do corrente ano, conforme cronograma da CGU, sendo um dos poucos órgãos do Poder Executivo que tem a ferramenta de registro de compromissos em produção e ativa. Clique aqui para assistir o vídeo sobre o que muda no sistema de agendas.

Evento de comemoração dos 10 anos da LAI - A OUVG realizou o Evento de 10 anos de Vigência da Lei de Acesso à Informação – LAI, na data de 16 de maio de 2022. O Ouvidor-Geral do MJSP e Autoridade de Monitoramento da LAI, Felipe Uchoa, e o Chefe de Gabinete do Ministro, Sr. Marcos Paulo Cardoso, realizaram a abertura do Evento. A Servidora Raquel Avelar, responsável pelo SIC-Central da Ouvidoria fez a apresentação dos 10 anos de Vigência da LAI no âmbito do MJSP. O evento contou com a presença da Drª Miriam Wimmer, Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD. A servidora é Doutora em Políticas de Comunicação da UnB, Mestre em Direito Público e graduada em Direito pela UERJ. A Palestrante falou da harmonia na aplicação da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e a LAI. Durante o evento foi homenageada.

Participou como Palestrante o Servidor do MJSP, Bruno Crescenti, graduado em Arquivologia pela UnB, ele é Coordenador de Documentação e Informação do Órgão e Gestor de Segurança e Credenciamento, de que trata o Decreto Nº 7.845, de 2012, que regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informações classificadas em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. O Palestrante falou sobre Classificação de Documentos Sigilosos.

Carta de Serviços ao Cidadão - Com a publicação do Decreto Nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal, as Cartas de Serviços referentes aos órgãos vinculados foram centralizadas no portal único gov.br, ficando a responsabilidade do cadastro dos serviços e atualização dos conteúdos a cargo dos respectivos órgãos.

A carta de serviços ao cidadão do Ministério visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados pelo órgão, como ter acesso e ou obter esses serviços.

Revisada no mês de outubro, a carta de serviços do MJSP possui 44 serviços públicos disponíveis e podem ser acessados clicando aqui.

Participação em Fóruns e Comitês

1. Fórum Nacional de Ouvidores do Sistema Único de Segurança Pública - FNOSP

• Presidência: Ouvidor-Geral do MJSP

• Quantidades de Reuniões 2022: 4

• Principais pautas discutidas: Dia Nacional do Ouvidor de Segurança Pública; curso de Pós-graduação em Ouvidoria de Segurança Pública; atualização da Portaria nº 272, de 29 de junho de 2021, que designa os representantes para compor o Fórum (Portaria nº 132, de 08 de junho de 2022); coordenação do Grupo de trabalho para revisão legislativa do Decreto nº 9.866, de 27 de junho de 2019, que institui o FNOSP; realização do curso *"Mediação de Conflitos - Básico: Ouvidoria de Segurança Pública"* para os membros do FNOSP; Elaboração do novo Manual de Ouvidorias de Segurança Pública; Criação do *"I Concurso de Boas Práticas"* teve o objetivo de estimular, reconhe-

cer e premiar iniciativas desenvolvidas pelas suas ouvidorias de polícia, que promovessem o aprimoramento do controle social, ampliação dos canais de participação social na gestão e a melhoria na prestação de serviços públicos; Criação da *"I Revista dos Ouvidores – FNOSP"*, com publicação de artigos-científicos; realização da Palestra *"Dados que deverão constar no Relatório Anual das Ouvidorias do FNOSP"*, ministrada pelo Cel. Nelson Gonçalves de Souza, Diretor de Gestão e Integração de Informações/Senasp/MJSP; realização da palestra *"A nova realidade das Ouvidorias frente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD"*, ministrada pelo Ouvidor-Geral do MJSP e Presidente do Fórum Nacional de Ouvidores do Sistema Único de Segurança Pública.

2. Colégio de Ouvidores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - OUVCON

• Presidência: Ouvidor-Geral do MJSP

• Quantidade de Reuniões: 1

• Principais pautas discutidas: Implementação do Projeto de Fortalecimento dos Órgãos de Defesa do Consumidor no âmbito das Ouvidorias do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com a entrega de kits de desktops acompanhados de monitor, mouse e teclado para o reaparelhamento dos Procon's e suas Ouvidorias; Coordenação do Grupo de Trabalho para revisão legislativa do Decreto Nº 10.051, de 9 de outubro de 2019, que institui o Colégio de Ouvidores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com o objetivo de alterar os membros do OUVCON; Elaboração de Nota Técnica, Exposição de Motivos e Minuta de alteração do referido Decreto.

3. Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS

• Coordenador: Ouvidor-Geral do MJSP

• Quantidade de Reuniões: 1

• Principais pautas discutidas: normativos da CPADS; tramitação de Documentos Classificados; Posto de Controle Credenciamento e Segurança – PCCS; e, Procedimento para o cadastramento dos órgãos internos e dos demais órgãos.

4. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

• Encarregado de Dados do MJSP: Ouvidor-Geral do MJSP

• Sobre a Lei n. 13.709/2018: conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), entrou em vigor em agosto de 2020. Esta lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Para sua implementação, todas as instituições de direito público e privado devem adequar seus processos e sistemas de modo a fazer o tratamento dos dados pessoais em conformidade com o que determina a lei.

• Ações em relação à LGPD: Para dar início à implementação da Lei 13.709/2018, foi criada a Portaria nº 561, de 31 de dezembro de 2021, que Institui a Política Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do MJSP.

Foi realizada a nomeação do Encarregado, que conduz a instituição, em conjunto com o Comitê de Governança Digital, segundo o Art. 2º do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 20201. De acordo com o referido decreto, o encarregado é um dos membros do Comitê de Governança Digital do respectivo órgão, que tem como objetivo deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação.

Com o intuito de incentivar a evolução necessária para que o órgão esteja em conformidade com a LGPD, o MJSP elaborou uma cartilha destinada aos servidores e colaboradores para apresentar os principais conceitos da Lei. A iniciativa foi produzida pela Ouvidoria-Geral do MJSP e faz parte de uma série de ações de divulgação e adequação à diretriz.

Além dessas ações, foi realizado o Inventário de Dados Pessoais dos Sistemas e aplicativos do MJSP, a fim de atender ao disposto no artigo 37 da Lei nº 13.709, publicado no portal do MJSP, na página da Ouvidoria-Geral, constando todos os sistemas/aplicativos que tratam dados pessoais, tanto no âmbito do Ministério, como dos órgãos vinculados a ele.

Até o momento, foram inventariados 46 sistemas/aplicativos no âmbito deste Ministério, disponível no portal da Ouvidoria-Geral, no site do MJSP.

A fim de apoiar as unidades quanto à criação de seus avisos de privacidade, termos de uso e Relatórios de Impacto, a Ouvidoria-Geral, promoveu uma oficina para auxiliar os servidores na elaboração desses documentos, realizada no mês de março de 2022, contando com a presença de 31 participantes.

As unidades do MJSP, estão elaborando os Avisos de privacidade, Termos de Uso e Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, que são documentos informativos pelo qual o prestador de serviço transparece ao usuário a forma como o serviço realiza o tratamento dos dados pessoais e como ele fornece privacidade ao usuário.

Indicações dos titulares e suplentes dos pontos focais das unidades centrais do MJSP para tratar diretamente de assuntos relacionados a LGPD

Indicações dos titulares e suplentes dos encarregados setoriais dos Órgãos vinculados deste Ministério MJSP para tratar diretamente de assuntos relacionados a LGPD

Criação do portal do MJSP, uma página própria para tratar da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), divulgando informações sobre o tratamento de dados pessoais e outras informações importantes, disponíveis clicando aqui.

Inserção no Portal LGPD do MJSP das orientações para implementação da portaria nº 561, no tocante ao fluxo de aprovação dos Termos de Uso, Avisos de Privacidade e Relatório de Impacto, bem como contém o modelo para elaboração do Inventário de Dados Pessoais, em relação aos aplicativos e sistemas que tratam dados pessoais no MJSP.

5. Coordenação do Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação – CGDI

• Coordenador: Ouvidor-Geral do MJSP

• Quantidade de Reuniões: 1

• Sobre o CGDI: Criado pela Portaria do Ministro nº 2/2022, o Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação – CGDI faz parte do Sistema de Governança de Dados e Sistemas de Informação do MJSP - SGDS-MJSP, que é caracterizado pelo conjunto de práticas gerenciais, mecanismos de liderança, estratégias e controles, instituídos com a finalidade de estabelecer o modelo de tomada e decisão nos assuntos relacionados à gestão, ao compartilhamento, à transparência e abertura de dados, às informações e sistemas de informação.

• Quantidade de Reuniões: 12 (doze) Reuniões Ordinárias e 1 (uma) Reunião Extraordinária

• Principais pautas discutidas: APROVADOS 216 (duzentos e dezesseis) Acordos de Cooperação Técnica (ACT), que se define como instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica visando a execução de programas de trabalho, projetos/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes; APROVADO 1 (um) Ato Conjunto Simplificado (ACS), que é quando a captação ou compartilhamento de bases de dados e demais ativos de informação ocorrer exclusivamente entre órgãos do MJSP; APROVADOS documentos como Termo de Uso, Aviso de Privacidade e Relatório de Impacto referentes a sistemas/aplicativos que tratam de dados pessoais, em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, onde atribui ao CGDI como o Comitê para auxiliar a implementação da LGPD no MJSP.

• Subcomitê de Normas de Acesso aos Sistemas de Segurança Pública: Conforme o disposto no Regimento Interno do CGDI - Resolução nº 2, de 8 de março de 2021, foi criado o Subcomitê de Normas de Acesso aos Sistemas de Segurança Pública, com vistas a padronizar o perfil de acesso a dados utilizados pelos sistemas hospedados no MJSP, com prazo de vigência de 1 (um) ano:

Em relação ao referido Subcomitê, foram realizadas até o momento 7 (sete) reuniões, com membros indicados pelo representante do órgão e unidades do Comitê de Governança

de Dados e Sistemas de Informação.

6. Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

• Função: Ouvidor-Geral (membro-suplente do Ministro da Justiça e Segurança Pública)

• Quantidade de Reuniões: 12

• Sobre a CMRI: 4ª instância da Lei de Acesso à Informação

7. Outros Comitês e Comissões de competência do Ouvidor-Geral

• Titular da Comissão Executiva so Programa de Integridade do MJSP – CEPI

• Titular do Comitê Interministerial para Governo Aberto – CIGA

• Titular do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção – CTPCC

• Suplente do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – CGINDA

• Membro nato do Comitê de Governança Estratégica do MJSP – CGE

• Membro nato do Comitê de Governança Administrativa do MJSP – CGA

• Membro titular da Comissão Técnica de Governança do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CT-PNSP)

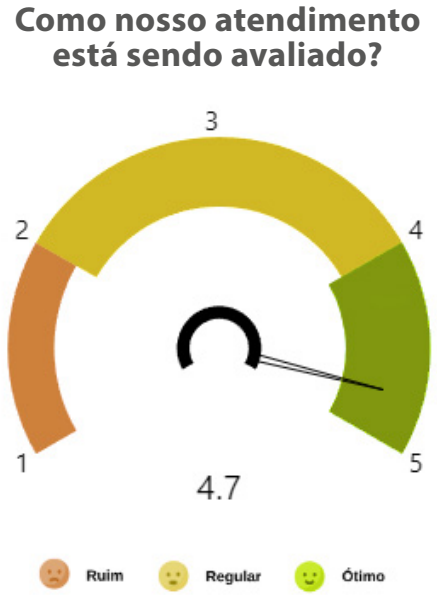
• Membro titular do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação - CGDSIC

Outras Ações da Ouvidoria-Geral

1. II Maratona de Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos: Atendendo a Resolução nº 10 de 16 de maio de 2022 que aprova a realização e o regulamento da II Maratona de Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos, e tem o objetivo de promover o conhecimento pelos usuários dos serviços públicos acerca de seus direitos e do papel das ouvidorias para salvaguardá-los, a Ouvidoria-Geral do MJSP buscou desenvolver ações pautadas em boas práticas em torno da transparência, segurança da informação, entre outras, visando o aprimoramento da instituição por meio da participação em eventos que concursos como a II Maratona de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos, atividade coordenada pela Controladoria-Geral da União, em comemoração aos 5 anos da Lei nº 13.460/2017. A ação consistiu na divulgação de mensagens diárias alusivas aos direitos dos usuários dos serviços públicos, por meio das redes sociais do MISP.

2. Programa *"A Ouvidoria é sua"*: tem como objetivo promover o conhecimento dos direitos dos usuários, bem como disseminar a cultura da participação ativa no âmbito do MJSP, por meio da Ouvidoria-Geral, fomentando o controle social. O programa refere-se à confecção de peças informativas como: calendários para o ano de 2023; prismas de mesa; cards com Código QR que remete à página da Plataforma Fala.BR; orelha de computador; e móbile.

3. Implementação da pesquisa de satisfação dos atendimentos presenciais da Ouvidoria-Geral: com vistas a conhecer a percepção do usuário que registra suas manifestações presencialmente e adotar, se necessário, ajustes nessa forma de atendimento. O resultado dessa pesquisa pode ser visualizado no gráfico a seguir:



Última atualização: 01/12/2022 as 10:53:09

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

A Ouvidoria-Geral utiliza a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, disponível em https://falabr.cgu.gov.br, para o recebimento e tratamento das manifestações dos cidadãos.

A Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR, foi desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), constituindo-se num canal integrado para registro de manifestações de ouvidoria (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e simplifique) a órgãos e entidades do poder público, bem como de pedidos de acesso à informação.

A Ouvidoria-Geral integra a Rede de Ouvidoria do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo federal (SisOuv), constituindo-se no canal único para o recebimento de manifestações de ouvidoria relativas aos serviços públicos prestados pelas unidades centrais do MJSP, nos termos da Lei nº 13.460, de 2017 (Código de Defesa do Usuário do Serviço Público).

Nesse sentido, em 2022 a Ouvidoria-Geral reforçou as orientações para que todas as manifestações de ouvidoria que eventualmente forem recebidas por outras Unidades do Ministério, sejam, imediatamente, encaminhadas à Ouvidoria-Geral para registro na Plataforma Fala.BR.

Referida plataforma centraliza, ainda, todos os pedidos de informação dirigidos ao Poder Executivo Federal, suas entidades vinculadas e empresas estatais, e que estiverem amparados pela Lei nº 12.527, de 2011 – Lei de Acesso à Informação.

Além desse canal eletrônico – indicado preferencialmente para o registro de manifestações – o cidadão pode encaminhar cartas, mensagens eletrônicas (e-mail: douv@mjsp.gov.br, para manifestações de Ouvidoria) ou realizar suas manifestações presencialmente, sem a necessidade de agendamento prévio. Considerando o arrefecimento do contágio pelo SARS-CoV-2, no contexto da pandemia internacional da Covid-19, em maio de 2022 foi reativado o canal de atendimento presencial que havia sido temporariamente suspenso, como medida de prevenção ao contágio.



https://www.flickr.com/photos/justicagovbr

Destaque em 2022, a Assessoria de Comunicação Social do MJSP elaborou a campanha para divulgação interna e externa do 1º Encontro Ministerial, que ocorreu no final de junho no Palácio da Justiça, reunindo autoridades de países sulamericanos.

A identidade visual criada leva em conta o mapa da América do Sul com duas mãos, uma em cada hemisfério, dando a ideia de união entre os países relacionados, utilizando cores sóbrias e frias para imprimir a seriedade do evento que possuiu o slogan *"1º Encontro Ministerial – Unidos contra o crime transnacional"*.

Relacionamento com a Sociedade em Números

WEB DIGITAL (produção de conteúdo para redes sociais)	
Facebook	735
Twitter	2.296
Instagram	735
Flickr / Google Fotos	3.976
Youtube	53
Youtube (ao vivo)	35
Hotsite / páginas (Gov.br)	12
Usuários cadastrados (editores de conteúdo)	54
TOTAL	**7.896**

ASSESSORIA DE IMPRENSA	TOTAL
Atendimento à imprensa	1.423
Produção de matérias (*site*)	487
Audiorelease	72

PRODUÇÃO GRÁFICA / PUBLICIDADE	TOTAL
Produção gráfica (cartaz, folder, banner)	558
Produção e edição de vídeos institucionais	132
Cards redes sociais	1.466
Cartilha	21 itens
Apresentações	11
Logomarcas	36
Fotos editadas	5.781

Fonte: Ascom/MJSP



ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Nos últimos anos, o MJSP tem envidado esforços no sentido de alinhar seus instrumentos de gestão permitindo uma visão mais clara do direcionamento do recursos do órgão e propiciando maiores subsídios para a tomada de decisão da alta administração.

Por meio do alinhamento entre as rubricas orçamentárias e os Macroprocessos da Cadeia de Valor do Ministério, é possível identificar os valores empregados em cada macroprocesso, distinguir a segregação das despesa entre despesas Finalísticas e despesas de Governança, Gestão e Suporte, além de identificar a execução do orçamento discricionário.

Destaca-se que a regra de negócio utilizada para apuração dos valores que integram essa seção envolve o recorte do indicador de resultado primário RP 2 – despesas discricionárias, dotações do Fundo Penitenciário Nacional e do Fundo Nacional de Segurança Pública, ou seja, não estão considerados os valores afetos às emendas parlamentares e à folha de pessoal. Além disso, em atendimento à DN TCU nº 198, de 23 de março de 2022, foram incluídas as informações das entidades vinculadas ao MJSP, quais sejam: Funai e Cade.

Cabe ressaltar que os macroprocessos da Cadeia de Valor guardam vinculação com os objetivos estratégicos do Ministério, conforme figura a seguir:

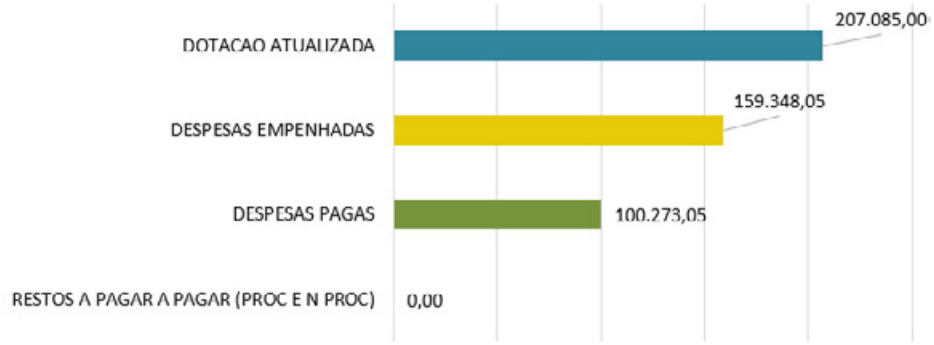
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Fortalecer o enfrentamento à criminalidade com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira
- Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão
- Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública
- Promover a gestão e a alienação do produto de crimes
- Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional
- Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor
- Gerir políticas referentes aos povos indígenas
- Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional
- Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores
- Aprimorar e intregar a gestão e a governança institucional
- Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

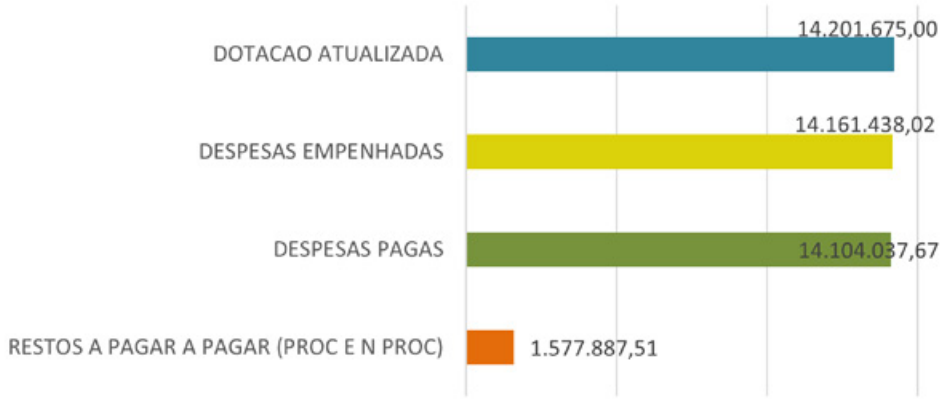
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO POR MACROPROCESSO FINALÍSTICO DA CADEIA DE VALOR

MACROPROCESSO FINALÍSTICO

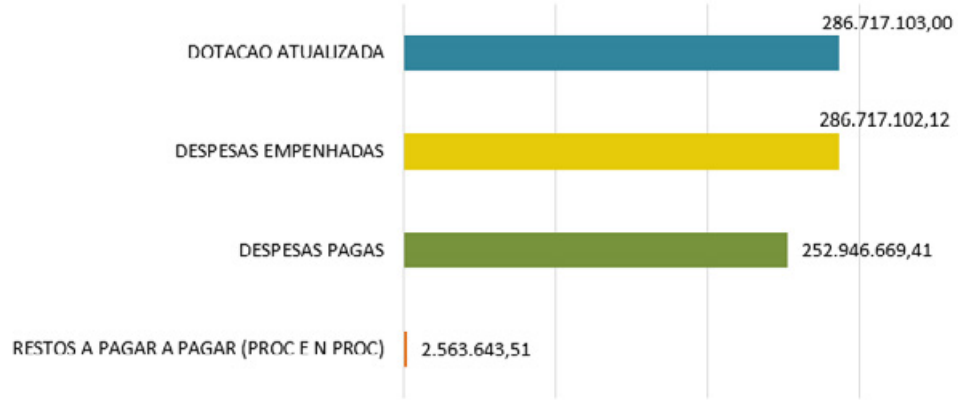
Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública



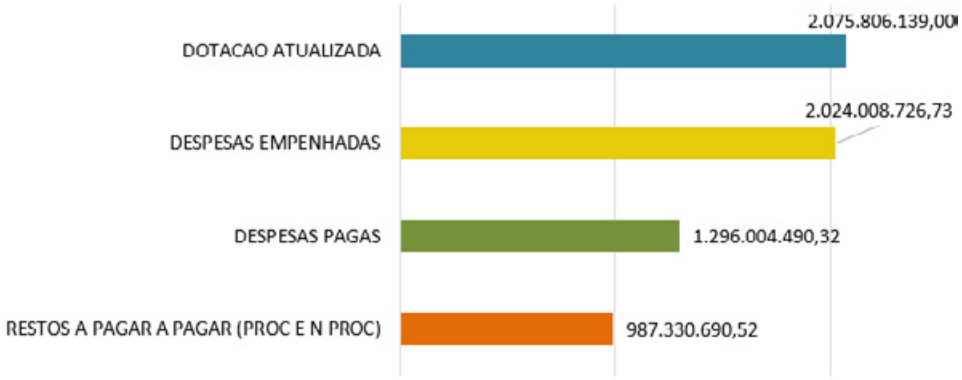
MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Articulação internacional



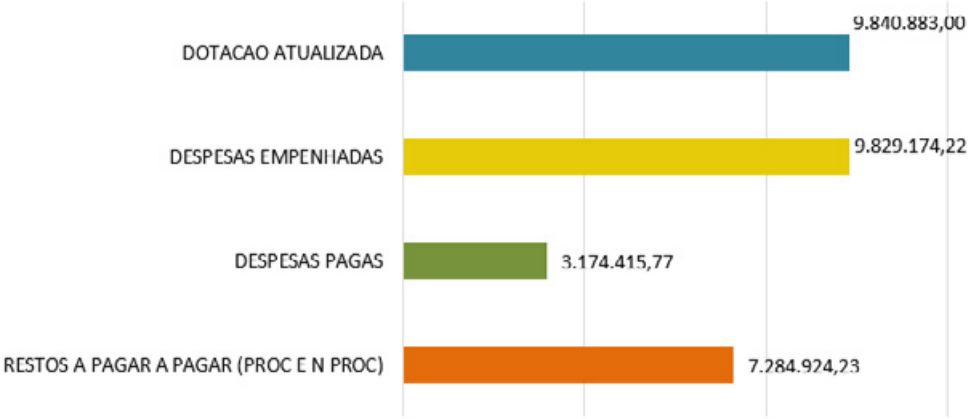
MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras



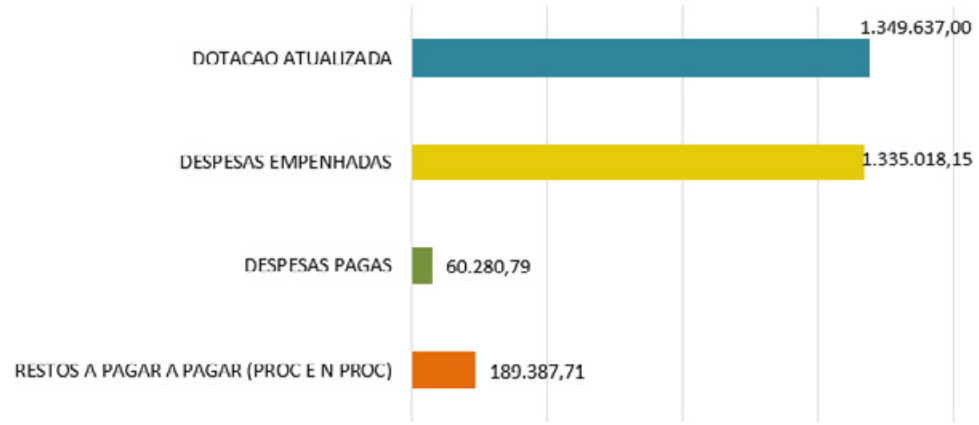
MACROPROCESSO FINALÍSTICO - Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública



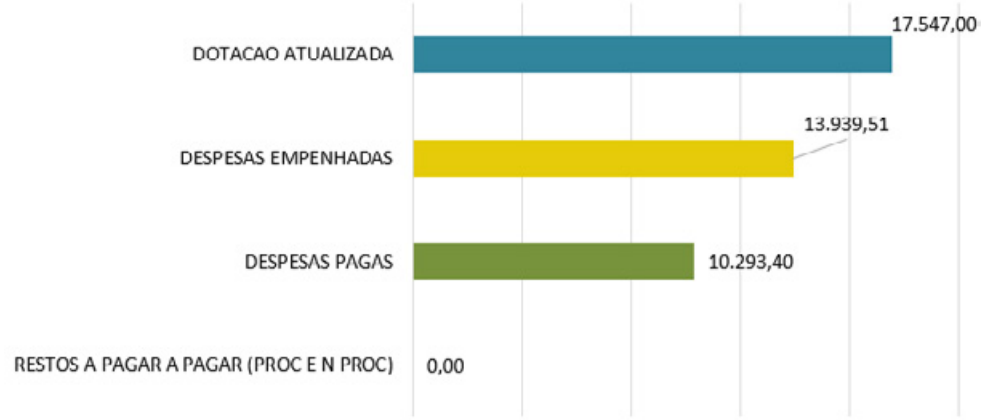
MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Defesa da Concorrência e do Consumidor



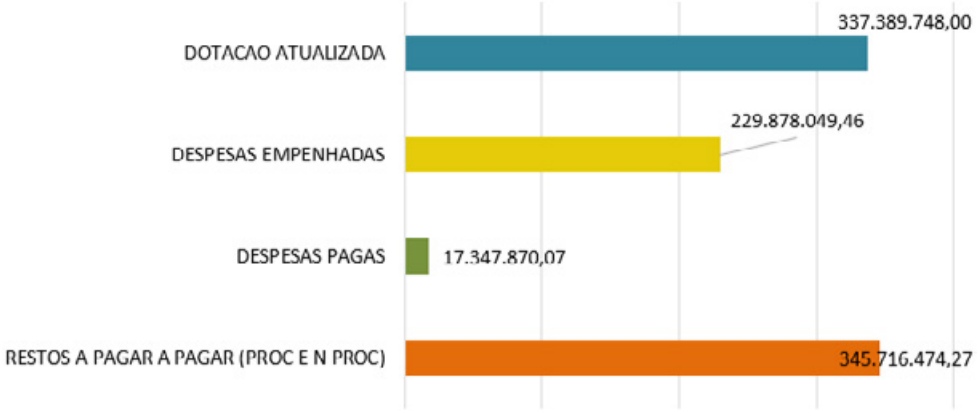
MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Enfrentamento ao tráfico de pessoas



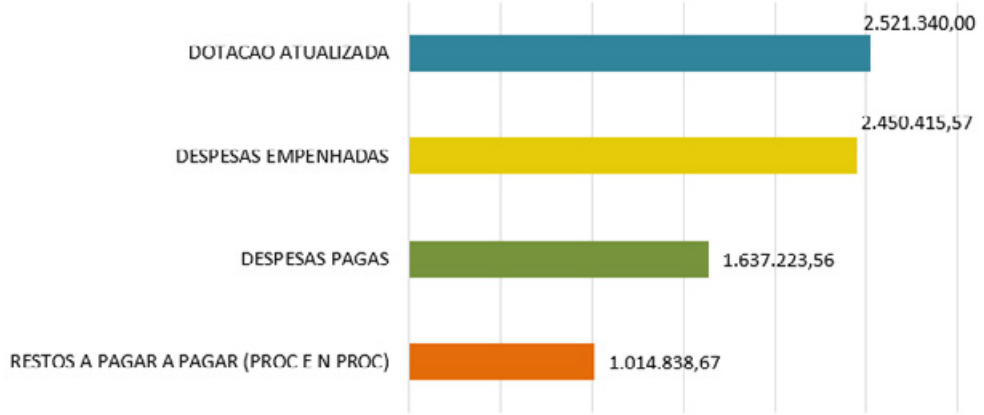
MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente



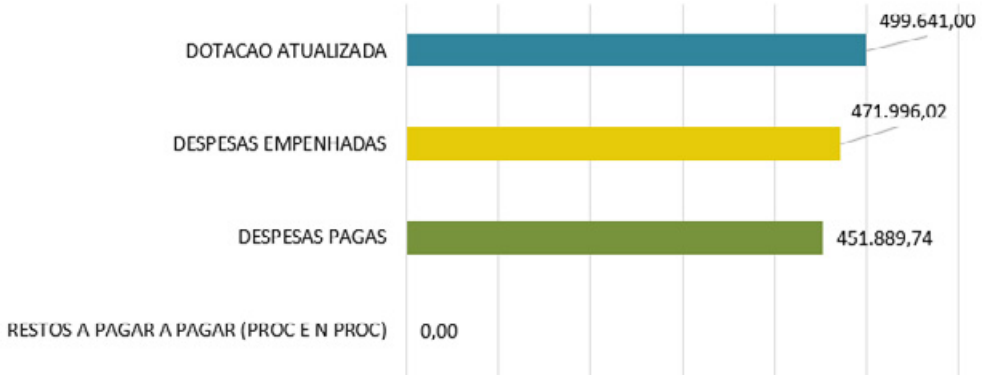
MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Garantia dos direitos da população prisional



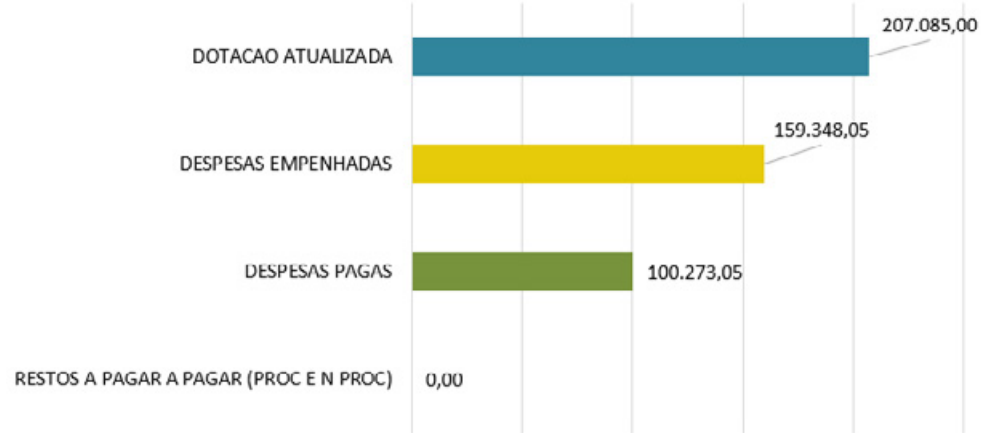
MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados



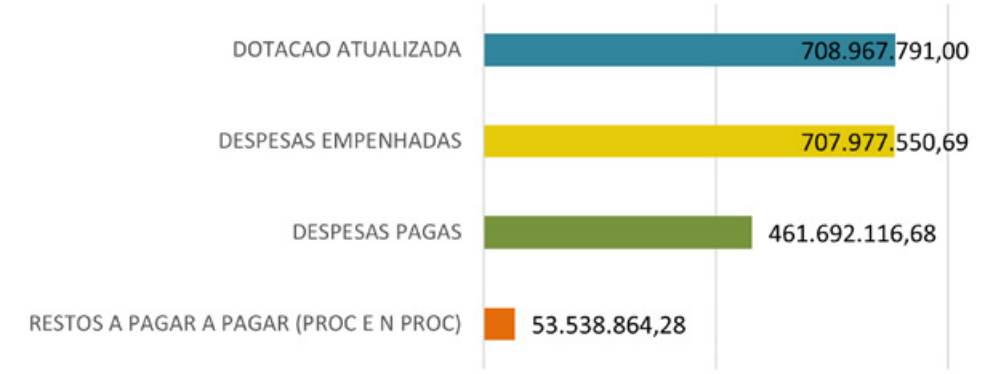
MACROPROCESSO FINALÍSTICO - Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro



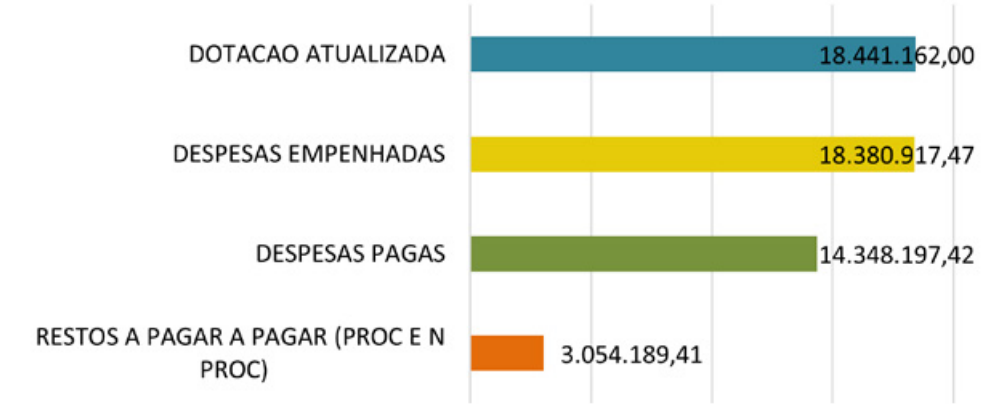
MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação



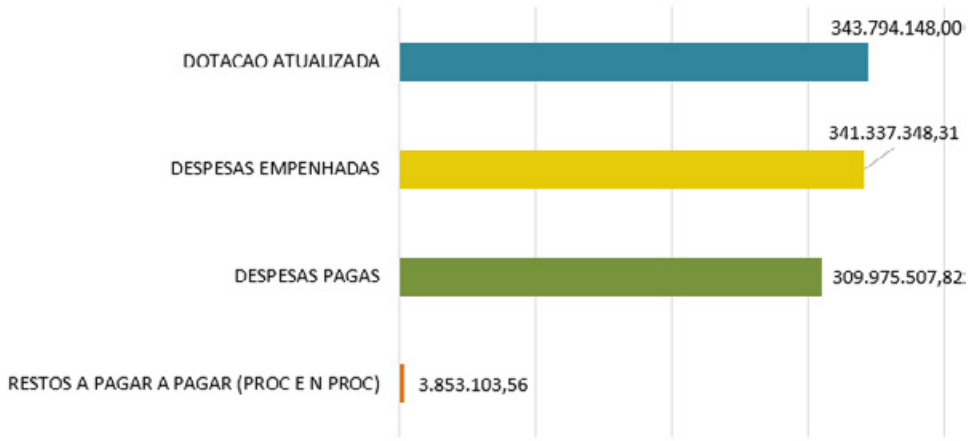
MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Gestão de investigações e operações em segurança pública



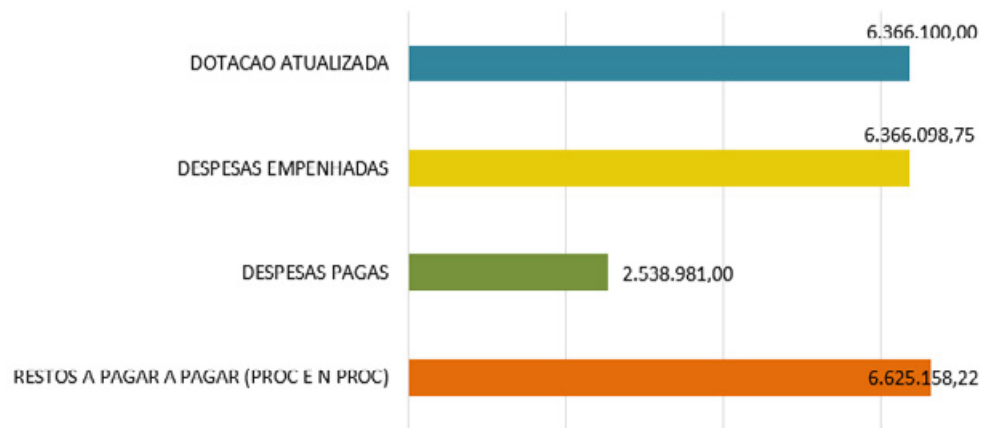
MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Gestão de Segurança Viária



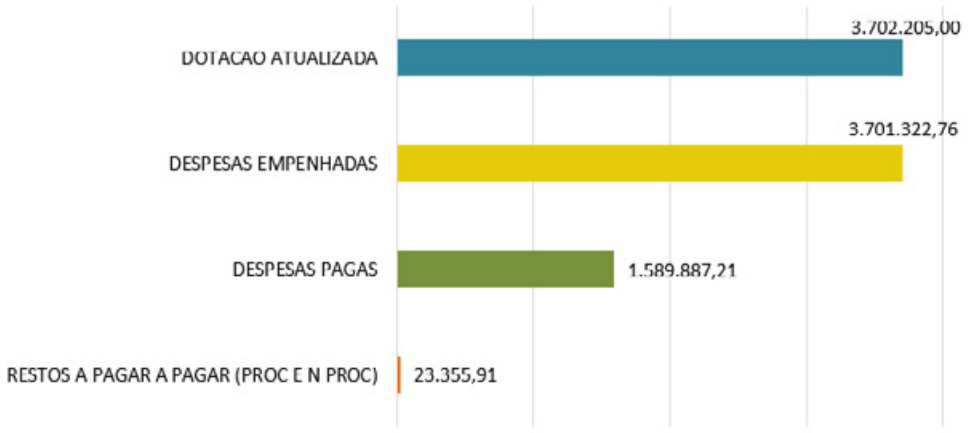
MACROPROCESSO FINALÍSTICO - Gestão do conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais



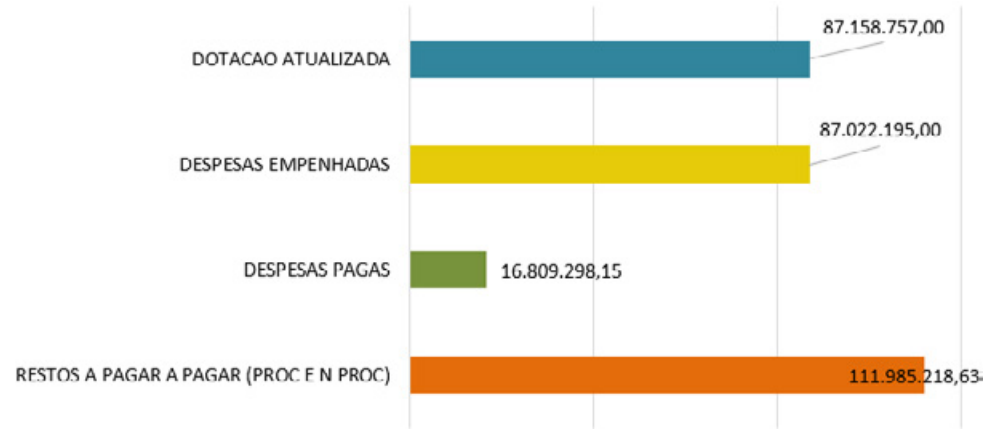
MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Gestão e Articulação da Política Sobre Drogas

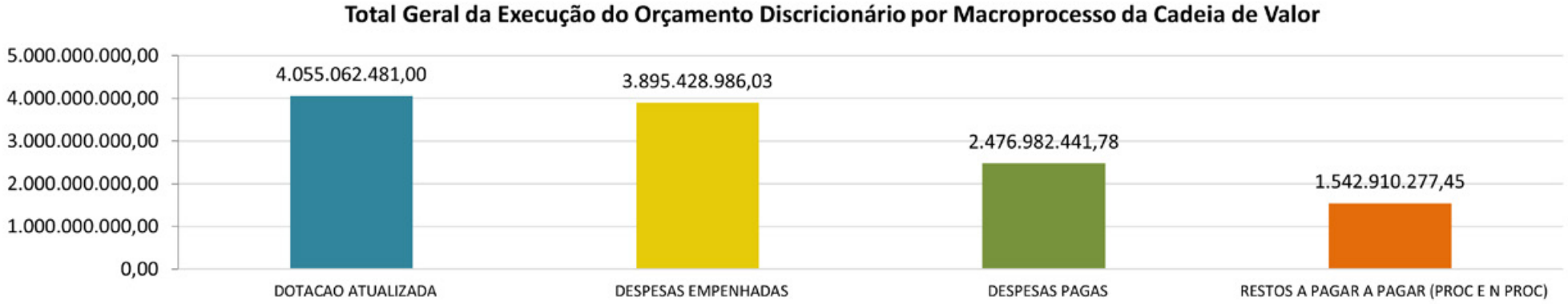


MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional



MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Proteção dos direitos do cidadão





Fonte: Tesouro Gerencial

Registre-se que 51,19% do montante direcionado para despesa Finalísticas referem-se à Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública. E que 80,90% do montante direcionado para despesas de Governança, Gestão e Suporte referem-se à Gestão da logística.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO POR MACROPROCESSO DE APOIO DA CADEIA DE VALOR

Valores	Gestão da Logística	Gestão de Pessoas	Gestão e Controle Institucional	Governança da tecnologia da informação e comunicação	Total
Dotação Atualizada	1.221.100.251,00	144.632.555,00	2.585.000,00	139.387.544,00	**1.507.705.350,00**
Despesas Empenhadas	1.215.693.599,05	143.808.060,16	2.585.000,00	139.387.541,77	**1.501.474.200,98**
Despesas Pagas	903.093.806,04	127.276.388,61	2.570.101,82	98.293.887,73	**1.131.234.184,20**
Restos a Pagar Pagos	295.977.915,59	59.865.647,34	115.710,80	47.500.199,89	**403.459.473,62**
Total Geral	**3.635.865.571,69**	**475.582.651,11**	**7.855.812,62**	**424.569.173,39**	**4.543.873.208,81**

Fonte: Tesouro Gerencial

CAPÍTULO 03

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Ministério da Justiça e Segurança Pública



RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A partir do ano de 2017, por intermédio da Portaria nº 366, o Ministério adotou medidas para a implementação do seu processo de gerenciamento de riscos em e razão da necessidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal institucionalizarem práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança. Com a publicação da Portaria nº 02, de 28 de janeiro de 2022, que instituiu o Sistema de Governança do MJSP, o Órgão reafirmou a importância da gestão de riscos como um dos elementos de governança.

Com o propósito de assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização, por meio de um gerenciamento de riscos e controles internos da gestão, foi implementado no âmbito do MJSP um Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos da Gestão, constituído por conjunto de instrumentos, mecanismos e agentes institucionais, conforme figura a seguir:

MODELO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS DO MJSP

Portaria MJ nº 02, de 2022







Fonte:
https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao

Ressalta-se que a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, na qual estão estabelecidos princípios, objetivos, diretrizes e responsabilidades, visa estruturar o processo de gerenciamento dos riscos e controles internos de forma que fiquem alinhados ao planejamento estratégico e levem em consideração as características específicas e a cultura organizacional do Ministério.

Nesse viés, as instâncias de supervisão viabilizam o modelo de relacionamento de riscos e controles internos entre os níveis estratégico, tático e operacional:



Fonte: AECI/MJSP

NÍVEL ESTRATÉGICO Comitê de Governança Estratégica - CGE, constituído pelo Ministro de Estado da Justiça e demais dirigentes dos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério, ao qual compete definir as diretrizes para o gerenciamento de riscos e controles internos;

NÍVEL TÁTICO Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos - CGRC, integrado por servidores com capacitação nos temas afetos ao Comitê e vinculados à Assessoria Especial de Controle Interno – AECI, e pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e sua Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - CGGE, cuja atribuição é conceber, estruturar e implementar a gestão de riscos e controles internos, a partir de diretrizes definidas pelo CGE; e

NÍVEL OPERACIONAL Unidade de Gestão de Riscos e Controles Internos - UGRC, instituída internamente em cada órgão do MJSP, é composta pelo respectivo dirigente e por servidores com capacitação nos temas de gestão, riscos e controles internos. São as apoiadoras da disseminação da cultura de riscos e responsáveis pelo gerenciamento em suas esferas de responsabilidade. O Gestor de Processos, por sua vez, é todo e qualquer responsável pela execução de um processo de trabalho, cabendo-lhe identificar o risco, conduzir os procedimentos diários de gerenciamento e manter controles internos eficazes.

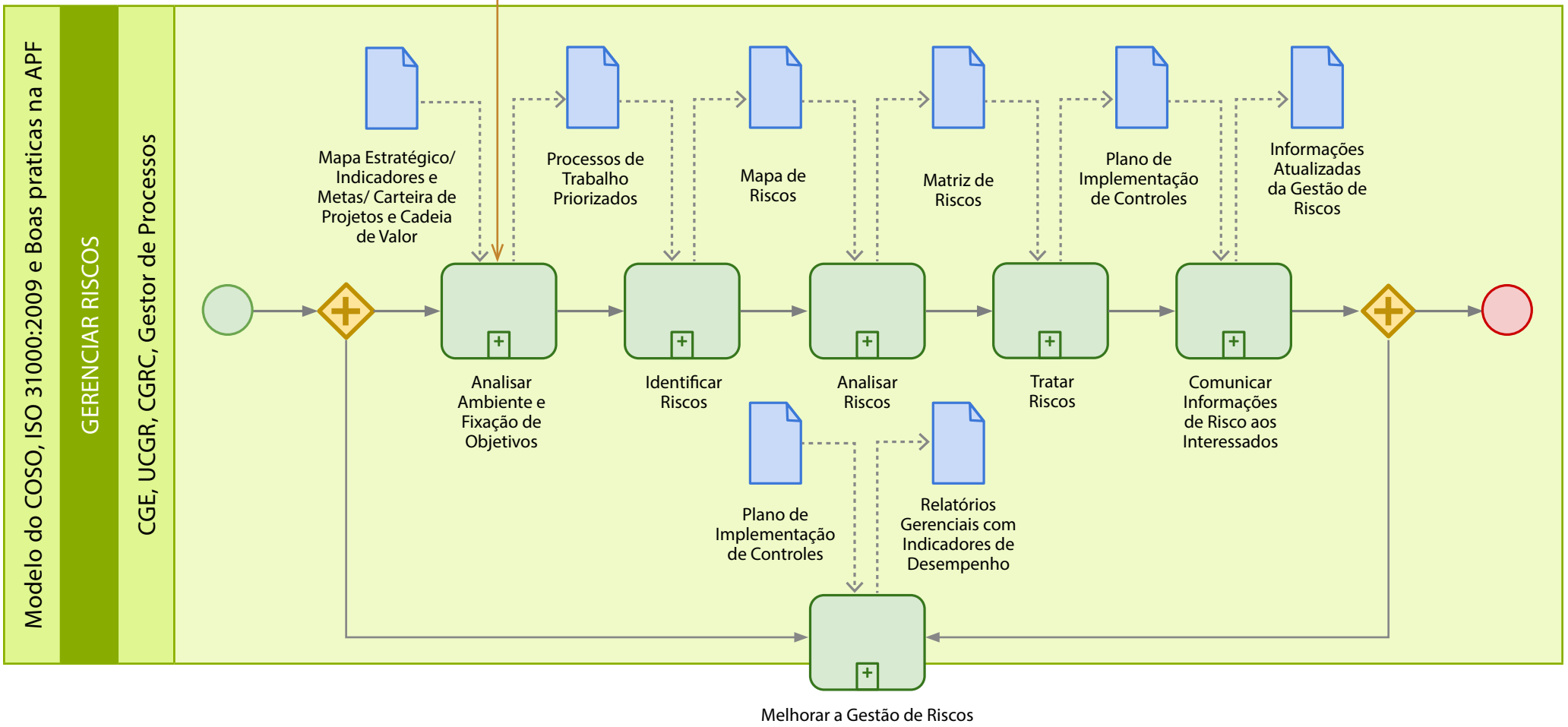
Para que possa ser garantida a integração ao processo de Planejamento Estratégico - PE do Ministério, conforme previsto na metodologia do MJSP, o ciclo do processo de gerenciamento de riscos acompanha o ciclo do PE e ocorre em até 90 (noventa) dias da data de aprovação do Plano Estratégico do MJSP, ou 60 (sessenta) dias, nos casos de repactuação. Ainda, na definição dos processos de trabalho prioritários para o gerenciamento de seus riscos ocorre pelo alinhamento desses à consecução do PE. Para tanto, a metodologia contempla as seguintes etapas:

Comitê de Governança Estratégica - CGE

Processo de Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Documentos relativos ao processo de Planejamento Estratégico

90 dias após a aprovação do Plano ou
60 dias nos casos de repactuação do Plano



Fonte: AECI/MJSP

Dentre as medidas conduzidas para implantação da gestão de riscos no âmbito do Ministério, cita-se o lançamento do Sistema de Gerenciamento de Risco: AGIR - Aplicativo de Apoio à Gestão de Integridade e Riscos, ocorrido em novembro de 2019, que representou a consolidação do Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos da Gestão do MJSP.

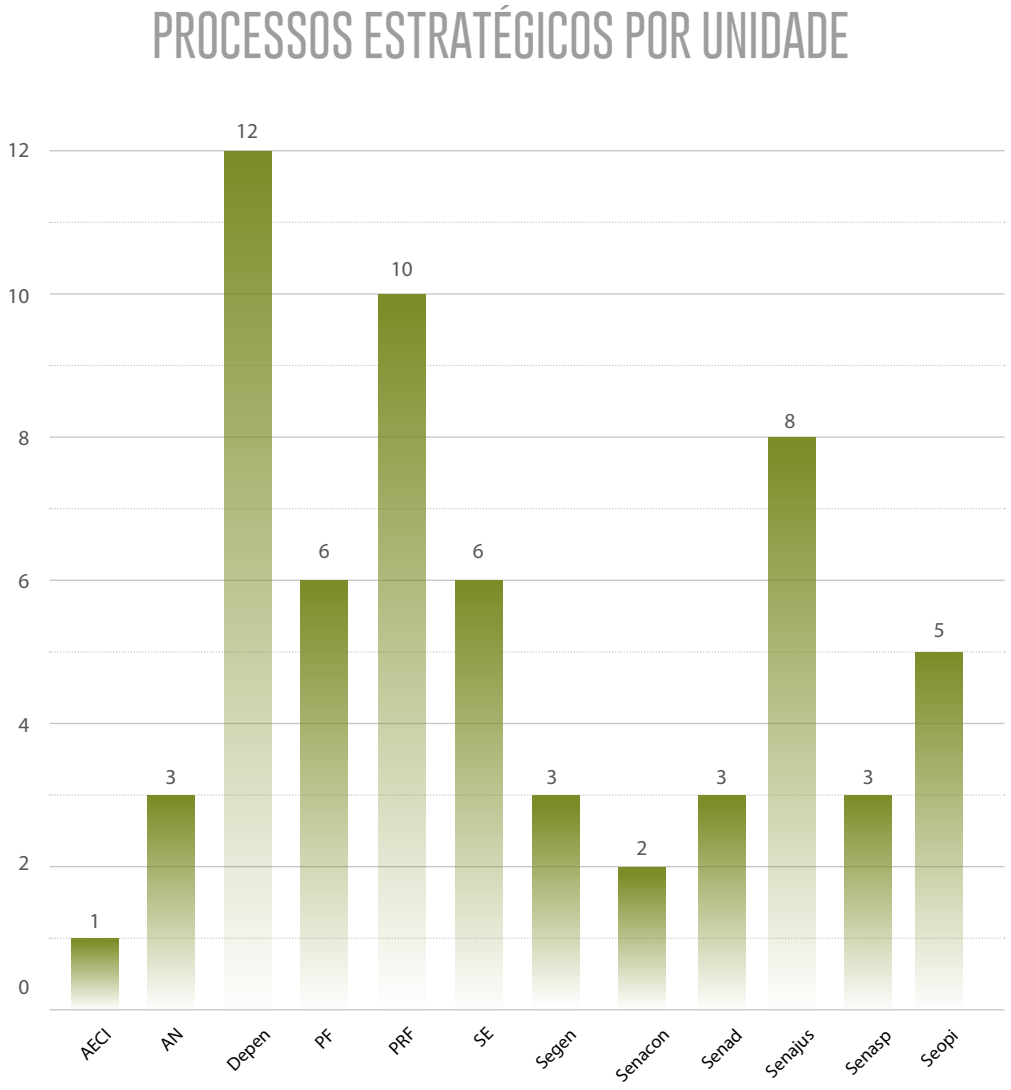
Assim, o Sistema AGIR passou a ser utilizado por todos os envolvidos no gerenciamento de riscos em cada unidade, destacando o papel dos servidores que compõem a instância de supervisão denominada Unidade de Gestão de Riscos e Controles Internos - UGRC e Gestores dos Processos de trabalho constantes da cadeia de valor.

No exercício de 2022, a implantação da gestão de riscos contou com apoio consistente do nível estratégico e das lideranças do MJSP, sendo percebida como uma prática relevante e essencial para assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização, subsidiar a tomada de decisão e contribuir para o aprimoramento dos processos gerenciais do Ministério.

Cabe destacar, ademais, a continuidade aos projetos realizados nas unidades do MJSP com o objetivo de introduzir a dinâmica do gerenciamento de riscos em seus processos de trabalho e capacitar os servidores protagonistas na disseminação e sistematização da prática na unidade.

De forma a consolidar, em todas as Unidades do MJSP, a aplicação sistemática de procedimentos e práticas de gestão para as atividades de identificação, avaliação e tratamento dos riscos associados aos seus processos de trabalho, bem como o monitoramento das ações de mitigação estabelecidas, a implantação integral da gestão de riscos ocorreu no exercício de 2022.

Para tal propósito, de acordo com o estabelecido na Metodologia do Ministério, a Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - CGGE, em sinergia com as Unidades, por meio da vinculação dos processos organizacionais contidos na Cadeia de Valor do MJSP com os produtos do Planejamento Estratégico 2020-2023 (indicadores, metas e projetos estratégicos), identificou os processos considerados estratégicos, para os quais o gerenciamento de riscos é obrigatório, conforme apresentado no gráfico e na tabela a seguir:



Fonte: AECI/MJSP - Relatório de Monitoramento de Gestão de Riscos

PROCESSO DE TRABALHO	I / P	Descrição do Indicador (I) ou Projeto Estratégico (P)
ARQUIVO NACIONAL - AN		
Gerir o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos – SIGA	I	Percentual de órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo - SIGA com Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos das atividades-fim aprovados
	I	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo
	P	Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos - SIGA
Gerir a Política Nacional de Arquivos	I	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo
	P	Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos – SIGA
Preservar o patrimônio documental nacional	I	Documentos acessados do acervo
	I	Percentual de usuários atendidos para acesso ao acervo
	I	Acessos às bases de dados sobre o acervo
	P	Fortalecimento do Arquivo Nacional digital
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO - AECI		
Gerir riscos, integridade e controle interno	I	Percentual de recomendações do Plano de Providências Permanente Monitoradas
	I	Índice de processos estratégicos com tratamento de risco estabelecido
	I	Índice de atendimento total das medidas de tratamento de risco estabelecido
	I	Percentual de medidas de tratamento de riscos dos processos estratégicos monitoradas
	I	Percentual de medidas de tratamento de riscos de integridade monitoradas
	P	Implantação do processo de gestão de riscos no MJSP
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - Depen		
Gerir Estratégia de operações integradas de Segurança Pública	I	Quantidade de operações realizadas pela Força de cooperação penitenciária
Produzir informações integradas em segurança pública	P	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária – RENIPEN

	P	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SisDepen
Gerir a integração de sistemas de dados e informações de interesse da Segurança Pública	P	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SisDepen
	P	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária
Gerir dados, informações e estatísticas do sistema prisional	P	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SisDepen
	P	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN
Gerir estabelecimentos penais federais	P	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN
Gerir inteligência do Sistema Penitenciário	P	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN
Atualizar doutrina em Segurança Pública e de inteligência penitenciária	P	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN
Fomentar conhecimento de temas afetos à Segurança Pública	P	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN
Promover ações de reintegração social em estabelecimentos penais	I	Oferta de atividades educacionais para as pessoas privadas de liberdade
	I	Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais
	I	Geração de vagas prisionais
	P	Fomento ao trabalho remunerado no sistema prisional
Fomentar a aplicação de alternativas penais em substituição à prisão	I	Pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão
Promover a valorização, a capacitação e a qualidade de vida dos trabalhadores dos serviços penais	I	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo
Gerir ações de ampliação de vagas e modernização dos estabelecimentos prisionais	I	Geração de vagas prisionais
	P	Maximização da geração de vagas em unidades prisionais
	P	Desenvolvimento de projetos padronizados para unidades penais, desenvolvimento e implementação do *Building Information Modeling* – BIM
SECRETARIA DE OPERAÇÕES INTEGRADAS - Seopi		
Gerir estratégia de operações integradas de Segurança Pública	I	Quantidade de ações policiais apoiadas
	P	Operações integradas planejadas e coordenadas

	P	Programa VIGIA
Gerir a integração de sistemas de dados e informações de interesse da Segurança Pública	P	Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO
	P	Sistema Inteligente de Consciência Situacional
	P	Programa VIGIA
Gerir conhecimento e ações de inteligência em Segurança Pública	I	Quantidade de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública implantados
	I	Percentual de Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISPs integradas à Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública
	P	Rede de Centros Integrados de Inteligência
	P	Sistema Inteligente de Consciência Situacional
	P	Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO
Produzir informações integradas em Segurança Pública	P	Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO
	P	Programa VIGIA
	P	Rede de Centros Integrados de Inteligência
Fomentar conhecimento de temas afetos à Segurança Pública	P	Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO
POLÍCIA FEDERAL - PF		
Gerir bancos de dados biométricos afetos à Segurança Pública	P	Banco Nacional Multibiométrico e Rede Integrada de Bancos Multibiométricos - ABIS Nacional
Gerir investigações criminais	I	Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal
	P	Brasil M.A.I.S
	P	Prometheus
	P	ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária
	P	Banco Nacional Multibiométrico e Rede Integrada de Bancos Multibiométricos - ABIS Nacional
	P	Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos

Gerir ações de inteligência policial para a produção de conhecimentos no interesse da investigação criminal	P	Prometheus
Gerir Atividades Criminalísticas	I	Quantidade de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública implantados.
	I	Percentual de Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISPs integradas à Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública
	P	Brasil M.A.I.S.
	P	Laboratório Nacional de Isótopos Forenses - LANIF
	P	Programa Ouro Alvo - POA
	P	Brasil P.A.T.R.I.A Digital - Perícias Avançadas em Tecnologias, Rastreamento e Inteligência Artificial e Evidências Digitais
Realizar identificação criminal	P	Banco Nacional Multibiométrico e Rede Integrada de Bancos Multibiométricos - ABIS Nacional
Gerenciar soluções de TIC	P	ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – PRF		
Gerir Estratégia de operações integradas de Segurança Pública	P	Multiagência
Produzir informações integradas em segurança pública	P	Multiagência
Gerir a integração de sistemas de dados e informações de interesse da Segurança Pública	P	Multiagência
Fiscalizar o trânsito em rodovias federais	I	Vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais
	I	Taxa de acidentes graves em rodovias federais
	P	Projeto Nacional de Segurança Viária
	P	Multiagência
Promover a segurança e a livre circulação nas rodovias federais	I	Vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais
	I	Taxa de acidentes graves em rodovias federais
	P	Projeto Nacional de Segurança Viária
Promover educação para o trânsito	I	Vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais

	I	Taxa de acidentes graves em rodovias federais
	P	Projeto Nacional de Segurança Viária
Garantir segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais	P	Projeto Nacional de Segurança Viária
	P	Multiagência
Gerir operações policiais e suporte tático e técnico operacionais	P	Projeto Nacional de Segurança Viária
	P	Multiagência
Gerir operações a crimes e ilícitos em rodovias federais e em áreas de interesse da União	I	Operações de combate à criminalidade
Fomentar conhecimento de temas afetos à segurança pública	P	Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO
	P	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária – RENIPEN
SECRETARIA-EXECUTIVA – SE		
Gerir projetos de arquitetura e engenharia	I	Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura
Gerir contratos de aquisição de bens de serviços	I	Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais
	I	Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura
Prover governança de TIC	P	Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública
Gerenciar serviços e suporte de TIC	I	Percentual de disponibilidade dos serviços estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação
	P	Segurança da informação e privacidade
Gerir o planejamento das contratações e a seleção de fornecedores	I	Tempo médio de conclusão dos processos licitatórios
Gerir o desenvolvimento humano organizacional	I	Percentual de desenvolvimento de competências associadas ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP
	P	Gestão por competências

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – Senasp		
Apoiar a estruturação das instituições de segurança pública	I	Quantidade de normas técnicas publicadas de equipamentos de segurança com padrões mínimos de qualidade e desempenho
	P	Pró-Segurança
Gerir a integração de sistemas de dados e informações de interesse da Segurança Pública	I	Percentual de UF's integradas ao Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB
	I	Quantidade de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos
	P	Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB
	P	Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos
Fomentar a indução e a disseminação de ações de prevenção em segurança pública	I	Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta
SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA – Segen		
Promover capacitações em Segurança Pública	I	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo
Gerir contratos de aquisição de bens e serviços	I	Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais
	I	Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura
	P	ComprasSUSP - Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública
Gerir o planejamento das contratações e a seleção de fornecedores	I	Tempo médio de conclusão dos processos licitatórios
	P	ComprasSUSP - Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública
SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR – Senacon		
Promover a defesa do consumidor junto aos órgãos federais, agências reguladoras e mercado de consumo	I	Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br
	P	Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização
	P	Disponibilização do sistema Recall.gov.br
Gerir a produção do conhecimento sobre a defesa do consumidor	I	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS – Senad		
Gerir Ativos	I	Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos
	I	Quantidade de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos
	P	Alienação de ativos em todo o Brasil - Edição 2022
Articular medidas para efetivar a arrecadação de recursos	I	Receita da gestão de ativos
	P	Alienação de ativos em todo o Brasil - Edição 2022
Fomentar a política sobre drogas	P	Centro de Excelência sobre a redução da oferta de Drogas - CdED
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA – Senajus		
Decidir sobre reconhecimento da condição de refugiado	I	Processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos
	P	Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado - SISCONARE
Gerir a política de classificação indicativa para obras audiovisuais	I	Percentual de obras analisadas
Disseminar conhecimento sobre métodos consensuais de solução de conflitos	I	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo *"Solução de conflitos e redução de litígios por meio de mediação, conciliação e soluções administrativas e negociadas"*
Gerir ações referentes ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, inclusive a ENCCLA	I	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo
	P	Fomento à criação e à estruturação de unidades de combate à corrupção nas polícias civis
Decidir sobre processos de autorização de residência laboral a imigrantes	I	Solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididas
Decidir sobre processos de nacionalidade, naturalização, igualdade de direitos e apatridia	I	Processos de naturalização decididos
	I	Tempo médio de decisões de processos de naturalização
Gerir a cooperação jurídica internacional	I	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo *"Grotius - cooperação jurídica internacional"* - Unidade Responsável
Gerir a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra lavagem de Dinheiro	P	Reestruturação e reorganização da Rede Nacional de Laboratórios de Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB

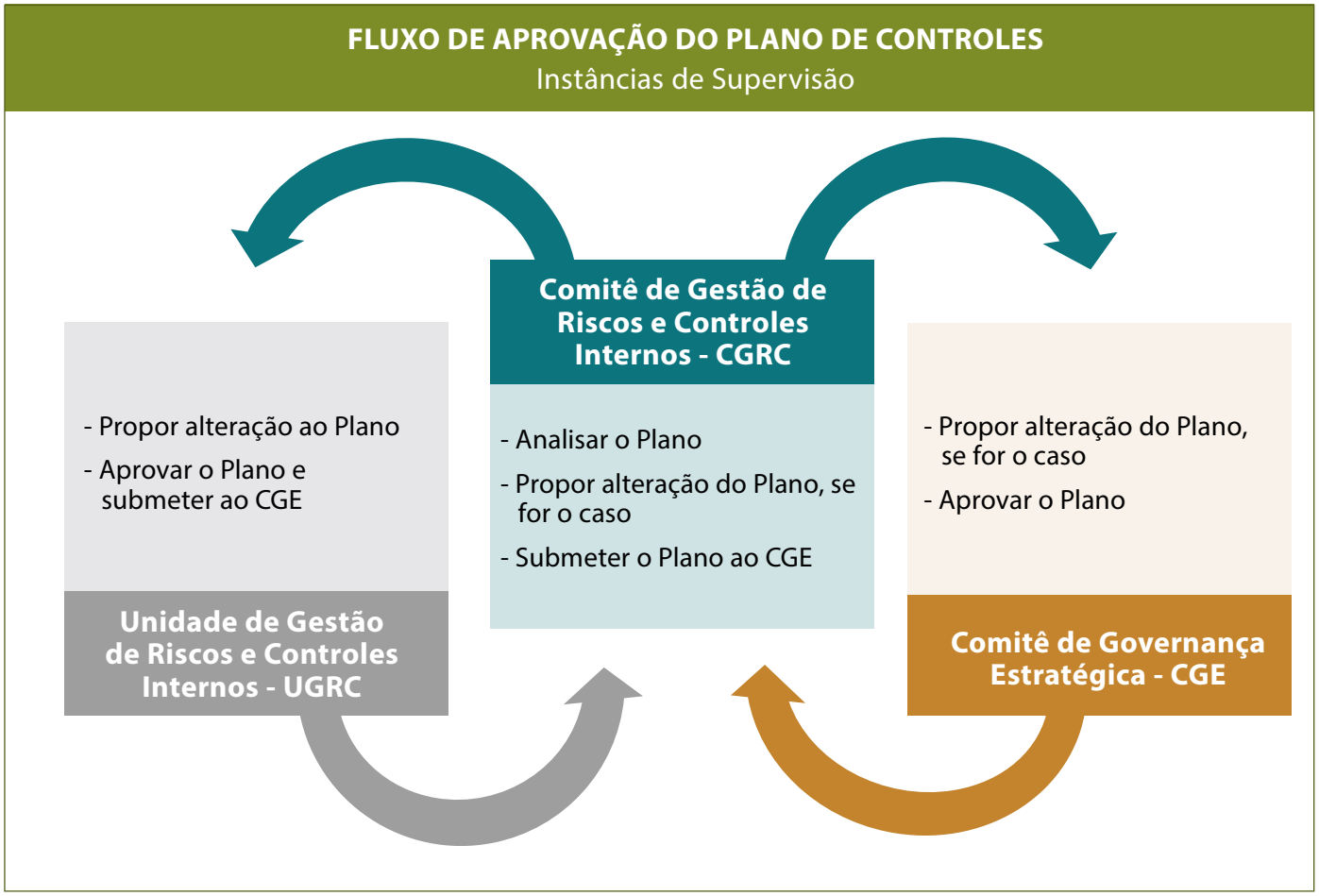
Definidos os processos prioritários, os Gestores dos processos estratégicos e suas equipes, com o uso do sistema AGIR, identificam e avaliam os riscos relacionados aos seus processos, definindo a opção de tratamento do risco e elaboração do plano de implementação de controle, sinteticamente apresentadas no diagrama a seguir:



Fonte: AECI/MJSP

A despeito dos ajustes realizados no Planejamento Estratégico, especialmente nos indicadores e projetos estratégicos, o mapeamento e a definição da estratégia de tratamento dos riscos relacionados aos 62 processos priorizados foram concluídos pelos Gestores em dezembro de 2021, bem como seus respectivos Planos de Implementação de Controles aprovados pelas Unidade de Gestão de Riscos e Controles Internos - UGRC e submetidos às demais instâncias de supervisão.

O monitoramento da estrutura de governança e de gerenciamento de riscos permite que o MJSP se certifique da adequação dessa estrutura ao seus objetivos estratégicos. Com base nesse monitoramento, os Planos de Implementação dos Controles são avaliados pelas Instâncias de Supervisão, cujo fluxo de aprovação está ilustrado na figura a seguir, e caso sejam percebidas deficiências ou vulnerabilidades, recomendações são feitas para um aperfeiçoamento dos instrumentos de gerenciamento de riscos e controles internos.



Fonte: AECI/MJSP

Em seguimento ao fluxo de aprovação, e os 62 (sessenta e dois) Planos de Implementação de Controles para o tratamento de rsicos dos processos priorizados foram analisados pelo CGRC e aprovados pelo CGE no primeiro trimestre.

Como resultado dos trabalhos de mapeamento dos riscos realizados pelas unidades em seus processos de trabalho estratégicos, foram identificados 317 (trezentos e dezessete) eventos de riscos.

Identificados os riscos, no sentido de compreender o efeito combinado de suas causas e consequências na realização dos objetivos do Ministério, esses foram avaliados com base em dois aspectos: a probabilidade do risco ocorrer e o seu impacto sobre um ou mais objetivos. A partir da avaliação dos aspectos probabilidade e impacto foi possível construir a matriz de riscos, conforme apresentada a seguir, com a finalidade de relacionar os níveis de probabilidade e impactos, para definir o nível de risco.

Unidade	Processos	Riscos
AECI	1	14
AN	3	11
Depen	12	76
PF	6	26
PRF	10	40
SE	6	19
Segen	3	23
Senacon	2	2
Senad	3	16
Senajus	8	50
Senasp	3	24
Seopi	5	16
Total	**62**	**317**

Impacto / Probabilidade	1 - Insignificante	2 - Fraco	3 - Moderado	4 - Forte	5 - Catastrófico
5 - Muito Alta	-	-	4	3	-
4 - Alta	1	3	37	10	1
3 - Média	-	5	61	35	4
2 - Baixa	-	16	48	38	1
1 - Muito Baixa	-	7	21	20	2

Risco Baixo	Risco Médio	Risco Alto	Risco Extremo
1- 4	5 - 11	12 - 15	16 - 25

Fonte: AECI/MJSP

Conhecido o nível de risco, foi estabelecida a estratégia a ser adotada para tratar o evento de risco. O tratamento de riscos envolveu a identificação das opções de tratamento desses riscos, avaliação dessas opções e a seleção das alternativas mais adequadas para modificar o nível do risco (Resposta ao Risco), bem como a elaboração do Plano de Implementação de Controles contemplando o conjunto de medidas a serem implementadas.

As respostas aos riscos mapeados foram elaboradas de acordo com o apetite ao risco aprovado pelo CGE/MJSP, o qual propõe a adoção das ações apresentadas na tabela a seguir:

NÍVEL DO RISCO		RESPOSTA AO RISCO	
		Tipo	**Ação**
Risco baixo	Indica que o nível de risco está dentro da tolerância a risco	Aceitar	Conviver com o evento de risco mantendo práticas existentes
Risco médio	Indica que o nível de risco está próximo, mas não dentro da tolerância a risco	Aceitar	Conviver com o evento de risco mantendo práticas existentes
		Reduzir	Adotar medidas para reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos ou ambos
Risco alto	Indica que o nível de risco está fora da tolerância a riscos e será reduzido a um nível compatível	Reduzir	Adotar medidas para reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos ou ambos
		Transferir ou Compartilhar	Reduzir a probabilidade ou impacto pela trasnferência ou compartilhamento de uma parte do risco (seguro, transações de hedge ou terceirização da atividade, etc.)
		Evitar	Promover ações de elimanação de atividade relacionada ao processo de trabalho, ou seja, deixar de fazer
Risco extremo	Indica que o nível de risco está muito acima da tolerância a risco, opções de respostas dificilmente irão reduzir a probabilidade e o impacto a níveis aceitáveis	Reduzir	Adotar medidas para reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos ou ambos
		Transferir ou Compartilhar	Reduzir a probabilidade ou impacto pela trasnferência ou compartilhamento de uma parte do risco (seguro, transações de hedge ou terceirização da atividade, etc.)
		Evitar	Promover ações de elimanação de atividade relacionada ao processo de trabalho, ou seja, deixar de fazer

Assim, os riscos cujas respostas foram reduzir, evitar ou transferir tiveram o detalhamento do controle proposto, com a identificação das ações, do responsável e do período previsto para sua implementação. Os riscos que permanecerem dentro do apetite de riscos (baixo: classificação 1-4 e médio: classificação 5-11), foram aceitos pela equipe responsável, por considerar que os controles existentes são bastantes ou que a implementação de um novo controle acarretaria custo desproporcional em relação ao benefício potencial. Do total de riscos identificados foram definidos controles para a mitigação de 281 (duzentos e oitenta e um) deles.

Com o intuito de acompanhar a estratégia estabelecida para a mitigação dos riscos e identificar possíveis desvios na execução das ações corretivas, visando o alcance dos objetivos estratégicos, os Resultados do Plano de Implementação de Controles são avaliados e monitorados mensalmente, por meio de indicadores próprios para o acompanhamento da implementação dos controles planejados, tais como:

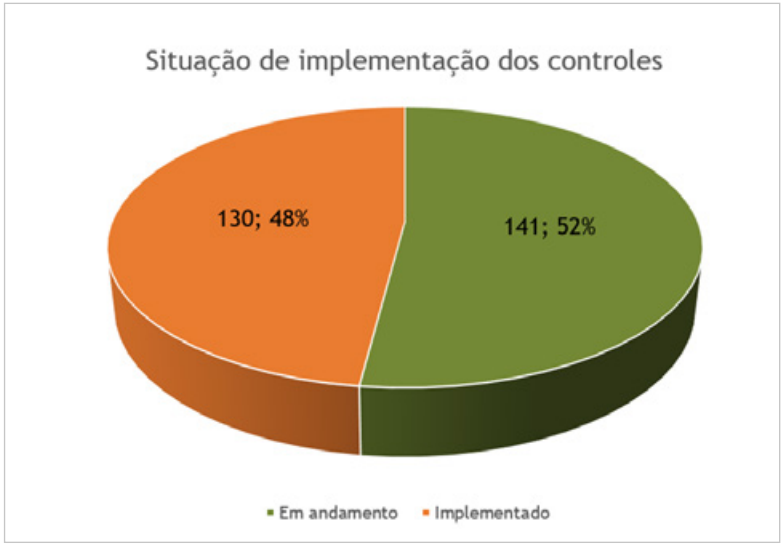
INDICADOR	FÓRMULA
% controles implementados por processo	Controles concluídos / total de controles do processo
% controles em andamento por processo	Controles em andamento / total de controles do processo
% controles atrasados por processo	Controles atrasados / total de controles do processo
% controles não iniciados por processo	Controles não iniciados / total de controles do processo

Para tanto, as unidades do MJSP atualizam regularmente no sistema AGIR com as informações sobre a execução do Plano de Implementação de Controles, a situação das ações e dos trabalhos realizados em relação a riscos identificados para os processos sob sua responsabilidade. Em 2022, dos 281 controles propostos, 130 (48%) foram implementados, e 141 (52%) estão em andamento.

Situação de implementação dos Controles por Unidade

UNIDADE	PROCESSOS	RISCOS	CONTROLES		
			Total	Em andamento	Implementado
AECI	1	14	10	-	10
AN	3	11	11	11	-
Depen	12	76	63	33	29
PF	6	26	18	16	2
PRF	10	40	40	22	18
SE	6	19	19	3	16
Segen	3	23	23	7	16
Senacon	2	2	2	-	2
Senad	3	16	13	6	7
Senajus	8	50	44	17	18
Senasp	3	24	22	13	9
Seopi	5	16	16	13	3
Total	**62**	**317**	**281**	**141**	**130**

Fonte: AECI/MJSP



Fonte: AECI/MJSP (atualizado em 31/12/2022)

Dessa forma, as unidades do MJSP irão atualizar regularmente no sistema AGIR as informações sobre a execução do Plano de Implementação de Controles, a situação das ações e dos trabalhos realizados em relação a riscos identificados para os processos sob sua responsabilidade.

Do total de riscos identificados, foram apresentadas propostas de ações de controle para mitigação destes, dentre os quais destacamos:

Eixos temáticos de Riscos	Mitigação
Gestão documental nos órgãos e entidades integrantes do SIGA; Preservação do patrimônio documental nacional; e Política Nacional de Arquivos.	Manualização dos macroprocessos finalísticos *"Gerir o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos - SIGA"* e *"Preservação do patrimônio documental nacional"*; Revisão de instrumentos normativos do SIGA em alinhamento com a Política de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal - PDGeArq; Tratamento e digitalização de acervos prioritários - Ampliação da disponibilização do acervo em meio digital e modernização tecnológica dos serviços de atendimento; Desenvolvimento do novo Sian - Sistema informatizado de acesso aos documentos do Arquivo Nacional. Aperfeiçoamento / modernização do sistema de controle climático com ampliação da área de monitoramento; Definição de procedimentos para ampliar a preservação e a segurança do acervo e identificar a origem de um eventual furto ou adulteração de acervo; Adequações às exigências do Corpo de Bombeiros e treinamento dos servidores; Fortalecimento do programa de difusão do acervo; Criação de grupo de trabalho para Realização de avaliação da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados; e Realização da II Conferência Nacional de Arquivos (2023) para aprovação da proposta do CONARQ de atualização da Lei nº 8.159/1991.

Identificação e Investigação Criminal; e Bancos e Dados Biométricos afetos à Segurança Pública.	Aprimoramento do monitoramento do uso do banco nacional multibiométrico para individualização inequívoca da pessoa nas ações de identificação civil e criminal no estado brasileiro; Implementação de câmaras técnicas no âmbito da Polícia Federal, visando a elaboração de instrumentos normativos de caráter técnicos e legais; Modernizar e implementar o sistema multibiométrico na Polícia Federal; Modernização/estruturação de Centrais de Custódia para fins de armazenamento de materiais; Auditoria Interna e promoção da Gestão da Qualidade; Desenvolver estratégias para a alocação de recursos humanos visando o aperfeiçoamento do processo de trabalho da perícia; Desenvolver nova solução sistêmica do Sistema Nacional de Informações Criminais; e Implantação dos processos de Gestão de incidentes, problemas e mudanças para o sistemas - e-Pol.
Fiscalização, segurança e a livre circulação nas rodovias federais; e Integração de Sistemas de Dados e Informações de interesse da segurança pública.	Ampliação do serviço de comunicação por rádio digital - mapear as zonas de sombra - trechos de baixa cobertura - de comunicação telefônica e de rádio comunicação junto às superintendências da PRF; Ampliação do monitoramento através do Alerta Brasil - mapear trechos com necessidade de monitoramento; Estabelecimento de efetivo ideal frente as demandas de operações de prevenção e repressão aos crimes e ilícitos; Definição de dados e sistemas a serem ofertados pela PRF; Criar comitê nacional de integrações para gerenciamento e acompanhamento de todas as integrações realizadas; Implementar ferramentas de transformação digital que melhorem a eficiência do trabalho policial; Firmar parcerias com outros órgãos para compartilhamento de informações;

	Elaborar estudos e relatórios demonstrativos de evidências da necessidade de uma atuação consistente voltada à segurança viária; Melhorar a atual articulação legislativa, de maneira proativa, com monitoramento de projetos que impactem na atuação da PRF; Elaborar metodologia de controle de solicitações de intervenções em infraestrutura; Criar indicadores estratégicos de fomento a melhorias em infraestrutura; Estabelecimento de um fluxo de processo de identificação de conhecimentos que devam ser difundidos pelas equipes PRF para outras agências de inteligência; Instituição de um grupo de trabalho para a a criação de um manual de metodologia para produção e análise de dados; Planejamento das ações de EDT com base nos dados de acidentalidade; e Preparar um planejamento anual das ações de EDT com informações precisas sobre a necessidade de aquisição de materiais e equipamentos e demais insumos para as atividades de EDT.
Sistema Penitenciário Nacional – Estratégias de Operação; Dados, Informações e Estatísticas; Ampliação de Vagas e Modernização dos estabelecimentos prisionais; Ações de reintegração social em estabelecimentos penais; e Aplicação de Alternativas Penais em substituição à prisão; e	Revisão e Modelagem do temo de cooperação com os Estados; Padronização dos procedimentos e a atuação dos servidores na FOCOPEN; Criação do Plano de Segurança Orgânica; Acompanhamento e monitoramento das equipes de inteligência das penitenciárias federais; Estabelecimento de acordos para uso de outras bases de dados para a realização dos cruzamentos; Criação de Política de revisão de dados do Depen;

Valorização, capacitação e qualidade de vida dos trabalhadores dos serviços penais.	Modernizar a tecnologia de defesa e segurança nos estabelecimentos penais federais; Construir o reforço da segurança externa (Muralhas) da Penitenciária Federal em Brasília; Capacitação e treinamentos dos servidores das carreiras de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal em defesa pessoal, gerenciamento de riscos, plano de defesa; Implementação do SIAPENWEB como Sistema de Administração Penitenciária no SPF; Fomentar a efetivação da aquisição da nova plataforma de monitoramento do SPF por meio da atuação conjunta; Fomentar e incentivar a troca de informações seguras entre as Agentes de Inteligência Penitenciária; Articulação com o Ministério da Educação para ampliação de vagas de curso profissionalizante; Fomento de cursos técnicos semipresenciais ou EAD como estratégia de ampliação; Implantação de rádios ecumênicas nos estabelecimentos prisionais; Elaboração dos 27 Planos Estaduais de Educação para pessoas privadas de liberdade e egressos dos sistemas prisionais, com o monitoramento dos indicadores de elevação de escolaridade; Fomento órgãos de saúde e de administração e gestão penitenciária estadual e municipal sobrea a importância da criação de Núcleos locais de SSQV para atendimento dos servidores penitenciários; Coleta e sistematização contínua de informações de vigilância, fluxo e assistência referentes à saúde e qualidade de vida dos servidores; Atualização da Matriz Curricular Nacional de Educação em Serviços Penais; e Proposição de consolidação de orientações técnicas sobre aparelhamento quando da utilização de recursos federais (nota técnica, portaria etc). Disponibilização de orientações para a aquisição de equipamentos na área de aparelhamento de estabelecimentos prisionais.

Capacitação em Segurança Pública; e Contratação de aquisição de bens e serviços de segurança pública.	Atualização do Portal EaD; Cadastro de gestores de ensino na rede Sinesp; e Iniciar estudo para avaliar a amplitude de atuação do ComprasSusp, referente a indicação de recursos financeiros e entregas futuras.
Operações integradas, ações de inteligência em segurança pública; e Integração de Sistemas de dados e produção de Informações.	Fomentar o compartilhamento de dados e informações; Padronizar e automatizar a elaboração de documentos de inteligência; Realizar a expansão e modernização da infraestrutura e dos equipamentos de tecnologia da informação, com previsão de instalação de 13 centros integrados até 2023; Mobilizar novos profissionais, iniciando os processos com antecedência de 90 a 120 dias do término do período de permanência, com acompanhamento constante das novas mobilizações; Por meio de encontros técnicos, reuniões de alinhamentos, conscientizar as UF da necessidade de permanência dos profissionais mobilizados para a continuidade dos projetos, apresentando os resultados positivos de assessoramento ao gestor e no combate à criminalidade; Identificar as necessidades das agências de inteligência e capacitar os agentes, visando a padronização dos processos e integração das informações; Elaborar proposta de ato normativo do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública - PLANISP, através da padronização já estabelecida na Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública e na Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública – ENISP; Realizar a atualização da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública; Proposta de reformulação do Projeto Estratégico Sistema inteligente de consciência situacional, voltado para a busca de dados, análise, produção de conhecimento e difusão junto aos órgãos integrantes do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - SISP;

	Produção de conhecimento para assessoramento do gestor sobre ações ou projetos que irão atender as necessidades/ demandas da segurança pública (conscientização permanente); Adequação do tratamento de dados realizado pela Diretoria de Gestão e Integração de Informações (DGI) em conformidade com a Lei 13.709/2018 (LGPD); Disponibilização de aplicações de segurança pública para os Estados, para que haja padronização dos sistemas; Promoção de critérios de integração de Sistemas de Segurança Pública, para que sejam adotados pelos Estados ao contratarem sistemas; e Envolvimento do Conselho Conselho Gestor do Sinesp (CONSINESP), nos casos necessários, para sensibilização dos entes federados.
Processos Organizacionais; Governança e Gestão de TIC; e Licitações e Contratos.	Elaborar e publicar o Método de Gestão de Processos do MJSP (manual e ferramentas); Elaborar Plano de Comunicação da Cadeia de Valor revisada para os servidores e gestores das unidades do MJSP; Elaborar estudo e propor projeto para instituição de um modelo de monitoramento e avaliação de processos estratégicos; Antecipação dos processos de prorrogação dos contratos de serviços continuados; e Elaboração do catálogo de itens de TIC e Publicação da Portaria de definição de TIC.
Gestão de Ativos.	Propor à unidade central da SPU a intercessão junto às suas superintendências regionais na agilidade do processo de homologação de avaliação de bens imóveis; Propor atuação conjunta entre Senad, CNJ e DENATRAN para compartilhamento de informações sistêmicas; e Criação e implementação de um indicador de efetividade dos processos de prestação de contas de leilões.

Promoção de estudos e diagnósticos sobre o sistema de justiça; Classificação Indicativa; e Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra lavagem de Dinheiro.	Implementação de sistema automatizado para a área de OSCIP e redistribuição de pessoal para os novos projetos a serem implementados; Finalização de guia específico de artes visuais com a participação de representantes do setor; Finalização de guia específico de rádios, com a participação de representantes do setor; Manutenção do sistema de análise prévia para os segmentos de mercado de cinema e home video; Monitoramento e fiscalização de plataformas de *streaming*; Monitoramento e fiscalização ostensivos das plataformas que disponibilizam conteúdos classificáveis; Redesenho estrutural da plataforma para coleta dos dados de cadastramento das unidades de LAB-LD; Estruturação da capacitação fornecida pela Rede-Lab; e Implementação de modelos de documentos e procedimentos padronizados com elaboração de Manual e tutoriais para orientar os atores do processo.
Política de Prevenção e Reparação de Danos Coletivos e Difusos.	Estruturar site do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) com os resultados dos projetos em andamento; e Reformar a Declaração de Capacidade Técnica exigida para aprovação de projetos.

Riscos de Integridade

das Instâncias Internas de Apoio à Governança e das Unidades Finalísticas

Conforme estabelecido no Decreto nº 9.203, de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração federal direta, autárquica e fundacional, o MJSP vem estruturando e implantando o seu Programa de Integridade por meio de um conjunto estruturado de medidas com o objetivo de promover ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção.

Iniciado a partir da adoção de medidas de disseminação voltadas à cultura de integridade junto às unidades desta pasta e de todos os seus servidores, o processo de implantação do Programa de Integridade do MJSP foi executado em três fases, de acordo com a orientação contida na Portaria CGU nº 1.089, de 2018, alterada pela Portaria CGU nº 57, de 2019, quais sejam:

Fase 1 - Constituição da unidade de gestão de integridade.

Fase 2 - Aprovação do Plano de Integridade, a partir de seis etapas, seguidas para a elaboração deste trabalho.

Fase 3 - Expansão das medidas do Plano de Integridade para as Unidades que executam políticas públicas e para fornecedores e organizações com os quais o Ministério mantenha relação.

A fase 1 se deu com a criação da Comissão Executiva do Programa de Integridade - CEPI, formada pelos seguintes membros: Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Presidente da Comissão de Ética, Corregedor-Geral, Ouvidor-Geral, Subsecretário de Administração, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, e agentes de integridade das unidades finalísticas.

A fase 2 se concretizou com a aprovação do Plano de Integridade do MJSP, que contempla, entre outros pontos, o levantamento dos riscos para a integridade e o estabelecimento de medidas de tratamento. Foram estabelecidas 108 medidas de tratamento aos riscos identificados, dentre as quais destacamos algumas delas no quadro abaixo:

Principais Riscos	Medidas de Tratamento
Implementação do Plano de Integridade	Elaborar e implementar o Plano de Integridade do MJSP;
	Elaborar plano de capacitação sobre gerenciamento de riscos e integridade;
	Avaliar o grau de maturidade da gestão de risco de integridade do MJSP;
	Plano de comunicação do processo de integridade do MJSP; e
	Divulgar sistematicamente o processo de integridade do MJSP.

Aprimoramento dos procedimentos da Corregedoria-Geral	Elaborar manual de procedimentos de Corregedoria; Implementar o controle de prazo processual; Instituir ferramenta tecnológica para vídeo conferências; Implementar sistema de gravação e transcrição de oitivas; Revisão de normativos internos e de competência para instaurar procedimentos disciplinares; Instituir canal próprio para recebimento de notícia crime; Automação e integração de rotinas específicas para o sistema de cartório; Incrementar ações de treinamento na CGU da área Correcional; Norma estabelecendo os requisitos e procedimentos de classificação da informação; Regulamentar as rotinas relativas à análise de notícias de transgressões, à instauração, instrução, supervisão, análise e decisão de procedimentos correcionais investigativos e acusatórios; Criar normativo interno para regulamentar a forma de resguardo de dados dos envolvidos e informações de acesso restrito ou sigiloso; e Elaborar normativo estabelecendo benefícios aos servidores atuantes em Corregedoria.
Orçamento e Planejamento Estratégico	Utilização do SIOP somente por pessoas autorizadas; Controles de acesso lógico; Formulário para cadastro de usuários do CADIN; e Acompanhamento da conformidade de operadores de Sistemas corporativos.

Aprimoramento dos procedimentos da Ouvidoria-Geral	Assinar o Termo de Confidencialidade pelos membros da Rede de Ouvidoria; Unificar o canal de recebimento de denúncia; Promover ações de divulgação do canal de denúncia no âmbito interno e externo; Implementar procedimentos de transparência ativa do MJSP; Atualizar a Portaria da Política de Dados Abertos do MJSP; Revisar o conteúdo do portal institucional; Elaboração de manual de rotina de trabalho; Fomento de política apoio e validação das ouvidorias estaduais; e Atualização do manual de inspeção prisional.
Fortalecimento da Comissão de Ética	Promover capacitações para divulgação de normativos e de valores éticos; Alteração do Regimento Interno para modificação de periodicidade de reuniões da Comissão de Ética do MJSP; e Implementação do banco de decisões da CEMJSP.
Gestão de Pessoas	Elaborar plano de capacitação para servidores e dirigentes do MJSP sobre gerenciamento de riscos e integridade; Reforçar e orientar sobre o fluxo existente de recrutamento e seleção de estagiários; Implementar documento chamado Ficha de Parentesco; Revisar procedimento operacional padrão no sentido de atualizar os termos da declaração de parentesco, conforme a legislação, quando necessário; Revisar normas, procedimentos internos e implantar ações de conscientização do público interno quanto ao uso das informações; e Implementar processo seletivo / Disponibilização de funções comissionadas para as unidades / Elaboração de normativo / Processo seletivo / Capacitação / Cursos de aperfeiçoamento.

Das 40 medidas acima destacadas, encontram-se em andamento as seguintes ações:

Regulamentar as rotinas relativas à análise de notícias de transgressões, à instauração, instrução, supervisão, análise e decisão de procedimentos correcionais investigativos e acusatórios;

Criar normativo interno para regulamentar a forma de resguardo de dados dos envolvidos e informações de acesso restrito ou sigiloso;

Elaborar normativo estabelecendo benefícios aos servidores atuantes em Corregedoria;

Fomento de política apoio e validação das ouvidorias estaduais.

As demais medidas foram concluídas.

Em atendimento a algumas das medidas estabelecidas, foram realizadas as seguintes ações nas fases 1 e 2:

- Publicação das seguintes Portarias:

Portaria MJSP nº 86, de 29 de janeiro de 2019, revogada pela Portaria nº 86, de 23 de março de 2020, revogada pela Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022, que institui o Sistema de Governança do MJSP.

Portaria MJSP nº 430, de 15 de abril de 2019, que disciplina os procedimentos a serem adotados para impedir o nepotismo em nomeações, designações ou contratações de agentes públicos no âmbito do MJSP.

Portaria MJSP nº 431, de 15 de abril de 2019, que regulamenta a consulta sobre a existência de conflito de interesses e o pedido de autorização para o exercício de atividade privada por servidor público em exercício no âmbito do MJSP, alterada pela Portaria MJSP nº 137, 8 de agosto de 2022.

Realização de ações de conscientização dos servidores e colaboradores do Ministério, quais sejam:

Divulgação interna da campanha *"Faça a coisa certa, sempre"*, com vídeos e palestras.

Criação dos valores institucionais (integridade, ética, interesse público, respeito, legalidade, resultados, capital humano, inovação, transparência e sustentabilidade), com a participação tanto da alta administração quanto dos servidores.

Divulgação da campanha *"Integridade, Transparência e Compromisso. Uma Gestão por Resultados"*, com vídeos.

Na fase 3 as medidas adotadas tiveram como objetivo ampliar o alcance do Programa de Integridade do MJSP de forma a contemplar as políticas públicas conduzidas no âmbito do Ministério, bem como os agentes públicos ou privados com as quais o órgão e suas unidades mantenham relações.

Nesse sentido, foram Identificados, analisados e avaliados pelas Unidades do Ministério os riscos para a integridade relativos às políticas públicas e programas por elas implementadas e monitoradas, bem como estabelecidas as medidas de tratamento aos riscos avaliados como de nível médio, alto ou extremo. As Unidades envolvidas na 3ª fase são:

- Secretaria Executiva (Subsecretaria de Administração - SAA e Diretoria de Tecnologia da Informação e e Comunicações - DTIC);

- Secretaria Nacional de Justiça

- Secretaria Nacional do Consumidor;

- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos;

- Secretaria Nacional de Segurança Pública;

- Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública;

- Secretaria de Operações Integradas;

- Departamento Penitenciário Nacional;

- Polícia Federal;

- Polícia Rodoviária Federal; e

- Arquivo Nacional.

Elaborada a partir dos 64 eventos de riscos para a integridade identificados, a matriz de riscos foi aplicada para cada política pública ou programa do Ministério, na qual a unidade responsável, após a identificação dos seus controles existentes, avaliou os riscos residuais e propôs medidas de tratamento para os de nível médio, alto ou extremo.

Os resultados das avaliações foram os seguintes:

2.925
EVENTOS DE RISCO IDENTIFICADOS

2.466 Eventos de riscos de nível baixo identificados

459 Eventos de riscos de nível médio ou acima de médio identificados

133 Medidas de tratamento identificadas

Como resultado foi elaborado o Plano de Integridade, documento que contém as informações sobre as medidas de tratamento aos riscos de integridade estabelecidas pelas Unidades do MJSP, bem como as ações de integridade e o fluxo interno para tratamento de denúncias.

Registra-se que o monitoramento do Programa de Integridade consiste no acompanhamento contínuo da execução das medidas previstas no Plano de Integridade e nos planos de tratamento de riscos das unidades do MJSP.

Foram estabelecidas as medidas de tratamento aos riscos de integridade, dentre as quais, no quadro abaixo, destacamos:

Principais Riscos	Medidas de Tratamento
Agentes privados e fornecedores	Estruturar e compartilhar Cartilha de Procedimentos de contratação; Implementar plano de capacitação contínua de fiscais de contrato e reforçar a equipe de fiscalização; Orientar sobre: a forma de comunicação entre servidores/pregoeiros e fornecedores; a segurança da informação nos processos administrativos; procedimentos a serem observados na elaboração de requisitos para qualificação técnica; Atualizar a norma vigente de gestão patrimonial; Implementar rito de revisão do processo de faturamento por amostragem; Elaborar normativo que conste sanções e suas dosimetrias para condutas nas contratações; Incluir, nos Editais, orientações referentes aos impactos e consequências da Lei Anticorrupção; Formalizar o fluxo do procedimento de concessão de reajustamento contratual; Revisar os fluxos e procedimentos de conferência do processo de concessão;

	Implementar rito de revisão do processo de faturamento por amostragem; Formalização do Serviço de Análise de Despesas no âmbito da CGL, via novo texto do Regimento Interno; Implantar sistema e metodologia transversal de acompanhamento de contratos; Implantar rotina e metodologia específicas de acompanhamento de contratos; Melhorar as especificações técnicas do objeto a ser contratado em TI, a partir de avaliação de contratações similares anteriores; Revisar e aperfeiçoar as especificações e os procedimentos de fiscalização em TI; Aperfeiçoar o procedimento de fiscalização e treinar equipes de fiscalização TI; e Acompanhar as atividades das empresas contratadas e verificar se os serviços estão de acordo com o contratado.
Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania, Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, Cooperação juridica Internacional, Migração, Refúgio e Apatridia, Tráfico de Pessoas.	Criar rotinas de monitoramento do planejamento estratégico e dos indicadores estratégicos; Elaborar plano de treinamento dos servidores responsáveis: pela elaboração do planejamento estratégico e dos indicadores estratégico; e pela fiscalização e prestação de contas; Adotar critérios para definição das políticas públicas em consonância com a política e planejamento estratégico; Estabelecer protocolos de atuação para fiscalização e prestação de contas; Criar um novo sistema de OSCIP; Elaborar cronograma de reuniões do DPJUS com a equipe de Planejamento Estratégico; Basear a produção das normas destinadas a questões de gestão e governança da política em pesquisas e estudos, do próprio órgão ou por meio de consultores especialistas; Definir o conteúdo programático específico para os indicados para compor a representação institucional do Conare;

Elaborar portaria instituindo o Programa de Capacitação dos membros do Conare;

Criar e conduzir comitê gestor próprio de governança para implementar e acompanhar autoavaliação, riscos e controles acerca das políticas e ações do setor;

Instituir o Observatório de Políticas de Justiça (OBJUS);

Elaborar cronograma de reuniões periódicas com representantes dos órgãos e atores envolvidos para gerar engajamento na execução das políticas públicas;

Definir o conteúdo programático específico para os indicados para compor a representação institucional do Conare;

Elaborar portaria instituindo o Programa de Capacitação dos membros do Conare;

Criar e conduzir comitê gestor próprio de governança para implementar e acompanhar autoavaliação, riscos e controles acerca das políticas e ações do setor; e

Instituir o Observatório de Políticas de Justiça (OBJUS) para subsidiar a tomada de decisão dos gestores.

Criar rotinas de monitoramento do planejamento estratégico e dos indicadores estratégicos;

Elaborar plano de treinamento dos servidores responsáveis: pela elaboração do planejamento estratégico e dos indicadores estratégico; e pela fiscalização e prestação de contas;

Adotar critérios para definição das políticas públicas em consonância com a política e planejamento estratégico;

Estabelecer protocolos de atuação para fiscalização e prestação de contas;

Criar um novo sistema de OSCIP;

Elaborar cronograma de reuniões do DPJUS com a equipe de Planejamento Estratégico;

Basear a produção das normas destinadas a questões de gestão e governança da política em pesquisas e estudos, do próprio órgão ou por meio de consultores especialistas;

Definir o conteúdo programático específico para os indicados para compor a representação institucional do Conare;

	Elaborar portaria instituindo o Programa de Capacitação dos membros do Conare; Criar e conduzir comitê gestor próprio de governança para implementar e acompanhar autoavaliação, riscos e controles acerca das políticas e ações do setor; Instituir o Observatório de Políticas de Justiça (OBJUS); Elaborar cronograma de reuniões periódicas com representantes dos órgãos e atores envolvidos para gerar engajamento na execução das políticas públicas; Definir o conteúdo programático específico para os indicados para compor a representação institucional do Conare; Elaborar portaria instituindo o Programa de Capacitação dos membros do Conare; Criar e conduzir comitê gestor próprio de governança para implementar e acompanhar autoavaliação, riscos e controles acerca das políticas e ações do setor; e Instituir o Observatório de Políticas de Justiça (OBJUS) para subsidiar a tomada de decisão dos gestores.
Relação de Consumo e Proteção, e Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos	Ofertar cursos, pela Administração Pública Federal, que deem aos servidores e aos colaboradores, com a estruturação do Departamento para que os servidores possam se dedicar à capacitação; Elaborar manuais de procedimentos que envolvam todas as etapas do processo de planejamento, formalização e implementação dos projetos de políticas públicas; Elaborar *check list* da Consultoria Jurídica; Estruturar processo de acompanhamento e fiscalização dos projetos de forma que exista dupla revisão do pedido de liberação de despesa; Estruturar processo de acompanhamento e fiscalização dos projetos de modo que seja realizado concomitantemente à liberação de recursos; Aumentar o quantitativo da equipe de prestação de contas dos instrumentos de repasse;

	Elaborar Plano de Capacitação da equipe: de fiscalização e monitoramento dos instrumentos de repasse; e de prestação de contas; Manualizar as rotinas de prestação de contas; Estruturar processo de execução e fiscalização dos projetos de modo que seja realizado concomitantemente à liberação de recursos; Aumentar o quantitativo da equipe de fiscalização; e Criação de novo sistema de recall, para facilitar a externalização das rotinas de apresentação de novas campanhas de recall e de relatórios de chamamento aos fornecedores.
Gestão de Ativos apreendidos em favor do Fundo Nacional Antidrogas	Reforçar a estrutura de planejamento e execução orçamentária por meio de treinamento e alocação de servidores; Aperfeiçoar os canais de comunicação entre entidades afins para a obtenção rápida de informações; Reforçar a estrutura de formalização de instrumentos de parceria por meio de treinamento e alocação de servidores Aprimorar o fluxo de comunicação dos atores envolvidos com a política de gestão de ativos; Aprimorar as ações de formalização e de prestação de contas no caso de irregularidades; Desconcentrar a atividade de formalização da CFCP, com a maior especialização da CFCP na prestação de contas; Promover, por meio de treinamento e alocação de servidores, ajustes nos procedimentos de prestação de contas, com *check list* e fluxograma de procedimentos; Sistematizar a realização constantes de treinamentos, tanto presenciais e EAD, sobre prestação de contas; Elaborar estudo visando a criação de projeto piloto para viabilizar o levantamento de dados e informações relacionados à oferta de drogas; e Elaborar normativo estabelecendo os procedimentos internos de fiscalização; elaboração de *check list* e fluxograma de fiscalização.

Gestão das ações de Segurança Pública e Pronto Emprego da Força Nacional	Estabelecer processos e instrumentos de avaliação do projeto piloto no âmbito da equipe técnica do projeto; Elaborar Relatório de Gestão do Conhecimento do piloto contendo uma síntese de todas entregas, etapas, lições aprendidas e sugestões de melhoria; Propor a instituição de unidade de avaliação de políticas de segurança pública no âmbito da Senasp; Edificar uma base sólida de dados sobre as instituições de segurança pública e indicadores criminais com base; Criar sistemática de monitoramento da base de dados sobre as instituições de segurança pública; Atribuir à área técnica de Gerência de Projetos a responsabilidade pelo monitoramento e reporte das Políticas Públicas; Estruturar os fluxos de trabalho; Institucionalizar ambiente de mapeamento de processos sistematicamente, contemplando inclusive as mudanças advindas do regimento interno e demais mudanças extraordinárias; e Estruturar o processo de acesso a informações de interesse das áreas envolvidas na avaliação.
Ações de ensino e pesquisa na área de Segurança Pública	Elaborar portaria sobre o funcionamento do ensino e da pesquisa em segurança pública; Criação de um banco de tutores, de conteudistas e pesquisadores; e Planejamento Anual de Ensino e Pesquisa – Paep.
Fortalecimento e promoção da cidadania no Sistema Penitenciário Nacional	Sistematizar o processo de transparência da política por meio de campo específico em site oficial do Depen; Criar e Instituir Plano de Capacitação; Criar ferramentas para análise e melhoria contínua dos processos;

	Criar normas e procedimentos internos de alteração de política de trabalho e renda; Atualizar o texto da Política Nacional de Educação em Serviços Penais e do Guia de Referência para a Gestão da Educação em Serviços Penais; Realizar Diagnóstico das Escolas Estaduais de Serviços Penais; Sistematizar processo de Ciclo de Reuniões Técnicas com as Escolas Estaduais de Serviços Penais; Atualizar a Matriz Curricular Nacional de Educação em Serviços Penais; Editar normas internas (IN ou Portaria) para melhoria do fluxo das atividades em assuntos relacionados à ESPEN; Desenvolver banco de dados no site do Depen com todos os normativos e regramentos institucionalizados atualizados; Realizar procedimentos internos para alteração de instrumentos de repasse de recursos; e Estruturar processo de treinamento para nivelar o conhecimento dos servidores que executam as ações de cooperação.
Policiamento e Fiscalização nas Rodovias Federais	Criar normas e procedimentos internos – Elaborar: portaria; Elaborar plano de contingência para garantir recursos que reduzam o impacto em caso de ocorrência; Ofertar curso a distância para todos os gestores e efetivo em planejamento, gestão baseada em evidências, metas e indicadores; Sistematizar cronograma de execução; e Criar normas e procedimentos internos – Elaborar: plano de comunicação.
Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal	Desenvolver o Sistema de Informações Gerenciais do SIGA - SIG/SIGA; Realizar diagnóstico do nível de maturidade em gestão de documentos dos órgãos e entidades do SIGA; Verificar o nível de aderência das práticas, dos procedimentos e dos processos de trabalho adotados às diretrizes da política de Gestão de Documentos e Arquivos e às normas e orientações técnicas expedidas no âmbito do SIGA;

Expedir diretrizes e orientações técnicas aos órgãos e entidades públicas para elaboração dos seus respectivos Planos de Ação para implementação do Programa de Gestão de Documentos;

Instituir processo de monitoramento da execução dos Planos de Ação para implementação do Programa de gestão de Documentos;

Criar instrumentos para otimizar o acompanhamento do planejamento estratégico, agilizar o monitoramento das entregas executadas e fornecer informações tempestivas e precisas para a tomada de decisão;

Implantar o processo de monitoramento e avaliação da política e do programa de gestão de documentos e arquivos;

Revisar os formulários de avaliação ex-ante para a Política de Gestão de Documentos e Arquivos aplicados em 2019;

Ampliar o processo de capacitação, aperfeiçoamento e treinamento dos servidores; e

Prever ações de gestão de documentos e arquivos, bem como a elaboração dos Planos de Gestão de Documentos.

Após a avaliação das respostas encaminhadas pelas áreas demandadas, obteve-se o seguinte resultado: do total de 229 medidas de tratamento propostas, 174 foram concluídas, e 55 estão em andamento.

No exercício de 2022, durante o processo de monitoramento, verificou-se a necessidade de inclusão de novas medidas, bem como a exclusão de algumas já estabelecidas. Do resultado obtido, verificou-se que, do total de 238 medidas de tratamento, 198 foram concluídas, e 40 encontram-se em andamento.

Além disso, como uma das ações para mitigar os riscos à integridade do MJSP inerentes às atividades de que trata esta terceira fase, foi publicada a Portaria MJSP nº 513, de 15 de setembro de 2020, que dispõe sobre a implantação de Programa de Integridade em empresas contratadas pelo MJSP.

Destaca-se, ainda,a importância da Campanha *"Integridade, Transparência e Compromisso. Uma Gestão por Resultados"*, com o objetivo de fortalecer a cultura institucional e o compromisso com uma gestão por resultados com nosso Programa de Integridade.

Em 2022 foi lançada a campanha *"Bicentenário MJSP: Justiça e Segurança Pública cada vez mais fortes"*, em que foi divulgada a história do MJSP e o seu papel fundamental na formação da justiça e segurança do País, a fim de levar ao conhecimento dos servidores e colaboradores a criação do órgão, a qual esteve atrelada à consolidação da cidadania brasileira e da visão do Brasil como nação em si. Para tanto, foram disponibilizados na intranet vídeos e textos destacando as principais ações e atos ao longo de sua existência. A campanha também abordou os valores institucionais do MJSP, com o intuito de fortalecer a sua aplicação e nortear as ações e a conduta de todos no âmbito da Pasta. Registra-se também que foram divulgados 5 cards e 3 vídeos sobre o Programa de Integridade e os valores institucionais do MJSP, com o objetivo de reforçar as ações de integridade e os valores, promovendo a cultura de integridade no âmbito desta Pasta.

O tema Justiça e Segurança Pública é reconhecido como prioritário pelo conjunto da sociedade, o governo federal e, especialmente, o MJSP constituem-se em atores relevantes como agente central indutor de uma política de justiça e segurança pública brasileira mais efetiva. Nesse contexto, onde a cooperação intergovernamental em seus diversos níveis é imprescindível, os desafios na atuação do Ministério,

dentre outros, estão associados à identificação de mecanismos e instrumentos que possam fortalecer e integrar as instituições de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais de forma a aprimorar e ampliar a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão da criminalidade a fim de reduzir homicídios, crimes violentos, corrupção e lavagem de dinheiro.

No enfrentamento desses desafios, a gestão de riscos e da integridade são considerados componentes fundamentais e essenciais para assegurar o alcance dos objetivos estratégicos, subsidiar a tomada de decisão e contribuir para o aprimoramento dos processos gerenciais do Ministério, o que, por sua vez, aumenta a qualidade na prestação dos serviços públicos e a confiança da sociedade no Ministério.

Nesse sentido, a manutenção de um alto nível de integridade e o desenvolvimento de uma cultura organizacional baseada em elevados valores padrões de conduta constituem-se em política pública fundamental no âmbito do MJSP a ser constantemente promovida e incentivada pelos seus gestores e suas lideranças.

COMISSÃO DE ÉTICA

HISTÓRICO

Ainda buscando fortalecer a integridade no âmbito do MJSP, destacam-se as ações desenvolvidas pela Comissão de Ética da Pasta, instituída por meio da Portaria MJ nº 1.660, de 07 de agosto de 2012. Referida Comissão tem como atribuição promover a ética no âmbito do órgão, visando a conscientização de seus agentes públicos mediante a divulgação e a aplicação de normas que disciplinam o comportamento ético-profissional. Dessa forma, realiza campanhas educativas e a apuração de eventuais desvios éticos bem como aplica as sanções que forem cabíveis. Além disso, em 14 de setembro de 2006, a Comissão aprovou seu código de conduta ética por meio da Portaria MJ nº 1.516, que regula o padrão ético esperado de seus agentes.

PRINCIPAIS AÇÕES E RESULTADOS

No exercício de 2022, a Comissão de Ética, além de realizar as ações de apurações éticas, adotou ações preventivas e educativas com intuito de levar aos agentes públicos do MJSP, temas éticos relevantes para orientar e estimular a conduta ética. Dentre as ações realizadas, destacam-se os Projetos do *"Dicas Éticas"*, do *"Minuto da Ética"*, da Revista Ágora, bem como as Palestras sobre ética no serviço público.

No que diz respeito ao Projeto *"Dicas Éticas"* este tem como objetivo divulgar, por *e-mail*, a todos os agentes públicos do MJSP, pequenos textos que abordam temas ligados à ética e às relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Quanto ao Projeto da Revista Àgora, cujo nome reporta-se ao espaço público onde os cidadãos atenienses discutiam temas da pólis na Grécia antiga, este foi desenvolvido com vistas a ser um canal onde os agentes públicos e especialistas sobre ética possam veicular suas ideias, opiniões e trabalhos na área. A periodicidade da revista é semestral, em formato eletrônico, e seu acesso está disponível na página da comissão, na internet e na Biblioteca Digital do MJSP, o que amplia as possibilidades de sua divulgação para além do ambiente interno do MJSP, uma vez que o acervo da biblioteca está aberto ao público em geral.

Citamos ainda a realização de palestra sobre ética no serviço público para 45 agentes públicos do Ministério, a qual auxiliou a Comissão a divulgar as atividades desenvolvidas, a apresentar a estrutura da ética pública no âmbito do governo federal, bem como a informar todo arcabouço jurídico que nos rege.

Por fim, no exercício de 2022, a CEM-JSP recebeu 16 denúncias de infrações éticas, realizou 1 Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP) e arquivou 3 processos preliminares de apuração ética (PPAE). Encontram-se ainda em apuração 13 processos preliminares de apuração ética (PPAE) e 1 Processo de Apuração Ética (PAE). Além disso, foram feitas diversas recomendações aos denunciados para o aperfeiçoamento de sua conduta ética ■

CAPÍTULO 04

RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO

Ministério da Justiça e Segurança Pública



Foto: Obed Santos Batista

RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO

No presente capítulo serão demonstrados os resultados alcançados pela gestão do MJSP no desempenho de suas atividades. Para tanto, será apresentado em duas partes, em conformidade à Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022.

Na primeira parte, serão apresentados os resultados da atuação do Ministério nas Temáticas de responsabilidade da Secretaria-Executiva, cuja gestão e acompanhamento são indispensáveis no desempenho da governança do órgão e para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o órgão.

Fazem parte do referido item os seguintes assuntos:

I - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA;
II - GESTÃO DE CUSTOS;
III - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS;
IV - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA;
V - GESTÃO DE PESSOAS;
VI - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL; E
VII - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Para o desenvolvimento de suas atribuições, a Secretaria-Executiva possui, em sua estrutura, duas Subsecretarias e uma Diretoria: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO e a Subsecretaria de Administração - SAA, que atuam como órgão setorial dos sistemas estruturantes do Ministério e a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC, responsável pela gestão da informação do órgão.

SECRETARIA-EXECUTIVA		
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	Subsecretaria de Administração	Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Gestão orçamentária e financeira - Gestão de custos - Gestão estratégica - Contabilidade	- Gestão de licitações e contratos - Gestão patrimonial e infraestrutura - Gestão de pessoas - Sustentabilidade ambiental	- Gestão da tecnologia da informação

SPO SAA DTIC

Considerando que a gestão estratégica e a contabilidade possuem tópicos específicos neste Relatório Integrado, a SPO tratará, neste capítulo, apenas os resultados relativos à gestão orçamentária e financeira e à gestão de custos.

Em seguida, serão apresentados os principais resultados das áreas finalísticas do MJSP, de acordo com os objetivos estratégicos previstos no Planejamento Estratégico.

Esses resultados contemplam, entre outras informações, sua vinculação à Cadeia de Valor, onde são agrupados os macroprocessos e processos resultando nas entregas para a sociedade, além do acompanhamento dos resultados dos indicadores definidos no referido Planejamento.

Serão apresentadas também as causas/impedimentos para o alcance dos objetivos e justificativas para os resultados alcançados, bem como os desafios e próximos passos para o próximo ano.

Cabe ressaltar que os objetivos estratégicos finalísticos previstos no Planejamento Estratégico do Ministério, quais sejam:

- Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira;
- Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão;
- Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública;
- Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional;
- Promover a gestão e a alienação do produto de crimes;
- Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor; e
- Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional.

As informações adicionais referentes às temáticas tratadas neste item, poderão ser encontradas no link: https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA SECRETARIA EXECUTIVA

I - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual – LOA/2022 consignou inicialmente ao MJSP, Órgão 30000 (administração direta e órgãos específicos singulares) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Órgão 30211, dotação orçamentária no total de R$ 17,80 bilhões. Contudo, a LOA foi suplementada em R$ 0,68 bilhão, redimensionando o orçamento/2022 para a cifra de R$ 18,49 bilhões, conforme a figura abaixo.

Os dados analisados excluíram os valores da reserva de contingência e os recebidos de outros Ministérios por meio de transferências voluntárias, bem como as informações das entidades da administração indireta vinculadas ao MJSP, e incluíram as informações orçamentárias e financeiras da Fundação Nacional do Índio e Conselho Administrativo de Defesa Econômica, considerando os previstos na Decisão Normativa – TCU nº 128, de 23 de março de 2022.

ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



Evolução da Execução do MJSP 2019 a 2021 (em R$)					
Atributo	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Dotação Atualizada	15.863.921.770,00	17.266.829.164,00	17.858.067.024,00	17.649.797.359,00	18.485.076.217,00
Despesas Empenhadas	14.956.752.974,53	16.606.902.262,84	17.619.482.373,79	17.513.471.571,90	18.272.737.250,89
Despesas Liquidadas	13.093.758.828,61	13.761.958.142,34	15.158.995.397,81	15.355.554.828,56	16.533.051.811,98
Despesas Pagas	12.355.892.031,38	12.954.058.316,06	14.381.885.645,56	14.490.478.479,96	15.561.950.028,91
Restos a Pagar Pagos	1.145.315.344,07	1.873.209.693,46	2.553.058.510,40	2.853.049.862,28	2.796.479.752,47
% de Execução (Despesas Empenhadas / Dotação Atualizada)	**94,28%**	**96,18%**	**98,66%**	**99,23%**	**98,85%**

Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e inclusíve valores de despesa de pessoal.

O MJSP tem envidado esforços para manter o bom nível da aplicação dos recursos públicos e observa os princípios que norteiam a execução orçamentária e financeira.

Percebe-se uma evolução nos percentuais de execução (Despesa Empenhada/Dotação Atualizada) do MJSP, no período de 2018 a 2021, repercutindo na maior execução do MJSP nos últimos anos. Há que se considerar o percentual apurado de 2022 resultante em 98,85%, apresentando uma efetiva e continua evolução em comparação com os anos anteriores.

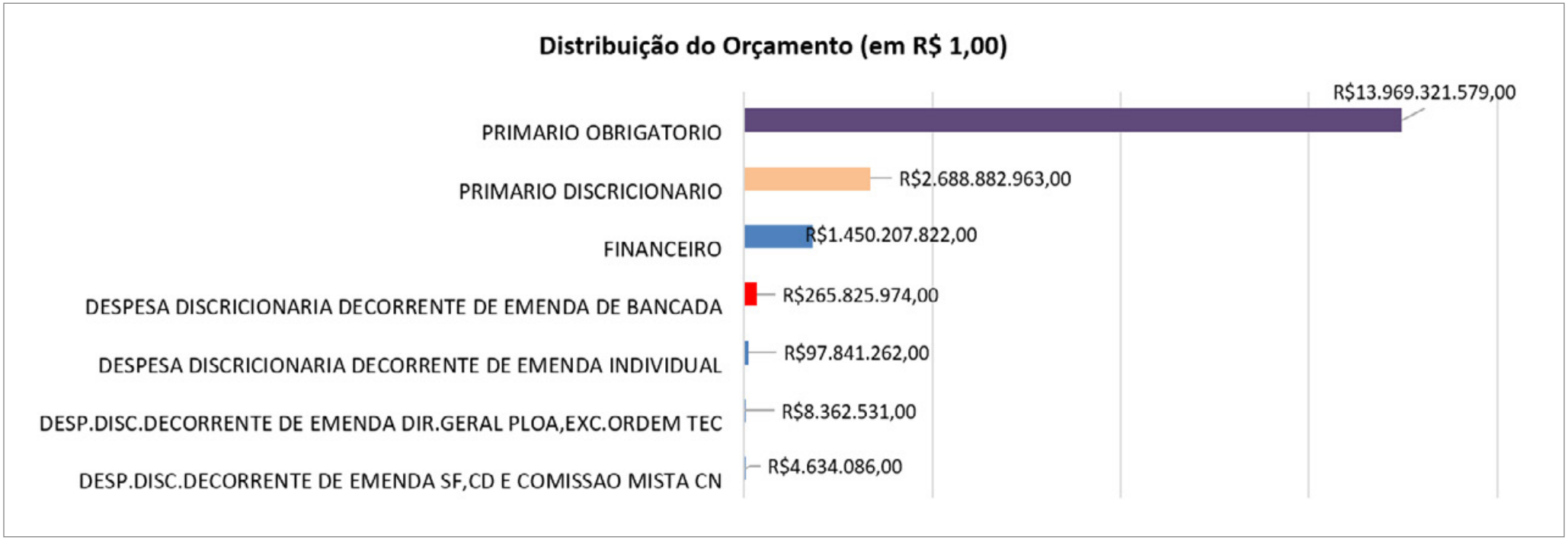
Em relação aos valores pagos e aos restos a pagar pagos, houve também progressão nos valores em comparação ao período de 2018 a 2021.

Evolução da Execução das Despesas Discricionárias do MJSP 2018 A 2022 (em R$)					
Atributo	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Dotação Atualizada	4.471.793.163,00	5.535.120.233,00	4.816.516.748,00	5.148.540.187,00	5.622.143.593,00
Despesas Empenhadas	3.748.083.375,35	5.002.518.936,96	4.690.352.687,56	5.118.195.738,86	5.447.182.142,77
Despesas Liquidadas	1.931.697.854,60	2.214.926.180,23	2.668.923.227,61	2.979.168.148,60	3.743.857.191,27
Despesas Pagas	1.915.876.927,60	2.180.602.239,78	2.652.560.973,79	2.902.543.151,55	3.605.389.205,50
Restos a Pagar Pagos	1.179.904.830,42	1.152.137.934,80	1.752.526.070,06	1.778.883.582,05	1.971.083.083,03
% de Execução (Despesas Empenhadas / Dotação Atualizada)	**83,82%**	**90,38%**	**97,38%**	**99,41%**	**96,89%**

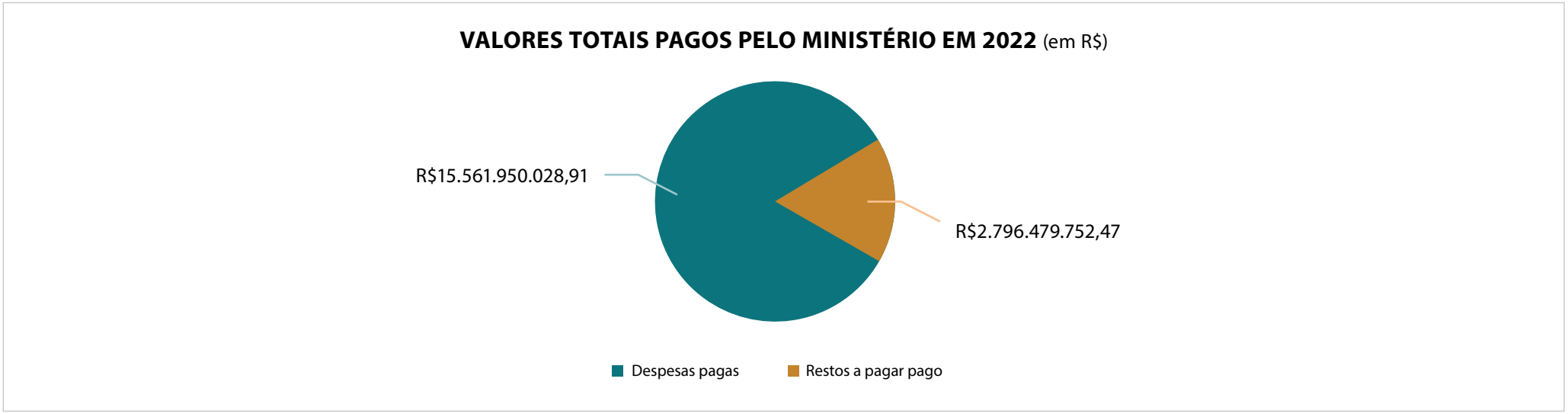
Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e inclusíve valores de despesa de pessoal.

Considerando as despesas discricionárias como sendo a dotação do MJSP exclusive as despesas financeiras e de pessoal, no exercício de 2021, o MJSP obteve a o indice de execução de 99,41%, maior execução de despesas discricionárias da série histórica, que corresponde ao montante de R$ 1.370.112.363,50 a mais em relação ao total empenhado do exercício de 2018, correspondendo ao incremento de 15,45% no percentual de execução.

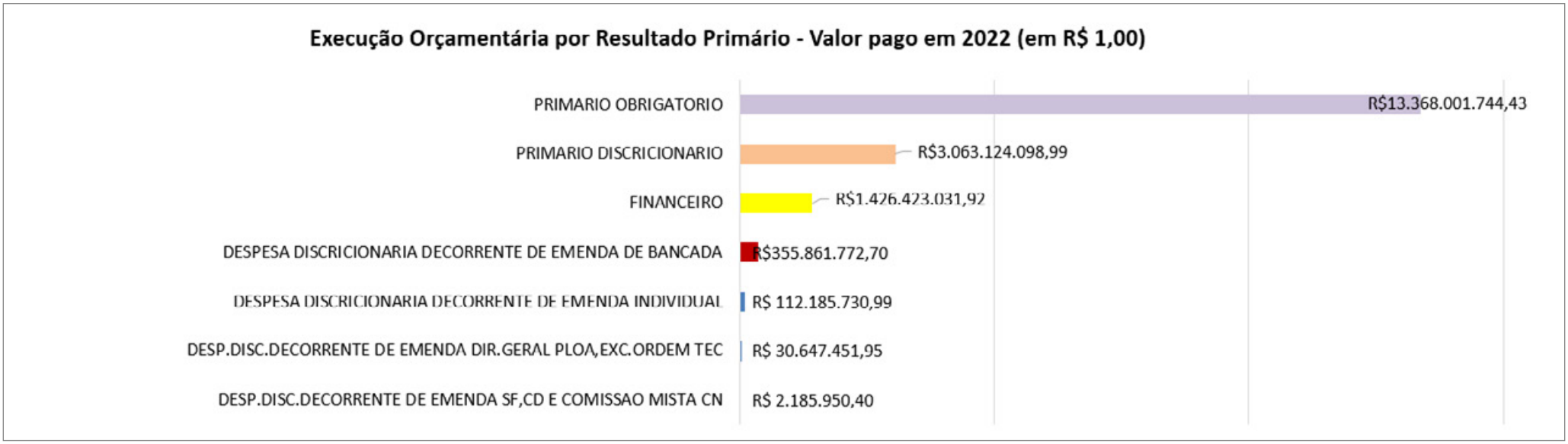
Cabe destacar ainda que, dentro do demonstrado na evolução das despesas discricionárias do MJSP, o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP realizou os repasses aos fundos estaduais e distrital de segurança pública, sendo que em 2019 o valor de R$ 262.873.342,00; em 2020, foi de R$ 1.257.697.385,00; em 2021, R$ 782.311.097,00 e em 2022, R$ 986.399.159,00. Quanto ao Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, em 2019 o valor de R$ 107.033.303,06; em 2020 foi de R$ 36.000.000,00; 2021, R$ 137.186.389,49 e em 2022, R$ 88.429.020,30.



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

Execução Orçamentária

Em 2022, o Ministério recebeu dotação de R$ 18,49 bilhões. Desse total, foram empenhados até o mês de Dezembro, R$ 18,27 bilhões; liquidados R$ 16,53 bilhões e pagas despesas no montante de R$ 15,56 bilhões, o que reflete um índice de execução de 98,85 % (Despesa Empenhada/Dotação atualizada).

Salienta-se que no exercício de 2022 o MJSP aplicou 18,23 bilhões para atender ao seu custeio administrativo e operacional envolvendo as ações orçamentárias, visando ao atendimento aos seus principais programas, quais sejam:

5015 – Justiça;

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento; e

0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

Devido as peculiaridades das políticas públicas a cargo do MJSP, e considerando a complexa e diversificada estrutura regimental, ressalte-se que a maior parte do seu orçamento é destinado à folha de pessoal (despesas obrigatórias).

Execução Financeira

No que se refere à execução financeira, assinala-se que o valor pago em 2022 até o mês de novembro (despesas do exercício mais despesas de restos a pagar) totalizou R$ 14,66 bilhões, dos quais a maior parte foi direcionada ao pagamento de despesas obrigatórias. Nesse montante, incluem-se as despesas com a folha de pessoal, benefícios assistenciais aos servidores, sentenças judiciais, despesas relacionadas ao Fundo Penitenciário.

Nacional, que por força da decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 347 e do Fundo Nacional de Segurança Pública, por força da Ação Civil Ordinária ACO 3.329, têm seu orçamento tratado como obrigatório, constando no anexo III da Lei nº 14.194 de 20 de Agosto de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022), como despesa que não sofreram limitação de empenho.

O segundo maior gasto se refere às despesas discricionárias que atendem todas as políticas públicas a cargo do MJSP, bem como suprem todos os contratos que dão suporte às ações-meio e finalísticas MJSP.

Alocação Orçamentária - Finalidade dos recursos

A LOA/2022 consignou ao MJSP dotação, inclusive emendas individuais e coletivas, para o atendimento de despesas cujas finalidades podem ser assim sintetizadas:

Despesas de Governança, Gestão e Suporte

Gastos relacionados à manutenção do MJSP em suas atividades meio, que viabilizam a implementação das políticas a cargo da pasta (despesas de pessoal, contratos, despesas de TI, reformas, aquisições, manutenções etc); e

Despesas finalísticas

Gastos relacionados diretamente com a implementação das políticas públicas.



DESPESAS DE GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE

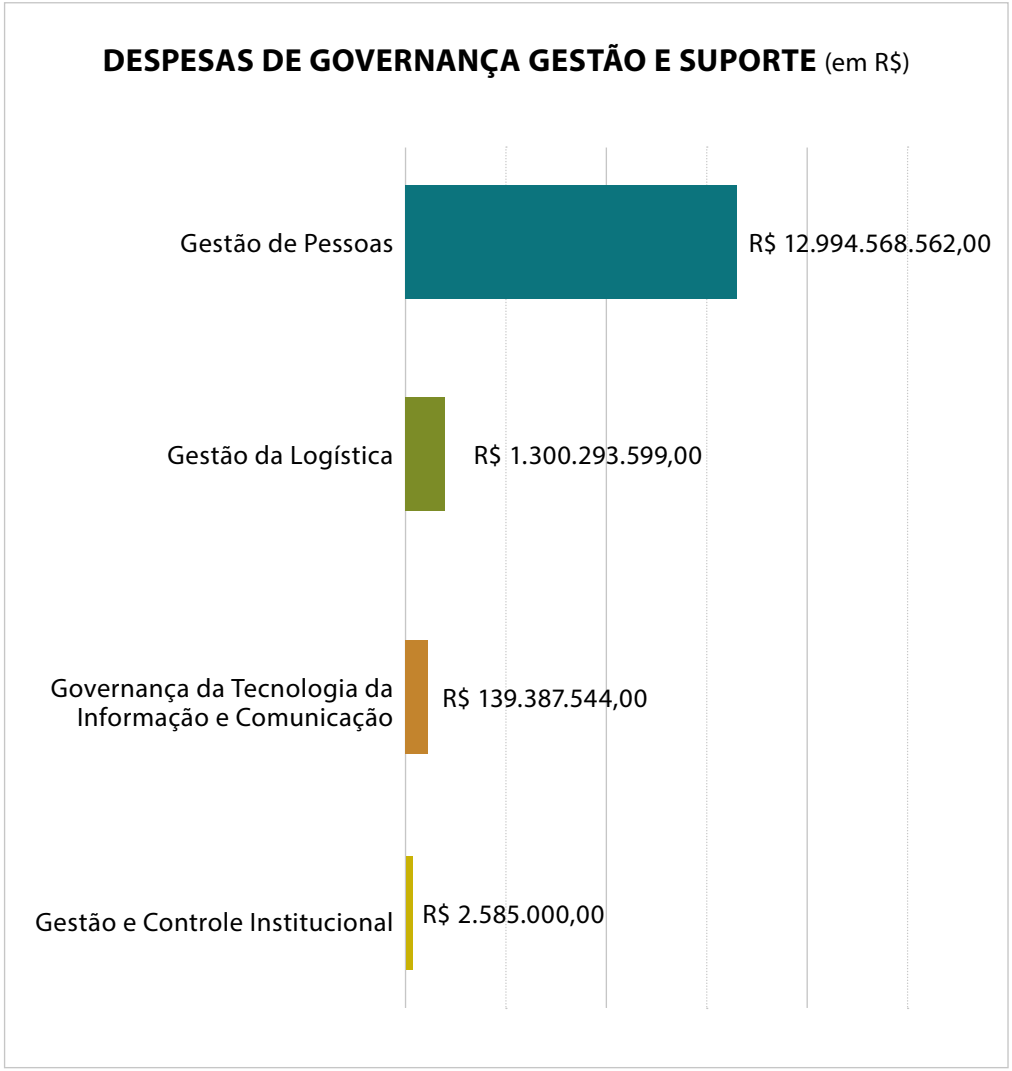
Gestão de Pessoas
Retrata os principais processos de gestão de pessoal, capacitação e desenvolvimento de pessoas e clima organizacional, aqui inseridos os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios, indenizações e ajudas de custo, despesas de pessoal e encargos sociais, além dos gastos com capacitação de servidores;

Gestão da Logística
Retrata os principais processos de gestão de suprimentos, patrimônio e segurança institucional e gestão de eventos, aqui contemplados os gastos com prestação de serviços e manutenção organizacional, aquisição de equipamentos e materiais, serviço de apoio às atividades finalísticas;

Obras e reformas (integra o macroprocesso de Gestão da Logística): construção, reforma, manutenção de edificações / instalações (Segregado dos valores da Gestão da Logística);

Governança da tecnologia da informação e comunicação
Retrata os principais processos para gerenciar a estratégia de TIC, desenvolvimento, operações e desempenho de serviços de TIC, aqui estão inseridos gastos com manutenção e aprimoramento de sistemas, aquisição de equipamentos de TIC, que são fundamentais às atividades Finalísticas e de Governança, Gestão e Suporte; e

Gestão e controle institucional
Retrata os principais processos de gestão interna do Ministério, dando suporte e direcionamento para que os processos finalísticos possam ser executados.



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

DESPESAS FINALÍSTICAS

Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública
Conjunto de processos que envolvem a produção de inteligência, a gestão de ações de integração, a gestão do sistema prisional federal, a produção de informações, a prevenção e a gestão de dados associados à segurança pública.

Gestão do conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais
Conjunto de processos executados pelo Ministério cujo enfoque está na produção, fomento e disseminação de conhecimentos específicos em Segurança Pública, proporcionando maior transparência para a sociedade e contribuindo para a capacitação de atores com atuação na temática de segurança pública no país.

Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública
Retrata o trabalho do Ministério no fortalecimento do controle de empresas privadas que atuam na segurança pública, bem como a movimentação de armas de fogo e precursores químicos no país.

Gestão de Segurança Viária
Retrata os processos relacionados à segurança das rodovias federais, bem como ao atendimento a vítimas de acidentes e promoção da educação no trânsito, de forma a oferecer rodovias seguras e de livre circulação.

Gestão de Investigações e Operações em Segurança pública
Retrata os processos que envolvem a execução de operações de segurança pública, com enfoque nas investigações e operações da Força Nacional.

Garantia dos direitos da população prisional
Retrata os processos que visam garantir os direitos às pessoas privadas de liberdade e promover atuação que permita a reintegração à sociedade. Ademais, trata-se do fomento à aplicação de alternativas penais, da valorização dos trabalhadores dos serviços penais e da ampliação de vagas no sistema prisional, em articulação com os estados.

Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
Retrata os processos que envolvem a fiscalização da adoção internacional de crianças e adolescentes e a gestão da política de classificação indicativa para obras audiovisuais.

Proteção dos Direitos do Cidadão
Retrata os processos que envolvem a proteção dos direitos difusos e de aprimoramento das políticas de justiça.

Articulação entre Poderes e Setores
Compreende a execução de processos afetos a políticas públicas lideradas por outros órgãos, poderes e setores ou a assuntos dos quais o Ministério é partícipe, mas que não constituem a sua vocação principal.

Gestão e Articulação da Política Sobre Drogas
Retrata os processos que envolvem a articulação com diversos atores envolvidos na política de drogas bem como no fomento à sua implementação por meio da elaboração de estudos e pesquisas e a formação de atores envolvidos.

Articulação Internacional
Compreende a atuação do Ministério em processos afetos à cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, subtração internacional de crianças, adoção internacional, extradição, transferência de pessoas condenadas e transferência da execução da pena e recuperação de ativos.

Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras
Retrata o trabalho do Ministério no que tange o controle das fronteiras brasileiras e a atuação em conjunto com outras pastas para garantir segurança à sociedade e o direito de ir e vir dos cidadãos brasileiros e estrangeiros. A PF é responsável pela execução deste processo.

Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional
Retrata a atuação do Ministério no desenvolvimento de instrumentos normativos, visando à implementação e ao acompanhamento da política de gestão de documentos nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, conforme as orientações emanadas da Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SIGA).

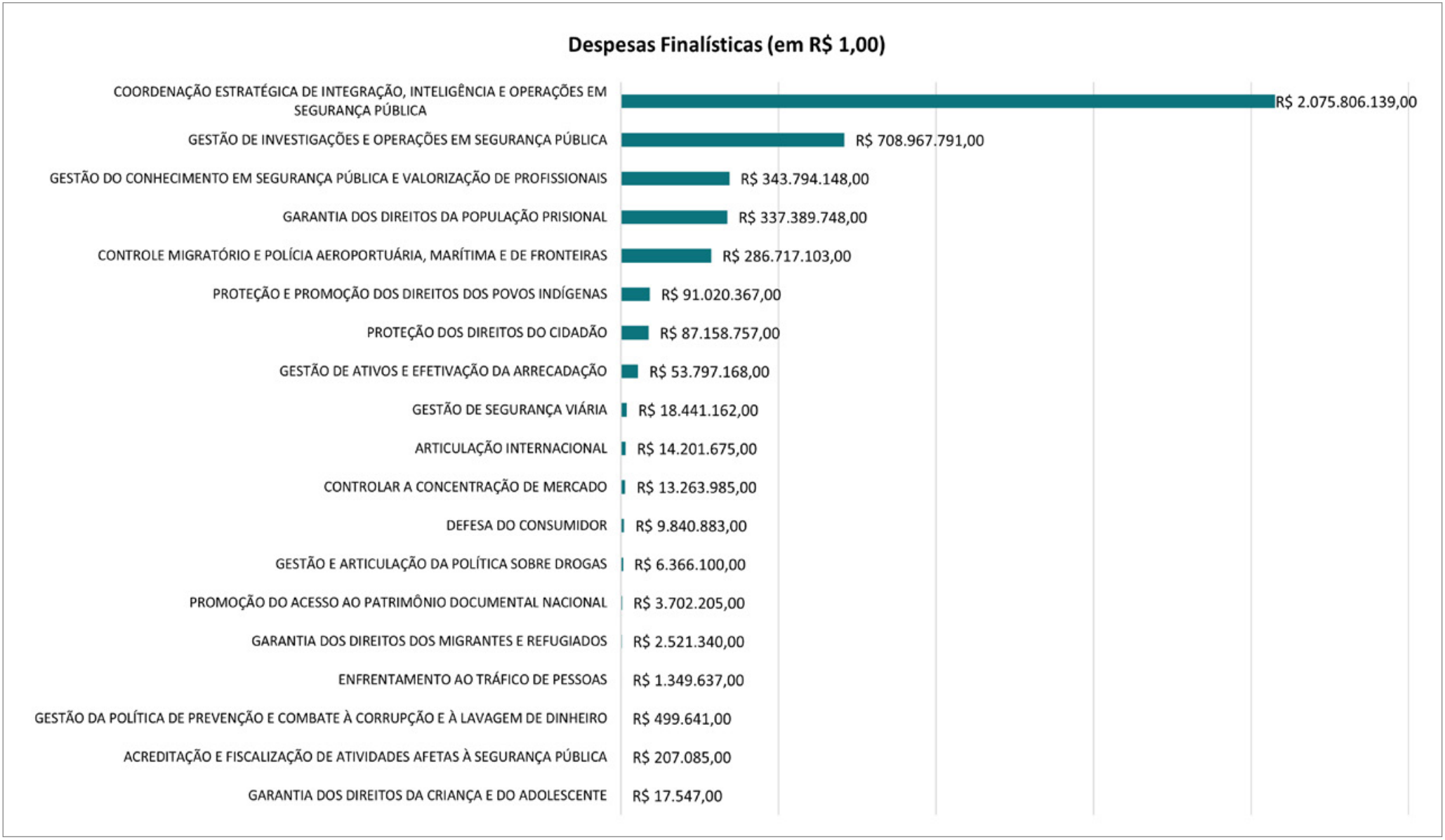
Defesa do Consumidor
Compreende a gestão de processos associados à Gestão da Política Nacional de Relações de Consumo, monitoramento e defesa dos direitos do consumidor, produção de conhecimento no tema e à disseminação dessa temática junto à sociedade.

Garantia dos Direitos dos Migrantes e Refugiados
Retrata a atuação do Ministério no que tange a promoção e garantia dos direitos dessa parcela da sociedade, por meio da gestão de processos decisórios sobre o tema e na produção de conhecimento.

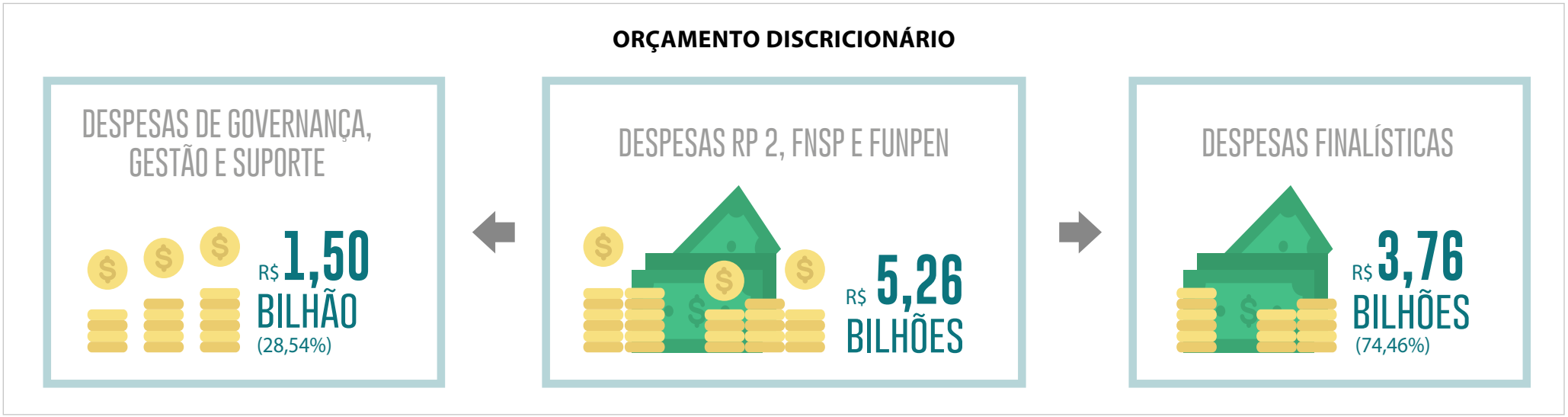
Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
Retrata a atuação do Ministério no planejamento e execução de políticas públicas de prevenção e enfrentamento da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado.

Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
Retrata a atuação do MJSP na coordenação da política nacional e no plano de enfrentamento ao tráfico de pessoas, gestão de redes de núcleos e postos, bem como a produção e disseminação de conhecimentos na temática.

Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação
Gestão de processos que envolvem a custódia, alienação e destinação de ativos (bens, valores e direitos) perdidos em favor da União ou custodiados cautelarmente. Além disto, envolvem processos associados a atualização normativa sobre o tema e o estabelecimento de acordos e parcerias.



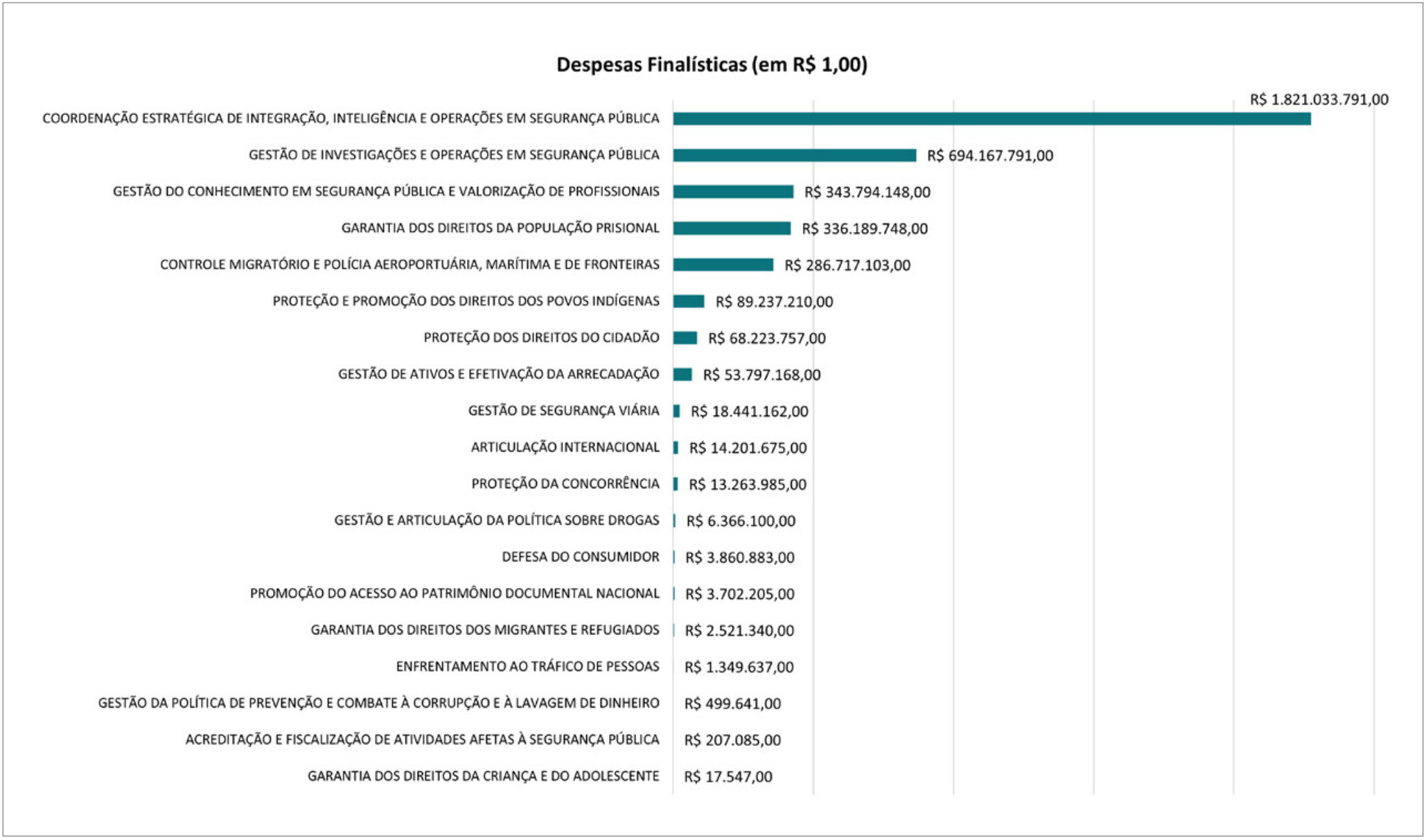
Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)





Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

O Orçamento do Ministério, classificado com indicador de resultado primário 2 – Despesas Discricionárias, inclusos Fundo Penitenciário Nacional e Fundo Nacional de Segurança Pública, classificados com indicador de resultado primário 1 - Obrigatórias, exceto emendas individuais classificadas com indicador de resultado primário 6 – emenda individual impositiva e 7 – emenda de bancada, no ano de 2022, correspondeu a R$ 5,26 bilhões, sendo que R$ 1,51 bilhão foi referente a despesas de Governança, Gestão e Suporte, gastos que englobam despesas com comunicação, tecnologia da informação, logística, controle institucional e gestão de pessoas. A maior alocação de recursos ficou por conta das despesas finalísticas, cujo aporte foi de R$ 3,75 bilhões.



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

Em relação às despesas finalísticas, foram alocados R$ 3,75 bilhões distribuídos nas diversas políticas a cargo da Pasta, que no quadro anterior se encontram alinhadas aos Macroprocessos do Ministério. O macroprocesso com maior alocação de recursos foi o de Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública, no montante de R$ 1,82 bilhões, seguido pelo de Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública com R$ 687 milhões. Outrossim, no que tange a distribuição dessas despesas por Programa de Governo, R$ 3,91 bilhões se referem ao programa de Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento, R$ 231 milhões ao de Justiça, R$ 13,32 milhões ao de Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais e R$ 14,09 bilhões ao de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

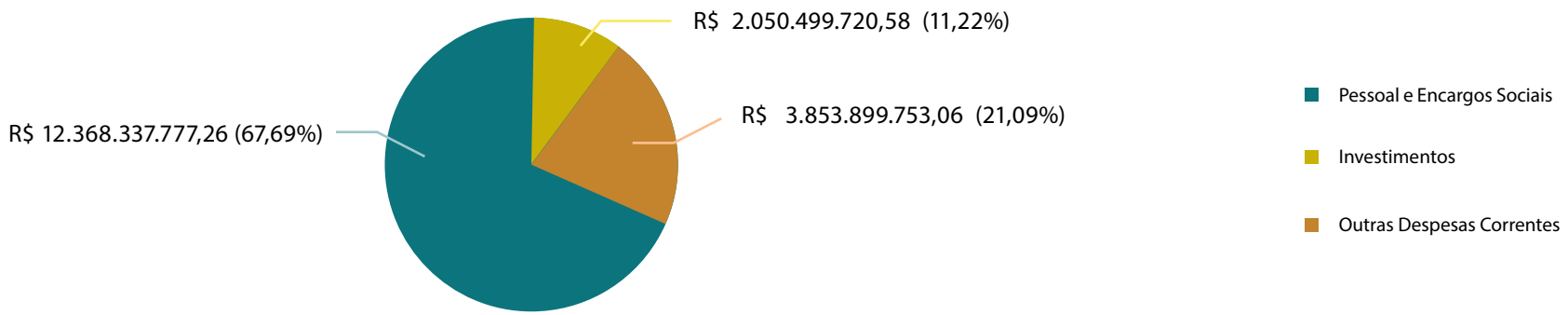
RESULTADO EOF	2022					2021					EM R$ 1,00	
	Dotação Atual (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	RP Pago (E)	Dotação Atual (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	RP Pago (E)	Variação R$ (K)=d-i	Var. R$ (I)=d/i
DESP.DISC.DECORRENTE DE EMENDA DIR.GERAL PLOA,EXC. ORDEM TEC	8.362.531,00	8.344.969,00	1798023,58	-	30.647.451,95	-	-	-	-	300.373.078,32	-	0,00%
DESP.DISC.DECORRENTE DE EMENDA SF,CD E COMISSAO MISTA CN	4.634.086,00	4.634.085,77	2.049.593,20	2.049.593,20	136.357,20	-	-	-	-	1.193.672,28	2.049.593,20	0,00%
DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA DE BANCADA	265.825.974,00	260.524.791,88	1.614.577,87	1.614.577,87	354.247.194,83	316.171.360,00	315.365.585,62	86.293,12	-	274.305.947,19	1.614.577,87	0,00%
DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	97.841.262,00	97.276.538,81	4.754.867,22	2.157.473,10	110.028.257,89	127.784.099,00	124.896.240,28	1.249.772,70	347.561,32	96.926.170,03	1.809.911,78	620,75%
FINANCEIRO	1.450.207.822,00	1.433.870.991,65	1.425.867.888,94	1.425.867.888,94	555.142,98	1.455.591.056,00	1.413.989.955,27	1.408.702.224,18	1.408.283.120,21	556.980,89	17.584.768,73	101,25%
PRIMARIO DISCRICIONARIO	2.688.882.963,00	2.683.950.645,12	2.023.062.847,02	1.985.856.617,64	1.077.267.481,35	2.615.924.700,00	2.610.998.044,25	1.633.751.054,64	1.560.687.227,86	830.847.033,93	425.169.389,78	127,24%
PRIMARIO OBRIGATORIO	13.969.321.579,00	13.784.135.228,66	13.073.904.014,15	12.144.403.878,16	1.223.597.866,27	13.134.326.144,00	13.048.221.746,48	12.311.765.483,92	11.521.160.570,57	1.348.846.979,64	623.243.307,59	105,41%
Total Geral	18.485.076.217,00	18.272.737.250,89	16.533.051.811,98	15.561.950.028,91	2.796.479.752,47	17.649.797.359,00	17.513.471.571,90	15.355.554.828,56	14.490.478.479,96	2.853.049.862,28	1.071.471.548,95	107,39%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de natureza de despesa: Agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto. Elemento de despesa: classificação dos objetos de gastos no âmbito de cada Grupo de Natureza de Despesa (GND), tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma e outros que a Administração Pública utiliza para a consecução de seus fins.

EXECUÇÃO POR GRUPO DE DESPESA (em R$)



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

COMPARAÇÃO DA DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP ENTRE 2021 E 2022 POR GRUPO DE DESPESA

DETALHAMENTO	2022					2021						
	Dotação Atual (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	RP Pago (E)	Dotação Atual (F)	Empenhado (G)	Liquidado (H)	Pago (I)	RP Pago(J)	Variação R$ (K)=d-i	Var. R$ (I)=d/i
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.399.936.334,00	12.368.337.777,26	12.345.910.907,40	11.553.060.937,11	760.545.659,54	12.060.065.151,00	11.972.522.819,75	11.958.524.410,07	11.202.384.337,84	735.196.194,55	350.676.599,27	103,13%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.923.721.461,00	3.853.899.753,06	3.277.110.340,96	3.165.663.259,33	703.071.445,68	3.355.747.230,00	3.312.158.532,66	2.640.140.476,77	2.537.366.831,79	569.318.430,96	628.296.427,54	124,76%
INVESTIMENTOS	2.161.418.422,00	2.050.499.720,58	910.030.563,62	843.225.832,47	1.332.862.647,25	2.232.199.824,00	2.227.005.066,51	756.434.057,51	750.271.426,12	1.548.535.236,77	92.954.406,35	112,39%
INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	1.785.154,00	1.785.152,97	455.884,21	455.884,21	-	455.884,21	0,00%
Total Geral	18.485.076.217,00	18.272.737.250,89	16.533.051.811,98	15.561.950.028,91	2.796.479.752,47	17.649.797.359,00	17.513.471.571,90	15.355.554.828,56	14.490.478.479,96	2.853.049.862,28	1.071.471.548,95	107,39%

Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2021 E 2020 POR ELEMENTO DE DESPESA

GND – 1 -PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

ELEMENTO DE DESPESA	Valor Empenhado (R$ 1,00)	Valor Pago (R$ 1,00)
11-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.251.919.717,90	5.742.746.530,32
01-APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	3.346.081.985,21	3.143.406.845,23
13-OBRIGACOES PATRONAIS	1.442.735.044,37	1.433.615.413,67
03-PENSOES	1.222.974.717,19	1.147.720.673,06
DEMAIS ELEMENTOS	104.626.312,59	85.571.474,83
TOTAL	12.368.337.777,26	11.553.060.937,11

GND - 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

ELEMENTO DE DESPESA	Valor Empenhado (R$ 1,00)	Valor Pago (R$ 1,00)
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	975.364.486,17	789.735.914,75
14-DIARIAS - PESSOAL CIVIL	446.240.904,71	445.665.187,80
41-CONTRIBUICOES	418.693.011,49	352.442.513,09
DEMAIS ELEMENTOS	2.013.601.350,69	1.577.819.643,69
TOTAL	3.853.899.753,06	3.165.663.259,33

GND – 4 - INVESTIMENTOS

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO (R$ 1,00)	VALOR PAGO (R$ 1,00)
41-CONTRIBUICOES	989.987.153,82	653.472.010,75
52-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	617.455.446,66	114.269.201,11
51-OBRAS E INSTALACOES	249462350,7	47.635.268,76
DEMAIS ELEMENTOS	193.594.769,40	27.849.351,85
TOTAL	2.050.499.720,58	843.225.832,47

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2021 E 2022 POR PROGRAMA DE GOVERNO

RESULTADO EOF	2022					2021					EM R$ 1,00	
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado(c)	Pago (d)	RP Pago(e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago(j)	Variação R$ (K)=d-i	Var. R$ (l)=d/i
2112-PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA E S	-	-	-	-	1.291.388,78	-	-	-	-	16.984.922,46	-	0,00%
0089-PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.239,48	-	0,00%
0901-OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	5.698.791,00	5.698.783,83	5.698.783,83	5.698.783,83	-	49.250.351,00	49.249.345,02	49.249.345,02	49.249.345,02	-	43.550.561,19	11,57%
2085-REDUCAO DO IMPACTO SOCIAL DO ALCOOL E OUTRAS DROGAS: PREVENC	-	-	-	-	92.997,84	-	-	-	-	6.229.250,39	-	0,00%
2081-JUSTICA, CIDADANIA E SEGURANCA PUBLICA	-	-	-	-	360.847.311,32	-	-	-	-	583.696.966,08	-	0,00%
0909-OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	145.285.366,00	143.473.960,44	136.572.176,07	122.252.598,12	22.169.738,14	141.640.320,00	138.588.568,26	129.547.925,39	116.408.346,96	17.376.138,60	5.844.251,16	105,02%
0910-OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	13.316.501,00	13.316.499,12	13.316.499,12	13.316.499,12	53.896,46	12.897.421,00	12.897.420,80	12.869.471,95	12.869.471,95	-	447.027,17	103,47%
2065-PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	-	-	-	-	856.423,79	-	-	-	-	4.436.986,89	-	0,00%
2070-SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	-	-	-	-	53.050,00	-	-	-	-	9.474.000,00	-	0,00%
0032-PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO	14.090.558.356,00	14.043.076.367,03	13.781.848.297,72	12.940.095.178,56	1.109.557.937,90	13.638.853.576,00	13.527.482.958,52	13.185.356.575,98	12.370.597.628,38	1.066.339.953,37	569.497.550,18	104,60%
5015-JUSTICA	231.028.779,00	230.581.677,87	90.340.651,48	89.366.649,76	80.996.604,84	194.617.009,00	193.520.875,31	80.056.287,14	78.171.703,19	63.492.889,61	11.194.946,57	114,32%
5016-SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO	3.907.825.929,00	3.745.810.038,72	2.440.523.276,03	2.328.094.103,17	1.191.483.837,45	3.522.455.655,00	3.502.767.131,43	1.846.511.899,40	1.811.630.911,65	1.060.884.528,39	516.463.191,52	128,51%
0617-PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	91.362.495,00	90.779.923,88	64.752.127,73	63.126.216,35	29.076.565,95	90.083.027,00	88.965.272,56	51.963.323,68	51.551.072,81	24.088.987,01	11.575.143,54	122,45%
Total Geral	18.485.076.217,00	18.272.737.250,89	16.533.051.811,98	15.561.950.028,91	2.796.479.752,47	17.649.797.359,00	17.513.471.571,90	15.355.554.828,56	14.490.478.479,96	2.853.049.862,28	1.071.471.548,95	107,39%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

Gestão de emendas parlamentares

No ano de 2022 foi consignada inicialmente aos Órgãos da Administração Direta do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Órgão 30000 – MJSP) dotação orçamentária de emendas parlamentares no total de R$ 372,35 milhões, compreendidos na Lei Orçamentária Anual – LOA/2022. Contudo, ocorreram cancelamentos de dotações na ordem de R$ 8,68 milhões que redimensionaram o orçamento/2022 para a cifra de R$ 363,67 milhões. Os dados analisados excluíram os valores cancelados e os recebidos de outros Ministérios, bem como informações conexas às entidades da administração indireta vinculadas ao MJSP e incluem as informações orçamentárias e financeiras da Fundação Nacional do Índio e Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Incluídas na execução orçamentária, enfatiza-se que as emendas possuem um procedimento próprio de execução e deve-se levar em consideração o valor priorizado pelo parlamentar, que a cada divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias podem sofrer alterações.

Conforme disposto inciso II, do art. 73, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, os autores das emendas deverão indicar os beneficiários específicos e a ordem de prioridade para efeito da aplicação dos limites de execução.

Cabe observar que o limite de emendas individuais corresponde a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida, conforme prevê o § 9º do art. 166 da Constituição Federal.

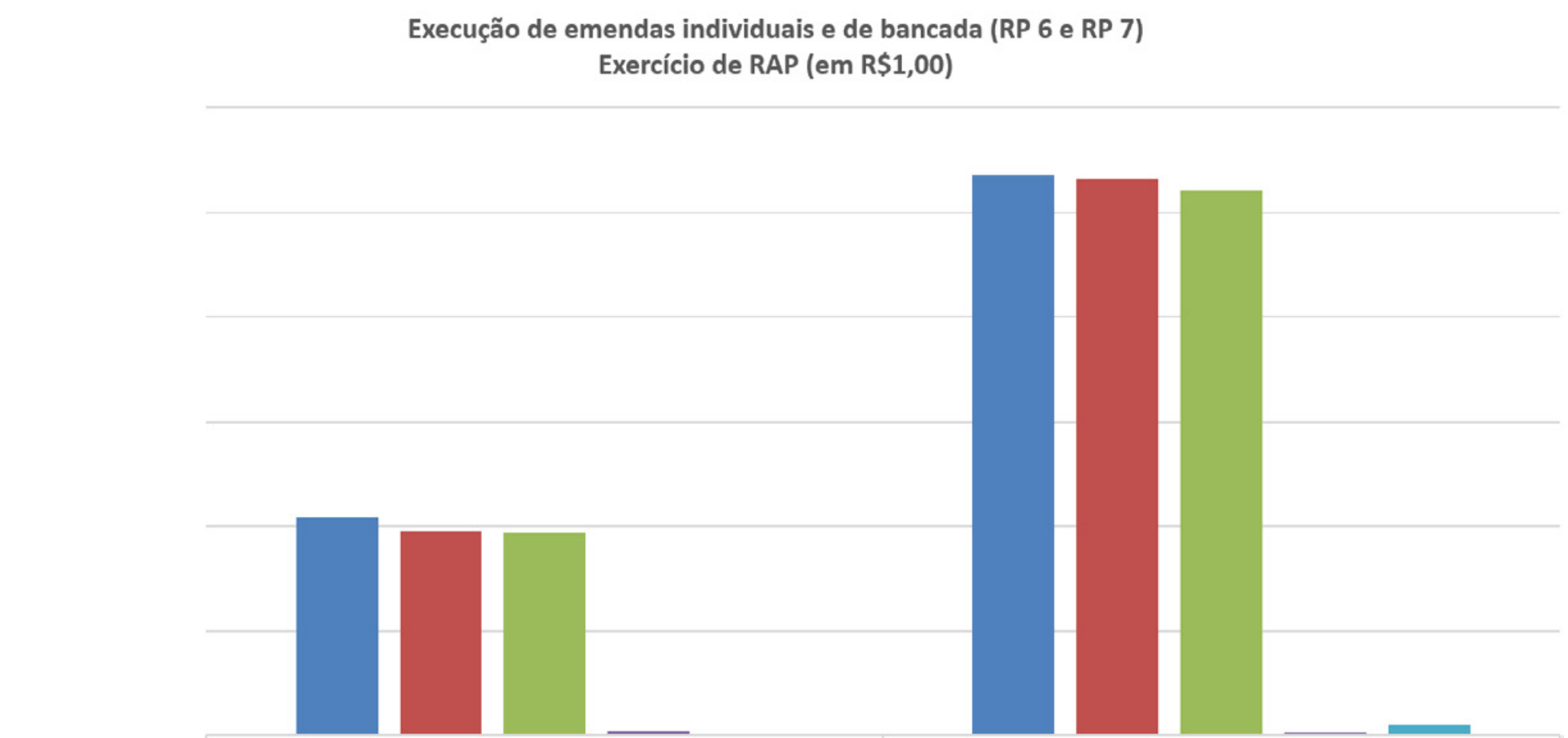
Observa-se que, dos R$ 97.841.262,00 de emendas classificadas com indicador de resultado primário RP 6 – emendas individuais, R$ 97.276.538,81 foram efetivamente empenhados, o que representa 99,42% de execução.

Outrossim, no que tange às emendas classificadas com indicador de resultado primário RP 7 – emendas de bancadas, dos R$ 265.825.974,00 autorizados, foram efetivamente empenhados R$ 260.524.791,88, o que representa um índice de execução de 98,01%.

Seguem abaixo os demonstrativos e infográficos que refletem a situação das emendas no âmbito do MJSP:

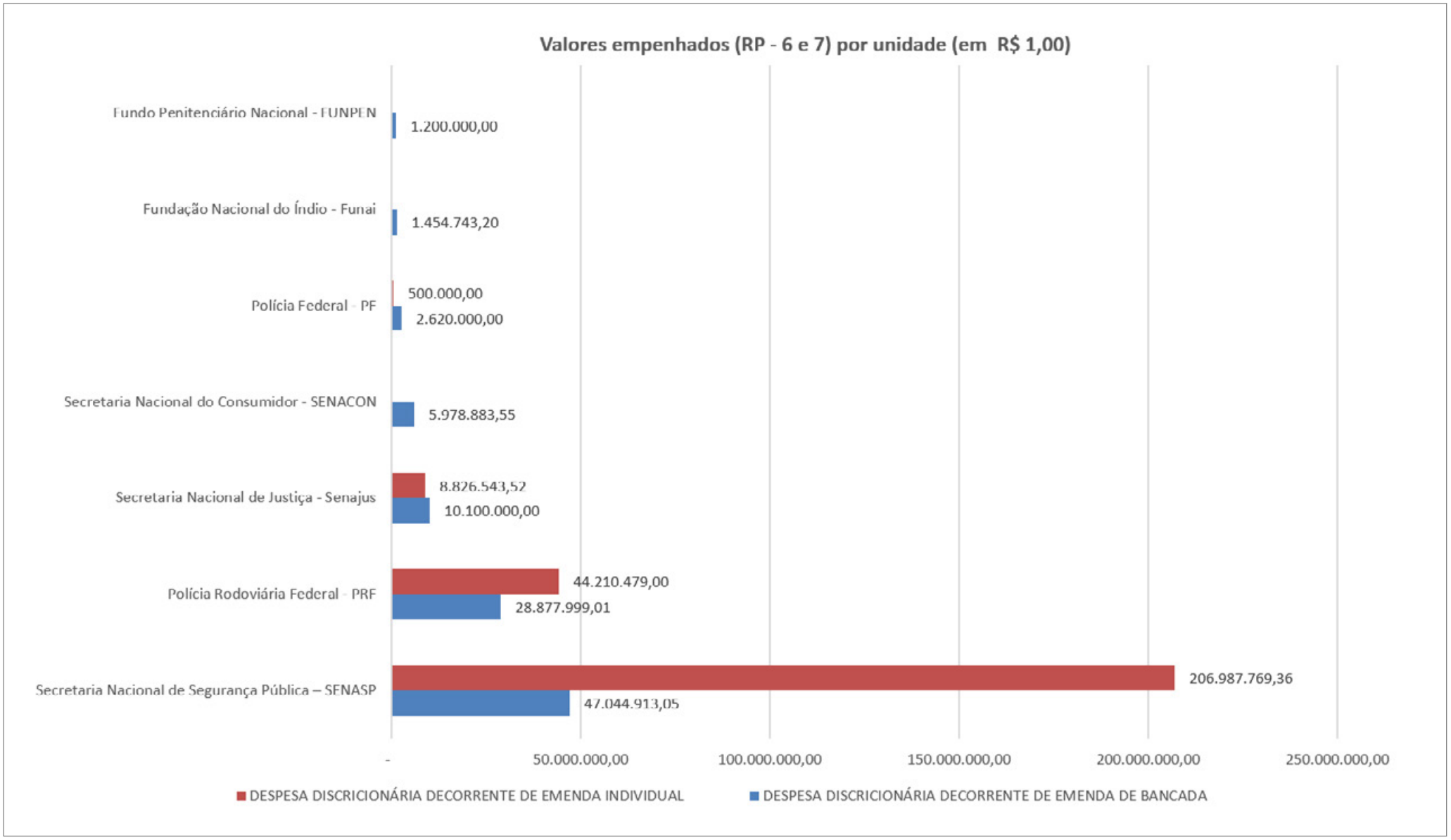
VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MJSP





	DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA DE BANCADA
Dotação inicial	104.125.095,00	268.225.974,00
Dotação atualizada	97.841.262,00	265.825.974,00
Despesas empenhadas	97.276.538,81	260.524.791,88
Despesas pagas	2.157.473,10	1.614.577,87
Restos a pagar pagos	506.003,48	4.987.276,30

Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

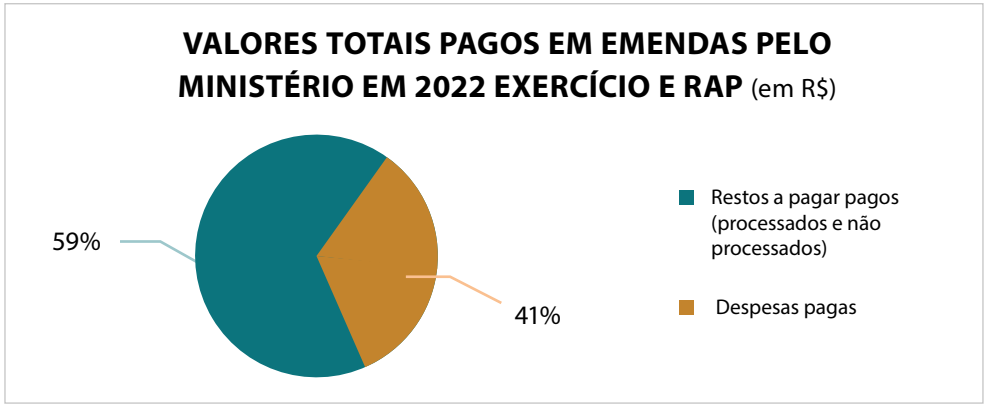
Execução Orçamentária

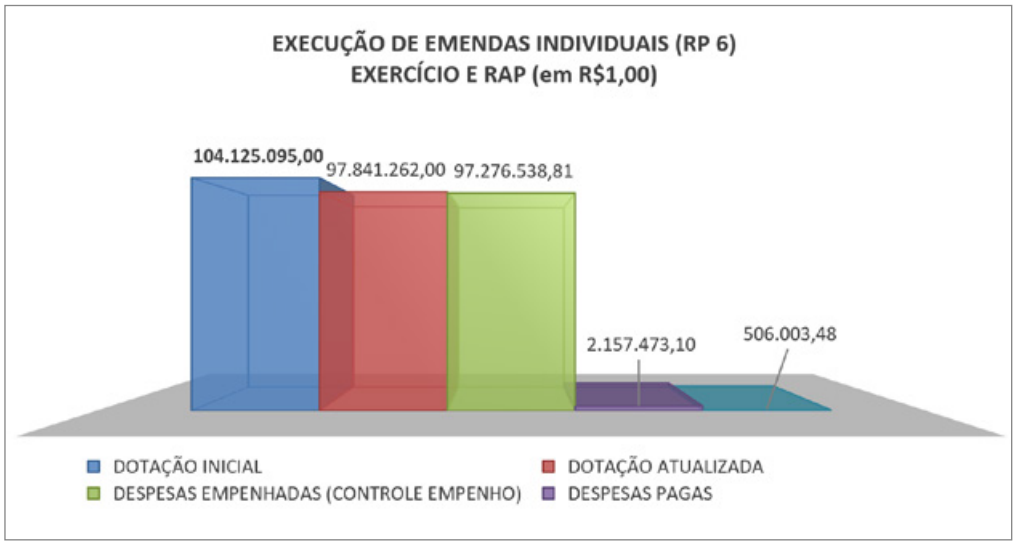
Destaca-se que durante o exercício de 2022, o Ministério atingiu o montante de R$ 357,80 milhões de despesas empenhadas referente às emendas Individuais e de Bancadas, representando 98,39% da dotação atualizada.

Conforme o gráfico execução de emendas RP 6 e 7, foram efetuados pagamentos de restos a pagar (Processados e Não Processados) na ordem de R$ 5.493.279,78.

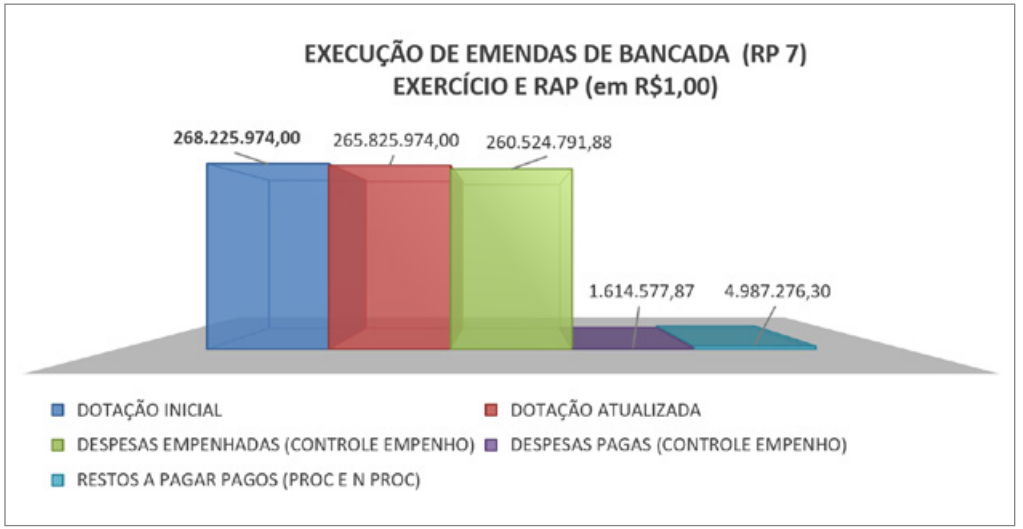
Entretanto, conforme §3º do art. 68 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2022, se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei, os montantes de execução obrigatória das programações de que tratam as Subseções III e IV seguintes poderão ser reduzidos até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

Em 2022, o MJSP recebeu 211 emendas individuais (RP6) relativas às unidades que integram este relatório de gestão. Ressalta-se que todas as emendas foram priorizadas, ou seja, o parlamentar alocou limite de empenho para que pudessem ser executadas. Sendo assim, dos R$ 99.341.871,00 priorizados, R$ 67.177.578,13 foram empenhados, o que representa 67,62% execução.





Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

Gestão de Restos a Pagar

Cabe ressaltar que o Ministério desenvolve o Projeto *"Mapeamento e análise da integridade dos restos a pagar"*, com o objetivo geral de tornar a gestão mais eficiente e transparente, buscando o equilíbrio fiscal e evitando a responsabilização de agentes públicos pela inscrição e/ou manutenção indevida de empenhos em restos a pagar.

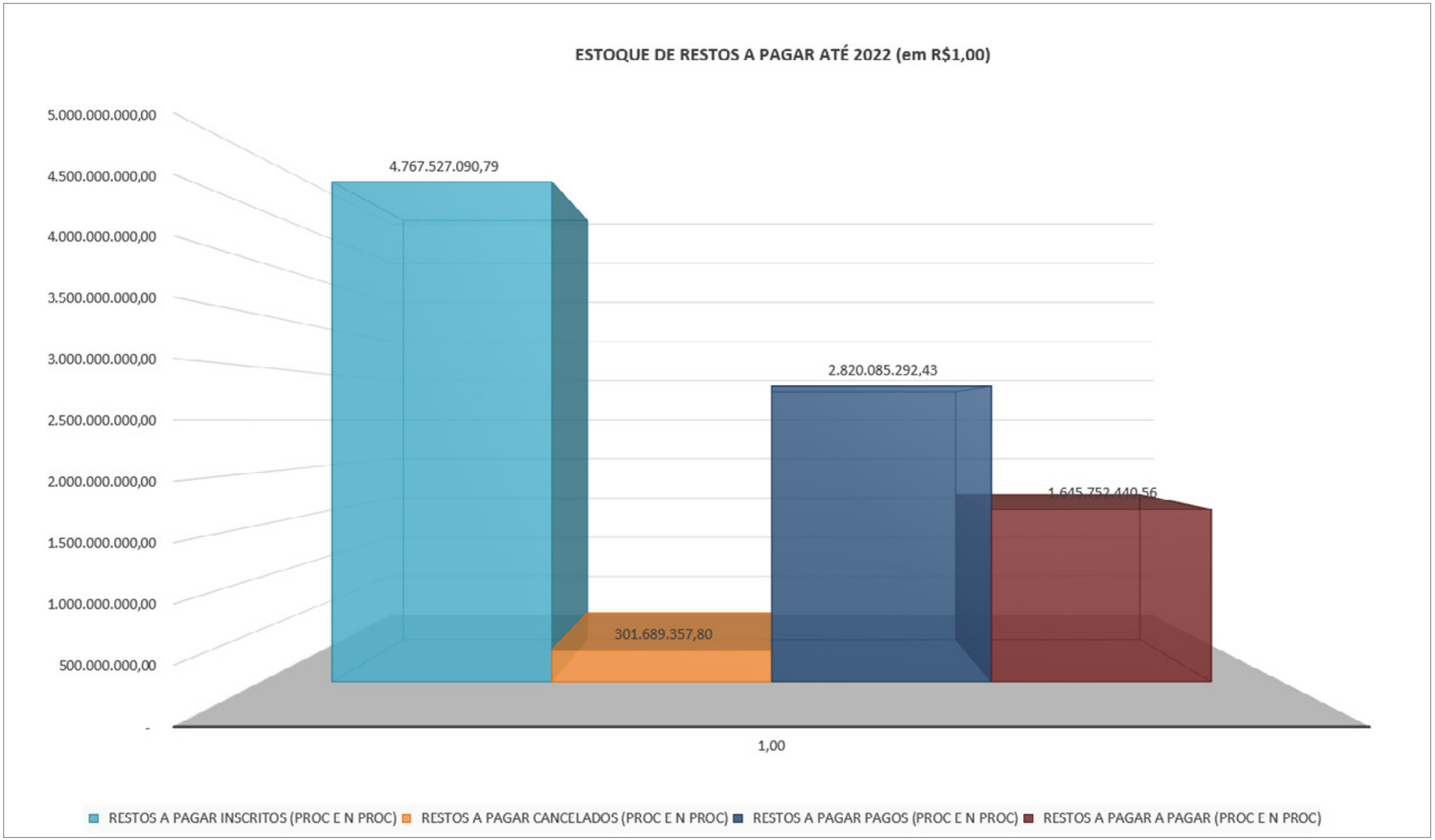
O MJSP iniciou o exercício de 2021 com o valor de R$ 4.864.152.784,63 inscritos em Restos a Pagar. Neste sentido, colocou-se como meta a redução de 5% do estoque de restos a pagar. Observa-se que iniciamos o exercício de 2022 com valor de R$ 4.629.603.750,49, que representa uma redução de 4,82%. Os dados analisados excluíram os valores recebidos de outros Ministérios.

Nesse recorte, os valores de restos a pagar incluem todo o valor atrelado ao órgão orçamentário 30000 – Ministério da Justiça e Segurança Pública, inclusive suas entidades vinculadas e órgãos que já pertenceram a sua estrutura regimental e que não integram este Relatório de Gestão.

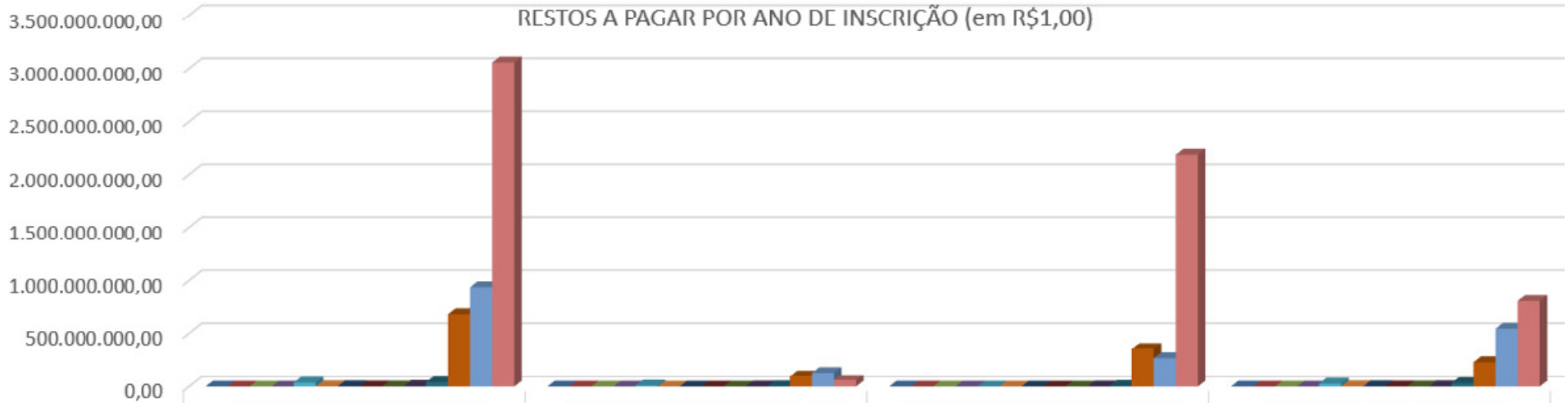
No demonstrativo abaixo, sobre a variação dos restos a pagar do MJSP, foram excluídas as informações da Funai, Cade, Coaf e secretarias que outrora integraram a estrutura do MJSP e atualmente integram o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos - MMFDH. Os dados dessas unidades farão parte dos seus respectivos Relatórios de Gestão Anual.

RESTOS A PAGAR DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (processados e nao processados)



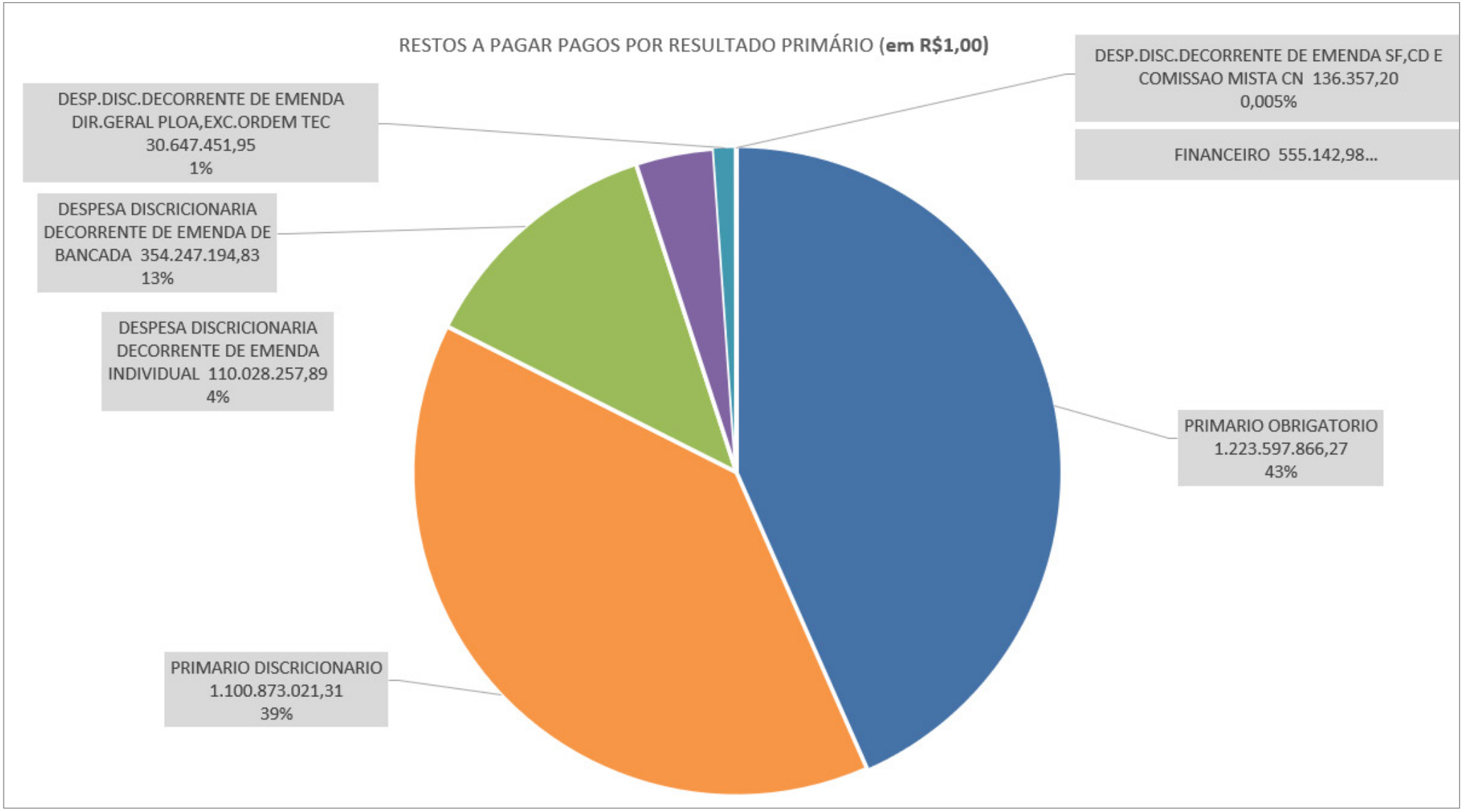


Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)



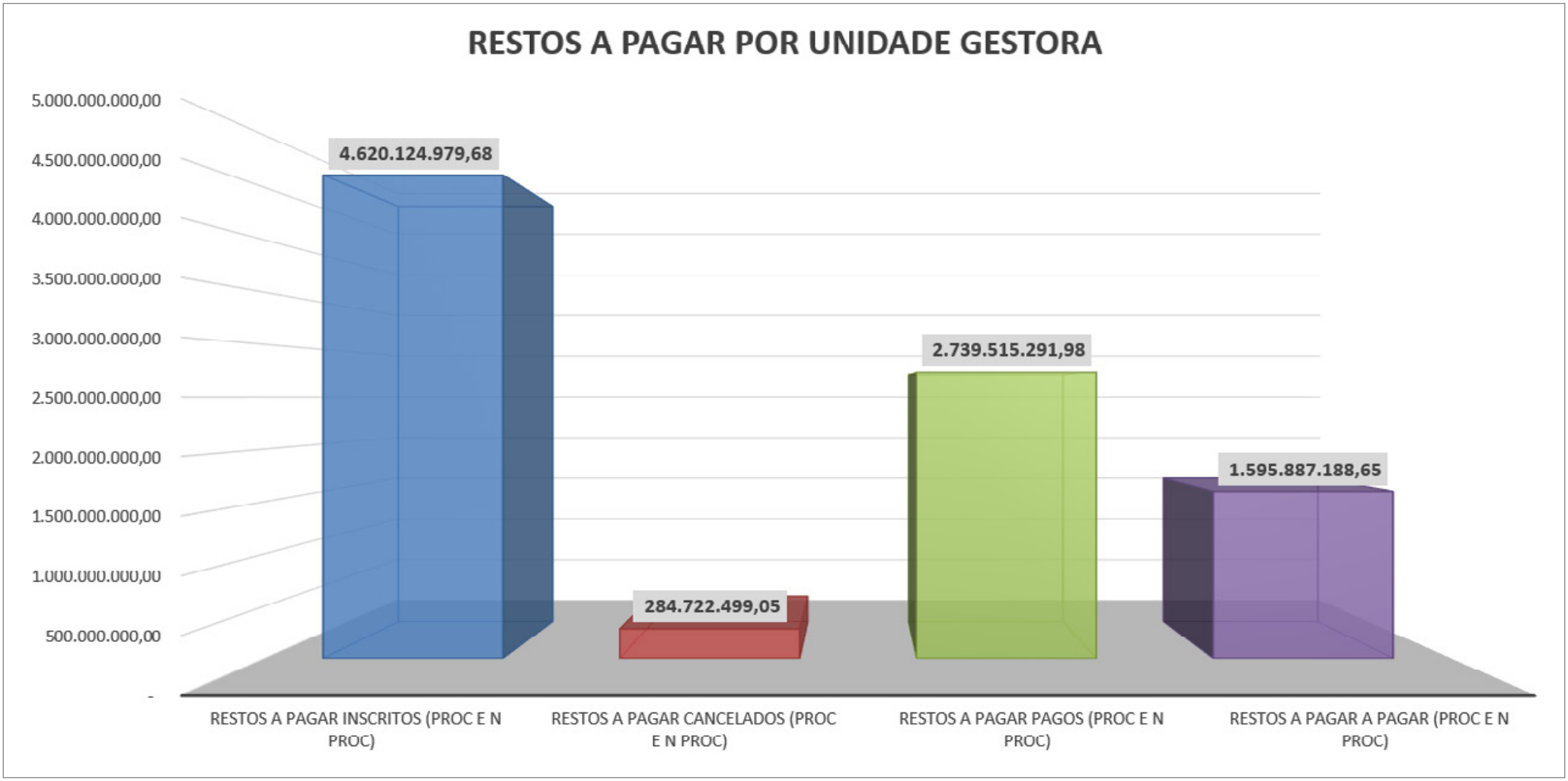
	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
2006	7.046,09	7.046,09	0,00	0,00
2008	4.098,06	4.098,06	0,00	0,00
2010	13.512,79	2.430,67	0,00	11.082,12
2011	67.858,49	2.314,26	0,00	65.544,23
2012	36.153.909,59	8.822.312,79	0,00	27.331.596,80
2013	1.974.024,56	389,65	0,00	1.973.634,91
2014	2.845.536,61	50.631,79	0,00	2.794.904,82
2015	1.120.533,72	1.352,16	53.050,00	1.066.131,56
2016	642.328,85	101.250,00	7.439,34	533.639,51
2017	5.253.486,84	955.111,76	1.338.008,13	2.960.366,95
2018	39.689.183,44	2.661.640,30	5.338.964,93	31.688.578,21
2019	684.959.656,49	98.944.747,96	356.403.709,33	229.611.199,20
2020	939.614.620,68	131.183.184,22	265.890.415,38	542.541.021,08
2021	3.055.181.294,58	58.952.848,09	2.191.053.705,32	805.174.741,17

Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

O quadro abaixo retrata a inscrição de restos a pagar nas unidades gestoras executoras do MJSP. Aqui se identifica um valor inferior de restos a pagar pelo fato de parte do orçamento do MJSP ser repassado, por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED, para ser executado por outros Ministérios, no sentido de atender programas, projetos e atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua.



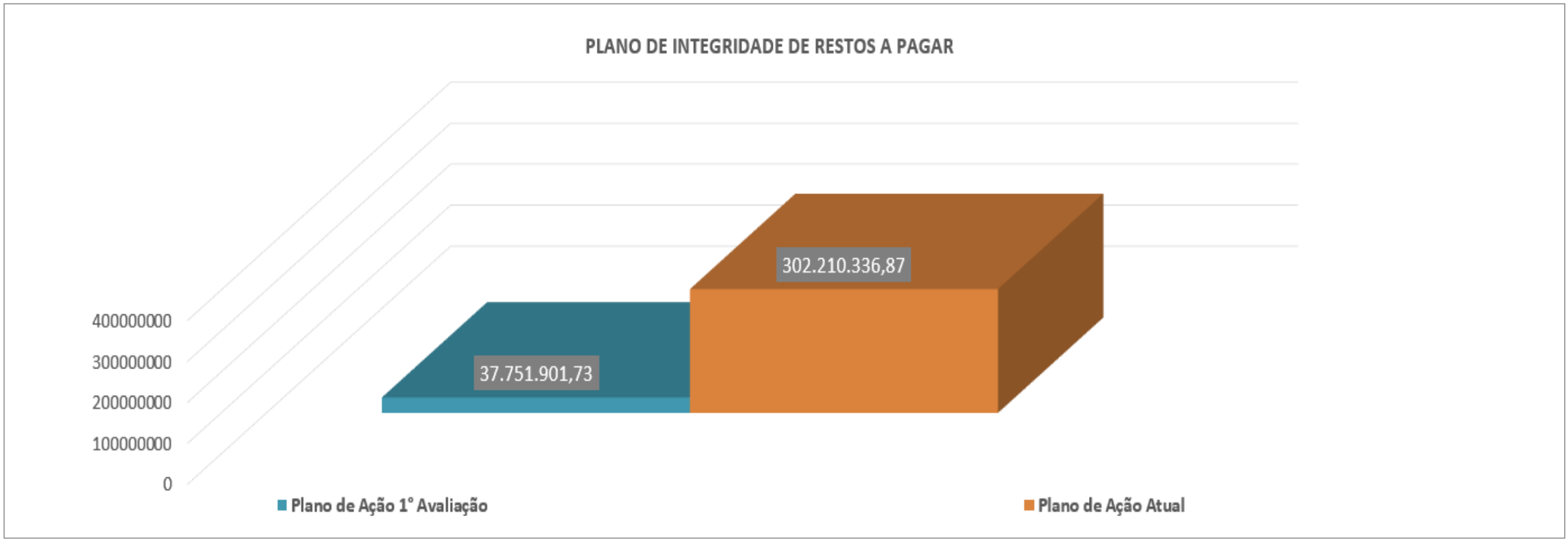
Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

Plano de Análise da Integralidade dos Restos a Pagar

O MJSP vem desenvolvendo diversas ações no sentido de melhorar a gestão dos RAP's, implementando desde o ano de 2020 o plano de ação visando a análise da integralidade dos restos a pagar inscritos, com o intuito de atender aos princípios da transparência ativa com vistas à possível redução de seu estoque de Restos a Pagar – RAP em 5%, com relação ao exercício anterior.

A proposta do projeto de mapeamento dos RAP's busca avaliar o alinhamento do ato de inscrição do empenho como previsto no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 e orientar tecnicamente as unidades da estrutura do Ministério quanto à gestão de restos a pagar, reduzindo assim o comprometimento do limite de pagamento do exercício subsequente.

Conforme o gráfico abaixo, observa-se que no início do plano, o MJSP possuía R$ 37,75 milhões de restos a pagar cancelados e que após sua implementação findou o exercício com um montante de R$ 302,21 milhões cancelados.



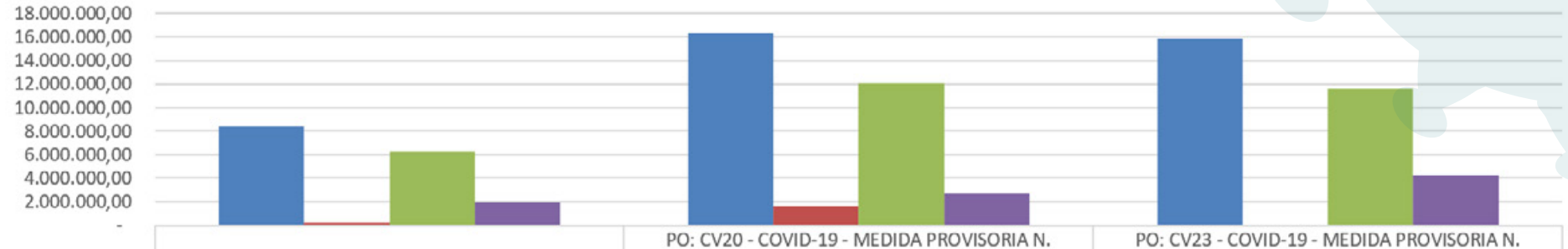
Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

Crédito Extraordinário para Enfrentamento à Covid-19

O MJSP foi atendido com a edição da Medida Provisória nº 1.054/2021, convertida na Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021, que abriu crédito extraordinário, no valor de R$ 41.048.750,00, viabilizando, no âmbito da Fundação Nacional do Índio, a contratação temporária de pessoal, a fim de reforçar as equipes de trabalho que atuam nas barreiras sanitárias e impedir a circulação e propagação do novo coronavírus (Covid-19), bem como a distribuição de cestas de alimentos para as comunidades indígenas, de modo a garantir a segurança alimentar e a manutenção do isolamento social das comunidades indígenas como forma de proteção, evitando o deslocamento para os centros urbanos. Tais medidas foram adotadas em atendimento à decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, Roberto Barroso, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 709-DF/2020, visando conter a transmissão da doença, diminuindo a escalada de mortes.

A decisão proferida pelo Ministro do STF acerca do Plano Geral de Enfrentamento à Covid-19 para povos indígenas, no bojo da ADPF 709- DF/2020, que determina que *"o Ministério da Defesa, os órgãos de segurança do MJSP, a Funai, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e a Agência Nacional de Mineração (ANM) – e demais que precisem ser acionados – deverão prestar o apoio necessário ao planejamento e à sua execução do Plano Operacional 7 TI's" - ADPF 709-DF/2020, elaborado e sob a coordenação do MJSP"*.

Destaque-se que a execução orçamentária dos restos a pagar do referido crédito está demonstrada no gráfico e na tabela a seguir:



	PO: CV19 - CORONAVIRUS (COVID-19)	PO: CV20 - COVID-19 - MEDIDA PROVISORIA N. 1.054, DE 08 DE JUNHO DE 2021 - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA DE IMPORTANCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVIRUS NO AMBITO DA CGPDS	PO: CV23 - COVID-19 - MEDIDA PROVISORIA N. 1.054, DE 08 DE JUNHO DE 2021 - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA DE IMPORTANCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVIRUS NO AMBITO DA CGIIRC
RESTOS A PAGAR INSCRITOS	8.390.349,81	16.320.444,60	15.868.618,00
RESTOS A PAGAR CANCELADOS	192.057,77	1.614.381,99	-
RESTOS A PAGAR PAGOS	6.269.379,79	12.035.574,95	11.569.965,01
RESTOS A PAGAR A PAGAR	1.928.912,25	2.670.487,66	4.298.652,99

Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive o plano orçamentário: CV19, CV20 e CV23.

NATUREZA DE DESPESA DETALHADA	EMPENHADO	PAGO
33900401 - SALARIO CONTRATO TEMPORARIO	6.647.955,64	3.620.153,74
33901414 - DIARIAS NO PAIS	1.947.954,98	1.292.721,82
33903001 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	1.631.215,20	926.463,18
DEMAIS NATUREZAS	8.836.582,21	2.876.690,78
TOTAL	**19.063.708,03**	**8.716.029,52**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, Inclusive os planos orçamentários: 0005 - Barreiras Sanitárias em Terras Indígenas - ADPF 709 e CV19 - Covid-19

Gestão dos Fundos

O Ministério da Justiça e Segurança Pública se utiliza de seis fundos públicos como fontes de recursos para o financiamento de suas atividades:

Funapol

Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal: instituído pela Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 e regulamentado pelo Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997, que tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a aparelhar a Polícia Federal e a manter suas atividades essenciais e competências típicas. Fundo esse gerido e utilizado pela Polícia Federal.

Funan

Fundo Nacional do Arquivo Nacional: instituído pela Decreto nº 88.771, de 27 de setembro de 1983, tem por finalidade centralizar recursos e financiar, atividades do Arquivo Nacional, cujo crédito serão levados todos os recursos destinados a atender às suas necessidades, observado o disposto nos Decretos-Leis nºs 1.754 e 1.755, de 31 de dezembro de 1979. Gerido e utilizado pelo Arquivo Nacional.

Funpen

Fundo Penitenciário Nacional: instituído pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994, tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro. Por força da ADPF 347, foi incluído no anexo de despesas obrigatórias da LDO de 2019. É gerido e utilizado pelo Depen.

FDD

Fundo de Defesa de Direitos Difusos: instituído pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, tem por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. O FDD é gerido pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. O fundo apoia projetos apresentados por órgãos públicos e entidades civis, que são selecionados por editais de chamamento publicados a cada 2 (dois) anos. As atividades administrativas do fundo são realizadas pela estrutura fornecida pela Senacon.

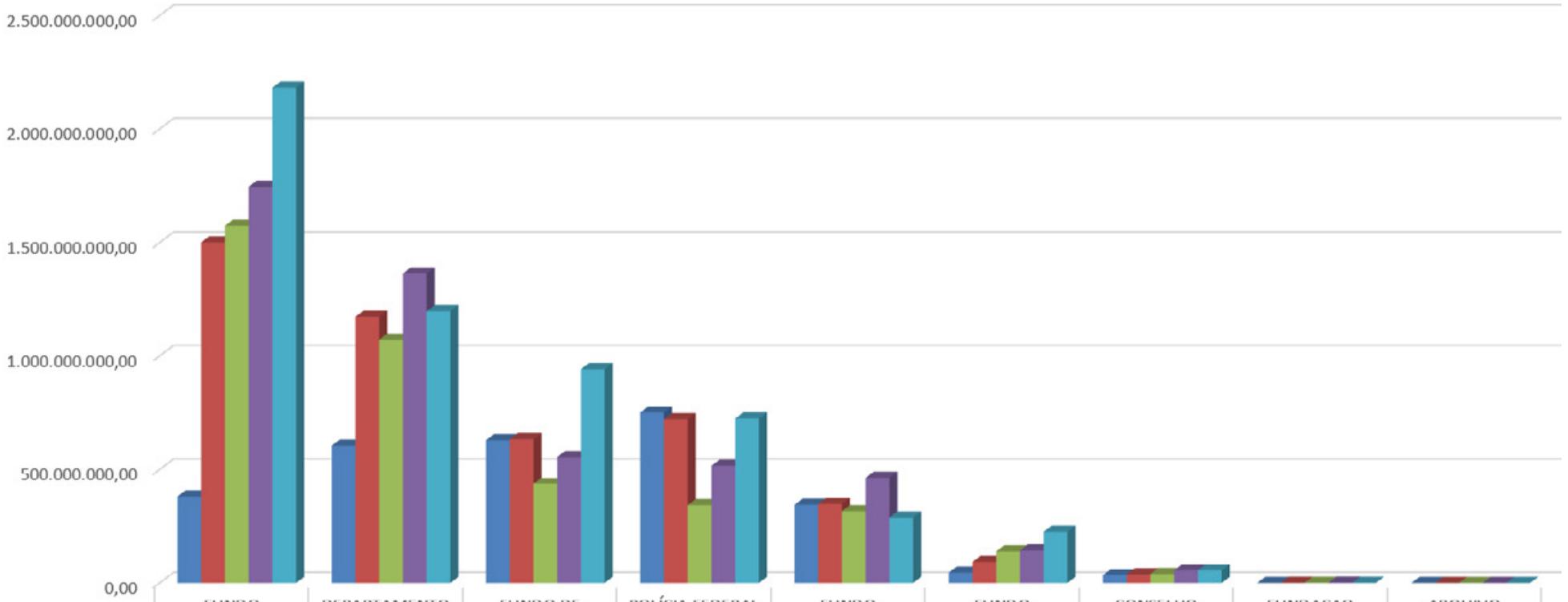
FNSP

Fundo Nacional de Segurança Pública: instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem como objetivo apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal. Com a publicação da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que direcionou uma fonte específica de receita para o Fundo, bem como previu o repasse obrigatório de parte dos recursos para os Estados e o Distrito Federal, ocorreu uma otimização do processo de execução e um fortalecimento do orçamento do Fundo que é gerido e utilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Funad

Fundo Nacional Antidrogas: instituído pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, tem seus recursos destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de Dependentes de substâncias psicoativas. Gerido pela Senad no MJSP, sendo parcela da arrecadação destinada aos órgãos de segurança pública federais, estaduais e distrital. Com a publicação da Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019, ocorreu uma otimização da gestão de ativos do Fundo o que pode ser percebido pela majoração significativa da arrecadação.

RECEITA LÍQUIDA (em R$ 1,00)



	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FDD	POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - FUNPEN	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	ARQUIVO NACIONAL - FUNAN
2018	380.391.246,48	605.242.145,81	629.167.495,03	750.927.806,06	343.586.699,52	45.228.201,97	34.542.564,57	153.914,89	186.438,28
2019	1.500.917.846,81	1.172.225.160,24	633.502.846,75	721.430.056,88	347.456.492,88	92.038.133,84	38.233.212,35	639.207,55	109.559,34
2020	1.573.847.303,87	1.071.587.696,58	436.603.519,50	341.994.125,15	315.465.820,04	138.558.416,18	39.390.353,75	735.546,35	25.548,25
2021	1.745.857.265,20	1.362.850.291,54	555.240.422,47	516.513.358,36	463.924.450,00	142.413.772,10	55.464.663,61	883.839,75	20.756,87
2022	2.181.518.511,02	1.196.281.019,53	941.982.022,76	724.399.998,24	288.163.975,52	225.311.393,44	55.398.671,89	251.696,74	84.236,48

Principais desafios e ações futuras

A execução orçamentária e financeira no âmbito do MJSP ocorre de forma descentralizada, uma vez que existe uma diversidade de temas afetos ao Ministério, demandando conhecimentos específicos de cada área de atuação do órgão, conferindo aos gestores maior assertividade e celeridade no atendimento de suas entregas.

Registre-se que esta Pasta Ministerial tem incentivado a adoção de medidas buscando-se a aderência às normas vigentes, a exemplo do engajamento no cumprimento das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo; da disseminação de orientações técnicas e normativas proferidas pelos órgãos centrais; do aprimoramento dos controles internos, de forma a nortear as atividades e prazos dos processos orçamentário e financeiro do exercício em evidência, destacando-se a edição da edição da Portaria SPO/SE/MJSP nº 8, de 28 de novembro de 2022.

Desafios

• Aprimorar o alinhamento das rubricas orçamentárias aprovadas na LOA à Cadeia de Valor, macroprocessos e carteira de políticas públicas do Ministério;

• Estimular a cultura de utilização dos painéis gerenciais (Painel do Orçamento do MJSP, Painel de Custos do MJSP, ferramentas que auxiliam os gestores no processo de tomada de decisão;

• Reduzir o estoque de restos a pagar inscritos, considerando seu impacto no fluxo de pagamento do exercício corrente;

• Manter o elevado índice de execução orçamentária do MJSP, orientado para a eficiência alocativa;

• Garantir no âmbito do Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública – ComprasSUSP, instituído no âmbito do MJSP, a realização de compras e aquisições de bens e serviços de forma mais eficiente em benefício das instituições e órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - Susp;

• Melhorar os índices de execução dos recursos repassados aos fundos estaduais e Distrital de segurança pública pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, visando garantir o apoio à implementação de políticas afetas à Valorização dos Profissionais de Segurança Pública e ao Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social;

• Aprimorar a relação com o Congresso Nacional no sentido de que as emendas parlamentares sejam direcionadas para as políticas públicas prioritárias do MJSP; e

• Aprimorar a classificação da receita do MJSP de forma a melhor identificar a origem dos recursos.

Ações

• Aperfeiçoar a Cartilha de Emendas Parlamentares, contemplando os principais programas e projetos do MJSP, a fim de melhorar a comunicação do Ministério com os parlamentares;

• Acompanhar os resultados da execução orçamentária e financeira, inclusive por meio de indicadores, de modo a subsidiar a atuação das Unidades Gestoras do MJSP em prol da melhor aplicação dos recursos disponibilizados;

• Dar continuidade ao aprimoramento do Painel do Orçamento do MJSP, plataforma que permite aos gestores acompanharem a execução orçamentária e financeira do Ministério, sendo um facilitador para a tomada de decisão;

• Dar continuidade ao aprimoramento do Painel de Custos do MJSP, plataforma que permite aos gestores acompanharem os custos do Ministério, contribuindo no processo decisório dos gestores públicos;

• Dar continuidade ao projeto *"Mapeamento e análise da integridade dos restos a pagar"*, objetivando tornar a gestão mais eficiente e transparente, buscando a redução em 5% do estoque de Restos a Pagar Inscritos, o equilíbrio fiscal e evitando a responsabilização de agentes públicos pela inscrição e/ou manutenção indevida de empenhos em restos a pagar;

• Disponibilizar Módulo da Plataforma Digital do ComprasSusp, ferramenta de aquisição de equipamentos e contratação de serviços afetos aos órgãos de segurança pública que possibilitará a realização de compras públicas com ganhos de escala e de qualidade dos bens e serviços adquiridos, gerando economia de tempo e de recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros no âmbito das instituições e órgãos integrantes do Susp;

• Estimular a racionalização de despesas e a ampliação de resultados;



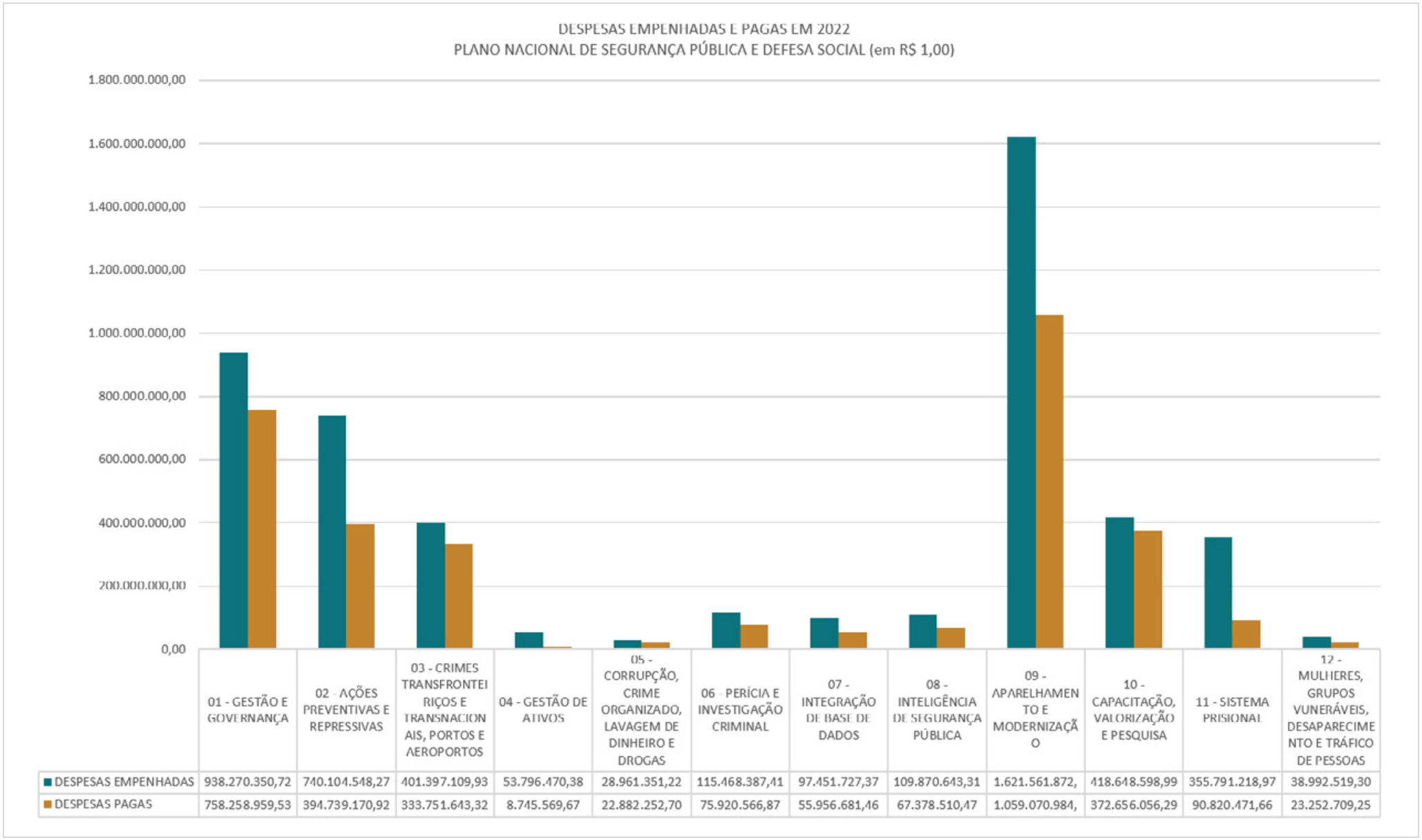
• Aperfeiçoar a projeção e o acompanhamento das Receitas referentes às Fontes de Recursos Próprios; e

• Aprimorar a relação com o Congresso Nacional no sentido de que as emendas parlamentares sejam direcionadas para as políticas públicas prioritárias do MJSP.

Plano Nacional de Segurança Pública e Defesas Social (PNSP)

Em 2018, houve um importante avanço no âmbito da Segurança Pública no País com a aprovação pelo Congresso Nacional da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e da instituição do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), estabelecendo princípios, diretrizes, objetivos, meios e instrumentos para implementação, bem como a definição dos integrantes do Susp dentre outros aspectos.

O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030, regido pelo Decreto nº 9.630/2018, que instituiu o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) prevê um sistema de governança composto por mecanismos de liderança, estratégia e controle, por meio de um Comitê de Governança Estratégica, objetivando avaliar, direcionar e monitorar a gestão e a condução da política pública, conforme diretrizes do Governo Federal. As ações estratégicas do Plano estão alinhadas com os objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e relacionadas às metas a serem alcançadas. Essas ações estratégicas reforçam a necessidade de governança e gestão; ações preventivas e repressivas a crimes; a fiscalização e atuação em locais de risco; integração operacional e de sistemas; gestão de ativos oriundos do crime; combate à corrupção, às drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro; melhoria da investigação e da perícia; fortalecimento de atividade de inteligência; modernização das instituições de segurança; capacitação, pesquisa e valorização dos profissionais; aperfeiçoamento do sistema penal; e prevenção e repressão à violência contra as mulheres e grupos vulneráveis, conforme detalhado no grafíco a seguir:



	01 - GESTÃO E GOVERNANÇA	02 - AÇÕES PREVENTIVAS E REPRESSIVAS	03 - CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS E TRANSNACIONAIS, PORTOS E AEROPORTOS	04 - GESTÃO DE ATIVOS	05 - CORRUPÇÃO, CRIME ORGANIZADO, LAVAGEM DE DINHEIRO E DROGAS	06 - PERÍCIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	07 - INTEGRAÇÃO DE BASE DE DADOS	08 - INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	09 - APARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO	10 - CAPACITAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PESQUISA	11 - SISTEMA PRISIONAL	12 - MULHERES, GRUPOS VUNERÁVEIS, DESAPARECIMENTO E TRÁFICO DE PESSOAS
DESPESAS EMPENHADAS	938.270.350,72	740.104.548,27	401.397.109,93	53.796.470,38	28.961.351,22	115.468.387,41	97.451.727,37	109.870.643,31	1.621.561.872,	418.648.598,99	355.791.218,97	38.992.519,30
DESPESAS PAGAS	758.258.959,53	394.739.170,92	333.751.643,32	8.745.569,67	22.882.252,70	75.920.566,87	55.956.681,46	67.378.510,47	1.059.070.984,	372.656.056,29	90.820.471,66	23.252.709,25

Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: Comissão de anistia (CA) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

II - GESTÃO DE CUSTOS

As discussões voltadas à importância do desenvolvimento de um Modelo de Apuração de custos no âmbito do Governo Federal veem de décadas quando se trata de acompanhar e monitorar as melhorias dos gastos públicos no país. Têm sido pauta importante entre estudiosos, legisladores e gestores tanto no Brasil quanto no mundo.

No ordenamento jurídico brasileiro temos as seguintes leis que respaldam a presente dinâmica:

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, *"Lei dos Orçamentos Públicos"*, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Esta- dos, dos Municípios e do Distrito Federal, prevê, desde sua sanção, a necessidade de apuração e controle de custos por parte da administração pública, conforme disposto nos artigos 85 e 99:

> *Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.*
>
> *Art. 99. Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeiro comum."*

Nesse mesmo contexto, o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da administração pública, também trouxe em seu escopo a questão de custos:

> *Art. 25. A supervisão ministerial tem por principal objetivo, na área de competência do Ministro de Estado: (...)*
>
> *IX - Acompanhar os custos globais dos programas setoriais do Governo, a fim de alcançar uma prestação econômica de serviços. (...)*
>
> *Art. 30. Serão organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria, e serviços gerais, além de outras atividades auxiliares comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de coordenação central. (...)*
>
> *§ 3º É dever dos responsáveis pelos diversos órgãos competentes dos sistemas, atuar de modo a imprimir o máximo rendimento e a reduzir os custos operacionais da Administração. (...)*
>
> *Art. 79. A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão. (...)*
>
> *Art. 94. O Poder Executivo promoverá a revisão da legislação e das normas regulamentares relativas ao pessoal do Serviço Público Civil, com o objetivo de ajustá-las aos seguintes princípios: (...)*
>
> *XI - instituição, pelo Poder Executivo, de reconhecimento do mérito aos servidores que contribuam com sugestões, planos e projetos não elaborados em decorrência do exercício de suas funções e dos quais possam resultar aumento de produtividade e redução dos custos operacionais da administração. (...).*
>
> *Art. 95. O Poder Executivo promoverá as medidas necessárias à verificação da produtividade do pessoal a ser empregado em quaisquer atividades da Administração Direta ou de autarquia, visando a colocá-lo em níveis de competição com a atividade privada ou a evitar custos injustificáveis de operação, podendo, por via de decreto executivo ou medidas administrativas, adotar as soluções adequadas, inclusive a eliminação de exigências de pessoal superiores às indicadas pelos critérios de produtividade e rentabilidade.*

Na esfera do MJSP, a gestão de custos está pautada, principalmente, nas determinações estabelecidas no art. 4º, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e na Portaria - STN 157, de 9 de março de 2011, que dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determina o seguinte:

> *Art. 4º, § 3o A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.*

Além disso, a referida Lei Complementar tornou ainda mais importante e necessária a apuração e o controle de custos por parte dos gestores públicos, identificando necessidades e impondo responsabilidades:

> *Art. 4º. A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição: (...)*
>
> *e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; (...)*
>
> *Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes: (...)*
>
> *§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.*

Dessa forma, a partir do ano 2000, todas as Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais passaram a tratar da temática de custos.

Para atender as determinações do Sistema de Administração Financeira Federal - SIAFI, o Ministério previu a competência de coordenar os trabalhos relacionados ao sistema de custos, no âmbito das atribuições da Secretaria- Executiva, em regimento interno, por meio da Portaria MJSP nº 1.370, de 15 de agosto de 2014, posteriormente revogada pela Portaria nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017, que trouxe o seguinte texto:

> *Art. 77. À Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional: (...)*
>
> *XIV - coordenar, acompanhar e disseminar o Sistema de Custos do Governo Federal e prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos das unidades administrativas e entidades subordinadas do Ministério; [...].*

No 2014, o MJSP desenvolveu diversas atividades visando empregar um sistema de apuração de custos que a fim de fornecer aos gestores, in- formações que gerenciais referentes à qualidade do gasto do órgão frente às suas realizações e execução de suas políticas públicas.

Nesse cenário, com a atualização do Planejamento Estratégico, aprovado pelo Ministro de Estado, por meio da Portaria nº 1500, de 16 de setembro de 2015, revogada pela Portaria nº 675, de 14 de agosto de 2017 e atualmen- te regida pela Resolução nº CGE nº 11, de 30 de setembro de 2020, foi mapeada e instituí- da a Cadeia de Valor do Ministério, documento essencial para nortear a setorial de custos. Na referida Cadeia, estão retratados os processos e macroprocessos dos órgãos que compõem o MJSP, divididos em duas grandes vertentes:

a) a cadeia finalística, onde estão mapeadas as grandes entregas à sociedade e o próprio Governo; e

b) a cadeia de Governança, Suporte e Gestão, em que está alocada as ações de apoio à cadeia finalística.

No ano de 2016, com a publicação da Portaria MJSP nº 492, de 27 de abril de 2016, foi instituído a setorial do Sistema de Custos do Governo Federal, no âmbito do Ministério. No referido normativo, a Secretaria-Executiva foi designada como responsável por atuar como órgão setorial do Sistema, com as seguintes atribuições:

> *I - apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física, nos termos do art. 137, § 1º, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;*
>
> *II - prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos - SIC, das unidades administrativas do Ministério da Justiça e entidades a ele vinculadas;*
>
> *III - apoiar o órgão central do Sistema de custos do Governo Federal;*
>
> *IV- elaborar e analisar relatórios oriundos do SIC;*
>
> *V - elaborar relatórios analíticos com o uso de indicadores de custos, tendo por base os relatórios do SIC;*
>
> *VI - subsidiar os gestores do órgão com informações gerenciais, a partir do SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório;*
>
> *VII - promover, quando necessário, conferências ou reuniões técnicas, com a*

participação das unidades administrativas do Ministério da Justiça e entidades a ele vinculadas;

VIII - elaborar estudos e propor melhorias com vistas ao aperfeiçoamento da informação de custo;

IX - solicitar, ao órgão central, acesso ao SIC;

X - promover a disseminação das informações de custos nas entidades vinculadas ao Ministério da Justiça;

XI- prestar informação e apoio na realização de exames de auditorias que tenham por objeto os custos dos projetos e atividades a cargo do Ministério da Justiça;

XII - comunicar a autoridade responsável sobre a falta de informação da unidade administrativa gestora a respeito da execução física dos projetos e atividades a seu cargo, nos termos do art. 137, § 2º, do Decreto nº 93.872 de 1986; e

XIII - elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor o Relatório de Gestão, a Prestação de Contas do Presidente da República, conforme normativos e orientações dos órgãos de Controle Interno e Externo.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva exercerá as atividades de que trata este artigo por intermédio da Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento da Coordenação Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (DCPLAM/CGGE/SPO/SE/MJ).

Visando mater a unicidade, integridade e equivalência das informações de caráter gerencial a serem produzidas em todas as suas unidades, o MJSP editou a Portaria MJSP nº 34, de 11 de janeiro de 2017, estabelecendo seu Modelo de Apuração de Custos, baseado na Cadeia de Valor do órgão, conforme descrito abaixo:

Art. 1º. Estabelecer o Modelo de Apuração de Custos do Ministério da Justiça e Cidadania, baseado na Cadeia de Valor, na forma descrita no Manual de Apuração de Custos do Ministério da Justiça e Cidadania, aprovado por este instrumento.

§ 1º O modelo tratado no caput é baseado na utilização de centros de custos, estabelecidos de acordo com a Macrofunção SIAFI 021133 - Centro de Custos;

§ 2º O Detalhamento de custos é utilizado para indicar o atributo para o qual será efetuada a marcação gerencial, visando a obtenção de informações parametrizadas segundo a necessidade do modelo, e é identificado por um código composto por até onze posições alfanuméricas, assim definidas:

I- as seis primeiras posições do código indicarão os atributos definidos pelo modelo, conforme consta no Manual de Apuração de Custos desta;

II - as sétima, oitava, nona, décima e décima primeira posições poderão receber codificações de livre escolha; e

III – dos órgãos e entidades vinculadas que compõem a Estrutura Organizacional do Ministério da Justiça e Cidadania.

Art. 2º A utilização dos centros de custos e as rotinas de trabalho inerentes à implementação e desenvolvimento do modelo, são de aplicação obrigatória no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, seus órgãos e entidades vinculadas.

Art. 3º A coordenação dos trabalhos de implantação e consolidação do modelo de apuração de custos no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania será exercida pela Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento - DCPLAM/CGGE/SPO/SE/MJ, em consonância com o estabelecido na Portaria MJC nº 492, de 27 de abril de 2016.

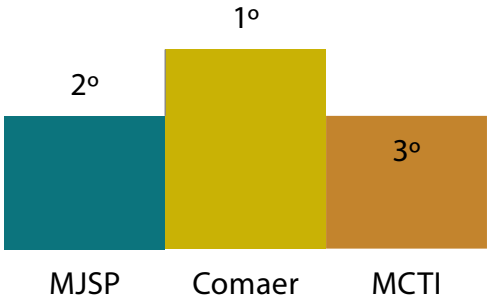
Parágrafo único. O início da utilização dos centros de custos nas unidades ocorrerá de forma paulatina, de acordo com cronograma a ser estabelecido pela DCPLAM, em comum acordo com os diversos órgãos e entidades vinculadas.

Em 2021 o MJSP concluiu todas as etapas do Modelo de Apuração de Custos, com a adesão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade à metodologia de custos com pessoal ativo. Assim, conforme previsto no manual, todos os custos gerais e com pessoal foram mapeados e distribuidos nos processos das cadeias finalísticas e de suporte.

Com os avanços alcançados pelo órgão na gestão de custos, no ano de 2021, o Ministério foi premiado, pela segunda vez consecutiva, como 2º colocado no Ranking de Desempenho da Qualidade da Informação de Custos entre as setoriais do poder executivo federal, por meio do boletim anual foco em custos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que tem por objetivo apresentar uma visão geral dos custos do Gover-

no Federal e também fomentar a elaboração de modelos personalizados de custos que atendam às necessidades de gestão dos órgãos públicos, desde a perspectiva estratégica, voltada aos programas de governo, até a operacional, direcionada à avaliação de desempenho de cada órgão.

RANKING DE DESEMPENHO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO DE CUSTOS EM 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

A nota alcançada pelo MJSP para alcançar a 2ª colocação no ranking foi de 8,998 de 10. O cálculo foi realizado a partir da soma ponderada dos indicadores:

a) a regularidade, calculada pela existência ou não de registro contábil mensal para itens de custos de funcionamento com consumo recorrente em 2020;

b) a dispersão, calculada pela média ponderada dos coeficientes de variação dos mesmos itens da regularidade;

c) personalização, que é calculada pela verificação do uso de detalhamento dos centros de custos, estruturados de forma sistêmica e;

e) economicidade que é calculado pela estimativa da tendência linear dos custos conforme sua evolução ao longo dos doze meses de 2020.

Com o intuito de aprimorar e difundir as informações de custos no âmbito do Ministério, foi criado um painel de custos na platarforma do *Business Intelligence* - BI, em formato interativo, para difusão das informações dos custos gerais do órgão, incluindo os custos com pessoal ativo, nos principais painéis.

Visando fortalecer a transparência na gestão pública e evidenciar os recursos consumidos pelos órgãos, foram mantidos no BI, painéis específicos com os custos gerais, alimentado por meio do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC do Tesouro Gerencial; custos de diárias e passagens, e custos com pessoal ativo alimentado pelo DW SIAPE.

Para a inclusão dos custos com pessoal ativo vinculados à Cadeia de Valor foram mapeados todas as Unidades Organizacionais – UORGs do Ministério e suas unidades vinculadas. Feito essa análise, baseada na estrutura do órgão, foi realizado uma pesquisa de distribuição nas unidades, que deveriam atribuir percentuais de atuação em cada processo da cadeia de valor que atuam conforme previstos nas suas competências, o que possibilitou a identificação dos custos de pessoal por Cadeia, Macroprocesso e Processo.

Todavia, devido às constantes alterações ocorridas na estrutura do órgão, em virtude da publicação do Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.131, de 12 de julho de 2022, ocasionaram distorções relevantes no modelo de apuração de custos com pessoal, pois, em atendimento à Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplificou a gestão dos cargos em comissão e funções de confiança da Administração Pública Federal, foram instituídos novos cargos, com diversos níveis, diferentes daqueles já existentes, resultando na extinção dos cargos existentes e na criação de novas Unidades Organizacionais – UORGs. Diante de tais mudanças, é necessário a realização de um novo levantamento das informações de pessoal no Ministério. No entanto, considerando a possibilidade de novas mudanças na estrutura do órgão em virtude do cenário político, o levantamento das informações para correção das possíveis distorções na apuração dos custos com pessoal deverá ser realizada em 2023, após a definição da estrutura organização do órgão. Dessa forma, para fins das informações prestadas nesse relatório, os custos com pessoal provenientes da folha de pagamento não foram considerados, pois a apuração desses custos finalizou em 2021.

Ressalta-se que, atualmente, o Painel de Custos do MJSP não está disponível para o público externo, pois encontra-se em processo de validação e aprimoramento dos dados. No entanto, consiste em um instrumento de transparência, sendo seus dados divulgados mensalmente no ambiente interno do órgão a todos os servidores e Unidades do Ministério que pode ser acessado na intranet do órgão - link: https://justica-govbr.sharepoint.com/sites/SetorialdeCustosdoMJ.

Diante do esforço contínuo para o aprimoramento do Modelo de Custos, no ano de 2022 o Ministério logrou no-

vamente o 2º lugar no Ranking de Desempenho da Qualidade da Informação de Custos entre as setoriais do Poder Executivo Federal, conforme boletim anual foco em custos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que tem por objetivo apresentar uma visão geral dos custos do Governo Federal e fomentar a elaboração de modelos personalizados de custos que atendam às necessidades de gestão dos órgãos públicos, desde a perspectiva estratégica, voltada aos programas de governo, até a operacional, direcionada à avaliação de desempenho de cada órgão.

A nota alcançada pelo MJSP para alcançar a 2ª colocação no ranking foi de 8,990 de 10. O cálculo foi realizado a partir da soma ponderada dos indicadores:

a) a regularidade, calculada pela existência ou não de registro contábil mensal para itens de custos de funcionamento com consumo recorrente em 2021;

b) a dispersão, calculada pela média ponderada dos coeficientes de variação dos mesmos itens da regularidade;

c) personalização, que é calculada pela verificação do uso de detalhamento dos centros de custos, estruturados de forma sistêmica e;

d) economicidade que é calculado pela estimativa da tendência linear dos custos conforme sua evolução ao longo dos doze meses de 2021.

Como medida de gestão e melhoria na informação de custo no âmbito MJSP, foi implementado um novo item de informação de custos *"Economicidade"* no Painel de Custos - BI com intuito de melhorar a performance do órgão no ranking de desempenho da qualidade da informação de custos da STN.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a economicidade é o indicador utilizado para aferir os esforços de redução de custos, sendo apurado da seguinte forma: inicialmente, para o conjunto de doze meses do somatório dos itens de custo com água e esgoto, energia elétrica, telefonia, copa e cozinha, limpeza, vigilância e apoio administrativo, deve observar a constância dos custos mensais diante da sua previsibilidade durante o exercício.

Por fim, a Setorial de Custos do MJSP objetiva com essa medida subsidiar melhor cada vez mais os gestores do órgão com informações gerenciais, com vistas a apoiá-los nos processos decisórios da gestão.

Seccional da Polícia Federal

O MJSP é responsável pela apuração dos custos de todas as suas unidades, exceto a Polícia Federal – PF que, visando maior controle e acompanhamento de suas ações, optou por criar uma seccional de custos, utilizando o modelo do MJSP.

No âmbito da PF, as atribuições do Sistema de Custos do Governo Federal estão vinculadas à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, sob a responsabilidade do Serviço de Contabilidade, cuja delegação foi realizada, por meio da Portaria MJSP nº 762, de 8 de maio de 2017 e da Portaria DG/PF nº 7.424, de 12 de setembro de 2017.

O modelo de apuração de custos utilizado foi determinado pela Portaria MJSP nº 34, de 11 de janeiro de 2017, baseado no Planejamento Estratégico, mais especificamente na Cadeia de Valor, na qual estão retratados os processos e macroprocessos de trabalhos dos diversos Órgãos que compõem o MJSP, divididos em duas grandes vertentes – a Finalística e a de Governança, Gestão e Suporte, constituindo os valores e responsabilidades a serem entregues à sociedade em geral e ao próprio governo.

O método de custeio tem por base as atividades desenvolvidas pelas Unidades Organizacionais - SIORG que consomem recursos gerando custos. Despesas como diárias, passagens, suprimento de fundos, material de consumo são consideradas custo direto, que é aquele identificado ou associado diretamente à atividade e à unidade organizacional.

Os custos indiretos, como energia elétrica, manutenção predial, limpeza e conservação e fornecimento de água não podem ser agregados diretamente ao objeto do custo, devendo sua apropriação ocorrer por meio da utilização de bases de rateio ou direcionadores de custo. Essa distribuição requer um sistema automatizado, ainda não definido. Dessa forma, a alocação desses custos dá-se em centros de custos da área suporte.

Para contemplar todo o custo da PF em seus setores e atividades, para que o custo possa ser totalmente evidenciado, é preciso elaborar critérios de rateio

para os custos que não podem ser diretamente atribuídos. É o que ocorre com os custos indiretos e com a despesa de pessoal (folha de pagamento).

Em 2022, a Seccional de Custos da Polícia Federal acompanhou os registros da informação de custos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal- SIAFI, de todas as suas Unidades Gestoras, a fim de orientar e validar os registros, de forma que o custo dos processos e das unidades organizacionais seja representado de forma fidedigna, visando a melhor alocação dos recursos.

A distribuição do custo de pessoal é realizada por Unidades Organizacionais (UORG), conforme a lotação, pelo percentual de atuação do setor em cada centro de custos (atividade), informada pelo gestor. Essa informação é disponibilizada mensalmente em um painel do PowerBi pela Setorial de Custos do MJSP.

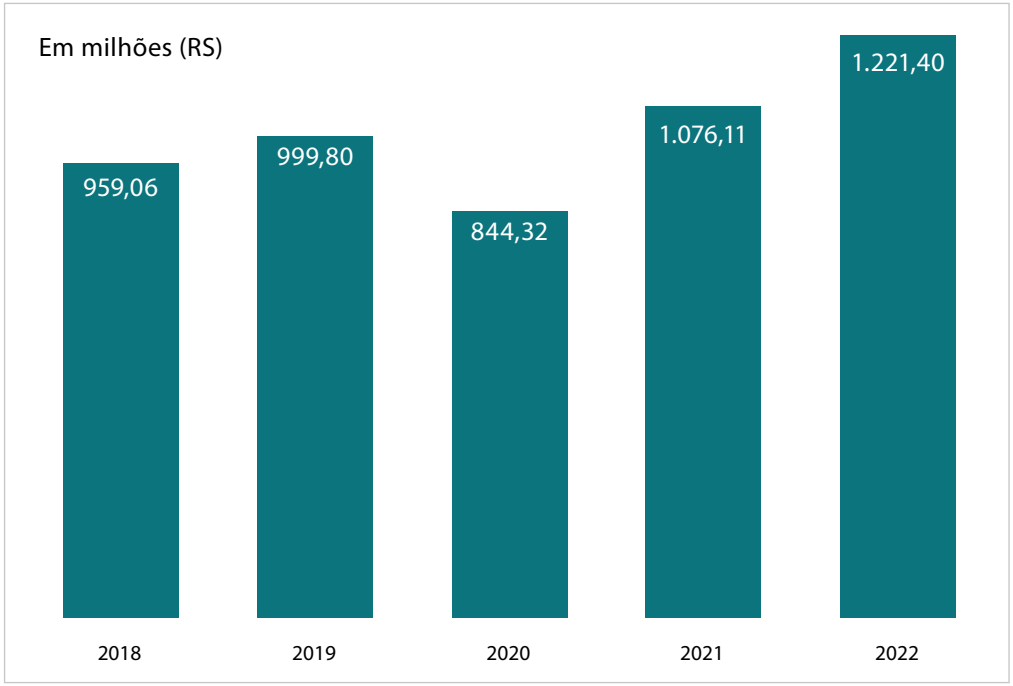
O objetivo desta demanda visou dar continuidade ao processo de aperfeiçoamento do Modelo de Custos do MJSP e da PF para uma apuração mais eficaz e que reflita a realidade sobre a forma de trabalho das unidades que compõem sua estrutura.

Os valores apresentados no gráfico representam os custos das atividades realizadas na Polícia Federal no ano a que ela se refere. É possível que os valores alocados em 2022, seja incrementado após liquidação de despesas ainda referentes a 2022, como diárias, passagens, faturas pendentes e empenhos inscritos em restos a pagar não processados.

Em 2022, cerca de 49,6% (R$ 605,9 milhões) dos custos da PF foram alocados nas áreas finalísticas e 50,4% (R$ 615,5 milhões) nas áreas de suporte.

Como ações futuras, a PF continuará acompanhando e orientando os registros da informação de custos nos sistemas estruturantes e continuará trabalhando em formular estratégias para automatização da distribuição dos custos indiretos para melhor representação do custo real das unidades, desenvolvendo painéis em *Business Inteligence* para auxiliar no acompanhamento e de custos das unidades e dos próprios gestores.

A informação de custos, após a sua validação pela Unidade Gestora, tem por objetivo subsidiar decisões do gestor, conduzindo à alocação mais eficiente do recurso público. Com a informação validada pretende-se gerar relatórios gerenciais para propiciar o gerenciamento de políticas públicas, a elaboração de projetos estratégicos, a melhoria dos processos gerenciais, a busca de inovações tecnológicas e a disseminação da cultura de *accountability*.



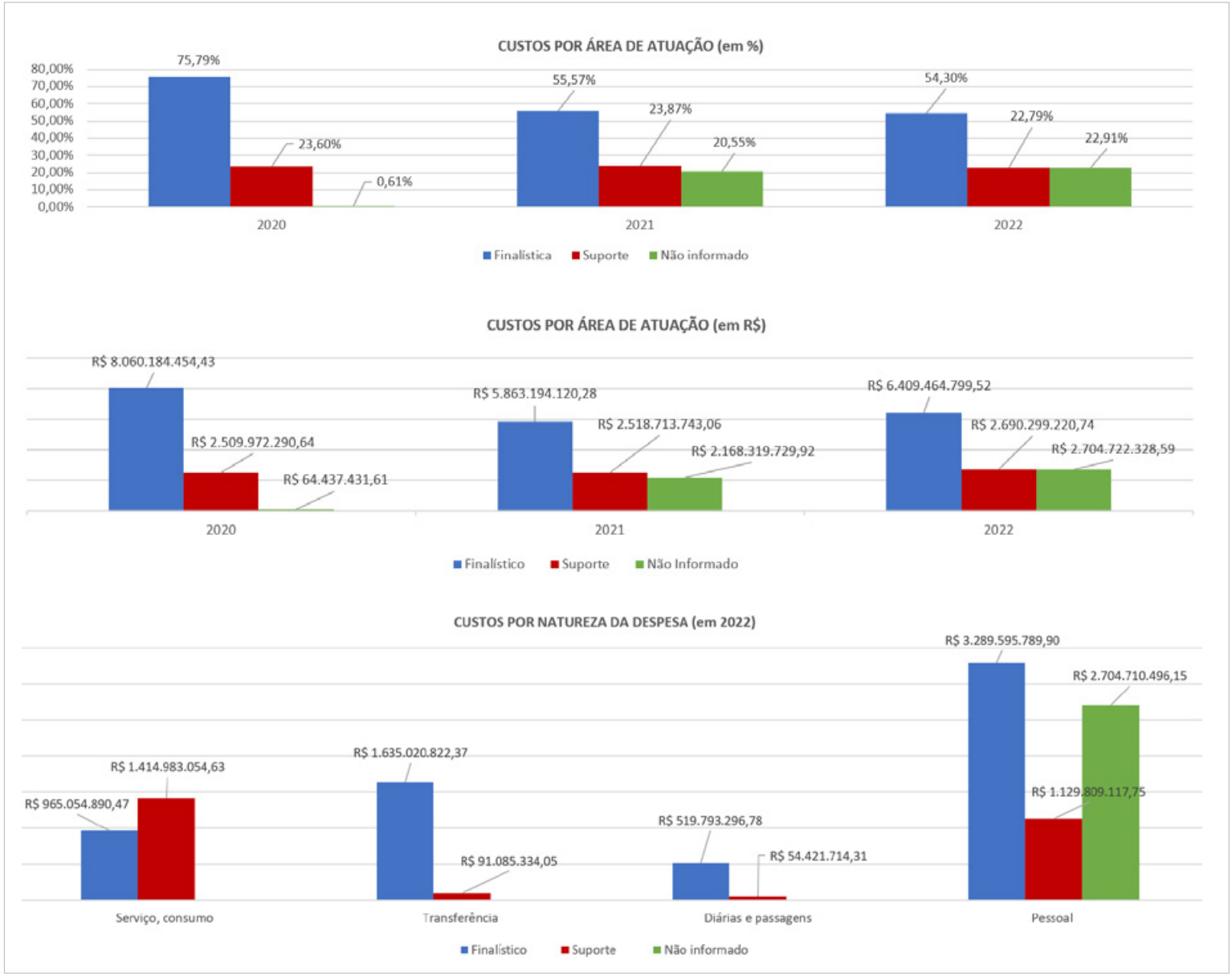
Estimativa de Custos no MJSP

Para efeito de comparação iremos apresentar os custos gerais do MJSP dos anos de 2019-2020 a 2021-2022, separados por cadeia Finalística e Governança, Gestão e Suporte, incluindo também os órgãos Cade e Funai, que são unidades vinculadas integrantes do macroprocesso Defesa da Concorrência e do Consumidor, Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, respectivamente, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos. Ressalta-se que, para que houvesse a possibilidade de comparação entre os anos, os custos com pessoal provenientes da folha de pagamento não foram considerados, pois a apuração desses custos iniciou-se em 2020.

Evidenciaremos também os custos por grupo de natureza de despesa, separando os valores dos processos de governança, gestão e suporte e processos finalísticas.

E apresentaremos ainda a estimativa de custos por programa governamental do Plano Plurianual do Governo Federal - PPA 2020-2023 referente aos anos de 2020-2021 e 2021-2022.

Ressalta-se que o item "*Não informado*" refere-se aos custos com pessoal da folha de pagamento do ministério que não foram mapeados e contempla- dos pela pesquisa de pessoal por se tratar de uma nova estrutura organizacional do órgão, proveniente das alterações gerada pelos Decretos nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e nº 10.785, de 1º de setembro de 2021, e tendo em vista a complexidade para realização da pesquisa em todas as unidades, não houve tempo hábil no exercício 2022 para reaplicar a metodologia com base na nova estrutura. Assim, no exercício de 2023 será realizada essa pesquisa em toda a estrutura do órgão e suas respectivas UORG's com objetivo de sanar o item "*Não informado*" colocando os custos corretos nas devidas Unidades Organizacionais correspondentes.



Fonte: Painel BI de Custos - MJSP

Estimativa de custos por programa governamental

O Plano Plurianual - PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Para o quadriênio de 2020 a 2023 foi instituído pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Por meio dele, é estabelecido ações e políticas do governo para um período de 4 anos.

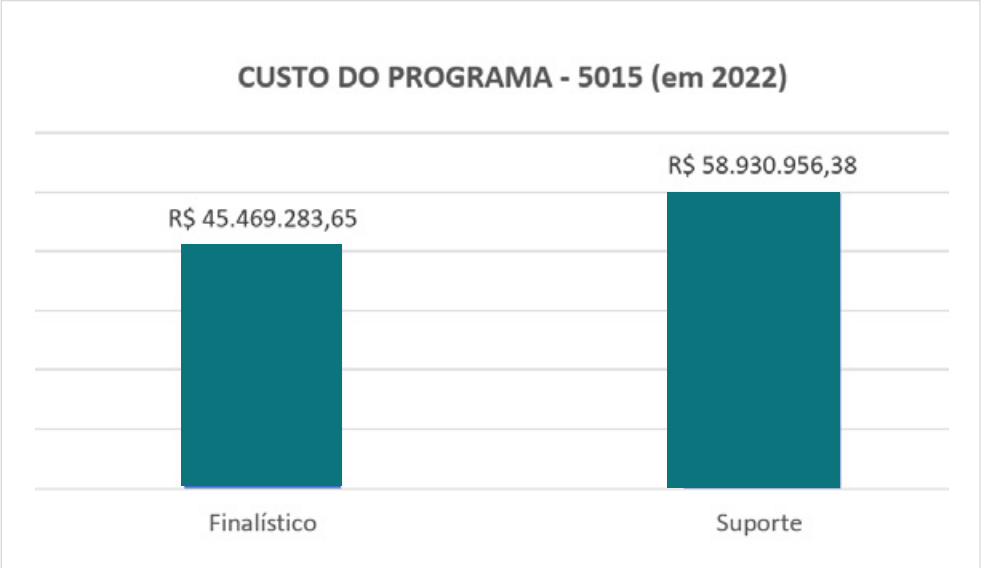
O MJSP possui 3 programas temáticos:

5015 - Justiça;

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento; e

0617 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.

Neles é possível acompanhar os custos liquidados em cada grupo de apuração.





Principais desafios e ações futuras

Com a publicação da nova portaria que contem a estrutura do órgão, o principal desafio do Ministério será a atualização da pesquisa de pessoal ativo considerando a nova estrutura aprovada no primeiro trimestre de 2023.

Além disso, vê-se a necessidade de atualizar os processos da Cadeia de Valor vigente para a melhoria da transparência da qualidade do gasto público, por meio da disponibilização de relatórios mensais em painéis gerenciais.

Com a atualização da cadeia de valor, pretende-se aprofundar o detalhamento da apuração de custos para atender de forma mais efetiva as necessidades de informação dos gestores a fim de contribuir na tomada de decisão da alta administração.

III - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade Legal

Além das normas que subsidiam de forma geral as contratações públicas, Leis nº 14.133, de 2021, nº 8.666, de 1993 e nº 10.520/02 e Decretos nº 7.892, de 2013, nº 10.024, de 2019, destacam-se os seguintes normativos que orientam os processos de contratações no MJSP: Decreto nº 7.746, de 2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável; o Decreto nº 10.947, de 2022, que dispõe sobre o plano de contratações anual; IN SEGES/MP nº 05, de 2017, que estabelece regras e diretrizes para contratação de serviços sob o regime de execução indireta; IN STI/ME nº 01, de 2019, que dispõe sobre contratação de Soluções de Tecnologia da Informação; IN SEGES/ME nº 58, de 2022 e nº 40, de 2020, que dispõe, respetivamente, sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP para aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema ETP Digital; IN SEGES/ME nº 73, de 2020 e nº 65, de 2021, que apresenta diretrizes para realização de pesquisa de preços; IN SEGES/ME nº 67, de 2021 que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica e IN SLTI/MP nº 01, de 2010, que apresenta critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações.

As diretrizes trazidas pelas Instruções Normativas e pelo arcabouço legal referente ao processo de contratação são cotidianamente objetos de estudos internos e oficinas entre as equipes do MJSP, principalmente neste contexto de transição da legislação de licitações e contratos.

Dessa forma, a governança das contratações no âmbito da Pasta, instituída pela Portaria MJSP nº 405, de 2020, tem por finalidade padronizar os procedimentos para o planejamento e o gerenciamento de contratações de bens, serviços, obras, soluções de tecnologia da informação e comunicação, e para o compartilhamento e centralização de contratações no âmbito do MJSP.

As tendências de contratações no âmbito do Ministério abarcaram objetos relativos a:

- Logística
- Serviços Gerais
- Manutenção Predial
- Obras e Serviços de Engenharia
- Tecnologia da Informação e Comunicação
- Equipagem
- Segurança Pública

Detalhamento dos Gastos das Contratações

A estrutura do MJSP possui 6 unidades administrativas responsáveis pela gestão de contratações e pela gestão orçamentária e financeira dos contratos administrativos. São elas: Secretaria-Executiva - SE, a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen; a Polícia Federal - PF; a Polícia Rodoviária Federal - PRF; o Departamento Penitenciário Nacional - Depen e o Arquivo Nacional – AN.

Salienta-se que a unidade licitante da Secretaria-Executiva - SE, UASG 200005 da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração (CGL/SAA), atende ao Gabinete do Ministro, a Secretaria-Executiva - SE, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC, a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, a Secretaria Nacional de Justiça - Senajus e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad, além das Coordenações-Gerais da Subsecretaria de Administração: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP; Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia - CGAE; Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais - CGDS, e a própria Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGL; sendo assim consideradas unidades centrais do MJSP.

Com base nas informações repassadas as unidades Segen, Senasp, Seopi, SE, Senad, Senajus, Senacon, AN, Depen, PF e PRF, foram geridos no exercício de 2022 cerca de 3.816 contratos administrativos, que totalizaram o valor contratado de R$ 5.569.113.176,23.

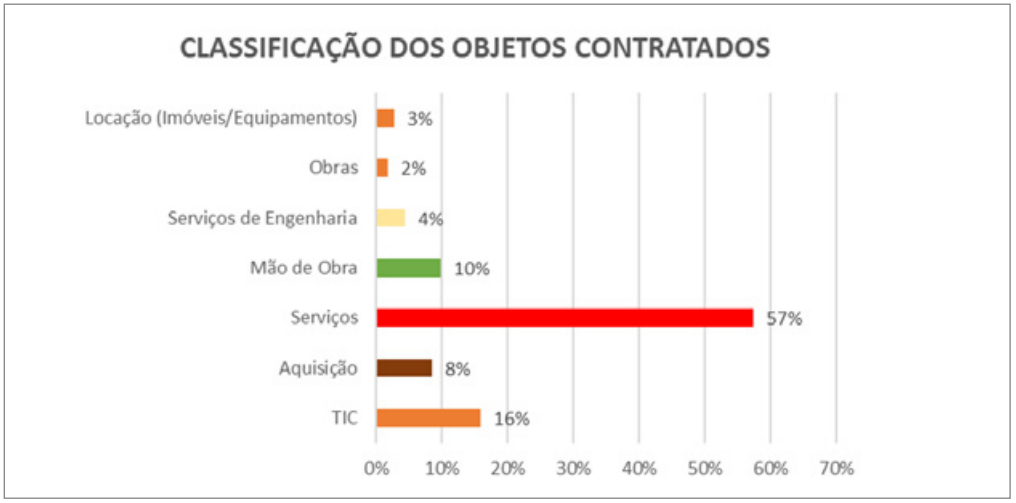
Cabe ressaltar que grande parte desses contratos referem-se à implementação de políticas estratégicas para o Minis-

tério, como é o caso das contratações de leiloeiros, que consolidou o avanço da Senad no objetivo estratégico *"Promoção à gestão e a alienação do produto de crimes de tráfico de drogas"* e as contratações do ComprasSUSP - Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública, ligadas ao objetivo estratégico *"Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública e fortalecer o enfrentamento à criminalidade"*, da Segen.

As finalidades dos contratos estão assim representadas:

POR FINALIDADE			
	QTD	%	RS
Funcionalidade Administrativa	2.490	65%	3.423.286.728,43
TIC	613	16%	751.989.771,67
Outros	713	19%	1.393.836.676,13
Total	**3.816**	**100%**	**5.569.113.176,23**

Os objetos contratados estão classificados da seguinte forma:

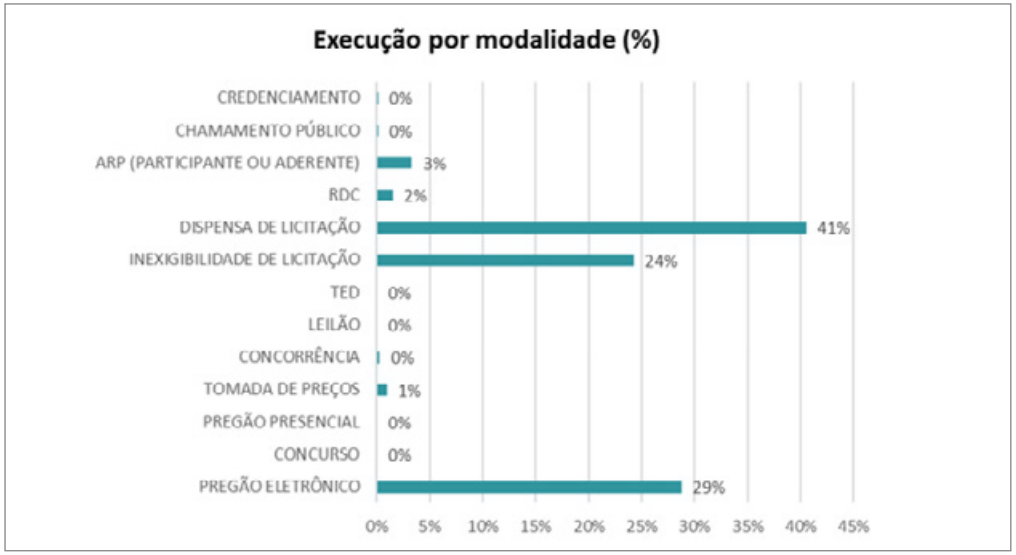


Com relação ao Plano de Contratações Anual do MJSP (PCA 2022), informa-se que foi registrada a expectativa de contratar nas unidades do MJSP, excetuando-se a Funai, 2.543 itens, na monta de R$ 8.575.550.872,64, conforme representado a seguir:

PCA MJSP 2022			
UNIDADE	QTD	%	RS
Segen / Senasp / Seopi	292	11%	4.242.390.440,46
SE / GM	49	2%	176.728.781,93
Senad	29	1%	1.000.000,28
Senajus	5	0%	2.260.690,00
Senacon	3	0%	649.400,00
Arquivo Nacional	99	4%	24.058.478,08
Depen	409	16%	1.347.666.263,08
PRF	696	27%	1.380.200.422,98
PF	961	38%	1.400.596.395,83
Total	**2.543**		**8.575.550.872,64**

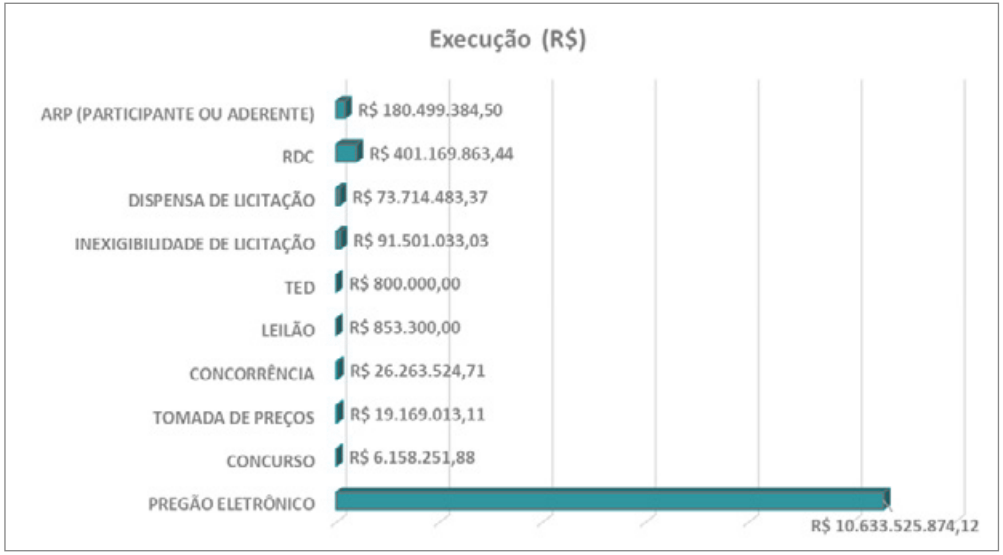
Fonte: SEI

Do total de contratações ocorridas no exercício, 29% foram realizadas na modalidade Pregão Eletrônico. Para os demais casos, as unidades executaram 65% dos quantitativos por meio de contratação direta. Desse percentual das contratações diretas, constata-se que 41% foram formalizadas por dispensa de licitação e 24% por inexigibilidade.



Fonte: SEI

Da execução no exercício 2022, de acordo com as informações fornecidas pelas unidades licitantes Segen e SE, AN, Depen, PF e PRF, foi efetivamente licitado/contratado o valor estimado de R$ 11.433.654.728,15. Já quanto ao valor contratado, observamos que a modalidade Pregão Eletrônico (93%) é a que concentra os maiores valores, conforme o gráfico abaixo:



Fonte: SEI

Outra iniciativa advinda do processo de planejamento de contratações no âmbito do MJSP é Plano de Contratações Compartilhas – PCCOM, resultado de um esforço conjunto entre as unidades licitante no sentido de identificar contratações que possam ser realizadas de forma compartilhada, o que traz efetividade ao processo e economia de escala. Em 2022, foram identificadas 5 contratações, no valor estimado de R$ 59.426.374,00, conforme demonstrado ao lado:

PCCOM MJSP 2022			
OBJETO	**ÓRGÃO GERENCIADOR**	***STATUS***	**RS**
Aquisição de *Switch*	SE	Em andamento	4.979.400,00
Laptop	Depen	Em andamento	13.489.500,00
Tecnologia da Informação	AN	Cancelado	30.000,00
Armamento	Segen	Em andamento	34.899.950,00
Materiais de busca e salvamento	Segen	Concluído	6.027.524,00
Total			**59.426.374,00**

Das contratações, vale destacar as de relevância em função do valor investido e sua associação aos objetivos estratégicos e missão institucional:

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES				
N° PROCESSO	UNID	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL ESTIMADO	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
08006.000247/2020-30	SE	Serviço de sistemas informatizados	R$ 26.144.441,60	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à modernização e manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação
08006.000876/2017-64	SE	Serviço de rede de telecomunicação	R$ 25.195.224,42	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à modernização e manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação
08006.000110/2020-85	SE	Fornecimento de *Softwares*	R$ 13.473.789,43	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à modernização e manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação
08084.007708/2021-53	SE	Serviços terceirizados (secretariado, recepcionista, contínuo)	R$ 22.463.996,94	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção administrativa do órgão
08084.002558/2020-19	SE	Serviços de Vigilância Patrimonial	R$ 12.820.749,72	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção administrativa do órgão
08004.000229/2020-78	SE	Serviços de manutenção predial	R$ 11.311.001,10	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção administrativa do órgão
08084.005788/2021-11	SE	Serviços de prevenção e combate a princípio de incêndio e pânico	R$ 10.905.047,48	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção administrativa do órgão

Diversos processos	SE	Serviços de Leiloeiros	Sem custo	Contratação relevante para Senad para operacionalização da alienação dos bens apreendidos e sujeitos a perdimento em favor da União, em decorrência da prática de crimes em todo o Brasil. A iniciativa gerou 88 contratos com leiloeiros em 2022.
08060.000639/2018-20	AN	Obras de engenharia para atendimento de laudo de Corpo de Bombeiros	R$ 8.541.069,71	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção administrativa do órgão
0227.001636/2022-40	*AN*	*Serviços de manutenção predial*	5.501.342,28	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção administrativa do órgão
08227.001272/2022-06	AN	Projetos de Reforma e Ampliação	2.799.788,83	Contratação para viabilizar as obras do Programa de Requalificação do Arquivo Nacional
08227.000468/2020-11	AN	Serviços de manutenção predial	5.162.458,32	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção administrativa do órgão
08016.016559/2020-46	Depen	Obra de engenharia para reforço da segurança da Penitenciária Federal de Brasília	30.741.484,89	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção administrativa do órgão
08016.000209/2020-68	Depen	Locação de imóvel	R$ 30.473.545,80	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção administrativa do órgão

08016.007568/2020-46	Depen	Gestão operacional para execução de contratos de repasse	R$ 23.996.662,74	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada às políticas finalísticas da unidade.
08016.007518/2019-25	Depen	Gestão operacional para execução de contratos de repasse	R$ 15.589.400,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada às políticas finalísticas da unidade.
08016.000810/2020-51	Depen	Contratação de instituição para execução de concurso público do Depen	R$ 13.334.266,35	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada às Gestão de Pessoas da unidade.
08016.000541/2022-94	Depen	Aquisição de munições	R$ 5.099.452,70	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada às atividades finalísticas do órgão
08016.013716/2020-61	Depen	Aquisição de veículos	R$ 4.970.219,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada às atividades finalísticas do órgão
08016.013715/2019-83	Depen	Aquisição de armamento	R$ 3.971.529,65	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada às atividades finalísticas do órgão
08016.010602/2022-21	Depen	Aquisição de equipamentos operacionais	R$ 3.696.000,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada às atividades finalísticas do órgão
08016.013716/2020-61	Depen	Aquisição de veículos	R$ 3.369.640,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada às atividades finalísticas do órgão

08016.006038/2019-47	Depen	Aquisição de uniformes operacionais	R$ 2.601.555,50	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada às atividades finalísticas do órgão
08205.001419/2021-27	PF	Confecção, distribuição, entrega e integração de passaportes	R$ 261.258.000,00	Manutenção do serviço de emissão de passaportes
08020.008738/2019-15	Senasp	Sistema de identificação balística	R$ 55.344.496,12	Criação e um Banco Nacional de Perfis balísticos nas Unidades de Segurança Pública dos Estados Federação, em cumprimento a legislação afeta.
08020.004831/2021-67	Senasp	Programa Habite Seguro	R$ 8.757.077,76	Cumprimento do Programa implantado pelo Governo Federal, visando atender a valorização dos profissionais de segurança pública no quesito dos direitos sociais.
08020.002440/2022-99	Senasp	SINESP	R$ 99.393.519,60	Efetividade na operacionalização de todos os módulos que compõe o SINESP, em atendimento à Política Nacional de Segurança Pública, objetivando a estruturação e aparelhamentos dos órgãos que integram o Sistema Único de Segurança Pública.
08020.002372/2022-68	Senasp	Agenciamento de viagens	R$ 16.729.596,87	Atendimento das demandas de deslocamento de agentes públicos, realização de eventos e operações finalísticas.
08106.005960/2022-11	Senasp	Gerenciamento de Frota (Serviços automotivos)	R$ 6.081.149,10	Manter a frota de veículo das unidades administrativas em condições e uso, em atendimento a legislação e na garantia da segurança dos condutores.
08106.005886/2022-25	Senasp	Gerenciamento de Frota (Combustíveis)	R$ 10.575.795,70	Garantir o deslocamento dos integrantes em operações desenvolvidas em todo o território nacional, mediante uso de veículos, visando cumprir as missões e os programas correlatos a segurança pública.

Outras entregas relevantes da área de licitações e contratos

Em 2022, foram difundidos no âmbito do Ministério, os resultados da conclusão do Projeto Estratégico denominado *"Revisão e padronização dos processos relativos a contratações públicas"*, no bojo do objetivo estratégico *"Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional"*, incluído no Planejamento Estratégico 2020–2023 da Pasta.

Com o objetivo de alcançar as metas presentes nesse Projeto e com vistas a aprimorar a Gestão das Contratações no âmbito do MJSP, destacam-se algumas ações.

A Secretaria-Executiva reforçou o trabalho já iniciado para a padronização dos procedimentos licitatórios, focando na instrução dos processos, no monitoramento e na melhoria da comunicação entre os atores envolvidos. Revisou os fluxos e cronogramas para todas as modalidades de licitação, bem como tipificações de objetos a serem contratados e sedimentou a metodologia de acompanhamento das contratações juntamente com as unidades requisitantes, o que melhorou significativamente a comunicação entre as áreas.

A Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - CPGC, instituída pela Portaria GM/MJSP nº 405/2020, a qual tem dentre suas competências, a coordenação do processo de elaboração e o acompanhamento do Plano Anual de Contratações - PAC, em atendimento a Decreto nº 10.947/2022, e ainda coordena o Plano de Contratações Compartilhadas - PCCom, uma iniciativa inovadora da Pasta que prevê a análise e o estabelecimento de objetos similares a serem contratados de forma conjunta pelas unidades licitantes, com o objetivo de economia de escala, padronização, posicionamento no mercado e melhoria da comunicação interna, teve seu funcionamento adequado no ano de 2022.

Para se ter entendimento do volume de informações acompanhadas pela CPGC, ao longo do exercício de 2022 foi monitorado o Plano de Contratações Anual - PCA 2022, que reuniu inicialmente cerca de 5.556 itens referentes às contratações, sendo 3.240 referentes a novas contratações e 2.326 prorrogações de contratos vigentes, incluindo-se a Funai, bem como foi elaborado o PCA 2023, que reuniu todas as unidades do MJSP com um total de 4.439 novas contratações, não sendo computadas as prorrogações de contratos, dada a atualização da diretriz, por meio do Decreto nº 10.947/2022.

No exercício de 2022, o Ministério trabalhou com o indicador *"Tempo Médio do Procedimento Licitatório"* na modalidade pregão eletrônico, que tem por objetivo conceder, a partir do mapeamento e padronização de processos licitatórios e da adoção de fluxos e cronogramas previamente aprovados, a melhoria do processo de contratação como um todo, com ênfase na celeridade e no monitoramento do Tempo Médio das contratações de todas as unidades licitantes da Pasta por parte da alta administração, que ao não ser atingido demonstrou o desafio para 2023, no sentido de reduzir ainda mais os prazos de suas contratações.

2022					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	META ESTRATÉGICA	FÓRMULA DE CÁLCULO	APURAÇÃO DA META SE (%)	APURAÇÃO DA META UNIFICADO (%)
Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	Tempo Médio do Pregão Eletrônico - Unificado do MJSP	171	Somatório dos dias úteis para conclusão dos pregões realizados no período por todas as unidades licitantes / número total de pregões realizados por todas as unidades licitantes	176	230

Destacam-se ainda do fomento da Capacitação na temática, as iniciativas Trilha de Aprendizagem em Licitações e Contratos e o Ciclo de Capacitação em Licitações e Contratos do MJSP.

A Trilha de Aprendizagem em Licitações e Contratos do MJSP foi implementada de fato em 2022, sendo uma das Trilhas mais acessadas pelos servidores, tendo como objetivo proporcionar o desenvolvimento de competências sobre os conceitos essenciais de licitações e contratos, incluindo uma visão geral da gestão das contratações no âmbito do MJSP, e de todas as suas fases, desde o planejamento, a seleção de fornecedores e a contratação, passando ainda pela fiscalização e gestão orçamentária e financeira dos contratos e por fim sobre a importância da gestão de riscos no processo de contratações. Ressalta-se que para o exercício de 2023, a Trilha deverá passar por atualização, dado o início da nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, o que também representará um grande desafio para a unidade competente.

Em 2022, aconteceu o 6º Ciclo de Capacitação de Licitação e Contratos do MJSP, promovido pela Secretaria-Executiva, em formato 100% virtual devido à pandemia do Covid-19. O evento ofereceu aos participantes uma programação de 12 palestras ministradas e 3 painéis, realizados no período de 23 a 26 de agosto, e 10 oficinas, de 29 de agosto a 02 de setembro, tendo como principal tema a nova Lei de Licitações e os desafios para sua implementação, proporcionando aos servidores do MJSP e demais órgãos, mais de 50 horas de capacitação gratuita, por parte de renomados doutrinadores e especialistas na matéria.

O Ciclo de Capacitação de Licitações e Contratos do MJSP, tem se destacado como um dos maiores eventos de capacitação sobre a temática da União, uma vez que voltado para os fiscais de contratos e agentes de licitação, tem por objetivo atingir um padrão de excelência e sustentabilidade nas licitações e no processo de fiscalização contratual.

Buscando a melhoria da Comunicação sobre a temática, foi dado continuidade no aprimoramento da página Licitações na intranet do MJSP, a fim de aproximar os setores de compras com os setores requisitantes, por meio de um canal de diálogo permanente; com divulgação de fluxos e cronogramas, legislação, material de apoio, fomento de melhores práticas e as ferramentas administrativas de planejamento e de gestão das contratações. A intranet permite o acompanhamento da execução do Plano Anual de Contratações, acesso as informações dos contratos firmados, da execução orçamentária e demais informações gerenciais da Secretaria-Executiva do MJSP.

Principais desafios e ações futuras

Desafios:

• Implementação da nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

• Redução do tempo médio dos procedimentos licitatórios;

• Aprimoramento e Padronização da etapa de planejamento e elaboração dos artefatos da contratação, objetivando maior fluidez;

• Aperfeiçoamento das rotinas de gestão de contratos e licitações;

• Necessidade de adequação às restrições orçamentárias;

• Melhoria contínua da comunicação entre os atores envolvidos no processo de licitações e contratos;

• Reforço da Força de trabalho reduzida para a gestão de contratações;

• Reduzir a evasão e manter o interesse dos servidores que atuam nas unidades/processos de contratações; e

• Ampliação de capacitações especializadas na temática licitações e contratos, haja vista a implementação da Lei 14.133/2021.

Ações Futuras:

• Ampliar o Projeto de reanálise e conferência de faturas para ordenação de despesas, aplicando-se o controle de riscos oriundo do Programa de Integridade do MJSP nas contratações públicas;

• Implementar a nova Lei de Licitações e Contratos - Lei 14.133;

• Aprimorar a governança das contratações, fomentando melhores resultados quanto ao controle e gestão das informações no MJSP; e

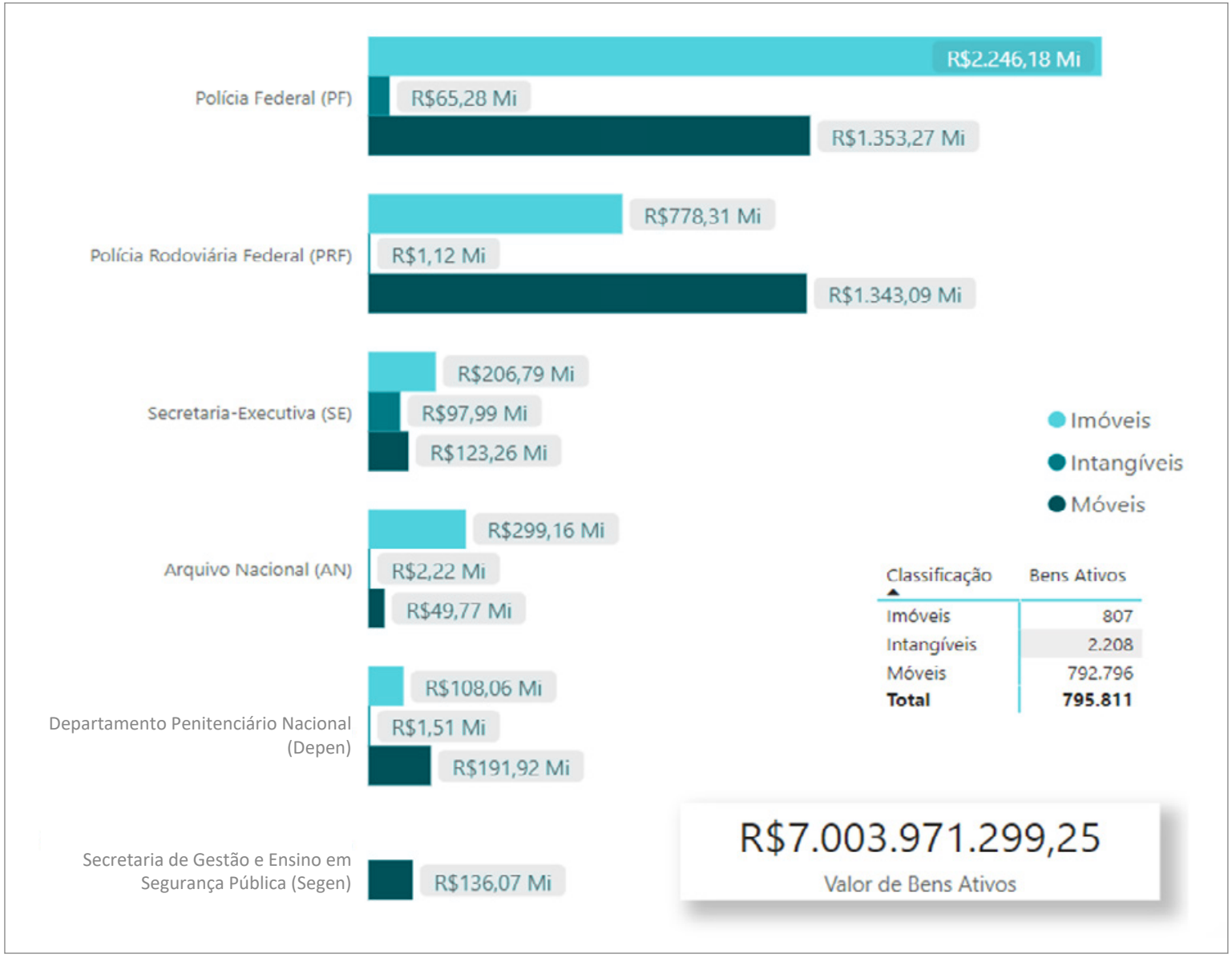
• Apoiar a Senasp no desenvolvimento de sistema informatizado que facilitará o Planejamento de Contratações Anual do Ministério.

IV - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

A gestão patrimonial no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na maioria de suas unidades, utilizam o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – Siads para controlar seus bens, a exemplo da SE, Segen, AN e Depen. A PF utiliza o sistema e-LOG e a PRF utiliza o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC.

Quantidade e o valor de bens ativos (móveis, imóveis e intangíveis)

No contexto de gestão patrimonial, o MJSP faz gestão de bens no valor aproximado de R$ 7.003.971.299,25, os quais são distribuídos conforme quadro a seguir:



Fonte: CGDS/SAA/SE

Desfazimento de Bens

A Administração Pública Federal adquire bens com o intuito de prestar serviços e alcançar os objetivos, os quais, por sua vez, surgem de necessidades públicas. Entretanto, em virtude de alguns fatores, como obsolescência, ociosidade ou sua classificação como irrecuperável, esses recursos não geram mais expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para o órgão. Em razão disso, e em respeito aos princípios da legalidade e da economicidade, previstos no Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Administração Pública Federal promove o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento desses bens, aspectos que influenciam as demonstrações contábeis, em especial o balanço patrimonial.

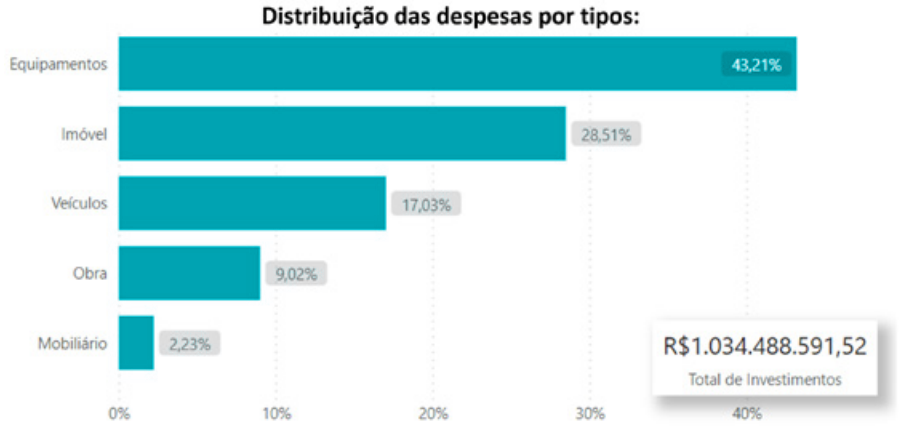
Neste sentido conforme listado no Projeto de Regularização Patrimonial ainda em andamento no âmbito desta pasta o MJSP possui em seus depósitos bens que se enquadram na condição de inservíveis e por este motivo considera-se oportuno proceder com os desfazimentos.

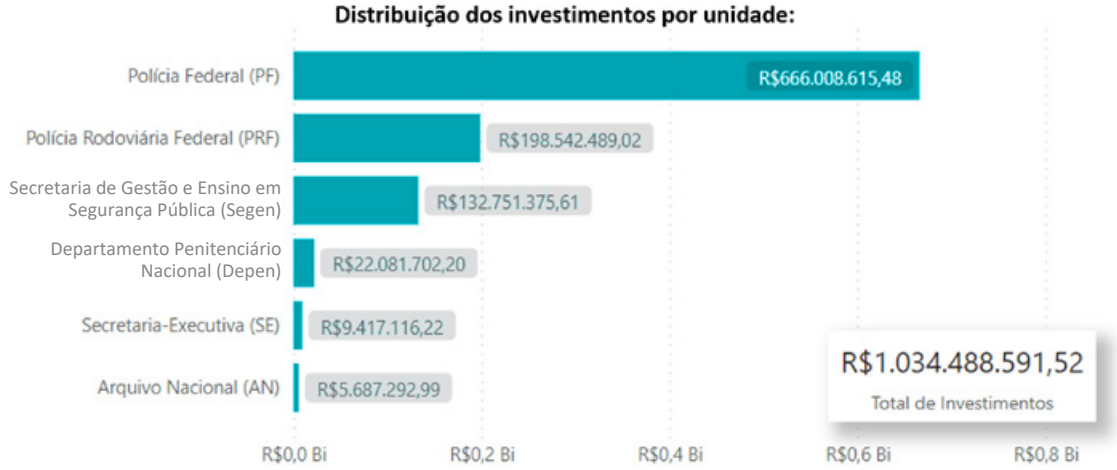
UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR BRUTO
Secretaria-Executiva	14.413	R$ 7.171.375,35
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública	7	R$ 21.212,52
Polícia Rodoviária Federal	11.924	R$ 20.241.106,36
Polícia Federal	14.500	R$ 26.561.289,83
Departamento Penitenciário Nacional	4	R$ 138.332,00
Arquivo Nacional	95	R$ 0,95
Total	**40.943**	**R$ 54.133.317,01**

Fonte: CGDS/SAA/SE

Principais Investimentos de Capital

Em 2022, pode-se evidenciar que os investimentos mais relevantes de capital realizados pelas unidades administrativas foram de R$ 1.034.488.591,52, sendo distribuídos entre os seguintes tipos de despesas:



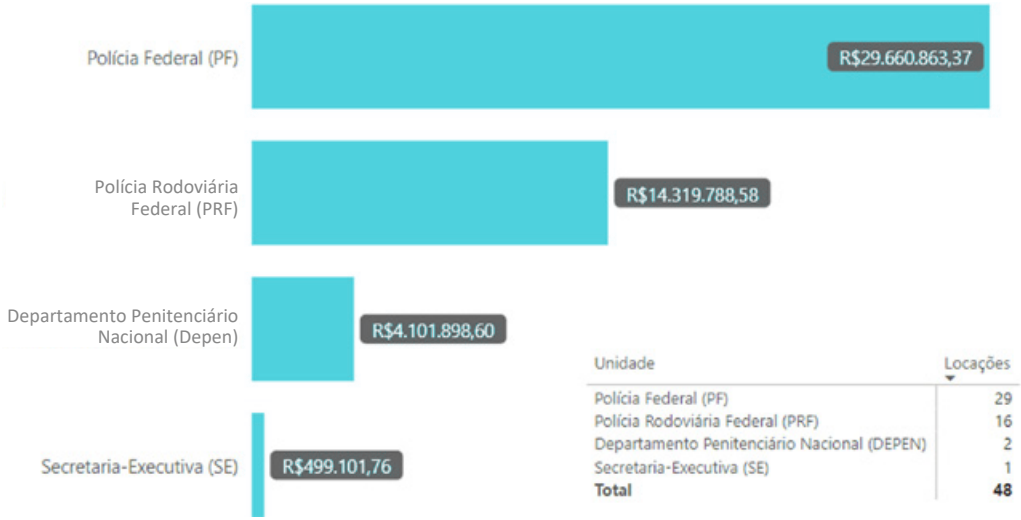


Fonte: CGDS/SAA/SE

Locação de Imóveis em geral

Em 2022, o custo de locações nas unidades SE, PF, PRF e Depen foi de R$ 48.581.652,31, com imóveis e equipamentos alugados para o desenvolvimento das atribuições institucionais da Pasta, conforme gráfico ao lado:





Unidade	Locações
Polícia Federal (PF)	29
Polícia Rodoviária Federal (PRF)	16
Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)	2
Secretaria-Executiva (SE)	1
Total	**48**

Principais desafios e ações futuras

Dentre os principais desafios relacionados à gestão patrimonial e de infraestrutura, no âmbito do MJSP, podemos destacar a conclusão da implantação e adequação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, conforme determina a Portaria ME nº 232, de 2020, visando atender as peculiaridades das atividades desenvolvidas por este Ministério e a otimização dos Espaços Físicos, dando continuidade ao projeto que prevê intervenções de *layout* e reorganização espacial no MJSP.

Devido à Reformulação Estrutural do MJSP, será necessário revisar as etapas do Projeto de reorganização, iniciando por etapa de Levantamento das Necessidades das Secretarias da Pasta. O projeto prevê ainda a criação de áreas de *coworking*, áreas de convivência e descompressão, e a otimização do uso de refeitórios.

Ainda quanto a infraestrutura, está em andamento o Projeto de Recuperação Estrutural do Palácio da Justiça, que trata de serviços de engenharia para restauração da laje do avarandado do Palácio e das vigas do pergolado do jardim de inverno, um grande desafio, dada a edificação ser Patrimônio histórico pela UNESCO e tombado pelo IFHAB.

Mudanças e desmobilizações relevantes

UNIDADE	MUDANÇAS
Secretaria-Executiva (SE)	Desocupação do prédio localizado no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), em Brasília-DF, cujo principal objetivo foi a economia anual, na ordem de 2,2 Mi, com o aluguel do prédio, energia elétrica, água, transporte e postos terceirizados (brigada, vigilância, limpeza e copeiragem). A edificação foi entregue em agosto/2022.
Departamento Penitenciário Nacional (Depen)	Mudança da sede do Depen do Edifício Victoria, SCN Quadra 3, para o Edifício Multibrasil, Setor Comercial Norte, Quadra 4, ambos em Brasília-DF.

Polícia Federal (PF)	PF - SEDE	- Mudança da Sede da PF: imóvel localizado no endereço SCN, Quadra 4 - Bloco A, Brasília-DF, com área de 8.759,20 m², e tem como proprietário oficial a empresa Multi Construtora e Incorporadora Ltda. Atualmente, abriga a sede da Polícia Federal, em que todas as unidades que antes ocupavam no Ed. Máscara Negra (localizado no Setor de Autarquias Sul) e no Setor Sudoeste passaram a ocupar o referido imóvel.
	PF/SEDE/DITEC	- Finalização da reforma do Edifício Instituto Nacional de Criminalística e finalização da obra do bloco F (Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses), em Brasília - DF.
	SR/PF/BA	- Retomada das atividades na SR/PF/BA no bairro Água de Meninos da cidade de Salvador (após conclusão da reforma do edifício previsto para novembro/22); - Conclusão obra de reforma da SR/PF/BA; e - Retorno das Operações na Edifício Sede SR/PF/BA.
	SR/PF/RO	- Adequação de layout de salas existentes com a finalidade de integrar núcleos cartorários e investigativos, em delegacias da Superintendência, DRE, DELINST; - Adequação com extensão de edificação existente com alvenaria de vedação e cobertura em telha fibrocimento, com a finalidade de abrigar o Núcleo de Transporte – NUTRAN; - Desmobilização de edificação anexo da Superintendência com área de 261 m², onde funcionavam setores administrativos, devido a falhas estruturais e proximidade com área de influência e desmoronamento do talude; e - Substituição de esquadrias de ferro por esquadrias de vidro temperado em descentralizada DPF/VLA/RO.
	SR/PF/TO	- Projeto de instalações elétricas para futura instalação de *nobreak*.
	SR/PF/AC	- Reforma da Delegacia de Cruzeiro do Sul (finalizada); - Reforma da Delegacia de Epitaciolândia (em curso); e - Reforma Posto de Fronteira em Plácido de Castro (finalizada).
	SR/PF/AP	- Reformas nos imóveis funcionais pertencentes à SR/PF/AP; - Construção de uma nova Delegacia no Oiapoque/AP; e - Construção de passarela de acesso coberta na Dependência desta SR.
	SR/PF/DF	- Obra da Sede II (Anexo) da SR/PF/DF, cujo projeto executivo já se encontra licitado e execução; e - Obra do novo Estacionamento, que já se encontra licitado e obras iniciadas.

	SR/PF/ES	- Devolução à Secretaria de Patrimônio da União - SPU de área de 1.600,00m² do imóvel de 8.842,66m² e benfeitorias de 1.343,00m² que foi entregue a Superintendência da Polícia Federal no ES, localizado na Rua do DNER, nº 269, Bairro Santa Tereza, na cidade de São Mateus/ES, com destinação voltada para a sede da Delegacia da Polícia Federal em São Mateus.
	SR/PF/MG	- Reforma da Delegacia de Governador Valadares; e - Recuperação da cobertura da Delegacia de Uberlândia.
	SR/PF/SC	- Reforma da sede da DPF/LGE/SC.
Polícia Rodoviária Federal (PRF)	Realocação de Sede Regional da SPRF/SP para imóvel alugado; Realocação de Sede Regional da SPRF/GO para imóvel alugado; e Ampliação da SPRF/RJ para instalação da Delegacia DEL/RJ.	

V - GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade Legal

Legislação Aplicada

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP observa as diretrizes da Constituição Federal e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, bem como o conjunto de regras e normativos estabelecidos ou referendados pelo Governo Federal. Nesse sentido, as áreas de gestão de pessoas do MJSP acompanham a legislação publicada, bem como as orientações expedidas pelo Ministério da Economia - ME, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas e Desempenho de Pessoal - SGP - órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.

NORMAS E LEGISLAÇÕES 2022	290 ATOS	
		22 Leis
		05 Medidas Provisórias
		27 Decretos
		59 Portarias
		32 Instruções Normativas
		24 Notas
		121 Outros

Fonte: CGGP/SAA/SE, AN, Depen, PF e PRF

Indicadores de Conformidade

A avaliação de conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores, em observância às normas e ao cumprimento dos procedimentos específicos. Os indicadores em prática no MJSP são os que seguem:

1- Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda;

2 - Controle e acompanhamentos dos registros de admissão, desligamento e concessões no Sistema E-Pessoal; e

3 - Atendimento das recomendações e recomendações dos Órgãos de Controle.

Em 2022, todos os servidores do MJSP entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Além disso, todos atos de admissão/desligamento e de concessão de aposentadoria/pensão civil, no ano de 2022, foram registrados no Sistema E-Pessoal, de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 78/2018.

Já com relação às determinações e recomendações dos Órgãos de Controle, elas serão apresentadas em item específico deste Relatório de Gestão.

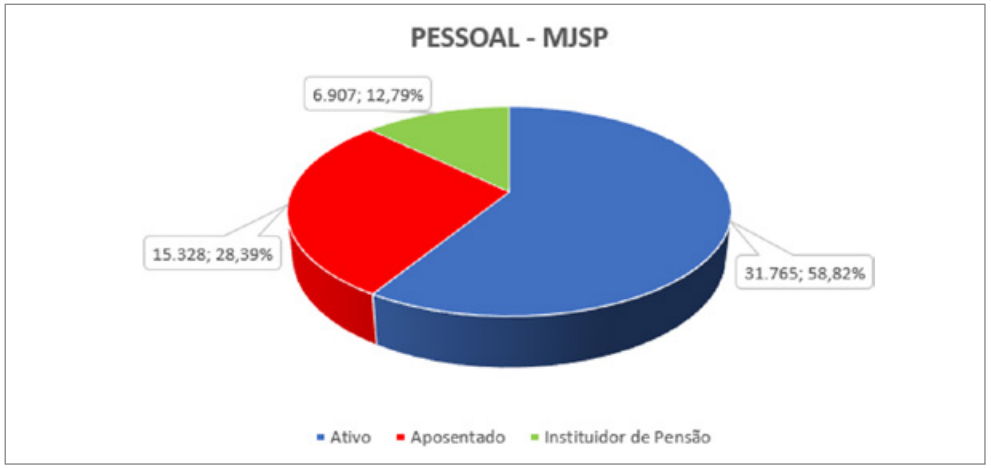
Avaliação da força de trabalho

Força de Trabalho

A força de trabalho do MJSP é constituída por servidores em exercício nos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e nos órgãos singulares específicos, a saber: Assessoria Especial de Controle Interno; Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares; Assessoria Especial de Assuntos Legislativos; Assessoria Especial de Assuntos Internacionais; Gabinete do Ministro; Secretaria-Executiva; Consultoria Jurídica; Secretaria Nacional de Justiça; Secretaria Nacional do Consumidor; Secretaria Nacional de Polícias sobre Drogas e Gestão de Ativos; Secretaria Nacional de Segurança Pública; Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública; Secretaria de Operações Integradas; Departamento Penitenciário Nacional; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; e Arquivo Nacional.

Em razão da necessidade de imprimir celeridade nas atividades administrativas, o Departamento Penitenciário Nacional – Depen, a Polícia Federal - PF, a Polícia Rodoviária Federal - PRF e o Arquivo Nacional – AN receberam delegação de competências para execução das atividades de gestão de pessoas, dentre outras temáticas. Já as demais unidades deste Ministério são gerenciadas pela Secretaria-Executiva. Assim, o Ministério conta com 5 Unidades de Gestão de Pessoas, sendo a unidade setorial vinculada à SE.

Conforme dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal - PEP, o MJSP administra 54.000 pessoas, distribuídas da seguinte forma:



Fonte: PEP

A distribuição do Pessoal Ativo do MJSP, por situação funcional, conforme os dados extraídos do PEP:

AUTORIZAÇÕES DE PROVIMENTO DE CARGOS 2022	
CARREIRA/PLANO	QTD
Ativo Permanente	30.097
Ativo em outro órgão	495
Excedente a lotação	79
Natureza Especial	1
Cedido/Requisitado para o MJSP	388
Exercício (§ 7º, art. 93 da Lei nº 8.112/1993)	378
Sem vínculo	210
Contrato Temporário	116
Celetista (decisão judicial)	1
Total	**31.765**

Fonte: PEP

Com relação ao Pessoal Ativo, ou seja, servidores e empregados públicos em atividade, o MJSP conta com aproximadamente 31.765 pessoas distribuídas da seguinte forma:

ETNIAS	
Amarela	1,8%
Branca	57,5%
Indígena	0,10%
Preta	4,6%
Não informado	4,6%

Fonte: PEP

Masculino 82,7%

Feminino 17,3%

PCD 0,78%

Envelhecimento do Quadro de Pessoal Ativos do MJSP

A distribuição, por faixa etária, do quadro de servidores em atividade: Conforme demonstrado, o quadro de servidores ativos apresenta índice preocupante, uma vez que 22,96% dos profissionais, ou seja, 7.293 servidores estão com idade acima de 50 anos. Destaca-se, ainda, no que tange especificamente à gestão de pessoal da PF e PRF, que seus quadros são compostos em sua maioria por policiais, que têm regra de aposentadoria especial, sendo um dos requisitos ter idade igual ou superior a 53 anos.

IDADE DOS SERVIDORES ATIVOS		
IDADE	QTD	%
Até 30	3.228	10,16%
31 a 40	9.193	28,94%
41 a 50	12,051	37,94%
51 a 60	5,562	17,51%
Acima 60	1.731	5,45%

Quadro de Pessoal Efetivo do MJSP

O quadro de pessoal efetivo do MJSP, em razão de seu papel institucional, é formado por 6 (seis) Carreiras, voltadas para as áreas finalísticas da organização, e 3 (três) Planos para as atividades administrativas e de suporte:

- Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.

- Carreira de Agente Federal de Execução Penal.

- Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal.

- Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal.

- Carreira Policial Federal.

- Carreira de Policial Rodoviário Federal.

- Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE.

- Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - PECPF.

- Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - PECPRF.

Registre-se, ainda, que os cargos efetivos, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista e Estatístico, integrantes do PGPE, do PECPF e do PECPRF, têm estrutura remuneratória especial, instituída pela Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.

O MJSP conta com 30.671 servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do órgão, distribuídos da seguinte forma:

CARREIRA/PLANO DE CARGOS	SERVIDORES
Carreira Policial Rodoviário Federal	12.929
Carreira Policial Federal	12.619
Carreira Agente Federal de Execução Penal	1.520
Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal	78
Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal	32
Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais	30
Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECPF	2.101
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE	873
Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal - PECPRF	439
Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos - ERCE	49
Plano de Classificação de Cargos – PCC (remanescente)	1
Total Geral	**30.671**

Fonte: PEP

O quadro de servidores efetivos do MJSP vinha sendo reduzido a cada ano, principalmente em razão de aposentadorias. No entanto, nos últimos dois anos – 2021/2022, houve autorizações para provimento de cargos das carreiras do Depen, da PF e da PRF, contribuindo para o aumento do efetivo policial, mas insuficiente para atender às expoentes demandas.

Já para os cargos do PGPE, PEC-PF e PEC-PRF, bem como para a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, não houve provimento nos últimos anos, agravando-se, assim, o déficit de servidores nas outras unidades finalísticas deste Ministério, bem como nas áreas administrativas e de suporte.

Previsão de Aposentadorias

O quadro de pessoal efetivo do MJSP é composto por servidores públicos federais, cujas regras observam o disposto nas Emendas Constitucionais - EC nº 20/98, EC nº 41/03 e EC nº 103/2019, as quais estabelecem o tempo mínimo de contribuição, idade mínima ou condições especiais para aposentadoria dos servidores públicos.

De acordo com o Painel Estatístico de Pessoal – PEP, verifica-se que, até dezembro de 2022, 2.743 servidores encontram-se percebendo abono de permanência, ou seja, já cumpriram os requisitos para algum tipo de aposentadoria.

Para evidenciar a situação da projeção de aposentadorias para os próximos exercícios, há previsão de que 2.361 servidores do MJSP se aposentem até o final do ano de 2022, uma vez que já completaram ou estão prestes a completar os requisitos necessários para isso.

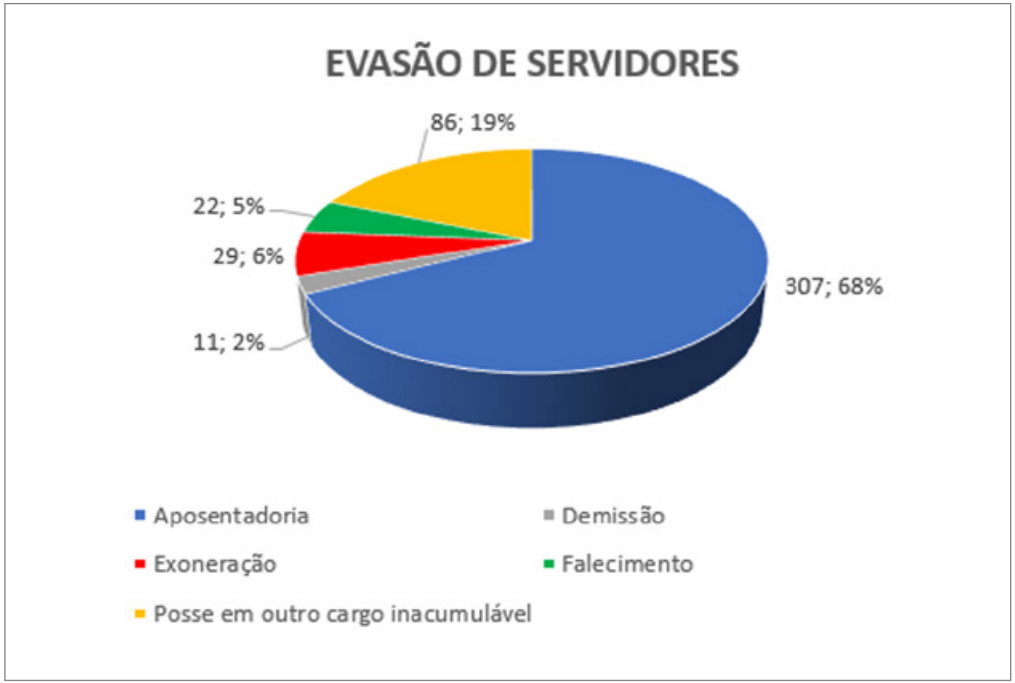
Até o final do ano de 2025, a previsão é de que 4.171 servidores completem os requisitos para aposentadoria. Embora a possibilidade dessas aposentadorias acontecerem na totalidade seja reduzida, cada vez que um servidor se aposenta, agrava mais a situação do déficit de pessoal, uma vez que não há a reposição de imediato.

APOSENTADORIAS - PREVISÃO (2022 A 2025)					
ANO	2022*	2023	2024	2025	TOTAL GERAL
TOTAL	2.361	561	607	642	4.171

Fonte: PEP e Siape
*2022 acumulado com anos anteriores, 2023 em diante números que podem se somar, caso não solicitem aposentadoria.

Evasão dos Servidores

A evasão de servidores efetivos do MJSP ocorre, principalmente, em função de aposentadorias, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Fonte: PEP

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Necessidade de Pessoal

O provimento de cargos efetivos é feito por meio de concurso público, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Em 2022, para subsidiar o pedido junto ao Ministério da Economia - ME, as unidades desta Pasta (não incluídos AN, Depen, PF e PRF) foram consultadas por meio de processo específico, quanto ao perfil necessário, a fim de suprir as vacâncias ocorridas.

No pedido, também foram considerados os macroprocessos, produtos e serviços prestados pela unidade; o posto de trabalho ou processo crítico com carência de servidores; os resultados que se pretende alcançar com o fortalecimento institucional e indicadores para mensurá-los; e os impactos à missão institucional ou à sociedade, em caso de não alocação de mais servidores, dentre outros fatores, tais como: a evasão de servidores e as projeções de aposentadorias.

Já com relação ao AN, à PF e à PRF, as respectivas unidades de gestão de pessoas desses órgãos instruíram processos individualizados, solicitando autorização para realização de concurso público.

PEDIDOS DE CONCURSO PÚBLICO 2022

CARREIRA/PLANO	ÓRGÃO	AUTORIZAÇÃO	QTD
Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais	MJSP	Não Autorizado	170
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo	MJSP	Não Autorizado	551
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo	AN	Não Autorizado	59
Plano Geral Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal	PF	Indeferido	667
Carreira de Policial Rodoviário Federal *(depende do pedido de criação de cargos efetivos)*	PRF	Não Autorizado	7.902
Total			**9.349**

Fonte: SEI

Recomposição da Força de Trabalho (Concurso Público)

No ano de 2022, o Depen, a PF e a PRF obtiveram a autorização para o provimento de 2.797 cargos, de concursos públicos autorizados nos anos anteriores (2019 a 2020):

Já com relação ao provimento dos cargos da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais e dos Planos (PGPE, PEC-PF e PEC-PRF), desde o exercício de 2014, o MJSP vem buscando obter autorização para realização de concurso público, a fim de minimizar o déficit de servidores no âmbito da Pasta. Entretanto, todos os pedidos foram indeferidos pelo Órgão Central do SIPEC.

AUTORIZAÇÕES DE PROVIMENTO DE CARGOS 2022

CARREIRA/PLANO	ÓRGÃO	AUTORIZAÇÃO	QTD
Carreira de Agente Federal de Execução Penal	Depen	Portaria SEDGG/ME nº 4.872/2022	294
Carreira de Especialista em Assistência à Execução Penal	Depen	Portaria SEDGG/ME nº 4.872/2022	15
Carreira de Policial Federal	PF	Decreto nº 11.083/2022	625
Carreira de Policial Federal	PF	Decreto nº 11.212/2022	561
Carreira de Policial Rodoviário Federal	PRF	Decreto nº 11.082/2022	625
Carreira de Policial Rodoviário Federal	PRF	Portaria SEDGG/ME nº 4.966/2022	52
Carreira de Policial Rodoviário Federal	PRF	Decreto nº 11.218/2022	625
Total			**2.797**

Fonte: SEI

Seleção e Recrutamento de Pessoas

Outros processos de recrutamento e seleção são realizados com frequência, de âmbitos interno e externo ao Ministério, com oportunidades para servidores efetivos para fins de movimentação para compor força de trabalho, remoção, percepção de gratificações e funções, respeitando os normativos aplicáveis e utilizando de editais e canais institucionais de comunicação.

Em 2022, o Ministério da Economia - ME lançou o módulo Oportunidades do SIGEPE, facilitando a publicação de divulgação das vagas. No presente exercício, o MJSP realizou 19 processos para diversos postos de trabalho, com base na metodologia *"Competências"*, por meio de perfis técnicos, comportamentais e gerenciais para os postos de trabalho ofertados.

Nº	UNIDADE	POSTO DE TRABALHO
1	CGL/SAA/SE	FCPE 101.1
2	CGL/SAA/SE	FCT 10
3	CGL/SAA/SE	GSISTE NM
4	CGIF/CGGP/SAA/SE/MJSP	GSISTE NM
5	CDHO/CGGP/SAA/SE/MJSP	GSISTE NS
6	AECI	FCE 1.07 e FCE 2.07
7	ASCOM	FCE 4.04
8	CGL/SAA/SE	SEM FUNÇÃO
9	CGL/SAA/SE	GSISTE NS
10	CGL/SAA/SE	GSISTE NS
11	CPCIND/DPJUS/Senajus	FCE 4.03
12	CE/MJSP	FCE 4.03
13	CDHO/CGGP/SAA/SE/MJSP	FCE 1.07 E FCE 4.05
14	CGAE/SAA/SE/MJSP	GSISTE NS
15	CGAE/SAA/SE/MJSP	GSISTE NS
16	CGAE/SAA/SE/MJSP	GSISTE NS
17	CGGP/SAA/SE/MJSP	FCE 4.04 e FCE 1.07
18	ASCOM/GM/MJSP	SEM FUNÇÃO
19	COPRE/Segen/MJSP	FCE 4.03

Processos seletivos – Contratos Temporários

No ano de 2022, não houve autorização concedida ao MJSP, para contratação de pessoal, nos termos da Lei nº 8.745/1993, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Com relação às autorizações concedidas nos anos anteriores, iniciou-se a contratação de pessoal para atuar no desenvolvimento de atividades inerentes à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad, conforme Portaria Interministerial ME/MJSP nº 4.386, de 16 de abril de 2021. Em setembro de 2022, havia 44 profissionais contratados, sendo que a contratação pode atingir até o limite de 66 pessoas, desde que haja candidatos interessados no cadastro reserva suficientes para tal aporte.

Quanto à contratação de pessoal para atuar no desenvolvimento de atividades inerentes ao Projeto SINESP *Big Data* e Inteligência Artificial, conforme Portaria ME/MJSP nº 7.937, de 29 de outubro de 2019, no mês de dezembro de 2022, havia 26 profissionais contratados, sendo que 19 contratos foram prorrogados, nos termos do Decreto nº 11.263, de 2022. Frise-se que, a partir do ano de 2023, as contratações serão retomadas, as quais foram suspensas em virtude do defeso eleitoral.

Já com relação ao Depen, no mês de dezembro de 2022, havia 46 profissionais contratados para atender a encargos temporários de obras e serviços de engenharia destinados à construção, à reforma, à ampliação e ao aprimoramento de estabelecimentos penais, conforme Portaria ME/MJSP nº 21.073, de 2 de outubro de 2020. Por meio do Decreto nº 11.248, de 2022, houve autorização para prorrogação de 46 contratos por tempo determinado que venceram no mês de novembro.

Liberação de servidores do MJSP a outros órgãos (cessão/requisição)

No âmbito do MJSP, há 603 servidores cedidos/requisitados para outros órgãos da Administração Pública (alguns com poder de requisição, casos que prescindem da concordância do órgão de origem).

Desse total, 414 (68,65%) são para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, o restante distribui-se entre os demais Poderes da União e entes subnacionais.

LIBERAÇÃO DE SERVIDORES		
ÓRGÃO	TOTAL	%
Presidência da República	92	15,26
Ministério da Economia	48	7,96
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	47	7,79
Câmara dos Deputados	32	5,31
Advocacia Geral da União	30	4,98
Fundação Nacional do Índio	26	4,31
Controladoria-Geral da União	25	4.15
Ministério da Infraestrutura	20	3,32
Defensoria Pública da União	15	2,49
Governo do Distrito Federal	12	1,99
Superior Tribunal de Justiça	12	1,99
Tribunal Regional do Trabalho - DF	12	1,99
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	12	1,99
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	11	1,82
Governo do Estado do Rio de Janeiro	11	1,82
Ministério da Defesa	10	1,66
Outros	188	31,18
Total	**603**	**100,00**

Fonte: Siape e SEI

Detalhamento da Despesa de Pessoal

Conforme dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal - PEP, conforme situação funcional do vínculo, as despesas de pessoal do MJSP do exercício de 2022 totalizaram o montante superior a R$ 12 bilhões:

SITUAÇÃO FUNCIONAL	DESPESAS DETALHADAS	%
Ativo	R$ 8.251.314.732,42	64,42
Aposentado	R$ 3.336.092.739,80	26,05
Instituidor de Pensão (Benefícios)	R$ 1.221.538.824,50	9,54
Total Geral	**R$ 12.808.946.296,72**	**100**

Fonte: SIAFI - Tesouro Gerencial

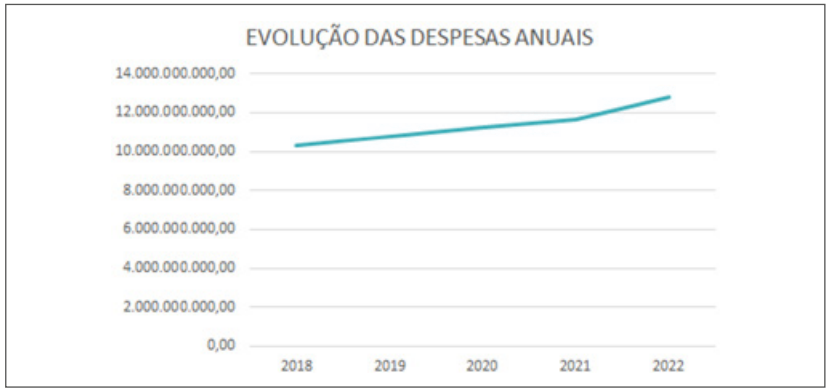
Observado o detalhamento com o pessoal por elemento de despesa referente ao exercício de 2022 temos:

SITUAÇÃO FUNCIONAL	DESPESAS DETALHADAS
Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 9.860.282.941,83
Obrigações Patronais	R$ 1.454.027.103,81
Despesas de Exercícios Anteriores	R$ 31.622.571,25
Vantagens Variáveis	R$ 539.494.867,63
Gratificação Natalina	R$ 812.976.279,99
Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	R$ 45.811.768,66
Sentenças Judiciais	R$ 34.535.778,93
Contrato Temporário	R$ 30.194.984,62
Total Geral	**R$ 12.808.946.296,72**

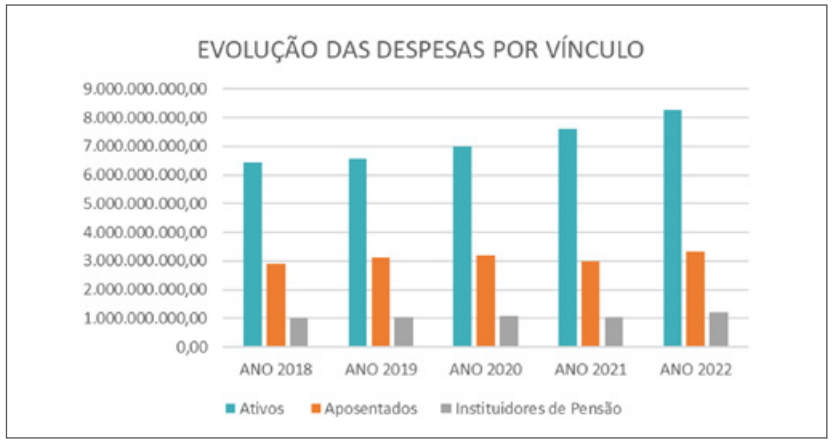
Fonte: SIAFI - Tesouro Gerencial

Evolução dos Gastos com Pessoal

Conforme dados extraídos do PEP, temos a seguinte evolução das despesas com pessoal do MJSP, consideradas as despesas com aposentadorias e pensões:



Fonte: SIAFI - Tesouro Gerencial



Fonte: SIAFI - Tesouro Gerencial

Verifica-se que, no período de 2018 a 2022, houve aumento das despesas com os servidores ativos, em razão de ingressos de novos profissionais habilitados em concurso público para as carreiras policiais.

Já com relação aos inativos e pensionistas, houve acréscimo em razão de novas aposentadorias e pensões concedidas nos exercícios de 2018 a 2022. De igual, as despesas do exercício de 2022 superaram as despesas dos anos anteriores.

Avaliação de Desempenho e Remuneração

Avaliação de Desempenho

Para cada tipo de carreira ou plano existente, no âmbito do MJSP, há uma sistemática específica de avaliação de desempenho, para fins de gratificação de desempenho; promoção e progressão; e avaliação do estágio probatório.

Gratificação de Desempenho

O desempenho dos servidores (integrantes do PGPE, do PEC-PF e do PEC-PRF) é aferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, que utiliza como referência as metas de desempenho individual somadas ao cumprimento das metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo.

A avaliação de desempenho individual dos servidores é realizada anualmente com o objetivo de verificar o seu desempenho no exercício das atribuições do cargo ou função para o alcance dos objetivos organizacionais e impacta diretamente na remuneração.

O servidor do MJSP, conforme o cargo efetivo que ocupa, faz jus à Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS, Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos - GDACE, Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas - GDM, e Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada do Departamento Penitenciário Nacional - GDAPEN, Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal GDAPEF, Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal - GDATPF e Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal – GDATPRF.

Para evidenciar, apresentam-se os dados dos servidores do MJSP:

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO 2022	
Servidores avaliados	9.627
Pedidos de Reconsideração	16
Recursos	7

Fonte: CGGP/SAA/SE, AN, Depen e PF

Promoção e Progressão funcional

Para o desenvolvimento do servidor, é necessário o preenchimento de determinados requisitos, previstos nas leis específicas de cada carreira ou plano, podendo ter como base critérios de antiguidade ou merecimento, mediante o instituto de *"promoção"* e *"progressão"*. Destaca-se, ainda, que cada regulamento disciplina o interstício, o período de avaliação, além dos critérios e dos efeitos financeiros aplicáveis.

No instituto da *"promoção"*, ocorre a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior, ou seja, mudança de classe. Já na *"progressão"*, ocorre a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.

No caso do PGPE, em razão da não regulamentação do instituto da promoção, a mudança de classe/padrão observa o disposto no Decreto nº 84.669, de 29 de abril 1980, conforme determinado no art. 72 da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006. Dessa forma, a mudança de padrão dentro da mesma classe ocorre por *"progressão horizontal"*, enquanto a mudança de classe por *"progressão vertical"*.

Nesse sentido, apresentam os números das avaliações processadas pelo MJSP:

6 Carreiras e 3 Planos

1.276 Promoções
33 Portarias

6.330 Progressões funcionais
10 Portarias

Fonte: Siape e SEI

Estágio Probatório

No ano de 2022, 1.240 servidores concluíram o estágio probatório, adquirindo a estabilidade:

ESTÁGIO PROBATÓRIO	
CARREIRA/PLANO	QUANTITATIVO
Carreira de Agente Federal de Execução Penal	110
Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal	17
Carreira de Policial Federal	352
Carreira de Policial Rodoviário Federal	759
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo	2
TOTAL	**1.240**

Fonte: SIAPE/SEI

Composição Remuneratória dos Servidores do MJSP

Com exceção de algumas categorias específicas, basicamente a remuneração dos servidores efetivos ocupantes dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do PGPE, do PEC-DPF e do PEC-DPRF, é composta por Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho (GDPGPE, GDATPF ou GDATPRF), com valores fixados em lei.

Dentre os cargos específicos, a remuneração dos servidores dos cargos de Arquiteto, Economista e Engenheiro é composta pelas parcelas: Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, cujos valores são superiores ao da GDPGPE.

Já com referência aos servidores ocupantes do cargo de Médico, por meio da Lei nº 12.702/2012, foi instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas (GDM-PGPE, GDM-PECPF ou GDM-PECPRF), com valores superiores e não acumulável com a GDPGPE.

No caso de cargo de nível auxiliar, ainda há o pagamento da Gratificação Específica de Atividades Auxiliares estabelecida em cada Plano (GEAAPGPE, GEAAPF ou GEAAPRF).

Destaca-se que, às remunerações são acrescidas as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei (adicional por tempo de serviço, dentre outras).

O MJSP também conta com servidores das carreiras de Desenvolvimento de Políticas Sociais; de Agente Federal de Execução Penal; de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal; e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, cuja remuneração é composta por Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho (GDAPS, GDAPEN ou GDAPEF).

CARREIRA/PLANO	REMUNERAÇÃO INICIAL (R$)	REMUNERAÇÃO FINAL (R$)
Carreira Policial Federal – Delegado e Perito Criminal	23.692,74	30.936,91
Carreira Policial Federal – Agente, Escrivão e Papiloscopista	12.522,50	18.651,79
Carreira Policial Rodoviário Federal	9.899,88	16.552,34
Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais	7.350,46	15.208,69
Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos*	6.242,41	13.184,99
Carreira de Agente Federal de Execução Penal	5.572,23	10.357,30
Carreira de Especialista em Assistência à Execução Penal	5.407,70	7.805,48
PECPF – NS	5.101,67	8.924,85
PECPRF – NS	5.096,87	8.924,85
PGPE – NS	5.035,29	9.040,36
Médico do PECPF – NS (20 horas)	4.385,67	7.322,85
Médico do PECPRF – NS (20 horas)	4.385,67	7.322,85
PECPF – NI	4.252,76	5.298,82
PECPRF – NI	4.252,76	5.298,82
Médico do PGPE (20 horas)	4.044,00	6.869,74
Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal	3.662,28	5.182,46
PGPE – NI	3.419,97	4.514,23
PECPF – NA**	-	3.283,99
PECPRF – NA**	-	3.283,99
PGPE – NA **	-	3.123,14

(*) Arquiteto, Economista e Engenheiro
(**) Considerando que todos os cargos de nível auxiliar foram extintos ou estão em extinção, não há previsão de remuneração inicial para essa categoria funcional.

Fonte: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais e dos Ex-Territórios nº 81.

Já as carreiras de Policial Federal e Policial Rodoviário Federal são remuneradas por meio de subsídio.

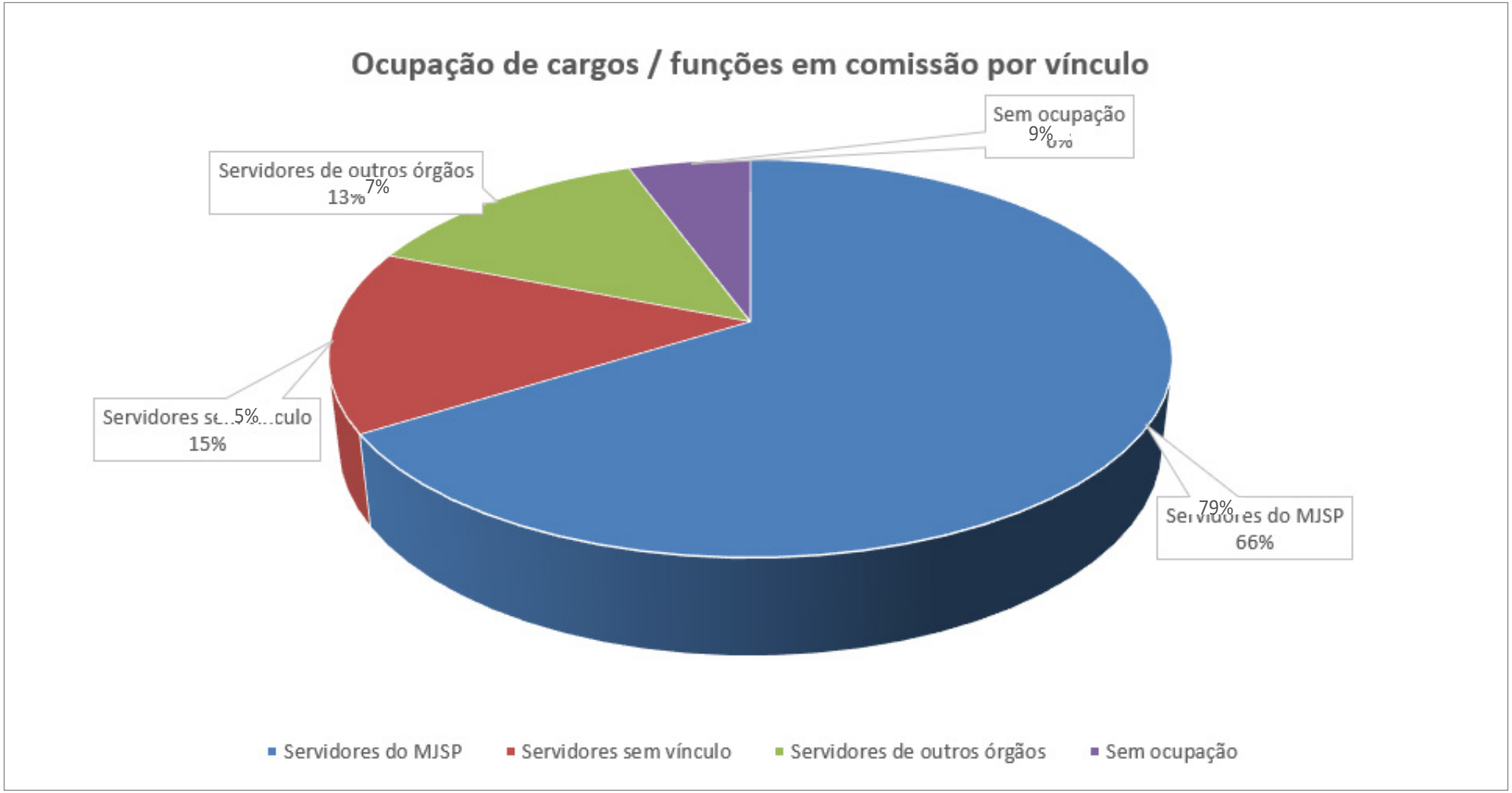
Cargos Gerenciais Ocupados por Servidores com vínculo

Dados do PEP indicam um total de 4.154 cargos ou funções distribuídos nas unidades da estrutura do MJSP. Sua distribuição, conforme tipo de cargo ou função:

CARGO/FUNÇÃO	QTD
FCE	3.789
CCE	365
Total	**4.154**

Fonte: Decreto nº 11.103/2022

No escopo da gestão de pessoas, 86% dos cargos/funções em comissão (CCE e FCE) são ocupados por servidores efetivos, sendo 79% do Quadro de Pessoal do MJSP e 7% de outros órgãos, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Fonte: PEP, Siape e DW

Capacitação

Estratégia e números

As ações de capacitação do Ministério compreendem o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, alinhado às principais diretrizes e normativos que regulamentam as ações de desenvolvimento de servidores da administração pública federal, ou seja, à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP.

No âmbito do chamado *"Núcleo Central"* do MJSP, para a elaboração do PDP 2022, foram considerados os apontamentos realizados pelas unidades do Ministério e pelos servidores no *"Levantamento de Necessidades de Treinamento"* e na "Pesquisa de Satisfação", como também por meio da análise das lacunas (*gaps*) de competências técnicas, comportamentais e gerenciais dos postos de trabalho respectivos.

Além disso, a Polícia Federal - PF, por meio da Academia Nacional de Polícia - ANP, realiza a formação e capacitação de seus servidores, e também de público externo, por meio de ações de capacitações presenciais e a distância (ead.pf.gov.br). Promove, também, a oferta de cursos de pós-graduação específicos e credenciados junto ao Ministério da Educação - MEC, em temas da área de Ciência Policial. Além disso, a ANP promove convênios específicos com as unidades brasileiras, para formação em programa de mestrado.

Já no âmbito da Polícia Rodoviária Federal - PRF, a Universidade Corporativa promove a qualificação de servidores nas mais variadas áreas, com destaque especial aos cursos nas áreas de inteligência policial e operações especializadas e ao Curso de Formação Profissional, gerando importante incremento na força de trabalho do órgão.

O quadro a seguir demonstra os números consolidados relativos à capacitação de servidores do MJSP, no exercício:

Capacitação 2022

O quadro a seguir demonstra os números consolidados relativos à capacitação de servidores do MJSP, no exercício:

CAPACITAÇÃO 2022	
DADOS	**TOTAL**
Servidores capacitados	51.688
Horas de capacitação	2.123.042
investimento	R$ 129.306.712,25

Fonte: CGGP/SAA/SE, AN, Depen, PF e PRF

Dentre as ações de capacitação, destacam-se as seguintes:

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO			
AÇÃO	**ÓRGÃO**	**DESCRIÇÃO**	**CAPACITADOS**
Termo de Execução descentralizada com Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	SE	Ações de desenvolvimento de curta duração na modalidade remotas, com vistas a capacitar seu corpo técnico gerencial.	195
Termo de Execução Descentralizada com Universidade de Brasília	SE	Turma exclusiva de Mestrado Profissional em Gestão Pública.	17

Contratação da Udemy	SE	Aquisição de licenças de uso de plataforma de ensino virtual Udemy.	295
6º Ciclo de Capacitação em Licitações e Contratos	SE	Ação de desenvolvimento com a finalidade de capacitar servidores que atuam no processo gestão de contratações, com temas afetos ao planejamento, execução e controle.	152
EaD Competências - Trilhas de Aprendizagem do MJSP	SE	Conjunto de módulos integrados de aprendizagem relacionados a um tema central com objetivo de desenvolver determinada(s) competência(s) requerida(s) pelo Ministério.	48
Programa de Incentivo Educacional – Proeduc	SE	Reembolso parcial das despesas decorrentes da participação do servidor em cursos e programas de idioma estrangeiro, graduação e pós-graduação.	83
A importância dos sistemas de Gestão de Pessoas	AN	Capacitação nos sistemas de Gestão de Pessoas (SISREF, SOUGOV, SIGEPE), SEI e acesso à intranet.	15
SIGEPE - Módulo Ação Judicial	AN	Capacitação para utilização do SIGEPE - Módulo Ação Judicial.	10
Programa de Gestão	AN	Palestra com apresentação do modelo do Programa de Gestão.	200
Programa de Incentivo Educacional – Proeduc	Depen	Incentivo educacional para graduação, especialização e pós-graduação stricto sensu.	64
Investimento em altos estudos	Depen	Formação de servidores em Mestrado Profissional em Administração e Políticas Públicas.	16
Incentivo Educacional	Depen	Incentivo à prática de línguas estrangeiras.	173

Curso de Formação Profissional - CFP	Depen	Curso de Formação para novos servidores aprovados em concurso público.	309
Curso de Formação Profissional	PF	Curso de Formação Profissional para Escrivão de Polícia Federal e para Papiloscopista Policial Federal (fevereiro a maio de 2022).	495
Curso de Formação Profissional	PF	Curso de Formação Profissional para os cargos de Delegado de Polícia Federal, Escrivão de Polícia Federal e Agente de Polícia Federal. (junho a setembro 2022).	615
Curso de Formação Profissional	PF	Curso de Formação Profissional para os cargos de Delegado de Polícia Federal, Agentes de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal (outubro a dezembro de 2022).	490
Ações de Capacitação na Modalidade EAD	PF	Cursos realizados na Plataforma ANP.Net (Servidores da PF) e na Plataforma ANP Cidadã (Público Externo nacional e estrangeiro).	74.497
Ações de Capacitações na modalidade Presencial	PF	Cursos de Educação Continuada presencial (formação e aperfeiçoamento dos servidores).	8.804
Ações de Capacitações na Modalidade Híbrida	PF	Cursos de Educação Continuada e Formação Inicial Policial.	1.495
Curso de Operações Temáticas de Combate ao Crime	PRF	Capacitação de policiais para aplicar as técnicas e procedimentos específicos para o enfrentamento à criminalidade em todo o território nacional.	96
Curso de Procedimentos de Inteligência	PRF	Capacitação de servidores para atuar na Inteligência Policial da PRF.	120
Curso Avançado em Gestão Operacional	PRF	Capacitação de servidores para realizar a gestão da atividade finalística da PRF.	180

Curso Avançado de Fiscalização de Transportes	PRF	Capacitação de policiais para aplicar técnicas avançadas de fiscalização de trânsito.	80
Curso Avançado de Perícia em Acidentes de Trânsito	PRF	Capacitação de policiais para elaborar laudos periciais especializados, pareceres técnicos e revisões de laudos envolvendo pessoas mortas de forma técnica, estruturada e cientificamente balizada.	60
Curso Avançado de Fiscalização de Transportes	PRF	Capacitação de policiais para aplicar técnicas atualizadas voltadas à fiscalização do transporte rodoviário de cargas e coletivo de passageiros.	80
Curso de Produção de Conhecimento – CPC	PRF	Capacitação de servidores para transformar dados e/ou conhecimentos anteriores em conhecimentos avaliados, significativos, úteis, oportunos e seguros.	40
Curso de Segurança de Autoridades	PRF	Capacitação de policiais para aplicar técnicas e procedimentos específicos, voltados a Segurança de Autoridades.	64
Curso de Operações Policiais - Brasil	PRF	Capacitação de policiais para aplicar técnicas e procedimentos, individuais e em equipe, voltados para o combate à criminalidade.	68
CFP - Curso de Formação Profissional	PRF	Formar candidatos aprovados em concurso público para exercerem as atribuições do cargo de policial rodoviário federal, atuando em alinhamento com a missão, visão e valores da PRF.	663

Ações voltadas para valorização/reconhecimento dos servidores

No âmbito do MJSP, há a prática de registro de elogio nos assentamentos funcionais, bem como a concessão de medalhas.

Dentre as ações de valorização/ reconhecimento dos servidores, destacam-se as seguintes:

AÇÕES DE VALORIZAÇÃO / RECONHECIMENTO			
AÇÃO	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	QTD
Elogio	MJSP	Registro de elogios nos assentamentos funcionais dos servidores.	27
Evento de desenvolvimento de gestão de pessoas – Resultados e Reconhecimento	SE	Palestra *"Resultados e Reconhecimento"*, com entrega de menção honrosa aos servidores pela dedicação, competência, eficiência e disponibilidade no exercício de suas funções, na implementação do Decreto nº 11.103/2022, bem como em razão dos estimáveis e relevantes serviços prestados em prol do MJSP.	54
Elogio	AN	Reconhecimento a servidores pela excelência de desempenho nas atividades laborais demandadas.	2
Elogio	PF	Registro de elogios nos assentamentos funcionais dos servidores.	32
Concessão da Medalha Antônio Felix – Prata e Ouro	PRF	Medalha concedida aos servidores em função do tempo de serviço efetivamente prestado à PRF.	31

Concessão da Medalha Herói das Estradas	PRF	Medalha concedida aos servidores que no exercício de suas funções, em razão delas ou para além de suas atribuições regulamentares, tenham se ferido gravemente ou falecido.	18
Concessão de Medalha de Mérito	PRF	Medalha concedida aos servidores que no exercício de suas funções, em razão delas ou para além de suas atribuições regulamentares, tenham se distinguido por suas atitudes, dedicação, abnegação, capacidade profissional e desenvolvimento de vínculos de cooperação, enobrecendo de forma extraordinária a imagem da PRF junto à sociedade e Instituições.	65

Ações voltadas para o bem-estar no contexto organizacional e das condições de trabalho

Destacam-se as seguintes iniciativas:

AÇÕES PARA BEM-ESTAR ORGANIZACIONAL			
EVENTO	TIPO DE AÇÃO	ÓRGÃO	PARTICIPANTES
Janeiro Branco: Campanha de conscientização sobre a saúde mental (janeiro/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Campanha de Prevenção sobre Covid-19 (janeiro a junho/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Fevereiro Laranja: Campanha de conscientização sobre a leucemia e a importância da doação de medula óssea (fevereiro/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Dia Mundial do Câncer (04/02/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Dia nacional de combate às drogas e ao alcoolismo (20/02/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central

Saúde Mental: Qualidade de Vida – O desafio de se manter leve o ano inteiro (22/02/2022)	Palestra (*on-line*)	SE	122
Dia Internacional das Mulheres e as cores de março - amarelo: endometriose; lilás: câncer de colo interino; e azul-marinho: câncer colorretal (março/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Live Especial: Uma conversa sobre saúde da mulher (29/03/2022)	Palestra (*on-line*)	SE	60
Abril Verde: Campanha de conscientização e prevenção de acidentes de trabalho (abril/2022)	*Campanha (e-mail marketing)*	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Dia mundial da atividade física (06/04/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Live: Doenças Respiratórias Sazonais (19/04/2022)	Palestra (*on-line*)	SE	55
Dia nacional de prevenção e combate à hipertensão arterial (26/04/2022)	Campanha (e-mail marketing)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Maio Roxo: Campanha de conscientização sobre doenças inflamatórias intestinais (maio/2022).	Campanha (*e-mail marketing*).	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Dia do Desafio MJSP: Um movimento pela saúde (25/05/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Saúde como estilo de vida: como incluir práticas saudáveis na rotina diária? (25/05/2022)	*Workshop*	SE	52
Dia do Desafio MJSP: Oficinas de Dança, Muay Thai, Aikido e Capoeira (25/05/2022)	Oficinas realizadas por servidores e colaboradores voluntários	SE	60
Dia do Desafio MJSP: Plantão de Saúde (25/05/2022)	Exames e atendimento de saúde	SE	106

Junho Vermelho: Campanha de conscientização e incentivo à doação de sangue (junho/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Junho Vermelho: Live verdades e mitos sobre a doação de sangue (15/06/2022)	Palestra (*on-line*)	SE	80
Junho Vermelho: Visita para doação de sangue no Hemocentro de Brasília e no Banco de Sangue GSH (13, 21 e 22/06/2022)	Campanha, com transporte gratuito fornecido pelos bancos de sangue	SE	58
Julho Amarelo: Campanha de conscientização sobre as hepatites virais (julho/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Live Saúde Ocular: Principais doenças oculares, sintomas e tratamentos – Como prevenir? (21/07/2022)	Palestra (*on-line*)	SE	63
Plantão de Saúde ocular na DIPS: Exame de Tonometria e orientações (21/07/2022)	Exame e atendimento médico	SE	234
Agosto Dourado: Campanha de conscientização sobre o aleitamento materno (agosto/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Live Reprodução Humana Assistida: Mitos e verdades (18/08/2022)	Palestra (*on-line*)	SE	51
Curso de Jiu-Jitsu (29/08/2022)	Curso ministrado por voluntários	SE	30
Setembro Amarelo: Campanha de prevenção do suicídio (setembro/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Setembro Amarelo: Plantão de Acolhimento Psicológico (14, 21 e 27/09/2022)	Atendimento psicológico presencial e online	SE	20
Setembro Amarelo: Rodas de conversa (14, 21 e 27/09/2022)	Conversa sobre saúde mental	SE	31

Setembro Amarelo: Live Saúde mental e o cuidado multidimensional com a vida (12/09/2022).	Palestra (*on-line*)	SE	57
Setembro Amarelo: Live (Auto)cuidado contínuo com a vida (29/09/2022).	Palestra (*on-line*)	SE	95
Dia Mundial de Combate ao Estresse (23/09/2022).	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Outubro Rosa: Campanha de Conscientização sobre o câncer de mama (outubro/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Dia Nacional de Saúde Bucal (25/10/2022)	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Dia Nacional de Prevenção e combate à Surdez (10/11/2022).	Campanha (*e-mail marketing*)	SE	Todos os servidores do Núcleo Central
Comunicação Não-Violenta: bases e aplicações na era do trabalho remoto.	Curso	SE	15
Experiência Mindfulness	Curso	SE	13
Combate a Covid-19.	Campanha (*e-mail marketing* e mural)	AN	Todos os servidores da unidade
Saúde ao Combate do Coronavírus.	Campanha (*e-mail marketing* e mural)	AN	Todos os servidores da unidade
Conscientização da Endometriose.	Campanha (*e-mail marketing* e mural)	AN	Todos os servidores da unidade
Luta contra as hepatites virais.	Campanha (*e-mail marketing* e mural)	AN	Todos os servidores da unidade

Ansiedade	Campanha (*e-mail marketing* e mural) e Parcerias	AN	Todos os servidores da unidade
Prevenção ao Suicídio	Campanha (*e-mail marketing* e mural) e Parcerias	AN	Todos os servidores da unidade
Prevenções e Orientações Médicas	Campanha (*e-mail marketing* e mural)	AN	Todos os servidores da unidade
Prevenções e Orientações Odontológicas.	Campanha (*e-mail marketing* e mural)	AN	Todos os servidores da unidade
Outubro Rosa - Prevenção ao Câncer de Mama	Campanha (*e-mail marketing* e mural)	AN	Todos os servidores da unidade
Novembro Azul - Prevenção ao Câncer de Próstata	Campanha (*e-mail marketing* e mural)	AN	Todos os servidores da unidade
Conscientização sobre a varíola do macaco	Campanha (*e-mail marketing* e mural)	AN	Todos os servidores da unidade
Ginástica laboral e importância da atividade física	Campanha (*e-mail marketing* e mural) e Parcerias	AN	Todos os servidores da unidade
Pesquisa *"Ação na área de saúde e qualidade de vida no trabalho"*	Diagnóstico	Depen	952
Curso Guardiões da Vida	Palestra	Depen	60
Campanha do Setembro Amarelo	Palestras	PF	580
Dia das Crianças.	Evento com exposição de equipamentos da PF	PF	1.000

Campanha do Outubro Rosa	Palestras	PF	100
Manejo do Estresse na Formação do Policial Federal	Palestra	PF	1.800
Capacitação em Estratégias de Manejo Psíquico em processos Organizacionais	Curso	PF	28
Intervenção Psicossocial em Grupo no COT	Oficinas	PF	100
Acompanhamento Psicossocial de Servidores em Quadros de Adoecimento	Intervenções	PF	120
IV Congresso Nacional de Gestão de Pessoas	Congresso	PF	120
I e II Ciclos de Palestras para Alinhamento Administrativo e Operacional (Roraima)	Palestras	PF	59
IX Curso de Gestão do Equilíbrio Emocional (Goiás)	Curso	PF	20
Semana da Saúde da SR/PF/GO	Palestras e atendimentos	PF	130
Programa de Preparação para Aposentadoria Missão Cumprida (Goiás)	Palestras	PF	22
Patrulha da Saúde	Campanha e Palestra	PRF	9.784
Projeto Vida PRF	Programa de assistência à saúde mental do servidor	PRF	7.974
Projeto Capelania Policial	Programa de assistência religiosa e espiritual	PRF	3.800

Teletrabalho e demais ações voltadas para a maximização do desempenho e da eficiência no contexto em que o órgão atua

No âmbito do MJSP (com exceção do AN, do Depen, da PF e da PRF), o Programa de Gestão e Desempenho - PGD, está em fase de reestruturação, e utilizará como aporte metodológico o modelo referencial de gestão do Dimensionamento da Força de Trabalho, que possibilitará maior assertividade do processo de planejamento, gerenciamento e aferição de resultados da iniciativa. Nesse sentido, o programa será reiniciado a partir de publicação de nova portaria regulamentadora, estruturada com base no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O Arquivo Nacional iniciou a estruturação do PGD e aguarda autorização ministerial para prosseguimento.

O Departamento Penitenciário Nacional retomará a estruturação do PGD no ano de 2023, uma vez que o ano de 2022 esteve mais voltado ao trabalho remoto (como medida de proteção no final do protocolo de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus).

A Polícia Federal, atualmente, conta com 506 servidores em PGD, e já identificou que o grau de comprometimento dos participantes é classificado como *"alto"* e *"excelente"*, com alcance de metas e resultados; aumento na celeridade de execução dos procedimentos; melhoria na qualidade dos produtos entregues; e diversas boas práticas implementadas no âmbito do órgão.

Na Polícia Rodoviária Federal, foi instituído o Programa de Gestão da PRF - PGPRF, por meio da Instrução Normativa nº 88/2022/DG/PRF. Além disso, foi criada a Plataforma de Trabalho Remoto e Visão Sistêmica - PETRVS, sistema informatizado utilizado como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados, desenvolvida com a finalidade de operacionalizar o PGPRF. Por fim, ocorreu a implantação do Banco Nacional de Talentos - BNT, com vinculação das demandas e necessidades derivadas de projetos ou ações previstas nos instrumentos oficiais de planejamento da PRF. Os servidores cadastrados no BNT atuam sob demanda, para qualquer unidade técnica da Corporação, especialmente nas atividades de gerenciamento, execução e acompanhamento de projetos ou ações e supervisão e gerenciamento de equipes alocadas nos projetos ou ações.

Principais Entregas

No âmbito da Secretaria-Executiva, foi realizada a contratação de turma de Mestrado Profissional em Engenharia Elétrica, na área de concentração *"Segurança Cibernética"*, junto à Universidade de Brasília, com disponibilização de 21 vagas para servidores lotados na Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC/SE, 6 vagas para a Polícia Federal, 1 vaga para a Polícia Rodoviária Federal, e 2 vagas para as entidades vinculadas do MJSP. Além disso, no presente exercício, 83 servidores foram beneficiados pelo Programa de Incentivo Educacional – Proeduc.

No Projeto Gestão por Competências, foram disponibilizados novos módulos como Banco de Competências, bem como relatórios gerenciais, de forma a integrar as demais rotinas de gestão de pessoas. A título de exemplo, os processos seletivos passaram a utilizar as informações do Banco de Competências, a fim de recrutar candidatos com perfis mais adequados aos postos a serem providos.

Ademais, houve a implementação de novas trilhas de aprendizagem na plataforma *"EaD Competências"*, sendo que, atualmente, há 15 disponíveis.

Soma-se, ainda, o Dimensionamento da Força de Trabalho, cujo modelo foi desenvolvido pelo Ministério da Economia. Dando continuidade, em 2022, a aplicação da metodologia foi finalizada na Diretoria de Tecnologia da Informação e Informação e na Consultoria Jurídica. Com relação às outras unidades: o Gabinete da Secretaria-Executiva e a Subsecretaria de Administração, encontra-se na fase *"qualitativa"*, ou seja, mensuração das entregas. Já a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos está na fase de mensuração dos esforços. Por outro lado, a Secretaria Nacional de Justiça e a Corregedoria-Geral do Gabinete do Ministro estão finalizando as atividades, as quais serão concluídas com o cálculo e o relatório.

Destaca-se, ainda, a celebração dos seguintes acordos de cooperação: 9º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Administrativa nº 0006/2013/0001, celebrado com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, para exercício temporário neste Ministério e na Polícia Federal; 5º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Administrativa nº 0006/2015/0001, celebrado com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, para exercício temporário neste Ministério e na Polícia Rodoviária Federal; e 2º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Nº 004/2020/NALP/CGGP/SAA/SE, celebrado com a Qualicorp Administradora de Benefícios S/A, para formular, executar e avaliar ações, sem ônus financeiro para o Ministério e vinculadas, de interesse da área de Gestão de Pessoas, voltadas à prestação e à promoção dos serviços de saúde suplementar, e, de qualidade de vida, com prorrogação vigente por 4 (quatro) meses, a contar de 15 de janeiro de 2023.

No Arquivo Nacional, foram realizadas as seguintes entregas: a digitalização do legado das pastas funcionais dos servidores no módulo Assentamento Funcional Digital-AFD; a implementação do SIGEPE-AD; elaboração do PDP - Arquivo Nacional. Além disso, iniciou-se a contratação da empresa para mapear as competências do Arquivo Nacional.

No Depen, foram realizadas as seguintes entregas: a nomeação e posse de 294 Agentes Federais de Execução Penal e 15 Especialistas Federais em Assistência à Execução Penal; a efetivação do concurso de remoção no Departamento Penitenciário Nacional; a contratação por tempo determinado para atender a encargos temporários de obras e serviços de engenharia destinados à construção, à reforma, à ampliação e ao aprimoramento de estabelecimentos penais (residual das vagas); a realização de estudos e apresentação de propostas para a atualização normativa nos seguintes temas: movimentação de pessoal em âmbito nacional; manutenção das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus no retorno ao trabalho; apresentação do projeto piloto para trabalho remoto dos servidores que se encontram em exercício provisório; jornada de trabalho; regras de nomeação de candidatos aprovados e escolha de lotação inicial no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional; e estabelecimento da necessidade de atualização cadastral, funcional e situacional dos servidores que estejam em exercício provisório em outros órgãos da Administração Pública.

Também, houve a prestação de subsídios organizacionais e técnicos nas seguintes áreas estratégicas do órgão: criação de novos cargos de Agente Federal de Execução Penal (futuro Policial Penal Federal), Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal; os subsídios para a instituição da indenização pela flexibilização voluntária do repouso remunerado – IRF; a inclusão dos servidores do Depen no adicional de fronteira; a restruturação organizacional por meio da transformação de DAS, FCPE e FG em Funções e Cargos Comissionados Executivos (FCE e CCE); e o estabelecimento da Polícia Penal Federal, visando atender ao mandamento constitucional trazido pela EC nº 104/2019.

No que se refere às principais entregas relativas à saúde e qualidade de vida dos servidores, foram realizadas análises científicas, com realização de diagnóstico, que subsidiou a institucionalização de uma política específica em âmbito interno, nos termos da Portaria GAB Depen nº 109, de 21 de julho de 2022. Além disso, estabeleceu um programa, composto de 8 ações estruturantes, que buscam estabelecer parâmetros de saúde e segurança do trabalho para os servidores do Departamento, considerando as especificidades do trabalho na execução penal, e ainda a instituição do Programa de Credenciamento de Psicólogos e Psiquiatras; a Instrução processual para a contratação de profissionais (engenheiro e técnico de segurança do trabalho) para a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Atividade Física Institucional.

Na Polícia Federal, destacam-se as seguintes entregas:

- evolução no efetivo de policiais federais em 20% em comparação com o ano de 2018;

- implementação do Plano de Saúde da PF; conclusão e implementação do Sistema de Avaliação e Promoção – SISAP (Módulo Avaliação);

- estudos e proposta normativa para implementação da indenização de sobreaviso que culminou na publicação da Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022;

- desenvolvimento do Manual de Intervenção em Incidente Crítico em Saúde;

- Projeto Vida - disponibilização de BI referente as duas primeiras fases do Projeto Vida, que concentram os registros dos servidores presentes nos sistemas: SIAPE, REMOC, PGD-WEB, Mobilização e Educa;

- Projeto Rosa dos Ventos – prevenção ao suicídio e ao adoecimento mental por meio de abordagens artísticas, culturais e relacionais (em implementação no âmbito da Diretoria de Gestão de Pessoal/PF);

- Projeto Lidera PF - desenvolvimento de programa para identificação e qualificação de líderes da Carreira Policial e do Plano Especial de Cargos (em desenvolvimento); elaboração do Plano Tático-Operacional de Gestão de Pessoas 2023-2024;

- revisão da Arquitetura de Processos – macroprocessos Educação Corporativa e Gestão de Pessoas;

- análise e melhoria do Processo Concessão, Revisão e Controle de Aposentadorias; e

- estudos para readequação da estruturação organizacional da Diretoria de Gestão de Pessoal da PF sem impacto orçamentário.

Na Polícia Rodoviária Federal, foram oferecidos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, credenciados junto ao Ministério da Educação - MEC. Além disso, foram realizadas as seguintes entregas:

- emissão de Carteiras de Identidade Funcionais para os novos servidores;

- implementação do Programa de Gestão da PRF;

- criação do Banco de Horas, com implementação do Sistema de Controle Eletrônico de Frequência;

- convocação de 2.000 candidatos aprovados no concurso público;

- realização de 2 concursos internos de remoção, por meio do Sistema Nacional de Remoções - SISNAR, com mais de 1.600 servidores contemplados;

- gerenciamento do Projeto Vida PRF, com disponibilização de apoio especializado em saúde mental a todos os servidores, contendo 640 profissionais credenciados nas especialidades de psicologia e psiquiatria e com mais de 7.000 mil atendimentos realizados.

Com relação à capacitação, destaca-se:

- criação de 4 cursos de capacitação na área de gestão de pessoas;

- formação do Banco Nacional de Talentos da PRF;

- implementação do Raio X PRF, voltado para gestão de talentos;

- criação da Comissão Nacional dos Direitos das Mulheres;

- desenvolvimento de ações voltadas aos servidores veteranos (aposentados); e

- recomposição do efetivo alcançando em novembro de 2022 a marca de 12.876 policiais, o maior efetivo da história da PRF.

Principais Desafios e Ações Futuras

Dentre os principais desafios para 2023, destaca-se a implementação do Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT em todas as unidades organizacionais do Ministério, tendo como objetivo maximizar o processo de planejamento e aplicação da força de trabalho, e também robustecer a Governança em Gestão de Pessoas da Pasta.

Também, pretende-se concluir o Projeto Estratégico Gestão por Competências. Em relação ao Sistema Competências, estão em desenvolvimento os módulos de gestão da capacitação e avaliação de competências. Quanto ao EaD Competências, 6 trilhas de aprendizagem estão em fase de desenvolvimento e design instrucional para disponibilização.

Além disso, visa-se o aperfeiçoamento do Portal CGGP com a disponibilidade de painéis de monitoramento e acompanhamento (*Business Intelligence* – BI) relacionados à temática Gestão de Pessoas, tais como: distribuição de limites para reembolso de despesas com pessoal requisitado; gestão de recurso orçamentário-financeiro de pes-

soal; Programa de Gestão e Desempenho; dentre outros.

O Arquivo Nacional planeja finalizar as digitalizações dos dados funcionais/pessoais dos servidores no Assentamento Funcional Digital - AFD; implementar o PGD; concluir o mapeamento de competência; e implementar o dimensionamento da força de trabalho.

O Departamento Penitenciário Nacional pretende implementar o Plano de Gestão de Pessoas e a regulamentação da Polícia Penal Federal.

A Polícia Federal tem o objetivo de propor normativos para regulamentar as seguintes temáticas: o aumento de parcela de participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar (*"per capita"*) destinada aos servidores da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Departamento Penitenciário Nacional; a criação de Gratificação por Exercício de Atividade em Local de Risco para servidores do PEC; progressão e a promoção na carreira policial federal, em especial quanto à quebra de interstício para punição disciplinar; alteração de dispositivos normativos que regulamentam a progressão e a promoção na carreira policial federal, em especial quanto à quebra de interstício para punição disciplinar; a revisão, pelo Ministério da Economia, dos critérios para seleção dos municípios tidos como localidades estratégicas em relação à Lei nº 12.855/2013, a fim de ampliar o rol das localidades arroladas na Portaria nº 455/2017-MPDG; reajuste do valor da indenização de fronteira; instituição da indenização por morte ou invalidez permanente de servidores ocupantes de cargos das carreiras da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional, vitimados em decorrência da atividade profissional.

Além disso, pretende implementar nacionalmente o Projeto Rosa dos Ventos, que visa à prevenção ao suicídio e ao adoecimento mental por meio de abordagens artísticas, culturais; o Projeto Lidera PF, com desenvolvimento de programa para identificação e qualificação de líderes da Carreira Policial e do Plano Especial de Cargos; o dimensionamento da força de trabalho; e o desenvolvimento do Projeto de Trilhas Funcionais.

A Polícia Rodoviária Federal estabelece como metas: a expansão do Projeto VIDA-PRF, com a inclusão de mais 6 especialidades da área da saúde (Cardiologia, Ortopedia, Oftalmologia, Ginecologia, Nutrição e Educação física); a modernização da carreira Policial Rodoviário Federal; a instituição do seguro de vida; e a ampliação do rol das localidades estratégicas de fronteira ou de difícil fixação de efetivo, bem como propor alteração da EC nº 103/2019, no tocante à previdência do policial rodoviário federal.

VI - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

Nas aquisições realizadas, foram observados critérios e práticas de sustentabilidade e de acessibilidade nas contratações públicas, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela Advocacia Geral da União - AGU.

As equipes de contratação adotaram práticas mais diligentes para o reconhecimento quanto à procedência dos materiais, conteúdo reciclável, fonte não poluidora, certificações de extração e emissão de radiação e nível de ruído nas contratações.

Todas as contratações inerentes à tecnologia da informação observaram as normas gerais de sustentabilidade ambiental e atuaram em conformidade com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Ações para Redução do Consumo de Recursos Naturais

Quantidade de resmas de papel consumidas em 2019, 2020, 2021 e 2022

Unidade	2019	2020	2021	2022
AN	1.670	357	614	807
DEPEN		210	220	190
MJSP e SEGEN	55.038	10.156	12.427	2.425
PF	2.203	1.144	1.119	912
PRF	14.358	6.538	6.538	2.852

Fonte: CGDS/SAA/SE

Consumo de energia elétrica (em R$ e kWh) 2019, 2020, 2021 e 2022

Ano	2019	Coluna1	2020	Coluna2	2021	Coluna3	2022	Coluna4
Unidade	R$	KWh	R$	KWh	R$	KWh	R$	KWh
AN	4.059.923,97	5.199.594	3.862.079,10	4.002.891	4.020.163,71	4.208.586	3.896.872,05	4.011.225
DEPEN	406.110,85	487.450	363.744,24	471.240	361.303,00	428.740	349.023,77	414.168
MJSP e SEGEN	3.724.154,92	4.617.857	2.921.582,59	3.819.234	3.302.124,86	3.924.164	2.785.096,74	3.199.057
PF	1.501.669,18	1.938.857	1.230.387,74	1.669.375	1.342.957,81	1.670.888	1.168.380,88	1.209.736
PRF	15.032.636,49	17.771.702	14.718.307,76	19.330.040,00	17.481.889,87	19.159.704	12.956.506,08	13.897.488

Fonte: CGDS/SAA/SE

Consumo de água (em R$ e m^3) 2019, 2020, 2021 e 2022

Ano	2019	Coluna1	2020	Coluna2	2021	Coluna3	2022	Coluna4
Unidade	M³	R$	M³	R$	M³	R$	M³	R$
AN	21672	R$506.930,50	21222	R$590.928,25	23.811	R$532.568,03	19.360	R$486.962,64
DEPEN	3516	R$89.827,01	2268	R$61.775,68	1.865	R$52.586,29	1.903	R$53.681,98
MJSP e SEGEN	24371	R$628.751,34	16.451	R$468.031,20	19.805	R$581.975,30	20.850	R$611.338,76
PF	10743	R$274.411,28	10.779	R$305.253,70	8.263	R$243.830,33	9.636	R$280.457,84
PRF	213889	R$1.779.671,22	987.977	R$2.485.432,76	117.443	R$2.544.089,21	262.539	R$2.181.890,76

Fonte: CGDS/SAA/SE

No que tange aos esforços derivados do Decreto Presidencial 10.779, de 25 de agosto de 2021, em que esta Pasta adotou uma série de ações para reduzir o uso de energia elétrica e promover o consumo consciente, salienta-se que o Ministério constituiu a Comissão Interna de Conservação de Energia para implementar as medidas nos prédios sob sua gestão direta, já naquele ano de 2021.

Entre as ações, destacam-se:

- Redução do tempo de funcionamento das cascatas e da iluminação externa do Palácio da Justiça;

- Limitação do tempo de funcionamento de todos os aparelhos de ar-condicionado e do sistema de ar-condicionado central do Palácio da Justiça;

- Desligamento antecipado das luzes dos corredores e demais áreas comuns dos edifícios do MJSP na Esplanada; e

- Divulgação de vedações e/ou cuidados em relação ao uso de equipamentos pessoais, elétricos ou eletrônicos, no âmbito das Dependências do MJSP.

Ainda, a Comissão Interna de Conservação de Energia - MJSP (Cice-MJSP) promoveu a campanha interna *"Se Liga e Desliga"*, para que servidores ajudassem na redução do consumo com ações simples, como desligar o computador e evitar deixá-lo em *stand-by*, tirar o celular da tomada ao terminar a carga e desligar as luzes dos banheiros ao se retirar. A meta definida de redução, para os meses de setembro de 2021 até abril de 2022, foi de 10% a 20% relacionados à média de consumo dos mesmos meses nos anos de 2018 e 2019, e nos casos de não atingimento da meta, a divulgação dos dados foi acompanhada de justificativa. Nesse diapasão, o MJSP ficou bem próximo à meta do Governo Federal de redução do consumo de energia, conforme se depreende dos dados referentes aos edifícios Sede, Anexo I e II, Arquivo Central, estacionamento da Via N2, Batalhão Escola de Pronto Emprego no Gama e Depósito Suprimentos no Cruzeiro (todos localizados no Distrito Federal), conforme quadro:

Mês/Ano	Média 2018/2019 (Kwh)	Resultado 2021 (Kwh)	Redução Obtida (%)	Justificativa de não alcance da meta de 10%
Set/2021	399.909	343.599	14,08	Meta alcançada
Out/2021	464.263	442.959	4,59	Incremento de atividades presenciais, com o retorno de boa parte dos agentes públicos que estavam em trabalho remoto por conta da pandemia, tem levado ao aumento de consumo de energia elétrica.
Nov/2021	453.708	420.193	7,39	Além da continuidade do retorno às atividades presenciais, tivemos a instalação da equipe do Arquivo Central em uma nova área, e o aumento das capacitações na Força Nacional no Gama-DF, por razão do incremento do número de servidores mobilizados e de ações de segurança pública.
Dez/2021	397.997	379.751	4,58	Retorno gradual de servidores que ainda estavam em regime de trabalho remoto, além do alto consumo gerado pelo funcionamento da climatização com portas e janelas das salas abertas, em atendimento às recomendações para controle da Covid-19.
Jan/2022	410.375	405.507	1,00	O aumento do consumo de energia continuou relacionado ao retorno gradual de servidores que ainda estavam em regime de trabalho remoto, além do alto consumo gerado pelo funcionamento dos aparelhos de climatização com portas e janelas das salas abertas, em atendimento as recomendações para controle da Covid-19.
Fev/2022	462.767	376.812	19,00	Meta alcançada
Mar/2022	396.590	347.883	12,28	Meta alcançada
Abr/2022	448.848	389.586	13,00	Meta alcançada
Médias Totais	429.307	388.286	9,49	

O retorno ao trabalho presencial dos agentes públicos, após período remoto por conta do controle da pandemia de Covid-19, impactou consideravelmente as ações de economia de energia elétrica, mas o esforço foi recompensado com economia considerável de 9,49%.

Redução de Resíduos Poluentes

Em 2022, a gestão de resíduos sólidos e a correta destinação de resíduos orgânicos, indiferenciados, poluentes e recicláveis foi gerida por meio da atuação eficiente das equipes de fiscalização contratual das unidades desta Pasta.

O MJSP permaneceu diligente na elaboração de termos de referência, contratos e congêneres para inclusão de cláusulas contratuais que promovam redução de resíduos poluentes conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela AGU.

O AN preconizou o uso racional de água com a substituição gradual das torneiras comuns por temporizadas, instalou dois bicicletários para incentivo do transporte não poluente e realizou a troca de 3.404 (três mil quatrocentos e quatro) lâmpadas comuns por modelos mais eficientes.

Destaca-se a iniciativa da PRF de implementar na Sede da 3ª Delegacia, na cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte, uma usina solar fotovoltaica para a geração de 35 KWP.

Ainda, no âmbito dos órgãos deste MJSP, são adotadas medidas sistemáticas e permanentes com vistas à redução de resíduos poluentes, tais como:

• Política de separação e reutilização de materiais recicláveis;

• Atualização permanente dos bens e materiais por meio da substituição por produtos similares de menor impacto ambiental.

Principais desafios e ações futuras

Em 2023, pretende-se dar continuidade ao aprimoramento de cláusulas sustentáveis nos processos de aquisição de bens e serviços continuados. Além disso, almeja-se iniciar o projeto de alteração estrutural da caixa de elevadores do Anexo II do MJSP, para garantir acesso total ao prédio aos usuários com mobilidade reduzida. Está previsto para 2023, a contratação de empresas especializadas para confecção de placas de sinalização em braile e do projeto de acessibilidade para o Palácio da Justiça e Anexos, onde é fundamental compatibilizar as intervenções necessárias para garantir a mobilidade e acessibilidade com a preservação do patrimônio público tombado pelo IPHAN.

O Depen almeja implementar junto aos servidores a cultura da separação de resíduos sólidos, contribuindo para a efetivação da logística sustentável.

O AN tem envidado esforços na adoção e elaboração de projetos que visem a redução do consumo de energia elétrica por meio da substituição de máquinas mais eficientes para o sistema de climatização e automação. O principal desafio são os altos investimentos necessários para a implantação dos projetos.

Sob o aspecto geral da diminuição da emissão de carbono na atmosfera por parte da PRF, temos:

- Captação e geração de energia limpa para a produção das obras e utilização das instalações físicas;

- Desenvolvimento de projetos que especifiquem a execução de obras e aplicação de insumos e produtos certificados sob o aspecto ambiental;

- Adequação das edificações em uso para a certificação do selo Procel de energia;

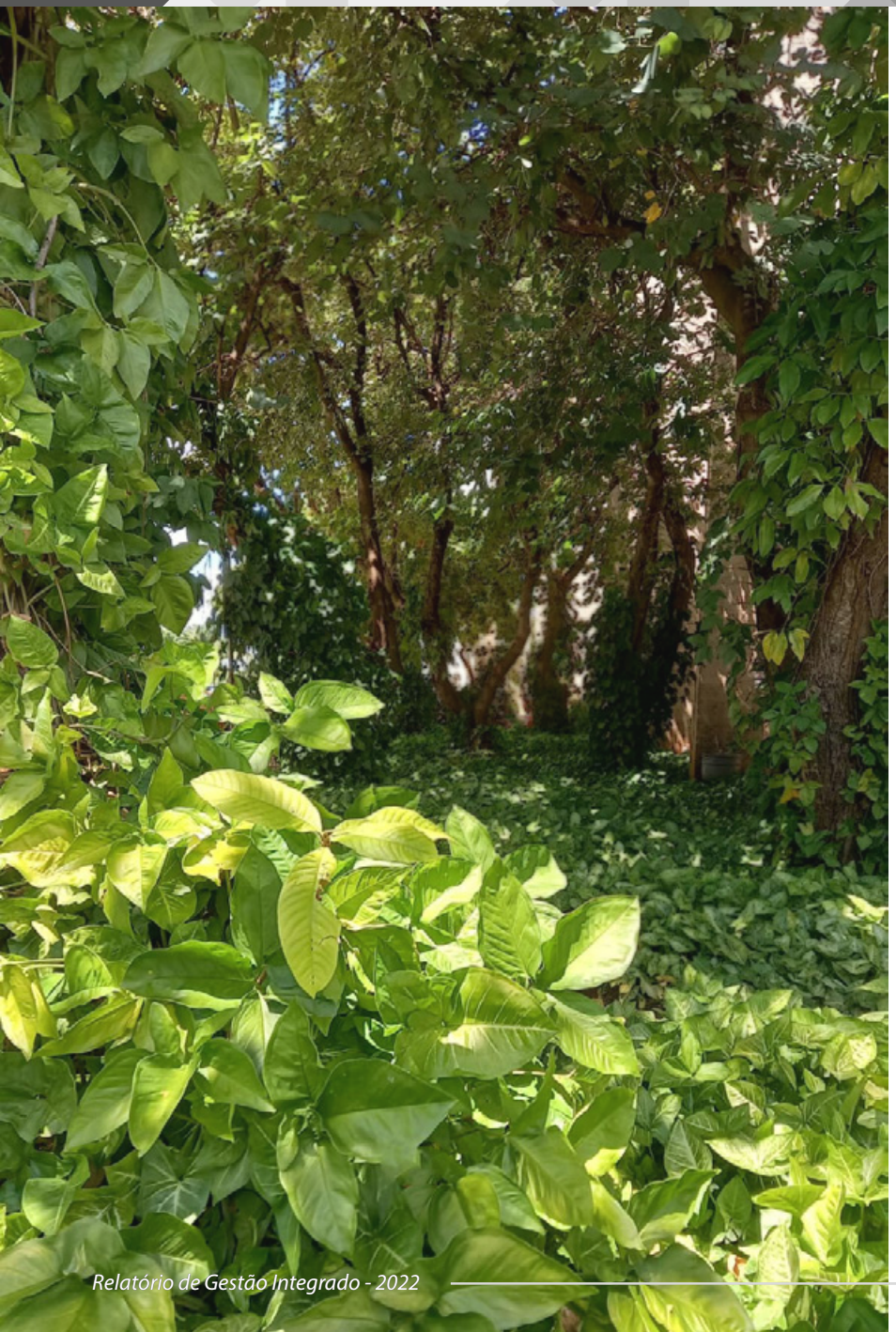
- Execução de obras com produção de resíduos mínimos;

- Desenvolvimento de projetos e execuções de obras cada vez mais padronizadas, buscando aperfeiçoar métodos construtivos e esforços nas contratações públicas;

- Estabelecimento de soluções tecnológicas para as edificações que possibilitem a interface com outros equipamentos e usos ambientalmente renováveis; e

- O ano de 2022 foi importante para consolidar as tratativas para elaboração de Planos de Logística Sustentável.

- PLS, restando tramites da Minuta de Portaria PLS - diretrizes e Minuta de Portaria PLS - implantação da Comissão Gestora. Estão em fase final o PLS dos prédios do Palácio da Justiça, Anexo I e Anexo II, do Edifício Sede do Depen, ambos em Brasília-DF, e normas que abrangem práticas sustentáveis nos prédios da PF.



Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O MJSP tem realizado ações para adequar suas instalações às normas de acessibilidade. Dentre essas ações destaca-se a contratação do projeto de alteração estrutural da caixa de elevadores do Anexo II, a qual possibilitará que os elevadores acessem o 2° subsolo da referida edificação, atualmente acessado somente por escada, garantindo assim acesso total ao prédio aos usuários com mobilidade reduzida. Ainda no sentindo de trazer mais acessibilidade ao órgão, é previsto para 2023 contratações de empresas especializadas para confecção de placas de sinalização em Braille e do projeto de acessibilidade para o Palácio da Justiça e Anexos.

Destaca-se que a nova sede do Depen atende todas as normas de acessibilidade por se tratar de um edifício moderno. Em relação ao Arquivo Nacional, é previsto para 2023 a continuidade do Programa de Requalificação do Arquivo Nacional (PRA), que visa a elaboração de projetos executivos para atender a Superintendência Regional localizada em Brasília e no Rio de Janeiro. Estes conterão cláusulas de eficiência para uso racional dos recursos e acessibilidade nas instalações.

A PRF conta hoje com 384 imóveis total ou parcialmente acessíveis, o que representa 61% dos imóveis. Acrescentamos que, após a publicação da Portaria Interministerial 323/2020 (27800240), foram investidos R$ 169.538,56 para a realização de estudos contendo laudos de acessibilidade nas unidades. No ano corrente, foram investidos R$ 100.000,00 para adequações de acessibilidade em infraestrutura predial. Por fim, em todas as contratações de obras e serviços de engenharia, o órgão fomenta o atendimento às normas de acessibilidade vigentes.

VII - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Modelo de governança de Tecnologia da Informação do MJSP, PF, PRF e AN tem como principais instâncias o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação do MJSP, o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da PRF e o Comitê de Governança em Telemática da PF, responsáveis por, dentre outros, deliberarem sobre a execução das estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, revisão periódica do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, acompanhamento de projetos, processos e indicadores, aprovação de planos, políticas, normas e procedimentos TIC.

As áreas de TIC do MJSP, PF e PRF seguem uma série de normativos que visam manter a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação: regulamentos e guias elaborados pelo Governo Federal, Órgãos de Controle, Ministério da Economia, como por exemplo a Lei 8.666, de 1993, e as Instruções Normativas IN-01/2019-ME e IN-05/2017-MP, orientam fluxos de contratações e uma gama de procedimentos de TIC que subsidiam a qualidade em sua gestão.

Montante de Recursos Aplicados em Tecnologia da Informação e Comunicação

Os dados apresentados abaixo demonstram os valores empenhados em despesas de TIC (em milhões de reais) no âmbito do MJSP (Administração Direta, FDD, Funpen, FNSP e Funad, excluindo o Cade e a Funai por realizarem relatórios próprios), PF, PRF e AN no que tange ao indicador do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, que identifica os gastos de TI pelas naturezas de despesas.

VALORES EMPENHADOS (em milhões R$)						
ÓRGÃO	2021			2022		
	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Total
MJSP	134,2	55,9	190,1	142,5	54,7	197,2
Arquivo Nacional	4,4	2,9	7,3	4	0,1	4,1
PRF	99,9	11	110,8	101,8	0,4	102,2
PF	86,9	60,1	147	104,5	25	129,5
Total Geral	325,4	127	455,2	352,8	80,2	433

Contratos mais Relevantes de Recursos de TIC (vigentes em 2022)

Entre as contratações relevantes referentes à Tecnologia da Informação – TI destacam-se as de sustentação de sistemas, suporte de infraestrutura e serviços de fábrica de *softwares*, subscrição de *softwares* e sistemas, atendimento aos usuários, fornecimento de equipamentos etc.

UNID	CONTRATADO	DESCRIÇÃO	VALOR
MJSP	Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRAS	Serviços de Transmissão de Dados por Rede MPLS e de Acesso à Internet	R$ 10.078.089,77
MJSP	CLARO S.A.	Serviços de TV por Assinatura	R$ 130.736,52
MJSP	ACECO TI S.A.	Manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura de Sala-Cofre localizada no Centro Integrado de Comando e Controle - CICCN	R$ 1.352.699,74
MJSP	AMÉRICA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA	Suporte de Storages EMC e NetApp e Equipamentos de rede SAN	R$ 359.085,55
MJSP	Simpress Comércio de Locação e Serviços S.A.	*Outsourcing* de Serviços de Impressão	R$ 733.549,49
MJSP	3CORP TECHNOLOGY S/A INFRAESTRUTURA TELECOM	Suporte a Central Telefônica PABX IP Alcatel	R$ 565.719,60
MJSP	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Serviço de *Service Desk*, atendimento de 1º, 2º e 3º níveis e suporte à Infraestrutura de TIC	R$ 8.022.746,14
MJSP	SUPORTE INFORMÁTICA SOLUÇÕES LTDA	Serviços de suporte para Tape Library LTO-8 utilizada para backup em fita	R$ 30.076,91
MJSP	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Serviços de Computação em Nuvem Oracle	R$ 2.062.329,02
MJSP	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	Serviços de Infovia Brasília	R$ 1.920.048,00
MJSP	MCR Sistemas e Consultoria LTDA	Subscrições de *Softwares* Adobe (Creative Cloud, Creative Cloud Single App, Acrobat Pro)	R$ 339.604,00
MJSP	TELTEC SOLUTIONS LTDA	Subscrição de *Software* para Balanceamento de tráfego de aplicações, segurança e inspeção de tráfego SSL	R$ 1.325.079,00

MJSP	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	Certificados Digitais ICP Brasil	R$ 108.499,50
MJSP	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	Subscrição de *Softwares* Microsoft	R$ 13.473.789,43
MJSP	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	Serviços de Computação em Nuvem Microsoft Azure	R$ 5.608.156,75
MJSP	ACECO TI S.A.	Manutenção preventiva e corretiva de Sala Cofre localizada na Sede do MJSP (Anexo II)	R$ 656.214,00
MJSP	CLARO S.A.	Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC)	R$ 53.716,27
MJSP	TIM S.A.	Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP)	R$ 131.505,96
MJSP	ALFA TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA EM REDE LTDA	Serviços de infraestrutura Física para implantação da Infovia	R$ 571.369,15
MJSP	META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A.	Fábrica de *Software*	R$ 26.144.441,60
MJSP	DELTAPOINT CONSULTORIA E TREINAMENTOS EIRELLI	Fábrica de Métricas	R$ 1.400.000,00
MJSP	GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA	Empresa especializada em fornecimento de licenças anuais para acesso a bases de conhecimento de pesquisas de mercado em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, aconselhamento imparcial em TIC	R$ 2.319.320,40
MJSP	ULTRA ELECTRONICS FORENSIC TECHNOLOGY	Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB	R$ 3.858.317,02
MJSP	BK Tecnologia da Informação LTDA	Solução de Nuvem Privada em Ambiente Seguro	R$ 471.875,00
MJSP	Harpia Tecnologia LTDA	Solução de Inteligência em Fontes Abertas, Mídias Sociais, *Deep* e *Dark Web*	R$ 326.250,00
MJSP	TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA	Aquisição de atualização de licenças perpétuas completas de Software de Extração de Dados de Dispositivos Móveis	R$ 5.197.596,00
MJSP	TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA	Solução de Inteligência para Análise de Extração de Multiplataformas Local	R$ 799.139,62
MJSP	CREDILINK INFORMAÇÕES DE CRÉDITO LTDA	Ferramenta para Busca e Localização de Pessoas (físicas e jurídicas) e Confirmação de Óbitos	R$ 12.247,20
MJSP	ABSOLUT TECHNOLOGIES PROJETOS E CONSULTORIA LTDA	Aquisição de Equipamentos para Videoconferência	R$ 68.220,00
MJSP	XP ON CONSULTORIA LTDA	Aquisição de Equipamentos para Videoconferência	R$ 945.813,00
MJSP	UNIFY - SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTD	Aquisição de Equipamentos para Videoconferência	R$ 883.050,00
MJSP	PTLS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA	Aquisição de Equipamentos para Videoconferência	R$ 105.332,92

MJSP	INFOSEC Tecnologia da Informação LTDA - ME	Empresa especializada para fornecimento e instalação de Solução de Auditoria e Gerenciamento de Serviços do AD (Microsoft Active Directory), Servidor de Arquivos (Microsoft File Server), Correio Eletrônico (Microsoft Exchange Server), Solução de Portal de Permissionamento Automático, Solução de Classificação de Dados Sensíveis e Solução de Análise em tempo real e prevenção de comportamentos suspeitos, incluindo treinamento para operacionalização do *software*, bem como execução de serviços de planejamento, implementação e testes, além de transferência de conhecimentos e operação assistida, com garantia (manutenção e suporte técnico	R$ 814.655,33
MJSP	GEN3 Tecnologia da Informação	Solução de análise de segurança em aplicações *Web*	R$ 376.020,00
MJSP	Teltec Solutions LTDA	Plataforma de avaliação de vulnerabilidades e auditoria de configura ções de ativos de rede	R$ 5.117.013,00
MJSP	ISH Tecnologia S/A	Empresa especializada para o fornecimento de Serviço de Centro de Operações de Segurança (*Security Operations Center* - SOC) com funcionamento e suporte 24h por dia e 7 dias por semana, Serviço de tratamento e resposta aos incidentes cibernéticos - CSIRT - *Blue Team*.	R$ 2.297.999,76
MJSP	Kryptus Seguranca da Informacao S.A	Empresa especializada, para o fornecimento de Serviço de teste de invasão - *Red Team*	R$ 1.500.000,00
PRF	ALGAR TI Consultoria S.A	Suporte a Infraestrutura de TI	R$ 5.215.479,05
PRF	LOGIKS Consultoria e Servicos em Tecnologia da Informacao LTDA	Suporte a Ambientes de BI	R$ 12.854.624,64
PRF	CTIS Tecnologia S.A.	Fábrica de *Software*	R$ 4.131.600,94
PRF	IBRTEC - Instituto Brasileiro de Tecnologia e Inovação	Serviços de Engenharia para Radio Comunicação	R$ 1.583.070,92
PRF	TERADATA - TRDT BRASIL TECNOLOGIA	Serviços Técnicos Especializados	R$ 1.109.369,91
AN	ADD VALUE Participações Comércio e Serviços de Informática LTDA.	Aquisição de módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault *backup* e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem, com garantia de manutenção e suporte técnico.	R$ 137.036,78
AN	GREEN4T SOLUÇÕES TI S.A.	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva programada e corretiva com fornecimento integral de peças quando necessário e monitoramento em tempo real do ambiente de segurança de alta disponibilidade, denominado Sala-Cofre, certificada conforme norma ABNT-NBR-15247:2004.	R$ 554.000,00
PF	STEFANINI Consultoria e Assessoria PF em Informatica S.A	Fábrica de *softwares* (Grupo 02) – Contrato 02/2020	R$ 19.747.200,00
PF	CENTRAL IT Governança Corporativa	Suporte de Infraestrutura – Contrato 12/2020	R$ 12.981.055,50
PF	CLARO S.A	Serviços de Telecomunicações (RedeWan) – Contrato 05/2019	R$ 11.236.631,85
PF	TELTEC SOLUTIONS LTDA	Subscrição de plataforma de gestão de vulerabilidades e auditorias de configurações de ativos de rede – Contrato 07/2021	R$ 1.754.650,00

PF	INGRAM MICRO BRASIL LTDA	Subscrições das versões Enterprise e serviços de gerenciamento técnico de conta e consultoria técnica especializada – Contrato 13/2019	R$ 5.872.340,70
PF	RESOURCE TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA	Fábrica de *softwares* (Grupo 01) – Contrato 03/2020	R$ 20.023.950,00
PF	DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Serviços de Manutenção de Backup e Storage – Contrato 05/2018	R$ 2.762.252,64
PF	GREEN4T	Manutenção da Sala Cofre – Contrato 03/2018	R$ 1.684.940,74
PF	FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Antivírus e antispam Contrato 11/2017 – Vigência até 09/06/2022	R$ 1.560.000,00
PF	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A	Serviço de emissão de certificados digitais e carimbos de tempo de tempo – Contrato 16/2017	R$ 770.140,00
PF	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Serviço de Suporte Avançado ao Cliente – Contrato 07/2020	R$ 831.517,18
PF	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Serviço de Banco de Dados em Nuvem Privada – Contrato 06/2020	R$ 7.296.692,96
PF	SITA INC DO BRASIL LTDA	Transmissão segura de dados de vôos API e PNR – Contrato 09/2018	R$ 1.733.342,37
PF	IBM BRASIL - INDÚSTRIA MÁQUINAS E SERVIÇOS LIMITADA	Licença ZOS – Contrato 06/2019	R$ 2.989.669,23
PF	NTSEC SOLUÇÕES EM TELE INFORMÁTICA LTDA	Subscrição de solução de análise dinâmica em aplicações *Web* (WAS) – Contrato 06/2021	R$ 412.000,62
PF	FATTO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA	Aferições de Métricas – Contrato 05/2021	R$ 1.128.655,44
PF	GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS	Bases de conhecimento de TIC. 03/2021	R$ 1.107.300,00
PF	CONSÓRCIO IAFIS/IDEMIA	Solução ABIS – Contrato 01/2021	R$ 39.970.099,33
PF	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	*Hardware* e *Software* – Contrato 02/2022	R$ 8.820.240,96
PF	CTIS	Gerência de Projetos de TIC – Contrato 04/2018	R$ 545.457,82
PF	TOCATTO	Suporte Técnico para o QlikSense e ferramentas adicionais – Contrato 14/2018	R$ 1.483.939,12
PF	INGRAM MICRO BRASIL LTDA.	Red Hat Enterprise e Jboss – Contrato 10/2020	R$ 520.979,14
PF	UNITECH RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	Manutenção AFIS – Contrato 14/2020	R$ 212.400,00
PF	VS DATA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA.	MQ Series. Contratação de serviço de atualização e suporte técnico do *Software* – Contrato 08/2021	R$ 21.051,19
PF	KA SOLUTION INFORMÁTICA LTDA.	Fornecimento de treinamentos oficiais na área de segurança da informação – Contrato 09/2021	R$ 245.000,00
PF	4 BUSINESS SOLUTIONS CONSULTORIA S/A.	Contratação de serviços de autoridade para emissão de certificados digitais – Contrato 10/2021	R$ 1.056,00
PF	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA.	Aquisição de *Software* - Licença perpétua – Contrato 15/2021	R$ 267.240,00
PF	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA.	Licenças de *software* (Subscrição de *softwares* Microsoft 365 e outros) – Contrato 01/2022	R$ 20.116.262,87
PF	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA.	Licenças de *software* (Subscrição de *softwares* Microsoft 365 e outros) – Contrato 03/2022	R$ 1.698.848,40
PF	OI TELECOM	Solução de tecnologia da informação e comunicação (Links E1) – Contrato 04/2022	R$ 506.175,15
PF	CA PROGRAMAS DE COMPUTADOR	Serviço de licenciamento do *software* CA Spool Package – Contrato 06/2022	R$ 276.557,09
PF	SERPRO	Conexão INFOVIA (DF), Internet – Contrato 07/2022	R$ 5.497.280,64

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TIC POR CADEIA DE VALOR DO MJSP

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Acompanhamento dos indicadores dos processos de trabalho que suportam a gestão de TIC	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Monitoramento da cadeia de prestação de serviços de TIC por meio de indicadores em painéis analíticos que foram construídos pra permitir o acompanhamento por parte da gestão de TIC.
Serviço de Monitoramento contínuo e 3ª Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2021-2023	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Monitoramento da execução do PDTIC visando ao acompanhamento da implementação das ações de TIC e a entrega dos serviços com o objetivo de atender às estratégias e aos objetivos do órgão.
Estudo e apresentação da nova sistemática de priorização das Necessidades e Ações do PDTIC	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Aplicação de priorização do atendimento das Necessidades e Ações de TIC segundo critérios técnicos, objetivos e estratégicos, com a aplicação das Filas de Atendimento, ou seja, a priorização é estabelecida com base no tipo de demanda.
1ª Revisão e serviço contínuo de Monitoramento do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC 2021-2023.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Monitoramento da execução do PETIC visando ao acompanhamento do alcance das metas relacionadas aos objetivos estratégicos de TIC vinculados aos objetivos estratégicos institucionais.
Desenvolvimento da Carteira de Identidade Nacional	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Padronização de impressão da Carteira de Identidade Nacional realizando apoio aos Institutos de Identificação estaduais, no âmbito do projeto piloto de emissão dos documentos.
Realização da 1ª Reunião Técnica de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de Segurança Pública	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Divulgação do conhecimento sobre temas de relevância e projetos de TIC desenvolvidos pela DTIC de forma a promover a integração com diversas instituições da Segurança Pública.
Formalização do Termo de Execução Descentralizada entre a UnB e o MJSP	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Disponibilização do edital para o mestrado profissional em Engenharia Elétrica, na área de concentração Segurança Cibernética, linha de pesquisa Ciência e Engenharia de Dados para profissionais de segurança pública.
Certificações em Segurança da Informação	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Certificação de servidores que atuam na área de Segurança da Informação para fazer frente ao aumento das ameaças cibernéticas.
Implantação do projeto DTIC em Números	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Capacitação dos servidores das áreas de negócios do MJSP na ferramenta PowerBI de forma a possibilitar o desenvolvimento de painéis de dados de forma autônoma e supervisionada pela DTIC/SE/MJSP.

Estruturação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Realização de estudo confrontando os planos anteriores visando identificar oportunidades de ajustes no PDP 2023.
Estruturação do Relacionamento Negocial MJSP	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Promoção da integração da área de TIC com as demais áreas de negócio do MJSP de forma a prestar apoio técnico para as demandas de TIC do órgão.
Desenvolvimento do Portal da 1ª Reunião Técnica dos Gestores de TIC de Segurança Pública	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Desenvolvimento de um portal web utilizando tecnologia inovadora com o intuito de divulgar a realização do evento e permitir a inscrição dos participantes, com fluxos automatizados para envio de certificados, materiais e informes.
Desenvolvimento do Portal Denúncia Combustível	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Desenvolvimento de um portal *web* utilizando tecnologia inovadora para preenchimento de formulário de denúncia de postos de combustível que não seguem o Decreto nº 11.121, de 06 de julho de 2022, com envio de imagem e fluxos automatizados e painel de BI.
Implantação do suporte automatizado para cliente Córtex	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Desenvolvimento de chatbot para atendimento automatizado de *help desk*, SAC, com fluxos automatizados para cadastro e consultas.
Desenvolvimento do Portal Brasil MAIS	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Desenvolvimento de um portal web utilizando tecnologia inovadora para inscrição de aderentes ao Programa Brasil MAIS e envio de bases de dados ao MJSP em contrapartida.
Desenvolvimento do Denúncia Telemarketing	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Desenvolvimento de fluxo automatizado e painel de BI para o monitoramento e envio de denúncias aos estados.
Desenvolvimento do PDTIC na Prática	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Desenvolvimento de Página Sharepoint do PDTIC na Prática com informes e desenvolvimento de vídeos interativos explicativos.
Disponibilização do Ambiente Integrado CGTFF - Segen	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Automatização de dados compartilhados entre os Estados da federação para celeridade no preenchimento das informações e centralização de comunicação com fluxos automatizados e criação de grupo Teams para configurar os requisitos.
Consultoria Técnica na Contratação de *Software* de Prevenção de Plágio para Análise dos Conteúdos Textuais	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Contratação proposta pela Segen. Foram realizados os estudos da contratação com dispêndio do tempo dos servidores DTIC em iniciativas complexas.
Consultoria Técnica na Contratação de *Software* de Sistema Contábil	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Contratação proposta pela Segen. Foram realizados os estudos da contratação com dispêndio do tempo dos servidores DTIC em iniciativas complexas.

Consultoria Técnica na Aquisição de Equipamentos Eletrônicos Via Satélite / *"Telefonia Satelital"*	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Contratação proposta pela Seopi. Foram realizados os estudos da contratação com dispêndio do tempo dos servidores DTIC em iniciativas complexas.
Consultoria Técnica na Aquisição de *Software* de Análise de Blockchain	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Contratação proposta pela Seopi. Foram realizados os estudos da contratação com dispêndio do tempo dos servidores DTIC em iniciativas complexas.
Portal de Consultoria Jurídicas Senajus	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Desenvolvimento de página do Sharepoint para busca e acesso às manifestações jurídicas produzidas por esta Consultoria Jurídica em arquivos PDF.
Análise de vulnerabilidades de ativos e sistemas web por meio de soluções de vulnerabilidades contratadas.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Identificação de vulnerabilidades de segurança em ativos e sistemas *web*.
Serviço de Centro de Operações de Segurança (SOC) e Serviço de tratamento e resposta aos incidentes cibernéticos - CSIRT - *Blue Team*.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Estruturação da área de segurança da informação e comunicação para fazer frente ao aumento das ameaças cibernéticas e proteção dos ativos e sistemas do Ministério.
Serviço de teste de invasão - *Red Team*	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Identificação, mapeamento, documentação e controle de possíveis vulnerabilidades nos sistemas, processos e ativos de infraestrutura tecnológica.
Campanhas de conscientização	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Avaliação do nível de conscientização acerca dos riscos associados a Segurança da Informação e Comunicação.
Simulações de *Phishing*	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Avaliação do nível de suscetibilidade dos riscos associados a ataques de Phishing.
Contratação de Equipamentos de Infraestrutura para expansão da Capacidade de Processamento e Armazenamento de Dados dos Datacenters do MJSP	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Modernização e ampliação da capacidade operacional dos datacenters do MJSP, disponibilização de infraestrutura dedicada para ambiente de *disaster recovery* e viabilização da adoção de modelo operacional de *cloud* para a infraestrutura on premises do órgão.
Contratação de Serviços de Suporte Especializado Premier da Microsoft (Inexigibilidade)	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Ação que visa dotar o Ministério da Justiça de suporte técnico altamente especializado de nível empresarial da Microsoft, como forma de viabilizar a sustentação de aplicações críticas da instituição que sustentam processos de negócio e políticas públicas de altea relevância.
Expansão da Infraesatrutura de *Backup* e *Storage* do MJSP	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Expansão e modernização da infraestrutura de armazenamento e backup de dados, a disponibilização de recursos capazes de viabilizar a melhor gestão do ciclo de vida das informações e ainda garantir a proteção dos dados contra a eventualidade de ataques cibernéticos.

Contratação de *switches* de acesso e equipamentos WLAN	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Ação visa modernizar as infraestruturas de rede local e de rede wireless do Ministério da Justiça e Segurança Pública, considerando ainda a disponibilização de ativos para unidades remotas, como as novas sedes do Depen, Seopi e Força Nacional de Segurança Pública.
Contratação de Serviços de Conectividade por Rede WAN e Acesso Secundário à Internet	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Ação tem por objetivo manter os recursos de conectividade por rede WAN utilizados pelas unidades descentralizadas do MJSP, em particular as unidades do Sistema Prisional Federal do Depen além de prover recursos de conectividade secundária à internet em complemento à conectividade primária provida pelo SERPRO.
Integração de testes automatizados na esteira dos projetos de desenvolvimento de *software*	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Ampliação da qualidade dos sistemas produzidos e entregues pelo MJSP.
Desenvolvimento do Novo Sian	Preservação da Memória Nacional (AN)	Visa facilitar o acesso às informações custodiadas no AN.
Contratação de empresa especializada na manutenção de Sala-Cofre, certificada conforme norma ABNT-NBR-15247:2004	Governança, Gestão e Suporte (AN)	Manter o nível de proteção das informações armazenadas e do investimento em tecnologia da informação contra acessos indevidos às áreas do *datacenter*.
Aquisição de módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault *backup* e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem	Governança, Gestão e Suporte (AN)	Salvaguardar o armazenamento de informações estratégicas do AN armazenadas nos aplicativos em nuvem.
Implantação do Sistema Multibiométrico de Identificação - ABIS	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Sistema Multibiométrico de Identificação, com previsão de 50 milhões de registros, para substituição do atual sistema AFIS e viabilização de implantação de base multibiométrica nacional.
Desenvolvimento e implantação do Sistema do Programa Global Entry	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Agilizar o processamento de passageiros frequentes, de baixo risco e previamente aprovados, para entrada nos Estados Unidos.
Desenvolvimento de novas funcionalidades no sistema de inquérito eletrônico da PF – EPOL	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Entrega de novas funcionalidades relacionadas à destinação de bens apreendidos e outras melhorias no sistema.
Capacitações em QlikSense, cultura de dados, Inovação (Design Thinking,Canvas), aplicabilidade da IN 01/2019 nas contratações de TIC, Gestão de Projetos, ferramenta APEX e simpósio anual de Tencologia da Informação e Inovação	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Capacitação e aprimoramento de 736 profissionais nos diversos temas necessários para as atividades de TIC da PF. Continuidade da parceria com a USP para a imlantação do Sistema de Inovação da PF.
Chatbot pelo Whatsapp no atendimento ao usuário e automação do atendimento na URA com registro do chamado	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Diversificação dos canais de atendimento ao usuário, especialmente nos casos em que a depender da dificuldade encontrada o usuário não consegue utilizar sua estação de trabalho ou se conectar à rede do órgão para utilizar o Portal de Atendimento.

Individualização dos catálogos de serviço na ferramenta de atendimento	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Com a individualização dos catálogos, as unidades descentralizadas passaram a utilizar a ferramenta com o controle de serviços e prazos impostos à respectiva empresa contratada de TIC na unidade dentro das peculiaridades e necessidades de cada unidade.
Implantação dos equipamentos da Europol	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Possibilidade de comunicação de dados segura entre representação da Europol e a Polícia Federal por meio de protocolos criptográficos e de equipamentos homologados pelas partes.
Implantação de *backup* descentralizado	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Maior disponibilidade dos dados nas unidades descentralizadas por meio de cópia de dados.
Aquisição de soluções de segurança	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Melhoria da segurança de ambientes que utilizam sistema operacional do fabricante Microsoft e de diversos outros ambientes suportados pelas soluções implantadas.
Implantação do *Company Communicator*	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Implantação de uma ferramenta de propagação de comunicação a todos os integrantes do órgão.
Aprimoramento dos processos de monitoração de portifólio de projetos da DTI	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Melhoria da qualidade das informações estratégicas para apoio à tomada de decisões pelos gestores de TIC no âmbito da PF.
Nova contratação de link de dados entre o edifício sede, o complexo da Polícia Federal no Setor Policial Sul e a Academia Nacional de Polícia, incluindo o *link* de acesso da PF à Internet	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Incremento significativo na capacidade do link de dados entre as unidades em Brasília e do *link* de Internet (150%, passando de 4 Gbps para 10 Gbps), sendo também uma contratação precursora na solução de segurança GovShield ofertada pelo SERPRO e que aumenta a proteção de segurança dos links de dados.
Implantação do banco de dados em nuvem privada	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Maior disponibilidade dos ambientes de produção dos sistemas e maior flexibilidade de sustentação.
Modernização do Serviço de Restituição de Taxas	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Modernização do serviço utilizado pelo cidadão/usuário para solicitação de restituição de taxas pagas pelo uso dos serviços prestados pela PF.
Realização de capacitação e projetos pilotos em desenvolvimento descentralizado de *software*	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	O processo de desenvolvimento descentralizado permite que as unidades centrais e descentralizadas conquistem autonomia para desenvolvimento de *software*, por meio da utilização de plataforma de desenvolvimento *low code*.
Desenvolvimento dos sistemas SITTEL 2, gPOL, NEXO, SISAP, SINIC 2, MINER	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Todos os sistemas foram entregues e já se encontram em produção.
Aprovação da Política de Governança de Dados da PF e instituição de Catálogo de Dados	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Estabelecimento das diretrizes de governança de dados da PF, definindo papéis e processos relacionados ao acesso, custódia, aprimoramento, monitoramento e intercâmbio de dados, dentre outros aspectos.

Implantação das integrações previstas no Plano de Transformação Digital	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Implementação das ações de transformação previstas no PTD da PF que utilizam as ferramentas da Plataforma de Cidadania Digital: autenticação gov.br, API de avaliação de serviços públicos, e integração com PagTesouro. Essas ações beneficiaram diversos serviços prestados pela PF, como armas, embarque armado, segurança privada, passaporte, registro de imigrantes, entre outros.
Coordenação da aquisição nacional de *desktops*, *notebooks*, monitores, periféricos, *softwares* de desing gráfico, *swiches* de borda e de distribuição, servidores de arquivo, e leitoras de viagem	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Renovação do parque tecnológico da PF de maneira mais organizada.
Painel de BI de Mandados de Prisão em Aberto, que cruza dados de várias bases da PF com a Base Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Incremento no percentual de cumprimento de mandados de prisão, permitindo a ação de várias superintendências e unidades centrais na prisão de procurados e foragidos em diferentes cenários de atuação, tais como segurança privada, passaporte, etc
EDAT - Multiagências	Gestão da Política Integrada de Segurança Pública (DTIC/ PRF/MJSP)	Sistema de registro de acidentes de trânsito sem vítimas disponibilizado para uso por órgão parceiros (ACTs).
BOP - Multiagências	Gestão da Política Integrada de Segurança Pública (DTIC/ PRF/MJSP)	Sistema de registro de ocorrências policiais disponibilizado para uso por órgãos parceiros (ACTs).
Rebrand Alerta Brasil 3.0	Gestão da Política Integrada de Segurança Pública (DTIC/ PRF/MJSP)	Junção dos sistemas Alerta Brasil e SPIA com melhorias na experiência do usuário e performance do sistema.
Sinal Agro	Gestão da Política Integrada de Segurança Pública (DTIC/ PRF/MJSP)	Sistema de Alarmes para roubo/furto de bens.
Sinal Desaparecidos	Gestão da Política Integrada de Segurança Pública (DTIC/ PRF/MJSP)	Sistema de Alarmes para pessoas desaparecidas.
PRF Peregrino	Gestão da Política Integrada de Segurança Pública (DTIC/ PRF/MJSP)	Aplicativo para que pedestres e ciclistas que perfazem rotas de peregrinação em todo país possam ter um canal de comunicação direto com a PRF pelo uso do aplicativo.

Segurança da Informação

SECRETARIA-EXECUTIVA
Execução e Acompanhamento do Projeto de Segurança da Informação e Privacidade na carteira de projetos estratégicos do MJSP, que prevê a realização de ações abrangendo: - Implantação do *Framework* de Segurança da Informação CSF e dos controles do CIS (*Center for Internet Security*); - Capacitação e certificação de servidores em segurança da informação; - Planejamento e execução de campanhas de conscientização dos usuários em Segurança da informação; - Contratação de *Security Operations Center* – SOC; - Contratação/operação de ferramentas de vulnerabilidades e segurança *Web*; - Implantação de um *Data Loss Prevention* – DLP; - Seleção, contratação e implantação de solução de autenticação de segurança; - Confecção de normativos de Segurança da Informação; - Implantação de Sala Cofre no Ministério; - Implantação de Sala Cofre no CICCN; - Elaboração, Aprovação e Publicação de um Plano de Gestão de Continuidade de Negócios em Segurança da Informação; e - Seleção, Contratação e Implantação de Solução *Passwordless* (sem senha).
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Planejamento e execução de campanhas de conscientização dos usuários em Segurança da Informação; Implantação Nacional de Solução Avançada de Proteção: *Endpoint Protection*, Anti-APT, XDR; Documentação e revisão de Políticas de Segurança da Informação - POSIN, Gestão de Vulnerabilidades, Gestão de Acesso a Internet, VPN, *Firewall*, Nuvem, Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes; Implementação de Processos de Gestão de Vulnerabilidades de Sistemas e Ativos de Segurança; e Implementação de Novos Controles em soluções de Gestão de Acesso.

POLÍCIA FEDERAL
Início de estudo de solução de *backup* e para implantação de Análise de Riscos (BIA, *Business Impact Analisys*) nos principais ativos de TIC;
Capacitação e Certificação em Segurança da Informação;
Execução de processos de contratação com alto nível de complexidade, que demandam grande aprofundamento técnico das equipes responsáveis pelo planejamento;
Nível de automação de processos e fluxos ainda aquém do desejado para viabilizar uma operação mais ágil da infraestrutura e dos processos de desenvolvimento de sistemas;
Contratação e implantação de ferramenta de Análise de Vulnerabilidade;
Implantação de tecnologia de Criptografia de Disco *Bitlocker* (*Data in Rest*) nas estações de trabalho;
Planejamento e início de campanhas de conscientização de Segurança da Informação para usuários internos;
Implantação de Solução de anti-spam na nuvem; e
Implantação de Solução de antivirus com gestão centralizada na nuvem.
ARQUIVO NACIONAL
Aquisição de ferramenta para salvaguardar dados de aplicativos hospedados na nuvem; e
Atualização das políticas de *backup* e restore.

Principais desafios e ações futuras

O contínuo aumento dos ataques cibernéticos às instalações e dados governamentais requereram novas ações visando fortalecer as unidades de segurança da informação e capacitação, realizando capacitações, aquisições e contratação de serviços especializados. Ao mesmo tempo, seguiram-se os esforços para ampliar a transformação digital, em especial à interoperabilidade de dados, como forma de mitigar os obstáculos para o atendimento presencial aos cidadãos.

Pessoal

DTIC/SE/MJSP:

1. Grande quantidade de atividades e contratos sob responsabilidade da DTIC;

2. Limitação de pessoal nas equipes da DTIC;

3. Oferta de servidores na DTIC é menor que as demandas de TIC do MJSP;

4. Alta rotatividade dos servidores e terceirizados que atuam na área de TIC;

5. Implantar projeto de integração dos novos servidores ao MJSP;

6. Planejar nova contratação de servidores; e

7. Dificuldade de servidores especializados para atuar na área de Segurança da Informação.

COTIN/COAD/AN/MJSP:

1. Limitação de servidores internos para executar as atividades de TIC nas áreas de suporte, infraestrutura e desenvolvimento;

2. Equipe reduzida de colaboradores por limitação orçamentária, sendo necessário realizar aditivos nos contratos para adequar os serviços oferecidos às áreas de negócio; e

3. Dificuldade da contratação de cursos específicos de TIC, para desenvolver as habilidades e atualizar os servidores diante das novidades tecnológicas.

DTI/PF

1. Grande quantidade de atividades de planejamento e gestão de contratos sob responsabilidade da área de infraestrutura e serviços da DTI/PF;

2. Limitação de pessoal nas equipes da DTI/PF;

3. Falta de efetivo para estruturar a área de inovação e de governança de tic;

4. Equipe de servidores insuficiente, sendo necessária a atuação em vários processos aquisitivos e de implementação de serviços de TIC, fato esse que tem gerado acúmulo de demandas e sobrecarga de trabalho dos servidores;

5. Falta de experiência e conhecimentos das áreas requisitantes nos processos de planejamento das aquisições de soluções de TIC para atendimento das suas necessidades;

6. Falta de equipes dedicadas ao planejamento técnico de contratações de TIC;

7. Alta rotatividade das equipes técnicas contratadas devido ao aquecimento do mercado de TIC no mundo;

8. Realização de recrutamento de servidores de outras áreas da PF; e

9. Capacitação dos novos servidores recrutados ou concursados na curva de aprendizado inicial sobre o funcionamento.

Governança de TIC e Segurança da Informação

DTIC/SE/MJSP:

1. Atendimento das Necessidades e Ações de TIC conforme critério de priorização estabelecidos (Nova Sistemática);

2. Atualização e mensuração pelas áreas da DTIC da capacidade operacional acerca das Filas de Atendimento;

3. Recebimento, em tempo hábil, das informações, que irão alimentar ferramentas de gestão e monitoramento de Planos e Projetos de TIC;

4. Cooperação das áreas da DTIC para que a governança de TIC possa ser implantada, facilitando a gestão de Planos, Projetos e serviços de TIC;

5. Alto nível de complexidade técnica de alguns processos de contratação;

6. Assegurar a segurança (disponibilidade, confidencialidade e integridade) dos ativos, sistemas e serviços de TIC;

7. Execução do projeto estratégico de Segurança da Informação e Privacidade;

8. Demora na aprovação de Normativos de SIC;

9. Limitação do atual contrato de infraestrutura que impede a eficiência na prestação dos serviços e ações de segurança da informação;

10. Contratação de ferramenta profissional de conscientização de segurança da informação; e

11. Contratação de ferramenta de auditoria, classificação de dados sensíveis e análise em tempo real de comportamentos suspeitos.

COTIN/AN/MJSP:
1. Implantação de solução para prevenção a perda de dados na rede interna da instituição. Por se tratar de uma casa Arquivística se faz necessário incrementar as camadas de segurança para perda e danos nos documentos arquivísticos;

2. Desafio na implantação de frameworks mais reconhecidos do mercado (ITIL e COBIT);

3. Dificuldade de balancear a limitação orçamentária com boa qualidade na segurança da informação; e

4. Operacionalização de uma Solução Integrada de Segurança de Redes eficiente que visa prover o ambiente tecnológico corporativo do Arquivo Nacional com segurança, confidencialidade e integridade do tráfego de dados sensíveis, e igualmente assegurar a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade e a usuários externos e internos no tocante à Segurança da Informação.

DTI/PF
1. Execução de processos de contratação com alto nível de complexidade, que demandam grande aprofundamento técnico das equipes responsáveis pelo planejamento;

2. Melhorar o nível de automação de processos e fluxos, os quais ainda estão aquém do desejado para viabilizar uma operação mais ágil da infraestrutura e dos processos de desenvolvimento de sistemas;

3. Aumentar o engajamento e a coordenação das áreas de negócio no provimento das soluções de TIC demandadas para o atendimento das suas necessidades negociais;

4. Aumentar o engajamento dos servidores da TIC de forma a proporcionar um aumento da maturidade dos processos de gestão e governança de TIC;

5. Aprimorar a governança das contratações de TIC no âmbito geral, estabelecendo processos, parâmetros de conformidade, riscos e controles;

6. Prover capacitação das áreas requisitantes, técnicas e administrativas, da unidade central e das unidades descentralizadas, nos normativos que regulam o planejamento e a gestão de contratos de TIC;

7. Fortalecer a área de segurança da informação, por meio da criação de unidade dedicada na estrutura da DTI, composta por servidores públicos devidamente capacitados para documentar e revisar processos e políticas, bem como implementar ferramenta de gestão de vulnerabilidades em conjunto com colaboradores da nova empresa contratada para suporte de infraestrutura;

8. Atualizar as Políticas, Procedimentos e Processos relacionados à Segurança da Informação;

9. Formalizar estratégia ampla de continuidade de negócios e de gestão de riscos de TIC, ponderada de acordo com a criticidade dos ativos de informação sustentados;

10. Documentar e implantar processo de gestão da segurança da informação e gestão de riscos com o apoio das ferramentas de vulnerabilidades recentemente adquiridas;

11. Adicionar critérios relacionados à Segurança da Informação nos processos de contratação, principalmente nos relacionados à entrega de serviços de desenvolvimento de *software* e aquisição de soluções de infraestrutura de TIC; e

12. Possibilitar a participação de servidores em eventos nacionais e internacionais com foco em Segurança da Informação, tais como, feiras, congressos e simpósios, com intuito de manter atualizada a estratégia de SI da PF e criar uma rede de apoio para troca de melhores práticas.

Dados

DTI/PF
1. Aprimoramento dos processos de governança de dados, incluindo curadoria, compartilhamento, gestão de dados mestres e integração de dados;

2. Aprimoramento da gestão do conhecimento em dados, com a catalogação de metadados de bases de dados e API's (*Application Programming Interfaces*);

3. Aprimoramento da área de gestão e governança de dados, por meio da designação de chefia formal na estrutura da DTI, para a efetiva execução das atividades de revisão de processos e políticas, implementação de catálogo de dados, gestão de dados mestres, implementação de processo de verificação e manutenção da qualidade dos dados e mapeamento e melhoria da arquitetura de dados;

4. Desenvolvimento de competências em análise e ciência de dados por meio de capacitações correspondentes;

5. Consolidação da cultura de desenvolvimento de soluções descentralizadas em *Business Intelligence*;

6. Ampliação do rol de soluções de Business Intelligence da DTI com a utilização de ferramentas próprias para ambientes *Big Data*; e

7. Aprimoramento do *Data Lake* da PF, de forma a possibilitar o uso de inteligência artificial e de representação de dados por meio de redes de grafos, bem como a incorporação de novas bases de dados.

Sistemas e Infraestrutura

DTIC/PRF/MJSP:

1. Digitalização de todos os serviços destinados ao cidadão;

2. Fortalecimento da cultura de Governança e Gestão de TIC, com patrocínio efetivo à implementação das Políticas dos Processos instituídos; e

3. Ampliação da estratégia de Compartilhamento de Sistemas em formato multiagência.

COTIN/AN/MJSP:

1. Fortalecimento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal - SIGA e sua atuação como sistema estruturador das atividades de gestão de documentos de arquivo da Administração Pública Federal por meio de um sistema informatizado estruturante, de acordo com os requisitos do Modelo e-ARQ Brasil SIGAD; e

2. Aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Informações do Arquivo Nacional - SIAN e ampliação da disponibilização do acervo em meio digital, com vistas à ampliação da capacidade de recolhimento, custódia e preservação e do acesso aos documentos da APF.

DTI/PF

1. Ampliar a capacidade de desenvolvimento de novos produtos de *software*, por meio da implantação de processo de desenvolvimento descentralizado, com uso de ferramentas *low code*;

2. Aprimorar o modelo de contratação para o serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de *software*;

3. Difundir conceitos e práticas ágeis para as áreas de negócio;

4. Fortalecer a estrutura organizacional da área de infraestrutura e serviços de TIC para que seja compatível com a realidade atual das responsabilidades, contratações e quantidade de processos executados;

5. Aumentar a maturidade do gerenciamento de serviços de TIC;

6. Redimensionar a infraestrutura de rede de longa distância para suportar as novas demandas de serviços de TIC;

7. Redimensionar o ambiente de processamento e armazenamento para suportar as demandas presentes e futuras dos serviços de TIC;

8. Contratar e implantar solução para realização de *backup* dos dados do datacenter da PF, com replicação para site remoto no edifício sede do órgão;

9. Ampliar a infraestrutura de banco de dados Oracle de forma a atender a demanda crescente da PF;

10. Avaliar a possibilidade e os casos de uso em que seria possível o uso de serviços em nuvem, considerando a peculiaridade do negócio da PF;

11. Aproximar as áreas de desenvolvimento e infraestrutura de forma a identificar previamente necessidades que demandem aumento ou adequação de infraestrutura de TIC; e

12.Aproximar as áreas de segurança da informação e infraestrutura de forma a readequar os papéis, processos e procedimentos relacionados à implantação, sustentação e operação do ambiente da PF.

Inovação e Integração

DTIC/SE/MJSP:

1. Aumentar a integração com as áreas negociais do MJSP, possibilitando um atendimento mais célere das demandas de TIC apresentadas para o atendimento dos projetos prioritários e estratégicos das referidas áreas;

2. Definir uso de ferramenta/metodologia para pesquisa de soluções emergentes e inovação;

3. Evoluir a prospecção de tecnologias emergentes e avaliar, perante as unidades de negócio, quanto a sua aplicabilidade em novos produtos, soluções e serviços finalísticos do Ministério;

4. Falta de efetivo para estruturar a área de inovação;

5. Definir requisitos para soluções inovadoras com as áreas de negócio em sintonia com a cadeia de valor;

6. Capacitar servidores nas ferramentas e técnicas de gestão da inovação;

7. Promover a colaboração entre as unidades vinculadas do MJSP;

8. Ampliar a rede de integração nos temas relevantes de TIC no âmbito do MJSP e demais instituições de Segurança Pública; e

9. Expandir o desenvolvimento de aplicações para as áreas de negócio.

DTIC/PRF/MJSP:

1. Integração da Conectividade Móvel com o Rádio Digital PRF (SmartPtt).

COTIN/COAD/AN/MJSP:

1. Desenvolvimento de soluções informacionais e tecnológicas voltadas para o reconhecimento e transcrição paleográfica de documentos históricos utilizando inteligência artificial.

DTI/PF:

1. Criação do Laboratório de Inovação da Polícia Federal – InovaPF.

Digitalização de Serviços

DTI/PF:

1. Continuidade da implementação das adequações dos serviços públicos digitais existentes e desenvolvimento de novas soluções do Plano de Transformação Digital da PF.



PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS PELAS ÁREAS FINALISTICAS DO MJSP

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, visando nortear a execução e o aperfeiçoamento de suas políticas públicas, frente aos desafios que envolvem a área de segurança pública no país, definiu, em seu planejamento estratégico, o objetivo de *"Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira"*.

Nesse contexto, não se pode olvidar que a efetividade do Estado frente ao combate à criminalidade tem sido um dos grandes desafios enfrentados por governos de todo o mundo. Ciente dessa situação e diante da diversificação do crime em escala internacional e do surgimento de novos produtos e das diferentes formas de atuação das organizações criminosas, o Ministério tem investido, com sucesso no uso de novas tecnologias, na integração, fortalecimento e aprimoramento das instituições de segurança pública e na valorização dos profissionais da área.

Para a consecução deste objetivo estratégico, o MJSP vem elaborando e aperfeiçoando suas ações no intuito de contribuir para a criação de um ambiente mais seguro à sociedade, às empresas e ao próprio governo, de modo a mitigar a violência no país, reverter a sensação de insegurança e proporcionar melhoria na qualidade de vida cotidiana e da própria democracia.

No âmbito das principais linhas de atuação do Ministério, destacam-se o uso inteligente da tecnologia e das informações disponíveis ao Estado, com ações voltadas para:

i) a coordenação estratégica e a integração de dados, oferecendo inteligência analítica aos órgãos de segurança pública para uma tomada de decisão mais efetiva e eficaz quando da proposição de políticas baseadas em evidências;

ii) o aprimoramento constante no controle sobre rotas de atuação do crime e na articulação internacional;

iii) a modernização de soluções tecnológicas utilizadas nos órgãos do Ministério e compartilhadas em diversas Unidades da Federação, que contribuem na investigação criminal, na produção de provas, na identificação de criminosos e na resolução de crimes, incluindo aqueles relacionados à lavagem de dinheiro;

iv) o aperfeiçoamento dos processos de produção e disseminação do conhecimento na área de inteligência, envolvendo a criação e disponibilização de canal seguro de informações e a capacitação de profissionais para o apoio no combate ao crime organizado; e

v) o fomento para a estruturação nas polícias civis de unidades exclusivas com vistas à prevenção e ao combate à corrupção, assim como o treinamento permanente de forças policiais relacionado à exploração, à análise e ao cruzamento de dados de difícil recuperação obtidos em investigações e operações policiais de combate a crimes e de corrupção.

Nessa mesma linha, o Ministério atua no aprimoramento do controle de deslocamento de veículos em operações de combate ao roubo, ao furto e à clonagem de veículos em rodovias federais; na diminuição de crimes violentos, tais como homicídios, feminicídios e latrocínios em ações de prevenção social e de repressão policial; e na contenção de crimes transnacionais e delitos conexos às regiões de fronteira e divisas que apresentam elevados índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade socioeconômica, com a intensificação de ações integradas e articuladas junto aos órgãos de segurança pública, de controle aduaneiro, de defesa e outras instituições afins.

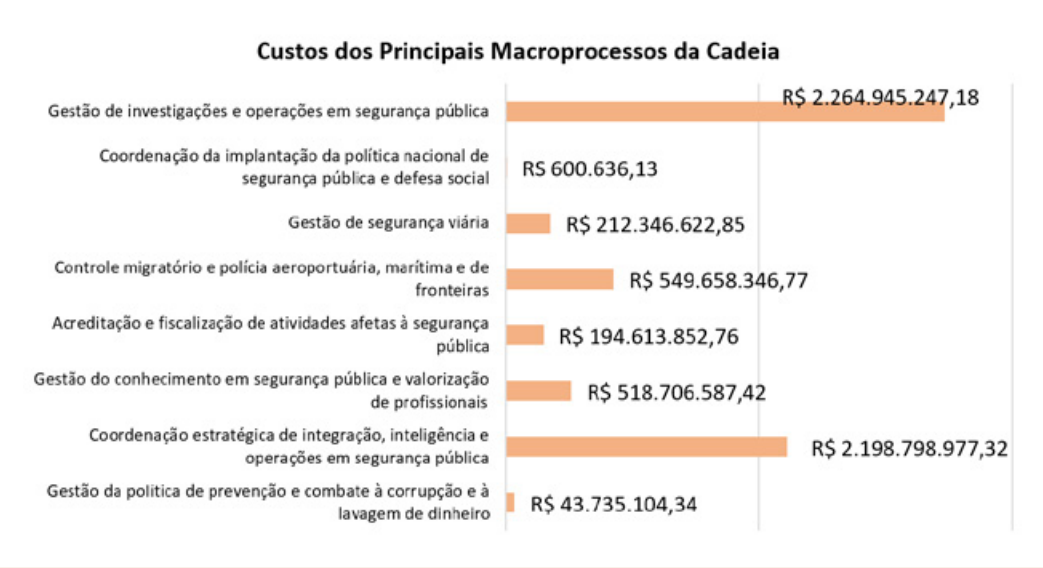
OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira

Cadeias Vinculadas ao Objetivo Estratégico

PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA



Entregas à Sociedade

PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA SOCIEDADE

Vinculado ao objetivo estratégico *"Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira"*, o Ministério dispõe de indicadores estratégicos para o acompanhamento das ações, cujos principais são:

INDICADOR ESTRATÉGICO – PF	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DEFLAGRADAS PELA POLÍCIA FEDERAL
INDICADOR ESTRATÉGICO – PRF	OPERAÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
INDICADOR ESTRATÉGICO – PRF	TAXA DE ACIDENTES GRAVES EM RODOVIAS FEDERAIS
INDICADOR ESTRATÉGICO – PRF	TAXA DE MORTALIDADE EM RODOVIAS FEDERAIS
INDICADOR ESTRATÉGICO – Seopi	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES INTEGRADAS, PLANEJADAS E COORDENADAS
INDICADOR ESTRATÉGICO – Seopi	QUANTIDADE DE AÇÕES POLICIAIS APOIADAS
INDICADOR ESTRATÉGICO – Senasp	QUANTIDADE DE CONDENADOS CADASTRADOS NO BANCO NACIONAL DE PERFIS GENÉTICOS
INDICADOR ESTRATÉGICO – Senasp	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA QUE IMPLANTARAM A METODOLOGIA DE ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE VIOLENTA
INDICADOR ESTRATÉGICO – Senasp	PERCENTUAL DE UF'S INTEGRADAS AO SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA - SINAB

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO — **QUANTIDADE DE OPERAÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DEFLAGRADAS PELA POLÍCIA FEDERAL**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
4.484	6.885	9.201	9.741	6.800	11.217	27.285

No que concerne aos resultados obtidos relacionados ao objetivo estratégico *"Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira"* podem ser destacadas as operações realizadas pela Polícia Federal – PF, as operações de combate à criminalidade realizadas pela Polícia Rodoviária Federal – PRF, as operações integradas realizadas e apoiadas pela Secretaria de Operações Integradas – Seopi, dentre outros.

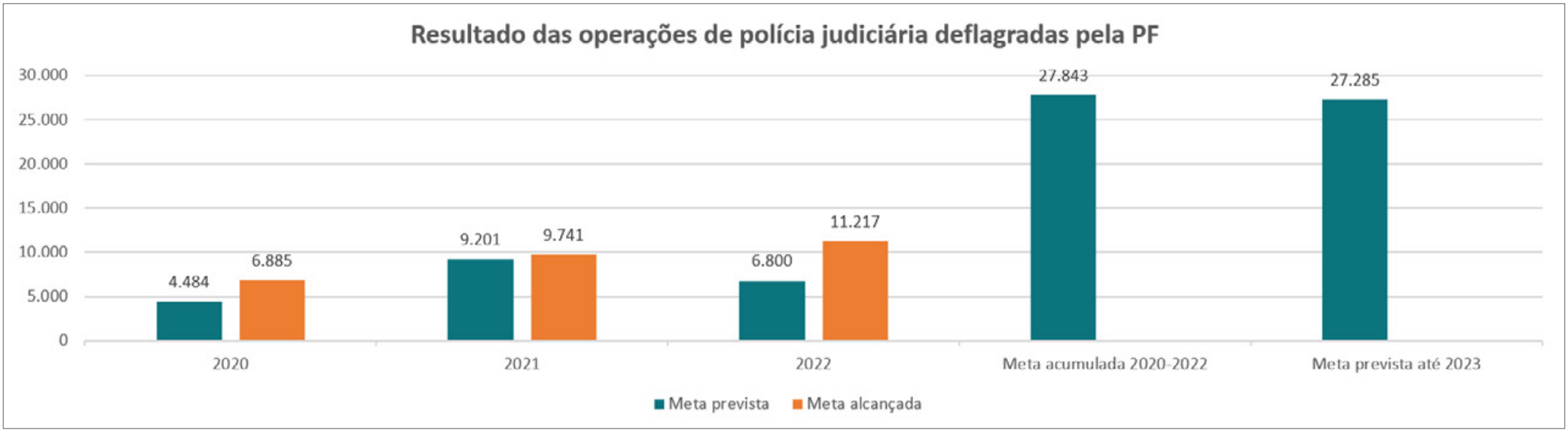
Na função de polícia judiciária da União e no cumprimento de suas atribuições constitucionais, a PF possui como uma das principais atividades a apuração de infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como outras cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme. Referida ação consubstancia-se em investigações criminais, as quais podem resultar, ainda, em deflagração de Operações de Polícia Judiciária para cumprimento de medidas cautelares (ex: prisões, busca e apreensão) durante a investigação, conforme cada caso, antes da produção do relatório final pela autoridade policial.

No âmbito do indicador estratégico, *"Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas"*, são mensurados os esforços de atuação do órgão no cumprimento de seus deveres. Dessa forma, os resultados operacionais de polícia judiciária no Ministério são obtidos por meio da medição de múltiplos indicadores internos da PF, que geram o Índice de Produtividade Operacional - IPO, constituído, principalmente, pelas operações deflagradas pelo órgão e outros indicadores associados.

Dessa feita, considerando o citado indicador como de extrema importância para o Ministério, observa-se que, ao longo do exercício de 2022, foram deflagradas operações para o enfrentamento de crimes nas áreas de desvios de recursos públicos, cibernéticos, previdenciários, fazendários, ambientais, defesa institucional, direitos humanos, tráfico de drogas, financeiros e contra o patrimônio, apresentando resultados bastante relevantes para o país.

Assim, em 2022, a PF deflagrou 11.217 operações de polícia judiciária, ultrapassando a meta traçada para o período de 6.800 operações. Isso porque, conforme se observa do gráfico infra, no ano de 2021 foi registrado um recorde histórico de operações policiais especiais deflagradas, ficando o índice muito superior a todos os anos anteriores. Logo, previa-se desde o início do ano que fatores como o volume de materiais apreendidos a serem analisados pelas unidades investigativas, bem como uma *"entressafra"* no trabalho investigativo, ocasionaria uma diminuição na quantidade de operações policiais deflagradas. Essa queda prevista no número

de operações policiais especiais por óbvio também ocasionou em uma diminuição no cumprimento de mandados judiciais e sequestro de bens e valores no ano de 2022. Não obstante, considerando o acumulado dos anos de 2020 a 2022 já foram realizadas 27.843 operações, ultrapassando a meta prevista para o ano de 2023.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

Com o objetivo de contribuir para o alcance do objetivo estratégico e no âmbito das ações que visam fortalecer o enfrentamento à criminalidade, por meio da desarticulação das organizações criminosas, o combate a crimes cibernéticos, à corrupção, à lavagem de dinheiro, entre outros, o Ministério, por meio da PF, alcançou resultados operacionais relevantes. No exercício de 2022, foram deflagradas 228 operações especiais de polícia para investigar, além dos crimes antecedentes, a lavagem de dinheiro.

Ressaltam-se ainda as ações desenvolvidas no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, principal rede de articulação para o arranjo e discussões para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate a esses crimes que em novembro de 2022 realizou sua vigésima Reunião Plenária.

No ano de 2022, a ENCCLA desenvolveu 11 ações, dentre as quais destaca-se a Ação 10/2022, cujo objetivo foi aprofundar a compreensão da correlação de crimes ambientais com corrupção, fraude e lavagem de dinheiro. Foram também aprovadas outras 10 novas ações que serão executadas em 2023.

Avançou-se também, como projeto estratégico do Governo, a reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab), com a reformulação do ato normativo da rede, e a instituição formal da Rede Nacional de Polícias Judiciárias no Combate à Corrupção (RENACCOR), ocorridas ambas em 2022. No ano de 2022, foram realizados 31 PNLDs (na modalidade presencial e virtual), o que permitiu a capacitação de 3.302 agentes públicos na temática do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Destaca-se as ações realizadas no âmbito do Projeto Estratégico Brasil M.A.I.S. (Meio Ambiente Integrado e Seguro), visando melhorar a eficiência e a eficácia das operações voltadas à prevenção, repressão e elucidação de crimes e de desastres ambientais em todo território nacional.

Atualmente, mais de 25.500 agentes públicos de 269 instituições federais, estaduais, distritais e municipais, do Executivo, Legislativo e Ministério Público, têm diferentes níveis de acesso aos produtos e serviços disponibilizados pelo projeto. Os resultados catalogados no âmbito do Brasil M.A.I.S., a partir da apuração das publicações na imprensa desde 2020, envolvendo órgãos e entidades integrantes da RedeMAIS, foram:

- Efetivo empregado em operações: 3.338;
- Mandados de busca e apreensão cumpridos: 566;
- Mandados de prisão cumpridos: 67;
- Prisões preventivas: 25;
- Prisões em flagrante: 51;
- Multas aplicadas: R$ 140 milhões;
- Apreensões: R$ 56,7 milhões;
- Danos ambientais apurados: R$ 608 milhões;
- Bens bloqueados: R$ 9,4 bilhões;
- Máquinas e equipamentos apreendidos/inutilizados: 727;
- Áreas embargadas: 7.644 hectares;
- Madeira apreendida: 359 mil m^3;
- Maconha apreendida: 1,4 toneladas; e
- Pés de maconha erradicados: 1,8 milhões.

Ainda por meio de suas operações, a PF apreendeu, em 2022:

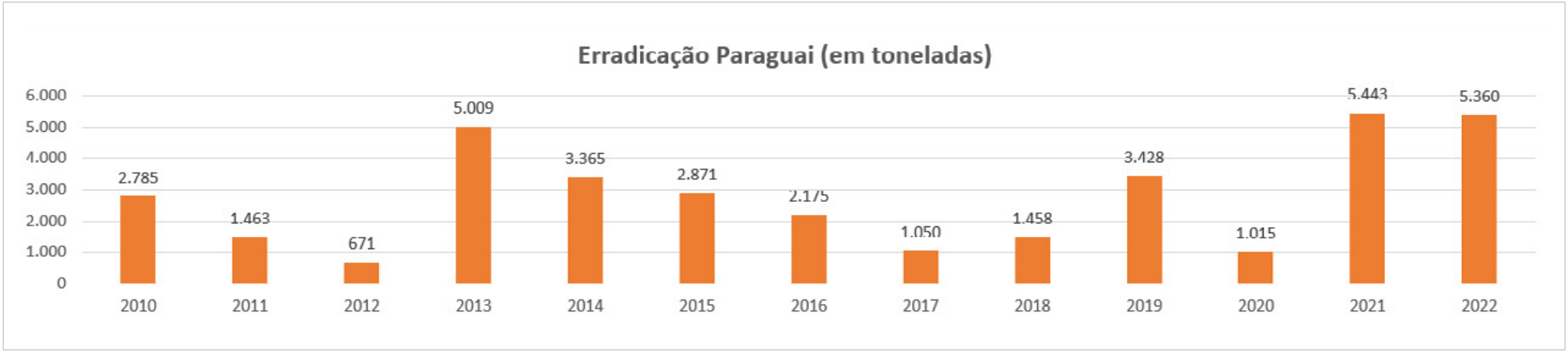
a) mais de 96 mil kg de cocaína;

b) cerca de 1 mil toneladas de maconha; e

c) aproximadamente 2 mil armas.

Também foram realizadas operações visando a erradicação de cultivos ilícitos, tanto em território nacional (Região Norte e Nordeste), como no exterior (Paraguai). No Paraguai foram realizadas 7 fases da Operação Nova Aliança, que culminaram na erradicação de 1.690 hectares. Nessa linha, estima-se terem sido destruídas mais de 5.360 toneladas da droga.

Comparando-se com o resultado alcançado nos anos anteriores, é possível observar que o ano de 2022 registrará o recorde histórico na erradicação de cultivos ilícitos no Paraguai, consoante se observa do gráfico abaixo:



Fonte: PF

Em território nacional, foram realizadas 4 etapas da **Operação Phaseoli**, no Estado de Pernambuco, culminando na erradicação de 1.472.272 pés de maconha. Embora a estimativa de toneladas de maconha erradicada no Brasil tenha ficado abaixo dos dois anos anteriores, ainda assim o índice encontra-se acima da média observada desde 2010 (427 toneladas por ano).

O MJSP, por intermédio da PF também envidou esforços no combate ao crime de descaminho, que se caracteriza pela evasão aduaneira com caráter de transnacionalidade onde o indivíduo não paga o devido tributo.

As operações da PF resultaram ainda na apreensão e perícia significativa de moedas falsas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUANTITATIVO DE CÉDULAS FALSAS APREENDIDAS E PERICIADAS PELA PF			
2019	**2020**	**2021**	**2022**
54.935	114.636	142.684	595

Fonte: CGFAZ/PF

Tomando como objetivo dar celeridade e promover a desburocratização e economia dos recursos utilizados nas investigações criminais, a PF instituiu, no seu rol de projetos estratégicos, o projeto estratégico e-POL, que busca informatizar, centralizar e integrar os dados das investigações criminais. Assim, no âmbito do referido projeto, em 2022, obteve-se a marca de 100% dos inquéritos policiais da PF em andamento já em meio digital, aumento do índice de solução de inquéritos policiais para 92,11% e redução do tempo de duração dos inquéritos policiais.

No que diz respeito à repressão a crimes ambientais e patrimônio cultural e crimes contra o meio ambiente e direitos humanos, destaca-se a **Operação Ganância**, operação de combate ao garimpo ilegal que resultou em 5 mandados de prisões preventivas e 60 de busca e apreensão em Rondônia, Pará, Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Acre. O valor do impacto ambiental em apenas um dos garimpos identificados na operação foi estimado em cerca de R$ 300 milhões. Nesse garimpo, a área impactada pelos danos relativos à extração de ouro, que são cumulativos e potencialmente irreversíveis, chegaram ao total de 212 campos de futebol. A Justiça Federal deferiu o bloqueio, sequestro e o arresto dos bens móveis e imóveis dos investigados até o limite de R$ 2 bilhões, e a **Operação Aerogold**, que desarticulou organização criminosa que extraía ouro de forma ilegal nos rios dos estados de Rondônia e Amazonas, comercializava esse minério de forma irregular e realizava movimentação financeira incompatível com renda e patrimônio declarados. A operação resultou no cumprimento de 43 mandados de busca e apreensão e 18 mandados de prisão, sendo duas prisões preventivas e 16 prisões temporárias nos estados de Rondônia, Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso e São Paulo e no bloqueio de R$ 5,5 bilhões das contas dos investigados.

O incremento nos resultados da meta, apresentados por meio do indicador, foi fruto de inovações e melhorias implementadas pelo órgão, frente aos desafios e riscos enfrentados, conforme demonstrado no quadro a seguir:

INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE OPERAÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DEFLAGRADAS PELA POLÍCIA FEDERAL

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Adquirir equipamentos e criação de novas ferramentas tecnológicas.
- Aumentar oferta de cursos para capacitação de servidores policiais em atividades investigativas.
- Integração e troca de informações com instituições policiais nacionais e internacionais.

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Realizar parcerias com outros Órgãos da segurança pública.
- Ampliar número de capacitações para os servidores policiais.
- Ampliar investimentos em recursos humanos e materiais.

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Realizar ações para o combate aos crimes com os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis.
- Ampliar capacitação das unidades operativas.

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Sofisticação das organizações criminosas.
- Pouco efetivo para a realização das atividades.
- Ampliação das ações de fortalecimento contra o crime organizado.

RISCOS

- Aumento excessivo no número de inquéritos policiais em aberto relativos aos crimes.
- Demora entre a detecção dos crimes e a efetiva ação policial.
- Obsolescência das ferramentas tecnológicas.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Aumento no orçamento destinado à PF e contratação de novos servidores policiais.
- Capacitação e valorização dos servidores.
- Modernização das estruturas e nos equipamentos de toda a Polícia Federal.

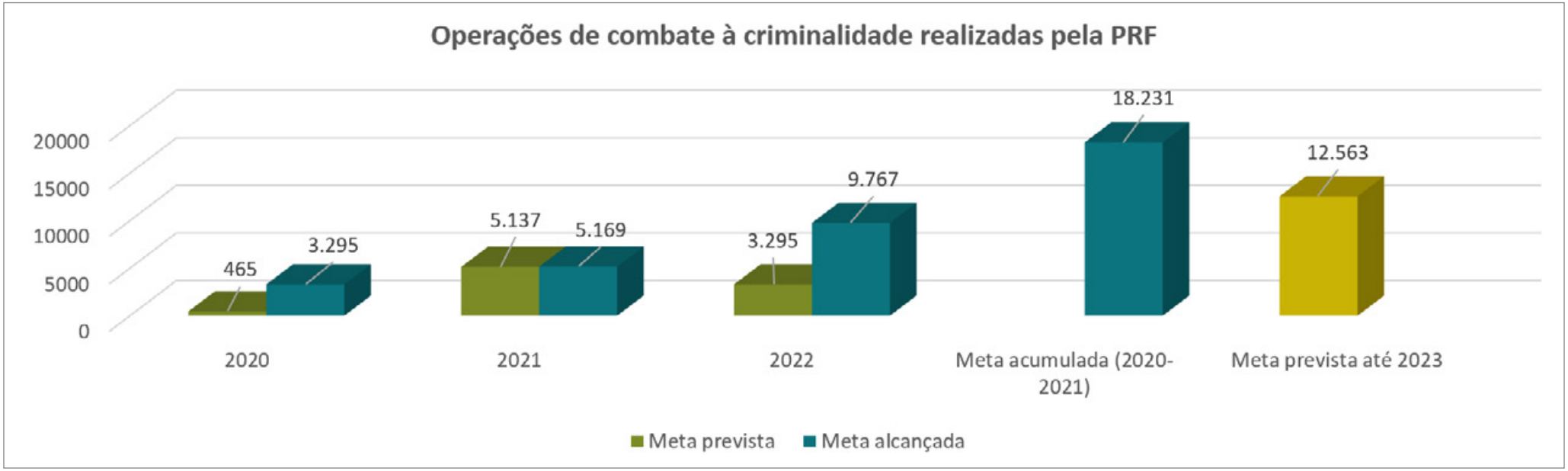
INDICADOR ESTRATÉGICO	OPERAÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
465	3.295	5.137	5.169	3.295	9.767	12.563

O presente indicador traduz o esforço operacional da PRF, contabilizando as operações ostensivas de enfrentamento à criminalidade através das ações de policiamento e de inteligência. Ao longo de 2022, a PRF realizou operações policiais nas rodovias federais para combater o crime organizado, o tráfico de drogas, os crimes ambientais, tributários e de trânsito, o combate à exploração infantil, o roubo de cargas, veículos, e demais crimes conexos, traduzindo o esforço operacional do órgão em operações de enfrentamento à criminalidade por meio das ações coordenadas de policiamento e de inteligência, visando a promoção e manutenção da ordem, segurança e livre circulação de pessoas, bens e riqueza nacional.

As operações estão localizadas, predominantemente, nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, por serem estas as principais áreas críticas de acidentalidade e de criminalidade do país, complementando com as demais operações em localizações estratégicas de circulação de ilícitos de amplo espectro em todas as regiões do país. Neste cenário, destaca-se que o efetivo acompanhamento das operações passou a ser realizado com granularidade por delegacia, para observar os reflexos descentralizados gerados pelas operações, o que impactou positivamente a contabilização desse indicador.

Ressalta-se que, para que o indicador contabilize a ação como operação, é necessário que a atividade atenda aos requisitos do Manual de Gestão Operacional, instituído pela Diretoria de Operações, que define operações como: *"atividades operacionais planejadas, organizadas e executadas com o emprego de meios adicionais para potencializar o alcance de um resultado específico. Ocorre em função de demandas eventuais ou rotineiras, e podem ser de caráter nacional, regional, local ou internacional mediante acordos. Poderá ocorrer com a participação de outros órgãos, na modalidade integrada ou conjunta"*.

Em 2022 foram realizadas mais de 9 mil operações de combate à criminalidade, o que corresponde a um aumento do número de operações na ordem de 88,95% quando comparado a 2021. No tocante ao acumulado de operações realizadas pela PRF no período de 2020 até o final do exercício de 2022, este é de mais de 18 mil operações. O resultado ultrapassa em mais de 40% a meta prevista para o exercício de 2023, que é de 12.563 operações.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

Como resultado dessas operações, a PRF apreendeu mais de 58 toneladas de cocaína e mais de 561 toneladas de maconha. Foram mais de 2 mil veículos fiscalizados e mais de 211 mil munições apreendidas.

Considerando os consistentes resultados apresentados pela PRF em 2022, evidencia-se um aperfeiçoamento das estratégias, planejamento e procedimentos para enfrentamento à criminalidade com operações ostensivas. Não obstante o indicador ter sido estabelecido em 2020, tendo como linha de base zero devido ausência de sistematização no cômputo de operações anteriores ao PPA, foi constante o crescimento e evolução da maturidade institucional em sua apuração e monitoramento.

Destaca-se que os resultados foram corroborados pelo efetivo planejamento, acompanhamento, monitoramento, comando e controle que passou a ser realizado com granularidade por delegacia. Além disso, a ampliação de efetivo e iniciativas de aperfeiçoamento com inovações tecnológicas possibilitaram a elevação da meta estabelecida para a PRF para 2023.

INDICADOR ESTRATÉGICO

OPERAÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Implementar operações estratégicas nacionais nas fronteiras e por região
- Formar novos policiais
- Realizar ajustes em bancos de dados
- Implantar novas tecnologias
- Adquirir equipamentos e viaturas operacionais

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Buscar aporte orçamentário para o desenvolvimento de novas operações estratégicas nacionais
- Melhorar bancos de dados e painéis de monitoramento
- Aperfeiçoar processos envolvidos no policiamento orientado por inteligência

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Coordenar e controlar as operações nacionais e regionais.
- Controlar e gerir o surgimento de pandemias, guerras e demais crises globais.
- Disponibilidade orçamentária para execução das atividades operacionais

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Manutenção de novos sistemas de computação
- Corte e contingenciamento de recursos financeiros para desenvolvimento dos projetos

RISCOS

- Falta de recursos financeiros para desenvolvimento ações de combate ao crime e aquisição de equipamentos para os grupos especializados.
- Surgimento de novos surtos de doenças ou viroses que impactem na circulação de pessoas e veículos, bem como, na saúde dos policiais e usuários das vias federais.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Ampliar a eficácia das abordagens.
- Implementação de novas técnicas e tecnologias de enfrentamento à criminalidade.
- Fortalecer a atuação integrada entre forças de segurança pública nacionais e internacionais.

INDICADOR ESTRATÉGICO	TAXA DE ACIDENTES GRAVES EM RODOVIAS FEDERAIS					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
166,9	163,37	158,56	163,79	156,1	161,3	147,88

INDICADOR ESTRATÉGICO	TAXA DE MORTALIDADE EM RODOVIAS FEDERAIS					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
-	-	-	-	46,58	47,71	44,13

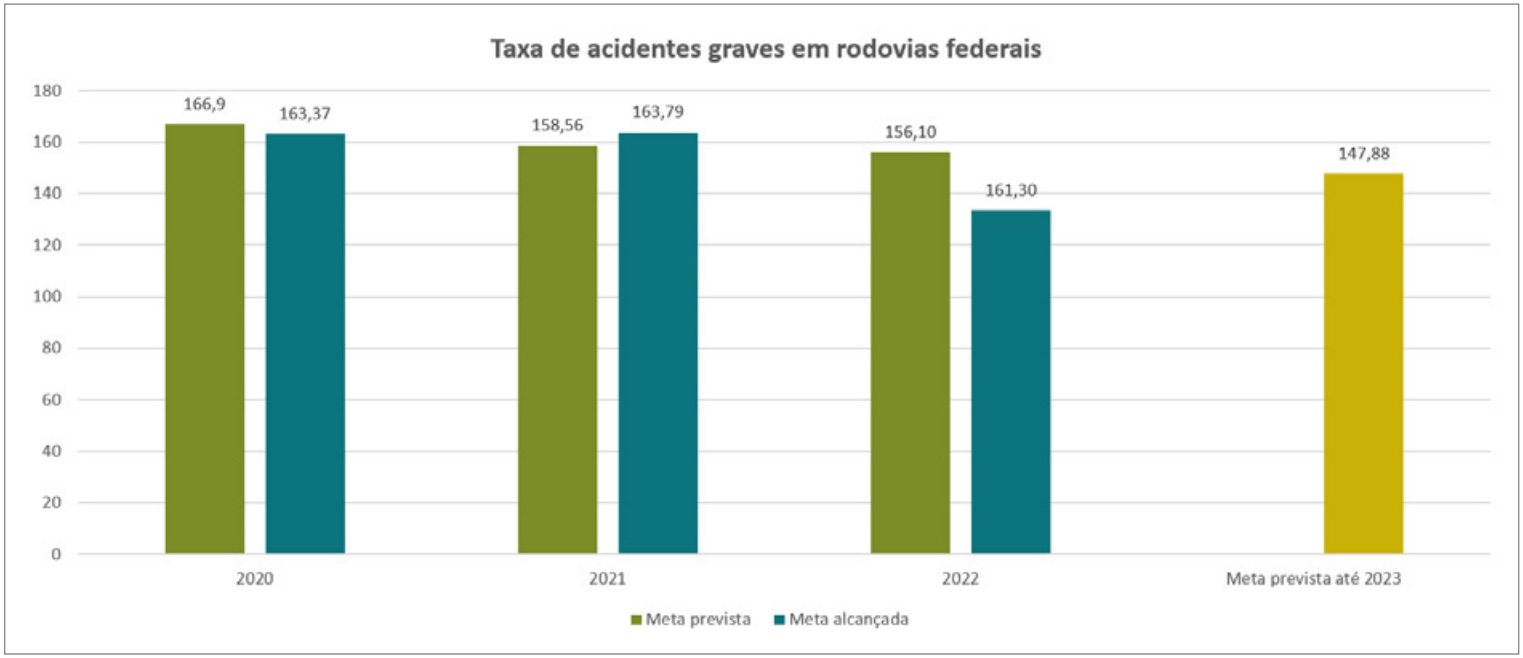
A PRF atua no sentido de promover um trânsito mais seguro nas rodovias federais, com o objetivo de cumprir sua missão institucional. O Ministério, por intermédio do indicador *"Taxa de acidentes graves em rodovias federais"*, acompanha a efetividade das ações preventivas desempenhadas pela PRF. Tal indicador possui polaridade negativa e considera, em sua mensuração, o número de acidentes ocorridos nas rodovias federais com ao menos uma vítima, com lesões graves ou morte, dividido por milhão de veículos da frota nacional.

Inicialmente ressalta-se quem em 2021, ainda que de uma forma menos severa, o país esteve sob alerta da pandemia. No período, observou-se um aumento da movimentação nas rodovias federais, pois muitas pessoas que antes preferiam viajar utilizando transportes aéreos ou transportes terrestres coletivos, passaram a viajar em veículos próprios, visando evitar contaminação pelo vírus da Covid-19.

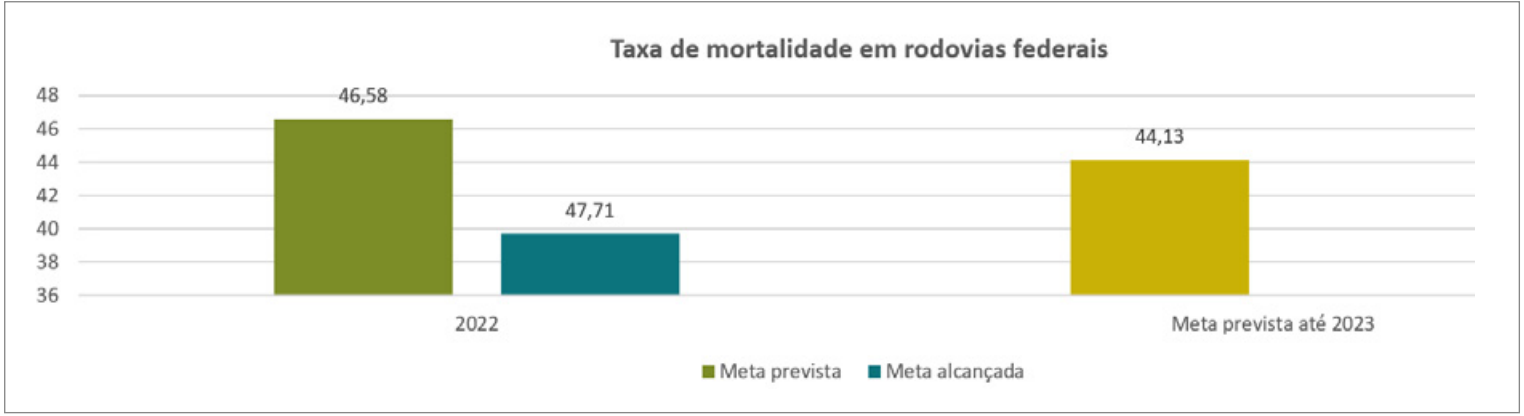
O acompanhamento da taxa de acidentes graves possibilita a implementação estratégica de ações de fiscalização em locais críticos de acidentes. Não obstante os resultados apresentados, observa-se a necessidade de manutenção de ações que promovam a redução dos níveis de acidentalidade, a fim de manter o indicador dentro dos valores almejados.

Com base no exposto, a PRF tem envidado esforços no sentido de manter os resultados dentro da meta prevista buscando a redução da taxa de mortes no trânsito, por meio das seguintes ações: Ações de Educação para o Trânsito, aprimoramento dos procedimentos para identificação de fatores de risco de acidentes de trânsito relacionados à infraestrutura viária, aperfeiçoamento processual e dos procedimentos operacionais, corroborado pelas inovações tecnológicas do Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito, assim como a implantação de novas tecnologias.

A evolução dos dados de fatalidade dos acidentes de trânsito que ocorrem em rodovias federais é monitorada por meio do indicador *"Taxa de mortalidade em rodovias federais"*. Em 2022, este indicador demonstrou manutenção da tendência de redução da mortalidade em acidentes de trânsito nas rodovias federais brasileiras. Apesar do resultado estar dentro do limite aceitável para o período, a manutenção de ações visando a redução dos níveis de mortalidade em acidentes se faz necessária a fim de manter o indicador dentro dos valores almejados para o ano.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico do MJSP



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico do MJSP

No tocante às ações preventivas de enfrentamento à violência no trânsito de impacto nos resultados dos indicadores, em 2022 a PRF executou 4.197 Operações de Segurança Viária e Operações Temáticas em pontos críticos de acidentalidade, para enfrentamento das principais causas de acidentes graves, como excesso de velocidade, ultrapassagem proibida e alcoolemia. Somada a essas operações, ao longo deste período foram realizadas Ações de Educação para o Trânsito, como o Cinema Rodoviário e palestras nas escolas, por exemplo, alcançando o expressivo resultado de 267.772 pessoas sensibilizadas com ações educativas.

Corroborando com esses esforços, destacaram-se os Planos, Programas e Políticas do Governo, bem como Projetos Estratégicos da PRF, tais como:

- Programa Nacional de Trânsito de que trata a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

- PNATRANS que foi instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018;

- Resolução A/RES/74/299 ONU - Década de Redução de Mortes da ONU 2021-2030;

- Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021; e

- Projeto Nacional de Redução de Mortes (PNRM), proposto pela PRF para o período 2019-2022.

Desta forma, em 2022, a PRF implantou o Projeto Nacional de Segurança Viária (PNSV), novo modelo de gestão da segurança viária baseado no Plano de Ação da Década da ONU e no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). Com isso, a PRF visa atuar preventivamente na redução de acidentes no trânsito, realizando a capacitação dos servidores em Cursos Avançados de Fiscalização e Cursos de Perícia de Acidentes, além da prospecção de novas tecnologias para a modernização de equipamentos, visando maximizar a efetividade das fiscalizações. Somam-se a isso, iniciativas em ações de fiscalização, como o fortalecimento do Programa Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), para melhoria no atendimento às vítimas de acidentes de trânsito; ações de integração e cooperação interinstitucional nacionais e internacionais, como o 1º Seminário Internacional de Segurança Viária, realizado em junho de 2022; dentre outras iniciativas.

INDICADORES ESTRATÉGICOS — TAXAS DE ACIDENTES GRAVES EM RODOVIAS FEDERAIS

INDICADORES ESTRATÉGICOS — TAXA DE MORTALIDADE EM RODOVIAS FEDERAIS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Fortalecer nacionalmente as atividades preventivas de Educação
- Utilizar as inovações em ambientes de tecnologia
- Ampliar as ações preventivas de segurança viária
- Aprimorar os procedimentos para identificação de fatores de risco de acidentes de trânsito relacionados à infraestrutura viária

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Aperfeiçoar os processos e procedimentos operacionais para o programa de redução de acidentes

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Disponibilizar orçamento para execução das atividades operacionais
- Limitação quanto a execução dos Cursos Especializados

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Criar políticas que favoreçam a mudança de comportamento dos condutores e demais usuários das rodovias federais
- Manter pauta de segurança viária em matérias normativas/legislativas
- Controle e gestão frente ao surgimento de pandemias, guerras e demais crises globais

RISCOS

- Dificuldade na efetiva implementação das inovações dos projetos no âmbito das Superintendências.
- Escassez de recursos humanos especializados e financeiros.
- Surgimento de novos surtos de doenças ou viroses que impactem na circulação de pessoas e veículos, bem como, na saúde dos policiais e usuários das vias federais.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

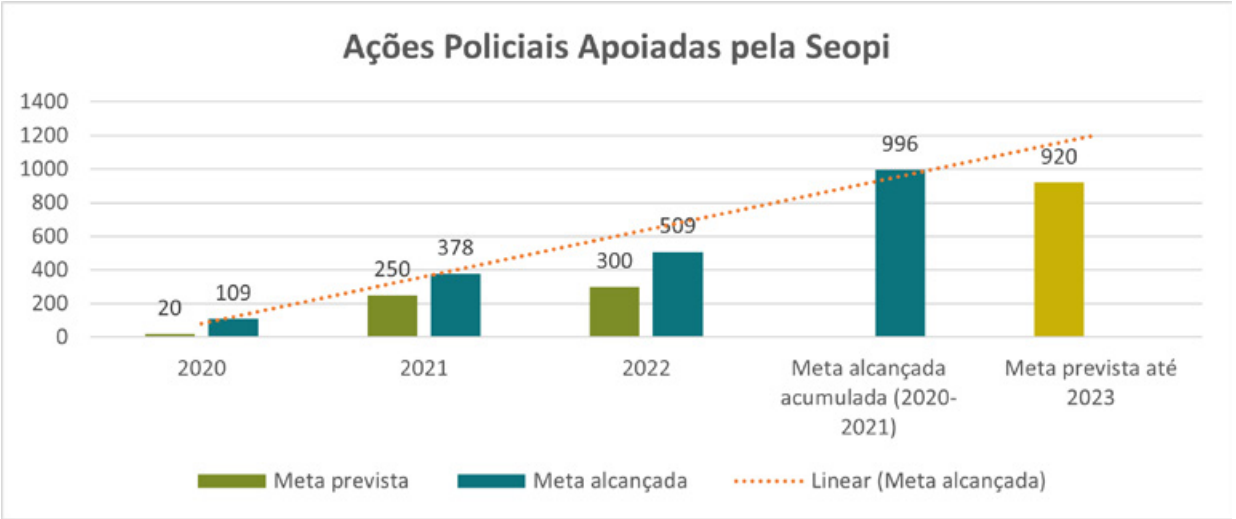
- Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação para produção de conhecimentos relacionados à prevenção de acidentes (inteligência artificial e predição).
- Maior disponibilidade orçamentária destinada às atividades de Educação para o Trânsito e Investigação de Acidentes.

INDICADOR ESTRATÉGICO	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES INTEGRADAS PLANEJADAS E COORDENADAS PELA Seopi					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
20	27	20	37	35	51	110

INDICADOR ESTRATÉGICO	QUANTIDADE DE AÇÕES POLICIAIS APOIADAS PELA Seopi					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
20	109	250	378	300	509	920

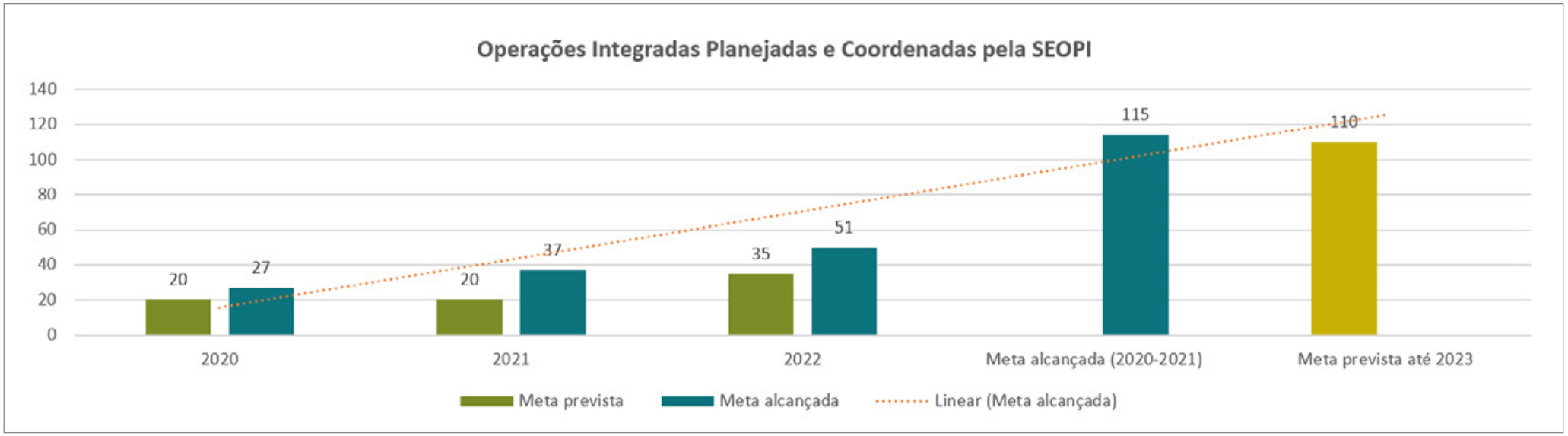
A promoção da integração dos órgãos de segurança pública por meio de operações policiais é uma das competências da Secretaria de Operações Integradas - Seopi. Dessa forma, o indicador que acompanha o apoio da Seopi às ações policiais, tem por finalidade medir a atuação do Governo Federal no apoio e assistência às forças de segurança pública do país, com o objetivo de auxiliar na melhoria das atividades desempenhadas no combate ao crime organizado.

Durante o ano de 2022, tendo em vista o atingimento do presente objetivo estratégico do MJSP, a Seopi coordenou, planejou e executou 51 operações e apoiou 509 ações policiais, por meio das quais o Governo Federal prestou amplo apoio e assistência às forças de segurança pública, auxiliando na melhoria das atividades desempenhadas no enfrentamento à criminalidade.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

Assim, atendendo a este objetivo, as ações e operações desenvolvidas tiveram como enfoque o combate ao crime organizado, crimes de tráfico de drogas, contrabando de cigarros, receptação (crimes transfronteiriços), homicídios, porte e posse ilegal de armas de fogo, estelionatos em redes sociais, abuso ou exploração sexual infantil, violência contra a mulher e ao idoso, pirataria digital, e outros.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico do MJSP

Como resultado dessas operações, em 2022 foram apreendidas mais de 3 mil armas e mais de 61 mil munições, além de mais de 521 toneladas de maconha e de 34 toneladas de cocaína.

Dentre as operações apoiadas e coordenadas, a Seopi alcançou importantes resultados. No âmbito do combate aos crimes ambientais, destaca-se a Operação Guardiões do Bioma, que se desdobra em duas frentes, uma com foco no combate ao desmatamento e outra com foco no combate a incêndios florestais.

A Operação Guardiões do Bioma com foco no combate ao desmatamento ilegal se divide em duas operações distintas: uma em apoio aos órgãos federais e outra em apoio aos órgãos estaduais, as quais têm atuação nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia. Por meio da Guardiões do Bioma - Desmatamento foram ativadas seis bases operacionais para integração de órgãos federais, tais como, Ibama, ICMBIO, Funai, PF, PRF e CENSIPAM, para atuação no combate ao desmatamento ilegal, sendo 4 (quatro) no estado do Pará (Altamira, São Félix do Xingu, Itaituba e Novo Progresso), uma em Rondônia (Porto velho) e uma no Amazonas (Humaitá). Como resultado, foram apreendidos 17.143,82 metros cúbicos de madeira, 1 aeronave e 87 veículos, além da prisão de 40 pessoas.

No âmbito das operações integradas deflagradas visando o combate aos crimes praticados contra grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, mulheres e idosos), conforme descrito a seguir:

Em 2022 houve o aumento do escopo do Programa sendo implementado o Projeto Talha-Mar que visa o aprimoramento do policiamento, controle aduaneiro e fiscalização tributária nos portos da costa marítima brasileira, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada, no âmbito de suas competências e atribuições legais, e o estabelecimento de procedimentos de interesse comum no âmbito marítimo e fluvial, portos, terminais e vias navegáveis nas esferas de desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, logística, inteligência, na execução de operações integradas, na alocação temporária de recursos

I - As **Operações Acalento - 2ª edição, Luz na Infância e Parador 27** contaram com a implementação de novas medidas de prevenção, como panfletagem e realização de palestras para conscientização da sociedade quanto à importância do tema, tendo a participação das 27 Unidades Federativas, obtendo os resultados expressivos tais como:

- 1.486 Pessoas presas;
- 2.012 Kg Drogas apreendidas;
- 334 Menores apreendidos;
- 111 Armas apreendidas;
- 173.635 Abordagens a pessoas;
- 6.686 Blitz realizadas;
- 13. 264 Locais/estabelecimentos fiscalizados;
- 100.596 Veículos abordados/fiscalizados;
- 233 Vítimas resgatadas;
- 684 Mandados de prisão cumpridos;
- 2.698 Medidas protetivas; e
- 15.501 vítimas atendidas.

II - Realização da Operação II e da Operação Maria da Penha 2022, que contaram com a participação das 27 UFs. Estas operações tiveram como principais resultados:

Operação Resguardo II:

- 6.180 Pessoas presas;
- 1.604 Mandados de prisão;
- 145 Menores apreendidos;
- 26.690 Medidas protetivas expedidas;
- 28.705 Inquéritos instaurados;
- 24.207 Inquéritos concluídos; e
- 56.420 Vítimas atendidas.

Operação Maria da Penha 2022:

- 10.499 Pessoas presas;
- 1.420 Mandados de prisão;
- 44.833 Medidas protetivas expedidas;
- 41.760 Inquéritos instaurados;
- 37.632 Inquéritos concluídos; e
- 137.613 Vítimas atendidas.

III - A **Operação Vetus III**, realizada em apoio às Secretarias de Segurança Pública estaduais, contou com a participação das Polícias Civis e Militar estaduais, com o emprego de um efetivo de 15.803 agentes de segurança. Dentre os resultados obtidos com a operação, tem-se:

- 629 pessoas presas;
- 48 menores apreendidos;
- 59 armas apreendidas;
- 271,19 kg de drogas apreendidas;
- 308 mandados de prisão cumpridos;
- 53 mandados de prisão temporária cumpridos;
- 17.146 vítimas atendidas;
- 235 vítimas resgatadas;
- 3.776 inquéritos policiais instaurados; e
- 2.236 inquéritos policiais concluídos.

humanos e materiais e na capacitação e treinamento de recursos humanos.

O Projeto Talha-Mar realizou operações integradas na costa marítima, mais especificamente nos estados do Rio Grande do Norte e Paraná visando o combate às organizações criminosas que atuam nos portos, terminais, vias navegáveis, marinas e áreas de interesse operacional. Por meio da Operação Albatroz deflagrada no âmbito do Projeto foram apreendidas mais de 327 Kg de drogas, entre outras apreensões de diversas naturezas, resultando em um prejuízo ao crime organizado de aproximadamente R$ 14,8 milhões.

Ainda em 2022 foram realizadas operações integradas no sentido de desarticular organizações criminosas voltadas à prática de crimes como tráfico de drogas, descaminho, falsificação e contrabando, as quais destacam-se:

A **Operação Narco Brasil** foi realizada nas 27 unidades federativas, abrangendo 3.759 municípios, com o emprego de 82.664 operadores de segurança pública e 30.719 viaturas. Por meio da Narco-Brasil foram cumpridos 1.769 mandados de prisão e 1.142 mandados de busca e apreensão; realizadas 10.662 blitz/barreiras, 259.893 buscas pessoais, 151.037 fiscalizações/abordagem de veículos e fiscalizados 28.115 locais. Quanto aos procedimentos de polícia judiciária executados foram concluídos 835 inquéritos policiais, instaurados 1012 inquéritos policiais e lavrados 1844 autos de prisão em flagrante. Como resultado, a operação realizou as seguintes apreensões:

- mais de 50 toneladas de drogas;

- mais de 12 mil munições; e

- Mais de 6 mil pessoas.

Destaca-se também a **Operação Cangalha**, que abrangeu 470 municípios da região Nordeste, contando com a participação de Polícias Civis, Militares e Penais, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, tendo sido empregado um efetivo total de 4.537 agentes de segurança pública e 1.094 viaturas.

Os principais resultados obtidos com a Operação Cangalha foram:

- 1.132 adultos presos;
- 123 menores apreendidos;
- 259 armas de fogo apreendidas;
- 7.978 munições;
- 6.491,92 kg de drogas apreendidas;
- 103 veículos apreendidos;
- R$ 188.213,25 em espécie apreendidos;
- R$ 21.000.000,00 bloqueados pela Justiça;
- R$ 2.803.348,75 em bens apreendidos/sequestrados;
- R$ 7.443.176,24 em drogas apreendidas; e
- R$ 194.930.000,00 em pés de Cannabis erradicados.

A Seopi também atuou por meio de forças-tarefas, importante forma de combate ao crime organizado promovidas pelo MJSP. Elas objetivam uma ação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre os órgãos de segurança pública da União, dos estados e do Distrito Federal, para o enfrentamento de crimes praticados por organizações criminosas. Essas forças são compostas pelas forças de segurança da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Polícias Civis (PC), Polícias Militares (PM), Polícias Penais estaduais e Institutos de Perícia estaduais de cada Unidade da Federação. Em 2022 a Seopi ampliou sua atuação através das Forças-tarefa, e apoiou a FT do Piauí, além de continuar os trabalhos das Forças-Tarefa do Ceará, Paraíba, Natal/RN, Mossoró/RN, que, desde suas implementações, apresentam relevantes resultados com relação ao combate ao crime organizado.Ressalta-se, ademais, que a Seopi faz parte da Força-Tarefa Internacional de Combate ao Tráfico de Armas e Munições – ICSEC, Centro de Coordenação Internacional para Ação Estratégica de Combate ao Tráfico de Armas e Munições (*International Coordination for Strategic Enforcement Center* – ICSEC), que tem como objetivo principal o rastreio de armas e munições dentro do território nacional ou ainda internacional. No ano de 2022, as principais ações desenvolvidas foram:

- Monitoramento constante através de mapas do Google Maps e *dashboard* Microsoft Power BI das principais ocorrências envolvendo tráfico de armas de fogo, traçando as rotas do tráfico de armas e estabelecendo modelos preditivos de novas tendências das organizações criminosas. O objetivo é propiciar ao profissional de segurança pública uma visão estratégica no combate ao tráfico de armas de fogo e munições, visando melhor alocação dos recursos públicos e uma consequente economia de recursos que poderão ser melhor empregados com informações precisas;

- Integração com diversas unidades de segurança pública do país auxiliando na identificação e rastreio de armas, componentes de armas, pessoas e veículos envolvidos com o tráfico de armas e munições;

• Integração com o Centro Integrado de Operações de Fronteira - CIOF; e

• Integração com o Ministério do Interior do Paraguai.

Visando o alcance do objetivo estratégico, foram implementadas inovações e melhorias que propiciaram os resultados positivos apontados pelos indicadores da Seopi. Nas figuras abaixo, são apresentadas essas melhorias, bem como os desafios e riscos a serem enfrentados pela unidade no âmbito da execução das atividades monitoradas por seus indicadores:

INDICADORES ESTRATÉGICOS — **QUANTIDADE DE AÇÕES POLICIAIS APOIADAS**

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Ampliar a atuação do Laboratório de Operações Cibernéticas
- Ampliar as ações de combate à violência contra vulneráveis (mulheres, crianças, idosos)
- Ampliar a atuação das forças tarefa e projetos

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Expandir o Projeto M.O.S.A.I.C.O.
- Ampliar os Acordos de Cooperação Técnica com os estados, visando o fomento das ações integradas (ostensivas e de inteligência)
- Implementar novas estruturas vinculadas aos CIISPRs

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Baixo efetivo especializado na área de Operações Cibernéticas
- Dificuldade de capacitação continuada em diversas áreas e escassez de recursos

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Ampliar o efetivo das forças tarefas
- Expandir as tratativas com os estados na realização de operações e ações policiais
- Disponibilizar aos Órgãos de Segurança Pública as bases de dados

RISCOS

- Não atendimento da necessidade de expansão do orçamento.
- Fragilidade na cultura de atuação integrada entre os órgãos de segurança pública.
- Falta de efetivo especializado em diversas áreas.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Ampliar as ações policiais na área de Operações Cibernéticas.
- Consolidar a produção do conhecimento integrada entre as Forças Tarefas.
- Fortalecer a cultura de atuação integrada entre as forças de segurança pública.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

QUANTIDADE DE OPERAÇÕES INTEGRADAS, PLANEJADAS E COORDENADAS PELA Seopi

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Criar inovações no combate e prevenção aos crimes ambientais
- Implantar seis bases operacionais do Guardiões do Bioma
- Aumentar o combate a crimes contra vulneráveis através do projeto VIPS (Vulneráveis Institucionalmente Protegidos e Seguros)
- Aprimorar a fiscalização e o controle das regiões de fronteira e divisas

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Ampliar os Acordos de Cooperação Técnica com os estados, visando o fomento das ações integradas (ostensivas e de inteligência)
- Expandir os Centros Integrados de Comando e Controle
- Ampliar as ações e operações do projeto Talha-Mar

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Volatilidade de servidores mobilizados
- Restrições orçamentárias
- Atraso no processo de celebração dos Acordos de Cooperação Técnica

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Integrar os sistemas federais, estaduais e municipais na ferramenta Córtex
- Celebrar normativos que possibilitem o aumento da integração das forças de segurança pública
- Unificar os processos de aquisição para que haja uniformidade e celeridade nos processos

RISCOS

- Fragilidade na cultura de integração entre os órgãos de segurança pública.
- Redução na disponibilidade de recursos financeiros para a execução dos projetos da Seopi.
- Falta de insumos nas indústrias podem impactar negativamente o cronograma de aquisições e doações.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

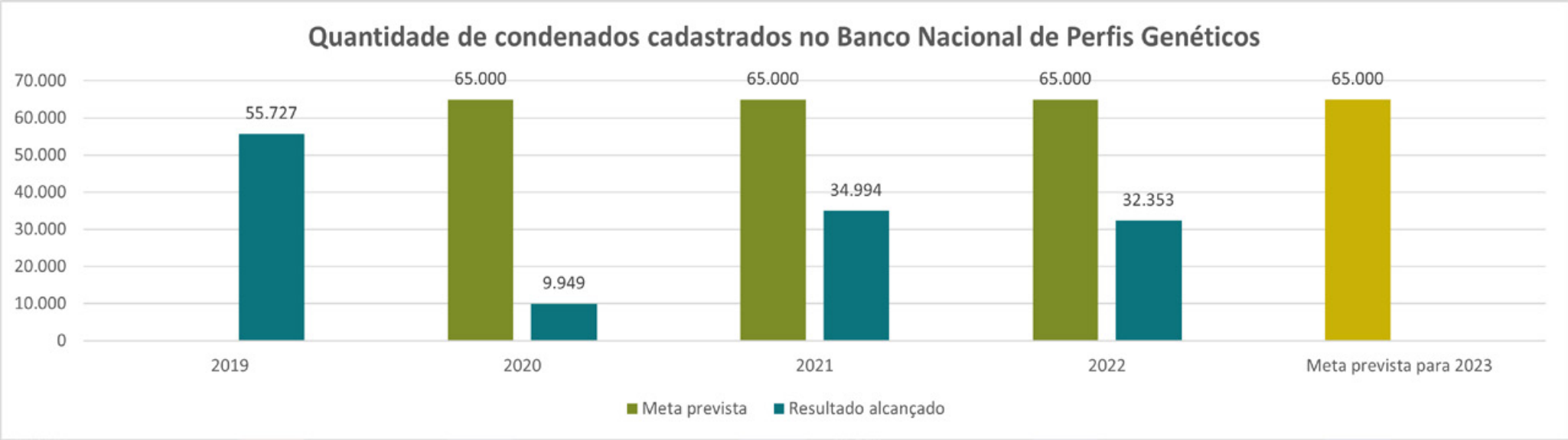
- Ampliação das ações de defesa cibernética.
- Ampliação de investimentos em inovação tecnológica.
- Ampliação da Cooperação entre a Seopi e demais órgãos.

INDICADOR ESTRATÉGICO — **QUANTIDADE DE CONDENADOS CADASTRADOS NO BANCO NACIONAL DE PERFIS GENÉTICOS**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
65.000	9.949	65.000	34.994	65.000	32.353	65.000

O presente do indicador tem por finalidade mensurar o cumprimento da legislação em relação ao DNA dos condenados por crimes violentos, por meio da inserção dos perfis genéticos dos indivíduos previstos em Lei, além do exame dos vestígios para a inserção dos perfis genéticos elegíveis no Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG).

Visando ampliar o quantitativo de amostras do banco de perfis genéticos, o Ministério implementou o Projeto de Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos - RIBPG com a previsão de aquisição de insumos e equipamentos para os laboratórios da Rede, além da aquisição de equipamentos e insumos para a realização de exames em local de crime, que resultam em amostras que serão submetidas aos exames de DNA. Com referido projeto de fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, tem-se ampliado significativamente a identificação dos responsáveis por crimes violentos.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

Em 2019, o Ministério incluiu no BNPG um total de 55.727 perfis genéticos. Em 2020, com o impacto da pandemia, houve uma redução no resultado para 9.949 perfis genéticos inseridos no BNPG, ocorrendo retomada de crescimento em 2021, com a inserção de 34.994 perfis genéticos no BNPG e em 2022 32.353 perfis inseridos no BNPG. Como todos os laboratórios integrantes da RIBPG foram auditados no segundo semestre de 2022, espera-se que haja a ampliação significativa do número de inserções até o final do ano.

Ressalta-se que as informações cadastradas no banco, possibilita apontar a autoria de crimes sem solução, identificar pessoas desaparecidas, elucidar crimes sexuais e fazer confronto de vestígios, além de comprovar a inocência de suspeitos e interligar um caso com outras investigações das demais esferas policiais funcionando, assim, como uma ferramenta eficiente para resolver crimes.

A tecnologia reúne dados de códigos genéticos obtidos em locais de crimes e de indivíduos cadastrados criminalmente. O crescimento no número de perfis genéticos tem se refletido na quantidade de coincidências registradas e de investigações auxiliadas no Brasil por meio da ferramenta. Mais de 3.400 investigações já foram auxiliadas por meio dos bancos de perfis genéticos nacionais.

No segundo semestre de 2022, ocorreram as auditorias dos laboratórios da RIBPG, conforme os requisitos da Resolução nº 12 do Comitê Gestor da RIBPG. A referida resolução ampliou os requisitos técnicos das auditorias dos laboratórios e bancos e compõem a RIBPG resultando em várias adequações para o cumprimento da resolução supracitada e, consequentemente refletindo em um baixo número de inserções. Outra possibilidade, refere-se ao baixo efetivo disponível para a realização das coletas, conforme previsão legal.

INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE CONDENADOS CADASTRADOS NO BANCO NACIONAL DE PERFIS GENÉTICOS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Aquisições de equipamentos, plataforma automatizada e materiais consumíveis para coletas e análises em laboratório de DNA do BNPG
- Processamento em larga escala de vestígios de crimes sexuais, pelo CeMPA-VS (Centro Multiusuário de Processamento Automatizado de Vestígios Sexuais) da Polícia Federal

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Ampliação de parcerias com instituições e programas já em andamento em outros órgãos, a fim de aumentar o cadastro de pessoas no BNPG
- Criação de centros multiusuários regionais para o processamento de vestígios sexuais e restos mortais não identificados - RMNIs
- Implementação de novas tecnologias

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- • Realizar coletas de DNA de condenados nas unidades federativas
- • reduzido número de efetivo necessário para a coleta de todos os condenados previstos em Lei

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Alta rotatividade de condenados no sistema prisional

RISCOS

• Alta demanda de exames dos laboratórios e baixo efetivo de recursos humanos necessários para a operacionalização das atividades e cumprimento das metas de inserção de dados no BNPG estabelecidas pelas unidades federativas.
• Baixo índice de coletas nas unidades prisionais, em virtude do efetivo necessário de peritos oficiais para atender a demanda.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

• Estabelecer procedimento eficaz para a coleta do perfil genético quando do ingresso do condenado no sistema prisional.
• Estabelecer a coleta de material genético dos condenados, para fins de inclusão no BNPG, especialmente para a progressão ao regime aberto e para a concessão de saída temporária, nos termos do art. 9º A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984; e conforme o art. 3º da Resolução nº 12, de 3 de dezembro de 2020, de Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

INDICADOR ESTRATÉGICO — **NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA QUE IMPLANTARAM A METODOLOGIA DE ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE VIOLENTA**

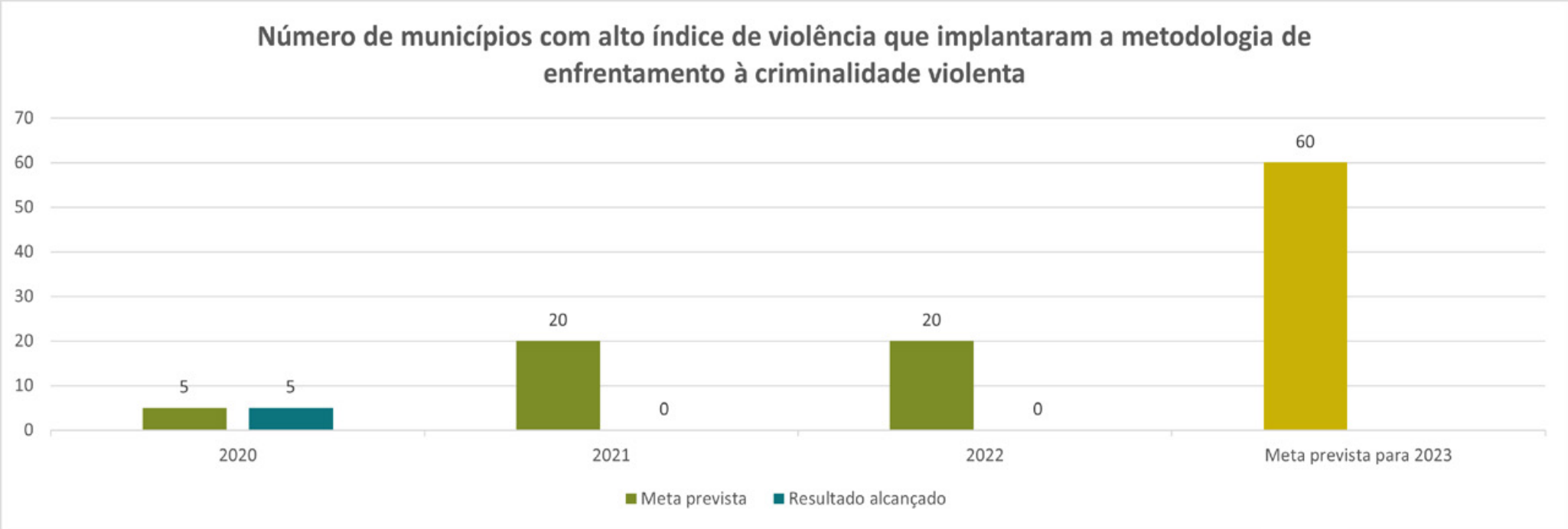
Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
5	5	20	0	20	0	60

O indicador *"Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta"* diz respeito à ampliação da abrangência territorial da metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta desenvolvida pela Senasp, considerando o total de operações que compreendem tal estrutura.

A partir da experiência adquirida com a implantação em Ananindeua – PA, Goiânia – GO, Paulista – PE, Cariacica – ES e São José dos Pinhais – PR, totalizando 5 municípios, em 2021, foi produzido conhecimento sistematizado com o objetivo de qualificar a metodologia para viabilizar a construção de um programa nacional escalável, exequível e convergente com o novo Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS, instituído pelo Decreto nº 10.822, de 29 de setembro de 2021.

Assim, em julho de 2022 instituiu-se o Programa Cidade Susp, por intermédio do qual direcionou-se a metodologia para 20 municípios do primeiro ciclo a fim que de aderissem ao Programa por meio da assinatura de Termo de Adesão firmado entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a respectiva Prefeitura Municipal, retomando o fluxo de adesão ao programa com a perspectiva de alcance total dos 20 municípios, consolidada em 2022, restando apenas os trâmites para publicação.

Como resultado para o CidadeSusp no ano de 2022, ocorreu o desenvolvimento da plataforma digital - Portal CidadeSusp, que comporta a metodologia sistematizada para elaboração de diagnósticos e planos municipais de segurança pública. Além disso, o engajamento dos primeiros 20 municípios prioritários foi realizado por meio de visitas técnicas da Senasp e realização de seminários de gestão municipal de segurança pública (JONASP 2022). Com a publicação da portaria de instituição do programa, em agosto de 2022, os 20 municípios do primeiro ciclo de implementação passaram a integrar o programa, com o treinamento para manuseio do portal e operacionalização dos Observatórios Municipais de Segurança Pública.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

A partir da adesão os municípios passam a ter acesso à Plataforma Digital – Portal CidadeSusp de onde poderão obter insumos para a extração dos Diagnósticos Municipais de Segurança Pública (DMSP) que são instrumentos de identificação das causas e dos contextos de vulnerabilidade social, dos elementos socioespaciais, da governança local existente e de atuação dos agentes públicos junto aos territórios vulneráveis. A partir dos DMSP os gestores municipais poderão elaborar os Planos Municipais de Segurança Pública (PMSP) alinhados às diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP).

Os PMSP apresentam um detalhamento do conjunto de ações com interface, direta ou indireta, com a temática da prevenção à violência e a proteção social existentes nos diferentes níveis, com a formulação de guias operacionais para a sua implementação nos municípios, em linha com as áreas prioritárias de atuação identificadas na etapa de diagnóstico. No que versa o compêndio da assistência ao fortalecimento da gestão municipal de segurança pública, ofertou-se capacitação técnica para gestores e operadores de segurança pública municipal e o apostilamento da metodologia sistematizada.

Dessa forma, realizou-se capacitação na metodologia de estruturação e monitoramento estratégico de PMSP, em monitoramento e avaliação de resultados e impactos, como também incluído a capacitação no desenvolvimento de relatórios, tabelas e dashboards do sistema, aos operadores dos OSEP-Municipais para a coleta, organização e análise de indicadores e na operacionalização da metodologia de DMSP.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA QUE IMPLANTARAM A METODOLOGIA DE ENFRENTRAMENTO À CRIMINALIDADE VIOLENTA

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Desenvolver plataforma digital - Portal CidadeSusp
- Seleçionar e treinar equipe técnica de focais do MJSP para abordagem aos municípios selecionados

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Implementação assistida da metodologia após a capacitação dos agentes dos OSEP´s Municipais
- Ampliação dos Municípios partícipes do programa por meio da adesão ampla
- Aprimoramento da Plataforma

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Substituição dos Recursos Humanos envolvidos no processo
- Adaptação das Prefeituras para alcance dos resultados esperados

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Multiplicação do conhecimento adquirido junto aos outros órgãos Municipais

RISCOS

- Alternância dos participantes capacitados.
- Dificuldade no compartilhamento da informação

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

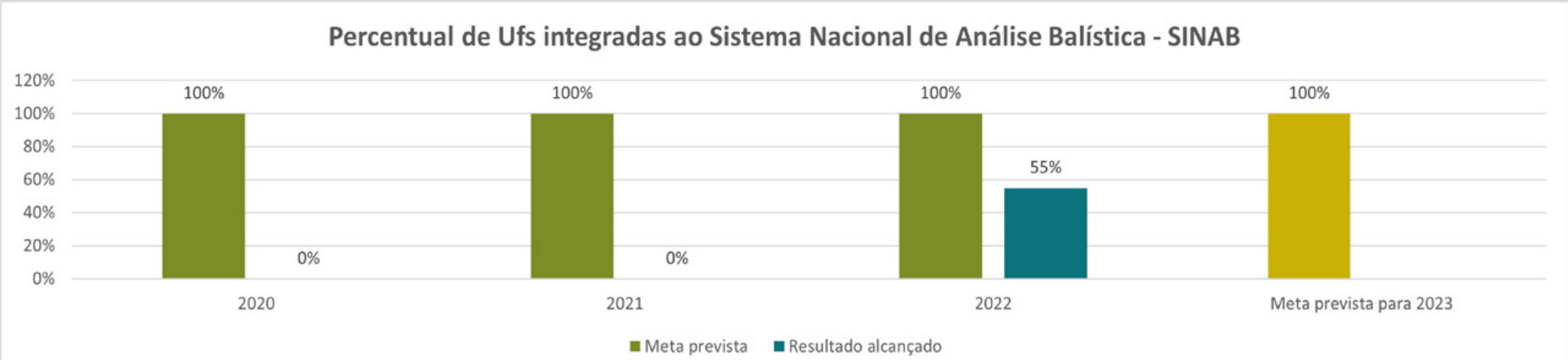
- Melhoria da Gestão Municipal com foco na metodologia apresentada.
- Diminuição da violência nos Municípios partícipes.
- Compartilhamento de boas práticas a outros municípios.

INDICADOR ESTRATÉGICO	PERCENTUAL DE UF'S INTEGRADAS AO SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA - SINAB					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
100%	0%	100%	0%	100%	55%	100%

O presente indicador avalia a integração ao Sistema Nacional de Análise Balística – Sinab, a partir da quantidade de Unidades Federativas - UFs implantadas e integradas ao sistema em relação ao total de UFs do Brasil. O Banco Nacional de Perfis Balísticos tem como objetivo cadastrar armas de fogo e armazenar características de classe e individualizadoras de projéteis e de estojos de munição deflagrados por arma de fogo, conforme definido pelo Art. 34-A da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021, que instituiu o referido Banco, o Sinab e o Comitê Gestor do Sistema Nacional de Análise Balística.

No ano de 2022 foram realizadas pela Senasp visitas técnicas para verificação das exigências necessárias para viabilizar funcionamento adequado da solução a ser doada em cada instituição. Os Sistemas de Identificação Balística, responsáveis pelo cadastramento dos elementos de munição (estojos e projéteis) relacionados a crimes, passaram a ser instalados gradualmente nos laboratórios de balística forense das Unidades da Federação, de acordo com a verificação de condições adequadas.

Para tanto, foram assinados contratos referentes a aquisição de 06 Sistemas de Identificação Balística para equipar as Unidades da Federação, bem como elaborou-se regimento interno do Comitê Gestor do Sinab-CGSINAB, manual de procedimentos do Sinab e manual de controle da qualidade.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

Ressalta-se que foi realizada a entrega e instalação de Sistemas de Identificação Balística em 13 Unidades da Federação e na Polícia Federal. Duas Unidades da Federação realizaram aquisição de equipamentos via adesão de ata da Senasp (RS e MG). Ao todo foi possível integrar 15 Unidades da Federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

PERCENTUAL DE UF's INTEGRADAS AO SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA - SINAB

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Elaboração e publicação regimento interno do Comitê Gestor do SINAB-CGSINAB, do manual de procedimentos do SINAB e do manual de controle da qualidade
- Criação e realização do curso de protocolos do SINAB com carga horária de 20h.

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Entrega e Instalação de Sistemas de Identificação Balística, em todas as Unidades da Federação, para possibilitar total integração ao SINAB
- Aquisições de equipamentos e materiais, permanentes de consumo
- Implementação de novas tecnologias

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Realização de visitas técnicas de validação das instituições que receberão as doações dos equipamentos
- Adequações das Instituições estaduais
- O efetivo necessário para inserção e análise dos elementos de munição conforme previsão legal

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Necessidade de aumento de efetivo nos laboratórios de balística forense
- Celeridade na inserção e análise, com tempo de resposta efetivo.
- Capacitação dos profissionais envolvidos

RISCOS

- A alta demanda de exames dos laboratórios e baixo efetivo de recursos humanos necessários para a operacionalização das atividades e cumprimento das metas de inserção de dados no BNPG.
- Falta de infraestrutura adequada para funcionamento dos equipamentos.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Integração nacional, com compartilhamento de dados e análises de vínculos.
- Inserção dos elementos de munição relacionados a crimes no BNPB, conforme previsão legal.
- Ampliação e modernização dos laboratórios de Balística Forense.

PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujos principais estão destacados abaixo:

PROJETO ESTRATÉGICO - PF | **PROMETHEUS**

Visando incrementar o resultado operacional da Polícia Federal, foi criado o Projeto Prometheus, verificado por meio do aumento do indicador de produtividade (maior produção em relação aos recursos empregados) e a melhoria da taxa de racionalização de instauração de inquéritos policiais (relação entre a quantidade de comunicações de crime recebidas e os inquéritos instaurados), para que, em última análise, todos (ou quase todos) os inquéritos policiais concluídos (encerrados) tenham indicação de autoria, além da comprovação da materialidade.

O referido Projeto consiste no desenvolvimento de ferramentas de análise para investigações específicas com cruzamento de dados e na reformulação dos processos produtivos visando a priorização do uso dos recursos disponíveis em investigações policiais de maior relevância penal.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF — APRIMORAMENTO DE TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO COM CRIPTOATIVOS

Com a finalidade de promover o aprimoramento da capacidade de identificar casos que envolvam o uso de criptomoedas em contexto criminoso e a adequada investigação e recuperação de ativos, foi criado o citado Projeto. o objetivo final é garantir que sejam disponibilizados ao efetivo policial meios e informações necessárias para a condução de investigações sobre o tema, paralelamente à condução de estudos que agreguem à atividade policial.

As entregas realizadas no ano de 2022 foram as seguintes: a) Revisão e reencaminhamento de proposta de Resolução ao CNJ, para que as *Walets* e os criptoativos apreendidos nos procedimentos de polícia judiciária sejam custodiados pelo poder judiciário; b) Prosseguimento do processo de compra de ferramenta de rastreio de criptomoedas; c) Realização de capacitação em nível avançado para rastreio de criptomoedas em parceria com a *Exchange Binance*; d) Sucessivos apoios operacionais tanto na identificação de transações realizadas por organizações criminosas, quanto para instruir as equipes em como proceder ao se deparar com criptoativos; e e) Realização de Webinário de criptomoedas para atualização do efetivo quanto às últimas operações realizadas pela PF abrangendo a temática e explicação das técnicas empregadas e que podem ser replicadas em demandas semelhantes.

No ano de 2022, foram realizadas algumas ações importantes, tais como elaboração de proposta de regulamentação da custódia e venda de criptoativos apreendidos, bem como início ao processo de compra de serviço/*software* de investigação/rastreio de transações com criptoativos, que deverá trazer maior efetividade nas investigações. A unidade também consolidou as boas práticas operacionais para tratamento e custódia de criptomoedas apreendidas nas ações policiais.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF — - BANCO NACIONAL MULTIBIOMÉTRICO E REDE INTEGRADA DE BANCOS MULTIBIOMÉTRICOS ABIS NACIONAL

O projeto ABIS – Nacional tem como objetivo implementar, em âmbito nacional, sob coordenação da PF e com apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública Senasp/MJSP, solução de comparação biométrica (ABIS) com moderno parque de periféricos, em substituição ao sistema atualmente em utilização - AFIS.

No ano de 2022, as principais entregas foram:

a) assinatura do Contrato de Prestação de Serviços n. 01/2021 DTI/PF (solução ABIS, dividida em 14 entregas ao longo de 2022 e 2023);

b) entrega do Plano executivo do Projeto;

c) entrega do serviço de Migração de Dados; e

d) Entrega dos Treinamentos dos servidores da Contratante.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF **BRASIL M·A·I·S·**

O Brasil possui dimensões continentais, biomas e clima que dificultam o planejamento e a logística, com ações em campo de alto custo e risco. A dificuldade de presença promove um cenário de crimes e desastres, que inclui desmatamento ilegal, queimadas, rompimento de barragens, mineração irregular, pistas clandestinas, fraudes em manejo florestal, plantio de ilícitos e fraudes e irregularidades em obras. Além disso, diversos órgãos públicos têm dificuldade para a fiscalização de uso e ocupação do solo, ambiental, agropecuária e de obras de infraestrutura.

Existem geotecnologias para apoiar a superação desses desafios. Porém, devido ao alto custo, dificuldade de contratação e dificuldade de gestão, muitas instituições acabam por não as possuir adequada e suficientemente, contratam imagens ou produtos satelitais de uma mesma área geográfica e/ou utilizam meios e metodologias diferentes que chegam a conclusões antagônicas, deixando a impressão de que o Estado Brasileiro não se entende.

O Projeto Brasil MAIS (Meio Ambiente Integrado e Seguro), que é o principal mecanismo de execução do Programa Brasil MAIS, instituído pela Portaria MJSP nº 535, de 22 de setembro de 2020, permite que um número ilimitado de instituições públicas possa ter acesso a imagens e produtos satelitais, capacitação, plataformas e intercâmbio de conhecimento, com propósito de melhorar a eficiência e a eficácia do Estado na prevenção, na repressão e na elucidação de crimes e de desastres ambientais em todo território nacional, promovendo a aplicação de geotecnologia em apoio às funções de segurança pública, polícia judiciária, administrativa e demais atividades de Estado pertinentes, promovendo a padronização de processos e metodologias, bem como a capacitação e a pesquisa e desenvolvimento de técnicas e tecnologias aplicadas.

Para aumento da eficácia do programa, foi instituída, como vetor de desenvolvimento e realização do programa, a Rede do Programa Brasil M.A.I.S. (RedeMAIS), com finalidade de estruturar ambiente matricial de cooperação e de compartilhamento de tecnologias, metodologias e dados atualizados entre seus integrantes: órgãos e entidades públicas da área de segurança pública das três esferas; e outros órgãos e entidades públicas, mesmo que de áreas diversas da segurança pública, com propósito de participação no desenvolvimento e realização do programa.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF

BRASIL P.A.T.R.I.A DIGITAL (Perícias Avançadas em Tecnologias, Rastreamento e Inteligência Artificial de Evidências Digitais)

O projeto estratégico Brasil P.A.T.R.I.A. Digital tem como objetivo geral o combate aos crimes transnacionais digitais garantindo a preservação da evidência digital, com especial atenção em abuso sexual infantojuvenil, crimes financeiros digitais, crimes ambientais e de engenharia. O escopo do projeto pode ser dividido em quatro eixos principais: desenvolvimento de ferramentas; aquisição de equipamentos; elaboração de treinamentos; e elaboração de manuais e normas relacionadas a vestígios digitais.

No ano de 2022, as principais entregas do projeto estratégico Brasil P.A.T.R.I.A. Digital foram:

a)Finalização e disponibilização para servidores da Polícia Federal do IPED (Indexador e Processador de Evidências Digitais), em sua versão 4.0, trazendo diversas funcionalidades e melhorias para o trabalho de investigação, análise e perícia em vestígios digitais;

b) Finalização e disponibilização para os servidores da Polícia Federal do Delphos - Pacote Pericial de Apoio e Análise de evidências digitais em especial nas áreas Perícias em Veículos, Contabilidade, Engenharia e Meio Ambiente; e

c) Finalização e disponibilização para servidores da Polícia Federal de nova versão do LED e NUDETECTIVE, proporcionando maior capacidade de análise e identificação de evidências digitais de crimes de abuso sexual infantojuvenil.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF

LABORATÓRIO NACIONAL DE ISÓTOPOS FORENSES - LANIF

O projeto estratégico visa a implementação do Laboratório Nacional de Isótopos Forenses - LANIF, em cooperação entre a Polícia Federal e instituições de pesquisa parceiras e tem como objetivo desenvolver e sistematizar o conhecimento técnico-científico a partir da elaboração de protocolos de coleta e padronização de análises de amostras criminais para a aplicação da metodologia isotópica em casos forenses. O produto a ser entregue será o estabelecimento de um laboratório colaborativo interinstitucional e multiusuário dentro da estrutura organizacional do Instituto Nacional de Criminalística da Diretoria Técnico Científica da PF. O desenvolvimento da técnica de isótopos forenses no contexto pericial terá o foco primário de trazer agilidade e eficiência na resolução de exames periciais complexos, além de fornecer dados científicos estratégicos a operações de investigação. E, ainda, contribuirá para o desenvolvimento de capacitação de recursos humanos e difusão de conhecimento entre órgãos policiais no Brasil, promovendo a consolidação de importantes parcerias entre a Polícia Federal e outras instituições de segurança pública, fiscalização e pesquisa.

No ano de 2022, as principais entregas do projeto estratégico LANIF foram:

a) Instalação e operacionalização de 100% do parque laboratorial inicialmente planejado, tornando a PF autônoma para a análise de isótopos estáveis nos diversos tipos de vestígios criminais;

b) Apoio a operações policiais relacionadas a fraudes alimentares e desmatamento ilegal de espécies protegidas de madeira;

c) Avanço metodológico na análise e interpretação de resultados relativos a cocaína e madeira; e

d) Publicação do primeiro estudo de distribuição de razão isotópica da água de abastecimento do Brasil: resultado basilar para futuras metodologias de atribuição de origem de vestígios de fauna e flora.

Foram enfrentados e superados imprevistos de ordem operacional do laboratório em relação à: falhas em equipamentos; dificuldade na climatização adequada do laboratório; e desabastecimento no mercado de insumos (gás hélio). Em que pese a resolução tempestiva dos contratempos apresentados, as interrupções de funcionamento recorrentes do laboratório contribuíram para que a construção de banco de dados de razão isotópica dos principais vestígios não tivesse o avanço planejado no ano de 2022.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF | **PROGRAMA OURO ALVO - POA**

O programa estratégico tem por objetivo otimizar e diminuir o tempo de duração dos exames periciais na análise de ouro apreendido em operações de polícia judiciária, assim como no fornecimento de subsídios, a partir do desenvolvimento e utilização de técnicas especializadas de análise pericial, na orientação proativa às equipes de investigação da PF que atuam no combate às ilicitudes na cadeia do ouro ilegal. Além disso, elevar o patamar de atendimento das demandas oriundas das ações desenvolvidas pela PF no combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, crimes ambientais e riscos e vulnerabilidades associados ao crescimento acelerado da exploração e comercialização irregular do ouro na América Latina, dentro do denominado Programa Ouro Alvo.

No ano de 2022, os principais resultados apresentados pelo programa foram:

a) Realização do 1º seminário internacional sobre as ilicitudes e a rastreabilidade do Ouro;

b) Realização de campanha de amostragem em garimpos e minas de ouro no Amapá;

c) Realização de campanha de amostragem em garimpos e minas de ouro no Mato Grosso (baixada cuiabana e oeste mato-grossense);

d) Criação do Comitê Científico do Programa Ouro Alvo e Minerais de Conflito;

e) Elaboração de ofício circular orientando todas as unidades da PF sobre o envio de amostras de ouro para o POA;

f) Participação no 8º Encontro Nacional de Química Forense;

g) Participação no Exposibram 2022;

h) importação de dados isotópicos (legados) de ouro do banco de dados da USP;

i) Participação na conferência da UNODC – Responding to illegal mining and trafficking in metals and minerals: a guide to good legislative practices; j) Realização das primeiras análises isotópicas do POA (será concluída em novembro do corrente); e

k) Realização de campanha de amostragem em garimpos e minas de ouro no sul do Pará (programada para novembro).

Importante ressaltar que, as metodologias e técnicas propostas pelo Programa representam o estado da arte do que existe atualmente no mundo. O POA está com uma base sólida e está ganhando alta relevância mundial.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF **MULTIAGÊNCIA**

O Projeto Multiagência se propõe a realizar o compartilhamento de sistemas que possam auxiliar instituições integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, e do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, a registrar e acompanhar suas ocorrências, bem como, integrar, estruturar, analisar e disponibilizar dados de forma rápida e segura para os diversos atores do programa.

Os sistemas que compõem o programa Multiagência são: a) E-DAT (Declaração Eletrônica de Acidentes de Trânsito): Sistema utilizado por 70 órgãos parceiros, dentre eles, Superintendências, Departamentos de Trânsito, Prefeituras, Guardas Civis, Polícias Militares e Municípios; b) BAT (Boletim de Acidentes de Trânsito): Sistema em fase final de desenvolvimento; c) BOP (Boletim de Ocorrência Policial): Sistema desenvolvido, em fase de ajustes finais, com implantação do Piloto na Polícia Militar de Roraima; e d) PRF Móvel 2.0: Sistema em desenvolvimento pelo Instituto Federal do Ceará com entrega única prevista para 2023.

O sistema traz, a partir do emprego de inteligência computacional, reconhecimento de sinais, reconhecimento facial (*online* e *offline*), Leitura de OCR e outras tecnologias, potência, eficiência e a eficácia das atividades de policiamento e fiscalização, englobando também os serviços já presentes nas aplicações atuais. O programa prevê uma integração de todas as bases de dados. Até o momento foram feitas as definições da estratégia para contratação e das bases Piloto.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF

PROJETO NACIONAL DE SEGURANÇA VIÁRIA - PNSV

O projeto Nacional de Segurança Viária – PNSV (2022 – 2025) consiste na implementação de um modelo de gestão da segurança viária, alinhado às diretrizes estabelecidas no plano de ação da década da ONU (2021 - 2030) e com o PNATRANS (Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018, regulamentada pela Resolução 870/2021) para a redução de mortes e lesões no trânsito, com ações distribuídas nos seguintes eixos: Gestão da Segurança no Trânsito, Vias Seguras, Segurança Veicular, Educação para o Trânsito, Atendimento às Vítimas, Normatização e Fiscalização, Integração e Cooperação.

As metas estabelecidas para o presente projeto são: a) Redução de, no mínimo, 50% das taxas de mortes por grupo de habitantes e por grupo de veículos no período de dez anos, de 2018 a 2028 (PNATRANS); e b) No período de 2022 a 2025, a redução de 20% do índice de óbitos em acidentes de trânsito nas rodovias federais em comparação com o ano de 2021 considerando o crescimento da frota.

Em 2022, os resultados do projeto foram:

a) Participação em eventos internacionais de segurança viária para benchmark das melhores práticas em uso no mundo;

b) Desenvolvimento de painéis estatísticos para o público externo - Observatório de Dados;

c) Disponibilização de painéis no site da PRF (público interno), para planejamento de operações de segurança viária - Painéis Analytics;

d) Realização do Curso de Perícia de Acidentes de Trânsito- EAD;

e) Melhorias no processo de atendimento e registro de acidentes de trânsito, com capacitação intensiva e implementação do processo de Avaliação Gerencial de Boletim de Acidente de Trânsito - AGBAT, e desenvolvimento do sistema AGBAT;

f) Criação de Grupo de Trabalho para o estudo sobre a problemática de acidentes causados por animais soltos em rodovias com apresentação de propostas para solucionar ou minimizar o problema;

g) Instituição de Grupo de Trabalho para produzir projeto para ampliar o número de superintendências PRF participantes do FETRAN - Festival Estudantil de Trânsito;

h) Iniciado projeto para destinar espaço nas notificações de autuação e penalidade para divulgação de mensagens educativas e estatísticas de acidentes de trânsito;

i) Iniciado projeto para implementar a área *kids* no site da PRF;

j) Realização de diversas operações temáticas de segurança viária em 2022;

k) Realizado Curso Avançado de Fiscalização de Trânsito em 2022;

l) Realizado Curso de Fiscalização de Transporte em 2022; e

m) Foram realizadas prospecções de novas tecnologias para maior efetividade da fiscalização (biênio 2022/2023) - (Radar, Drogômetro, Medidor de Transmitância Luminosa).

PROJETO ESTRATÉGICO - PF **PROGRAMA DE APOIO AO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - PACCO**

O Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado (PACCO) visa fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira, sendo composto por 06 (seis) projetos, são eles:

- Melhoria nos processos de produção de conhecimento com ênfase em ORCRIM, que viabilizará a produção qualificada e oportuna de conhecimento acerca do crime organizado, possibilitando assessoramento eficiente aos órgãos de segurança pública e aos tomadores de decisão. Isto permite com que políticas de segurança pública com foco na criminalidade organizada alcancem maior efetividade, sobretudo porque documentos de inteligência permitem uma análise ex ante com base em evidências, análises de conjuntura e diagnósticos.

- Capacitação de profissionais de inteligência através do aprimoramento e o desenvolvimento de competências, que qualificará os profissionais de inteligência e os profissionais que integram os órgãos de segurança pública que operam diretamente no combate à criminalidade organizada para atuar com eficiência.

- Criação e disponibilização de um canal de informação seguro/criptografado - Rede Cronos - para os órgãos de segurança pública o qual atende a dois requisitos essenciais ao enfrentamento ao crime organizado: segurança da informação e organização.

- Base de dados ORCRIM, que será utilizada por agências de inteligência para cadastramento, busca e cruzamento de informações acerca do crime organizado no Brasil e outros países e seus membros ativos ou parceiros.

- Extração e análise de dados de dispositivos móveis (Excel), realizado por meio de solução tecnológica forense, disponibilizada pela Diretoria de Inteligência - DINT

aos Estados interessados e operada por profissional capacitado, visando apoiar o combate ao crime organizado e construir uma base de dados sobre ORCRIMs.

- Ação Integrada Dint/Coaf que consiste na parceria firmada através de Acordo de Cooperação Técnica entre a Diretoria de Inteligência da Seopi e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, voltada ao enfrentamento à lavagem de dinheiro perpetrada por Organizações Criminosas no país, diante da necessidade de enfraquecimento das Organizações Criminosas a partir do ataque direto ao núcleo financeiro dessas organizações. O projeto objetiva a promoção do efetivo intercâmbio de dados e informações de Inteligência Financeira entre os envolvidos, a viabilização do aumento da capacidade de produção de conhecimento em inteligência financeira, o aumento da efetividade das investigações sobre lavagem de dinheiro relacionada às organizações criminosas e promoção da qualificação técnica de servidores em matéria de Inteligência Financeira.

No ano de 2022, as principais entregas do Programa foram: Adesão de novas agências ao Sistema ORCRIM; Realização de diversas reuniões técnicas com a polícia judiciária dos estados, com vistas a alinhar as ações do Ação Integrada Dint/Coaf; Adesão de novas agências ao Projeto EXCEL e ampliação da capacidade técnica operacional de alguns Estados aderentes, com o fornecimento de mais equipamentos e atualização de licenças; Adesão de novas agências à Rede Cronos; Realização de cursos de inteligência, capacitando diversos profissionais de segurança pública; Aquisições diversas para implementação técnica do Programa, como equipamentos de contramedidas, soluções tecnológicas de análise de vínculos e pesquisas em fontes abertas, equipamentos audiovisuais e de informática etc.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF **SISTEMA INTELIGENTE DE CONSCIÊNCIA SITUACIONAL – GUARDIÃO DO BRASIL**

O Projeto possui, como objetivo estratégico dentro da Carteira de Projetos Estratégicos do MJSP, a missão de fortalecer o enfrentamento à criminalidade com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira. Para tanto, visa implantar um sistema de inteligência voltado para a busca de dados, análise, produção de conhecimento e difusão em âmbito do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, produzindo alertas para a área de inteligência e operacional de acordo com o conteúdo e a finalidade.

Com esse escopo, as entregas do projeto estão divididas em duas fases:

a) Na primeira fase, foi possível construir o Sistema Automático Versionador de Documentos de Inteligência (SAVI), que se encontra em fase de implementação de normativas, entrega para as agências, treinamento de usuários, monitoramento e testes do sistema;

b) Já na segunda fase, o projeto evoluiu e voltou-se para atingir o objetivo de construir, sob gestão da Diretoria de Inteligência da Seopi do MJSP (Dint/Seopi/MJSP), uma plataforma nacional de consulta a sistemas e bases de dados baseada em arquitetura de micro serviços, promovendo a interoperabilidade entre os sistemas informáticos dos órgãos componentes do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública do Brasil, tendo como demais características a escalabilidade, portabilidade, manutenibilidade, acessibilidade e utilização de tecnologias. Em síntese, nesta segunda fase, a solução consistirá em um sistema informático que, a partir de

instrumentos de cooperação entre o MJSP e os Órgãos de Segurança Pública, será capaz de realizar buscas de dados de interesse da inteligência de segurança pública contidos nas bases/sistema de dados pertencentes aos órgãos de segurança pública que aderirem a solução.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF **GUARDIÕES DAS FRONTEIRAS - GUARDIÃO DO BRASIL**

O Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas - Guardiões das Fronteiras realiza a vigilância do território de fronteira e divisas do Brasil com o aumento da presença do Estado e a efetividade na segurança, controle e fiscalização locais, por meio do fortalecimento na articulação entre as instituições de segurança pública e a integração destas com os demais órgãos das três esferas públicas que atuam, de alguma forma, no enfrentamento aos crimes transfronteiriços. O programa realiza, ainda, a governança dos resultados e investimentos realizados nas diversas unidades participantes, disponibilizando sistemas e comunicação interoperáveis entre elas sem ferir suas autonomias nas respectivas áreas de atuação.

O Programa Guardiões das Fronteiras possui os seguintes elementos constitutivos:

1. Operações Integradas (materializadas pela operação Hórus dos 14 estados participantes do Programa Guardiões das Fronteiras);

2. Proposição e apoio de capacitações junto aos órgãos competentes estaduais ou do MJSP; e

3. Aquisições de equipamentos e sistemas (destinados ao aparelhamento das instituições participantes do referido Programa).

Tais elementos têm por objetivo proporcionar as capacidades operacionais C4ISTAR (comando, controle, computadores-*softwares* e *hardwares*, comunicações, inteligência, vigilância, reconhecimento e capacidade de aquisição de alvos); sensores; equipamentos e aparelhamento das unidades; e sistema de bases fundados na doutrina F3EAD, adaptabilidade, *Networking* e Capacidade de Influência na dimensão humana e informacional, tendo como princípios basilares a simplicidade, convergência de propósitos e simplicidade.

Iniciado como um projeto piloto no dia 15 de abril de 2019, no município de Guaíra/PR, o Programa Guardiões das Fronteiras apresenta resultados expressivos em seus três anos de existência. Nesse viés, no ano de 2022, destacaram-se as grandes apreensões de ilícitos e o elevado número de prisão de criminosos durante a realização das operações Hórus nos 14 estados participantes do referido programa, bem como, as diversas capacitações (dos mais variados temas operacionais) destinados aos operadores que atuam no âmbito das referidas operações, sem esquecer das importantes aquisições de equipamentos de qualidade ímpar, os quais foram destinados às unidades que possuem atuação contínua e integrada no Guardiões das Fronteiras.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF **FORTALECIMENTO DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS**

A Rede Integrada de Banco de Dados de Perfis Genéticos - RIBPG tem como objetivo Identificar o perfil genético de todos os indivíduos previstos em lei, examinar vestígios pendentes e inserir os perfis elegíveis nos bancos de dados; promover treinamentos nos órgãos policiais federais e estaduais para a preservação no local de crime, coleta e exame dos vestígios encontrados e criar um sistema para melhor controle de indicadores do processo envolvido e da cadeia de custódia dos vestígios analisados. Ademais, o projeto estratégico visa ampliar e fortalecer a Rede, por meio de acordos de cooperação com as unidades da federação, além de promover a aquisição de equipamentos e materiais necessários à realização dos exames de genética forense, conforme previsão legal.

Está vinculada a um programa estratégico do MJSP que visa fomentar a utilização de novas tecnologias na área de segurança pública com vistas ao fortalecimento e à modernização de suas instituições. Foi concebida em 2009, já com a adesão das diversas Unidades da Federação, por meio de Acordos de Cooperação Técnica, e, normatizada no ordenamento jurídico por meio do Decreto nº 7.950, de 2013, alterada pelo Decreto nº 9.817, de 3 de junho de 2019.

Ligada diretamente ao MJSP a RIBPG é formada pelos diversos Bancos de Perfís Genéticos (nível estadual, distrital e federal) e o Banco Nacional de Perfis Genéticos (nível nacional) e tem por objetivo geral propiciar o intercâmbio de Perfís genéticos de interesse da Justiça, obtidos em Laboratórios de Perícia Oficial, para subsidiar a apuração criminal e a identificação de pessoas desaparecidas.

O projeto de Fortalecimento da RIBPG possui entre seus objetivos específicos, um amplo programa de processamento de amostras biológicas. Essas amostras são compostas por vestígios biológicos coletados em locais de crimes, coletados de vítimas de crimes sexuais, ou ainda, amostras coletadas de condenados criminalmente, conforme preconiza o art. 9º-A da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).

O Projeto de Fortalecimento da RIBPG apresentou alinhamento com o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, em especial com a diretriz estratégica de fortalecimento da segurança pública e redução de homicídios, bem como a integração de políticas públicas entre os entes federados. Mais especificamente, o projeto alinha-se com a política de combate à criminalidade violenta do Governo Federal e do MJSP.

A RIBPG tornou-se uma importante ferramenta de auxílio à investigação criminal e persecução penal, por possibilitar a comparação nacional de perfis genéticos oriundos de locais de crime, ainda que não haja nenhuma identificação prévia de autoria. Isso é possível pois o exame de DNA é comparativo. O DNA de uma amostra questionada, ou seja, de origem desconhecida, pode ser comparada com o DNA de uma amostra de referência, obtida de uma fonte previamente identificada. Ou, o DNA de uma amostra questionada pode ser comparado com outra amostra de origem desconhecida.

Desse modo, os perfis genéticos armazenados e confrontados nos bancos de DNA buscam a coincidência de perfis genéticos que permitem afirmar que pertencem a um mesmo indivíduo, logo, conseguem relacionar a autoria de crimes. Essa coincidência de perfis genéticos pode ocorrer em locais de crimes distintos, ou relacionar

um indivíduo a um local de crime específico ou ainda a um vestígio que foi extraído do corpo da vítima, como em casos de crimes sexuais.

Tendo em vista a necessidade de processamento massivo desses vestígios, foram recebidos no CeMPA-VS, 9 (nove) estados (AC, MG, PI, RJ, RN, RO, RR, SE e TO), totalizando análise para fins de inserção no Banco Federal de Perfis Genéticos, de aproximadamente 2.100 (duas mil e cem) amostras de vestígios de crimes sexuais, salientando que cada amostra analisada gera dois perfis genéticos. Os perfis genéticos gerados pelos laboratórios da RIBPG e que atendem aos critérios de admissibilidade são enviados rotineiramente ao BNPG, onde são feitos os confrontos de forma nacional com perfis gerados pelos laboratórios de genética forense que compõe a RIBPG.

Uma outra ação de fomento ao processamento de vestígios sexuais, se deu por meio da interface entre o Projeto de Fortalecimento da RIBPG no que tange às ações direcionadas para o enfrentamento das pendências de vestígios coletados em crimes sexuais e o Projeto Pro-Mulher, que tem por objetivo o enfrentamento às violências doméstica e familiar contra mulheres. Houve o remanejamento de recurso deste projeto para a aquisição de uma plataforma automatizada de grande porte para o estado de Minas Gerais.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF | **SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA - SINAB**

O Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB tem por finalidade aumentar o indicativo de autoria nos exames de comparação balística, por meio da implantação de sistemas automatizados de análise e da criação do banco nacional de perfis balísticos. Em consonância com os acordos de cooperação técnica que são firmados entre a Secretaria Nacional de Segurança pública - Senasp e as Unidades da Federação, cabe à primeira a aquisição de equipamentos e materiais necessários à realização dos exames de balística forense, necessários para cadastramento dos elementos de munição relacionados a crimes, conforme previsão legal.

O Projeto de Fortalecimento da SINAB apresentou alinhamento com o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, em especial com a diretriz estratégica de fortalecimento da segurança pública e redução de homicídios, bem como a integração de políticas públicas entre os entes federados. Mais especificamente, o projeto alinha-se com a política de combate à criminalidade violenta do Governo Federal e do MJSP.

O SINAB produz informações fundamentais para auxiliar a identificação da autoria e da dinâmica dos crimes cometidos com uso de armas de fogos, auxiliando a investigação criminal e a persecução penal. Os exames de microcomparação balística possibilitam a identificação indireta (por meio dos projéteis e estojos que expelem) das armas de fogo relacionadas a crimes. Com uso dos Sistemas de Identificação Balísticas, os elementos de munição (estojos e projéteis) relacionados a crimes, que são provenientes de locais de crimes (homicídios, latrocínios, roubos a banco, feminicídios, etc.), extraídos de vítimas nos Institutos Médicos Legais e coletados de armas apreendidas pela Polícia, são escaneados e enviados para armazenamento no BNPB.

O SINAB realiza as correlações entre os dados cadastrados e uma lista com ranking de similaridade para os laboratórios de balística forense, os Peritos Criminais analisam as imagens, realizam o exame de micro comparação balística e no caso de resultados positivo, emitem laudos comprovando as ligações. Com base nos laudos de Balística Forense, confeccionados com auxílio do SINAB, as equipes de investigação recebem informações importantes, que permitem identificar, por exemplo, se:

- um projétil removido de um cadáver foi expelido pelo cano de uma arma apreendida;
- estojos coletados em um local de crime foram expelidos por uma arma apreendida;
- se diferentes locais de crimes e/ou vítimas estão relacionados;
- se uma mesma arma foi utilizada para a prática de diferentes crimes.

As informações obtidas com uso do SINAB, permitem inclusive a identificação de armas utilizadas em crimes mesmo quando não existe qualquer indício ou suspeita de autoria. As informações obtidas também podem ser utilizadas de forma estratégica, para elaboração e implementação de políticas públicas. O Comitê Gestor do

SINAB - CGSINAB, instituído pelo Decreto 10.711. de 2 de junho de 2021, teve seus integrantes designados pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública. No ano de 2022 foram realizadas 4 reuniões do CGSINAB: 1 extraordinária e 3 ordinárias.

Foi criado o curso de protocolos do SINAB com carga horária de 20h, composto por duas disciplinas de 10 hora/aula cada sobre o histórico e a aplicação do manual de procedimentos do SINAB. Ressalta-se que é fundamental a padronização da utilização da ferramenta para aumentar a probabilidade de ligações entre casos dentro da central SINAB, ou entre casos de diferentes unidades da federação, uma vez que além dos recursos da tecnologia adotada, fator importante para que estas ligações ocorram é que todo perito criminal apto a operar o sistema, o utilize sob o mesmo protocolo e todo laboratório adote os mesmos procedimentos.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF

FOMENTO À CRIAÇÃO E À ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE COMBATE À CORRUPÇÃO NAS POLÍCIAS CIVIS

Com a finalidade de fortalecer o combate à corrupção nas esferas estaduais e municipais, o MJSP do Brasil, iniciou, em 2019, o projeto de *"Fomento à Criação e Estruturação de Unidades de Combate à Corrupção nas Polícias Civis"*.

Por intermédio do referido projeto, buscou-se a criação de unidades de combate à corrupção nas 27 (vinte e sete) Polícias Civis, apoiando tais unidades por meio da disponibilização de recursos materiais, da capacitação de pessoal, da promoção e integração com os órgãos de controle e fiscais (Tribunais de Contas Estaduais, Controladoria Gerais dos Estados e Receitas Estaduais) e, ao final, por meio da adoção de prerrogativas funcionais e institucionais para proteção das unidades contra interferências indevidas.

Ressalta-se que desde 2016 a Polícia Federal já contava com pelo menos uma unidade especializada no combate à corrupção em cada Estado da federação. Ao final do ano de 2020, todas as Polícias Civis do Brasil passaram a contar com unidades especializadas no combate à corrupção formalmente instituídas. Após essa importante etapa de criação formal das unidades, iniciou-se uma nova rodada de desafios, a fim de garantir a devida estruturação e funcionamento destas unidades, objetivando a permanência e eficácia de suas atuações por meio de estruturação, capacitação e estabelecimento de parcerias e o fortalecimento dessas estruturas.

Dessa forma, em maio de 2022, por meio da Portaria MJSP nº 79, de 13 de maio de 2022, foi formalmente instituída a RENACCOR – Rede Nacional de Polícias Judiciárias no Combate à Corrupção - uma rede de articulação institucional coordenada pelo MJSP e contando com integrantes das unidades de Polícia Judiciárias (Civis e Federal) especializadas no combate à corrupção.

A coordenação da RENACCOR é exercida pelo Ministério, por intermédio da Coordenação Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça. A governança desta rede de articulação institucional está fundamentada na participação de todos os seus membros (Polícias Judiciárias), com o objetivo de propiciar às instituições que a integram um ambiente favorável e seguro para trocas de informações, experiências, boas práticas, capacitação integrada entre outras possibilidades de fortalecimento das unidades especializadas no combate à corrupção.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF

REESTRUTURAÇÃO DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS DE TECNOLOGIA CONTRA LAVAGEM DE DINHEIRO - REDE-LAB

Com a finalidade de fortalecer a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro Rede-Lab, foi delineado o presente projeto por meio da disponibilização de tecnologias, banco de dados e qualificação adequadas, objetivando aumentar a eficiência dos laboratórios na execução dos procedimentos de análises e de tratamento de dados relacionados à lavagem de dinheiro e crimes conexos, além de promover a articulação entre as unidades da rede.

O referido projeto faz parte do cumprimento da meta 16 da ENCCLA 2006, que previa a necessidade de *"Implantar Laboratório modelo para a aplicação de soluções de análise tecnológica em grandes volumes de informações e para a difusão de estudos sobre as melhores práticas em hardware, software e a adequação de perfis profissionais"*.

Rede-Lab consiste em um conjunto de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro instalados no Brasil. A coordenação da Rede-Lab está inserida dentro da estrutura do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI, da Secretaria Nacional de Justiça – Senajus, no MJSP, onde são definidas as ações estratégicas e de aprimoramento dos Laboratórios integrantes da REDE-LAB.

Desde então, as unidades de LAB-LD de todo o país passaram a estar formalmente integradas em uma rede de articulação institucional que possui a missão de ser referência no país no enfrentamento à lavagem de dinheiro. Para isso, necessita estar adequadamente integrada, possuir alta capacidade de processamento e armazenamento de dados, além de dispor de corpo técnico devidamente capacitado para identificar, processar e demonstrar novas tipologias de lavagem de dinheiro criadas e aplicadas pela criminalidade cada vez mais criativa e complexa.

O projeto de reestruturação da Rede-Lab surge então para atender essas necessidades e para isso elencou três eixos de atuação:

1) Publicação da Portaria MJSP nº 145, de 15 de agosto de 2022 com nova regulamentação e que atribui à Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede-Lab) a natureza de programa de articulação institucional e define as regras para adesão de integrantes e parcerias com base, agora, em dois instrumentos jurídicos disponíveis para regular os diferentes tipos de vínculos:

a) o vínculo permanente por meio do Termo de Adesão – a conter responsabilidades ligadas à articulação institucional – basicamente participação em eventos ofertados; troca de boas práticas, conhecimentos e informações técnicas; colaboração entre os participantes buscando atingir os objetivos da Rede-lab; fornecimento de estatísticas consolidadas etc.; e

b) os vínculos esporádicos por meio dos ACTs e respectivos Planos de Trabalho - conforme a necessidade jurídica de cada ato – a conter o regramento de obrigações, responsabilidades e tarefas específicas a serem executadas, tais como eventuais transferências de ferramentas, licenças de uso, obrigações de implementações diversas etc.

2) Integração da Rede-Lab em ambiente seguro para cooperação e compartilhamento e atualização de tecnologias, metodologias, técnicas de análise de dados, boas práticas, tipologias criminais, marcos regulatórios, etc.; e

3) Promoção e multiplicação de conhecimento, da pesquisa, treinamento e desenvolvimento de equipe técnica das unidades de laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro (Lab-LD).

No ano de 2022:

- Foi criado o repositório colaborativo com informações úteis aos trabalhos dos Lab-LD no subdomínio (redelab.mj.gov.br), com o respectivo cadastramento de 320 usuários com as licenças Office 365;

- Disponibilização de ferramentas de análise de RIF desenvolvidas colaborativamente por integrantes da Rede-Lab; e

- Elaboração de conteúdo e capacitação de 240 servidores públicos lotados ou a serviço dos Lab-LD sobre temas diretamente relacionados às atividades dessas unidades, entre eles, Análise de Vínculos, Relatórios de Inteligência Financeira, *Business Intelligence* e Indexador e Processador de Evidências Digitais – IPED.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover a gestão e a alienação do produto de crimes

Como resposta à Política Nacional sobre Drogas que tem como escopo a articulação e coordenação de eixos como a redução da oferta de drogas ilícitas, a repressão da produção não autorizada e o enfrentamento ao narcotráfico o MJSP, por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad, estruturou sua atuação em dois eixos: a redução da oferta de drogas e o combate ao tráfico de drogas e crimes conexos; e a gestão dos recursos apreendidos em decorrência de atividades criminosas relacionadas a esses crimes.

Especificamente na promoção da gestão e a alienação do produto de crimes, por meio da venda de bens de valor econômico apreendidos em consequência de crimes relacionados ao tráfico de drogas, bem como qualquer atividade conectada com a produção e comercialização de drogas ilícitas, suas atividades foram desenvolvidas com foco nas metas estabelecidas e, ao final de setembro de 2022, o percentual de ativos destinados correspondeu a 64% dos ativos oriundos de crimes, superando a meta estabelecida para o ano: 48%.

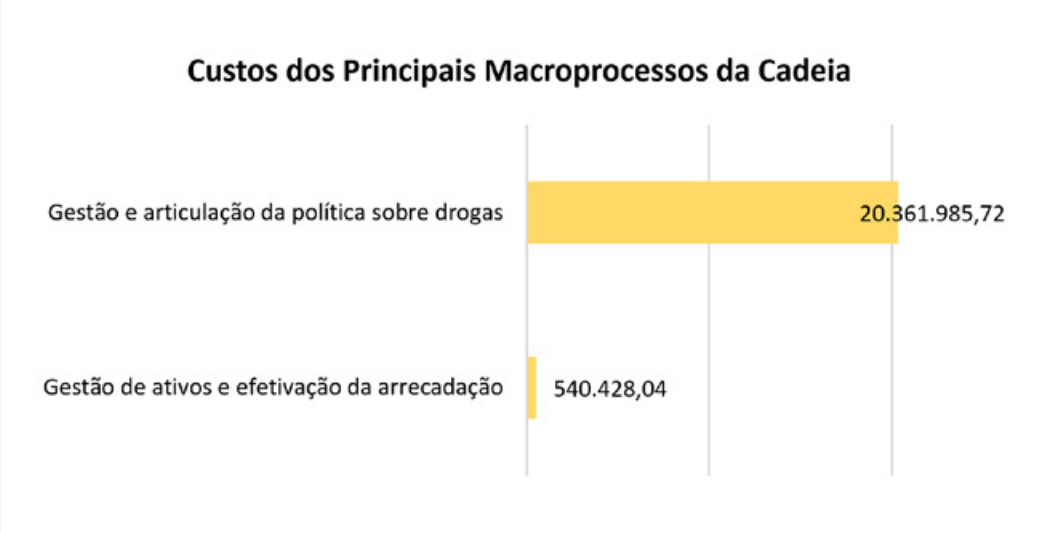
No decorrer do exercício foram realizados mais de 450 leilões, o que permitiu a destinação de 4.676 ativos. A Receita de Gestão de Ativos em 2022 foi mais de 341 milhões.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover a gestão e a alienação do produto de crimes

Cadeias Vinculadas ao Objetivo Estratégico

GESTÃO DE ATIVOS E DA POLÍTICA SOBRE DROGAS



Entregas à Sociedade

GESTÃO EFETIVA E EFICIENTE DE RECURSOS APREENDIDOS DO CRIME PARA FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

INDICADOR ESTRATÉGICO – Senad	**PERCENTUAL DE ATIVOS DESTINADOS PELA SENAD**
INDICADOR ESTRATÉGICO – Senad	**QUANTIDADE DE ATIVOS DESTINADOS PELA SENAD**
INDICADOR ESTRATÉGICO – Senad	**RECEITA DA GESTÃO DE ATIVOS**

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO — PERCENTUAL DE ATIVOS DESTINADOS PELA SENAD

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
33%	52,26%	40%	46%	48%	74%	55%

INDICADOR ESTRATÉGICO — QUANTIDADE DE ATIVOS DESTINADOS PELA SENAD

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
4.000	4.424	4.800	4.654	5.400	6.738	20.000

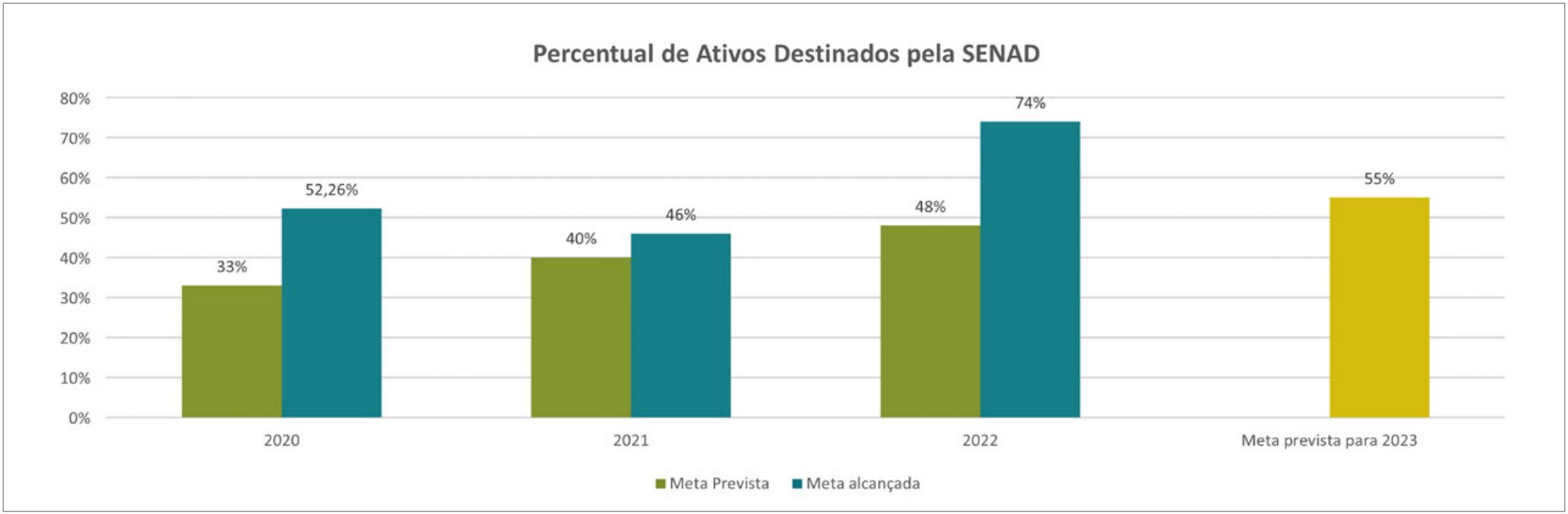
INDICADOR ESTRATÉGICO — RECEITA DA GESTÃO DE ATIVOS

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
200.000.000,00	134.196.822,85	250.000.000,00	360.339.129,69	350.000.000,00	341.128.145,90	1.150.000.000,00

Sobre os indicadores estratégicos criados pela Senad e evidenciados nas tabelas anteriores, *"Principais resultados do objetivo"*, cabe destacar o seguinte:

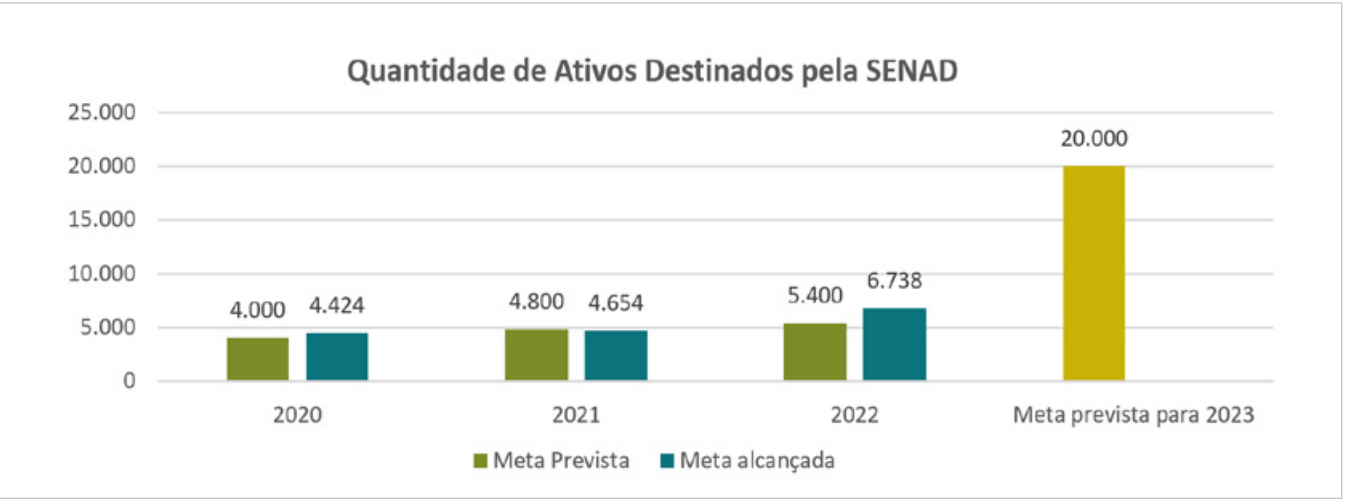
Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas em 2022 atuou, no âmbito da Política de Gestão de Ativos Apreendidos, visando a ampliação dos ativos destinados pela Senad. Dentre os resultados obtidos, destaca-se a destinação de 6.738 ativos apreendidos do tráfico de drogas e de outros crimes (Lei nº 11.343/2006) por meio de leilões, incorporações e custódias, dentre os quais destacam-se veículos, imóveis e aeronaves. Essa quantidade representa um aumento em torno de 44,7% em relação a 2021. Em termos de montante, foram mais de R$ 162 milhões recolhidos aos cofres públicos, recurso que retorna para a sociedade em forma de políticas públicas e para as forças de segurança pública estaduais e federal, por meio de repasse. Essa ampliação dos ativos destinados indica que a aplicação da Justiça, no que tange à gestão de ativos, está sendo aprimorada e fortalecida na Senad. O percentual de ativos destinados pela Senad tem como finalidade acompanhar a evolução do percentual de ativos destinados pela unidade ao longo do ano, visando contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública. Alguns fatores impedem ou dificultam a destinação de bens, tais como: a ausência de toda a documentação necessária à venda (registros em cartório ou em órgãos de trânsito, tais como DETRAN), baixa de pendências e débitos, localização, avaliação, remoção, entre outros. Assim, o indicador serve de auxílio à identificação de gargalos na destinação de bens e permite a adoção de ações que gerem maior agilidade ao processo. O valor alcançado em 2022 foi 74%, superando em 26% a meta estabelecida para o ano que era de 48%.



Quantidade de ativos destinados pela Senad

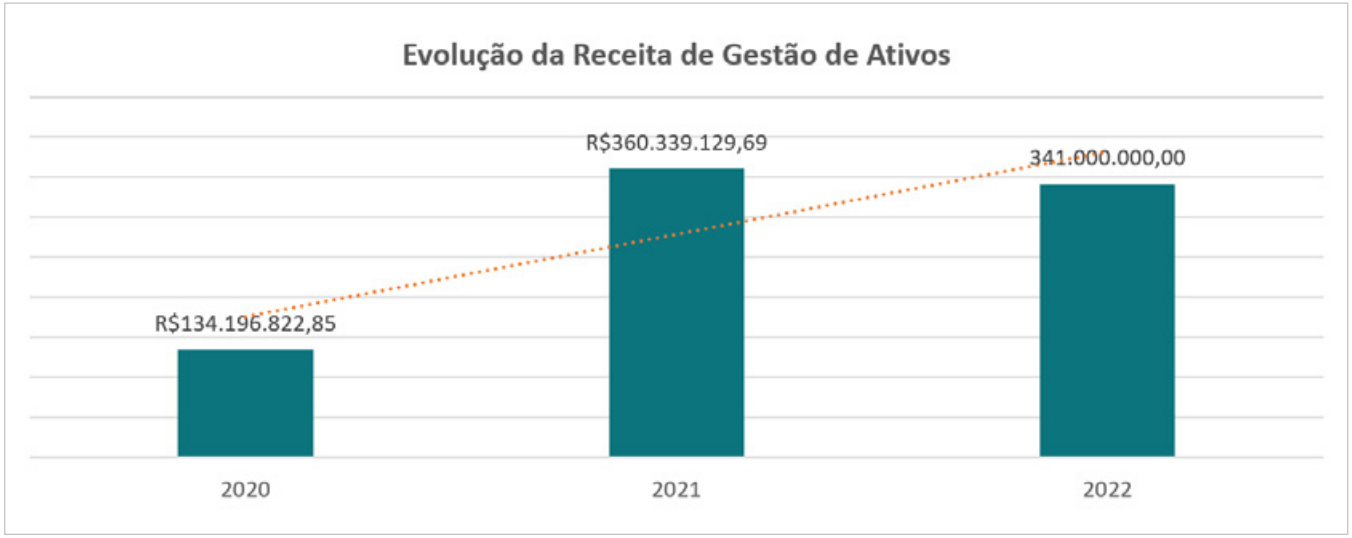
Busca mensurar a quantidade absoluta de bens destinados pela Senad ao longo do ano. Em 2022, foram destinados 4.676 (quatro mil seiscentos e setenta e seis) ativos, incluindo veículos, imóveis, aeronaves, joias, eletrônicos e diversos outros bens, número superior ao valor alcançado em 2021: 4.654 bens destinados e em 2020: 4.424 ativos destinados. A Senad vem se especializando em bens denominados *"ativos especiais"* que, embora sejam de menor número e tomem maior tempo para destinação, geram grande impacto à descapitalização do crime e trazem elevados valores financeiros em prol de políticas públicas à sociedade.



Fonte: Painel BI do Planejamento Estratégico - MJSP

Receita de Gestão de Ativos – RGA

É um indicador criado para representar o valor que retorna à sociedade por meio da gestão promovida pela Senad para bens apreendidos e sujeitos a perdimento em favor da União. O indicador engloba, em especial, os valores financeiros decorrentes da venda de bens de diversos crimes, assim como da conversão de moedas estrangeiras apreendidas e da rentabilidade dos valores recolhidos ao Fundo Nacional Antidrogas. Além dos recursos financeiros, a RGA inclui os valores dos bens patrimoniais que, após serem apreendidos, foram destinados a órgãos que atuam diretamente em favor da política sobre drogas no Brasil. Em 2022 a Receita de Gestão de Ativos ultrapassou R$ 341 milhões de reais.



Fonte: Senad/MJSP

INDICADORES ESTRATÉGICOS — PERCENTUAL DE ATIVOS DESTINADOS PELA SENAD

INDICADORES ESTRATÉGICOS — QUANTIDADE DE ATIVOS DESTINADOS PELA SENAD

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Rápida destinação de bens perdidos em favor da União
- Fortalecimento do processo de venda antecipada, mediante apoio da Senad ao Poder Judiciário
- Redução de formação de estoques de bens apreendidos e custo de armazenamento
- Maior participação de forças policiais no processo de destinação de veículos apreendidos
- Aumento do número de bens destinados a ações de redução da demanda de drogas
- Formalização de parceria entre Senad e SPU
- Implementação de rotinas de captação junto aos órgãos policiais e ao Poder judiciário e Instituições Financeiras, numerário estrangeiro

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Implementar Módulo Check-In no Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos (Sigap)
- Implementar funcionalidades técnicas no Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos (Sigap)
- Internalizar plataforma eletrônica de venda de bens pela Administração Pública
- Integrar base de dados entre sistemas do Poder Judiciário e da Senad

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Dificuldades no processo de transferência de veículos a arrematantes compradores em leilões promovidos pela SENAD
- Estoque de passivo
- Elevado estoque de ativos de baixo valor econômico (por exemplo, celulares)
- Dificuldade de localização do bem
- Dificuldade na incorporação de imóveis e consequente acúmulo de passivo desses ativos para alienação

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Reduzir o tempo necessário à transferência de veículos a arrematantes compradores em leilões promovidos pela Senad
- Firmar parceria com a SPU, por meio de Portaria Interministerial
- Reduzir o passivo de numerário estrangeiro registrado no Sigap
- Estudar meios para aumentar o escopo de apoio às conversões, como: casa de câmbio, leilões, licitações etc.
- Firmar contrato com banco público para conversão de moedas estrangeiras perdidas em favor da União

RISCOS

- Leilões da SENAD serem vistos por potenciais compradores de veículos como eventos de grande incerteza quanto à formalização da transferência patrimonial pelos órgãos competentes.
- Longos períodos de custódia de moedas estrangeiras em bancos, por ordem do Poder judiciário.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Reforçar atuação da SENAD junto a órgãos competentes, em especial CNJ e DENATRAN.

INDICADOR ESTRATÉGICO

RECEITA DA GESTÃO DE ATIVOS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Aplicação financeira dos recursos do Funad
- Destinação de 20% a 40% da arrecadação para as polícias apreensoras
- Fortalecimento do processo de venda antecipada, mediante apoio da SENAD ao Poder Judiciário
- Implementação de rotinas de captação junto aos órgãos policiais e ao Poder judiciário e Instituições Financeiras

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Implementação de funcionalidades técnicas no Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos (Sigap), como forma de aprimorar o controle de ingresso de recursos
- Internalização de plataforma eletrônica de venda de bens pela Administração Pública, como forma de aumentar a arrecadação financeira em favor da União

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Dificuldade na modificação de cultura de forças policiais, Ministério Público e Poder Judiciário, no sentido de fomentar e adotar a venda judicial no prazo de 30 dias após a comunicação de apreensão
- Dificuldades na incorporação de imóveis e consequente acúmulo de passivo desses ativos para alienação
- Dificuldades para identificar processos judiciais e custódias envolvendo numerário estrangeiro

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Atender, de modo eficaz, eficiente e efetivo, ao crescente número de solicitações de venda antecipada oriundas do Poder Judiciário
- Identificar no passivo de numerário estrangeiro registrado no Sigap, por meio de tratativas com o Poder Judiciário
- Estudar meios para aumentar o escopo de apoio às conversões, como: casa de câmbio, leilões, licitações etc.

RISCOS

- Ausência de alienação antecipada por parte do Poder Judiciário.
- Deterioração dos bens apreendidos e constritos em processos criminais.
- Longos períodos de custódia de moedas estrangeiras em bancos, por ordem do Poder judiciário.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Reforçar atuação da SENAD junto a órgãos competentes, em especial o Judiciário, aumentando a arrecadação por meio do processo de venda antecipada.

PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujos principais estão destacados abaixo:

PROJETO ESTRATÉGICO - Senad

ALIENAÇÃO DE ATIVOS EM TODO O BRASIL – EDIÇÃO 2022

O projeto estratégico *"Alienação de ativos em todo o Brasil – Edição 2022"* é a continuidade do projeto de 2021 que teve por objetivo expandir o modelo de alienação de ativos, baseado na criação de rotinas eletrônicas para recebimento de informações sobre bens perdidos, criação de comissões de alienação, avaliação dos ativos e contratação de leiloeiros em todos os Estados do Brasil. A edição 2022 avançou na perspectiva de consolidação desse modelo com previsão de realizar leilão de bens móveis (em todos os Estados e no DF), leilão de bens imóveis (RJ, SP, PR, RS, MS e MT) e sequência do aprimoramento do Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos – Sigap.

Em relação aos leilões (bens móveis e bens imóveis), são necessárias as seguintes atividades para cada um:

a) realizar reunião técnica com a Comissão (CPAABE);

b) realizar reunião técnica com equipe de leiloeiro;

c) orientar equipe Senad para fiscalização contratual;

d) acessar Projeto Check-In e verificar bens disponíveis para venda;

e) expedir ordem de serviço de alienação de bem;

f) verificar homologação de laudo de avaliação pela comissão;

g) verificar aprovação de edital de leilão pela comissão;

h) publicar edital de leilão na página internet da Senad/MJSP;

i) realizar leilão;

j) conferir relatório de vendas;

k) atualizar painel de repasse de valores à UF; e

l) enviar prestação de contas à homologação.

O projeto estratégico inclui o aprimoramento do Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos – Sigap, o qual contou com vários Sprints desenvolvidos e homologados desde sua concepção. Os grandes módulos em produção visam a integração com o sistema PJE do Conselho Nacional e Justiça.

Em paralelo, está sendo realizado o mapeamento dos processos da Senad com o objetivo de se definir as novas demandas e priorizações, bem como integrações adicionais que se façam necessárias no sistema.

Nesse sentido, o MJSP, por meio da Senad, consolidou várias iniciativas visando à melhoria da gestão de ativos no Brasil, o que resultou em um aumento expressivo no número de bens alienados, em 2022, com relação à média de anos anteriores.

Dentre as iniciativas realizadas no ano destacam-se:

i) leilão de ativos especiais – imóveis, aeronaves, empresas e ativos empresariais;

ii) apoio ao poder judiciário na gestão de empresas, tal como um shopping no Mato Grosso;

iii) instituição de acordos de cooperação técnica como meio de ampliar a força de agentes concentrados nessa tarefa;

iv) ampliação e consolidação do *"Projeto Check-In"*, como um rápido canal de comunicação com as forças policiais, especialmente no que diz respeito à remessa de informação sobre a existência de bens apreendidos e armazenados; e

v) ações de integração de dados entre sistemas informatizados dos principais atores estratégicos do Governo Federal.

A alienação dos bens tem permitido um melhor reaparelhamento das forças de segurança pública para atuação contra o tráfico, bem como a capacitação de professores para lidar com temas relacionados à saúde, à segurança, às drogas nas escolas e às novas formas de detecção de uso de substâncias psicoativas. A possibilidade de subtrair do crime valores muito superiores às médias anuais anteriores e a aplicação dos recursos no enfrentamento ao tráfico pelas forças de segurança pública têm aumentado a apreensão de drogas e a capacidade de investigação e combate a organizações criminosas. Assim, prenunciam uma correção de rumos na garantia do controle das drogas e na repressão do narcotráfico.

PROJETO ESTRATÉGICO - Senad

CENTRO DE EXCELÊNCIA SOBRE REDUÇÃO DA OFERTA DE DROGAS (CdE)

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, tem papel decisivo na resposta a diversos problemas relacionados a drogas ilícitas e suas consequências sociais no cenário nacional e internacional. E, com a atualização da Política Nacional sobre Drogas - PNAD - em 2019, a Senad é a responsável para atuar na redução da oferta de drogas ilícitas.

Dada a complexidade desses desafios e para orientar a ação governamental que cria políticas e estratégias baseadas em evidências, foi implementado o projeto piloto do Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas - CdE, uma iniciativa inovadora, resultado de um acordo de cooperação técnica entre a Senad/MJSP, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Projeto BRA/15/009. O projeto piloto do CdE tem como objetivo reduzir a lacuna de informações qualificadas sobre a oferta de drogas no país por meio do compartilhamento de evidências científicas sobre os mercados ilícitos. Desse modo, para fortalecer as capacidades estatísticas e analíticas da segurança pública, o CdE desenvolveu e elabora análises, pesquisas e estudos sobre tendências e ameaças representadas pelo tráfico de drogas e o crime organizado transnacional, aplicadas ao contexto brasileiro.

No presente exercício o CdE realizou diversos estudos e pesquisas, sendo objeto de destaque:

O Segundo Boletim Temático sobre Monitoramento de Preços de Drogas Ilícitas: Lições aprendidas na Colômbia e possíveis desafios no Brasil foi entregue em março deste ano e é uma publicação inovadora em estudos sobre drogas e trouxe uma introdução ao tema de precificação de drogas ilícitas na perspectiva internacional, amparado nas experiências do Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos - SIMCI/UNODC e do Ministério da Justiça e Direito da Colômbia - MJD. A publicação apresenta o objetivo da precificação de drogas ilícitas e descreve as etapas recomendadas para a sua implementação, destacando os dados sobre preços de drogas ilícitas, por mais imperfeitos que sejam, podem ser valiosos para compreender como o consumo é afetado pelo preço e como oscilações no fornecimento afetam o preço e a pureza das drogas. Também são descritas as etapas da precificação de drogas ilícitas, assim como a distribuição dos atores no mercado de drogas ilícitas (agricultores, produtores-processadores, traficantes e distribuidores).

O Terceiro Boletim Temático publicado neste ano trata-se do Primeiro Informe do Subsistema de Alerta Rápido brasileiro sobre Drogas – SAR com dados inéditos relacionados às Novas Substâncias Psicoativas - NSP e suas consequências à saúde da população. Implementado em caráter experimental, o SAR é coordenado pela Senad com o objetivo de detectar e informar rapidamente a entrada e identificação de novas drogas no país, além de orientar políticas públicas com base em evidências. Por meio do Subsistema, policiais podem ficar mais atentos ao surgimento de novas drogas; peritos podem confirmar a composição química de substâncias apreendidas com maior facilidade; e profissionais da saúde podem receber orientações sobre sintomas e tratamentos para pacientes que tenham consumido essas substâncias, por exemplo. Além de atuar na identificação, monitoramento, análise e comunicação sobre novas substâncias às autoridades policiais e sanitárias, o SAR também contribuirá para o acompanhamento das atividades do tráfico na comercialização desses entorpecentes.

O Quinto Boletim Diagnóstico dos Laboratórios de Química e Toxicologia Forense das Polícias Científicas do Brasil reune um trabalho dos Centros de Informação e Assistência Toxicológica – CIATOxs no Brasil, que produziu um mapeamento dos laboratórios especializados na identificação de drogas brutas e drogas em amostras biológicas presentes nas 27 Unidades Federativas do país. O Boletim foi elaborado com o apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp/MJSP está em fase de avaliação técnica para conclusão e publicação. O levantamento sobre laboratórios de Química e Toxicologia Forense no país visa à criação de um sistema de avaliação e monitoramento dos mesmos para destinação de políticas mais efetivas pelo governo federal.

Atualmente, no Brasil, o processo de coleta e sistematização de dados sobre a dinâmica criminal relacionada ao tráfico ilícito de drogas não está padronizado, pois diferentes órgãos policiais aplicam metodologia e critérios próprios. Como não há integração de informações, de variáveis correlacionadas e indicadores, o resultado são dados escassos ou fragmentados, que dificultam a capacidade de análises mais complexas sobre o assunto. Além disso, globalmente, os mercados de drogas ilícitas estão em constante mudança; eles se tornaram mais globalizados, heterogêneos, diversificados e organizados. Os grupos e atores locais e internacionais que os conduzem geram estratégias para garantir a sustentabilidade e a clandestinidade de suas operações, que se baseiam em ações violentas, intimidação e imposição em contextos territoriais com pouco desenvolvimento social, altos níveis de pobreza e pouca oferta institucional. A natureza furtiva e altamente dinâmica das atividades envolvidas neste segmento, além das lacunas existentes na obtenção de dados no Brasil, são fatores que tornam complexa a compreensão do funcionamento do mercado de drogas ilícitas.

Com o intuito de lançar um olhar inovador sobre esse mercado ilegal, buscando contribuir com o conhecimento a respeito da temática e, assim, poder orientar aspectos da política sobre drogas e o enfrentamento ao tráfico no país, o CdE iniciou um projeto inédito de monitoramento do mercado de drogas ilícitas no Brasil, em parceria com o Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos - SIMCI Colômbia, do Escritório Regional das Nações Unidas sobre Drogas e Crime para os Países Andinos e Cone Sul, unidade que tem expertise de mais de duas décadas na temática de monitoramento do mercado ilícito através de diferentes estratégias de levantamento de dados e análise da informação. De forma geral, a pesquisa teve como objetivo adaptar e implementar uma metodologia piloto para a coleta de dados de preços de drogas ilícitas (maconha e cocaína) e a identificação de dinâmicas criminais e variáveis relacionadas ao tráfico de drogas, que são relevantes para aprimorar a coleta, a qualidade e a integração dos dados, e a compreensão sobre mudanças nos níveis e padrões de criminalidade, visando favorecer o monitoramento do Estado. A pesquisa foi desenvolvida em parceria com o Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos - SIMCI do UNODC Colômbia, por meio de realização de 6 workshops de capacitação em alinhamento técnico e metodológico, em quatro estados brasileiros, sendo esses:

- São Paulo, por se tratar de um grande mercado consumidor e rota de exportação;

- Mato grosso, por constituir principal rota brasileira de apreensão de cocaína, estado fronteiriço com regiões produtoras de cocaína;

- Pernambuco, representando o eixo norte-nordeste e por contar com região reconhecida por produção local de maconha; e

- Paraná, por conta da entrada de maconha pelo Paraguai, também se constitui rota para o tráfico nacional e internacional de drogas, e devido aos índices de consumo na cidade de Curitiba.

As capacitações abordaram a caracterização de drogas ilícitas, processos e infraestrutura para produção de drogas ilícitas, o perfil químico da cocaína e a apresentação de diretrizes metodológicas para a compreensão de dinâmicas do tráfico de drogas.

As atividades se dividiram em duas importantes etapas – a primeira com objetivo de capacitação dos atores envolvidos, buscando desenvolver uma padronização dos conceitos relacionados ao mercado de drogas ilícitas, e a segunda envolvendo a coleta de informações. Nos estados brasileiros citados foram realizados, em colaboração com diferentes parceiros institucionais, eventos presenciais no formato de workshops que tiveram o objetivo de sensibilizar as forças de segurança estaduais e capacitar os participantes para a reunião de informações, apresentando as estratégias do projeto para construir e pactuar os fluxos de coleta de dados, e como as informações poderão ser integradas e usadas entre as instituições. A data do evento de lançamento do estudo está alinhada e previsto que ocorra no dia 08 de dezembro e contará com representantes da Senad, PNUD, UNODC e SIMCI do UNODC Colômbia.

O projeto conta com entregas de produtos específicos como o Relatório de Benchmarking e Boas Práticas Internacionais sobre a redução da oferta de drogas ilícitas. A elaboração de um relatório de benchmarking e boas práticas internacionais sobre a redução da oferta de drogas ilícitas teve por objetivo identificar e registrar estratégias relacionadas à redução da oferta de drogas a partir de experiências internacionais. Em alinhamento com a Senad, foram definidas 5 temáticas, para identificação de 2 a 5 experiências e boas práticas internacionais a serem objetivamente documentadas, são elas:

i) Sistemas de Alerta Rápido para identificação de Novas Substâncias Psicoativas;

ii) gestão de ativos e fluxos financeiros ilícitos;

iii) prevenção e monitoramento dos cultivos de drogas ilícitas;

iv) precificação de drogas; e

v) boas práticas de centros internacionais de pesquisa sobre a oferta de drogas e temas correlatos.

Os relatos das experiências descritas foram obtidos através de reuniões, missões de campo, pesquisas documentais e bibliográficas. Dessa forma, pretende-se que o produto se torne uma ferramenta útil aos gestores e operadores públicos envolvidos nas temáticas supramencionadas, bem como um documento orientador e disseminador de conhecimento na área da redução da oferta de drogas ilícitas.

A produção de relatório de evento ocorrido em 14 a 18 de março, *"Diretrizes metodológicas para o monitoramento dos preços de drogas ilícitas: lições aprendidas e desafios institucionais"*, no âmbito da 65ª sessão da Comissão sobre Narcóticos e Drogas – CND das Nações Unidas. O evento paralelo foi planejado pelo CdE (em colaboração com a Senad e o Sistema de Monitoramento de Cultivos do UNODC na Colômbia) e ocorreu de forma remota, sendo transmitido por meio da plataforma do Youtube (nos canais do CdE Brasil e do UNODC Colômbia, em três línguas: português, espanhol e inglês). O Relatório apresenta os desafios e as lições resultantes da

concepção e implementação do monitoramento de preços de drogas ilícitas no Brasil e na Colômbia, a partir de uma perspectiva técnica. Essas experiências podem ser consideradas e adaptadas por outros países que atuam em estratégias para a geração de dados orientados à tomada de decisões associadas à produção, ao tráfico e ao consumo de drogas ilícitas. A iniciativa colaborou para a cooperação internacional entre os países Brasil e Colômbia, a partir do envolvimento dos Governos de ambos os países para execução do evento. O monitoramento em destaque é importante, também, para o processo de tomada de decisão estratégica, tática e operacional das autoridades e de demais atores envolvidos com esforços nacionais de controle de drogas.

Em julho desse ano foi realizada uma Avaliação de Meio Termo do projeto de implantação do CdE. O objetivo deste relatório é avaliar o desenho e a implementação do projeto, a partir das atividades desenvolvidas, processos e organização de trabalho, considerando o cenário e tendências relacionados ao seu marco conceitual e temática de atuação. A consultoria em questão estruturou o produto em categorias, sendo elas Relevância, Efetividade e Sustentabilidade, e utilizou-se da Teoria da Mudança - TdM como modelo metodológico para realizar a avaliação intermediária do projeto-piloto por meio de desenho, análise e da lógica das relações existentes entre impactos, mudanças, produtos, atividades, numa relação de causa e efeito, com foco nos resultados e impactos esperados. Foi realizado revisão bibliográfica, pesquisa documental, mapeamento de fontes de informações e dados e entrevistas semiestruturadas, conforme estabelecido no Plano de Trabalho do projeto. Para construção do documento foram realizadas entrevistas estruturadas, análises documentais do projeto, bem como os já elaborados pelo CdE, semelhante à técnica de due diligence, e ainda análise das experiências de centros de excelência já implantados pela agência, fundamentado em três critérios de avaliação, sendo esses relevância, efetividade e sustentabilidade. O relatório da avaliação intermediária apresentou os principais resultados encontrados e trouxe ainda relevantes recomendações para uma efetiva e eficaz implementação de um centro de excelência voltado para a redução da oferta de drogas e elaboração de políticas públicas baseadas em evidências.

A fase final do projeto piloto prevê ainda a entrega de boletim temático trimestral com extratos dos principais *"achados"* das pesquisas e resultados obtidos pelo CdE, bem como a Proposta de Estratégica de Sustentabilidade para o CdE para continuidade do projeto do Centro de Excelência.

Com a finalidade ampliar o alcance junto aos seus públicos, em especial de estabelecer relações mais estreitas com a imprensa e buscar garantir, dessa forma, o apoio da opinião pública à sua sustentabilidade, o CdE oferta curso online, gratuito e aberto a pessoas interessadas, sobre análises e tendências sobre o tráfico de drogas ilícitas e o crime organizado transnacional. O curso se divide em três módulos e sua matriz pedagógica foi aprovada em 2021 pela Senad/MJSP. O curso pode contribuir, inclusive, para uma das metas do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (Planad), que prevê a capacitação de dois mil jornalistas para a cobertura midiática de temas relacionados à redução da oferta de drogas ilícitas no Brasil. O primeiro módulo, *"Introdução ao tópico do tráfico de drogas e crime organizado transnacional"*, já está hospedado na plataforma do UNODC Global e-Learning, que oferece o suporte técnico e pedagógico para esta ação. Os módulos seguintes abordam a temática de dados e informações sobre o mercado de drogas ilícitas e as tendências do mercado de drogas ilícitas, tratando, também, dos impactos da pandemia da Covid-19 sobre essa dinâmica.

O conteúdo do curso foi preparado de forma a destacar os produtos de conhecimento publicados no âmbito do CdE, além de informar sobre fontes confiáveis de consulta sobre as temáticas tratadas pelo UNODC e pelo CdE, bem como sobre a importância das políticas públicas sobre a redução da oferta de drogas ilícitas. A

plataforma online e o próprio curso poderão servir como referência para futuros programas de construção de conhecimento, para o alcance de públicos de outras áreas, como servidores do MJSP, agentes de segurança pública, representantes de organizações da sociedade civil, entre outros. De caráter introdutório, o curso *"Drogas ilícitas e crime organizado transnacional"* tem seu lançamento previsto para o mês de novembro de 2022. Embora o curso seja voltado ao público em geral interessado, esta atividade especificamente será voltada a jornalistas da imprensa nacional que cobrem a temática de segurança pública, assessores de comunicação e interessados que trabalham com o tema e estudantes de jornalismo.

No exercício de 2022 houve repasse de valor no montante de US$ 621.404,44 referente aos produtos entregues e aceitos pela SENAD, sendo US$ 486.141,85 no primeiro semestre e US$ 135.262,59 no segundo semestre, no âmbito do Projeto BRA/15/009.

PROJETO ESTRATÉGICO - Senad | **Plano Nacional de Políticas sobre Drogas - PLANAD**

O Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (Planad), documento de relevância estratégica e tática setorial no que tange à coordenação de esforços governamentais para o enfrentamento da questão das drogas no País. Por meio dele, a Política Nacional sobre Drogas - PNAD, regulamentada pelo Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, se tornará realidade e refletirá as escolhas estratégicas e táticas realizadas pelos governos e órgãos vinculados ao Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad).

A Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, trouxe várias inovações na Lei sobre Drogas, Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Dentre as inovações implementadas pela Lei nº 13.840, de 2019, destaca-se a previsão expressa de elaboração do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (Planad), em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios. Esse plano deverá ter a vigência de cinco anos e contempla a área de redução da demanda, a área de redução da oferta e a gestão da política, contemplando tanto drogas ilícitas, quanto drogas lícitas. Do mesmo modo, o plano visa atender às determinações e recomendações contidas no Acórdão nº 280/2020, do Tribunal de Contas da União – TCU.

Nesse cenário, o Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (Conad), aprovou a Resolução Conad nº 2/2020, que estabeleceu a metodologia de planejamento, o monitoramento e a avaliação da Política sobre Drogas, bem como o Guia Metodológico do Plano. Após uma ampla discussão em oficinas, foi elaborada Análise Executiva da Questão das Drogas no Brasil, diagnóstico feito pelo governo federal sobre a questão das drogas. Esse diagnóstico envolveu todos os Ministérios que participam do Conad, onde foram apresentadas as análises, estatísticas e indicadores de consumo de drogas, álcool, tabaco e remédios controlados. Também foram tratados assuntos como a governança pública relacionada a drogas, tendências, incertezas, riscos, oportunidades e desafios relacionados à Política sobre Drogas.

Em seguida, foram realizadas oficinas e reuniões técnicas sobre os eixos do Planad, tais como o de redução da oferta, de estatística e avaliação e de governança da Política, conduzidas pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad) do MJSP, e os de redução da demanda, conduzidas em conjunto pela Senad e Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (Senapred) do Ministério da Cidadania. Como resultado, foram identificadas diversas iniciativas governamentais em curso ou que precisavam ser desenvolvidas, nos eixos da prevenção, cuidados, tratamento e reinserção social, no eixo da redução da oferta, da

pesquisa e avaliação, bem como do eixo da governança, gestão e integração e que convergem para um conjunto de objetivos estratégicos e metas a fim de que sejam solucionados os problemas sociais relacionados à demanda e à oferta de drogas.

A proposta do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (Planad) foi aprovada pelo Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (Conad), em 3 de agosto de 2021, e submetida à consulta pública, realizada no período de 3 de setembro de 2021, a 12 de dezembro de 2021, (100 dias), exclusivamente por meio de ferramenta eletrônica, na qual foram recebidas as contribuições de 127 (cento e vinte e sete) participantes da sociedade, dos órgãos públicos federais que compõem o Conad e dos representantes institucionais de Políticas sobre Drogas. Do mesmo modo, o Planad foi submetido à audiência pública realizada em 29/11/2021, com o fim de promover a ampla participação social. Nessa oportunidade, qualquer pessoa (inclusive os membros de conselhos de políticas públicas, de organizações da sociedade civil e outros agentes dos estados, Distrito Federal e municípios) puderam apresentar propostas e contribuições acerca do plano.

Em 22/02/2022, após a consolidação das contribuições da sociedade civil, o Planad foi submetido à deliberação da Comissão Bipartite, e após formulação da versão final, foi aprovado pelo Plenário do Conad em 24/05/2022. Em seguida, foi publicada Resolução Conad/Senad/MJSP nº 8, de 27 de setembro de 2022.

Perante o exposto, o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (Planad), é o resultado da integração e da convergência de esforços de diversos órgãos e entidades (públicas e privadas), e contou com ampla participação da sociedade civil em sua elaboração, o qual submetemos à sua elevada apreciação, com o desejo de que o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (Planad), se configure como uma importante ferramenta na coordenação de esforços governamentais para o enfrentamento da questão das drogas no País e promova as mudanças desejadas pela sociedade neste tema.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão

Pautado no propósito da promoção dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, o MJSP, no âmbito de suas competências, atua por meio de políticas e ações voltadas à modernização, ao aperfeiçoamento e à democratização do acesso à justiça e à cidadania.

Assim, dentre as diversas ações de proteção de direitos desempenhadas pelo Ministério, destacam-se a proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, por meio da fiscalização da adoção internacional, da gestão da política de classificação indicativa para obras audiovisuais e da promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas, além de atuar na coordenação de políticas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, atualmente uma das atividades criminosas mais lucrativas do mundo e que, por vezes, envolve outras práticas criminosas e de violações aos direitos humanos, servindo, não apenas à exploração de mão-de-obra escrava, mas também a redes internacionais de exploração sexual comercial, ligadas, em sua maioria, a roteiros de turismo sexual, e quadrilhas transnacionais especializadas em remoção de órgãos.

O Ministério também atua em diversas ações relacionadas aos estrangeiros no território nacional com o objetivo de reduzir o tempo de análise e decisão para solicitações de naturalização, de reconhecimento da condição de refugiado e de autorização de residência para fins laborais e de investimento requeridas pelos diversos atores que compõem o contexto migratório nacional. A partir da implantação e do aperfeiçoamento de soluções e ferramentas estruturantes, a otimização na análise desses pedidos permite maior economia, celeridade e transparência ao processo, além de possibilitar a formulação mais adequada e eficiente de políticas de gestão relacionadas ao estrangeiro e à avaliação do impacto de sua implementação no desenvolvimento do País.

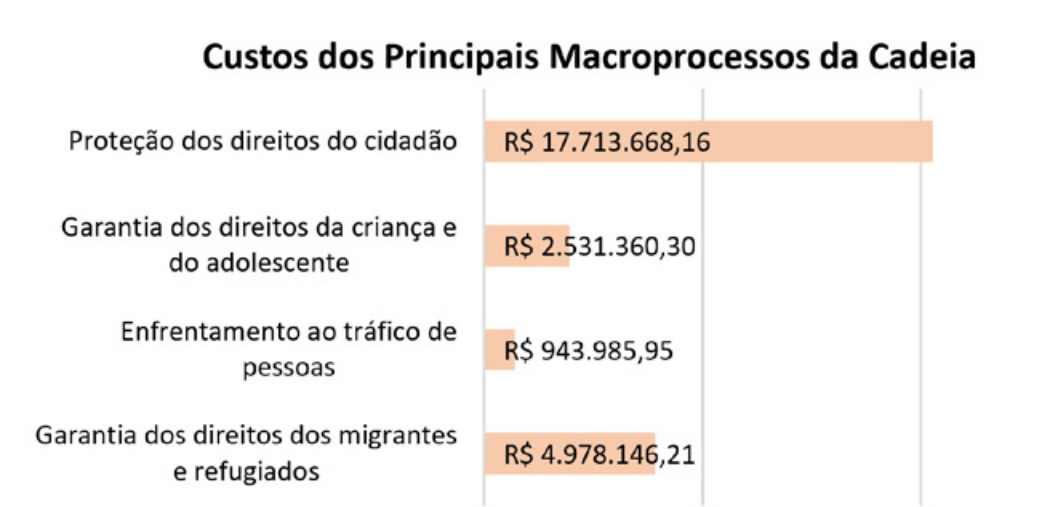
Em outro viés, a partir da prerrogativa que o Estado possui de retirar de seu território aquele estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional e a ordem política ou social, o MJSP tem contribuído para a integração de diversas bases de dados, tais como informações de condenações penais, penitenciárias, imigratórias e pedidos de refúgio, para obter mais racionalidade e efetividade no processamento das expulsões de estrangeiros.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão

Cadeias Vinculadas ao Objetivo Estratégico

PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO



Entregas à Sociedade

GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO, DO MIGRANTE, DO REFUGIADO E DOS POVOS INDÍGENAS

INDICADOR ESTRATÉGICO – Senajus	PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO DECIDIDOS
INDICADOR ESTRATÉGICO – Senajus	TEMPO MÉDIO DE DECISÕES DE PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO
INDICADOR ESTRATÉGICO – Senajus	PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO DECIDIDOS

INDICADOR ESTRATÉGICO – Senajus	**SOLICITAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA FINS LABORAIS E DE INVESTIMENTO DECIDIDAS**
INDICADOR ESTRATÉGICO – Senajus	**PERCENTUAL DE OBRAS ANALISADAS – CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA**

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO — **PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO DECIDIDOS**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
47%	105,35%	51,70%	64,56%	56,80%	78 %	56,80%

INDICADOR ESTRATÉGICO — **TEMPO MÉDIO DE DECISÕES DE PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
8	3,29	8	2,17	8	5	8

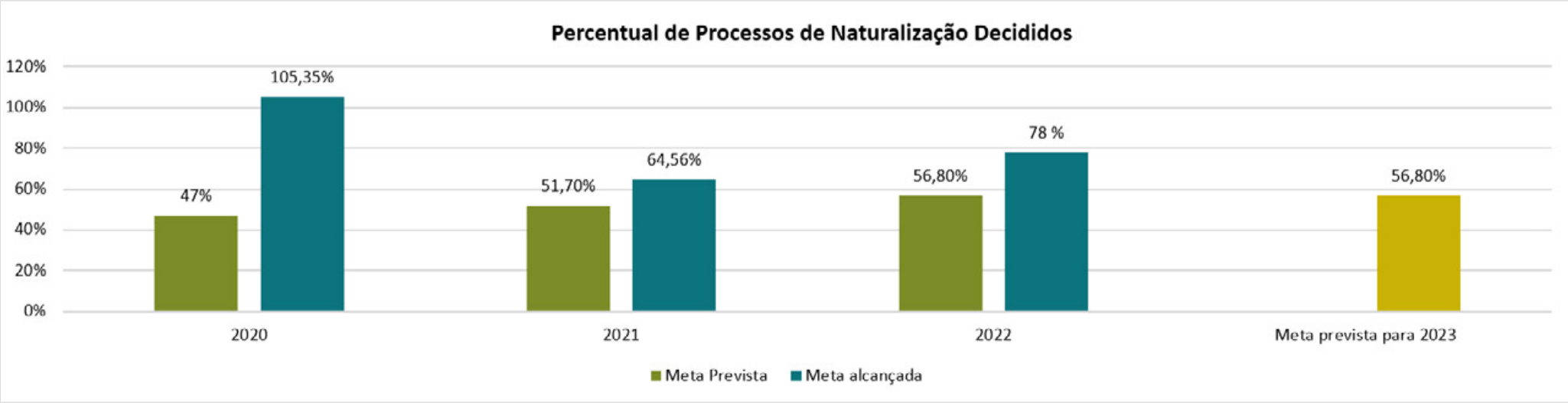
Como responsável por analisar e decidir sobre os pedidos de Naturalização Ordinária, Extraordinária e Provisória e Transformação de Naturalização Provisória em Definitiva, submetidos por pessoas estrangeiras, o Ministério, por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça – Senajus, preocupa-se em aprimorar esse processo para fins de empreender celeridade na análise e julgamento desses pedidos.

A necessidade de monitoramento tornou-se prioritária tendo em vista que, conforme a série histórica, no âmbito do MJSP, o tempo médio da primeira avaliação de um pedido de naturalização ultrapassava 500 (quinhentos) dias, contados da data de protocolo nesta Pasta. Tal demora, além da insatisfação pela deficiência na prestação do serviço, originava inúmeras demandas judiciais. Por conseguinte, os requerentes levavam mais de dois anos para obter a cidadania brasileira.

Diante disso, nos últimos anos o MJSP tem buscado modernizar o processo administrativo de análise desses processos, reduzindo a burocracia e informatizando os serviços. A criação de um projeto estratégico para reduzir o passivo e modernizar o processo de naturalização deu origem ao sistema (Naturalizar-se), solução tecnológica que permite maior celeridade na tramitação, eficiência nas comunicações e segurança da informação, além de facilitar a integração com outros bancos de dados, representando um grande avanço no acesso à justiça brasileira.

Com a finalidade de acompanhar os resultados das análises e julgamentos dos processos e visando evitar novos acúmulos de passivo ou morosidade no atendimento, o Ministério definiu indicadores estratégicos para acompanhar a produtividade e a efetividade das medidas de gerenciamento.

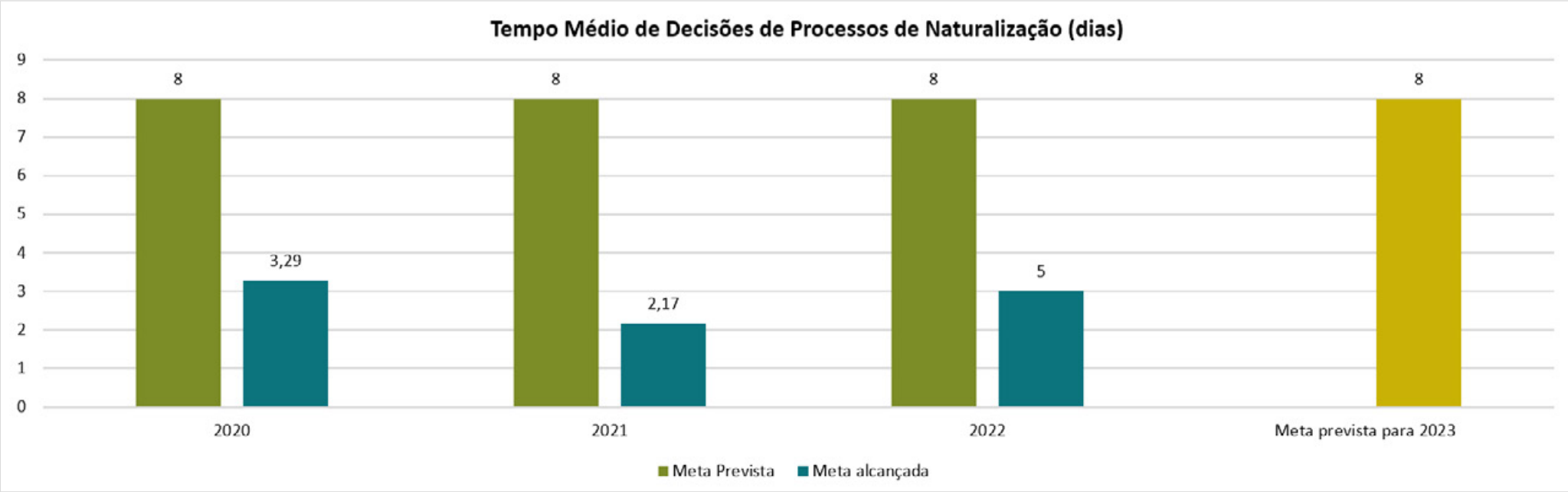
O indicador *"Processos de naturalização decididos"* é o resultado da razão entre o número total de processos de naturalização (originários/recursais) decididos sobre o número total de processos de naturalização (originários/recursais) recebidos no período. No ano de 2022, foram decididos 78% dos processos de naturalização, um percentual superior à meta estabelecida para o período que foi de 56,80%.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

Cabe ressaltar que, em 2022, foi realizada a integração do sistema de processamento de pedidos de naturalização (Naturalizar-se) com o SISMIGRA da Polícia Federal, além da construção de painel BI para gestão, tornando os procedimentos mais ágeis e simplificados. Ademais, diante da verificação da necessidade de aumento da força de trabalho, recrutou-se servidores em missão de órgãos parceiros como Polícia Federal e Ministério da Economia. Como resultado, o percentual de processos de naturalização decididos ultrapassou a meta estabelecida no ano, chegando a 78%.

Em sinergia com a gestão de monitoramento desses processos, o indicador 'Tempo médio de decisões de processos de naturalização', visa garantir a efetividade das análises dos processos estabelecendo período razoável de duração do pedido de naturalização junto ao Ministério. É calculado por meio do somatório de dias decorridos entre o pedido e a primeira decisão ou encaminhamento sobre o número de processos analisados no mês de referência. A meta traçada é decidir ou encaminhar em até 8 dias úteis processos de naturalização e, no ano de 2022, o Ministério apresentou tempo médio de 5 dias, conseguindo reduzir em torno de 3 dias, o tempo previsto na meta.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

Com a informatização do processo de naturalização por meio do sistema (Naturalizar-se), foi possivel reduzir o tempo de análise dos processos e aumentar o percentual de processos decididos anualmente. Com o Sistema, o requerente inicia o procedimento por meio 100% digital, sendo necessária sua presença na Polícia Federal, uma única vez, após agendamento, para coleta biométrica e conferência dos originais. Esse novo fluxo evita idas desnecessárias à repartição pública, contribuindo com a gestão do atendimento presencial, mais rápido e eficiente.

A Unidade da PF, responsável pelo recebimento do processo, é definida automaticamente pelo Sistema, a partir do endereço informado pelo requerente. Essa unidade fará a análise preliminar do pedido, podendo eventualmente solicitar a complementação da instrução processual. Todas as comunicações e notificações são feitas pela plataforma, unificando os canais e simplificando o serviço. Após a instrução da PF, o processo é remetido eletronicamente à Divisão de Nacionalidade e Naturalização do MJSP, para decisão.

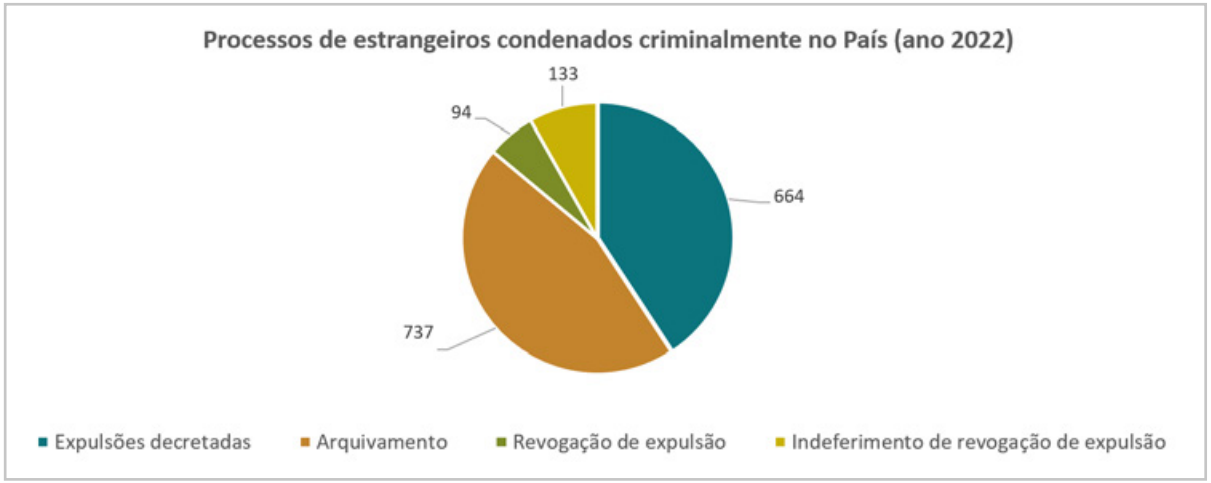
Em 2022 foram recebidos mais de 19 mil processos de naturalização e decididos 14.811, número que ultrapassou todos os marcos de decisão ao longo dos anos. Como resultado, a unidade fechou o período com um percentual de 77,64% de processos de naturalização analisados, ultrapassando em 20,84% a meta estabelecida para 2022. O quantitativo de pedidos recebidos representa cerca de 10 mil processos a mais em comparação ao ano anterior, que foi de 8.711 processos recebidos, significando um aumento de mais de 100% de processos recebidos solicitando naturalização.

ATUAÇÃO DO COMPRASSUSP					
MÊS	NATURALIZAÇÃO	APATRIDIA	IGUALDADE DE DIREITOS	REAQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE	PERDA DE NACIONALIDADE
Janeiro	616	0	04	04	19
Fevereiro	744	0	01	01	08
Março	1778	01	18	05	33
Abril	1201	0	12	0	32
Maio	2049	0	16	05	34
Junho	948	0	10	13	19
Julho	790	02	05	02	29
Agosto	696	01	03	05	33
Setembro	1958	02	05	01	30
Outubro	1539	01	09	03	40
Novembro	1602	01	05	04	21
Dezembro	890	01	07	0	45
Total	**14.811**	**09**	**95**	**43**	**344**

Fonte: DEMIG/Senajus

No âmbito do Departamento de Migrações/Senajus, em 2022 foram decididos 14.811 processos de naturalização, conforme quadro abaixo, sendo 29,59% de deferimento e 70,41% de indeferimento. Destaca-se, ainda, que os principais países de nascimento daqueles que solicitam a naturalização brasileira foram Cuba, Síria, Guiné-Bissau, Angola, Líbano e Haiti.

No que se refere à decretação de expulsão de estrangeiros condenados criminalmente no País, foram decretadas 664 expulsões e 737 arquivamentos de processos, conforme detalhamento no gráfico a seguir. Do total, as nacionalidades que mais tiveram pessoas expulsas foram boliviana, colombiana, peruana e nigeriana. Ademais, a maioria dos estrangeiros passíveis de expulsão foi condenada por crimes relacionados a tráfico de drogas.



Fonte: DEMIG/Senajus

INDICADOR ESTRATÉGICO — **PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO DECIDIDOS**

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Integração do sistema de processamento de pedidos de naturalização (Naturalizar-se) com o SISMIGRA da Polícia Federal
- Recrutamento de servidores em missão de órgãos parceiros como PF e Ministério da Economia
- Construção de painel BI para gestão

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Melhorar a inteligência do preenchimento do formulário de naturalização

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Insuficiência no número de servidores para suprir a demanda de processos
- Volume de pedidos de naturalização realizados por imigrantes que não cumprem os requisitos mínimos legais
- Dificuldade de implantar melhorias próprias e exclusivas para o Naturalizar-se

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Incorporar novos servidores
- Aumentar o número de servidores em missão
- Aumentar o espaço físico
- Melhorar os sistemas

RISCOS

• Não concretização dos resultados esperados com o recrutamento de servidores de órgãos parceiros (aumento da produtividade diária) e integração dos sistemas Naturalizar-se com o SISMIGRA da Polícia Federal.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

• Aperfeiçoar a plataforma Naturalizar-se visando a diminuição do volume de pedidos de naturalização realizados por imigrantes que não cumprem os requisitos mínimos legais, além de outras melhorias para redução do tempo de análise e aumento de sua eficiência, projetando economia de recursos públicos do Ministério da Justiça e Polícia Federal.

INDICADOR ESTRATÉGICO

TEMPO MÉDIO DE DECISÕES DE PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Realocação de pessoal internamente, além de recrutamento de servidores em missão de órgãos parceiros como Polícia Federal e Ministério da Economia

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Aumentar a força de trabalho com apoio de servidores em missão

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Força de trabalho (servidores lotados) insuficiente para suprir a demanda corrente

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Monitorar o tempo médio de decisões de processos de naturalização

RISCOS

• Não concretização dos resultados esperados, caso os servidores em missão não tenham o perfil desejado, impactando na produtividade diária.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

• Aumentar a força de trabalho, servidores efetivos suficientes para suprir a demanda de processos, equilibrando a quantidade de dias decorridos entre o a primeira decisão ou encaminhamento e o número de processos analisados no mês pela Divisão de Naturalização.

INDICADOR ESTRATÉGICO	PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO DECIDIDOS					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
30.000	67.012	50.000	40.472	45.000	41.246	145.000

O Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) com mandato para tratar da questão dos refugiados e pessoas em situação de deslocamento forçado, estimou que, ao final de 2020, havia 89,3 milhões de pessoas deslocadas forçosamente no mundo. Dessas, 27,1 milhões correspondiam a refugiados e 4,6 milhões referiam-se a solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, nos termos da definição da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951.

Trata-se, em geral, de crises humanitárias, que requerem ações efetivas em linha com os princípios e diretrizes da lei migratória brasileira, bem como de defesa dos direitos humanos dos migrantes. O Brasil é buscado como destino seguro por indivíduos que deixam seus países de origem para escapar de situações de grave ameaça e perseguições de toda ordem, em razão de o país possuir uma legislação migratória considerada moderna e acolhedora pela comunidade internacional. Além dos fluxos migratórios venezuelano e haitiano, o Brasil tem recebido, recentemente, contingentes significativos de nacionais da Ucrânia e do Afeganistão, afetados pelos conflitos violentos que eclodiram nos últimos tempos em seus países.

No Brasil, existem cerca de 127 mil pessoas com solicitação de refúgio em análise e, embora seja um número pequeno se comparado com o contexto internacional, essa cifra sobrecarrega o sistema brasileiro, o qual, historicamente, vinha lidando com quantidades muito menores de pedidos dessa natureza. De fato, conflitos étnicos e religiosos, guerras de caráter civil ou militar, regimes políticos opressores e aspectos socioeconômicos têm provocado um aumento significativo no número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Estado brasileiro.

Além do procedimento ordinário para proceder a esta análise, a prática internacional contempla a utilização de procedimentos simplificados e acelerados para a análise de casos. De acordo com o Acnur, a triagem com base em critérios claros, transparentes e suficientemente flexíveis é ponto central do processo, e resulta em uma análise mais precisa dos casos de acordo com o país de origem, perfis específicos e os índices que refletem com mais precisão a proporção de pessoas de um determinado país com necessidades de proteção internacional (alta ou baixa).

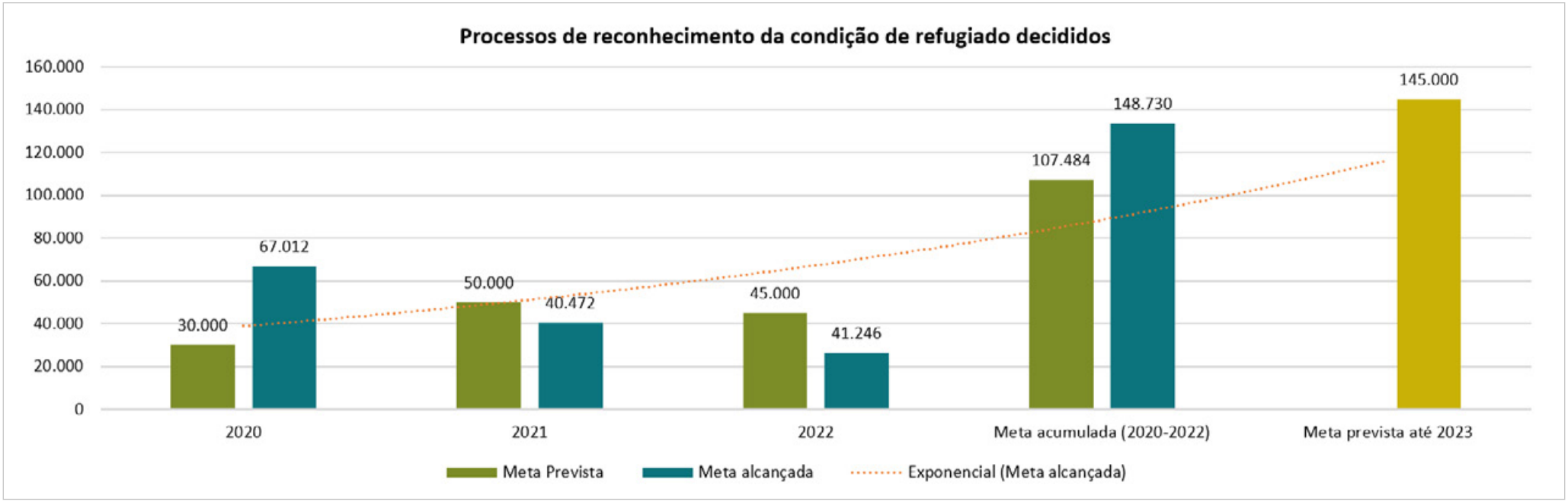
Nesta linha, em junho de 2019, a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos (GGVDH) foi reconhecida pelo Conare para a Venezuela. Posteriormente, em dezembro de 2020, o mesmo foi feito para Afeganistão, Iraque e Síria, e, por fim, em fevereiro de 2022, foram incluídos no rol de países nesta situação Burkina Faso e Mali. O reconhecimento da situação de GGVDH para estes territórios permite que seja conduzido procedimento simplificado de análise dos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado para os nacionais destes países, dispensando a entrevista presencial e tornando o processo mais célere. A concessão de

vistos temporários e de autorizações de residência para fins de acolhida por razões humanitárias também é uma boa prática brasileira, empregada para a gestão dos fluxos migratórios e que registra ocorrências anteriores, como em 2019, em relação a Cuba, República Dominicana, Haiti, Senegal e Síria, e em 2021, para Venezuela e Afeganistão.

Nesse sentido, o indicador *"Processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos"*, que mensura o quantitativo de decisões (no mérito – indeferimento ou reconhecimento da condição de refugiado; sem mérito – arquivamento ou extinção do processo) terminativas na primeira instância do processo de determinação da condição de refugiado, tem por objetivo medir a eficiência dos serviços prestados pelo Ministério frente aos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado.

Ressalta-se, no entanto, o desafio de se estipular uma meta precisa para tal indicador, posto que não é possível prever a entrada de processos, a qual está relacionada aos fluxos migratórios mundiais, imprevisíveis em origem e quantidade, altamente dinâmicos e condicionado à realidade de cada país ou situação.

Assim, no ano de 2022, foram decididos 41.246 processos de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil que, somados aos resultados obtidos nos anos de 2020 e 2021, totalizam 148.730 processos, representando 2,5% acima da meta prevista para ser alcançada até o ano de 2023.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico do MJSP

Ao longo do último ano, foram adotadas diversas medidas, visando à melhoria do processamento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. Nesse sentido, quatro merecem especial destaque: a implementação do Sisconare; a utilização da cláusula de reconhecimento da condição de refugiado pela situação de grave e generalizada violação de direitos humanos (inciso III, artigo 1º da Lei 9.474/97); a melhoria no sistema de produção e consumo dos Estudos de País de Origem (EPOs); e a organização de forças tarefas e de missões de entrevistas de elegibilidade para tornar mais eficiente o processo de análise das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado.

Em 14 de junho de 2019, o Conare aprovou a Resolução Normativa nº 29, que *"Estabelece a utilização do Sisconare como sistema para o processamento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado de que trata a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997."* Nos últimos meses, novas funcionalidades foram acrescentadas ao sistema, com vistas a melhorar a comunicação direta com os solicitantes para, assim, tornar o processo administrativo de reconhecimento da condição de refugiado mais célere e eficiente. Através das referidas inovações, já é possível efetivar a solicitação de refúgio online. O único momento em que é requerido o comparecimento pessoal ocorre quando o solicitante agenda data para atendimento em alguma das unidades da Polícia Federal para efetuar a coleta de seus registros biométricos. No mesmo sentido, atualmente já se processam no âmbito do mesmo sistema todos os atos que compõem o trâmite administrativo de reconhecimento da condição de refugiado (entrevista de elegibilidade, análise da solicitação e decisão exarada pelo Conare). O solicitante pode, também, verificar pelo sistema online o status de sua solicitação.

No que concerne à aplicação da definição regional e ampliada de refugiado a partir dos princípios consagrados pela Declaração de Cartagena de 1984, o Conare, nos anos recentes, vem aplicando a previsão legal contida no inciso III, artigo 1º da Lei 9.474/1997 para reconhecer a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos que, atualmente, abrange seis países (Venezuela, Síria, Iraque, Afeganistão, Mali e Burquina Faso). Na prática, a aplicação do referido dispositivo apresenta-se como um fator objetivo de reconhecimento da condição de refugiado, uma vez que, mediante a comprovação da nacionalidade, dispensa-se da entrevista de elegibilidade a vasta maioria dos solicitantes oriundos dos referidos países. Até o momento, aproximadamente 50 mil decisões de reconhecimento da condição de refugiado se deram com base na aludida previsão legal.

Sobre o avanço na maneira pela qual se produz e se consome os Estudos de País de Origem, cabe destacar a adoção das mais relevantes boas-práticas internacionais relacionadas ao tema. No último ano, foi possível consolidar a utilização dos *"Pacotes de Informação"*, documentos que contém estudos aprofundados sobre determinados países, bem como guias de entrevistas e sugestão de pareceres modelo referentes à determinados perfis de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado. A utilização desses materiais confere maior homogeneidade e robustez aos pareceres de elegibilidade, os quais são apresentados para a deliberação do Conare. Como resultado dos esforços envidados nesse campo, informa-se que o atual tempo de espera para a produção e entrega de um EPO é de, aproximadamente, quatro semanas.

Ainda, destacam-se a organização periódica de Forças Tarefas e de Missões de Entrevistas de Elegibilidade. Através do esforço compartilhado entre os diversos atores que compõem o *"ecossistema do refúgio"* no Brasil (Ministério da Justiça e Segurança Pública, Polícia Federal, Ministério das Relações Exteriores, Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Organizações Não-Governamentais, entre outros), tais ações objetivam aumentar o número de decisões exaradas pelo Conare, bem como promover a otimização no tempo e nos procedimentos dos processos de reconhecimento da condição de refugiado, com os parceiros locais auxiliando

na preparação e realização de diversas ações institucionais relacionas ao tema. Por conta desses esforços, o ano de 2022 a CG-Conare e o Conare efetivaram 41,2 mil decisões de processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado, com ou sem análise de mérito. Já as Missões de Entrevista, planejadas com antecedência e atingindo níveis satisfatórios de comparecimento por parte dos solicitantes, lograram atingir perfis específicos, tal como a população de origem indígena proveniente da Venezuela. Até o final de 2022, 350 pessoas indígenas foram reconhecidas por ocasião da realização das referidas missões.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO DECIDIDOS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Utilização do Sisconare como via única para pedidos de refúgio
- Reconhecimento da situação de GGVDH para 6 países
- Aprimoramento da produção de EPOs
- Aumento das Forças Tarefa para análise de casos

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Implantar novos módulos do Sisconare
- Integrar os demais sistemas da área migratória

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Gestão de grande volume de pedidos protocolados em um curto espaço de tempo

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Desenvolver políticas de integração da comunidade migrante e refugiada na sociedade brasileira
- Tratar com celeridade e qualidade dos mais de 127 mil processos ativos de reconhecimento da condição de refugiado

RISCOS

- Aumentar o número de solicitações em razão de novos fluxos migratórios imprevisíveis.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Integrar outros sistemas da área migratória e desenvolvimento de novas funcionalidades no Sisconare, com mais acessos a insumos de qualidade para tomada de decisão e liberação de mão de obra para tarefas mais complexas.

INDICADOR ESTRATÉGICO	SOLICITAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA FINS LABORAIS E DE INVESTIMENTO DECIDIDAS					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
83%	80%	85%	91%	88%	95%	88%

O MJSP, por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça – Senajus é responsável pelo processamento dos pedidos de autorizações de residência para fins laborais e de investimento a imigrantes, executando os procedimentos de análise, decisão e monitoramento dos processos.

Para acompanhar o atendimento dessas solicitações, o Ministério possui o indicador *"Solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimentos decididas"*. O referido indicador inclui todas as decisões processuais proferidas, independente do resultado, ou seja, os deferimentos, os indeferimentos e os pedidos arquivados.

A meta pretendida de *"Decidir 88% das solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento"* foi superada, uma vez que se alcançou o índice de 95% em 2022.

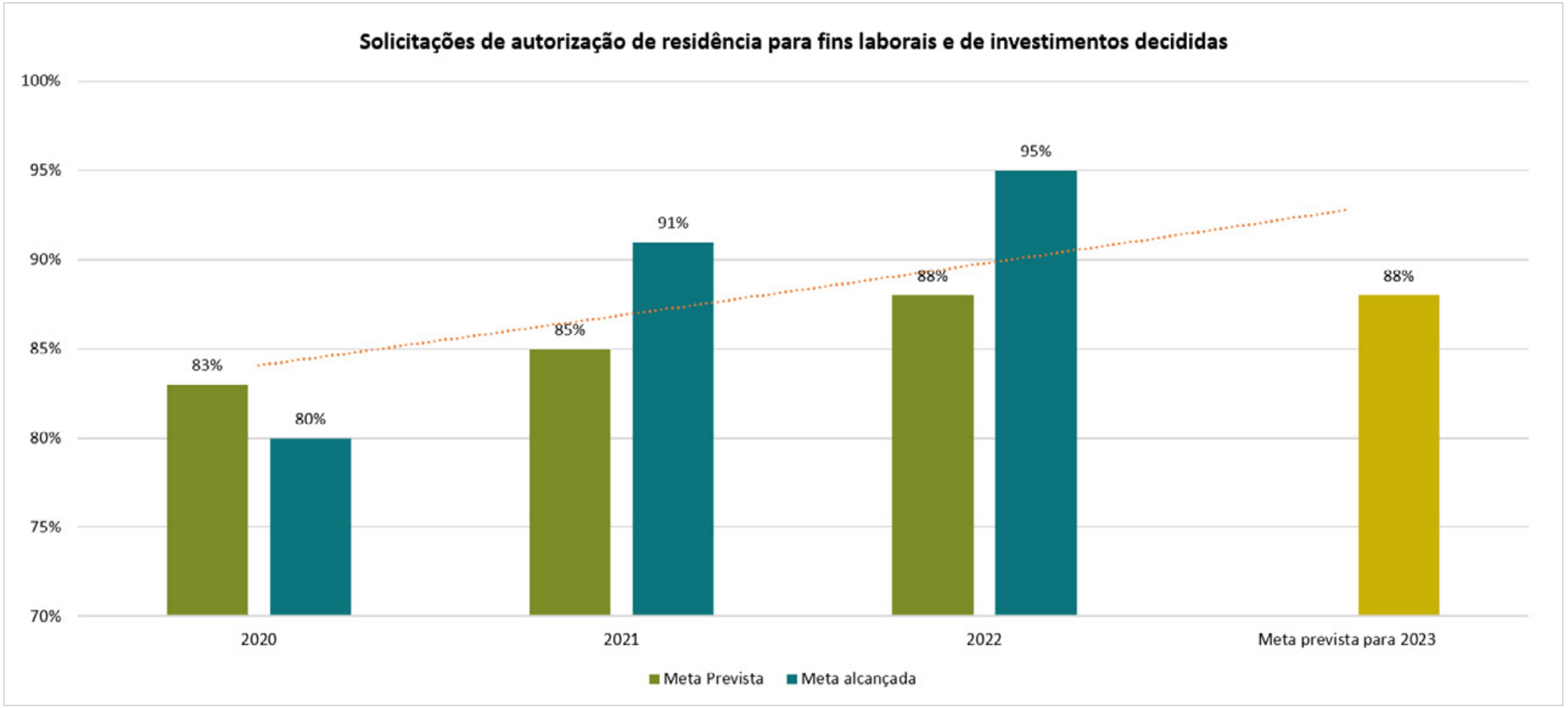
Cabe ressaltar que, Resolução Normativa CNI nº 36, de outubro de 2018, que disciplina a concessão de autorização de residência em decorrência de investimento imobiliário no Brasil, tem contribuído de forma significativa para o aumento das concessões de autorização de residência no país nos últimos anos. Foram concedidas 283 autorizações de residência desta natureza no ano de 2022.

Outro ponto de destaque foi a concessão de 171 autorizações de residência para imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, cuja atividade profissional possa ser realizada de forma remota, denominado *"nômade digital"*, tendo como base a relação a Resolução nº 45/2021.

Por sua vez, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), em 2022, decidiu um total de 1.192 pedidos de autorizações de residência. Com base na Resolução Normativa nº 23/2017, que disciplina os casos especiais para a concessão de autorização de residência associada às questões laborais e casos especiais não previstos expressamente no Decreto nº 9.199/2017, foram decididos 146 pedidos. Adicionalmente, foram 21 decisões com base na Resolução Normativa nº 30/2018, que disciplina a renovação do prazo de autorização de residência ou a alteração para prazo indeterminado, com amparo na Resolução Normativa nº 23/2017, tendo sido 6 pedidos deferidos. Houve, ainda, 162 decisões com base na Resolução Conjunta CNIg CONARE nº 01/2018 que dispõe sobre a concessão de autorização de residência, associada à questão laboral, à solicitante de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare); e 863 com base na Resolução Conjunta CNIG CONARE MJSP nº 02/2020, que dispõe sobre a alteração do prazo de residência na forma do art. 142, §3º do Decreto nº 9.199/2017.

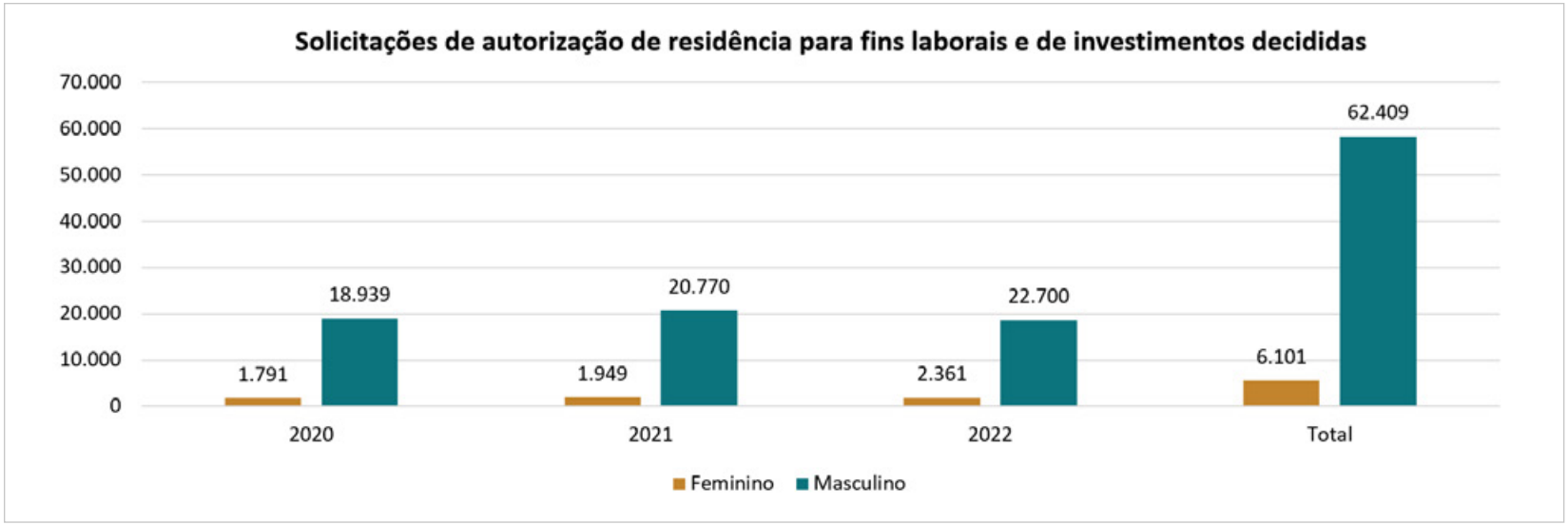
Importante destacar, também, a realização de Oficinas de Trabalho com o objetivo de indicar Estratégias de Promoção e Difusão da Resolução Normativa 36/2018 - Investidores Imobiliários e Resolução nº 45/2021 - Nômades Digitais no dia 17 de novembro de 2022.

Diante do aumento de solicitações recebidas, em 2022, o Ministério proferiu decisões de 95% das solicitações, um percentual superior à meta estabelecida para o ano que foi de 88%.



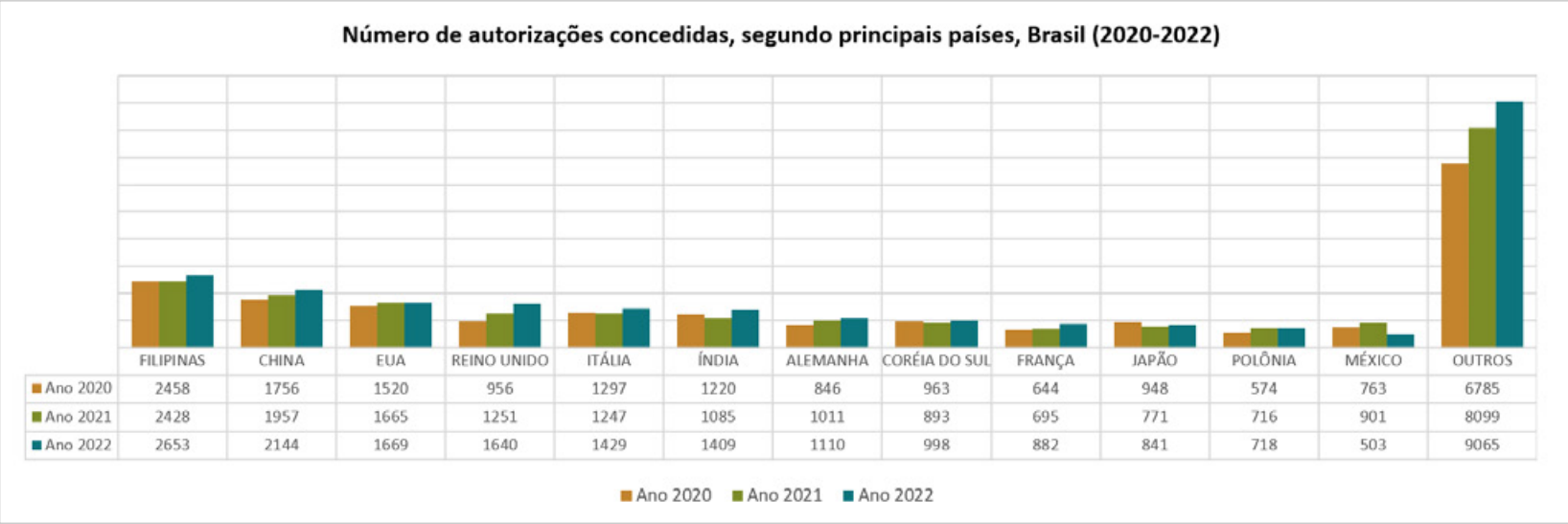
Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

Com relação ao perfil dos que tiveram autorização de residência para fins laborais concedida a maioria é do sexo masculino, conforme demonstrado no gráfico ao lado:



Fonte: DEMIG/Senajus

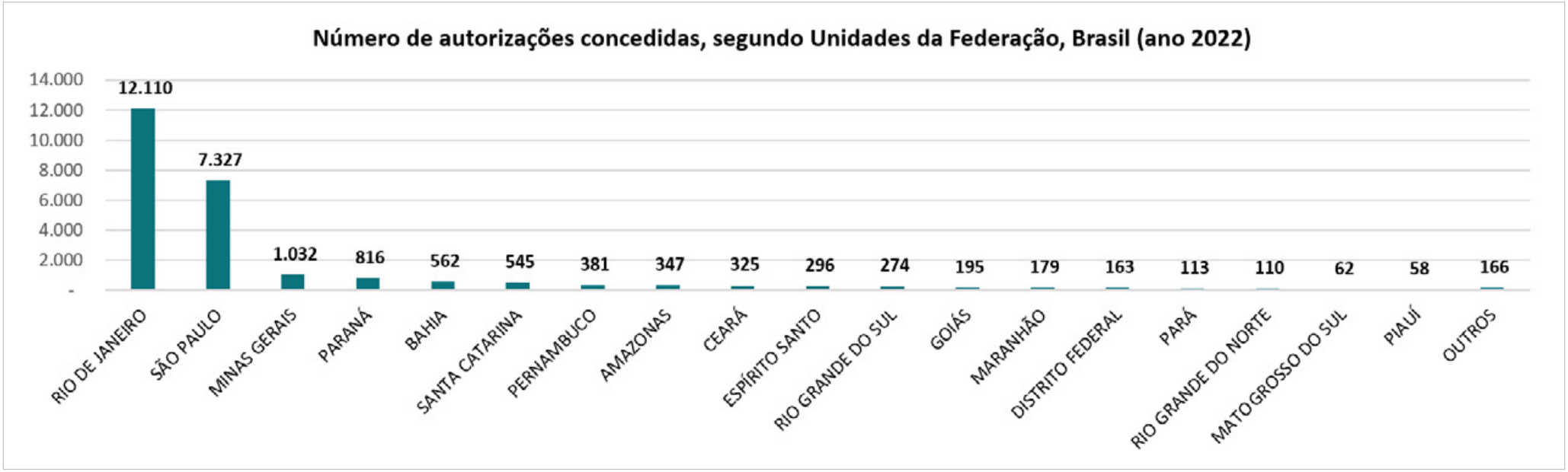
Em 2022, as autorizações de residência se concentraram nas principais nacionalidades que são recorrentes nas estatísticas anteriores, ou seja, imigrantes filipinos, chineses e americanos, em decorrência da atividade marítima em embarcações estrangeiras, de prestação de serviços e de transferência de tecnologia.



	FILIPINAS	CHINA	EUA	REINO UNIDO	ITÁLIA	ÍNDIA	ALEMANHA	CORÉIA DO SUL	FRANÇA	JAPÃO	POLÔNIA	MÉXICO	OUTROS
Ano 2020	2458	1756	1520	956	1297	1220	846	963	644	948	574	763	6785
Ano 2021	2428	1957	1665	1251	1247	1085	1011	893	695	771	716	901	8099
Ano 2022	2653	2144	1669	1640	1429	1409	1110	998	882	841	718	503	9065

Fonte: DEMIG/Senajus

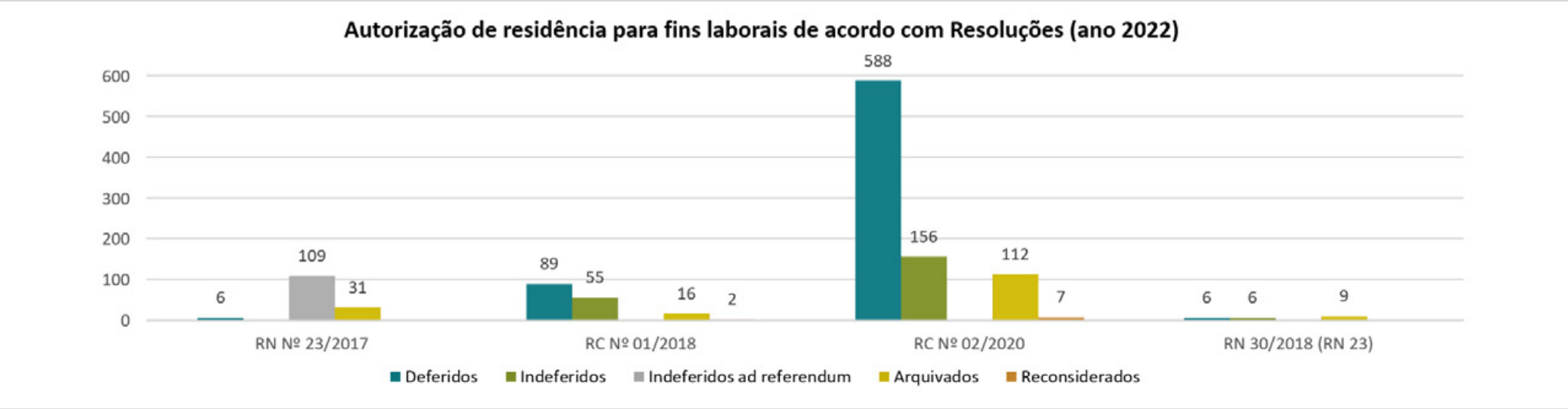
Os estados da Região Sudeste representam 81% das autorizações de residência concedidas para fins laborais e de investimento. No ano de 2022, o Rio de Janeiro foi o estado com maior número de autorizações concedidas, seguida de São Paulo e Minas Gerais.



Fonte: DEMIG/Senajus

Em 2022, observou-se uma tendência decrescente do número de autorizações de residência com base na Resolução Conjunta CNIg CONARE 01/2018, de 9 de outubro de 2018, que cuida de política de regularização associada a questão laboral de imigrantes solicitantes da condição de refugiado. Como um dos requisitos é a inserção no mercado formal de trabalho até a data de 21/11/2017, é natural que tal número seja menor ao longo dos anos. O mesmo decréscimo foi observado nos pedidos formulados com base na Resolução Conjunta CNIG CONARE nº 2, de 2 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a alteração do prazo de residência, para indeterminado, para os imigrantes que foram autorizados com base na Resolução Conjunta CNIg CONARE 01/2018

Em relação à Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, que disciplina os casos especiais para a concessão de autorização de residência associada às questões laborais, deve-se ressaltar que o número reduzido de deferimentos se deve ao caráter residual e excepcional da norma que se aplica apenas aos casos laborais especiais ou casos omissos. Devemos ainda destacar que houve a análise de processos amparados na Resolução Normativa nº 30, de 12 de junho de 2018, que disciplina a renovação do prazo de autorização de residência ou a alteração para prazo indeterminado, Anexo XXII, que trata da renovação com base na Resolução Normativa nº 23/2017.



Fonte: Sistema MigranteWeb

Com o intuito de dar apoio e disseminar informações sobre as políticas migratórias no país, o Ministério disponibiliza o Portal de Imigração que, além de outras funcionalidades, disponibiliza à sociedade e aos migrantes, informações para o acompanhamento dos pedidos de imigrantes laborais e de investimento, dá acesso facilitado ao repositório de legislação envolvendo o tema imigração, disponibiliza amplo banco de dados de livre acesso, acerca do referido assunto, sendo um instrumento de transparência ativa, considerado por atuantes da área, órgãos públicos, instituições e imigrantes como iniciativa de grande destaque. Por meio da plataforma é possível ter acesso aos dados sobre movimentações de imigrantes do mercado de trabalho brasileiro e, ao solicitante, o acesso e verificação do seu processo de imigração de forma totalmente digitalizada. Por fim, pretende-se que o Portal de Imigração se consolide como referência em termos de informação migratória.

Outra importante iniciativa é o Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, projeto que tem como meta desenvolver continuamente o conhecimento sobre as migrações internacionais no Brasil, mediante pesquisas quantitativas (análises estatísticas) e qualitativas, com estudos teóricos e empíricos, com vistas a apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas que objetivem as migrações internacionais no Brasil.

O OBMIGRA vem se consolidando como instrumento fundamental para conhecer e avaliar o fenômeno migratório brasileiro, ocupando-se, nos últimos cinco anos, em realizar um diagnóstico sobre as migrações internacionais no Brasil, a partir das potencialidades dos registros administrativos oficiais do Governo Federal. Esses dados em estado bruto são cuidadosamente tratados estatisticamente, tabulados e analisados. As parcerias estabelecidas com os órgãos oficiais permitiram que dados, principalmente, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DEMIG e Polícia Federal - CGIL, CNIg, SISCONARE, STI, STI/MAR e SISMIGRA), do Ministério da Economia (Rais, Caged, CTPS) e do IBGE (Censo) do Ministério das Relações Exteriores (Registros Consulares), do Ministério da Cidadania (CAD Único) e do IBGE (Censo) fossem analisados e traduzidos em informações essenciais para o avanço do conhecimento das migrações internacionais no Brasil e são

trabalhadas estatisticamente e analisadas por especialistas durante a vigência do projeto. A partir de 2022, com vistas a ampliar a atuação do OBMigra, foram implementadas ações no âmbito do enfrentamento do tráfico de pessoas, que incluem a produção de um curso EaD em parceria com o Ministério da Cidadania, a avaliação do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e formulação de insumos para a elaboração do IV Plano é uma pesquisa sobre o papel das empresas no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Além disso, de 2020 a 2022, o DEMIG, em parceria com a Universidade de Brasília, também realizou um Curso de Especialização em Migrações em perspectiva comparada com oferta de 30 vagas na modalidade de ensino à distância com carga horária de 360 horas.

É importante destacar, também, que em 2022, foi celebrado o Termo de Execução Descentralizada TED nº 002/2022/GAB-SENAJUS (08018.049561/2022-43) celebrado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), tendo como objeto a execução de ações para potencializar as condições de migrantes e refugiados ingressarem no mercado de trabalho formal no Estado de Mato Grosso do Sul, através de estratégias de acompanhamento e apoio psicossocial, de fomento a programas de acesso à educação técnica/científico-tecnológica e validação de diplomas, de promoção de sensibilização e certificação de boas práticas de integração laboral de migrantes e refugiados a empresas e empregadores, e de orientação e promoção de formações voltadas à educação financeira e ao empreendedorismo a migrantes e refugiados, as metas e ações a serem desenvolvidas são:

5.1 Frente de Educação Técnica e Científico-tecnológica

5.1.1. viabilizar a facilitação nos processos de revalidação de diplomas equivalentes a nosso ensino médio, ensino técnico e ensino superior ou de reconhecimento de diplomas de pós-graduação (mestrado/doutorado);

5.1.2. contribuir com a preparação para o ingresso em cursos de nível técnico e de nível superior, identificando processos facilitados de acesso ou indicando materiais e cursos voltados à preparação para seleções de ampla concorrência; e

5.1.3. promover ações de *advocacy* junto a instituições de ensino técnico e de ensino superior para possibilitar a facilitação em processos de revalidação e reconhecimento, assim como de seleção e ingresso de migrantes e refugiados.

5.2 Frente de Orientações Trabalhistas, Tributárias e Financeiras

5.2.1. proporcionar aos migrantes e refugiados conscientização sobre as leis trabalhistas no Brasil;

5.2.2. demonstrar aos empregadores as possibilidades e especificidades de contratação de migrantes e refugiados no Brasil; e

5.2.3. oferecer aos migrantes e refugiados um panorama do mercado de trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul para auxiliar a tomada de decisão na reconstrução de suas trajetórias laborais.

5.3. Frente de Mobilização de Parcerias, Diversidade e Inclusão

5.3.1. promover advocacy junto a atores públicos e privados que possam auxiliar na construção de uma agenda positiva para a contratação de migrantes e refugiados;

5.3.2. desenvolver ações estratégicas que demonstrem a importância da valorização da diversidade étnicorracial e de gênero nos processos de contratação de migrantes e refugiados; e

5.3.3. mobilizar as comunidades de migrantes e refugiados em Mato Grosso do Sul para que participem das ações promovidas pelo projeto e apresentem suas demandas ao poder público e aos setores corporativos do Estado.

5.4. Frente de Acompanhamento Psicossocial

5.4.1. promover ações que visem apresentar à população migrante e refugiada as formas de cuidados e atenção com a saúde mental;

5.4.2. realizar atividades de restabelecimento de laços, promoção de solidariedade e desestigmatização da população migrante e refugiada; e

5.4.3. criar espaços de acolhimento e escuta qualificada visando apoio psicossocial e encaminhamento a tratamentos clínicos e terapêuticos através da rede pública de atenção psicossocial.

5.5. Frente de Certificação de Empresas e Estabelecimentos Empregadores

5.5.1. certificar as empresas e estabelecimentos que adotam boas práticas de conduta no processo de integração laboral da comunidade migrante e refugiada em Mato Grosso do Sul;

5.5.2. recomendar a empresas e estabelecimentos que desejam incorporar migrantes e refugiados a seus quadros de empregados quais são as boas práticas para a integração laboral dessas comunidades; e

5.5.3. estimular empresas e estabelecimentos para que possam revisar ou aprimorar suas rotinas de contratação e gestão de pessoal de modo a desenvolver boas práticas de integração laboral às comunidades migrante e refugiada.

5.6. Frente de Análise de Dados e Soluções Tecnológicas

5.6.1. consolidar, sistematizar e publicizar os dados sobre a participação de migrantes e refugiados no mercado de trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul;

5.6.2. analisar os dados levantados e oferecer subsídios para a avaliação do projeto atual e insights para a proposição de novas ações, novas etapas ou novas frentes no projeto; e

5.6.3. viabilizar soluções tecnológicas (como páginas, aplicativos, painéis, perfis em redes sociais entre outras) para os produtos desenvolvidos pelas demais frentes do projeto.

INDICADOR ESTRATÉGICO

SOLICITAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA FINS LABORAIS E DE INVESTIMENTO DECIDIDAS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Proposição de normativos visando medidas para atrair mão de obra qualificada em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional
- Elaboração de normativo visando atrair investidores e geração de emprego e renda para o país

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Implantar o Sistema de Gestão e Controle de Imigração (MigranteWeb) - versão 2.0
- Lançar a plataforma eletrônica (Data Migra versão 2.0.)

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Enfrentar a indisponibilização do Sistema Migranteweb logado e a disponibilização dos dados hospedados no Ministério do Trabalho e Previdência

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Divulgar, manter e evoluir o Sistema MigranteWeb - versão 2.0
- Disponibilizar aos estados os dados do Sistema Migranteweb para fins de consulta
- Modificar o cenário econômico influenciando nas relações empresariais migratórias

RISCOS

• Incidentes causadores de intermitências e indisponibilidades nas plataformas eletrônicas e sistemas informatizados utilizados no processamento e decisão das solicitações de autorizações de residência para fins laborais e de investimento.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

• Ampliar pesquisas quantitativas e qualitativas no âmbito do Observatório das Migrações Internacionais.
• Implementar o programa de gestão (modalidade de teletrabalho em regime parcial e integral).
• Consolidar o Portal de Imigração.

INDICADOR ESTRATÉGICO	PERCENTUAL DE OBRAS ANALISADAS – CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Atualmente, regulamentada pela Portaria MJ nº 502 de 23 de novembro de 2021, a Classificação Indicativa é informação aos pais acerca do conteúdo que pode não ser recomendado a determinadas faixas etárias e atinge a programas de TV (aberta e por assinatura), cinema, vídeo doméstico (DVD), jogos eletrônicos e aplicativos, jogos de RPG e vídeo por demanda (VOD).

A regulação da matéria da Classificação Indicativa, nos termos dos arts. 74 e seguintes do ECA, desde o advento da Constituição Federal, vem sendo regulada pelo Ministério da Justiça, por meio de Portarias, com base em sucessivos Decretos, como o de nº 6.061, de 15 de março de 2007. A mais recente Portaria do Ministério da Justiça define a natureza da Classificação Indicativa.

A Constituição Federal de 1988 dispõe que *"é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença"* (artigo 5º, IX) –, bem como estabelece como competência da União *"(...) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão"* (artigo 21, inciso XVI). E enfatiza: *"compete à lei federal regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada"*; e *"estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente."* (artigo 220, § 3º).

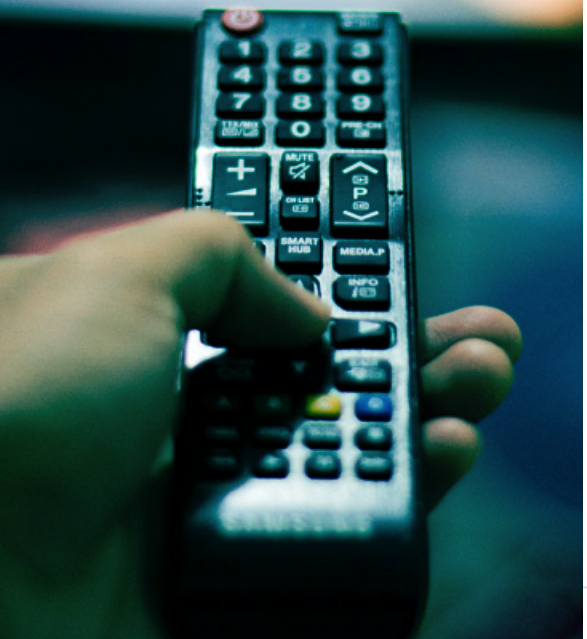
A previsão constitucional está regulamentada nos artigos 74 a 77 e 252 a 256 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990). O ECA evidencia a classificação indicativa como política sistêmica (com obrigações e penalidades), na qual os diferentes atores sociais – Estado, empresas, pais (e responsáveis) e sociedade – desempenham papéis complementares na defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

O trabalho realizado pela Classificação Indicativa não restringe a veiculação de nenhum conteúdo (censura), seu papel é atuar como mecanismo de informação para garantir aos pais e responsáveis os subsídios técnicos mínimos que lhes permitam decidir sobre quais conteúdos o seu núcleo familiar deve ter acesso, com segurança e responsabilidade. O Ministério entende que a livre expressão e a liberdade artísticas são intrínsecas à produção de obras de televisão, cinema, aplicativos e jogos de RPG. Cabe estritamente aos canais de veiculação escolher o que será transmitido. A atribuição de uma Classificação Indicativa específica, pelo MJSP, garante a segurança jurídica necessária para que obras já classificadas possam ser exibidas a qualquer momento.

7.020
OBRAS AUDIVISUAIS ANALISADAS

6.527
APLICATIVOS ANALISADOS

100%
OBRAS CLASSIFICADAS



Para acompanhamento da Política Pública, o Ministério possui o indicador *"percentual de obras analisadas"*, que mensura o percentual de obras completas analisadas e publicadas no Diário Oficial da União, em relação ao número de processos completos inscritos no MJSP. Desde 2016, o órgão tem atingido 100% da meta, de forma que área não dispõe de processos em passivo.

No ano de 2022, foram feitas 7.927 (sete mil novicentos e vinte e sete) análises de obras audiovisuais (cinema, mercado de vídeo, serviço de acesso condicionado, jogos e aplicativos em mídia física, RPG´s e televisão aberta) pelo método tradicional, sendo instruídos um total de 1.902 (um mil, novicentos e dois) processos. Paralelamente, foram realizadas 7.502 (sete mil, quinhentas e duas) análises de aplicativos e jogos eletrônicos em mídia digital pelo sistema IARC.

Dessa forma, o Ministério encerrou o ano com 100% dos processos inscritos para apreciação analisados pela área competente.

Ressalta-se que o modelo brasileiro de classificação indicativa foi construído a partir da participação de órgãos públicos e da sociedade civil, e é exercido de modo objetivo, técnico e democrático, a fim de possibilitar que todos os interessados na informação possam participar de sua construção, difusão e consolidação.

O processo de classificação indicativa adotado pelo Brasil considera a corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado na garantia à criança e ao adolescente dos direitos à educação, ao lazer, à cultura, ao respeito e à dignidade. Essa política pública consiste em indicar a idade não recomendada, no intuito de informar aos pais e responsáveis, garantindo-lhes o direito de escolha.

A atualização da legislação e a elaboração de novos guias práticos foram conquistas importantes. Assim como o desenvolvimento do novo sistema de informações (Classind), que está em sua fase final. Abaixo algumas entregas realizadas no exercício 2022, que totalizaram um custo aproximadamente de R$ 37.145,25 entre investimentos e despesas de custeios:

- Oficina de Classificação para entidades Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA e TAP BRASIL – Associação dos Programadores de Televisão;
- Oficina de Classificação Indicativa e Violação de Direitos em Conteúdos Audiovisuais;
- Oficina de Classificação Indicativa;
- Diagramação e Impressão - Guia de Audiovisual e Guia de artes visuais;
- Diagramação - Guia de Classificação para Rádio;
- Aquisição de Playstation 5; e
- Tradução - Guias Práticos - Audiovisual e Artes.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE OBRAS ANALISADAS – CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Implementação da nova Legislação vigente (Portaria n°502 de 23 de novembro de 2021)
- Elaboração dos Guias de Audiovisual e Artes Visuais

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Monitorar a implementação das novas obrigações de classificação Indicativa para os segmentos de televisão aberta e fechada, além do vídeo por demanda

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Levantamento do mercado de vídeo por demanda
- Força de trabalho insuficiente

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Aumentar o número de obras no mercado, com necessidade de aumento da força de trabalho

RISCOS

• Aumento da demanda de mercado, em razão do crescimento do setor de audiovisual (Cinema, Mercado de Vídeo por demanda;
• Serviço de acesso condicionado;
• Mercado de jogos eletrônicos e aplicativos; etc), com risco colapso da área por falta de mão de obra.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

• Previsão de concurso interno, o que pode recompor a força de trabalho perdida ao longo do tempo.
• Entrada em vigor do teletrabalho, com ganho de produtividade estimada em 20% por servidor, no novo regime de trabalho.
• Implementar a Classificação Indicativa no Rádio.

PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Com a finalidade de auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégicos, cujo principal está destacado abaixo:

PROJETO ESTRATÉGICO - Senajus — MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ESCOPO DA ESCOLA NACIONAL DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO - ENAM, PARA TRANSFORMAR-SE NA ESCOLA NACIONAL DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS - ENAPRES

O referido projeto estratégico teve como pilar principal a ampliação e a modernização do acesso à justiça, por meio de ações destinadas à disseminação dos métodos de prevenção e solução de conflitos. A disseminação dos métodos de prevenção e solução de conflitos pretendeu assegurar aos cidadãos um amplo cardápio de processos ou métodos, a ser acessado por todos para a realização da escolha do mais adequado método para cada situação conflituosa, a partir de eventos de intercâmbio de conhecimentos e experiências, como congressos, conferências e similares, como também pelo oferecimento de cursos de capacitação e formação continuada de multiplicadores e demais operadores do sistema.

Concluído em 2021, o projeto teve como principais entregas:

- a realização do I Congresso Brasileiro de Arbitragem na Administração Pública, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça Arbitral – Conaja, com o apoio institucional da Enapres;

- a distribuição de 250 exemplares do livro Curso de Formação de Instrutores – Negociação, Mediação e Conciliação, da Magistrada Valeria Ferioli Lagrasta, para a disseminação dos métodos adequados de prevenção e solução de conflitos além de doação de 2.177 livros do acervo da Enapres para bibliotecas públicas, faculdades e demais órgãos interessados;

- a realização da I Edição do Projeto Prevenindo e Solucionando na Enapres, em parceria com a Câmara Internacional de Mediação e Arbitragem de Conflitos - Cimec;

- a customização e implantação da Plataforma Moodle Enapres, versão 3.11;

- adesão à Escola Virtual.Gov, permitindo aumento no quantitativo de cidadãos com acesso aos conteúdos referentes à temática de prevenção e solução de conflitos; atualização do site da Enapres, com endereço eletrônico: https://www.gov.br/mj/pt-br/a-ssuntos/seus-direitos/politicasdejustica/enapres/ e criação - logo da Enapres Virtual; e

- análise de possibilidade de parceria/projetos com o Tribunal de Justiça de Sergipe – TJSE, bem como análise e manifestação de Projetos de Lei sobre a temática de prevenção e solução de conflitos.

PROJETO ESTRATÉGICO - Senajus

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - OBJUS

O projeto estratégico Observatório de Políticas de Justiça – OBJUS teve por objetivo a construção de bases de informação acessíveis e atuais, que permitissem a avaliação sobre as condições de acesso à justiça no Brasil, suficientes para a promoção de políticas púbicas e o desenvolvimento permanente e contínuo de um estado de não litigância e pacificação social. A partir do monitoramento e da análise técnico-científica, o Observatório executa pesquisas e ações para a democratização e o fortalecimento da Justiça no Brasil. O projeto teve sua origem em novembro de 2019, no âmbito da Cooperação Técnica Internacional, formalizada entre o Governo Brasileiro e a ONU, com duração prevista de 3 anos, prorrogáveis por mais 3 anos, no valor de R$ 2.999.325,00, com recursos do Tesouro Nacional.

Embora o projeto tenha sido retirado da carteira de projetos estratégicos no MJSP no ano de 2021, o OBJUS segue em pleno desenvolvimento internamente na Senajus, por meio da articulação entre os atores detentores de banco de dados relevantes para a Política de Justiça (CNJ, Advocacia-Geral da União – AGU, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH, Senasp, Depen, dentre outros). Após o período mais crítico da pandemia, com a retomada do projeto, foi verificado que a estrutura tecnológica do MJSP havia sido ampliada e robustecida, o que tornou possível a criação do OBJUS internamente. Além disso, foi desenhada e implementada uma estratégia de articulação tanto com parceiros internos do Ministério quanto externos, no tocante ao mapeamento e aquisição de dados estatísticos para compor o Observatório. A partir desses avanços, a utilização da cooperação técnica como meio de desenvolvimento do projeto tornou-se desnecessária, o que resultou em economicidade nos gastos públicos. Assim, o OBJUS continua sendo um projeto em via de implementação, mas com recursos advindos de equipe interna ao MJSP e externa, através de ACTs.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor

Visando garantir a proteção dos direitos do cidadão e a proteção da concorrência, o MJSP, por intermédio do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, tem atuado, no âmbito de suas competências, no gerenciamento do controle preventivo e repressivo de infrações à ordem econômica, e na promoção da cultura da concorrência no Brasil.

O controle realizado pelo Cade em atos de concentração é, em regra, prévio à realização de fusões e aquisições. A avaliação prévia visa a evitar a consumação de operações que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviço.

Já o controle repressivo de infrações à ordem econômica está associado ao combate a cartéis e abusos de posição dominante, condutas nocivas ao ambiente concorrencial, devendo ser investigada e punida toda e qualquer prática adotada por um agente econômico que possa causar danos à livre concorrência. A orientação e a promoção de ações de educação sobre defesa da concorrência se operacionalizam por meio do exercício da advocacia da concorrência, da promoção de cursos e eventos e da realização de audiências e consultas públicas.

É importante ressaltar que, por meio da informatização de seus processos e serviços, o Ministério tem ampliado o acesso da população a seus direitos, tornando-se cada vez mais acessível e presente na vida dos cidadãos.

Além disso, como foco na integridade e na satisfação das relações entre fornecedores e consumidores, o MJSP buscou fomentar a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis, para reduzir os litígios, aperfeiçoar os métodos autocompositivos de solução de conflitos e o estabelecimento de orientações e boas práticas para o comércio eletrônico.

As ações desenvolvidas no âmbito do objetivo estratégico visam, entre outros, zelar por um ambiente concorrencial saudável e aumentar a efetividade do combate a ilícitos concorrenciais em licitações públicas, aprimorar os procedimentos de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor, no âmbito dos diversos agentes públicos e privados que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor; de integrar o Fundo de Defesa de Direitos Difusos aos diversos segmentos sociais interessados, inclusive a aproximação com a sociedade civil, para que essa participe ativamente da fiscalização dos projetos fomentados.

Assim, por meio de suas políticas públicas e através de mecanismos de inovação, o Ministério tem contribuído para a redução de litígios e na análise de questões com repercussão nacional e interesse geral, na promoção e coordenação de diálogos setoriais com fornecedores, na cooperação técnica com órgãos e agências reguladoras, na advocacia normativa de impacto para os consumidores, na prevenção e repressão de práticas infratoras aos direitos dos consumidores. Também representa, no âmbito internacional, os interesses dos consumidores brasileiros junto a organizações internacionais.

Ressalta-se que, para fins deste Relatório de Gestão Integrado, não serão informados os resultados do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, que deverá apresentar Relatório de Gestão Integrado próprio.

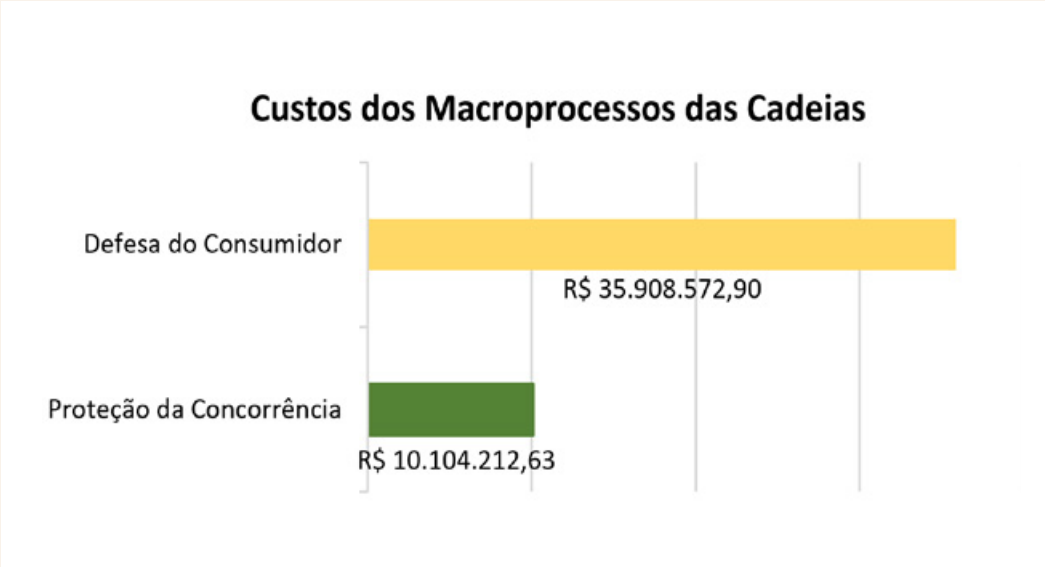
OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor

Cadeias Vinculadas ao Objetivo Estratégico

PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR



Entregas à Sociedade

GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO, DO MIGRANTE, DO REFUGIADO E DOS POVOS INDÍGENAS

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR

INDICADOR ESTRATÉGICO – Senacon	**PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE DAS DEMANDAS NA PLATAFORMA CONSUMIDOR.GOV.BR**
INDICADOR ESTRATÉGICO – Cade	**PRAZO MÉDIO DE ATO DE CONCENTRAÇÃO SUMÁRIO NO CADE**

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO — **PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE DAS DEMANDAS NA PLATAFORMA CONSUMIDOR.GOV.BR**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
70%	78%	70%	78%	70%	78%	70%

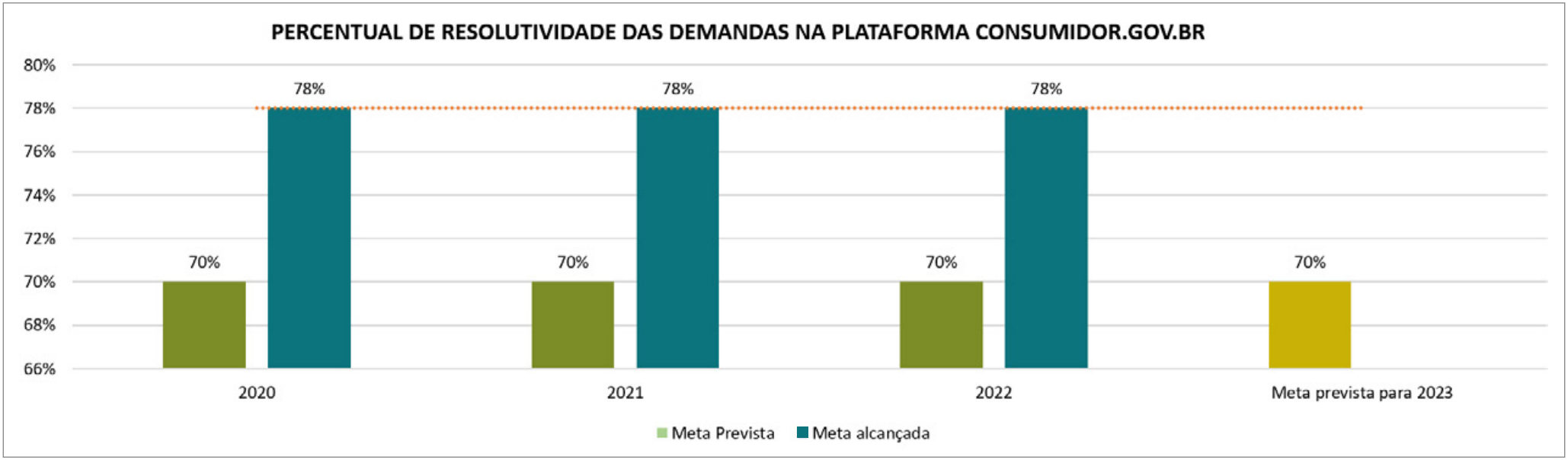
Com o objetivo de reduzir a burocracia, ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa do consumidor, a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, do MJSP, tem buscado desenvolver políticas e ações voltadas à garantia do acesso e permitir maior agilidade e segurança ao cidadão em suas relações de consumo.

Nesse sentido, o órgão tem utilizado a tecnologia como grande aliada. Dentre as ações e inovações implementadas, destaca-se o Consumidor.gov.br, uma plataforma interativa gratuita que permite a comunicação direta entre consumidores e empresas para a solução de conflitos de consumo pela internet, permitindo a resolução de problemas de consumo em um ambiente público e totalmente transparente, diretamente com as empresas cadastradas, dispensando a intervenção do Poder Público na tratativa individual.

E foi na linha da desburocratização, da racionalização dos canais de atendimento ao cidadão e da digitalização dos serviços oferecidos pelo Governo Federal que, em 2020, foi publicado o Decreto Presidencial nº 10.197, alterando o Decreto nº 8.573, de 19 de novembro de 2015, a fim de estabelecer o Consumidor.gov.br como plataforma oficial da administração pública federal direta, autárquica e fundacional para a autocomposição nas controvérsias em relações de consumo.

Desde seu lançamento em 2014, a plataforma já registrou mais de 6,4 milhões de reclamações e conta com uma base de 4,3 milhões de usuários cadastrados e mais de 1.280 empresas participantes.

Para acompanhar a eficiência da ferramenta, o Ministério dispõe do indicador *"Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br"*, que acompanha o percentual de reclamações avaliadas pelo consumidor como resolvidas no âmbito da ferramenta. No ano de 2022, foram finalizadas 1.293.096 reclamações por meio da plataforma Consumidor.gov.br e essa comunicação direta entre consumidores e empresas promovida pelo sistema permitiu uma média de resolutividade de 78% dessas reclamações. A superação da meta em 8% é reflexo da melhor aplicação e monitoramento da política pública.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

Do ponto de vista técnico, há um constante monitoramento do desempenho das empresas participantes da plataforma. São elaboradas notas técnicas de análise de desempenho. Em caso de baixo desempenho, a empresa é notificada a apresentar plano de melhoria e são realizadas reuniões periódicas de acompanhamento, a fim de que a plataforma possa cumprir seu objetivo.

Cumpre informar que em abril de 2022, em cumprimento ao previsto no Decreto Presidencial nº 10.197, de 02 de janeiro de 2020, o procedimento de acesso ao Consumidor.gov.br foi alterado e passou a ocorrer com a utilização da plataforma central de autenticação digital do cidadão (Conta Gov.br), disponibilizada pelo Ministério da Economia em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Após a alteração, o processo de autenticação (login no Consumidor.gov.br) permanece sendo individual (por CPF), porém passou a ser realizado por meio da utilização da Conta Gov.br de cada cidadão. A Conta Gov.br é a proposta do Governo Federal para possibilitar o aumento do nível de segurança na identificação do usuário, tendo em vista que a maior parte das tratativas ocorridas via Consumidor.gov.br envolvem acesso a dados pessoais e confirmação da identidade do usuário.

Ressalta-se que o Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, que instituiu a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, prevê o mecanismo de acesso digital único do usuário aos serviços públicos (Login Único). O inciso II do art. 3 do Decreto informa que a utilização do *Login* deverá respeitar o nível de segurança compatível com o grau de exigência, natureza e criticidade dos dados e das informações pertinentes ao serviço público solicitado.

Nesse sentido, considerando que a maior parte das tratativas ocorridas via Consumidor.gov.br envolvem acesso a dados pessoais e confirmação da identidade do consumidor, por questões de segurança, foi estabelecido que qualquer usuário do serviço deve possuir uma Conta Gov.br nível PRATA ou OURO para acessar a plataforma. Principalmente, para garantir que a pessoa que criou a conta, de fato, e realmente o próprio interessado. A partir do nível PRATA e OURO o status do login passa a ser verificado e comprovado, respectivamente.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE DAS DEMANDAS NA PLATAFORMA CONSUMIDOR.GOV.BR

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Implementação do Login Único no Consumidor.gov.br
- Melhoria da ferramenta de exportação dos dados das reclamações
- Monitoramento do Desempenho das empresas participantes do Consumidor.gov.br

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Entregar Inteligência Artificial de Nuvem de palavras (TED UnB)
- Celebrar Acordos de Cooperação Técnica para adesão ao Consumidor.gov.br

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Garantir o funcionamento da estrutura do Consumidor.gov.br

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Dificuldade de incremento da equipe técnica responsável
- Troca de informações e adesões de outras Agências Reguladoras ao Consumidor.gov.br

RISCOS

• Descontinuidade devido provisionamento dos recursos para o Consumidor.gov.br;
• Aumento excessivo na quantidade de demandas - este risco diz respeito à capacidade humana de atendimento tempestivo e de qualidade ao aumento da demanda nos sistemas.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

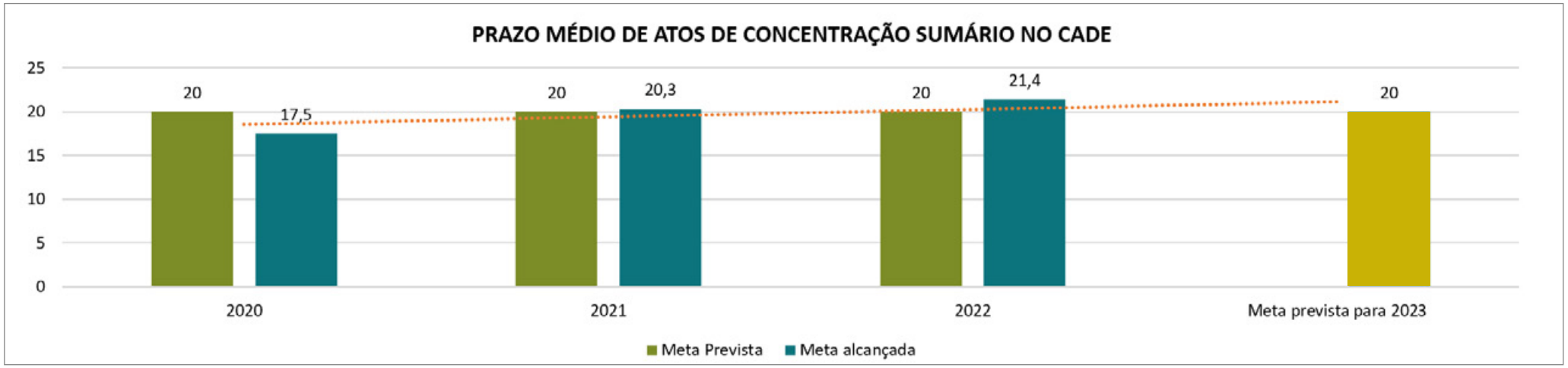
• Disponibilizar sistema automatizado;
• Implantar inteligência artificial na plataforma Consumidor.gov.br para auxiliar na resolução de dúvidas e dificuldades dos usuários de forma automática e sustentável.

INDICADOR ESTRATÉGICO	PRAZO MÉDIO DE ATO DE CONCENTRAÇÃO SUMÁRIO NO CADE					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
20	17,5	20	20,3	20	21,4	20

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia federal, vinculada ao MJSP, tem como missão zelar pela livre concorrência no mercado, sendo a entidade responsável, no âmbito do Poder Executivo, não só por investigar e decidir, em última instância, sobre a matéria concorrencial, como também fomentar e disseminar a cultura da livre concorrência.

Como forma de consolidar os propósitos relacionados à atuação fim da entidade, assegurando a efetividade do controle de fusões e aquisições, o Conselho realiza o controle prévio de atos de concentração, em que pode envolver dois ritos diferentes, a depender da profundidade da análise concorrencial.

Atos de concentração sobre o rito sumário, por serem considerados menos complexos, devem ser analisados em até 30 dias, conforme disposto na Resolução nº 33, de 2022. Já os enquadrados como ordinários, por exigir um estudo mais aprofundado de mercado, devem ser concluídos em até 240 dias, prazo que pode ser dilatado por 60 dias, a pedido das partes envolvidas na operação, ou 90 dias, por decisão do Tribunal Administrativo do Cade. No ano de 2022, cerca de 86% dos atos de concentração decididos pelo Cade foram por meio de procedimento sumário.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

De acordo com o gráfico acima, verificou-se uma tendência de crescimento no tempo médio, diretamente proporcional ao aumento do volume de Atos de Concentração notificados e decididos pelo Cade. Apenas no ano de 2021, verificou-se a notificação de 627 operações, ou seja, volume 48% superior à média de entrada dos últimos 4 anos, tendo sido emitidas decisões em 611 Atos de Concentração.

Nos processos de ato de concentração houve significativo crescimento na demanda pela análise implementada pelo Cade no controle prévio de fusões e aquisições. Embora seja percebido incremento no tempo médio de julgamento de atos de concentração sumários é importante destacar que o Cade continua promovendo análises céleres e em prazo muito inferior ao previsto em Lei.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PRAZO MÉDIO DE ATO DE CONCENTRAÇÃO SUMÁRIO NO CADE

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Implantação do formulário digital

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Aprimorar o procedimento de notificações de ACs, para facilitar a organização e o uso das informações prestadas pelas partes e propiciar a integração de informações entre diferentes processos

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Restrições quanto à utilização de Inteligência Artificial para análise das informações

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Restrição de força de trabalho com especialidade na temática

RISCOS

- Restrição orçamentária

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Prazo médio abaixo de 20 dias para análise dos ACS

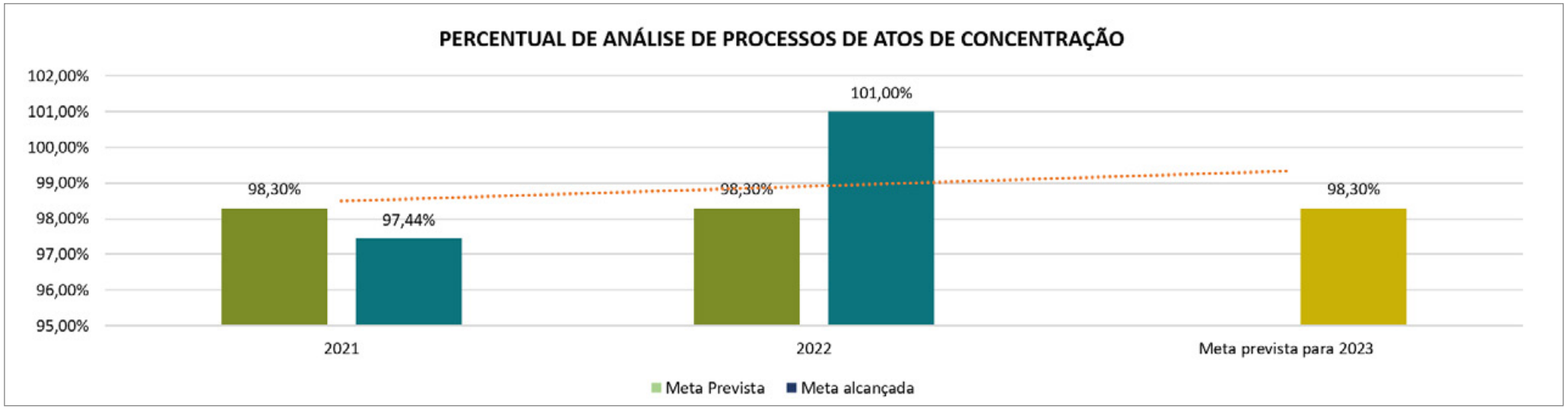
INDICADOR ESTRATÉGICO — **PERCENTUAL DE ANÁLISE DE PROCESSOS DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
-	-	98,30%	97,44%	98,30%	101%	98,30%

Revestido também no propósito da ampliação da escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor, compõe o planejamento estratégico do MJSP o indicador relacionado ao percentual de análise de processos de atos de concentração. Tais atos são definidos pelas seguintes características: fusões de duas ou mais empresas anteriormente independentes; aquisições de controle ou de partes de uma ou mais empresas por outras; incorporações de uma ou mais empresas por outras; ou, ainda, celebração de contrato associativo, consórcio ou joint venture entre duas ou mais empresas.

Cabe ressaltar que apenas não são considerados atos de concentração, para os efeitos legais, os consórcios ou associações destinadas às licitações promovidas pela administração pública direta e indireta e aos contratos delas decorrentes (art. 90 da Lei 12.529/2011).

O percentual obtido para mensuração do citado indicador é calculado a partir do total de processos de Atos de Concentração (AC) decididos pelo Cade, dividido pelo número total de processos de Atos de Concentração (AC) notificados ao Cade.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujo principais estão destacados abaixo:

PROJETO ESTRATÉGICO - Cade

FORMULÁRIO DIGITAL DE NOTIFICAÇÕES DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO - AC

O projeto estratégico *"Formulário Digital de Notificações de Atos de Concentração - AC"* tem a finalidade de criar formulário eletrônico de notificação de Atos de Concentração, que aprimora o procedimento de notificação desses atos, facilita a organização e o uso das informações prestadas pelas partes no processo e propicia a integração de informações entre os diferentes processos.

O escopo do projeto envolve, portanto, a melhoria do formulário de notificações (digitalização) e a automação da análise do Ato de Concentração, por meio de Inteligência Artificial, por intermédio das seguintes premissas:

i) simplificar a experiência do usuário;

ii) solicitar informações realmente necessárias;

iii) agilizar a análise do Cade; e

iv) simplificar e automatizar a documentação e a instrução do processo.

Informa-se, ademais, que o formulário terá como base os ditames previstos em Resolução do Cade que disciplina a notificação de Atos de Concentração de que trata o artigo 88 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. Ressalta-se, ainda, a necessidade de informações a serem obtidas pelo Cade de toda estrutura de mercado, informações de clientes, concorrentes e fornecedores para fazer uma série de análise a respeito do poder de entrada, rivalidade, poder coordenado, dentre outros. Além disso, em uma perspectiva interna, o projeto possibilitará a integração com outras bases, como, por exemplo, da Receita Federal ou em outros projetos internos.

PROJETO ESTRATÉGICO - Senacon

DINAMIZAÇÃO DA PLATAFORMA CONSUMIDOR.GOV.BR, COM FOCO NA DESJUDICIALIZAÇÃO

O projeto estratégico *"Dinamização da plataforma consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização"* tem a finalidade de reduzir os litígios judicializados por meio do uso da plataforma Consumidor.gov.br, assim como aprimorar métodos auto compositivos. Nesse sentido, visando estabelecer um sistema para atendimento aos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, foi implantado o ProConsumidor.

O ProConsumidor é um módulo evolutivo da plataforma online Consumidor.gov.br voltado para o atendimento dos órgãos de defesa do consumidor, voltado para órgãos de defesa do consumidor, em especial para os Procons e Defensorias Públicas, este sistema irá substituir o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - Sindec. Mantém o padrão de qualidade do atendimento do Sindec, com excelência em integração, cooperação e articulação entre os estados, e traz novos recursos e mais agilidade, acompanhando a evolução tecnológica e do mercado.

Este sistema tem o potencial de ser utilizado pelos aproximadamente 900 Procons existentes no Brasil, pelas Defensorias Públicas e Ministérios Públicos, uma vez que ele tem por objetivo substituir o sistema de atendimento hoje utilizado pelos órgãos – o Sindec. Sua implantação foi iniciada em outubro de 2019, com um cronograma a ser executado, com prioridade, por meio de treinamentos presenciais. A intenção era implantar em pelo menos um Procon de cada região, como piloto, uma vez que o sistema ainda estava em processo de aperfeiçoamento.

Contudo, devido ao estado de calamidade pública, que determinou medidas de isolamento social, o cronograma de treinamentos precisou ser redefinido. Assim, foi elaborado o curso de Capacitação no Sistema ProConsumidor, disponibilizado em formato online, o que possibilitou a implantação do novo sistema, de forma remota. Essa inovação, em meio à pandemia, permitiu que em maio de 2021 a implantação do ProConsumidor passasse a ocorrer de forma totalmente online. Assim, no ano de 2021, foram capacitados mais de 2.000 (mil) técnicos das seguintes UFs: AP, SE, AM, PI, RR, AL, PB, PR, RN, DF, RJ, TO, BA,PE, CE, PA e RS.

Em 2022, ocorreu a implantação do ProConsumidor nos seguintes Estados: MS, MT, ES, GO, SC, MG, RS e SP. Neste ano, mais de 4.000 (mil) técnicos de órgãos de defesa do consumidor foram capacitados. Também foi disponibilizado o Treinamento EAD direcionado às empresas cadastradas e habilitadas eletronicamente no ProConsumidor, com disponibilização de material com esclarecimentos acerca do Sistema e do Procedimento disponibilizado no site da ENDC - Escola Nacional de Defesa do Consumidor (defesadoconsumidor.gov.br), certificado pela UNB, com mais 1.200 alunos capacitados, em 2022.

PROJETO ESTRATÉGICO - Senacon

FORTALECIMENTO DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS JUNTO À SOCIEDADE

Criado pela Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347, de 24 de julho de 1985) e regulamentado pela Lei n.º 9.008, de 21 de março de 1995, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD, vinculado ao MJSP e à Senacon, tem como missão a defesa e a recomposição de danos causados a direitos difusos e coletivos nela elencados. O Fundo nasceu para o cumprimento de finalidade específica, uma vez que as receitas que o compõem, oriundas de processos - judiciais ou administrativos - iniciados quando

constatada a lesão a direito difuso ou coletivo, devem ser empregadas em projetos que previnam ou recomponham danos ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e artístico, ao consumidor, à ordem econômica, ao trabalhador, às pessoas idosas ou portadoras de deficiências e ao patrimônio público e social, de acordo com o rol constante do art. 1º da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985.

O projeto estabelecia como principais resultados a melhoria no ingresso de recursos no FDD, a apresentação de projetos em maior quantidade e qualidade, bem como a fiscalização dos recursos investidos. Podem ser mencionadas como entregas realizadas no projeto:

i) elaboração de Acordos de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional e a Escola nacional, ambos do Ministério Público, a fim de conscientizar o Ministério Público da importância do FDD e da relevância do aporte de recursos oriundos de acordos judiciais em Ações Civis Públicas; e

ii) desenvolvimento de manual geral para elaboração e envio de projetos foi elaborado, bem como de curso para capacitação EaD, em parceria com a Escola Nacional de Defesa do Consumidor.

No entanto, no planejamento inicial do projeto não houve a definição de indicador para medir o alcance das ações às estratégias anteriormente definidas. Além disso, o projeto teve como entrave o lançamento de Termo de Referência que restou deserto, ou seja, não houve apresentação de propostas para realização de consultoria almejada. Dessa forma, em avaliação quanto às ações e dificuldades enfrentadas, foi entendido por oportuno a exclusão do projeto visando a maturação e o aprofundamento dos estudos relacionados às ações a serem efetivadas e para que os resultados a serem alcançados sejam efetivos.

PROJETO ESTRATÉGICO - Senacon **DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA RECALL·GOV·BR**

Diante da necessidade de construção de um sistema de Recall mais moderno, que pudesse garantir ao consumidor informações mais precisas sobre os produtos submetidos ao recall, e que permitisse a aplicação de ferramentas de inteligência artificial que possibilitasse a obtenção de relatórios em tempo real sobre as campanhas apresentadas e sobre os índices de comparecimento, bem como a utilização de tais dados para a consolidação de melhores práticas na mitigação dos riscos à saúde e à segurança dos consumidores brasileiros, a *"Disponibilização do Sistema Recall.gov.br"* foi incluída como Projeto Estratégico do MJSP.

Nesse contexto, é importante destacar que o desafio em prol da segurança de produtos é um assunto estratégico do Estado Brasileiro, sendo o MJSP competente para à busca da preservação da vida, saúde e segurança dos consumidores. Ainda, é relevante ressaltar que a proteção à saúde e à segurança do consumidor é o tema de maior relevância na OCDE no que diz respeito à temática *"defesa do consumidor"*. Assim, na idealização do novo sistema restou definido que seria um portal que pudesse ser utilizado em rotina de autosserviço pelos próprios fornecedores, desafogando os servidores, que já são escassos, das tarefas de alimentação de dados.

Portanto, a escolha da solução visou garantir um sistema nacional com ampla segurança jurídica e transparência das informações relacionadas aos Recalls, com acesso facilitado e rápido aos dados nele constantes, bem como a automatização na extração das informações, tanto para consumo interno quanto externo. Além disso,

buscou-se promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de recall (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam à correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com a implementação do novo site de recall, que visou tornar intuitivo o fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos recalls no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados).

Os atores envolvidos na elaboração do sistema foram, além da própria Senacon, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) e a Universidade de Brasília (UnB), cuja participação se deu por meio da formalização do Termo de Execução Descentralizada nº 01/2019, celebrado em 25 de novembro de 2019, com vigência inicial de 48 meses.

Destaca-se a premissa marcada pelo estreito e construtivo diálogo dos atores envolvidos (UNB, DTIC/MJSP e Senacon), através das reuniões periódicas de ponto de controle, sejam elas mensais ou semanais; com transparência em todos os níveis, já que todas as reuniões, alterações executivas e intercâmbio de documentos foram implementados por meio de registros válidos, especialmente por meio das gravações das reuniões de ponto de controle do projeto via Microsoft Teams, bem como troca de e-mails. Com a mesma relevância, os referidos andamentos, tratativas e reuniões sempre tiveram como premissa a participação efetiva da área técnica.

Vale destacar, ainda, que em 22 de agosto de 2022 consolidou-se protótipo e etapa de desenvolvimento técnico do sistema com a UNB, ressaltando que os artefatos entregues no sentido do planejamento e desenvolvimento das funcionalidades do sistema, visando adequação à referida Política Pública de maneira essencial, encontrava-se devidamente apresentado. Dessa forma, foi dado início à etapa de absorção do sistema, com a necessidade de continuidade de providências técnicas por parte da UNB, na condição de desenvolvedor técnico do sistema, visando ao enfrentamento gradativo de todas as etapas até a efetiva disponibilização do sistema.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aperfeiçoar a Coordenação Estratégica e a Integração dos Órgãos de Segurança Pública

Afim de diminuir a criminalidade e a violência urbana, o MJSP procura promover a coordenação e articulação estratégica dos órgãos de segurança pública por meio do desenvolvimento profissional, capacitação de recursos humanos e atuação colaborativa com outros órgãos federativos.

Destaca-se também o esforço de estabelecimento de novas estruturas de gestão, que devem ser desenvolvidas e regulamentadas não apenas no nível federal, mas também nos níveis estadual, distrital e municipal. Esse esforço requer o desenvolvimento de critérios que garantam igualdade de condições aos entes federativos para que possam desenvolver políticas de segurança pública mais efetivas, bem como o desenvolvimento de sistemas e de redes para integrar os mais diversos órgãos de segurança pública, no intuito de facilitar a troca de informações e a disponibilização da tecnologia necessária ao desempenho de atividades de inteligência.

Para atingir esse objetivo, foram criados Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública (CIISP), contando com Centros em cada região geográfica do país, a partir de onde coordenam a rede de inteligência de segurança pública em cooperação com as UFs, sendo capaz de promover com sucesso a a integração através da atuação em Rede, tornando-se um verdadeiro mecanismo capaz de trocar informações, aumentar recursos, agilizar operações e potencializar a capacidade de combate ao crime analisando dados de várias fontes.

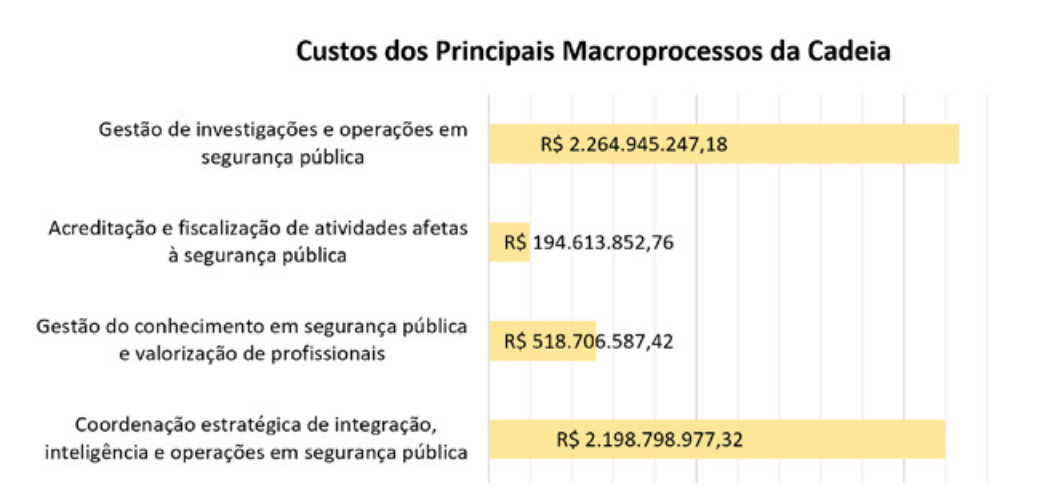
Além disso, mostra um aumento da competência da segurança pública para desenvolver e compartilhar informações e inteligência de forma integrada, sistemática e inovadora.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública

Cadeias Vinculadas ao Objetivo Estratégico

Gestão da Política Integrada de Segurança Pública



Entregas à Sociedade

Proteção e segurança da sociedade

INDICADOR ESTRATÉGICO – Seopi	**QUANTIDADE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA IMPLANTADOS**
INDICADOR ESTRATÉGICO – Seopi	**PERCENTUAL DE AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - AISPS INTEGRADAS À REDE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**
INDICADOR ESTRATÉGICO – Senasp	**QUANTIDADE DE NORMAS TÉCNICAS PUBLICADAS DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA COM PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO**

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO – Seopi — **QUANTIDADE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA IMPLANTADOS**

Meta Prevista 2020	Meta alcançada 2020	Meta alcançada 2021	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
2	0	2	2	2

INDICADOR ESTRATÉGICO – Seopi — **PERCENTUAL DE AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - AISPS INTEGRADAS À REDE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Meta Prevista 2020	Meta alcançada 2020	Meta alcançada 2021	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
100%	70%	100%	100%	100%

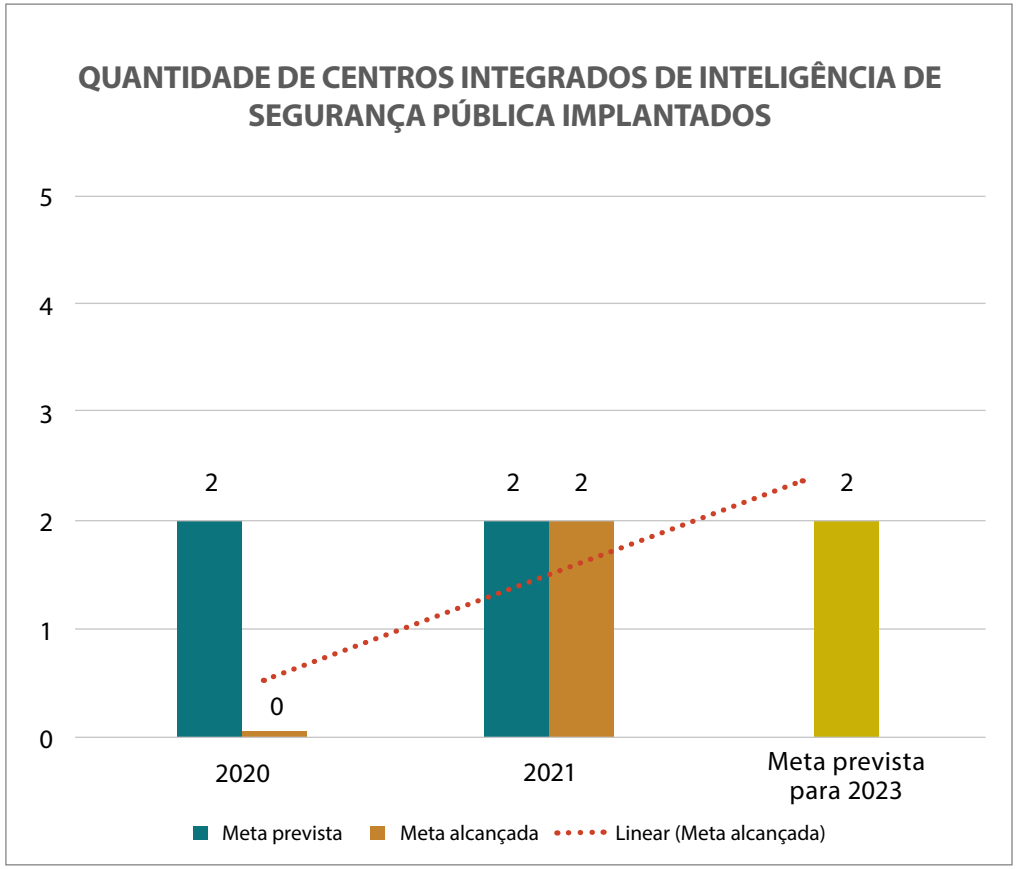
O MJSP, através da Secretaria de Operações Integradas – Seopi, criou a Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública - REDE CIISP, cuja estrutura coordenada pela Diretoria de Inteligência – DINT/Seopi é composta por um Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública Nacional - CIISP-N, em Brasília, e cinco Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública Regionais - CIISPR, sendo um em cada região geográfica do país, com o intuito de fortalecer o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública do Brasil - SISP, integrante do Subsistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, que tem como objetivo aprimorar o assessoramento ao combate à criminalidade organizada.

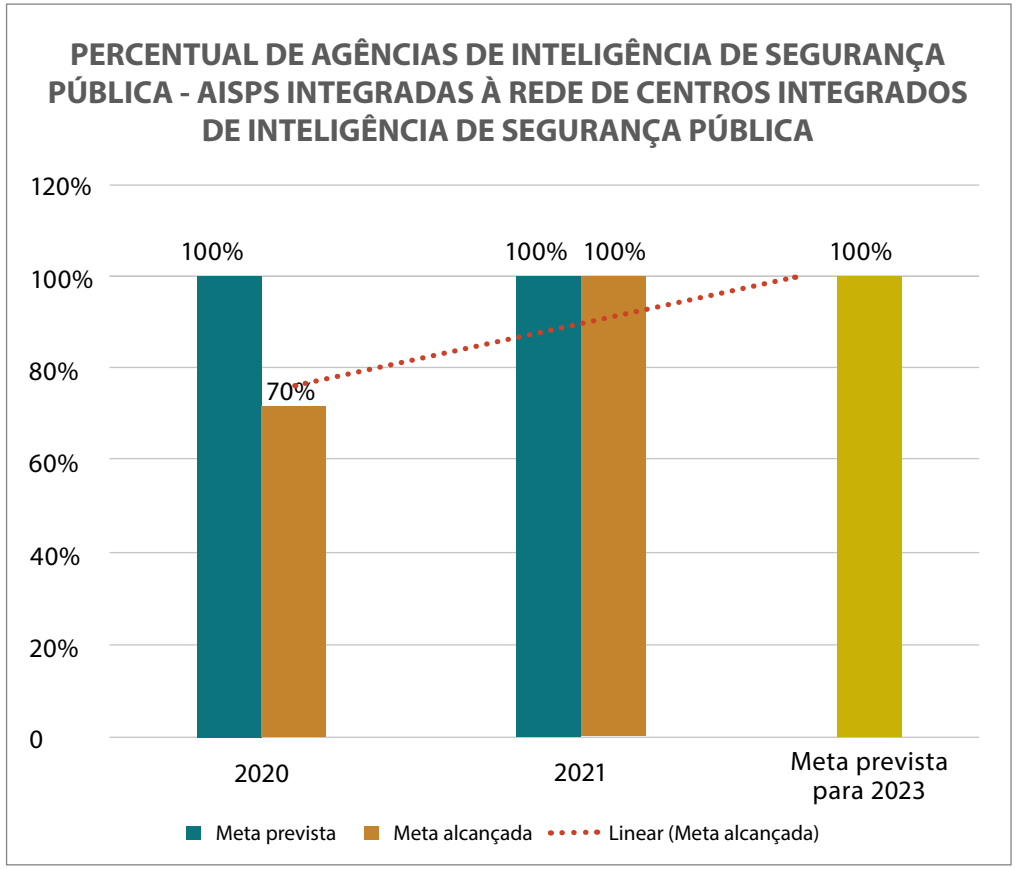
CIISP
Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública - Nacional

Reunindo em uma mesma estrutura física representantes estaduais e institucionais, congregando assim profissionais das Agências de Inteligência de Segurança Pública e agências de inteligência convidadas, a Rede CIISP é um modelo de produção de conhecimento integrado, sistemático e qualificado de Inteligência de Segurança Pública, formada por Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública.

Estabelecido a importância da criação desses centros para a produção de conhecimento e para o combate à criminalidade, foi definido como prioridade a implementação dessas estruturas integradas. Dessa forma, por meio de um esforço conjunto, foi inaugurado, em 2021, os 02 últimos centros regionais que faltavam, nas regiões Centro-Oeste (CIISPR-CO) e Sudeste (CIIS-

PR-SE). Com a finalização da fase de implantação da Rede, ainda em 2021, as metas foram alcançadas de forma antecipada, já que 100% das Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISPs estão integradas à Rede e todos os centros previstos inicialmente foram inaugurados. Desta forma, todos os Estados e o DF estão sendo atendidos por projetos da Diretoria de Inteligência da Seopi.





Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico do MJSP

As Metas previstas para 2023 referentes aos aos indicadores: Quantidade de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública Implantados e Percentual de Agências de Inteligência de Segurança Pública – AISPS Integradas à Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública foram alcançadas em 2021, de modo que sua aferição não ocorreu no exercício de 2022 e consequentemente não estão ilustradas nos gráficos.

Sinesp
Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública

Uma vez que houve o alcance, em 2021, das metas estabelecidas até 2023, a Rede CIISP conta com a integração de 135 agências de inteligência de todo o país e acesso a mais de 400 bases de dados, em 2022 o desafio foi manter esses Centros Integrados em pleno funcionamento, aprimorar a capacidade das Agências de Inteligência de Segurança Pública (AISPs) de desenvolver e compartilhar informações estratégicas de inteligência e fortalecer o Subsistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública (SISP), integrante do Subsistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, com o objetivo de aperfeiçoar o assessoramento na temática e o combate à criminalidade organizada.

Ressalta-se que a Rede de Centros, através das Agências Centrais de Inteligência das instituições estatais, presta serviços a todas as 5 regiões do país para além das capitais onde estão ativados, dispondo de um ambiente interagências e reunindo especialistas em um só lugar. A equipe do Centro de Inteligência onde trabalham é formada por membros treinados de agências estaduais e federais que possuem amplo conhecimento de questões relacionadas à inteligência em seus respectivos estados. Junto com a introdução de suas tecnologias e rede de dados, eles também promovem o trabalho colaborativo por meio da troca e produção de inteligência integrada, otimização de recursos, aumento de capacidade e expansão de resultados.

Devido ao aumento da capacidade das instituições de compreender o crime, os criminosos e a criminalidade, elas foram capazes de proporcionar enfrentamento qualificado ao crime violento e ao crime organizado, elevando significativamente a sensação de segurança dos cidadãos. Como resultado, a vida do cidadão foi impactada por serviços de melhor qualidade e eficiência.

No ano de 2022, para a manutenção da Rede CIISP foram realizados investimentos estruturantes na ordem de R$ 3.185.822,02 com aquisições diversas, além de outros investimentos com pagamento de diárias e passagens aéreas.

Cabe ainda mencionar outro instrumento importante para o aperfeiçoamento do referido objetivo estratégico: o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp). Este sistema é uma plataforma de informações integradas, que possibilita consultas operacionais, investigativas e estratégicas sobre segurança pública, implementado em parceria com os entes federados. O Sinesp foi criado através da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012 e, com a publicação da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, o Sinesp tornou-se meio e instrumento para a implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), instituindo-se o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

O Sinesp tem por objetivos proceder à coleta, análise, atualização, sistematização, integração e interpretação de dados e informações relativos às políticas de segurança pública e defesa social; disponibilizar estudos, estatísticas, indicadores e outras informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas; promover a integração das redes e sistemas de dados e informações de segurança pública e defesa social, criminais,

do sistema prisional e sobre drogas; garantir a interoperabilidade dos sistemas de dados e informações, conforme os padrões definidos pelo conselho gestor, adotando os padrões de integridade, disponibilidade, confidencialidade, confiabilidade e tempestividade dos sistemas informatizados do Governo Federal.

A referida plataforma possui várias soluções tecnológicas, dentre as quais destacam-se as seguintes:

SINESP INTEGRAÇÃO
Tem por objetivo a consolidação de dados e informações de múltiplas fontes em uma única estrutura nacional, permitindo, dentre outras atividades, a análise de microdados e a produção de estatísticas e relatórios mais qualificados. Ela reúne dados de diversos sistemas, como registro de ocorrências/atendimento dos órgãos de segurança pública, além de permitir o acesso a dados federais como o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP/CNJ) e a Base Nacional de Veículos do Denatran. Esses dados integrados estão disponíveis aos órgãos de segurança, que por meio de ferramentas de inteligência de negócio, podem analisá-los e interpretá-los, possibilitando a adoção de políticas públicas mais assertivas e a otimização de recursos. Em dezembro de 2019 todas as 27 UFs foram integradas ao Sinesp, alcançando em 2022 mais de 85 milhões de boletins de ocorrência integrados.

SINESP CAD
Tem por objetivo prestar suporte a serviços públicos emergenciais, permitindo a integração do atendimento de forças de Segurança Pública e outros órgãos (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Samu, PRF, Guardas Municipais etc), otimizando gestão de recursos e diminuindo o tempo de resposta, além de melhorar o planejamento operacional. Em 2022 o cenário era de 10 UFs clientes e 26 UFs fazendo uso por meio da Polícia Rodoviária Federal, além da participação de municípios/consórcios municipais em PE, CE, SP, MS e RS.

SINESP PPE
Tem por objetivo permitir o registro de ocorrências, despacho homologatório e a lavratura de procedimentos policiais (TCO, BOC, IP, APF, AIAI e AAFAI), além de favorecer recursos que permitem a gestão cartorária e compartilhamento/uso de dados e informações registradas pelos entes federados participantes. Visa fornecer um padrão nacional para os registros de ocorrências e procedimentos policial e a lavratura de procedimentos de forma automática e eletrônica em todas as suas fases. Em 2023, houve adesão da PM e CBM do Acre, alcançando 11 UFs.

INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA IMPLANTADOS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Ampliação dos CIISPs
- Instalação de pontos de internet satelital
- Aumento de adesões ao Programa Brasil Mais

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Integração das AISPs das regiões onde foram implementadas os CIISPRs
- Planejamento para implementação de novas estruturas vinculadas aos CIISPRs
- Ampliação da capilaridade e da capacidade de produção de conhecimento

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Manutenção da efetivação da implantação dos CIISPRs
- Estruturação dos CIISP a partir do recrutamento de efetivo com perfil adequado

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Provisão de recursos materiais e humanos.
- Realização de tratativas com os estados partícipes
- Padronização das ações a serem desenvolvidas nas novas estruturas

RISCOS

- Não cumprimento efetivo das cláusulas dos Acordos de Cooperação Técnica celebrados entre o MJSP e as UFs partícipes
- Interrupção ou diminuição a qualidade das atividades desenvolvidas

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Consolidação da produção de conhecimento integrada
- Aumento da capacidade de antecipação de cenários
- Aprimoramento da produção de conhecimento coesa e eficaz

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - AISPS INTEGRADAS À REDE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Integração de 100% das Agências de Inteligência de Segurança Pública por meio de representantes estaduais e institucionais nos CIISPs

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Ampliação da capilaridade e da qualidade da produção de conhecimento
- Incremento do efetivo dos centros, com representantes de mais órgãos de segurança pública
- Ampliação do número de representantes de UFs e órgãos cujas atividades estão relacionadas à segurança pública

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Implantação e efetivação dos CIISPRs, estrutura física para integrações dos representantes das AISPs
- Recrutamento de efetivo com perfil adequado
- Disponibilização de sistemas / bases de dados

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Ampliação do orçamento para mobilização e aumento do efetivo
- Liberação de recursos humanos pelas UFs
- Alinhamentos para efetivar a participação de representantes de órgãos cuja atividade seja afeta à segurança pública
- Ampliação de orçamento para a aquisição de recursos tecnológicos e equipamentos

RISCOS

- AISPs não fornecerem os insumos necessários para efetivar a integração.
- Falta de participação das AISPs.
- Não cumprimento efetivo das cláusulas dos Acordos de Cooperação Técnica celebrados entre o MJSP e as UFs partícipes.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Aumentar a capacidade de produção de conhecimento de inteligência;
- Fortalecer as AISPs por meio da disponibilização de recursos tecnológicos atualizados e equipamentos;
- Consolidar a integração das AISPs por meio da Rede CIISP; e
- Fomentar a criação de canais institucionalizados e padronizar procedimentos.

INDICADOR ESTRATÉGICO	QUANTIDADE DE NORMAS TÉCNICAS PUBLICADAS DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA COM PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
2	2	2	2	2	2	2

O Programa Nacional Pró-Segurança de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública, executado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, busca criar requisitos mínimos de desempenho e qualidade para ferramentas, serviços e soluções relevantes para a segurança pública. O programa tem como escopo permitir que tais produtos sejam certificados, com testes realizados de acordo com os requisitos técnicos para garantir a confiabilidade, segurança e qualidade.

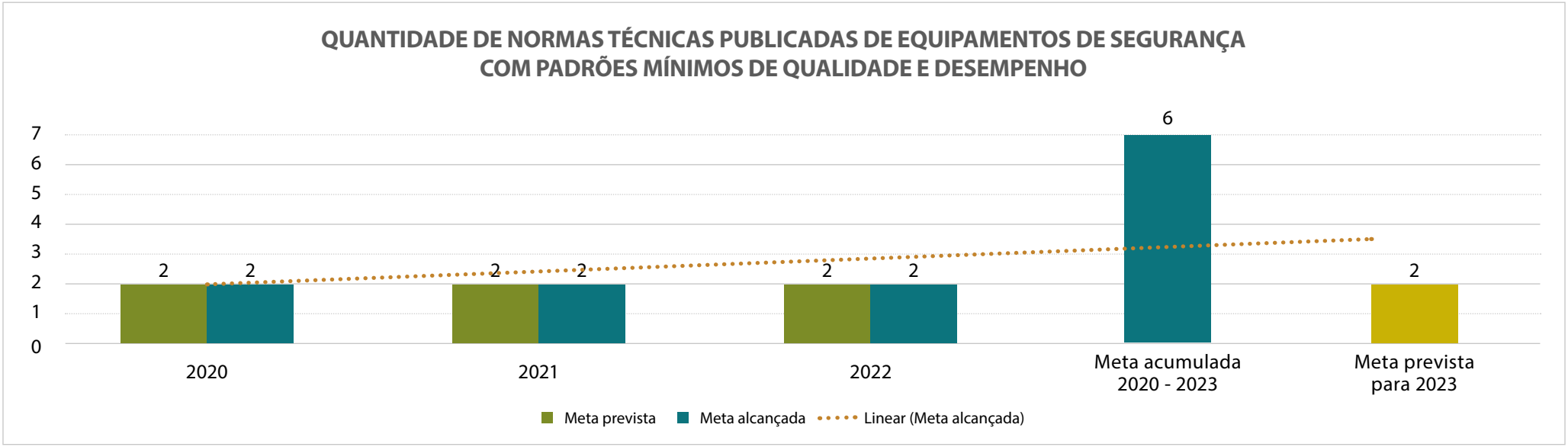
Nesse contexto, a Diretoria de Políticas de Segurança Pública da Senasp/MJSP, responsável pelo desenvolvimento do programa Pró-Segurança, revisa as Normas Técnicas para itens essenciais à segurança pública, que serão publicadas por meio de Portaria Senasp/MJSP, de acordo com a perspectiva estruturante de atendimento às necessidades fundamentais das instituições de segurança pública em termos de equipamentos, produtos e serviços de qualidade que proporcionem as condições mínimas necessárias para o exercício da atividade policial, conforme os normativos vigentes.

As normas técnicas, que dão suporte às aquisições públicas, consideram as particularidades de cada região geográfica e especialização operacional. Este trabalho aumenta a coordenação, cooperação e colaboração de autoridades e instituições de segurança pública, além de avançar na pesquisa e diagnóstico de segurança pública, com potencial para desburocratizar as compras públicas.

O indicador estratégico *"Quantidade de normas técnicas publicadas de equipamentos de segurança com padrões mínimos de qualidade e desempenho"* foi estipulado para medir a normatização de equipamentos de segurança prioritários, tomados a partir de diagnóstico junto às Instituições de Segurança Pública realizado em 2018.

O Pró-Segurança tem como indicador estratégico a *"Quantidade de normas técnicas publicadas de equipamentos de segurança com padrões mínimos de qualidade e desempenho"*, tendo como meta a publicação anual de 02 (duas) normas técnicas ao ano, até 2023.

Cabe destacar, além das melhorias técnicas e econômicas inerentes a um processo de normatização técnica, e consequente normalização de mercado, há ainda uma alteração pontual na desburocratização dos processos aquisitivos. Isto porque com o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade e eficiência dos produtos, há a simplificação dos certames quanto às especificações técnicas pretendidas, tendo em vista que as soluções disponíveis e o nicho de mercado encontram-se agora adequados objetivamente ao atendimento das demandas de aquisições pretendidas. Aliado a isto, com as normatizações poderão ser estabelecidas atas, nacionais e internacionais, de registro de preço para locação e/ou aquisição de serviços e produtos de interesse das instituições de segurança pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, todos ancorados por padrões de qualidade e desempenho definidos e que agreguem substancial melhoria dos processos aquisitivos e eficiência do serviço público.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico

* NT-Senasp nº 006/2022 - Veículos Leves para Emprego Operacional na Atividade de Segurança Pública em fase de publicação no Diário Oficial da União (DOU), após a validação da Consultoria Jurídica (Conjur) e Assessoria Especial de Assuntos Legislativos (AEAL) – previsão de publicação no final de Novembro/2022, atingindo-se assim, 100% da meta planejada para o período).

** Valor acumulado de NT-Senasp publicadas, considerando a publicação da NT-Senasp nº 006/2022 - Veículos Leves para Emprego Operacional na Atividade de Segurança Pública até o final de Novembro/2022.

Trabalhos desenvolvidos pela Senasp no ano de 2022:

a) Publicação da NT-Senasp nº 005/2022 - Armas Portáteis - Submetralhadoras de emprego na Segurança Pública;

b) Publicação do Guia Técnico para Estandes de Tiro;

c) Publicação NT-Senasp nº 006/2022 - Veículos Leves para Emprego Operacional na Atividade de Segurança Pública;

d) Capacitações: Curso de Gestão da Qualidade realizado com um total de 25 capacitados;

e) Chamamentos Públicos para fomento ao aparelhamento de laboratórios;

f) Aquisições e Contratações: Aquisição de Equipamentos de Metrologia;

g) Capacitações realizadas: Sistema de Gestão da Qualidade: Implementação da Norma ABNT NBR ISO 9001:2015;

h) Designação de Organismos de Certificação de Produto (OCP):

- Portaria Senasp/MJSP nº 369/2022 - DOU nº de 13/01/2022

- Portaria Senasp/MJSP nº 409/2022 - DOU nº de 20/04/2022

Estão em construção seis Notas Técnicas-Senasp e um guia orientativo em diferentes fases, além de instrução e indução de capacitação de profissionais de segurança pública:

a) Publicação do Guia Técnico para Embarcações;

b) Publicação da Notas Técnica-Senasp - Granadas Policiais - Parte 1. Explosivas;

c) Publicação da Notas Técnica-Senasp - Granadas Policiais - Parte 2. Não Explosivas;

d) Publicação da Notas Técnica-Senasp - Granadas Policiais - Parte 3. De lançamento por artefato próprio;

e) Publicação da Publicação da Notas Técnica-Senasp - Equipamento de Proteção Individual - Roupas (Casaco e Calça);

f) Publicação da Notas Técnica-Senasp - Equipamento de Proteção Individual - Bala clava;

g) Publicação da Notas Técnica-Senasp - Equipamento de Proteção Individual – Luvas;

h) Publicação da Notas Técnica-Senasp - Equipamento de Proteção Individual – Capacete;

i) Publicação da Notas Técnica-Senasp - Equipamento de Proteção Individual – Botas;

j) Publicação da Notas Técnica-Senasp – Munições Letais de Baixa Velocidade;

k) Publicação da Notas Técnica-Senasp – Espingardas no calibre 12GA de emprego na segurança pública; e

l) Início da Normatização de Produtos de APH-Tático de emprego na segurança pública.

INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE NORMAS TÉCNICAS PUBLICADAS DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA COM PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Elaboração de notas técnicas
- Desenvolvimento de metodologias de ensaios em fuzis e carabinas através de método científico
- Estabelecimento de procedimentos de avaliação da conformidade nos processos aquisitivos
- Cursos de sistema de gestão para órgãos de segurança pública
- Fomento à capacitação *stricto sensu* através do PROCAD Segurança Pública e Ciências Forenses
- Fomento ao aparelhamento de laboratórios de órgãos policiais

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Publicação do Guia Técnico para Embarcações (em construção)
- Início da Normatização de Produtos de APH-Tático de emprego na segurança pública

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Mobilização dos profissionais com o perfil para as atividades do Pró-Segurança
- Contratação e execução de contrato dos ensaios em viaturas
- Desenvolvimento de metodologias de ensaios através de equipamentos cedidos através do Chamamento Público nº 02/2022 - DOU nº 168 de 02/09/2022
- Estruturação e fortalecimento da Infraestrutura da Qualidade voltada a equipamentos de Segurança Pública.
- Restrição de viagens nacionais e internacionais pelo MJSP

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Realizar Audiências Públicas de assuntos sensíveis ao mercado nacional
- Fomentar o aparelhamento de laboratórios e de projetos inovadores de órgãos policiais e públicos
- Aplicar as NT-Senasp em processos licitatórios
- Aderir ao mercado para a certificação de produtos nos escopos das NT-Senasp;
- Elaborar o catálogo técnico de produtos certificados

RISCOS

- Especificação dos requisitos técnicos dos produtos e dos ensaios inviabilizarem economicamente a aplicação de cada NT-Senasp
- Não adesão às normas pelas instituições policiais
- Ausência na participação de profissionais na construção das NT-Senasp

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Produtos certificados nos escopos das NT-Senasp
- Baixa incidência de não-conformidades em produtos já adquiridos conforme aplicação das NT-Senasp
- Revisão para aprimoramento das NT-Senasp já publicadas e produção de novas NT-Senasp

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujo principais estão destacados abaixo:

PROJETO ESTRATÉGICO - Seopi — **REDE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA**

A Rede CIISP é um modelo de produção de conhecimento integrado, sistemático e qualificado de Inteligência de Segurança Pública, formada por Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública que reúnem em uma mesma estrutura física representantes estaduais e institucionais, congregando assim profissionais das Agências de Inteligência de Segurança Pública e agências de inteligência convidadas.

Como objetivo geral, o projeto visa a integração e o fortalecimento de todas as AISPs do país.

O projeto objetiva ainda a ampliação da capacidade das AISPs desenvolvendo e compartilhando informações estratégicas de inteligência de forma eficaz e eficiente. Assim, auxilia o enfrentamento à criminalidade de forma integrada com os demais órgãos de segurança pública.

PROJETO ESTRATÉGICO - Seopi — **EXPANSÃO DE CENTROS INTEGRADOS DE COMANDO E CONTROLE**

A Secretaria de Operações Integradas, por meio da Diretoria de Operações-DIOP é responsável pela implantação do Projeto Estratégico de Expansão de Centros Integrados de Comando e Controle, em locais em que é necessária criar rapidamente uma estrutura local de Comando e Controle, apoiando a estrutura geral. O projeto cria uma estrutura de vigilância, coleta e compartilhamento de informações, análise dos dados e apoio à decisão no Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle previsto pela Secretaria de Operações Integradas.

O projeto traz melhoria significativa na qualidade das informações para tomada de decisão das instituições de segurança pública, reduzindo gastos públicos com servidores para monitoramento das imagens das áreas relevantes às operações integradas, aceleração do tempo de respostas das ações preventivas e corretivas de segurança pública, criando um legado relevante para a segurança pública e para a sociedade brasileira. Aplicação de equipamentos de alta tecnologia para apoiar as ações integradas de segurança pública, permitindo a visualização e monitoramento preciso das áreas relevantes às operações integradas.

No decorrer do projeto foram adquiridos equipamentos para instalação do Centro Integrado de Comando e Controle em 13 (treze) Unidades Federativas, Piauí, Roraima, Acre, Paraíba, Maranhão, Amapá, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Sul, Tocantins, Pará, Espírito Santo e Santa Catarina, no entanto, em razão pendências técnicas, tais como: trâmites finais de licitações, acordos de cooperação técnica, liberação orçamentária para realização de empenho, em 2022 não foi possível realizar a aquisição de mobiliários, computadores, vídeo wall e servidores, inviabilizando desta forma a instalação dos centros integrados nos estados supramencionados, sendo que tais entregas estão previstas a serem realizadas em 2023.

PROJETO ESTRATÉGICO - Senasp

PRÓ SEGURANÇA

A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS foi criada pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e o Decreto nº 10.030, de 2019 instituiu o Sistema Único de Segurança Pública - Susp, e a Portaria MJSP nº 104, de 2020, instituiu o Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública - Pró-Segurança, de responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp/MJSP, que estabelece padrões mínimos de qualidade e desempenho de equipamentos, produtos, serviços e soluções aplicáveis na segurança pública, através de pesquisa e diagnose qualitativa, prospecção, padronização, normatização, normalização e certificação, fornecendo às instituições meios e parâmetros para otimização dos processos aquisitivos e efetiva modernização.

As Notas Técnicas-Senasp são desenvolvidas através de metodologia multidisciplinar, considerando experiências de profissionais com expertise em várias áreas da segurança pública de todas as regiões do Brasil, com participação em câmera técnica específica, onde discutem sobre estudos técnicos desenvolvidos por especialistas e normas aplicadas em âmbito internacional, somado a consulta às instituições de segurança pública de forma a materializar a cooperação e a colaboração dos órgãos e instituições componentes do Susp, com posterior realização de audiência pública com participação de representantes da indústria e comércio mundial, profissionais de segurança pública, usuários do serviço público de segurança e demais partes interessadas no processo, fortalecendo a tecnicidade aplicada à Norma.

PRÓ-SEGURANÇA

Produtos e serviços proporcionam uma melhor perspectiva de emprego e fomentam a normalização do mercado quando a adequação de conformidade mínima perquirida pelas instituições de segurança pública, estão de acordo com a normatização e a certificação realizada por organismos e ensaios em laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Produtos com base nessas normas são, portanto, medidas de economia em escala de recursos desde a aquisição ao gerenciamento e a manutenção dos equipamentos, produtos e serviços, tendo reflexos diretos na segurança, confiabilidade, eficiência e performance destes.

Para além das demandas de competência do programa e o cumprimento do indicador de resultado proposto, constata-se pelo menos sete tipos de processos intermediários realizados que demonstram indicadores relacionados a processos no fluxo de gestão de implementação da política pública.

Processos desempenhados pelo Programa Pró-Segurança entre 2019 e 2022:

Nº	PROCESSO	FONTE	2019	2020	2021	2022
1	Celebração de Termos de Execução Descentralizada (TED)	Termo de Execução Descentralizada nº 01/2020 (11268226) - Capes Termo de Execução Descentralizada nº 01/2021 (14968440) – Inmetro Termo Aditivo ao TED nº 001/2021 (18463378 - realizado em 2022) - Inmetro	-	1	1	1
2	Acordos de Cooperação Técnica (ACT)	Acordo de Cooperação Técnica Nº 2/2019/GAB-Senasp/Senasp (10528544)	1	1		
3	Chamamentos Públicos para fomento ao aparelhamento de laboratórios	Edital nº 3/2020 - DOU nº 139 de 22/07/2020 Edital nº 02/2021 - DOU nº 160 de 24/08/2021 Edital nº 02/2022 - DOU nº 168 de 02/09/2022	-	1	1	1
4	Aquisições e Contratações	Contratação de Ensaios em Viaturas - Contratos nº 040/2021 (DOU nº 28 de 10/02/2022) e 69/2021 (DOU nº 244 de 28/12/2021) Aquisição de Munições - Contrato nº 081/2021 - DOU nº 241 de 23/12/2021 Aquisição de Equipamentos de Metrologia - Pregão Nº 19/2022 (em curso)	-	-	2	2
5	Capacitações realizadas	2021 - Sistema de Gestão da Qualidade: Implementação da Norma ABNT NBR ISO 9001:2015 (Processo SEI nº 08020.005715/2020-84) 2021 - Análise de Produtos Farmacêuticos (Processo SEI nº 08020.000487/2020-56) 2022 - Sistema de Gestão da Qualidade: Implementação da Norma ABNT NBR ISO 9001:2015 (Processo SEI nº 08020.003762/2022-55)	-	-	2	1
6	Acompanhamento de Acreditação e Designação de Organismos de Certificação de Produto (OCP)	Portaria Senasp/MJSP nº 294/2021 - DOU nº de 28/06/2021 Portaria Senasp/MJSP nº 291/2021 - DOU nº de 24/06/2021 (T&A) - Revogada pela Portaria Senasp/MJSP nº 410/2022 - DOU nº de 20/04/2022 Portaria Senasp/MJSP nº 369/2022 - DOU nº de 13/01/2022 Portaria Senasp/MJSP nº 409/2022 - DOU nº de 20/04/2022	-	-	2	2
7	Designação de Laboratórios de Avaliação da Conformidade	Portaria nº 448/2022 - DOU nº 153 de 12/08/2022	-	-	-	1

PROJETO ESTRATÉGICO - Senasp

PROGRAMA NACIONAL DE QUALIDADE DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA – PRÓ-VIDA

A Lei nº 13.675 de 2018, alterada pela Lei nº 14.531 de 2023, destaca as temáticas de valorização profissional, saúde, mecanismos de proteção e qualidade de vida, designando o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (PRÓ-VIDA) como meio e instrumento da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, razão pela qual o art. 33 do Decreto nº 9.489 de 2018, alterado pelo Decreto nº 11.107, de 2022, estrutura os eixos de atuação do PRÓ-VIDA, bem como institui a Rede Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública (Rede PRÓ-VIDA), instrumento de formação de política em rede do programa, a qual foi institucionalizada no referido ato no formato de um colegiado representado por todas as instituições de segurança pública do Brasil.

PRÓ-VIDA
SEGURANÇA PÚBLICA

Outrossim, o PRÓ-VIDA, instituído como uma política de Estado, é voltado para a elaboração, implementação, apoio, monitoramento e avaliação de iniciativas de saúde biopsicossocial, saúde ocupacional e segurança no trabalho, mecanismos de proteção e valorização dos profissionais de segurança pública e defesa social, bem como é responsável pela integração, colaboração e articulação das instituições de segurança pública e defesa social no âmbito dos referidos eixos de atuação. Destaca-se que as ações do PRÓ-VIDA encontram lastro nas evidências que apontam para os elevados níveis de estresse e vulnerabilidade biopsicossocial vivenciados por esses profissionais, resultando em adoecimentos, afastamentos precoces e risco de morte.

No contexto do PRÓ-VIDA, há necessidade de envolvimento e articulação com os órgãos de Segurança Pública para fins de valorização dos Profissionais de Segurança Pública e Defesa Social principalmente objetivando viabilizar o alcance das metas 6 e 7 do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2021-2030), respectivamente: - reduzir o número absoluto de vitimização de profissionais de segurança pública em 30% e 7 - Reduzir o número absoluto de suicídio de profissionais de segurança pública em 30% até 2030

O Projeto estruturante do PRÓ-VIDA atingiu os seguintes resultados no decorrer do ano de 2022, dentre outros:

Conclusão da Pesquisa Diagnóstico da Segurança Pública, sobre saúde, segurança, valorização profissional e qualidade de vida dos profissionais da segurança pública - idealizada para obter indicadores que orientarão a formulação futura de políticas públicas voltadas para a valorização profissional e melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública;

Atualização do normativo que instituiu o Programa Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública - PRÓ-VIDA - art. 33 do Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 - por meio do Decreto nº 11.107, de 29 de junho de 2022;

Instituição, no âmbito do Programa Pró-Vida, da Rede Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública Rede Pró-Vida, por meio do novo Art. 33-A do Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018; e

Instituição, no âmbito do Programa Pró-Vida, do Programa Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública e Defesa Social, Programa Pra-Viver, por meio do Decreto nº 11.106 de 2022.

Publicação do E-book Saúde na Segurança Pública: indicadores e diretrizes para intervenções no âmbito do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida.

PROJETO ESTRATÉGICO - Segen

PROGRAMA DE COMPRAS EFICIENTES PARA O SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - COMPRASSUSP

O Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública, denominado ComprasSUSP foi instituído pela Portaria MJSP nº 669, de 23 de dezembro de 2020. O Programa em questão soma-se à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, disciplinada pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, tratando-se de um importante passo para o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.

O ComprasSUSP tem por objetivo atender aos diversos órgãos e instituições de Segurança Pública e Defesa Social, integrantes do SUSP, por meio da disponibilização de Atas de Registro de Preços de abrangência nacional, o que possibilitará a aquisição de equipamentos, por cada Estado, através de emendas parlamentares, transferências fundo a fundo ou recursos próprios ,facilitando e desburocratizando aquisições de bens e serviços, e e melhorando o gasto público.

As Atas de Registro Preços permitirão, assim, a realização de aquisições sustentáveis, gerando economicidade de tempo e de recursos humanos, técnicos e financeiros, mitigando-se os riscos de sobrepreço e propiciando maior transparência durante todo o processo.

Nesse programa, o processo de aquisições possibilitará o incentivo para a modernização dos equipamentos atualmente utilizados, à medida que, na elaboração de referências técnicas, sempre se buscará a melhor tecnologia a ser empregada na segurança pública, observando-se as boas práticas desenvolvidas pelos integrantes do SUSP, o que propiciará maior padronização e incremento de qualidade nos bens a serem adquiridos.

Cabe salientar que o ComprasSUSP surgiu como medida de incremento e auxílio aos esforços já desempenhados pelos entes federados na busca de melhores aquisições para a área de segurança pública, objetivando conhecer as respectivas necessidades de meios materiais e de equipamentos de segurança pública e defesa social, a fim de orientar a confecção das futuras atas de registro de preços de acordo com as necessidades dos Entes Federados.

O Escritório ComprasSusp vem promovendo um constante desenvolvimento da Plataforma CompraSusp. Esse sistema destina-se à modernização das compras públicas no âmbito do Susp. Esse processo tem início na captação das demandas dos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública e fim na consolidação do que foi demandado em Atas de Registro de Preços. Durante esse processo, as demandas incluídas pelas instituições de Segurança Pública do SUSP, serão apresentadas aos parlamentares com o fito de captação de recursos de Emendas Parlamentares. Essa ferramenta é, portanto, um canal ponto-a-ponto de indução do desenvolvimento das ações de segurança pública em nível nacional.

Nessa esteira, ao longo do exercício de 2022, o Escritório ComprasSusp teve como principais entregas:

• Em 01/07/2022 foi lançado o Módulo Demandas do Susp, o qual se destina à captação das necessidades dos órgãos integrantes do Susp, necessárias à execução de políticas públicas e a consecução de objetivos institucionais. Referidas demandas são convertidas em Atas de Registro de Preços e disponibilizadas às instituições, facilitando o processo de aquisição;

• Em 01/07/2022 foi lançado o Módulo Emendas Parlamentares, o qual objetiva a captação dos recursos decorrentes dos destaques orçamentários realizados pelos Deputados Federais e Senadores da República, com a finalidade de financiamento das demandas dos órgãos de Segurança Pública, integrantes do Susp. Logo, destina-se à captação das Emendas na modalidade 90 – Aplicações Diretas;

• Manual de operacionalização da Plataforma ComprasSusp;

• Em 02/08/2022 foi realizado o Webinário ComprasSusp, o qual foi transmitido ao vivo e contou com público participante de mais de 1.000 (mil) usuários on-line. Referido evento foi idealizado para ser o primeiro contato entre o público-alvo (usuários das instituições de Segurança Pública – Susp) e a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública. Desta forma, foram apresentadas as principais funcionalidades e características da Plataforma ComprasSusp aos participantes;

• Treinamento dos pontos focais para inserção das demandas pelos Entes nos módulos Demandas e Emendas; e

• Captação das demandas dos órgãos de segurança pública dos estados.

Próxima entrega prevista do projeto:

• Consolidar a plataforma como instrumento de planejamento de compras anuais.

Ainda no âmbito do objetivo estratégico de aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública, é importante destacar a atuação do Escritório ConprasSUSP, responsável pela realização de compras e aquisições de bens e serviços necessário à execução das atividades de segurança pública, em apoio às entidades e órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - Susp e em regime de colaboração entre estes.

Ao longo do exercício 2022, o Escritório ComprasSusp promoveu diversas atividades relacionadas ao desenvolvimento das ações de segurança pública em nível nacional:

a) Homologação de 31 processos de aquisições no ano de 2022, sendo: 01 Concorrência, 01 Cotação Eletrônica, 01 Dispensa, 06 Inexigibilidade, 07 Pregões, 15 Pregões por Sistema de Registro de Preço;

b) Das unidades demandantes, foram contabilizados: 30 processos concluídos, 53 processos que estão em andamento, 16 encerrado/arquivado e 11 sobrestados, totalizando 110 processos;

c) Foram registradas 73 Atas de Registro de Preço – ARP's disponibilizadas no período de jan/2022 a dez/2022, nas quais 61 ARP's acessíveis aos integrantes do SUSP, seja na modalidade de partícipe ou por adesão;

d) Os valores registrados nas ARP'S totalizaram um potencial investimento em Segurança Pública de R$ 2.645.442.946,16;

e) Abrangência das Atas, seja por intermédio de participação ou adesão, alcançou as Diretorias da SENASP, além de vários estados integrantes do Sistema Único de Segurança Pública;

f) Dentre os avanços na busca da modernização de equipamentos e tecnologias previstas no programa ComprasSusp, ressalta-se as Atas de Registro de Preço dos Veículos 4x4, sedans e ambulâncias, com potencial de execução de até R$ 1.700.412.797,92; e

g) Otimização dos processos de contratação, racionalização da aplicação dos recursos públicos, tornando-os céleres, efetivos e econômicos, e por consequência liberando recursos humanos das áreas finalísticas, e estados para a atividade fim de Segurança Pública.

ATUAÇÃO DO COMPRASSUSP				
ANO	PREGÕES	ATAS	ITENS	VALOR TOTAL
2022	10	86	509.147	R$ 2.347.678.256,75
2021	15	44	514.588	R$ 442.971.196,25
2020	15	51	395.279	R$ 1.514.498.019,08

Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aperfeiçoar a Gestão do Sistema Prisional

Segundo o texto constitucional, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo assim a atuação do MJSP, orientada para a garantia do direito fundamental de todo cidadão à segurança, pelos princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e pela participação da sociedade nas ações combinadas de promoção da cultura de paz, prevenção à violência e repressão ao crime, perpassa pelo aperfeiçoamento das ações que garantam os direitos às pessoas privadas de liberdade objetivando a reintegração social, na capacitação e valorização dos agentes, no aparelhamento de instituições, dentre outras.

O Depen, como órgão constitucional integrante da segurança pública, possui um extenso rol de atribuições no âmbito do sistema prisional brasileiro, a seguir: fomentar a promoção da cidadania do preso e do egresso por ações de saúde, educação, cultura, esporte, trabalho e de assistência social, jurídica e religiosa; fomentar a adoção de alternativas penais e de modernização, aparelhamento e fortalecimento do sistema penitenciário, além do aprimoramento no controle das unidades penais; responsável pelo Sistema Penitenciário Federal, cujos principais objetivos são isolamento das lideranças do crime organizado, cumprimento rigoroso da Lei de Execução Penal e custódia de: presos condenados e provisórios sujeitos ao regime disciplinar diferenciado; líderes de organizações criminosas; presos responsáveis pela prática reiterada de crimes violentos; presos responsáveis por ato de fuga ou grave indisciplina no sistema prisional de origem; presos de alta periculosidade e que possam comprometer a ordem e segurança pública ou réus colaboradores presos; responsável por dirigir, planejar, coordenar, controlar, avaliar e orientar as atividades de inteligência penitenciária no âmbito do MJSP, promovendo, com os órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência, o intercâmbio de dados e conhecimentos, necessários à tomada de decisões administrativas e operacionais em prol da segurança pública.

A complexidade das atribuições do Depen encontra-se refletida na quantidade de Políticas Públicas geridas pelo órgão no âmbito do MJSP (atualmente dezoito) e no objetivo estratégico constante no Planejamento Estratégico do MJSP: *"Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional"*. Tal objetivo contribui como instrumento para a consecução da Missão do Depen, que é *"Garantir a segurança pública, por meio do aprimoramento da gestão do sistema penitenciário, apoio aos entes federados e isolamento das lideranças criminosas, assegurando a promoção da dignidade da pessoa humana"*.

Nesse sentido, o Depen desenvolveu um serviço inédito que facilitará o acesso aos dados referentes à geração de vagas prisionais no sistema penitenciário nacional, bem como o acompanhamento de obras relativas às construções, reformas e aprimoramentos de estabelecimentos prisionais que utilizam recursos do fundo a fundo, contratos de repasses e recursos estaduais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

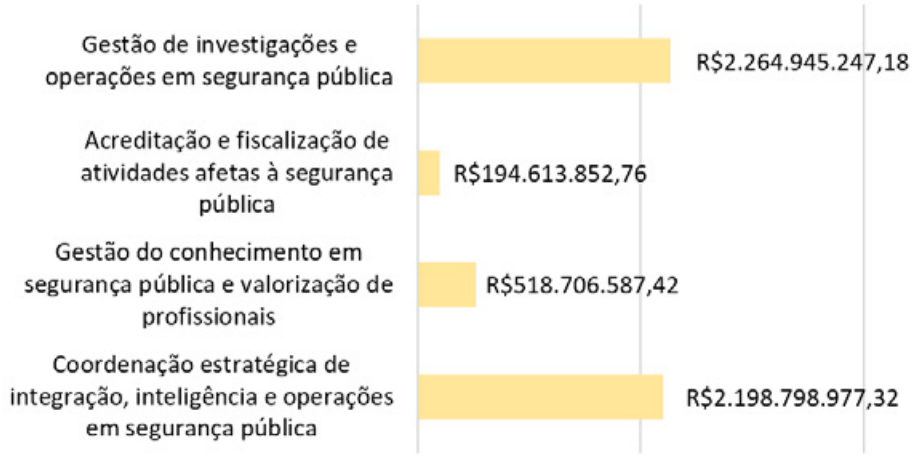
Aperfeiçoar a Gestão do Sistema Prisional

Cadeias Vinculadas ao Objetivo Estratégico

GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO

Custos dos Principais Macroprocessos da Cadeia



Entregas à Sociedade

GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO, DO MIGRANTE, DO REFUGIADO E DOS POVOS INDÍGENAS

PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA SOCIEDADE

INDICADOR ESTRATÉGICO – Depen	**GERAÇÃO DE VAGAS PRISIONAIS**
INDICADOR ESTRATÉGICO – Depen	**QUANTIDADE DE OPERAÇÕES REALIZADAS PELA FORÇA DE COOPERAÇÃO PENITENCIÁRIA**

INDICADOR ESTRATÉGICO – Depen	**PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE EM ATIVIDADES EDUCACIONAIS**
INDICADOR ESTRATÉGICO – Depen	**PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES LABORAIS**
INDICADOR ESTRATÉGICO – Depen	**PESSOAS EM ALTERNATIVAS PENAIS DIVERSAS DA PRISÃO ATENDIDAS COM SERVIÇOS OFERECIDOS PELAS CENTRAIS INTEGRADAS DE ALTERNATIVAS PENAIS**

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES REALIZADAS PELA FORÇA DE COOPERAÇÃO PENITENCIÁRIA					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
3	3	3	5	3	6	12

No exercício de suas atividades, o Depen tem atuado no sentido de combater o crime organizado nos presídios, sobretudo por meio de operações realizadas a partir da solicitação dos estados. A fim de monitorar essas ações, o Ministério dispõe do indicador *"Quantidade de operações realizadas pela força de cooperação penitenciária"*, que afere a quantidade de operações coordenadas pelo Depen, compostas de Policiais Penais Federais, Estaduais e do Distrito Federal, visando prestar apoio aos estados na prevenção e contenção de eventos de risco como fugas, motins e rebeliões, além de promover as assistências às quais as pessoas privadas de liberdade têm direito. Segue figura com o fluxo utilizado para solicitação e autorização do emprego da Força de Cooperação Penitenciária nos presídios.

FLUXO DE SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA EMPREGO DA FORÇA DE COOPERAÇÃO PENITENCIÁRIA



Fonte: DEPEN/MJSP

A Força de Cooperação do Depen - Focopen é realizada por meio de acordos ou convênios de cooperação com os Estados e o Distrito Federal, coordenada por Policiais Penais Federais e composta por profissionais dos estados e do Distrito Federal, Especialistas Federais em Execução Penal e Técnicos Federais de Apoio à Execução Penal, que visa apoiar as Unidades Federativas em crise. A Focopen exerce a coordenação das ações das atividades dos serviços de guarda, de vigilância e de custódia de presos, coopera na execução das assistências previstas no artigo 11 da Lei de Execução Penal: assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Além disso, está no escopo da Focopen a transmissão de conhecimentos para os servidores das Unidades Federativas, por meio de treinamentos, tanto em Cursos de Formação Profissional (CFP) quanto em cursos rápidos e específicos como, uso de tecnologias materiais menos letais, escolta, entre outros.

É importante ressaltar que o cenário existente à época em que o indicador *"Quantidade de operações realizadas pela Força de Cooperação Penitenciária"* foi definido era de instabilidade e recorrentes ocorrências de motins e rebeliões no sistema penitenciário nacional. Com a percepção da necessidade de formulação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP preventiva, surge a oportunidade de que sejam feitas novas ações elegíveis, ou seja, sem demanda prévia do ente federado. Desta feita, o resultado acumulado de 2020 a 2022 foi de 14 operações, número superior ao resultado esperado a ser alcançado até 2023, que é de 12 operações.

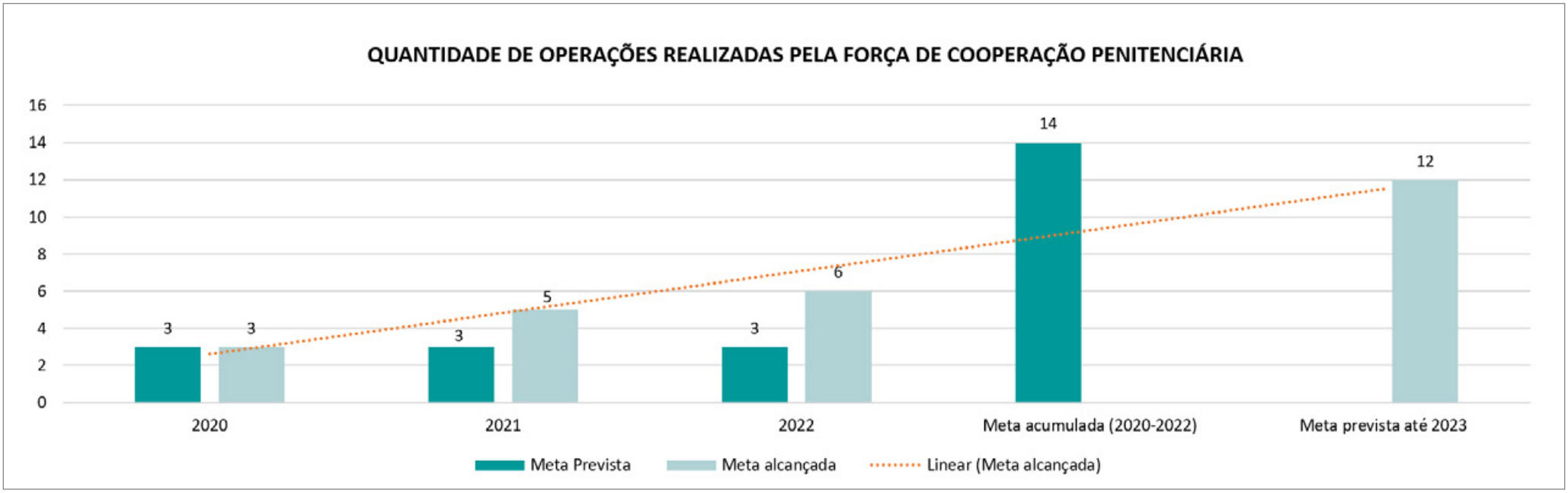
Diante do exposto, evidencia-se que o Depen vem conferindo especial atenção a capacitações, treinamentos e nivelamento tático operacional dos servidores que participam das operações, a fim de que tenham o preparo que se exige para o desenvolvimento dos trabalhos de restabelecer a ordem, prevenir crises, manter a segurança e os protocolos de atuação, bem como viabilizar as rotinas de assistências e demais serviços. Além disso, tem-se uma logística mais ágil e organizada das missões, já que a tropa se encontra reunida para pronto emprego e em nivelamento tático perspicaz. Evita-se, inclusive, um esforço bem mais acentuado na consecução de procedimentos administrativos e operacionais de acentuada complexidade por ocasião de eventual crise.

No ano de 2022 foram realizadas 6 operações pela Força Tarefa de Intervenção Penitenciária, sendo duas prorrogações da Força tarefa de intervenção penitenciária na Penitenciária Federal em Brasília/DF para treinamento e sobreaviso, bem como o emprego da Força tarefa de intervenção penitenciária na Penitenciária Federal em Porto Velho/RO também para treinamento e sobreaviso, contendo duas prorrogações. A mensuração da meta pelo indicador *"Quantidade de Operações realizadas pela Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária"*, é realizada a partir da contagem de cada nova operação e, no caso de operação em curso, quando da mudança de ano ou prorrogação de acordo com orientações. Importa salientar que o início de cada operação Depende da solicitação formal do Governador da Unidade da Federação interessada.

FTIP-DF			
PORTARIAS	**ESPECIFICAÇÃO**	**PRAZO**	**PERÍODO**
Portaria 1ª de Emprego	MJSP nº 541, de 10 de dezembro e 2021	90 dias	10/12/2021 a 10/03/2022
Portaria 2ª de Prorrogação	MJSP nº 48, de 15 de março de 2022	90 dias	16/03/2022 a 16/06/2022
Portaria 3ª de Prorrogação	MJSP nº 96, de 06 de junho de 2022	45 dias	14/06/2022 a 28/07/2022

FTIP-RO			
PORTARIAS	**ESPECIFICAÇÃO**	**PRAZO**	**PERÍODO**
Portaria 1ª de Emprego	MJSP nº 50, de 17 de março de 2022	90 dias	17/03/2022 A 15/06/2022
Portaria 2ª de Prorrogação	MJSP nº 97, de 06 de junho de 2022	90 dias	16/06/2022 a 13/09/2022
Portaria 3ª de Prorrogação	MJSP nº 167, de 05 de setembro de 2022	90 dias	14/09/2022 a 12/12/2022

Assim, no ano de 2022, o Depen realizou 6 operações da Força de Cooperação Penitenciária, ultrapassando a meta estabelecida para o ano que foi de 03 (três) operações. Com o acumulado dos anos de 2020 a 2022, o Depen já ultrapassou 17% da meta a ser alcançada até 2023, conforme gráfico a seguir:



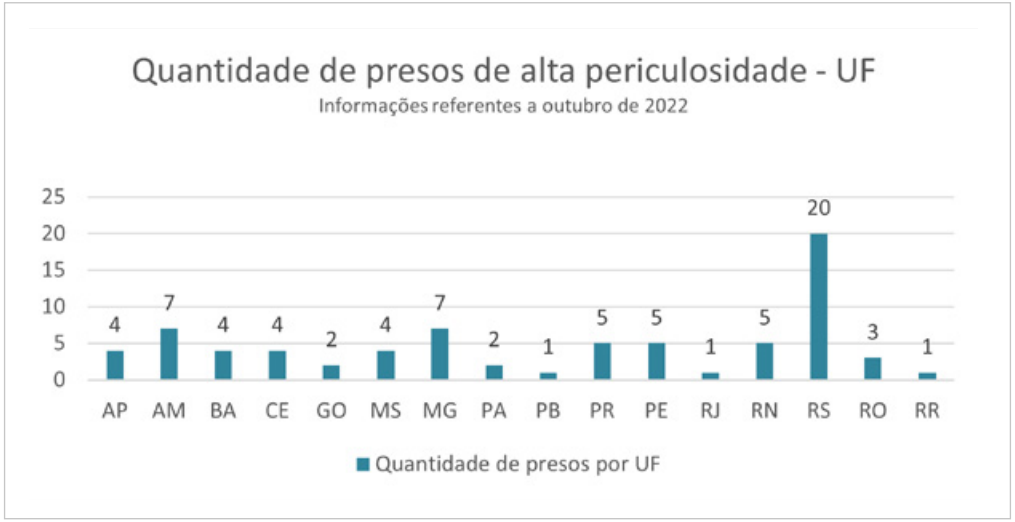
Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

Os resultados positivos são frutos da importância que vem sendo conferida às operações de caráter preventivo as quais, a um só tempo, viabilizam pronto emprego e mantem os operadores no nível de preparo que se impõe na execução das operações. No decorrer das operações está sendo procedido a nivelamento tático operacional dos policiais penais e outros servidores que compõem as missões. Além disso, houve empenho singular no desenvolvimento de capacitações e treinamentos em integração com outras instituições de segurança pública, favorecendo atuação conjunta na resolução de problemas prisionais e de segurança pública.

	2019	2020	2021	2022	Total
FTIP DF	49	-	-	364	413
FTIP RR	304	136	1403	-	1843
FTIP CE	-	-	-	-	-
FTIP AM	-	-	-	-	-
FTIP PA	642	88	-	-	730
FTIP RS	-	53	-	-	53
FTIP RO	-	-	-	413	111
Total	**995**	**277**	**1403**	**475**	**3452**

População Carcerária do Sistema Penitenciário Federal

Até outubro de 2022 a população carcerária do Sistema Penitenciário Federal registrou o número de 472 presos conforme gráfico abaixo:



Quanto à movimentação de presos para o Sistema Penitenciário Nacional, tem-se:



INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE OPERAÇÕES REALIZADAS PELA FORÇA DE COOPERAÇÃO PENITENCIÁRIA

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Revisão da forma de divulgação e oferta de realização das operações
- Promoção das assistências e capacitação, para promover a solicitação de realização de operações, que precisa ser solicitada pelos Governadores das UFs
- Engajamento dos servidores estaduais em obter a perícia em situação de pronto emprego e em necessidade de FTIPs interventivas

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Exigir curso EAD de conhecimentos básicos sobre emprego e atuação da Força Tarefa de Intervenção Penitenciária, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Ampliar ações de assistências (saúde e jurídica)
- Reduzir solicitações de realização de operações;
- Integrar o alinhamento entre os profissionais que integram as FTIPs que possuem técnicas com as especificidades de seus respectivos sistemas penitenciários

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Lidar com a incerteza quanto a disponibilidade de recursos orçamentários para continuidade das operações
- Estruturar a Polícia Penal Federal
- Vincular as doações e demais repasses de recursos do FUNPEN aos estados, com a indicação mínima de servidores para composição da FTIP

RISCOS

• Falta de integração administrativa com as UF's.
• Diminuição das operações da FTIPs caso não haja contrapartida do ente estatal, previamente ajustada a partir do Acordo de Cooperação Federativa.
• Descontinuidade na manutenção por parte do estado dos procedimentos operacionais implementados, que inviabiliza o êxito e sustentabilidade das operações.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

• Contribuir de forma preventiva para a melhoria do processo de execução penal e redução dos índices de criminalidade nos estados.
• Formar grupo de servidores alinhados dentro de uma única doutrina, qual seja, do Sistema Penitenciário Federal.
• Contribuir a proceder ações em defesa da segurança na Sede e nas Unidades Prisionais Federais.
• Especialização das atividades de intervenção em unidades prisionais.
• Contínuo diálogo institucional para manutenção do pacto firmado em matriz de responsabilidade.

INDICADOR ESTRATÉGICO	PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE EM ATIVIDADES EDUCACIONAIS					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022***	**Meta prevista até 2023**
110.00	114.351	115.000	270.463	120.000	473.813	130.000

INDICADOR ESTRATÉGICO	PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES LABORAIS					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022***	**Meta prevista até 2023**
170.00	119.000	205.000	134.603	240.000	169.025	275.000

*Considerando que os Estados ainda estão em processo de fechamento dos resultados, os números informados poderão sofrer alterações posteriormente. Caso ocorra, o presente Relatório será devidamente retificado e disponibilizado na página de Transparência e Prestação de Contas do MJSP. Os resultados aqui informados são referentes ao período de janeiro a junho de 2022.

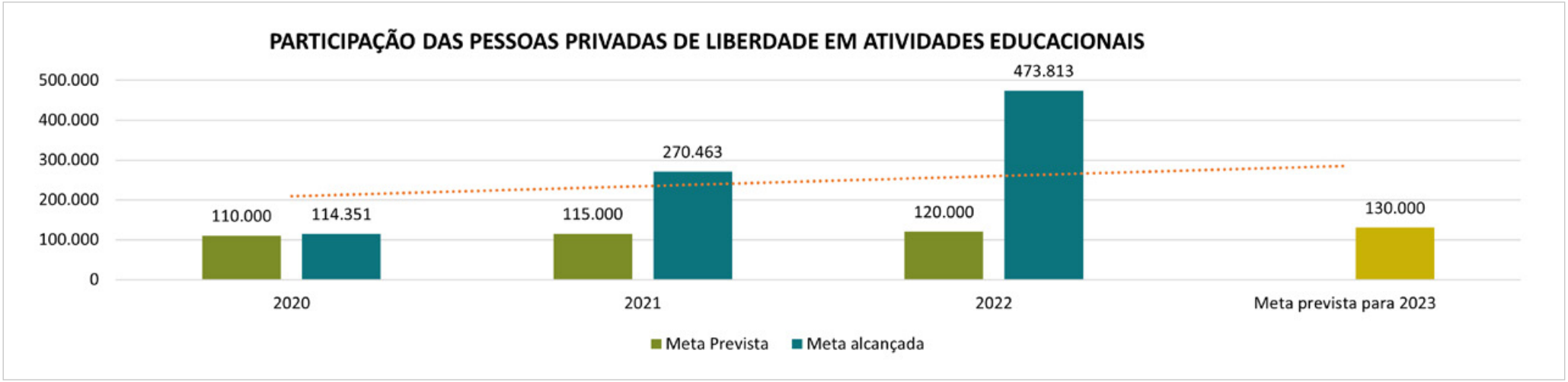
A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, conforme o artigo 205 da Constituição Federal, e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) sustenta-se na perspectiva de harmônica integração social da pessoa presa e lhe confere a condição de sujeito de direitos no âmbito das políticas penais, dentre as quais se encontram a garantia à educação e o acesso ao trabalho (interno e externo), que se apresentam como *"premissas à dignidade humana"* em contexto de privação de liberdade.

Educação e trabalho se destacam, nos termos legais, e carregam a dupla missão: favorecer a integração do condenado à sociedade e prevenir a reincidência criminal e penal, sobretudo, a partir de orientações e qualificações ofertadas pelo Estado durante o período de reclusão.

Com foco nesse objetivo, o Depen desenvolve ações de assistência e desenvolvimento educacional de presos, essas ações são medidas por um indicador que visa verificar os esforços do órgão na ampliação das ofertas de vagas para atividades educacionais (educação básica, qualificação profissional e atividades complementares) destinadas aos presos, e na indução, apoio aos estados na execução penal brasileira, promovendo a dignidade humana, com profissionalismo, transparência e o aperfeiçoamento da gestão do sistema prisional.

As metas anuais para a oferta de atividades educacionais para as pessoas privadas de liberdade foram atingidas e ultrapassadas em todos os anos do período do planejamento. Tendo em vista que a meta para o ano de 2023 era de 130 mil participações em atividades educacionais, e foram contabilizadas, no ciclo do SISDepen de junho de 2022, 473.813 participações, observa-se que houve uma superação significativa da meta.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

Tal feito se deve, em grande medida, à articulação do Depen com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), ao fomento e à atuação do órgão, que permitiram a execução de projetos de qualificação profissional, a participação no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (ENCCEJA PPL) e no Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM PPL).

Verifica-se que nos anos de 2020 e 2021 também foi possível o atendimento das metas estipuladas, em decorrência dos projetos e parcerias firmados e intensamente promovidos pelo Depen.

Frisa-se, portanto, que a concretização dos indicadores estratégicos de oferta de atividades educacionais para as pessoas privadas de liberdade é tida por meio de parcerias, por exemplo a aplicação do Enem e do Encceja junto ao Inep, a execução do Programa Novos Rumos (antigo Pronatec Prisional) em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), e do Projeto Alvorada, em parceria com Universidades e Institutos Federais.

Há também o monitoramento da execução das ações e atingimento das metas previstas nos planos estaduais de educação para pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional nas 27 unidades da federação. Além disso, a coordenação realiza projetos junto a Institutos Federais e Universidades Federais, por meio de TEDs.

Apesar da pandemia que atingiu o país, os reflexos não atingiram a criação de vagas de atividades educacionais destinadas às pessoas privadas de liberdade, porém a execução dos TEDs precisou ser repactuada, considerando que cada UF teve autorização para retorno às aulas em momentos distintos. Por isso, a execução de vagas ainda segue em ritmo distinto para cada Estado.

Tal resultado foi possível em decorrência dos projetos e parcerias firmados e intensamente promovidos pelo Depen, dentre eles destacam-se a articulação com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep, pertencente ao Ministério da Educação (MEC) para realização do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade. O referido exame é voltado aos indivíduos que não concluíram seus estudos na idade apropriada para cada nível de ensino.

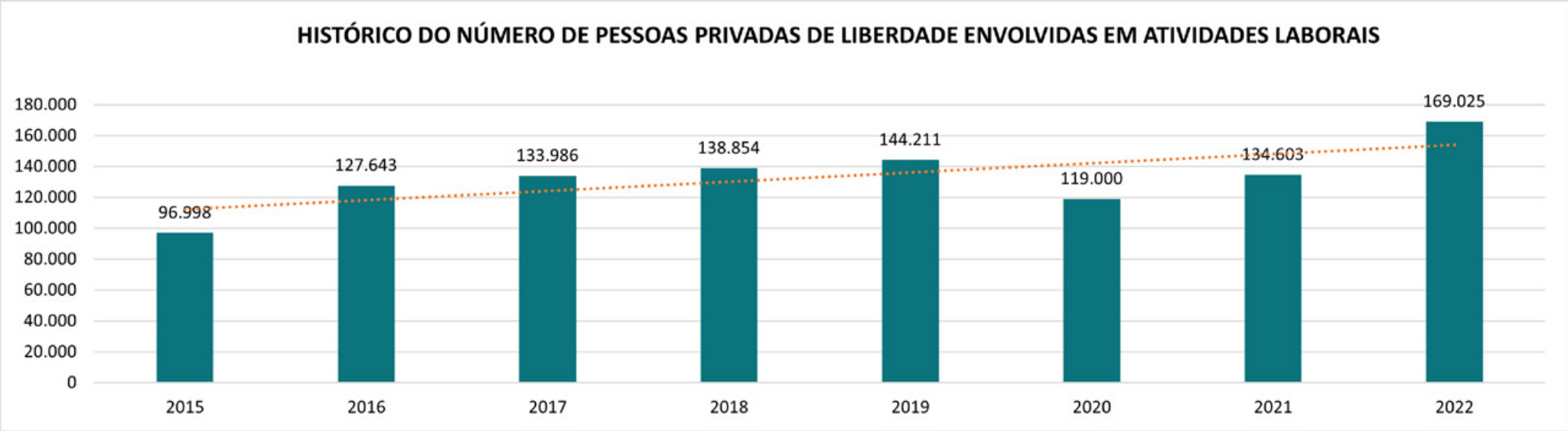
Outra articulação com o Inep foi a divulgação aos órgãos de administração penitenciária para inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem na versão prisional. Para o Enem PPL 2022 foram inscritas 69.502 pessoas presas. O Exame Nacional do Ensino Médio é importante meio de acesso ao Ensino Superior, no qual as pessoas presas estão sendo cada vez mais inseridas. No âmbito do ensino voltado à formação técnica do preso, destaca-se o Programa Novos Rumos – Pronatec (antigo Pronatec Prisional), que atua com a oferta de vagas de qualificação profissional para pessoas no regime fechado, semiaberto, aberto, egressos e familiares de pessoas presas. A execução do referido Programa acontece em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC).

Outro projeto que merece destaque é o Projeto Alvorada, que atua na inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional. O projeto é realizado pelos Institutos Federais e Universidades Federais, destinado aos egressos do sistema prisional e consiste em um programa no qual é concedida uma capacitação técnica, a realização de um período de estágio e, após, busca-se o encaminhamento do egresso ao mercado de trabalho.

Quanto às ações voltadas para o incentivo ao trabalho e renda no sistema prisional, o Depen dispõe do indicador *"Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais"* que mensura a oferta de vagas e postos de trabalho das pessoas privadas de liberdade, com o objetivo de qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade. Nesse contexto, o trabalho se destaca, nos termos legais, e carrega a dupla missão de favorecer a integração do condenado à sociedade e de prevenir a reincidência criminal e penal, sobretudo, a partir de orientações e qualificações ofertadas pelo Estado durante o período de reclusão.

Evidencia-se que no ano de 2022 a meta de 205 mil pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais ainda não foi atingida até o mês 6/2022, foram criadas o total de 169.025 vagas de trabalho no sistema prisional brasileiro.

Em 2021, em comparação com o ano de 2020, houve um aumento de mais 113% do número de pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais. Foram 119.000 vagas em 2020 e 134.603 vagas em 2021, em 2022, considerando a data-base de junho/2022, os números continuam em ascensão. O quantitativo de presos em atividade laboral no período foi de 169.025, um resultado 25% maior que o alcançado em 2021.



Fonte: Depen/MJSP

Visando ampliar ainda mais esses resultados, o Depen tem investido em diferentes frentes de atuação. Como desdobramento principal pretende-se instituir fundos rotativos para os sistemas prisionais estaduais, maior assimilação do empresariado local para que se instalem no sistema prisional e/ou contratem mão de obra de pessoa presa, contribuindo com a reinserção social pelo trabalho e também desenvolvimento de projetos de sustentabilidade do sistema prisional local por meio dos recursos oriundos do trabalho, com a elevação da contratação, escoamento da produção e retorno financeiro para o sistema prisional. Até o momento os principais resultados foram:

a) Visitas Técnicas e de Intercâmbio - Boas Práticas de Trabalho no Sistema Prisional, que tem como objetivo a promoção de intercâmbio de conhecimentos entre os entes da federação, por meio de visita técnica e de intercâmbio entre servidores que atuam promovendo a execução da política de incentivo ao trabalho prisional, a fim de visitarem outros estados, buscando interação das boas práticas de cada região. É uma ação de integração de grande importância para os estados, uma vez que podem ser observadas as boas práticas em diferentes unidades da federação, permitindo a troca de experiências e a oportunidade de adquirir conhecimento para um melhor entendimento e aprimoramento das ações de fomento ao trabalho prisional em todo Brasil;

b) Programa de Implantação de Oficinas Produtivas Permanentes – PROCAP, voltado para a implementação de oficinas de trabalho permanentes e oferecimento de cursos de capacitação em estabelecimentos penais de todo o Brasil. Conta atualmente com 39 (trinta e nove) convênios vigentes;

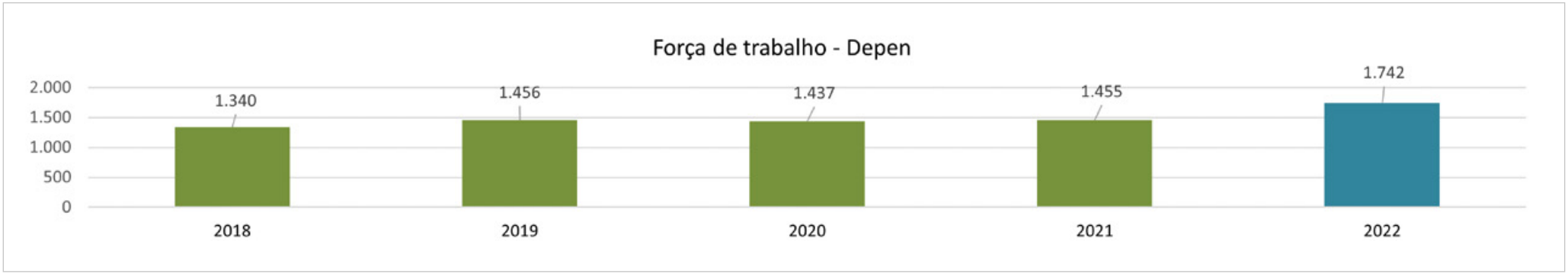
c) Apoio técnico na elaboração dos Planos Estaduais de Trabalho, por meio de contratação de consultoria especializada para produção, via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, na prestação de consultoria técnica especializada para desenvolvimento de propostas para o sistema prisional, incluindo a contratação de consultores para apoiar a construção de metodologia, assessoramento e desenvolvimento de documento final de planos estaduais sobre trabalho no sistema prisional;

d) Nota técnica de fomento a implantação do fundo rotativo, fundo público, criado por lei, com personalidade jurídica própria, que possui autonomia administrativa e financeira na gestão. O objetivo é disseminar e fomentar junto aos Estados e Distrito Federal o modelo de fundo rotativo como ferramenta estratégica para o incremento das possibilidades de geração de vagas de trabalho nos sistemas prisionais estaduais/distrital; e

e) Projeto Mãos à Obra, que consiste em equipar (via aquisição direta e doação) as unidades prisionais com ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPI) para que os presos executem os trabalhos de manutenção e conservação fomentando, assim, a atividade laboral e sustentabilidade daqueles estabelecimentos. Ademais, os internos poderão atuar na manutenção e conservação de prédios e espaços públicos, por meio de convênios ou acordos de cooperação entre secretarias estaduais e prefeituras. Atualmente, está na fase de estudos internos para a aquisição dos itens.

Definindo-se reincidência como *"indivíduo com saída por progressão de pena, decisão judicial ou fuga, que possui reentrada no sistema penitenciário"*, obteve-se o resultado de que 37,6% dos egressos reincidem em até 5 anos. A reincidência se dá principalmente no primeiro ano - 23,1% - e, entre os presos que reincidem no primeiro ano, 29,6% o fazem no primeiro mês. Os dados e metodologias trazidos pela pesquisa trazem feedbacks e informações de grande relevância para a avaliação e aprimoramento das políticas públicas relacionadas à execução penal.

Ainda em 2022, o Depen realizou Cursos de Formação Profissional, ensejando a formação de 363 alunos, houve também a nomeação de 309 novos servidores do Depen.



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal - Siape

Outros resultados

Saúde do Preso e do Egresso

A Política contribui para o aperfeiçoamento da gestão do sistema prisional por meio da garantia do acesso à saúde pelas pessoas privadas de liberdade através da promoção do aparelhamento dos espaços de saúde, da disponibilização de insumos, da realização de ações de prevenção e atendimento à saúde e ainda do apoio técnico em relação a temática aos gestores e servidores do sistema prisional. Acompanhamento de 25 convênios com o valor total de R$ 24.709.305,55 destinados ao aparelhamento dos espaços de saúde nas unidades prisionais e compra de insumos de saúde. Acompanhamento da execução de aproximadamente R$ 6.000.000,00 destinados a itens de saúde pelos estados através de recursos repassados na modalidade fundo a fundo.

Oferta aos servidores penitenciários de duas edições do Curso Saúde Prisional: principais doenças e agravos, que totalizou 6.181 inscrições, com a emissão de 1.813 certificados na primeira edição. Destaca-se que a 2ª edição ainda está em andamento.

Realização de Ações de Cidadania em unidades prisionais que possuem o foco no atendimento de saúde das pessoas privadas de liberdade e no fortalecimento da articulação intersetorial das instituições responsáveis pela oferta de saúde no sistema prisional. Dessa forma, foram realizadas duas ações de cidadania no período, no estado do Rio de Janeiro foram atendidas 2.670 pessoas privadas de liberdade no Presídio Evaristo de Moraes e no estado de Goiás foram atendidas 2.092 pessoas privadas de liberdade na Casa de Prisão Provisória no Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia e na Penitenciária Feminina Consuelo Nasser.
Realização de oficinas regionais com a participação do Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária e das Secretarias Estaduais de Saúde para acompanhamento da execução da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

Saúde e qualidade de vida do servidor penitenciário

A Política contribui para o aperfeiçoamento da gestão do sistema prisional por meio da valorização das carreiras que atuam no sistema prisional, abordando temas relevantes para os profissionais como saúde, proteção e qualidade de vida.
Execução do Projeto de Educação, prevenção e promoção da saúde voltados à comunidade carcerária através de um Termo de Execução Descentralizada entre o Departamento Penitenciário Nacional e a Fundação Oswaldo Cruz/RJ com um investimento de R$ 16.743.907,73. As principais entregas, até o momento, foram:
• I Encontro Nacional de Gestores de Saúde e Qualidade de Vida do Servidor Penitenciário
• I Webnário Nacional de Saúde e Qualidade de Vida do Servidor Penitenciário.
• Campanha Nacional sobre o cuidado em saúde mental para o servidor penitenciário. o material foi distribuído durante o mês de setembro, em alusão ao *"Setembro Amarelo"*, mês dedicado à prevenção do suicídio, que visa conscientizar as pessoas sobre a importância da saúde mental nos mais diversos contextos da vida.
• Início da pesquisa bibliográfica e da Revisão sistemática e medidas de estudo sobre o tema do trabalho, saúde e qualidade de vida dos trabalhadores do sistema penitenciário.
• Início da pesquisa psicométrica acerca da saúde física e mental dos servidores penitenciários.
• Dignidade menstrual das mulheres em situação de privação de liberdade
• A Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021 instituiu o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, colocando entre as beneficiárias mulheres apreendidas e presidiárias, recolhidas em unidades do sistema penal (artigo 3º, inciso III). Assim, visando o atendimento da demanda, o Departamento Penitenciário Nacional

- Depen disponibilizou recurso do Fundo Penitenciário Nacional no valor de R$ 3.796.000,00 para ser instrumentalizado por meio de repasse fundo a fundo junto às Unidades Federativas no sentido de investir em ações voltadas para a garantia de dignidade menstrual das mulheres em situação de privação de liberdade. A ação é um importante marco para garantia dos direitos fundamentais das mulheres custodiadas pelo Estado Brasileiro. Por meio de nota técnica o Depen encaminhou orientações aos estados sobre as possibilidades de direcionamento do investimento financeiro, considerando a Lei Complementar nº 79 de 07 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional e apresenta diretrizes para execução dos recursos via transferência Fundo a Fundo entre a União e os Entes Federados.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE EM ATIVIDADES EDUCACIONAIS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Indução e apoio à elaboração dos planos estaduais de educação para pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional nas 27 unidades da federação
- Alcance das metas estabelecidas pelos Planos Estaduais de Educação;
- Ampliação do número de pessoas presas na educação formal no Ensino de Jovens e Adultos
- Efetiva execução do Pronatec Prisional
- Efetiva execução dos TEDs do Projeto Alvorada

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Executar licitação especial para Contrato Público de Soluções Inovadoras (CPSI) para oferta de atividades educacionais de formação profissional para a população prisional
- Instituir ciclos de monitoramento dos Planos Estaduais de Educação para pessoas privadas de liberdade

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Atingimento das metas estabelecidas pelos Planos Estaduais de Educação para pessoas privadas de liberdade de egressos do sistema prisional (2021 - 2023)

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Elevar a escolaridade das pessoas presas
- Aumentar o investimento em Educação
- Celebrar parcerias externas (estados) para execução das ações
- Aumentar o acesso à internet limitado ou inexistente nas unidades penais para EAD;
- Suprir a insuficiência de espaços físicos para oferta de Educação
- Alcançar as metas estabelecidas pelos Planos Estaduais de Educação para pessoas privadas de liberdade de egressos do sistema prisional (2021 - 2023)

RISCOS

- Mudanças constantes de gestão e descontinuidade de projetos.
- Baixo efetivo de servidores.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Contratar projeto piloto de soluções inovadoras para oferta de atividades educacionais de formação profissional para a população prisional, voltada para profissões do futuro.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES LABORAIS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Publicação da 1ª Coletânea de Boas Práticas Trabalho e Renda
- Apoio técnico na elaboração dos planos estaduais de trabalho
- Visitas técnicas e de intercâmbio - boas práticas de trabalho no sistema prisional
- Nota técnica avaliação dos Procaps encerrados
- Nota técnica de fomento a implantação do fundo rotativo

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Propor alteração de política de trabalho e renda e PNAT
- Entregar aos estados kits de Limpeza, Manutenção Predial, Jardinagem e Fabricação de Artefatos de Concreto e Tijolos referentes ao Projeto Mãos à Obra
- Publicar 2ª Coletânea de Boas Práticas - Trabalho e Renda
- Promover evento de entrega dos Certificados do 4º Ciclo do Selo Resgata

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Necessidade de reforço no efetivo
- Suspensão total ou parcial das atividades laborais dos presos e das saídas dos reclusos para trabalho externo, devido a Pandemia da Covid-19
- Preconceitos em relação à mão de obra

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Aumentar a execução, física e financeira, efetiva dos recursos do Projeto de Implementação de Oficinas Produtivas Permanentes - PROCAP
- Atualizar o PNAT
- Implantar o Fundo Rotativo nas unidades da federação, considerando que possuem autonomia e depende de lei estadual

RISCOS

- Não previsão de medidas na elaboração de normativos com implicações efetivas nas questões de gestão e governança da política, em benefício próprio ou de terceiros.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Contratar projeto-piloto de soluções inovadoras para oferta de atividades educacionais de formação profissional para a população prisional.
- Aumentar a aderência dos estados ao novo ciclo PROCAP de oficinas de ecologia, tecnologia e bioabsorventes.

INDICADOR ESTRATÉGICO — **PESSOAS EM ALTERNATIVAS PENAIS DIVERSAS DA PRISÃO ATENDIDAS COM SERVIÇOS OFERECIDOS PELAS CENTRAIS INTEGRADAS DE ALTERNATIVAS PENAIS**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022*	Meta prevista até 2023
55.000	188.530	193.500	353.811	392.000	202.469	500.000

Ao atuar na indução de políticas públicas voltadas à promoção de alternativas penais diversas da prisão, o Depen tem trabalhado em mecanismos de intervenção em conflitos e violências diversos do encarceramento no âmbito do sistema penal. Nesse sentido, ampliar a capacidade do Estado para a execução das alternativas penais definidas pela justiça é de suma importância para serem aplicadas a justa e plena execução penal. O fomento a essa capacidade passa, necessariamente, pela criação e manutenção de Centrais de Alternativas Penais, compostas de equipe técnica multidisciplinar voltadas para o atendimento psicossocial, orientações jurídicas e acompanhamento das pessoas em alternativas penais e monitoradas eletronicamente. Assim, por meio do indicador *"Pessoas em alternativas penais diversas da prisão atendidas com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais"*, o Depen busca acompanhar o resultado referente à quantidade de pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão.

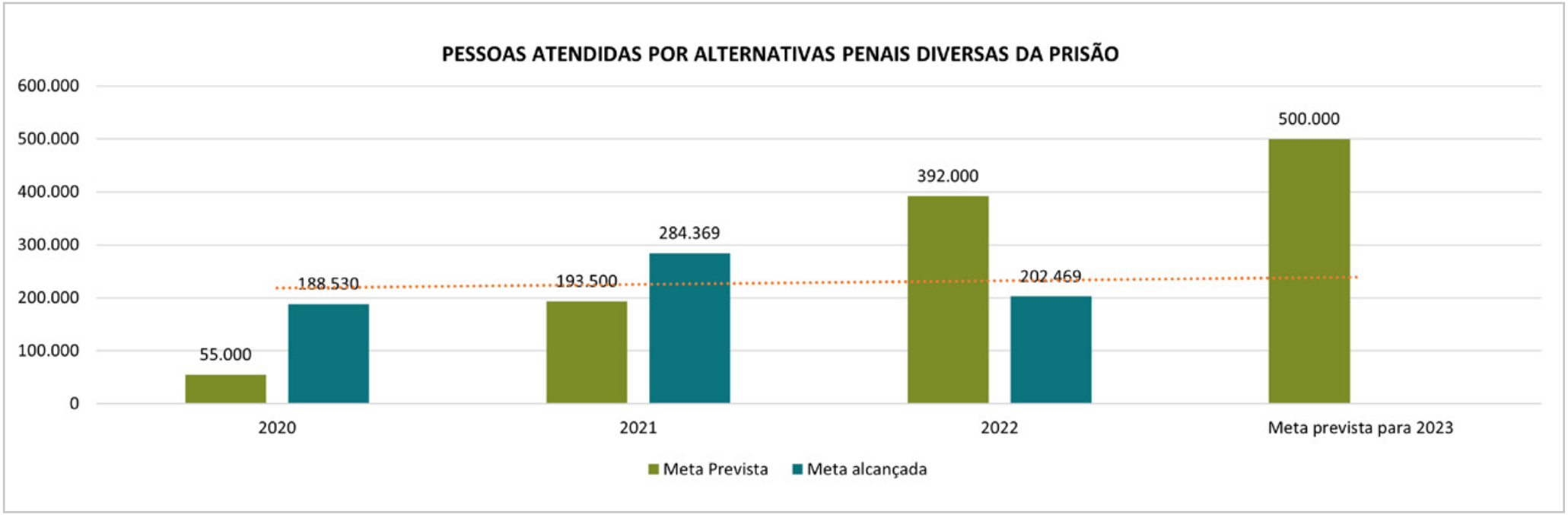
No ano de 2022, o órgão alcançou mais de 200 mil pessoas em alternativas penais diversas da prisão atendidas com serviços oferecidos pelas centrais de alternativas penais.

Os resultados obtidos são reflexos de vários fatores, como:

a) incentivo, por parte do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na adoção de medidas diversas da prisão nas decisões judiciais criminais.

b) financiamento do Depen, junto às Unidades da Federação, para a implantação de Centrais de Alternativas Penais, compostas por equipes multidisciplinares (psicologia, assistência social e direito) capacitadas para a execução de metodologias de atendimento, acompanhamento, articulação de rede e inclusão social, dando efetividade às alternativas penais aplicadas pelo Poder Judiciário.

*Considerando que os Estados ainda estão em processo de fechamento dos resultados, os números informados poderão sofrer alterações posteriormente. Caso ocorra, o presente Relatório será devidamente retificado e disponibilizado na página de Transparência e Prestação de Contas do MJSP. Os resultados aqui informados são referentes ao período de janeiro a junho de 2022.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

Cabe ressaltar que as alternativas penais mais aplicadas pelo judiciário são: penas restritivas de direito; transação penal; suspensão condicional do processo e da pena; medidas cautelares diversas da prisão, medidas protetivas de urgência e justiça restaurativa. Tendo em vista sua maior capacidade para contribuir com a redução dos presos provisórios, o Depen induz o direcionamento dos atendimentos realizados pelas Centrais Integradas junto as Audiências de Custódia (com foco nas medidas cautelares diversas da prisão). O Depen também participou da 3ª Edição do Fórum Nacional de Alternativas Penais - Fonape, iniciativa apoiada pelo MJSP e PNUD, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça e tem por objetivo promover a discussão e reflexão sobre as alternativas penais.

O conceito das Centrais Integradas de Alternativas Penais foi construído com especialistas da área, prevendo estruturas dimensionadas, no âmbito do Poder Executivo Estadual, para atender com eficiência e efetividade às diferentes ações relacionadas à aplicação de alternativas penais pelo Poder Judiciário, ampliando o escopo de atuação das Centrais para além das tradicionais penas restritivas de direito, transação penal e suspensão condicional da pena e do processo, passando também a abranger medidas protetivas de urgência, práticas de justiça restaurativa, até o atendimento e acompanhamento das pessoas em cumprimento de medidas cautelares diversas de prisão, excepcionando, no último caso, a utilização da monitoração eletrônica, que é tratada a partir de estruturas próprias voltadas especificamente a essa finalidade. Há de se destacar também, a possibilidade de implementação de serviços de acompanhamento e grupos reflexivos para homens autores de violências contra as mulheres.

Os projetos de Centrais Integradas buscam conferir o enfoque restaurativo às diferentes medidas aplicadas, partindo do entendimento de que as ações de alternativas penais têm como principais finalidades o incentivo à participação da comunidade e da vítima na resolução de conflitos, a responsabilidade da pessoa submetida à medida e a manutenção do seu vínculo com a comunidade, com garantia de seus direitos individuais e sociais, e a restauração das relações sociais.

Cabe salientar que as alternativas penais aplicadas pelo judiciário aludem as penas restritivas de direito; a transação penal; a suspensão condicional do processo e da pena; as medidas cautelares diversas da prisão; as medidas protetivas de urgência e a justiça restaurativa. Tendo em vista sua maior capacidade para contribuir com a redução dos presos provisórios, o Depen tem induzido o direcionamento dos atendimentos realizados pelas Centrais Integradas junto as Audiências de Custódia - com foco nas medidas cautelares diversas da prisão.

Outros Resultados

Buscando consolidar e difundir a discussão sobre aprimoramento da gestão prisional, o Depen atualizou o seu Planejamento Estratégico 2022-2032 e trouxe como novo objetivo estratégico *"Promover a assistência às vítimas de crime"*, em alinhamento com a *"Política de Assistência às Vítimas de Crime"*, sob responsabilidade do Depen, inserida na Carteira de Políticas Públicas do MJSP após aprovação no Comitê de Governança Estratégica do MJSP, em setembro de 2022. Além disso, a Lei Complementar nº 79/1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, prevê que os recursos do FUNPEN serão aplicados, também, em programa de assistência às vítimas de crime. Com isso, a criação dessa nova política pública e a inserção explícita do objetivo no Planejamento Estratégico sinalizam o compromisso da instituição na execução de ações específicas voltadas à atenção às vítimas de crime, a fim de instrumentalizar os equipamentos estatais existentes para atendimento ao principal cliente da persecução e execução penal – a pessoa que sofreu algum delito, no âmbito da prestação de suporte social, psicológico e jurídico.

Nesse viés, o Depen busca, ainda, incentiva o atendimento adequado para que a vítima possa exercer seu direito de ter segurança e de acompanhar todo o processo da justiça criminal referente ao delito do qual foi vítima, caso ela assim deseje, firmando parcerias e promovendo cursos de capacitação para servidores da segurança pública para fomentar a cultura de atenção e cuidado diferenciado no atendimento às vítimas de crime.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PESSOAS EM ALTERNATIVAS PENAIS DIVERSAS DA PRISÃO ATENDIDAS COM SERVIÇOS OFERECIDOS PELAS CENTRAIS INTEGRADAS DE ALTERNATIVAS PENAIS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Contratação de Equipe técnica multidisciplinar: assistente social, bacharel em direito, psicólogo - para atendimento psicossocial, orientações jurídicas
- Aparelhamento da central de alternativas penais
- Aquisição de veículos para a realização dos trabalhos das centrais
- Formalização de convênios federais

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Fomentar discussões acerca de temas de elevado interesse social, bem como debater aspectos gerais da EC nº 104/2019
- Ampliar a aplicação de alternativas penais
- Implementar, acompanhar, avaliar e qualificar a rede de serviços de atendimento de pessoas em situação de alternativas penais

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Aumento do investimento na política de alternativas penais, possibilitando o crescimento do número de centrais

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Concluir o *Business Inteligence* - BI de Monitoração Eletrônica
- Atingir as metas de pessoas monitoradas, respeitando a qualidade e capacidade de atendimento das Centrais de Monitoração Eletrônica
- Canalizar de esforços para finalizar e implementar o Sistema Nacional de Informações das Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica de Pessoas
- Disseminar a importância da política para redução da grave situação de superlotação do sistema carcerário brasileiro

RISCOS

- Baixo efetivo de servidores
- Rotatividade das equipes de Coordenação das Centrais de Monitoração Eletrônica dos estados;

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Fortalecer a Política Nacional de Alternativas Penais, respeitando as particularidades dos entes federados.
- Integralizar a comunicação entre as Centrais Integradas de Alternativas Penais de todo o país e o DEPEN.
- Criar um fluxo para informações atualizadas de dados nacionais sobre alternativas penais.

INDICADOR ESTRATÉGICO	GERAÇÃO DE VAGAS PRISIONAIS					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022***	**Meta prevista até 2023**
25.000	21.819	25.000	6.656	25.000	8.101	100.000

Visando contribuir para diminuição da lotação de unidades prisionais brasileiras, o Depen vem atuando no fomento à execução e ao aperfeiçoamento da aplicação de recursos e o acompanhamento das obras de unidades penais financiadas com os recursos federais, além de criar vagas nos presídios por meio do apoio à criação de unidades prisionais com metodologia da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC.

Nesse contexto, a meta de *"Geração de Vagas"* para o ano de 2022 é de 25.000 mil vagas, com data base em 6/2022 foram geradas 8.101 vagas no sistema prisional brasileiro, incluindo a utilização de recursos voluntários e obrigatórios. Conforme levantamentos realizados pela área técnica de engenharia e arquitetura do Depen, as iniciativas de construção e ampliação de unidades prisionais houve um aumento das vagas geradas em 2020, em comparação com 2019, seguido de queda no ano de 2021: foram 10.144 (dez mil cento e quarenta e quatro) vagas em 2019, 21.819 (vinte e uma mil e oitocentos e dezenove) vagas em 2020, 9.283 (nove mil duzentos e oitenta e três) em 2021 e 8.101 vagas em 2022 considerando a data-base de junho/2022. Ressalta-se que estes números englobam as vagas geradas também com recursos estaduais e que se estima que serão geradas 25.000 (vinte e cinco mil) vagas prisionais oriundas de transferências de recursos via Contratos de Repasses, Fundo a Fundo e recursos estaduais.

Nos últimos anos, buscando apoiar a solução de problemas históricos do sistema penitenciário brasileiro, o Depen ampliou o investimento na geração de vagas no sistema penitenciário. A estratégia visa fomentar financeira e tecnicamente as unidades federativas para a criação de celas físicas para abrigar custodiados nas penitenciárias estaduais.

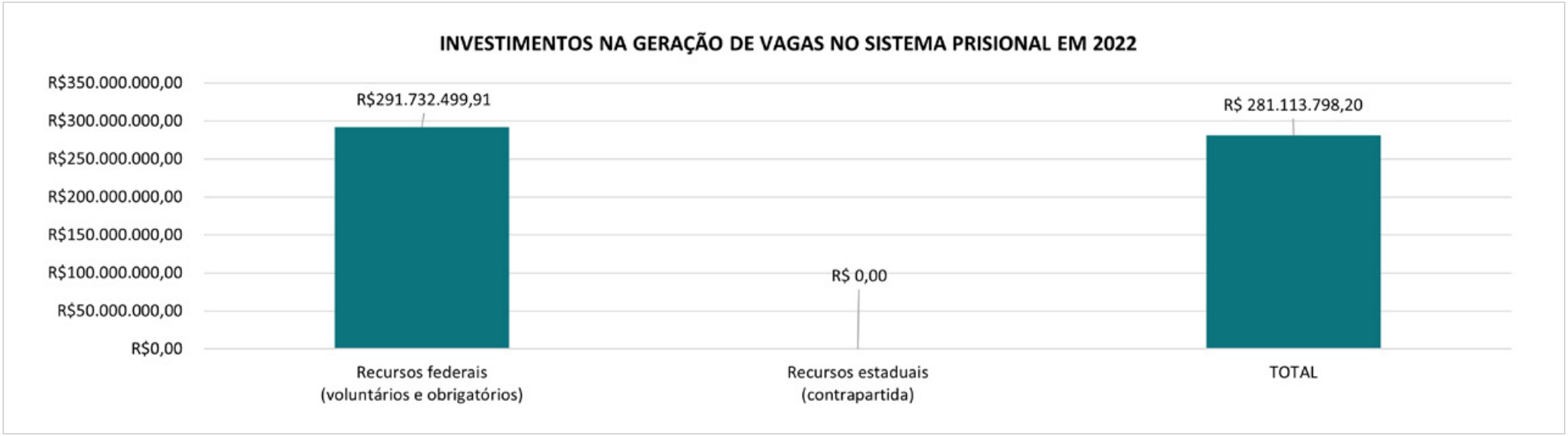
O Depen tem investido em diferentes frentes de atuação como:

- Elaboração de projetos referência de seis tipologias de unidades prisionais que estão sendo doados às unidades da federação, visando auxiliar na fase de projetação e licitação das obras;

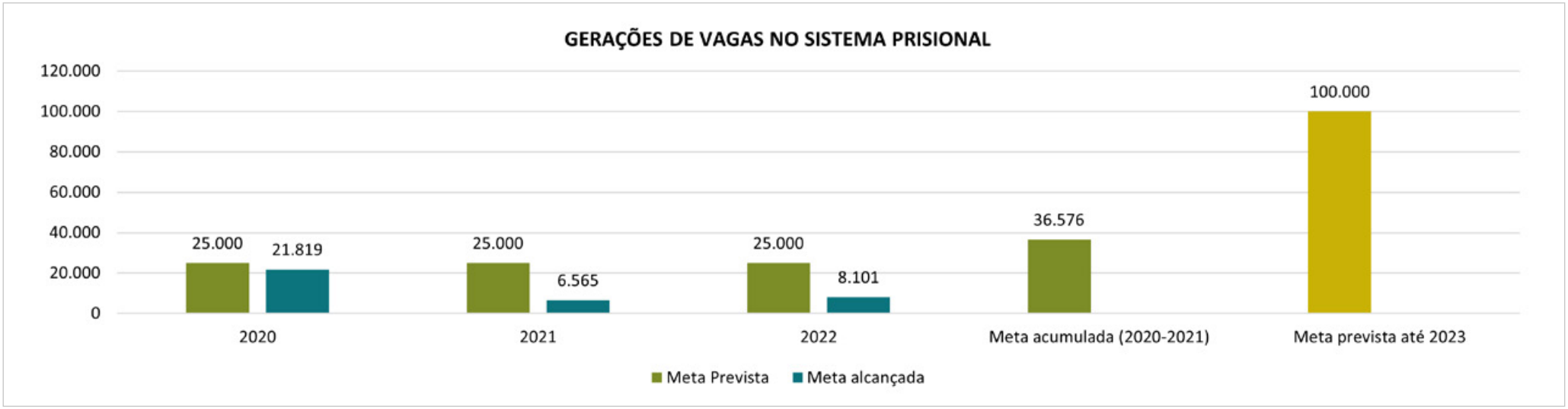
- Doação de equipamentos de alto desempenho (*notebooks*, suportes de teclado, teclados, travas e *dock station*), além de *softwares* específicos de engenharia; e

- Disponibilização de cursos de capacitação para as áreas de engenharia das secretarias de administração penitenciárias estaduais.

*Considerando que os Estados ainda estão em processo de fechamento dos resultados, os números informados poderão sofrer alterações posteriormente. Caso ocorra, o presente Relatório será devidamente retificado e disponibilizado na página de Transparência e Prestação de Contas do MJSP. Os resultados aqui informados são referentes ao período de janeiro a junho de 2022.



Fonte: Depen/MJSP



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico - MJSP

Cabe ressaltar que, prezando pela transparência ativa, o Depen disponibiliza em seu site o Painel de Monitoramento de Obras, que possibilita acesso aos dados referentes à geração de vagas prisionais no sistema penitenciário nacional, bem como o acompanhamento de obras relativas às construções, reformas e aprimoramentos de estabelecimentos prisionais que utilizam recursos do fundo a fundo, contratos de repasses e recursos estaduais.

No que se refere ao fortalecimento do sistema prisional, o Sistema Penitenciário Federal (SPF) tem cumprido com excelência seu papel de gerir estabelecimentos penitenciários federais de segurança máxima, abrigando presos de alta periculosidade e isolando de forma eficiente os líderes de organizações criminosas.

Nos últimos 4 anos, diversas ações de impacto e inovação foram realizadas no sistema penitenciário nacional. Foram investidos mais de R$ 900 milhões de recursos federais na execução (construção, ampliação, aprimoramento) de 125 obras penitenciárias, visando diminuir o déficit de vagas, além de desenvolver ações visando a ressocialização do preso, como o Projeto Ressocializa, ação experimental de implementação de Centros de Reintegração Social gerenciados pela sociedade civil, por meio da aplicação da metodologia Apaqueana (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC) de gestão prisional, considerada uma tecnologia social alternativa no sistema prisional, executada no bojo da Política de Participação e Controle Social na Execução da Pena.

Na área de inteligência policial prisional, foi iniciada em 2021 a Operação Modo Avião, uma ação que demonstra o trabalho de integração entre o MJSP, as Secretarias de Estado de Administração Penitenciária e outras forças de segurança, objetivando a manutenção da ordem jurídica e a tranquilidade da sociedade, por meio do combate a organizações criminosas.

Para aumentar a força de atuação das agências de inteligência penitenciária, que são fundamentais para a segurança pública brasileira, o Depen lançou em 2022 o inédito Programa de Estruturação das Agências de Inteligência Penitenciária (PEAIPEN), para o fortalecimento e integração no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), por meio da estruturação, aparelhamento, modernização, capacitação e qualificação das Agências de Inteligência Penitenciária (AIPENs) dos Estados e do Distrito Federal, contando com investimento federal de mais de R$ 33 milhões do Fundo Penitenciário Nacional.

A importância da atuação da inteligência penitenciária foi comprovada com a Operação Anjos da Guarda, deflagrada em 10 de agosto de 2022, que desarticulou plano de resgate e fuga de lideranças criminosas custodiadas nas penitenciárias federais.

Com relação à modernização e aparelhamento das unidades penitenciárias, foi realizada ainda a aquisição de cerca de mil notebooks e TVs para aparelhamento de salas de aula preparadas para o ensino à distância, foi realizada a aquisição e doação de mais 66 veículos sedans adaptados para transporte de mulheres presas, lactantes, grávidas ou com necessidades especiais (em 2021 foram doados 99 veículos para este fim), e encontra-se pronta para a contratação licitação de caminhões e veículos sedan para doação e disponibilização de ata de registro de preços para possível adesão pelos estados, aguardando acesso ao superávit do Funpen.

Para a garantia da segurança nacional e devido isolamento das lideranças de organizações criminosas, foram realizadas, em 2022, duzentas e trinta e três movimentações de presos no Sistema Penitenciário Federal - SPF.

Houve ainda a intensificação do nível de segurança dos perímetros externos das penitenciárias federais, reforçando a barreira perimetral por meio da construção de muralha e torres de segurança, tendo em vista o alto grau de periculosidade dos presos custodiados no SPF.

Aparelhamento e Modernização de Unidades Prisionais

Foi realizada em 2022 a aquisição e doação de 59 veículos adaptados para transporte de mulheres presas, lactantes, grávidas ou com necessidades especiais. Em complementação a esse projeto, foi concluída a licitação para aquisição de *"Cadeiras Bebê Conforto"*. Ao todo serão doadas 99 cadeiras. O instrumento de contrato está sendo formalizado. Finalizamos ação de treinamento em análise de imagens de escâner corporal, capacitando aproximadamente 1.080 agentes multiplicadores para atuar na detecção de ilícitos nos estabelecimentos prisionais.

Formalizou-se ata de registro de preços para futura aquisição de caminhões, caracterizados, com e sem baú, totalizando 54 veículos a serem doados uso aos sistemas prisionais. Está em fase de homologação a licitação para registro de preços de veículos SUV, a serem doados aos sistemas prisionais estaduais. Os veículos serão direcionados às seguintes áreas: escolas penitenciárias, ouvidorias, corregedorias e áreas de inteligência. No total serão doados 143 veículos.

Além disso, foram encaminhados para análise jurídica novos processos de compras, visando ao aparelhamento do sistema prisional brasileiro, quais sejam: aquisição de caminhonete cela para transporte de presos, escâner de inspeção de bagagens 100cm x 100cm, portais detectores de metal e raquetes detectoras de metal. Por fim, ressaltamos que esta área técnica seguirá firme na missão de aparelhar e modernizar estabelecimentos prisionais no país, com foco no incremento tecnológico e na valorização da dignidade da pessoa humana, possibilitando que os recursos sejam bem aplicados nos sistemas prisionais estaduais.

INDICADOR ESTRATÉGICO

GERAÇÃO DE VAGAS PRISIONAIS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Atuação dos servidores temporários nas demandas represadas, colaborando para a análise do volume expressivo de demandas técnicas/administrativas envolvendo processos de engenharia e arquitetura de obras prisionais.
- Entrega de projetos referenciais de estabelecimentos penais dos tipos Penitenciária de Segurança Máxima, Casa de Albergado e Centro de Observação Criminológico.
- Doação de *workstations* de alto desempenho às Unidades Federativas

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Implementar um sistema informatizado de dados e controle de obras prisionais (SISCOENA), contendo o mapeamento de todas as unidades prisionais do país
- Exercer treinamento contínuo do quadro técnico de engenharia do Depen
- Revisar manuais e procedimentos de análise técnica dos pleitos apresentados ao Depen, visando a utilização dos recursos do FUNPEN

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Alta de preços dos materiais de construção, afetando a capacidade de execução das obras
- Reflexos ainda da desestabilização das obras devido a Pandemia do Coronavirus

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Iniciar obra da 6ª Penitenciária Federal de Segurança Máxima em Charqueadas/RS
- Iniciar as obras de reforço perimetral das demais Penitenciárias Federais de Segurança Máxima existentes (PFCG, PFCAT e PFMOS)
- Realizar capacitações das equipes técnicas de engenharia e arquitetura prisional do Depen e das Unidades Federativas
- Obter autorização para contratar engenheiros e arquitetos temporários, devido ao não preenchimento das 107 vagas inicialmente autorizadas

RISCOS

- Redução do atual quadro da equipe técnica de engenharia e arquitetura.
- Ausência de recursos para realização das visitas técnicas em obras prisionais.
- Não execução, por parte das UFs, das obras que dependem de recursos estaduais como contrapartida de Instrumentos de Repasses.
- Aumento das demandas de obras prisionais gerando acúmulos excessivos das demandas represadas.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Reforçar o quadro técnico de engenheiros e arquitetos do Depen, com cargos efetivos.
- Concluir obras objeto de Instrumentos de Repasses celebrados anteriormente a 2020.

PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujo principais estão destacados abaixo:

PROJETO ESTRATÉGICO - Depen — APRIMORAMENTO DO MONITORAMENTO DAS VISITAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL

O projeto visava aprimorar o processo de recebimento de visitas dos custodiados nas unidades do Sistema Penitenciário Federal - SPF, para que fosse condizente com sua condição de unidade de segurança máxima e evitar comunicações indevidas, assim como evitar a entrada ou a saída de quaisquer materiais sem a devida autorização. Para a padronização formal do processo de visita com a devida segurança, foi elaborada proposta de normatização, publicada na forma da Portaria nº 157, de 12 de fevereiro de 2019, do MJSP, que restringiu as visitas com contato físico no SPF, visando a interrupção de possíveis comunicações criminosas. Posteriormente vários pontos da referida portaria foram incluídos no *"pacote anticrime"*, lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.

Atualmente, as visitas sociais a presos no SPF são monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, salvo expressa autorização judicial em contrário. As instalações para realização das visitas foram equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, para isso o projeto previu a duplicação da capacidade de visitação simultânea monitorada em parlatório (locais específicos para visitação em que vidros antivandalismo separam os presos dos visitantes). Tal ação tem impacto direto no combate às organizações criminosas.

O projeto foi encerrado em 19/01/2022. Principais resultados da execução do projeto:

• Normatização do processo de visita sem contato físico nas unidades do Sistema Penitenciário Federal (SPF);

• Duplicação da capacidade de realização de visitas simultâneas monitoradas em parlatório nas unidades do SPF: Catanduvas (Paraná), em Campo Grande (Mato Grosso do Sul), em Mossoró (Rio Grande do Norte) e Porto Velho (Rondônia); e

• Flagrante de tentativas de transmissão de mensagens para os custodiados, devido ao monitoramento nas visitas.

PROJETO ESTRATÉGICO - Depen — DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PADRONIZADOS PARA UNIDADES PENAIS, DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO *BUILDING INFORMATION MODELING* - BIM

Para elaboração e implementação dos 6 projetos arquitetônicos executados nas unidades prisionais está sendo utilizado o *Building Information Modeling* - BIM que

auxilia os estados na adaptação e acompanhamento das obras, estabelece critérios de custo de geração de vagas e o desenvolvimento de manuais e referencial técnico. De acordo com o Decreto 9.983, de 22 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling* e institui o Comitê Gestor da Estratégia do *Building Information Modelling*, a previsão é que em 2021 o Governo Federal passe a adotar o BIM em projetos piloto e em 2024 de forma mais ampla nas demais obras.

O Depen visando um incremento na qualidade de suas obras se antecipou a esta importante inovação de projetos e construções já implementou seus projetos referenciais em BIM, o que garantirá maior sobrevida aos projetos.

A grande vantagem para as Unidades da Federação é que os projetos referenciais disponibilizados são modulares, sendo possível utilizar-se apenas de partes específicas do projeto: por exemplo, se um estabelecimento penitenciário necessita construir uma oficina de trabalho, ele pode utilizar-se do módulo referente, com os documentos técnicos de projeto de engenharia e arquitetura, assim como os documentos de licitação deste módulo, para realizar seu processo.

Em 2020 já se encontravam disponibilizados às Unidades Federativas os projetos referenciais para unidades de Cadeia Pública e Penitenciária de Segurança Média, ambas com 800 vagas, e Colônia Agrícola, Industrial ou Similar com 1.000 vagas, que todos os projetos estão entregues com estimativas orçamentárias referenciais.

Já os projetos da Penitenciária de Segurança Máxima, Casa do Albergado e Centro de Observação Criminológica trem previsão de entrega até o final de 2022. Nos anos de 2020 e 2021 o Depen formalizou sete contratos de repasse que utilizarão os projetos referenciais de cadeia pública e penitenciária de segurança média com investimentos federais da ordem de R$ 303.997.384,72 com a expectativa de geração de 5.600 vagas.

Como resultados alcançados até o momento, podemos listar a caracterização da cadeia produtiva da edificação penal, a elaboração do protocolo BIM, o desenvolvimento pela primeira vez das 06 tipologias de estabelecimentos penais, a elaboração de projetos executivos para o reforço das Penitenciárias Federais de Segurança Máxima Especial e capacitação dos técnicos do Depen e das Unidades Federativas sobre os projetos e custos elaborados pela Universidade de Brasília. Até o final dos trabalhos espera-se como resultado a ampla divulgação dos conhecimentos e expertises alcançadas por meio de livros e manuais que estão em fase de revisão pela Universidade de Brasília.

PROJETO ESTRATÉGICO - Depen **FOMENTO AO TRABALHO REMUNERADO NO SISTEMA PRISIONAL**

O projeto tem como foco ampliar as formas de oferta de trabalho remunerado no sistema prisional, contribuindo para o aumento do indicador de pessoas privadas de liberdade em atividade laboral. Encontram-se no escopo do projeto a realização de seminários para mobilização de empresas locais e órgãos que compõem a execução penal (MP, MPT, judiciário, DPE, patronatos, conselhos da comunidade, etc.), bem como definição de fluxos e de planos de negócios em conjunto com os gestores estaduais de administração prisional e das unidades prisionais.

Com isso pretende-se instituir fundos rotativos para os sistemas prisionais estaduais, aumento da participação do empresariado local para que contratem mão de obra de pessoa presa, contribuindo com a reinserção social pelo trabalho e também desenvolvimento de projetos de sustentabilidade do sistema prisional local por meio dos recursos oriundos do trabalho, com a elevação da contratação, escoamento da produção e retorno financeiro para o sistema prisional.

Também há previsão da publicação de Cartilha de Orientação Sobre o Trabalho Prisional e a concessão do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional - Selo RESGATA, da adequação/atualização da Política Nacional de Trabalho no Sistema Prisional – PNAT. Após a retração das atividades em razão da Pandemia provocada pela Covid-19 Em 2021, devido à imunização dos presos com relação à Covid-19, após a imunização dos presos foi possível um gradual retorno às atividades de trabalho em algumas unidades.

Foi instituído pelo Depen por meio da Portaria Gab/Depen nº 630, de 03 de novembro de 2017 o Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional - Resgata que tem o objetivo de incentivar, estimular e reconhecer as organizações que utilizam mão de obra oriunda do sistema prisional brasileiro, para ampliar as vagas de trabalho proporcionando melhores condições de reintegração social.

PROJETO ESTRATÉGICO - Depen **MAXIMIZAÇÃO DA GERAÇÃO DE VAGAS EM UNIDADES PRISIONAIS**

O projeto Maximização da geração de vagas em unidades prisionais fomenta a criação anual de cerca de 20.000 vagas no sistema prisional até 2023, com reformas e construção de prisões, incentivo às penas alternativas, bem como da implantação de modelos de PPP e associações de proteção e assistência ao condenado.

Foram contratados cerca de 50 engenheiros e arquitetos temporários, que impulsionaram a execução de recursos do Fundo Penitenciário Nacional com análise mais célere dos projetos de engenharia pela equipe do Depen e uma relação mais aproximada com as unidades da federação. Em 2022 também ocorreram as doações de equipamentos de alto desempenho às Unidades Federativas, bem como foi publicada a Portaria de Pessoal 32, de 25 de fevereiro de 2022, que Institui a Equipe Regional de Engenharia e Arquitetura Prisional designada para atuarem como pontos focais nas demandas de engenharia e arquitetura prisional junto ao Departamento Penitenciário Nacional.

Além disso, o Depen realizou em 2022, vistorias de obras e visitas técnicas em vinte e quatro unidades da federação, visando a potencialização de execução das obras e verificação da correta aplicação dos recursos disponibilizados.

PROJETO ESTRATÉGICO - Depen

REDE NACIONAL DE INTELIGÊNCIA PENITENCIÁRIA - RENIPEN

O Projeto Rede Nacional de Inteligência Penitenciária – RENIPEN faz parte da Política de Inteligência Penitenciária que é composta por ações que abrangem três vertentes, capazes de impactar diretamente na missão do Departamento Penitenciário Nacional - Depen: gestão integrada, capacitação e estrutura. As ações da *"gestão integrada"* estão relacionadas ao aperfeiçoamento da gestão de processos, doutrina e métodos de planejamento, prevenção e compliance. As ações de *"capacitação"* estão ligadas à atualização de conhecimento dos profissionais de inteligência e à promoção da segurança orgânica. Por sua vez, as ações relacionadas à *"estrutura"* visam estruturar, aparelhar e modernizar as Agências de Inteligência Penitenciária dos estados e do Distrito Federal, bem como a melhoria da arquitetura de Tecnologia da Informação - TI e inovações tecnológicas.

Nesse contexto, o projeto Rede Nacional de Inteligência Penitenciária — RENIPEN objetiva produzir conhecimentos úteis para subsidiar estratégias de melhorias do sistema prisional e de combate ao crime organizado e integrará todos os órgãos de Inteligência Penitenciária no âmbito federal e estadual, viabilizando uma estrutura ampla, configurada para a cooperação ágil e o oportuno compartilhamento de informações entre os entes em todo território nacional, ampliando e melhor qualificando a atividade de Inteligência Penitenciária. Busca-se aprimorar a atuação da Diretoria de Inteligência Penitenciária como Órgão Central de Inteligência Penitenciária, visando, ainda, efetivar o Depen como pilar da construção do Subsistema de Inteligência Penitenciária, incluindo-o como membro do SISBIN.

O Departamento Penitenciário Nacional integra 07 Forças Tarefas no Brasil. As Forças-Tarefas de Segurança Pública (FTSP) foram criadas em janeiro de 2021 e possuem o objetivo precípuo de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre os órgãos de segurança pública da União, dos estados e do Distrito Federal, viabilizadas por meio de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT). Possui como principais objetivos o combate ao crime organizado, transnacional e interestadual, nas suas manifestações de grave ameaça à ordem e a segurança pública nacional, particularmente no combate ao tráfico de drogas e armas, delitos de furto e roubo e receptação de cargas e de valores, lavagem e ocultação de bens, direitos e valores e demais crimes conexos, bem como na descapitalização das facções e na identificação e isolamento de suas lideranças. Atualmente, o Depen participa das seguintes FTSP's: RN, CE, PB, MG, SP, MS, Mossoró-RN e possui 15 servidores atuando como pontos focais espalhados nas cinco regiões do Brasil, além das equipes sediadas nas Penitenciárias Federais. A qualidade das informações ofertadas e a alta capacidade de confirmar os níveis de ameaça de cada dado, fez com que o Depen contribuísse significativamente em operações policiais de combate ao crime organizado, notadamente aquelas voltadas contra as facções criminosas.

O Departamento Penitenciário Nacional por meio da Diretoria de Inteligência Penitenciária promoveu o 2º Encontro Nacional de Agências de Inteligência Penitenciária (ENAIP), o qual ocorreu de 21 a 23 de setembro de 2022, em Brasília/DF. Idealizado para gerar ativos de valor na busca por melhores performances no tratamento, avaliação e acompanhamento dos trabalhos de inteligência no âmbito nacional. O encontro discutiu o papel da inteligência penitenciária, o combate ao crime organizado e a atuação das organizações criminosas. O ENAIP objetiva dar voz aos gestores e inteligências estaduais na busca por uma construção única em relação à atividade de Inteligência Penitenciária. O evento recebeu 86 convidados, incluindo integrantes das Agências de Inteligência Penitenciária das Unidades da Federação e da Agência Brasileira de Inteligência, durante três dias de apresentações e debates sobre temáticas afetas à Inteligência Penitenciária.

No mesmo sentido, o II Seminário Regional de Integração de Agências de Inteligência Penitenciária - SERIIPEN foi realizado em junho de 2022, em Vitória-ES, e reuniu as Agências de Inteligência Penitenciária do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minhas Gerais). O Seminário foi proposto pela Diretoria de Inteligência Penitenciária do Departamento Penitenciário Nacional (DIPEN/Depen), com o fito de demonstrar a necessidade da busca pelo aprimoramento, integração e coordenação entre as Agências de Inteligência Penitenciária (Ainpen) do Sudeste e demais entes federados visando alcançar o compartilhamento de dados não sensíveis.

Seja com a finalidade de que as AIPENs estaduais produzam conhecimento com mais rapidez e robustez de dados, para o auxílio na tomada de decisões do gestor do sistema penal, seja para subsídio à segurança pública estadual ou para direcionamento da política criminológica federal, capitaneada pelo Depen, uma vez que a região sudeste possui grande relevância estratégica no cenário penitenciário nacional por concentrar a maior parcela da população carcerária do sistema penitenciário brasileiro, o encontro possibilitou verificar que em muitos casos os problemas enfrentados são comuns às AINPENs, devendo as soluções serem igualmente compartilhadas.

Entre os meses de julho e agosto de 2022, a DIPEN realizou, por meio de seus pontos focais, visitas técnicas às agências de inteligência prisional dos 26 estados e Distrito Federal. Os encontros tiveram como objetivo o intercâmbio de conhecimento com as agências de inteligência penitenciária e demais forças de Segurança Pública (Receita Federal, Ministério Público, GAECO, Agência Brasileira de Inteligência, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis e Militares, Exército, Forças Armadas, Órgãos de Perícia etc.).

Além de alinhar os trabalhos da equipe com os principais núcleos de inteligência das unidades prisionais, as visitas técnicas são uma oportunidade para que o Depen conheça in loco a realidade da atuação das agências de inteligência, bem como tenha a oportunidade de identificar experiências e práticas bem-sucedidas de ações que visem a melhorar a gestão prisional e o combate às ações de organizações criminosas.

A Operação Modo Avião é uma ação que demonstra o trabalho de integração entre o Depen, as Secretarias de Estado de Administração Penitenciária e outras forças de segurança, objetivando a manutenção da ordem jurídica e tranquilidade da sociedade, por meio do combate a organizações criminosas. As ações tiveram início em agosto de 2021 e consistem na varredura eletrônica em unidades prisionais indicadas com maior grau de fragilidade, de modo a identificar e, posteriormente, inabilitar aparelhos celulares introduzidos ilegalmente em penitenciárias. Em 2021, no lançamento da operação, as ações de varredura ocorreram em 36 (trinta e seis) unidades prisionais de 6 (seis) estados da federação, com resultado de 3951 aparelhos identificados. Em 2022, as ações de varredura já ocorreram em 54 (cinquenta e quatro) unidades prisionais de 11 (onze) estados da federação, com resultado de 2.869 (dois mil oitocentos e sessenta e nove) aparelhos identificados).

Principais Resultados:

O Depen integra 7 Forças Tarefas de inteligência e possui 15 pontos focais espalhados nas cinco regiões do Brasil, além das equipes sediadas nas Penitenciárias Federais:

- Continuidade da integração de bases cadastrais de presos e outras ferramentas tecnológicas;
- Ampliação da interlocução com as unidades da federação e outros órgãos de inteligência;
- Continuidade da integração de bases cadastrais de presos e outras ferramentas tecnológicas;
- Melhoria e incremento dos fluxos de processos relativos à inteligência e contrainteligência;
- Participação ativa em operações de combate ao crime organizado e transferência de presos, por Forças Tarefas e Centros de Inteligência;
- Auxílio às unidades federativas em varreduras eletrônicas;
- Edição de normativos internos;
- Proposição de alterações legislativas;
- Disponibilização da *"Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária"* para as agências centrais de inteligência das unidades federativas;
- Operação Modo Avião: as ações de varredura já ocorreram em 102 (cento e duas) unidades prisionais de 17 (dezessete) estados da federação, com resultado de 7.060 aparelhos identificados;
- Aquisição de equipamentos e tecnologias para doação às agências de inteligência penitenciária;
- Eventos que promovem a integração entre agências e o compartilhamento de expertise em atuação no sistema prisional; e
- Realização de eventos de capacitação para policiais penais voltados à inteligência prisional.

Programa de Estruturação das Agências de Inteligência Penitenciária - PEAIPEN

No âmbito das ações da RENIPEN, o Depen, por meio de sua Diretoria de Inteligência Penitenciária coordena o processo de interação e integração entre as 27 agências de inteligência penitenciária no país. A DIPEN atua presencialmente, por meio de suas divisões regionais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Pará, Paraná, Rondônia, Amazonas, Ceará, Sergipe, Mato Grosso do Sul e Goiás, e ainda participa das Forças-Tarefas, tal qual já destacado.

Fruto da Política de Inteligência Penitenciária e seguindo diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030, o Programa de Estruturação das Agências de Inteligência Penitenciária - PEAIPEN foi criado para fortalecer e integrar a atividade de inteligência penitenciária por meio da estruturação, aparelhamento, modernização, capacitação e qualificação das Agências de Inteligência Penitenciária dos estados e do Distrito Federal.

Com a disponibilização de mais de trinta e três milhões de reais do Fundo Penitenciário Nacional para uso integral e exclusivo nas Agências de Inteligência Penitenciária - AIPENs, o PEIAPEN é um marco na inteligência prisional do país, possibilitando seu protagonismo na inteligência de segurança pública do Brasil, no enfrentamento ao crime organizado nacional e transnacional.

Após a publicação do Edital de Chamamento Público nº 002/2022, em 1º de setembro de 2022, 26 unidades da federação apresentaram proposta de adesão ao recurso disponibilizado por meio de transferência voluntária (convênios), estando os projetos em análise pelo Depen.

PROJETO ESTRATÉGICO - Depen

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - SISDepen

O Projeto estratégico: Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDepen faz parte da Política de Inteligência Penitenciária que estabelece mecanismos para redução das inconsistências de dados coletados no sistema prisional. Nesse sentido, o projeto Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional — SISDepen objetiva implantar o sistema de gestão prisional, possibilitando a formação do Cadastro Nacional dos Custodiados (banco de dados unificado), bem como o acompanhamento da execução de penas, prisão cautelar e medidas de segurança, visando o mapeamento da realidade prisional, que possibilita a elaboração de políticas pública mais adequados. O Sistema de Informações do Depen (SisDepen) foi criado com base na Lei nº 12.714/12 que prevê que os dados e as informações da execução da pena, da prisão cautelar e da medida de segurança deverão ser mantidos e atualizados em sistema informatizado de acompanhamento da execução da pena. O SisDepen também foi previsto na Lei nº 12.681/12 que instituiu o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). A Lei nº 12.681/12 foi revogada pela Lei nº 13.675/18 que institui o Sistema Único de Segurança Pública e estabelece que os entes federados devem manter os dados atualizados para receber recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

No escopo do projeto, encontram-se o SISDepen estatística (painel informativo com a compilação dos dados coletados junto aos estados, disponibilizado na internet), o SISDepen indivíduos (armazenar as informações unificadamente, padronizadas, individualizadas e atualizadas, on-line, das pessoas penalmente condenadas de todo o território nacional, com o propósito geral de conhecer de forma individual todos os presos brasileiros e detalhes do seu histórico carcerário, permitindo disponibilizar via API — Aplication Program Interface o acesso às informações de cada preso a outros órgãos e entidades que tenham prerrogativa e necessidade de consultar essas informações), e o SISDepen mobile (aplicativo para smartphones que permite a consulta integrada aos dados do SisDepen e Banco Nacional de Mandados de Prisão, com a possibilidade de reconhecimento facial e georreferenciamento dos endereços). Entre os estados integrados de maneira online, hoje, (SISDepen indivíduos), encontram-se SC, PR, RN, PI, MS, TO, PE, TO, BA, PE, CE, AC, PB, e GO estão finalizados do ponto de vista tecnológico e estão passando por ajustes documentais. Em desenvolvimento tecnológico encontram-se SP, RS, PA e DF. MG está passando por ajustes administrativos. RJ, SE e SPF estão passando, ou passarão muito em breve, por migração de sistema e, em seguida, a integração será iniciada; para os demais estados já foram iniciadas conversas técnicas.

Principais resultados:

A compilação dos dados do sistema penitenciário de todas as Unidades da Federação serve de suporte essencial para processos de aquisições, geração de dados de inteligência prisional, controle das assistências e outras medidas de atribuição do Depen e das Secretarias de gestão prisional estaduais e distrital. O projeto já tem provocado impactos positivos com a geração de relatórios, gráficos estatísticos, análises de inteligência, com dados cada vez mais precisos e atualizados. Integração de 100% das Unidades da Federação no SISDepen Indivíduos, tornando possível a visualização de dados atualizados, de forma on-line. Integração com o sistema SEEU, Sistema Eletrônico de Execução Unificado mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e que, quando concluída, permitirá um controle mais apurado da execução da pena.

Há alguns pontos que estão sendo priorizados para que os objetivos sejam alcançados:

• Alguns entes federativos não dispõem de infraestrutura mínima necessária para executar a integração da base necessitando de investimento em empresas estatais de desenvolvimento para auxílio da integração dos dados;

• Complexidade da integração de bases. Os estados utilizam bases de diferentes empresas proprietárias. A maior dificuldade se encontra na interoperabilidade das bases estaduais para a base nacional unificada, promovendo sincronização dos dados em tempo real.

• Diferenças políticas: o projeto necessita da colaboração mútua entre estados e União;

• Integridade da informação: inclusão ou omissão de informações que impactam no resultado; e

• Estrutura de TI precária: alguns entes federativos não dispõem de infraestrutura mínima necessária para executar a integração da base.

PROJETO ESTRATÉGICO - Depen **VIDEOCONFERÊNCIA PARA AUDIÊNCIAS JUDICIAIS NO SISTEMA PRISIONAL**

O projeto Videoconferência para audiências judiciais no sistema prisional estimula a utilização de videoconferência para audiências judiciais no sistema prisional, trazendo a redução de custos, a otimização da mão de obra, a diminuição de riscos de escoltas, além da ampliação de assistência jurídica. Visa a promoção da manutenção de assistência jurídica, por meio da parceria com a Defensoria Pública do Estado, Ministério Público, com as Varas de Execução e com a Secretaria de Administração Penitenciária, além do fortalecimento dos vínculos familiares por meio das visitas por videoconferência, principalmente para pessoas presas cujos familiares possuam limitações para o deslocamento à unidade prisional, como é o caso de presos estrangeiros, presos de outros estados, que possuem filhos menores com ex-cônjuge, parentes com limitações físicas ou de idade, dentre outros.

Em 2022, o projeto foi executado com êxito, sendo importante, porém, destacar a alteração da estratégia adotada na forma de fomento aos estados, impactando na atividade nº 6 do referido projeto: *"Processo para geração de Ata de Registro de Preço para adesão dos estados contemplados"*.

No início do projeto, foi realizado um trabalho de diagnóstico e prospecção de unidades do sistema penitenciário nacional que não possuíam condições para realização de atendimentos jurídicos por videoconferências, porém, com o advento da pandemia de Covid-19, diversos estados se mobilizaram para implantar essa modalidade de atendimento. Este fato, associado à diversidade de realidades nas unidades penitenciárias do país, desde as questões de infraestrutura até de provimento de serviço de internet, levou à mudança de estratégia na forma de fomento aos estados, optando-se pela execução de Atas de Registro de Preço regionalizadas, tendo como base o trabalho até então realizado nesta atividade, e considerando a celebração, no total, de 18 convênios de repasse de recursos do Depen para as Unidades da Federação, para a finalidade desse projeto.

Nesse sentido, a atividade pode ser considerada concluída, portanto, ressalvando-se esta mudança na estratégia adotada. Já com relação à atividade nº 7, *"Fiscalizar a execução do projeto para os estados contemplados"*, relacionava-se diretamente à execução de processo licitatório de Ata de Registro de Preço centralizada, no sentido de fiscalização da entrega dos equipamentos adquiridos nos estados. Tendo sido alterada a estratégia, a atividade derradeira será o monitoramento da execução dos convênios pactuados, que faz parte dos processos rotineiros do Departamento Penitenciário Nacional, que monitora convênios relacionados às diversas políticas públicas sob responsabilidade do órgão. Desta forma, optou-se pela não manutenção da atividade nº 7 como parte do projeto estratégico, mas sim como um processo de acompanhamento, que será realizado, e possui suma importância para a efetividade do investimento realizado, porém não estará atrelado ao projeto.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar Mecanismos de Gestão do Conhecimento e da Preservação e Difusão da Memória Arquivística Nacional

Com o objetivo de promover a transparência das atividades governamentais e a disponibilização de informações públicas por parte dos cidadãos e da própria administração pública, o Ministério aprovou princípios, diretrizes, objetivos e ferramentas que visam melhorar a gestão dos documentos e arquivos a fim de apoiar as atividades governamentais, a cultura, o desenvolvimento da ciência e para prover evidência e informação na proteção de direitos.

Nesse sentido, vale ressaltar que esta Pasta investe cada vez mais em processos de digitalização de documentos e integração entre diversas bases de dados temáticas por meio de parcerias para aumentar o alcance e a disseminação de informações públicas pela internet, seguindo as premissas constitucionais e legais de transparência, acesso à informação e gestão participativa da sociedade. Assim, é necessário atuar com base em novas soluções técnicas e ao mesmo tempo de acordo com as orientações legais e as boas práticas no domínio da arquivologia, para garantir, por exemplo, a preservação e a disponibilidade a longo prazo, autenticidade, integridade e segurança dos documentos digitais da administração pública.

São desenvolvidas ações para aproximar a instituição arquivística da sociedade, como atividades relacionadas à promoção de eventos educacionais, culturais e técnico-científicos; lançamento e distribuição de publicações impressas e digitais; preparação de exposições pessoais e virtuais; atendimento personalizado e criação de conteúdo informativo e interativo para a Internet.

Além disso, o MJSP visa a gestão do conhecimento e tem atuado principalmente na oferta de cursos locais e à distância para uma ampla variedade de públicos. Vale ressaltar que alguns desses cursos são voltados para atores de políticas públicas, como o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), empresas participantes da plataforma Consumidor.gov, órgãos parceiros e instituições que lidam com a defesa do consumidor e os relacionados à formação e à capacitação contínuas de professores, instrutores e agentes de pacificação social, que tenham interesse em utilizar técnicas consensuais de solução de conflitos para promover a disseminação e a consolidação dos métodos de prevenção e solução de conflitos.

Entretanto, é necessário mencionar a outra direção de atividade deste ministério, ou seja, a gestão da informação como forma de atores públicos em vários campos administrativos, como formação profissional, especialização e avaliação em todos os níveis, gestão da informação como forma de atores públicos em diversas áreas administrativas, inteligência e operações integradas, e pesquisa e avaliação por especialistas em segurança pública e previdenciária, bem como a identificação e promoção internacional de iniciativas de combate à corrupção, lavagem de dinheiro e crime organizado, além de oferecer cursos abertos ao público sobre temas como defesa do consumidor, anticorrupção e segurança pública.

Dessa forma, o ministério promove o conhecimento e a ampliação da proteção jurídica, além de capacitar os atores públicos para prestar serviços à sociedade de forma ainda mais eficaz.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar Mecanismos de Gestão do Conhecimento e da Preservação e Difusão da Memória Arquivística Nacional

Cadeias Vinculadas ao Objetivo Estratégico

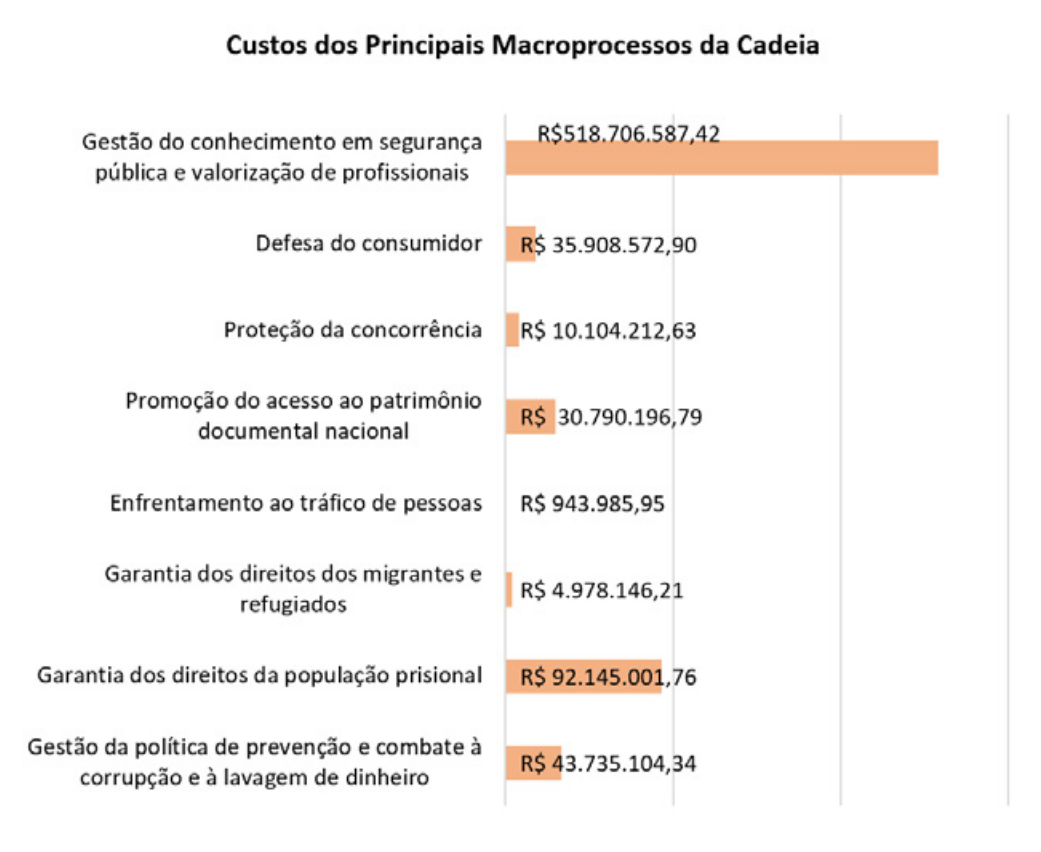
PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR

GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA



Entregas à Sociedade

PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

GARANTIAS DE DIREITOS DO CIDADÃO, DO MIGRANTE, DO REFUGIADO E DOS POVOS INDÍGENAS

ACESSO À INFORMAÇÃO

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR

PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA SOCIEDADE

INDICADOR ESTRATÉGICO – AN	DOCUMENTOS ACESSADOS DO ACERVO
INDICADOR ESTRATÉGICO – AN	PERCENTUAL DE USUÁRIOS ATENDIDOS PARA ACESSO AO ACERVO
INDICADOR ESTRATÉGICO – AN	ACESSO ÀS BASES DE DADOS SOBRE O ACERVO
INDICADOR ESTRATÉGICO – AN	PERCENTUAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS -SIGA, COM PLANOS DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS-CCD E TABELA DE TEMPORALIDADE E DESTINAÇÃO -TTD DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS DAS ATIVIDADES - FIM APROVADOS
INDICADOR ESTRATÉGICO – AN, Senacon, Senajus, Segen, Depen e PF	QUANTIDADE DE VAGAS PREENCHIDAS EM CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS AO PÚBLICO EXTERNO

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO — **DOCUMENTOS ACESSADOS DO ACERVO**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
2.200.00	2.308.586	2.310.000	1.979.923	2.425.500	1.965.351	9.482.275

INDICADOR ESTRATÉGICO — **PERCENTUAL DE USUÁRIOS ATENDIDOS PARA ACESSO AO ACERVO**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

INDICADOR ESTRATÉGICO — **ACESSO ÀS BASES DE DADOS SOBRE O ACERVO**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
10.000.000	10.939.151	10.500.00	10.539.422	11.550.000	10.389.995	43.677.500

O Arquivo Nacional – AN é autoridade arquivística do Poder Executivo Federal, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal (SIGA).

A emergência em saúde pública causada pela pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, impactou o comportamento da população em relação ao acesso público aos sistemas de busca de informações. Por causa das medidas de enfrentamento à pandemia, os sistemas e processos de trabalho foram adaptados para possibilitar a ma-

nutenção do atendimento às necessidades da sociedade e dos órgãos e entidades da administração pública. Com as medidas de distanciamento social implementadas, houve um aumento significativo dos acessos remotos aos serviços do Arquivo Nacional, ultrapassando as metas previstas dos indicadores de acesso. No entanto, com o retorno gradual às atividades presenciais em 2021, os dados de acesso a serviços digitais e bases de dados do AN tiveram crescimento menos expressivo.

Em 2022, com a total retomada do atendimento presencial (iniciado por meio de agendamento prévio em novembro de 2021 e liberado em maio de 2022), a população e as equipes de atendimento do AN precisaram se adequar a uma nova realidade tecnológica, com vários serviços automatizados, dentro do plano de digitalização de serviços proposto pelo Governo Digital e redimensionar a demanda a novos parâmetros de atendimento. Para as equipes de trabalho, também foi necessária a readaptação à volta da rotina e processos de trabalho presencial, depois de mais de 2 anos realizando o trabalho remoto. Este foi um ano de adequação, cujos indicadores de desempenho indicam um crescimento menor, mas consistente, que se mostra promissor para o atingimento da missão institucional de garantir o acesso público ao acervo.

Diante das constantes mudanças nos cenários tecnológico e informacional, e consequentemente, das mudanças de demanda da sociedade, o Arquivo Nacional em conjunto com a Presidência da República e os ministérios, especialmente o Ministério da Economia, tem atuado em importantes estratégias governamentais, tais como a política de modernização do Estado e transformação digital. A preocupação com a gestão de documentos e os arquivos, devido à sua transversalidade, consta em políticas públicas relevantes como a oferta de serviços digitais (por exemplo, a emissão de diploma digital e dossiê acadêmico digital), o tratamento de dados e informações que consta na LGPD.

Devido à determinação do juízo da 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em sede de tutela provisória, proferida no âmbito da Ação Civil Pública nº 5006596-71.2022.4.02.5101, de que os atos de eliminação de documentos públicos fossem suspensos a partir do mês de março, em 2022, não houve eliminação de documentos públicos, por parte dos órgãos e entidades do Siga. O juízo destaca que, *"não obstante a suspensão da eliminação, os demais procedimentos atinentes à classificação e destinação de documentos poderão ser mantidos."* Sendo assim, o Arquivo Nacional continuou a expedir as orientações técnico-normativas, no exercício de suas atribuições como órgão central do SIGA (art.4º, do Decreto nº 4915/2003), consolidadas no documento *"Recomendações para Constituição de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD)"* e *"Recomendações para a Elaboração da Listagem de Eliminação de Documentos de Arquivo pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal"* (https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/recomendacao_led_2020_03_24_1.pdf). A decisão foi comunicada a todos os órgãos e entidades do poder executivo federal integrantes do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA) por meio do Ofício Circular nº 01/2022/GABIN/AN, de 22/02/2022.

Quanto ao tratamento dos acervos documentais dos órgãos da APF com vistas à sua destinação final, cumpre destacar que a eliminação de documentos pelos órgãos e entidades integrantes do Siga deve ocorrer depois de concluído o processo de avaliação e seleção conduzido pelas respectivas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos – CPADs de acordo com instrumentos de gestão de documentos (tabelas de temporalidade e destinação de documentos) previamente aprovados pelo Arquivo Nacional. A partir da publicação do Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, a eliminação de documentos passou a ser efetuada por meio da elaboração de Listagem de Eliminação de Documentos pela CPAD, de acordo com a Resolução nº 44, de 14 de fevereiro de 2020, a ser submetida para aprovação do titular do órgão ou entidade produtora ou acumuladora do arquivo.

É importante informar que a desburocratização do processo de eliminação de documentos produzidos pelos órgãos e entidades da APF gera economia ao Estado, por permitir a racionalização de espaços de armazenamento em arquivos e depósitos, sem prejuízo da salvaguarda de documentos que tenham valor histórico, probatório ou informativo.

Em 2022, com o objetivo de assegurar a preservação do patrimônio documental nacional, houve investimento em processos para aprimorar a capacidade de recolhimento, custódia, preservação e acesso aos documentos da APF.

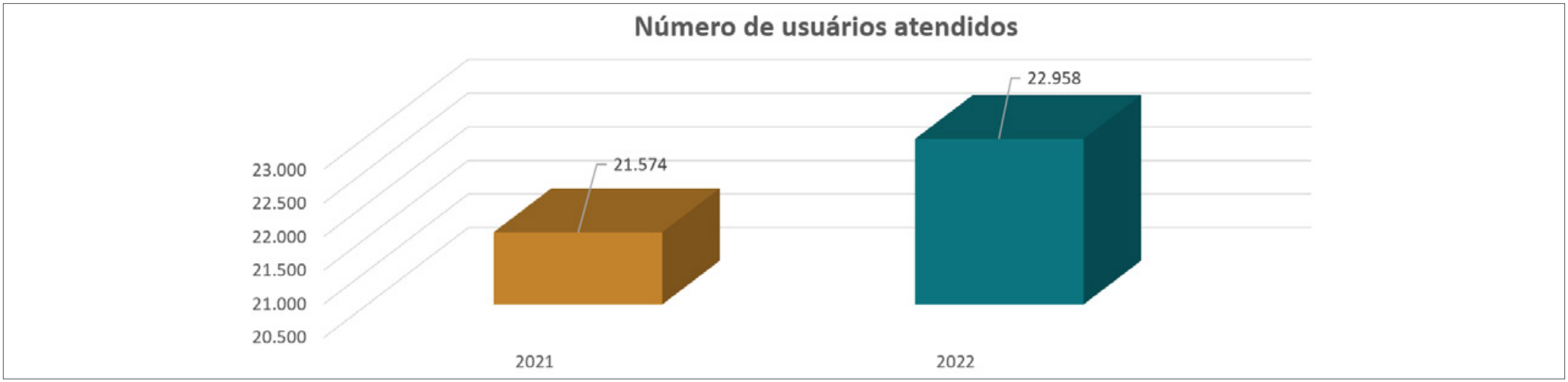
A preservação dos documentos é feita por meio de ações de ampliação do controle e da disponibilização de informações ao cidadão como processamento técnico (identificação, classificação, arranjo, indexação, descrição); conservação (higienização e estabilização de suporte); restauração (desacidificação e reintegração de documentos de documentos deteriorados); e reformatação (microfilmagem e digitalização) dos documentos.

Em 2022, o Arquivo Nacional superou a meta definida em seu Plano Estratégico Setorial - PES para documentos digitalizados (3.500.000 documentos) em 18% e atingiu a quantidade de **4.140.822 documentos**. O acervo digital do AN ocupa, atualmente, **710,60 *terabytes* do repositório digital**, um aumento de 9,9%, comparando-se com o ano anterior. A instituição alcançou um total de **872.435 documentos processados**, acréscimo substancial em relação ao ano de 2021 (298.267 registros). Os números referentes à conservação e restauro de documentos também mostraram superação dos resultados do ano anterior, 874.898 e 23.460 documentos, respectivamente. A quantidade de objetos digitais preservados no ambiente RDC-Arq[1] sofreu prejuízo ao longo do ano em função de problemas técnicos relacionados ao programa Archivematica, porém, superadas essas questões, retomou-se, no mês de setembro, a admissão de **45.835 objetos digitais**.

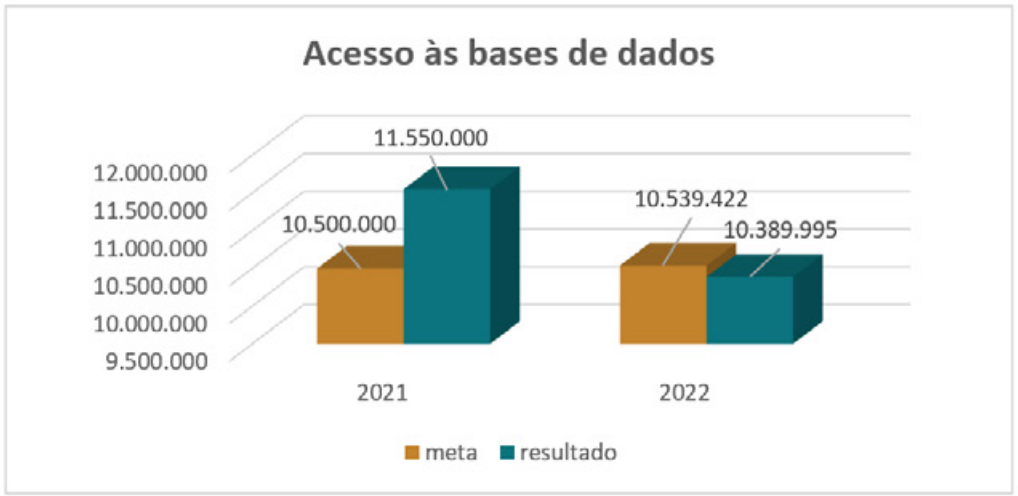
O Arquivo Nacional tem, dentre suas finalidades, atender às demandas dos cidadãos, dos órgãos e entidades dos poderes públicos, das instituições privadas e da comunidade acadêmica por informações custodiadas na instituição. Para isso, efetiva a disponibilização do acervo e das informações contidas nos documentos por meio do atendimento presencial e à distância. No intuito de subsidiar a adequação dos serviços prestados no atendimento ao cidadão e o planejamento das ações de tratamento técnico dos documentos, o AN realiza o acompanhamento dos atendimentos realizados a seus usuários e dos acessos às bases de dados disponíveis, entre outros indicadores. Em 2022, todos os usuários que enviaram demanda obtiveram informações sobre os documentos do acervo ou receberam orientações de como alcançá-las. Dessa forma, o AN teve 100% de seus usuários atendidos. Para isso, o AN tem aprimorado o sistema de avaliação de satisfação do seu usuário. A fim de aprimorar a mensuração da efetividade do atendimento, foram revistos os indicadores estratégicos e aperfeiçoado o indicador de percentual de satisfação a partir de notas atribuídas ao atendimento pelos usuários que respondem a Pesquisa sobre a Qualidade no Atendimento, realizada mensalmente com o público que demanda informações ao Arquivo Nacional. No decorrer de 2022, em média, 73% dos usuários atribuiu notas de 8 a 10 ao atendimento recebido. São realizados atendimentos presenciais e a distância para promover o acesso público ao acervo documental, orientando-se os usuários na utilização das bases de dados e instrumentos de pes-

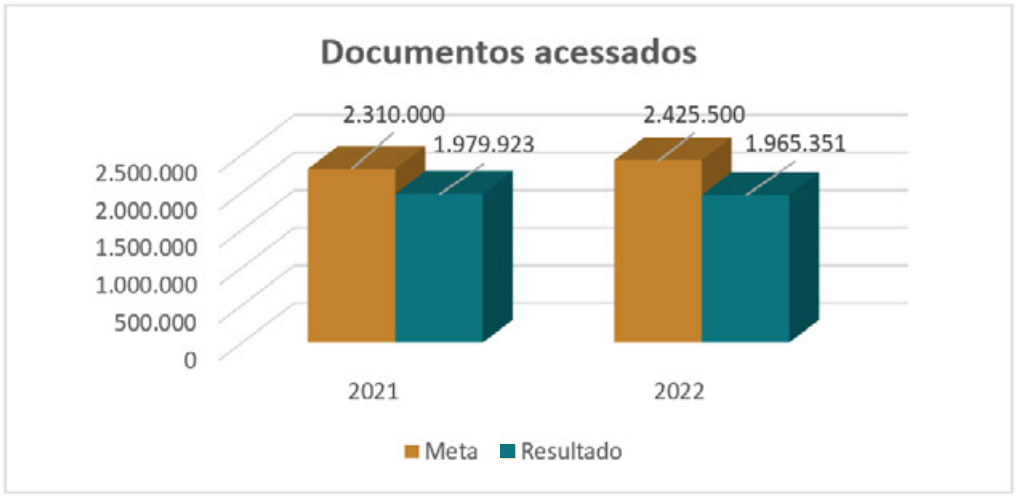
[1] Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) é um ambiente de armazenamento e gerenciamento de documentos digitais que é capaz de manter autênticos, preservar e prover acesso a eles pelo tempo necessário. Esse ambiente constitui-se de uma solução informatizada em que os materiais são capturados, armazenados, preservados e acessados. É, então, um complexo que apoia o gerenciamento dos documentos digitais, pelo tempo que for necessário, e é formado por elementos de *hardware*, *software* e metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos.

quisa produzidos pela instituição. No exercício de 2022, foram realizados 22.958 atendimentos, um aumento de mais de 3% em comparação com o mesmo período de 2021, quando foram realizados 17.599 atendimentos. A instituição também emitiu 1.381 certidões de caráter probatório ao longo de 2022.



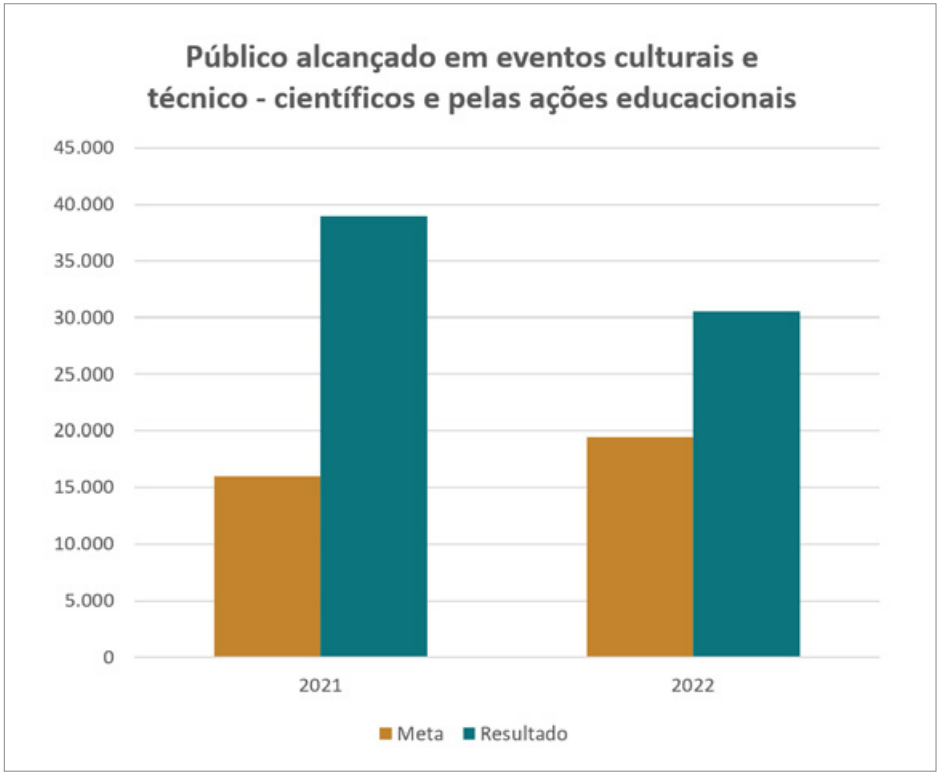
Em 2022, o Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) e as demais bases de dados de consulta ao acervo totalizaram 10.389.995 acessos e foram consultados 1.965.351 documentos arquivísticos.





Com a finalidade de promover a difusão do acervo arquivístico custodiado no Arquivo Nacional e do conhecimento técnico-científico, cultural e educativo produzido pela Instituição, procura-se despertar, pela difusão cultural, a importância da preservação e do acesso ao patrimônio documental brasileiro, proporcionando ao cidadão diversas experiências ao visitar exposições, presenciais ou virtuais, participar de um evento, uma atividade pedagógica, acessar conteúdo nas redes sociais, adquirir as publicações produzidas pelo Arquivo Nacional, entre outras ações de mediação cultural realizadas pela própria Instituição ou em parceria com outros órgãos e entidades do poder público ou sociedade civil. É também objetivo permanente a manutenção do diálogo com instituições congêneres no sentido de desenvolver atividades conjuntas de difusão e produção de conhecimento. Incluem-se, ainda, na produção e difusão de conteúdos todo material gráfico de comunicação sobre os serviços institucionais e por meio de sítios web institucionais e atividades sociopedagógicas voltadas para a difusão de conhecimento e das fontes e técnicas arquivísticas, com ênfase no público jovem e de instituições públicas de ensino e capacitação e acompanhar a elaboração de acordos de cooperação técnica, contratos de edição/coedição e parcerias envolvendo as áreas de competência desta Coordenação.

Em 2022 foram divulgadas 26 publicações técnico – científicas e realizados 29 eventos técnico – científicos on-line, alcançando 30.516 pessoas.



O Arquivo Nacional preparou uma série de atividades alusivas ao Bicentenário da In-Dependência do Brasil:

- Exposição presencial *"Quem são os Brasileiros?"*;
- Ciclo de debates *"O Arquivo Nacional e os 200 anos de 1822"*;
- Publicação *"Guerras de Independência do Brasil no acervo do Arquivo Nacional"*;
- Revista Acervo - Dossiê *"Independências: 200 anos de história e historiografia"*;
- Edição comemorativa do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa;
- Lançamento de nova seção temática no portal sobre os temas do Brasil Oitocentista;
- Lançamento de nova seção temática no Diretório Brasil de Arquivos; e
- Projeto especial de digitalização de acervo temático.

As mídias sociais do AN têm representado papel fundamental na divulgação aos usuários de informações sobre os produtos e serviços oferecidos e do acervo custodiado pela instituição. Percebe-se boa repercussão e crescente interesse pelas páginas administradas pela instituição. O Facebook do AN é, atualmente, o quarto maior perfil de uma instituição arquivística nessa mídia social no mundo, com mais de 155 mil seguidores; o Twitter tem mais de 103 mil seguidores; e o Instagram, mais de 142 mil seguidores, o que o torna, atualmente, o maior perfil de uma instituição arquivística nessa mídia social em todo o mundo. No total o AN tem, atualmente, mais de 620 mil seguidores em todas os seus perfis de mídias sociais. Na Wikimedia Commons, o AN já disponibilizou mais de 24 mil imagens de documentos, que ilustram 9.583 verbetes da Wikipédia em 175 idiomas, com um acesso mensal de 28 milhões em média. Os sítios eletrônicos de difusão do acervo registraram 2.439.845 acessos. Esse resultado representa as ações estratégicas para que o AN cumpra sua função como instituição arquivística e promova o acesso e difusão do acervo arquivístico. Em 2022, o Arquivo Nacional estreou em mais uma rede social, o TikTok, que se soma aos perfis institucionais em outras redes: Twitter, Facebook, Instagram, YouTube, Flickr, Pinterest, MixCloud e LinkedIn. O alcance das publicações nas redes sociais foram de 32.705.840.

Outra ação para otimizar o acesso à serviços digitais pelos usuários do AN, em alinhamento à Estratégia de Governo Digital para o triênio 2020-2022, é a disponibilização de 12 serviços públicos digitais no portal GOV.BR. Com o intuito de reunir informações e serviços em um só lugar, a plataforma está se tornando portal de entrada única para as páginas institucionais e o Arquivo Nacional segue esforçando-se para unificar todo o seu conteúdo junto ao Gov.Br. Até o momento foram disponibilizados os seguintes serviços:

- Consultar documentos do acervo do Arquivo Nacional;
- Consultar o Guia de Fontes do Arquivo Nacional;
- Consultar registros de entrada de estrangeiros do acervo do Arquivo Nacional;
- Consultar o Catálogo online da Biblioteca do Arquivo Nacional;
- Consultar o Centro de Referência de Acervos Presidenciais do Arquivo Nacional;
- Protocolar documentos junto ao Arquivo Nacional;
- Visitar exposições virtuais do Arquivo Nacional;
- Consultar o Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ) do Arquivo Nacional;
- Consultar a legislação arquivística brasileira e resoluções do Conarq;
- Consultar e adquirir publicações do Arquivo Nacional;
- Consultar instrumentos de pesquisa do Programa MAPA/Arquivo Nacional; e
- Consultar o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do Conarq.

Visando aperfeiçoar os aspectos de governança do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos – Siga, que se iniciou com a publicação do Decreto nº 10.148/2019 e a pactuação do projeto estratégico de *"Aperfeiçoamento do Siga"* nos planejamentos estratégicos do Arquivo Nacional e do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP – ciclo 2020-2023, o Arquivo Nacional tem trabalhado para oferecer aos órgãos e entidades integrantes do Siga um conjunto de instrumentos normativos e ferramentas tecnológicas visando a evolução em gestão de documentos e arquivos dos órgão e entidades do Poder Executivo Federal, a redução da massa documental

acumulada e o fomento da produção, preservação, acesso e difusão de documentos públicos, especialmente, os digitais. Nesse sentido, a proposta de decreto de instituição da Política de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal (PGDeArq), que se encontra para sanção presidencial, organiza de forma sistêmica a gestão de documentos e os arquivos da administração pública federal. Os aspectos principais da proposta dizem respeito à criação do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos (PROGED) que definirá as metas e as estratégias prioritárias de implementação da Política de Gestão de Documentos e Arquivos, bem como o modelo de monitoramento e avaliação de resultados. Por meio de metas quadrienais, o PROGED focará nas ações relativas à governança, economicidade, eficiência, efetividade e transparência públicas, visando promover:

i) o tratamento do acervo documental acumulado da administração pública federal;

ii) a implementação de soluções para a racionalização da produção de documentos; e

iii) a formação e capacitação dos agentes públicos na área de gestão de documentos e arquivos.

Além disso, a proposta de decreto da PGDeArq prevê a autorização pelo Arquivo Nacional, em caráter excepcional, para a custódia compartilhada de documentos permanentes, independente do suporte físico ou digital, aos órgãos e entidades do poder executivo federal.

Com o objetivo de ampliar o grau de desenvolvimento em gestão de documentos dos órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Siga), o Arquivo Nacional tem investido fortemente na capacitação técnica de agentes públicos na área de gestão de documentos e arquivos. Nesse sentido, foram desenvolvidos em parceria com a Escola de Governança em Gestão Pública da Universidade Federal Fluminense (EGGP/UFF) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 6 cursos na modalidade à distância e que estão disponíveis no portal da Escola Virtual de Governo (EV.G) da Enap, que já tiveram mais de 4500 vagas preenchidas apenas em 2022. Além disso, o Arquivo Nacional promoveu dois (02) cursos presenciais para os órgãos e entidades integrantes do Siga, e oito (08) cursos remotos sobre os seguintes assuntos: Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) e Archivematica; Identificação de Documentos Digitais; Permanência Digital; Noções Básicas de Arquivo e conceitos básicos de gestão de documentos e avaliação de massa documental acumulada. Nesses eventos foram alcançados duzentos e vinte e sete (227) servidores federais. Em novembro de 2022, como órgão central do Siga, o Arquivo Nacional promoveu o Encontro Técnico do Siga, principal evento do sistema cujo objetivo é integrar os órgãos setoriais, seccionais e correlatos, informar sobre resultados do diagnóstico arquivístico, discutir e apresentar estudos e normativos atualizados e boas práticas no que tange a gestão de documentos e arquivos. Todos os órgãos integrantes do sistema foram convidados a participar do evento.

No que concerne ao apoio técnico e administrativo dado pelo Arquivo Nacional ao Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, a instituição registrou 74 novas entidades e atualizou o cadastro nacional de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos – Codearq, alcançando 633 entidades; prestou orientação técnica para 45 órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR com intermédio de conselheiros representantes de seus respectivos segmentos; realizou o monitoramento da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados para municiar os conselheiros quanto à definição desta política elaborando 2 relatórios técnicos; colaborou na elaboração da campanha de sensibilização da sociedade quanto aos arquivos públicos brasileiros que culminou com a produção de um vídeo institucional

amplamente divulgado; acompanhou 17 oficinas da Escola Nacional de Administração Pública - Enap para análise baseada em evidências da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e para capacitação dos conselheiros em avaliação de políticas públicas; apoiou o processo de identificação de 3 arquivos privados para fins de declaração de interesse público e social; levantou o número de servidores dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR inscritos em cursos de capacitação ofertados pelo SIGA na plataforma EV.G da Enap, que totalizaram 4.512 servidores. O SINAR tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo e tem como órgão central o CONARQ.

Os integrantes do SINAR são:

I - o Arquivo Nacional;

II - os arquivos do Poder Executivo Federal;

III - os arquivos do Poder Legislativo Federal;

IV - os arquivos do Poder Judiciário Federal;

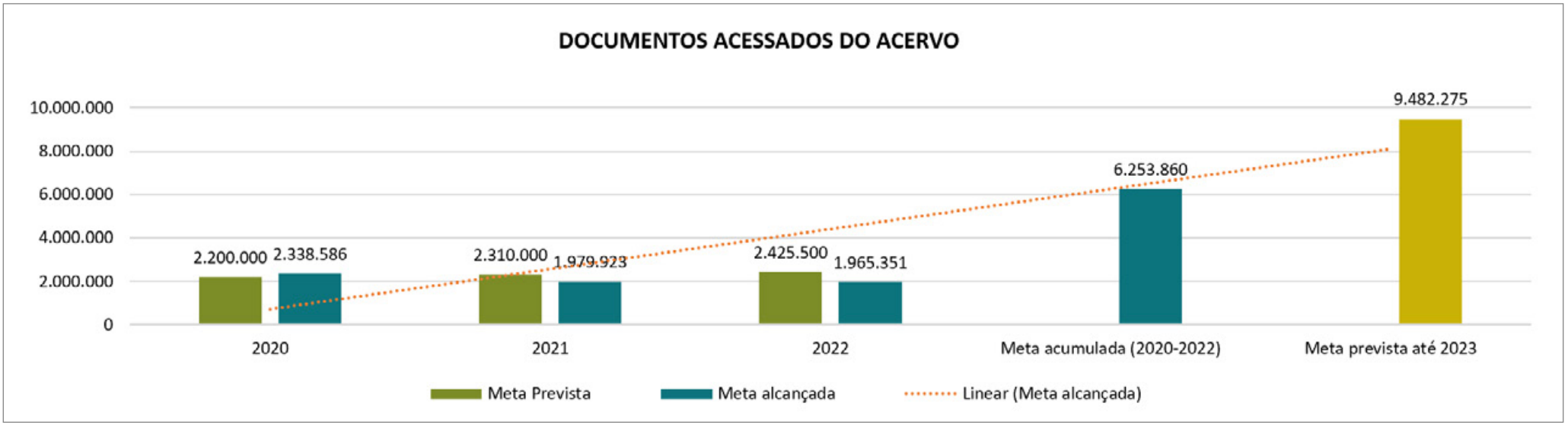
V - os arquivos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

VI - os arquivos do Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e

VII - os arquivos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo.

Documentos acessados do acervo

Com a finalidade de atender às demandas dos cidadãos, dos órgãos e entidades dos poderes públicos, das instituições privadas e da comunidade acadêmica por documentos e informações relacionados ao Acervo, o AN realiza atividades de atendimento a usuários, presencial e a distância. O indicador documentos acessados é formado pelo número de documentos originais consultados presencialmente e de *downloads* das imagens dos documentos digitalizados e acessíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Quanto ao acesso público ao acervo, são aferidas as quantidades de documentos acessados, acessos às bases de dados e percentual de usuários atendidos. Para 2022, estava previsto como meta para esse indicador, 2.425.500 documentos acessados. Contudo, foram consultados 1.965.351 documentos arquivísticos.

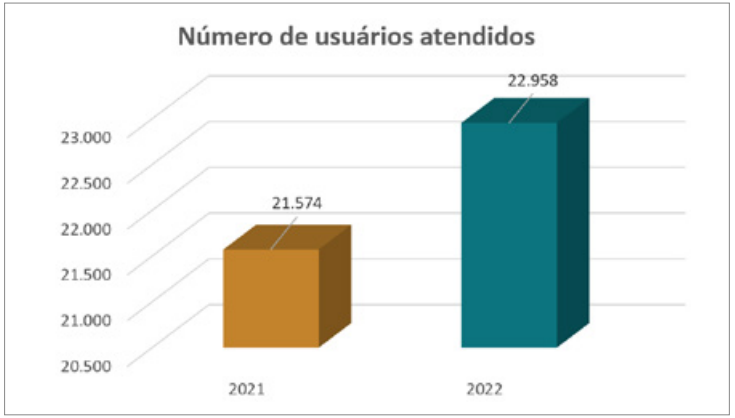


Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

Percentual de usuários atendidos

O somatório da quantidade de usuários que solicitaram atendimento presencial e a distância em relação à diferença do somatório da quantidade de usuários que não foram atendidos indica o *"Percentual de usuários atendidos"*. Esta diferença é dividida pelo somatório da quantidade de usuários que solicitaram atendimento presencial e a distância multiplicado ao final por 100.

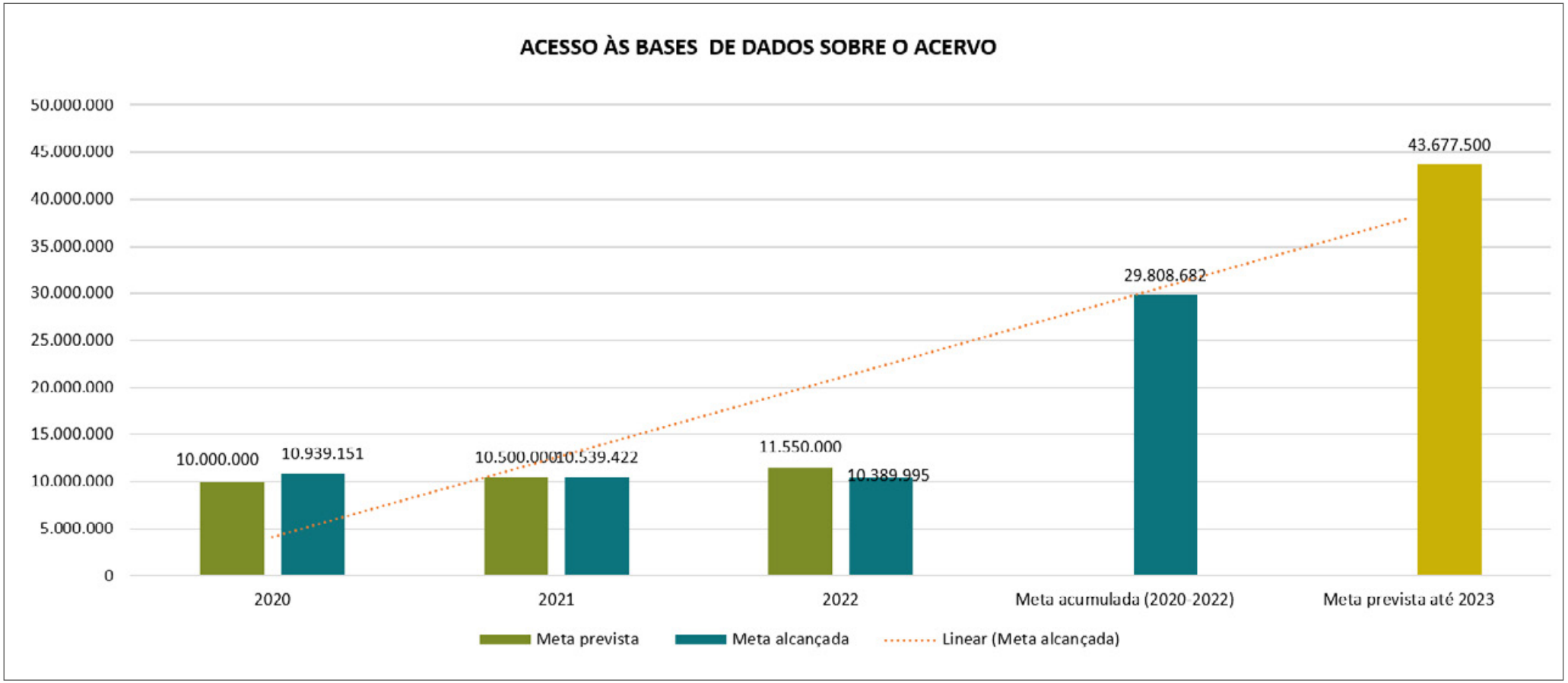
De forma a cumprir a sua missão de promover o acesso ao acervo e garantir ao cidadão o seu direito à informação, o AN teve 100% de seus usuários atendidos, isto é, todos os usuários do Arquivo Nacional obtiveram informações sobre os documentos do acervo ou receberam orientações de como obter as informações demandadas. Não obstante, é importante ressaltar que, embora alinhado ao objetivo do PPA *"Fortalecer a Promoção de direitos e Aplicação da Justiça"*, esse indicador apresenta grandes desafios para aferição da efetividade dos serviços prestados aos usuários do AN. Embora todos os usuários que demandaram informação sobre o acervo do AN tenham recebido retorno sobre a sua solicitação, é importante avançar na mensuração da efetividade do atendimento, ou seja, se a informação encaminhada atendeu a necessidade apresentada pelo usuário. Para isso, o AN tem aprimorado suas ações de atendimento ao usuário, como por exemplo, a revisão de sua Carta de Serviços que está em curso e aprimoramento das metodologias de trabalho do seu núcleo de estudos do usuário do AN.



Fonte: Arquivo Nacional/MJSP

Acesso às bases de dados

O indicador *"Acesso às bases de dados"* aponta o somatório das consultas realizadas às bases de dados para recuperação de informações. Estão disponíveis no site do Arquivo Nacional as bases de dados para acesso às informações dos acervos custodiados e dos documentos bibliográficos, sendo o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) não só a principal base de dados sobre o acervo, mas o principal meio de acesso às informações relacionadas ao acervo custodiado.
A quantidade de acessos às bases de dados sobre o acervo do AN foi de 10.389.995. Para 2022, a meta estipulada para esse indicador era de 11.550.000 de acessos às bases de dados do Arquivo Nacional.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

INDICADOR ESTRATÉGICO — **DOCUMENTOS ACESSADOS DO ACERVO**

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Mapear e integrar os processos de atendimento via Módulo de Atendimento
- Utilizar projeto de aperfeiçoamento de aferição do indicador, a partir da ampliação pela COTIN da contagem de acessos realizados pelo servidor de arquivos e fora do SIAN

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Integrar o módulo de Atendimento ao novo SIAN

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Dificuldades tecnológicas resultantes dos processos de desenvolvimento do novo SIAN versus a necessidade de aprimoramento do Módulo de Atendimento

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Melhora na comunicação interna
- Aquisição de mais equipamentos para a digitalização dos documentos do acervo
- Atualização dos instrumentos de pesquisa e das bases de dados

RISCOS

- Eventual não atendimento às demandas do usuário.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Desevolvimento do Novo Sian, aprimorando o acesso ao acervo institucional.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE USUÁRIOS ATENDIDOS PARA ACESSO AO ACERVO

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Revisão do indicador de percentual de satisfação a fim de aprimorar a mensuração da efetividade do atendimento
- Utilização do Módulo de Atendimento a Distância, que facilitou o trâmite de informações entre Sede e Regional

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Revisão da Carta de Serviços

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Pouca integração entre sistemas de atendimento e de cadastramento de usuários na Recepção do Arquivo Nacional
- Restrições oriundas da pandemia
- Redução da equipe

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Integração e aperfeiçoamento de sistemas de controle de atendimento

RISCOS

- Eventual não atendimento às demandas dos usuários.
- Instabilidade do sistema lógico (rede).

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Ampliação do acesso público aos documentos do acervo.
- Aumentar a equipe para atender satisfatoriamente todas as demandas recebidas.

INDICADOR ESTRATÉGICO

ACESSO ÀS BASES DE DADOS SOBRE O ACERVO

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Produção de relatórios específicos, via Google Analytics, para fundamentar ações de planejamento e ampliação do acesso.

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Fortalecimento da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas – Memórias Reveladas
- Ampliação do acesso via Google Analytics

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Dificuldades do público-alvo com as inovações do portal gov.br no acesso às bases de dados via portal institucional.

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Investimentos em tecnologia e segurança da informação, para a aquisição de equipamentos e sistemas necessários a expansão segura da capacidade tecnológica da instituição.
- Difusão de informações sobre o acervo para ampliação do acesso

RISCOS

• Perda de mão-de-obra especializada, ocasionada por aposentadorias do corpo funcional, bem como a falta de realização de concursos públicos; e eventuais cancelamentos/reduções de contratos de serviço e materiais.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

• Ampliação do acesso público aos documentos do acervo.

INDICADOR ESTRATÉGICO – AN

PERCENTUAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS -SIGA, COM PLANOS DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS-CCD E TABELA DE TEMPORALIDADE E DESTINAÇÃO -TTD DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS DAS ATIVIDADES - FIM APROVADOS

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
37,5%	38,61%	45%	42,80%	55%	47,56%	65%

A finalidade desse indicador é subsidiar a revisão e a proposição de ações e diretrizes do AN como órgão central do SIGA, tais como capacitação e orientação técnica quanto ao processo de avaliação e seleção, pelos órgãos e entidades da APF, de documentos passíveis de eliminação e dos documentos de guarda permanente. A meta definida para o ano de 2022 é atingir 55% do universo de atendimento do Siga com instrumentos técnicos de gestão de documentos relativos às atividades finalísticas aprovados pelo Arquivo Nacional. Foi alcançado o percentual de 47,56%. A meta de 2020 foi de 37,5%, tendo sido ultrapassada positivamente, atingindo 38,61%. A meta de 2021 foi de 45% atingindo 42,80%.

Instrumentos de gestão de documentos aprovados em 2022:

• Atualização do Código de Classificação e aprovação da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim do Arquivo Nacional - Portaria AN nº 86 de 7 de outubro de 2022 - DOU nº 199, seção 1, página 210 de 19/10/2022.

• Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - Portaria AN nº 89 de 10 de outubro de 2022 - DOU nº 198, seção 1, página 53 e 54 de 18/10/2022.

• Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) - Portaria AN nº 88 de 10 de outubro de 2022 - DOU nº 198, seção 1, página 53 de 18/10/2022.

• Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) - Portaria AN nº 87 de 10 de outubro de 2022 - DOU nº 198, seção 1, página 53 de 18/10/2022.

• Atualização do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos Relativos às Atividades-Fim do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) – Portaria AN nº 74 de 29 de agosto de 2022 – DOU nº 171, seção 1, página 47, de 08/09/2022.

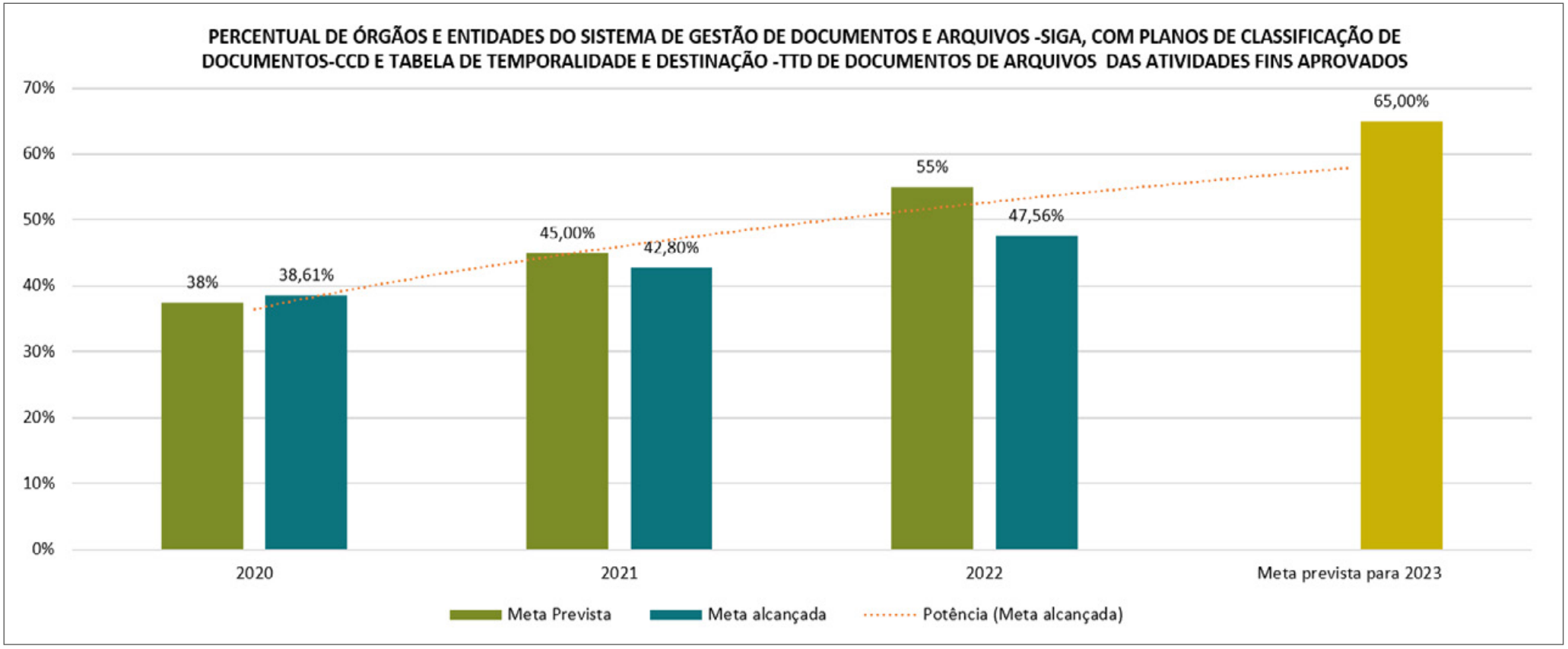
• Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) - Portaria AN nº 65 de 20 de junho de 2022 - DOU nº 116, seção 1, página 66 de 22/06/2022.

• Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim da Empresa Gestora de Ativos - Portaria AN nº 64 de 02 de junho de 2022 - DOU nº 106, seção 1, página 152 de 06/06/2022.

• Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim da Fundação Nacional de Saúde - Portaria AN nº 63 de 02 de junho de 2022 - DOU nº 106, seção 1, página 152 de 06/06/2022.

• Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim do Ministério do Meio Ambiente - Portaria AN nº 60 de 18 de abril de 2022 - DOU nº 76, seção 1, página 77 de 25/04/2022.

• Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim da Portobras - Portaria AN nº 42 de 12 de janeiro de 2022 - DOU nº 13, seção 13, página 85 de 19/01/2022.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

INDICADOR ESTRATÉGICO – AN

PERCENTUAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS -SIGA, COM PLANOS DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS-CCD E TABELA DE TEMPORALIDADE E DESTINAÇÃO -TTD DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS DAS ATIVIDADES-FIM APROVADOS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Modernizar o Sistema de Orientações Técnicas - SOT visa o atendimento às demandas de orientação técnica provenientes dos órgãos e entidades da APF
- Promoverinovação na metodologia de aprovação dos instrumentos de gestão
- Estabelecer cronogramas de trabalho, com definição de metas e prazos, entre o Arquivo Nacional e os órgãos setoriais e seccionais do Siga para elaboração dos instrumentos
- Disponibilizar capacitação a distância na plataforma ENAP: Curso de Elaboração de instrumentos de gestão de documentos arquivísticos relativos às atividades-fim

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Monitorar aplicação na APF dos instrumentos de gestão de documentos
- Revisar arcabouço normativo do Siga
- Criar de um banco de conhecimento, que simplificará a prestação de orientação técnica em gestão de documentos oferecida e os esclarecimentos aos integrantes do Siga
- Consolidar documento de orientação técnica com a metodologia utilizada pelo AN na elaboração de instrumentos de gestão de documentos

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Insuficiência de recursos humanos tecnicamente qualificados para o atendimento das demandas crescentes em gestão de documentos por parte dos órgãos e entidades integrantes do Siga

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Implantar Programa de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal
- Expandir com eficiência e eficácia o atendimento das demandas em gestão de documentos, dos órgãos e entidades integrantes do Siga
- Aprimorara capacitação dos servidores responsáveis pela elaboração dos instrumentos nos órgãos setoriais e seccionais do Siga

RISCOS

• Não atendimento de parcela da demanda dos órgãos ou entidades integrantes do Siga, significando a diminuição da elaboração dos instrumentos técnicos de gestão de documentos, o que impacta negativamente na gestão arquivística de documentos públicos.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

• Publicação da Implementação progressiva do programa de gestão de documentos e arquivos nos órgãos e entidades integrantes do Siga.
• Aprovação do Decreto da Política de Arquivos.

INDICADOR ESTRATÉGICO — **QUANTIDADE DE VAGAS PREENCHIDAS EM CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS AO PÚBLICO EXTERNO**

ARQUIVO NACIONAL

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
1.650	384	1.650	4.316	1.650	17.821	6.600

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
20.000	38.487	38.500	55.437	35.500	36.633	129.500

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
3.500	8.326	6.500	4.950	2.500	3.882	15.000

SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
100.000	161.703	150.000	168.859	100.000	214.297	550.000

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
5.000	8.236	5.000	8.864	5.000	7.063	20.000

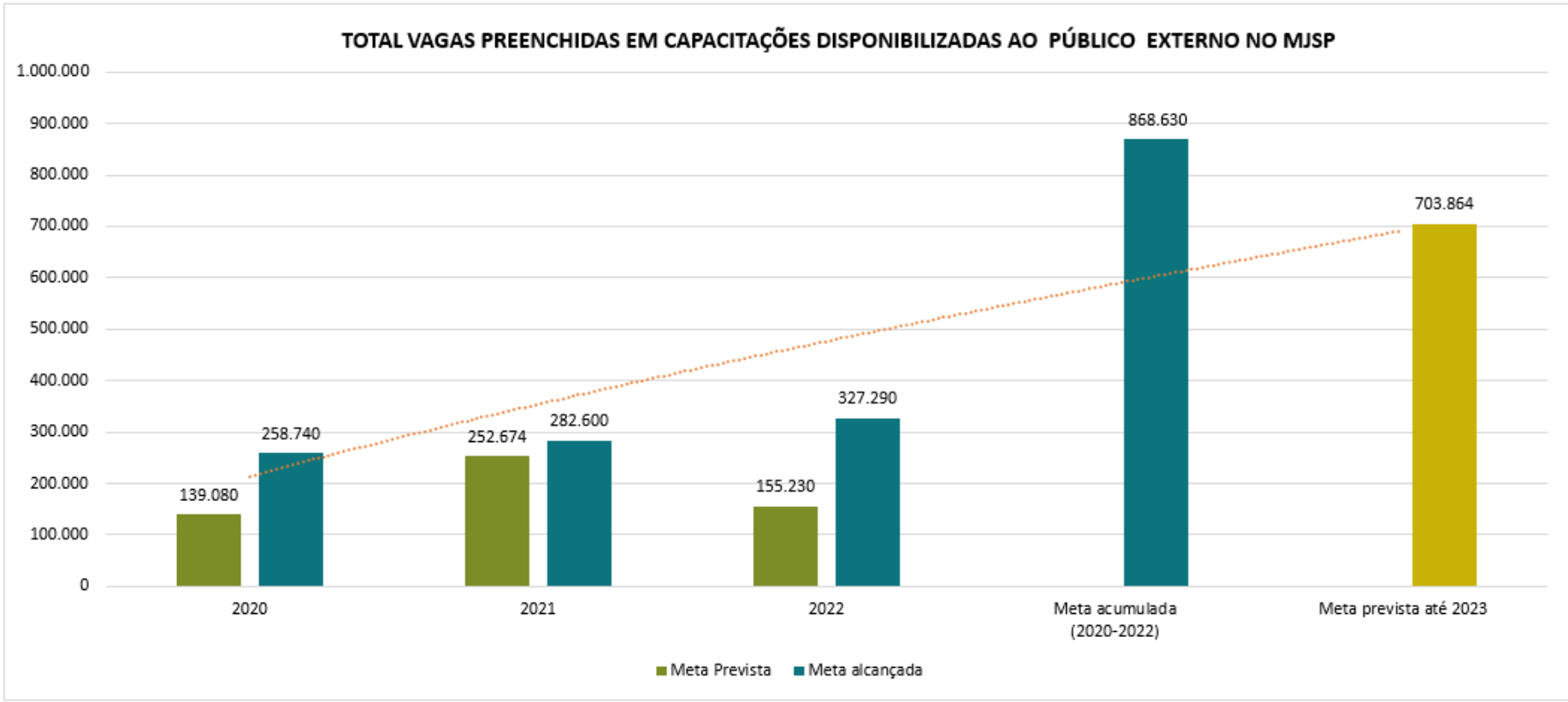
POLÍCIA FEDERAL

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
10.580	41.604	51.024	40.174	10.580	47.594*	82.764

*** Resultado referente ao ano de 2022, retificado em 27 de abril de 2023.**

O MJSP tem em seu rol de atribuições assuntos diversos e transversais. Nesta perspectiva, e com vista ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão do conhecimento a organização desenvolve atualmente ações de formação nas suas diferentes temáticas, com o objetivo de dotar a sociedade de conhecimentos específicos relacionados com as disciplinas da sua área de atividade. A oferta de vagas de capacitação voltadas ao público externo corresponde às diversas unidades as quais o indicador se refere, a saber: Arquivo Nacional - AN, Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, Departamento Penitenciário Nacional - Depen, Polícia Federal - PF e Secretaria de Gestão e Educação em Segurança Pública - Segen. Em 2022, por meio dessas unidades, o Ministério disponibilizou ao público externo mais de 327 mil vagas de treinamento.

Atualmente o Ministério superou a meta estabelecida até o ano de 2023 conforme gráfico a seguir:



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

Dentre os resultados dessas capacitações destacam-se:

CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELO ARQUIVO NACIONAL

A quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo vem crescendo consideravelmente desde 2021, quando o Arquivo Nacional começou a disponibilizar cursos na modalidade EaD na plataforma da Escola Virtual.Gov (EV.G), em parceria com a Escola de Governança em Gestão Pública da Universidade Federal Fluminense (EGGP/UFF). Atualmente estão disponíveis 6 cursos:

- Introdução às Práticas Arquivísticas;

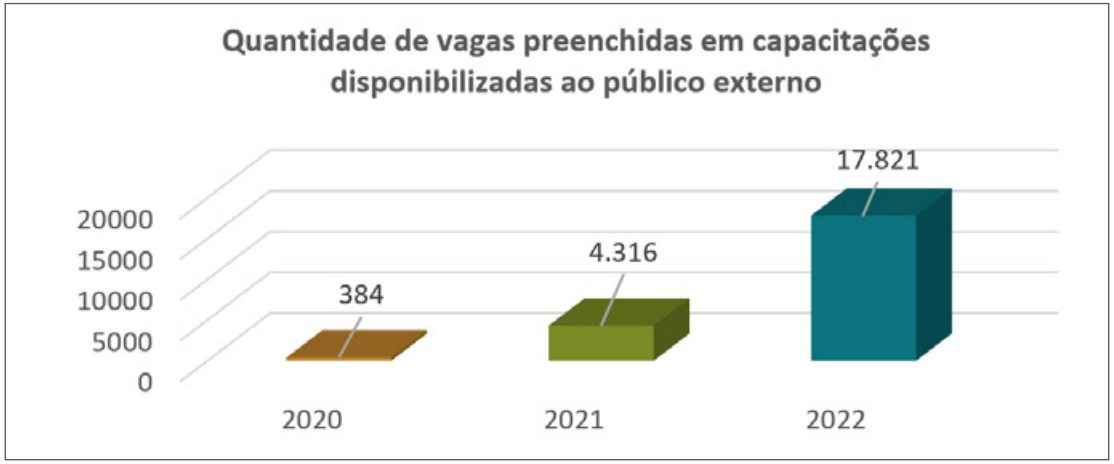
- Procedimentos de Protocolo;

- Arquivos Permanentes - recolhimento, processamento técnico, preservação e acesso;

- Noções Básicas de Gerenciamento em Serviços Arquivísticos;

- Elaboração de instrumentos de gestão de documentos arquivísticos relativos às atividades-fim; e

- Gestão e preservação de documentos digitais.



Fonte: Arquivo Nacional / MJSP

Para 2022, a meta a ser alcançada era de 1.650 vagas - foram preenchidas 17.821 vagas.

Desde 2020, foram 22.521 vagas preenchidas em capacitação ao público externo, superando a meta estipulada no Planejamento Estratégico do MJSP.

CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

Na esfera da Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon, as capacitações são realizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor - ENDC, instituída em 2007, para auxiliar a Secretaria no cumprimento da Política Nacional das Relações de Consumo, no tema educacional, conforme estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor - CDC. Além da referida lei ter estabelecido a educação e a informação de fornecedores e consumidores, o Decreto n.º 2.181, de 20 de março de 1997, no seu art. 3º, III, reforçou a importância da educação, competindo à Senacon a orientação permanente dos consumidores acerca dos seus direitos e garantias:

> *Art. 3o Compete à Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, a coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:*
>
> ***(...) III - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias; (grifo nosso)***
>
> *(...)*

Em cumprimento ao Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF, colegiado que possui a participação da Senacon, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor tem desenvolvido ações de educação financeira como publicações e 3 cursos à distância do Programa de Educação Financeira para Consumidores, que visa ao empoderamento destes e ao combate ao superendividamento.

A fim de desenvolver suas ações, a ENDC estabelece parcerias com órgãos e entidades, como os Termos de Execução Descentralizada (TED) e Acordos de Cooperação Técnica (ACT), que são definidos e aprovados pelo gestor máximo da Secretaria Nacional do Consumidor. Dentre os principais documentos norteadores das atividades da ENDC que contemplam a oferta de vagas, estão:

• Termo de Execução Descentralizada (TED) nº01/2019 firmado pela Senacon com a Universidade de Brasília (UnB) no final de 2019.

• Acordos de Cooperação Técnica firmados pela Senacon que têm como obrigação (conforme o ACT e respectivo Plano de Trabalho) ações educacionais como a oferta de cursos à distância na plataforma *"ead.defesadoconsumidor.gov.br"*, em relação a temas de proteção e defesa do consumidor, para diferentes públicos como Agências Reguladoras, Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos etc.

• Os Acordos de Cooperação Técnica firmados pela Senacon têm como obrigação (conforme o ACT e respectivo Plano de Trabalho) ações educacionais como a oferta de cursos à distância na plataforma *"ead.defesadoconsumidor.gov.br"*, em relação a temas de proteção e defesa do consumidor, para diferentes públicos, como Agências Reguladoras, Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos, e Órgãos do Governo Federal. Neste sentido, os órgãos contribuem para o indicador de matrículas.

• Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Turismo: propiciou a publicação intitulada Consumidor Turista Transporte aéreo - Antes da viagem.

• Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa: propiciou a divulgação dos cursos da ENDC para o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

• Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Energia Elétrica: propiciou a divulgação de vídeos sobre educação para o consumido da agência no site da Senacon.

• Acordo de Cooperação Técnica da Senacon e Senajus com a Escola Superior do Ministério Pública da União (ESMPU): realização de cursos da ENDC por servidores do MPU.

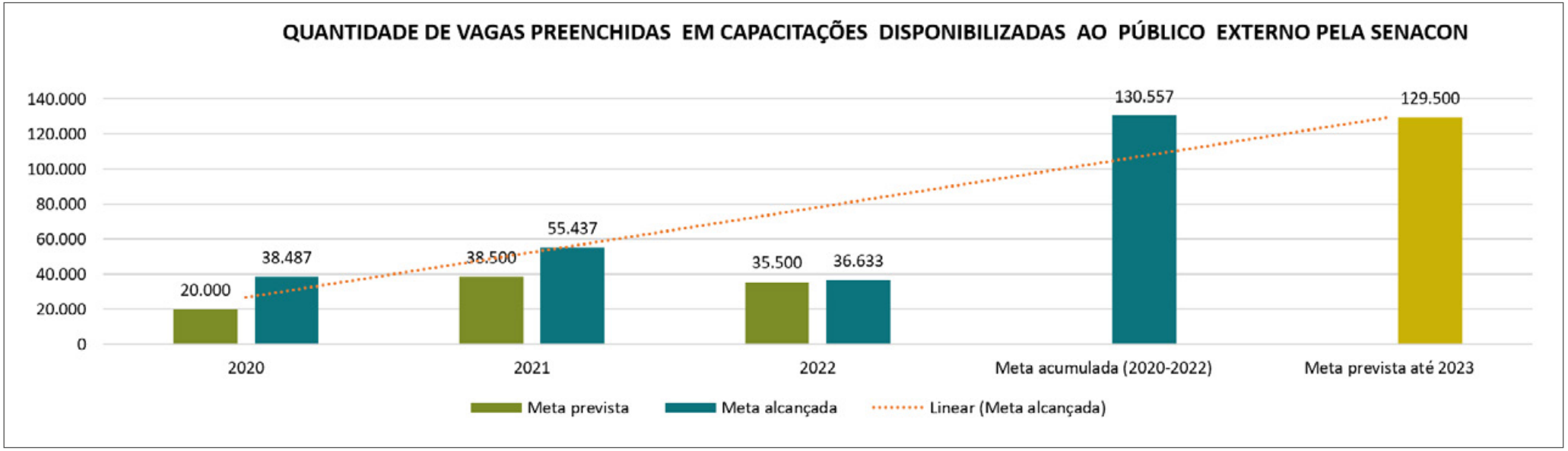
• Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Previdência - SPREV/ME: para desenvolvimento de um curso a distância sobre previdência privada para consumidores.

• Acordo de Cooperação Técnica com a Comissão de Valores Imobiliários - CVM: está sendo desenvolvido um curso a distância sobre mercado de capitais para consumidores.

Ressalta-se que o ENDC existe há mais de 12 anos e é respeitado pela população brasileira, tribunais de justiça, órgãos reguladores, empresas e integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Procons Estaduais, Municipais e do Distrito Federal), Ministério Público, Defensores e entidades civis de defesa do consumidor). Suas ações são dirigidas a servidores e funcionários de organizações do Sistema Nacional de Defesa do consumidor, de empresas e consumidores em geral, que realizam os cursos à distância ofertados pela ENDC.

Através de recursos educativos, publicações e criação de cursos presenciais e online, a imagem e a marca do ENDC foram sendo desenvolvidas e consolidadas ao longo deste tempo. Ademais, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor tem crescido fortemente por meio do ensino a distância, evidenciado pelo contínuo cumprimento de objetivos alinhados ao planejamento estratégico do MJSP.

Primeiramente, a Senacon estabeleceu, para o indicador *"Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo"*, a meta de 80.000 vagas disponibilizadas em 4 anos. A meta de 20.000 para 2020 foi amplamente superada, pois houve 38.438 matrículas naquele ano. Em 2021 a meta foi de 38.500 e a Escola Nacional de Defesa do Consumidor apresentou o segundo melhor resultado no ano, com 55.500 matrículas, mesmo em contexto pandêmico e com 3 (três) servidores. Em 2022, a meta foi de 35.500 e mesmo com as dificuldades de divulgação, devido às restrições do período eleitoral, a suspensão de 03 cursos importante de Educação Financeira e a escassez de servidores, chegamos a 36.633 matrículas. Em relação aos dados acumulados (2020/2021/2022), foram 130.557 matrículas nos cursos à distância da ENDC, em 2022.



Fonte:

Os cursos desenvolvidos em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e disponibilizados para o diversificado público da ENDC são os seguintes (https://ead.defesadoconsumidor.gov.br/) com destaque para 04 (quatro) cursos novos elaborados em 2022:

1. Curso é da Sua Conta – etapa básica (parceria com o Bacen)
2. Curso é da Sua Conta – etapa complementar (parceria com o Bacen)
3. Curso Vigilância Sanitária e Defesa do Consumidor (parceria com a Anvisa)
4. Curso Planos de Saúde e Relações de Consumo (parceria com a ANS)
5. **Curso Previdência Privada para Consumidores** (parceria com a SPREV/ME – lançado em 15/03/2022)
6. **Curso sobre Mercado de Capitais** (em parceria com a CVM – lançado em 12/09/2022)
7. **Curso sobre Proteção de Dados dos consumidores** – (lançado em 12/09/2022)
8. Curso ProConsumidor – síncrono
9. Curso ProConsumidor – assíncrono
10. **Curso ProConsumidor para Empresas** – lançado 03/2022
11. Curso – Crimes contra as relações e consumo
12. Curso – Elaboração de Projetos
13. Curso Consumidor.gov para Empresas
14. Curso Consumidor.gov para Órgãos de Monitoramento
15. Curso Consumidor.gov para Órgãos Gestores
16. Curso Planejar para Realizar Sonhos
17. Curso Dominando Emoções e Criando Novos Hábitos
18. Curso Inteligência Financeira: Saia do Sufoco
19. Curso Consumo Seguro e Saúde
20. Curso Princípios e Direitos Básicos do CDC
21. Curso Oferta e Publicidade
22. Mecanismos de proteção contratual
23. Banco de Dados e Cadastro de Consumidores
24. Curso Introdução à Defesa do Consumidor



CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

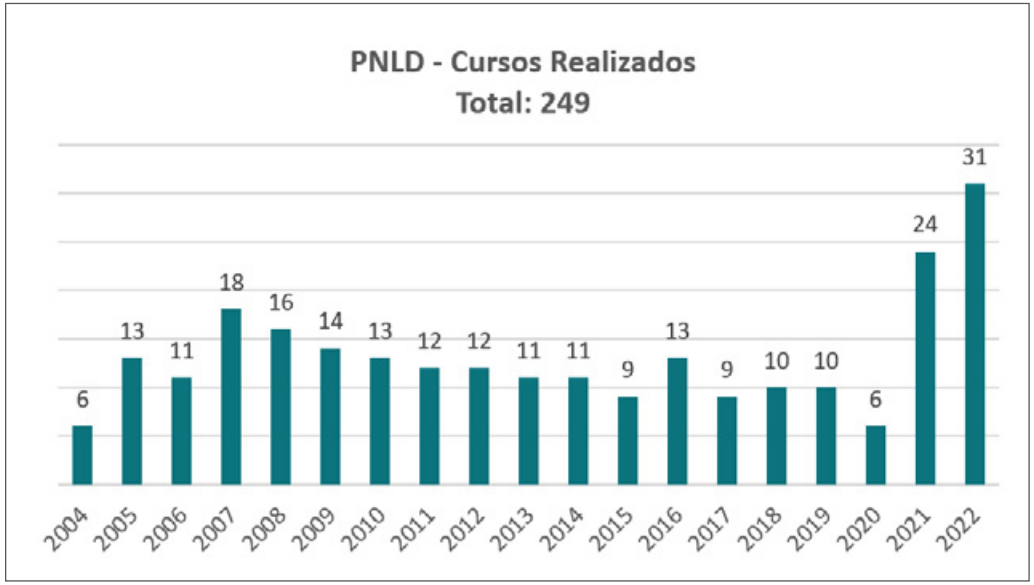
Uma das competências institucionais do DRCI/Senajus é promover a difusão de informações no País sobre cooperação jurídica internacional e prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado transnacional.

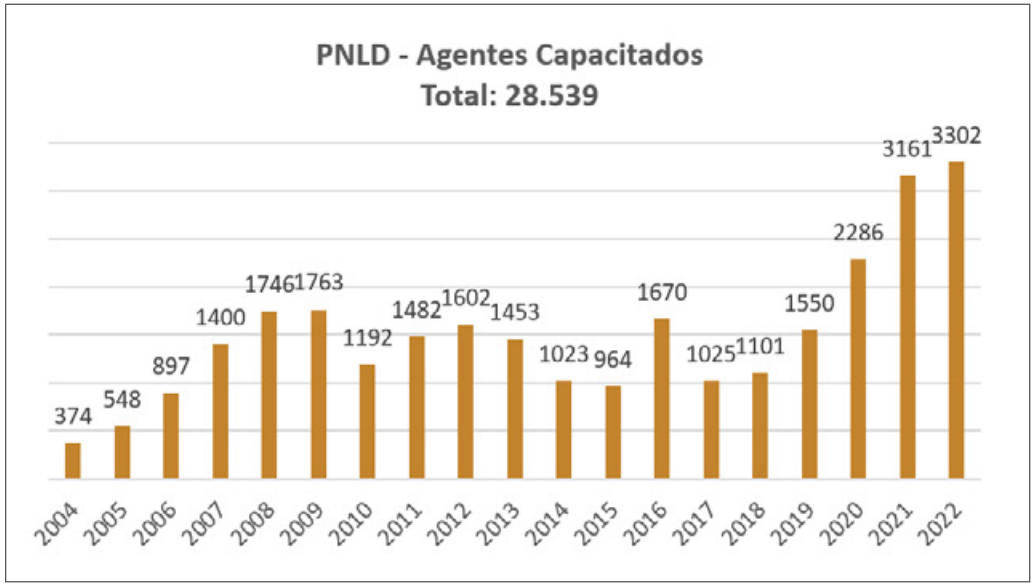
No que diz respeito ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, foi instituído o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), em 2004, com o objetivo de criar um plano integrado de capacitação e treinamento de agentes públicos e de orientação à sociedade, otimizando a utilização de recursos públicos e disseminando uma cultura de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil. Em adição à difusão de conhecimento, os cursos promovem a integração e a troca de experiências entre os órgãos participantes, criando laços de confiança e propiciando a organização do Estado no combate ao crime organizado.

O programa é realizado nos estados da Federação e no Distrito Federal e tem público-alvo os servidores dos órgãos parceiros, além dos congêneres estaduais, como Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, auditores da Fazenda Estadual, Defensoria Pública, Policiais, dentre outros.

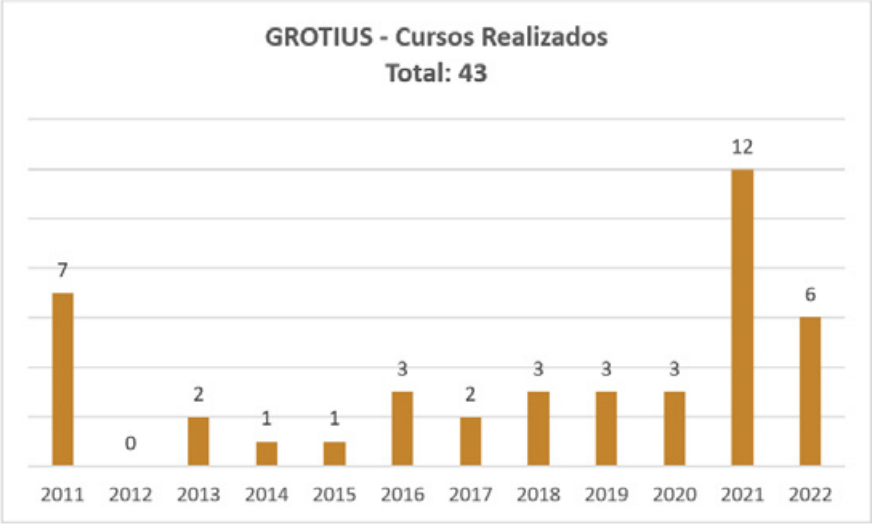
No ano de 2022 foram realizados 31 PNLDs o que permitiu a capacitação de 3.302 agentes públicos na temática de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

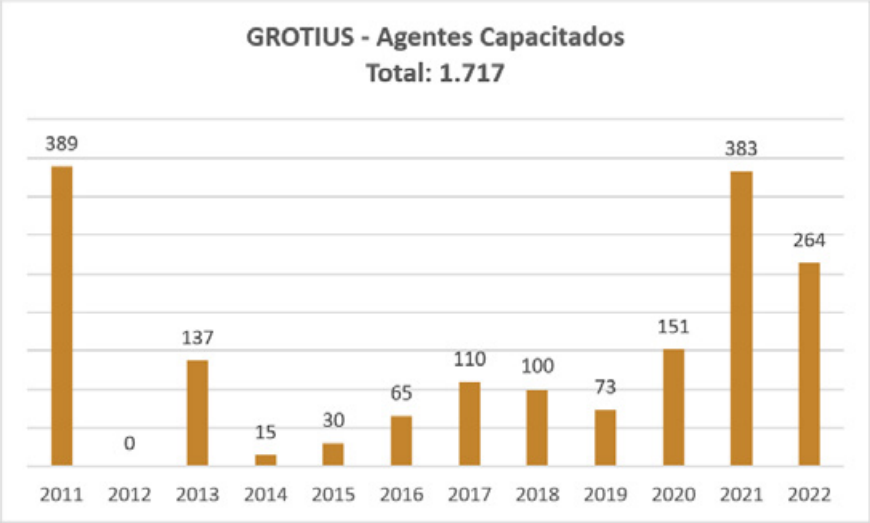
A prioridade para realização dos cursos virtuais foi àqueles Estados da Federação que já haviam solicitado a capacitação em anos anteriores, como forma de uniformizar nacionalmente a capacitação e treinamento ao enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro.



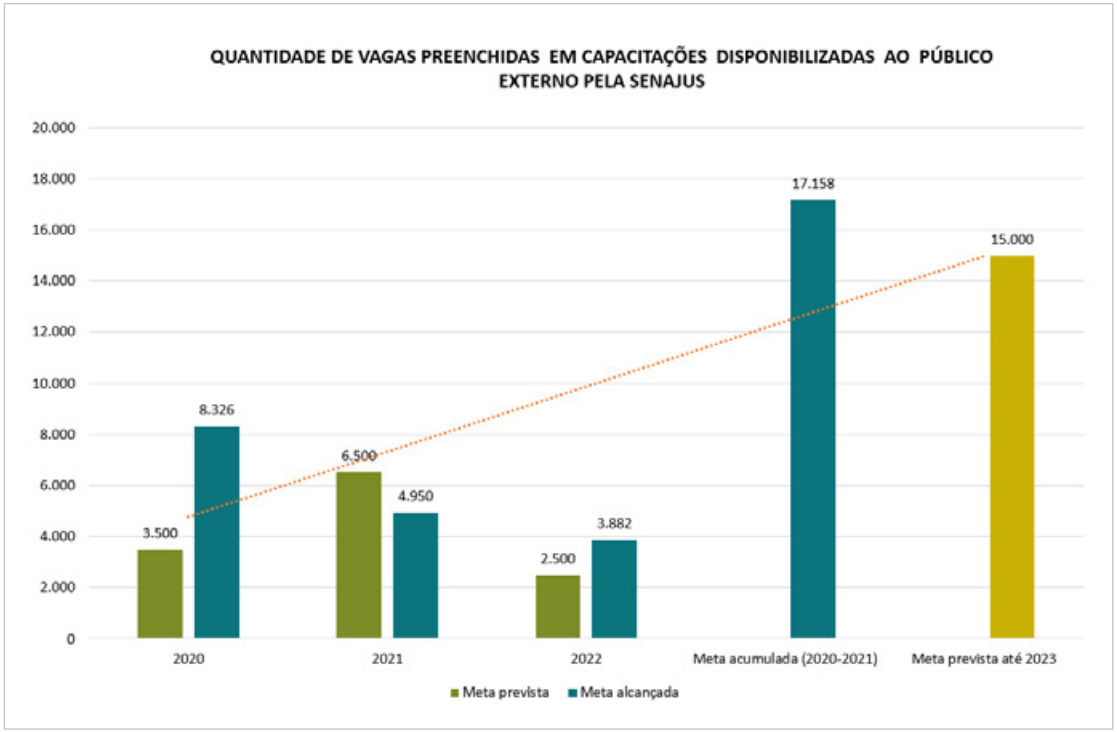


No que concerne à Cooperação jurídica internacional, foi desenvolvido o Programa Nacional de Difusão da Cooperação Jurídica Internacional (Grotius Brasil), pelo MJSP, em 2010, para incentivar e promover a capacitação de agentes na temática.





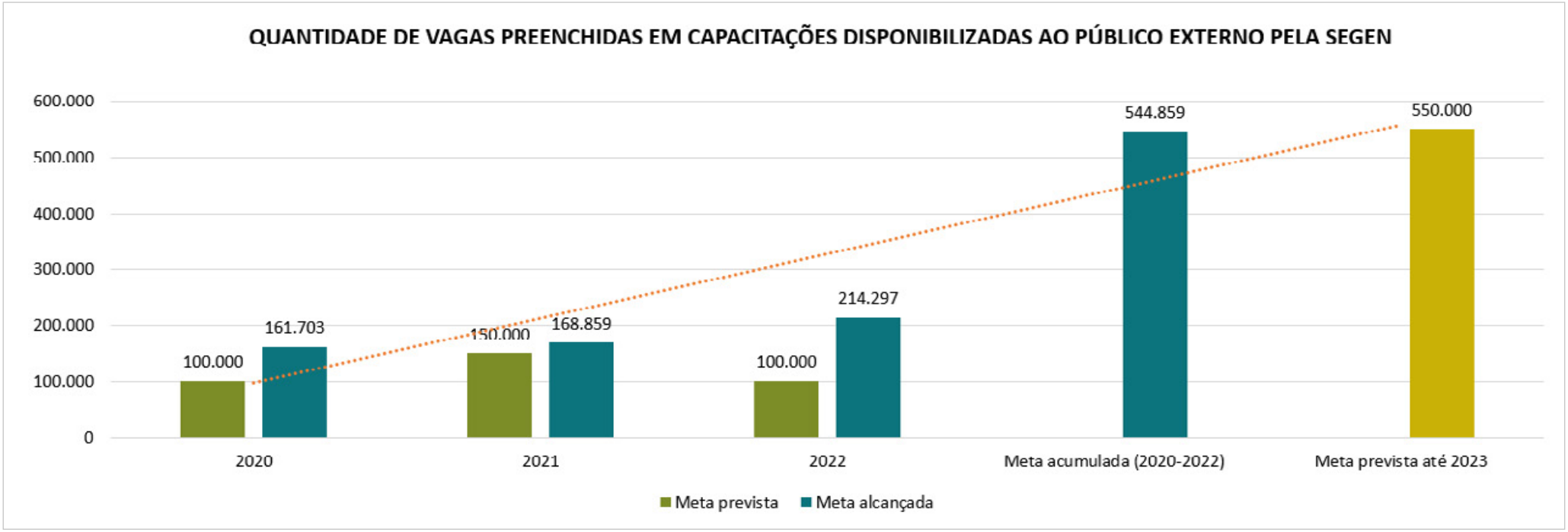
Em 2022, o DRCI/Senajus firmou parceria com o Conselho da Justiça Federal (CJF), para capacitação de seus servidores, no período de 03 de maio a 07 de junho, na modalidade virtual. Ao longo do Ciclo foram discutidos diversos temas, tais como: cooperação jurídica internacional em matéria penal e cível, inclusive em assuntos de extradição, transferência de pessoas condenadas, transferência da execução da pena, transferência de processo criminal, recuperação de ativos, acesso internacional à justiça, prestação internacional de alimentos, adoção e subtração internacional de crianças e adolescentes. Foram capacitados 264 agentes públicos e magistrados de todo o país.



Fonte: Senajus / MJSP

CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

A capacitação em Segurança Pública é uma das ações estratégicas do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (ação estratégica número 10) que trata do aperfeiçoamento das atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos promovendo o ensino e a pesquisa no campo da segurança pública, da defesa social e de temas correlatos e desenvolvendo ensino, pesquisa e outros eventos de aprendizagem destinados à qualificação em governança e gestão dos órgãos de segurança pública e defesa social.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

O indicador ora em análise integra política de capacitação e gestão do conhecimento desenvolvida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen). Tem como público-alvo os profissionais que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e objetiva estabelecer diretrizes e programas de educação e pesquisa em segurança pública que irão pautar a atuação do MJSP, bem como apoiar os integrantes do Susp no desenvolvimento e aprimoramento das competências necessárias para o desempenho de suas atividades. Na mesma esteira, a política proporcionará conhecimento na área de segurança pública por meio do desenvolvimento e incentivo às pesquisas nesta temática. O Ensino e a Pesquisa em Segurança Pública são transversais e perpassam grande parte das políticas públicas em desenvolvimento pelo Ministério. Por estas razões, a POLÍTICA DE ENSINO E SEGURANÇA

PÚBLICA, e consoante o destaque que a Lei Nº 13.675 de 2018, em especial, o estabelecido no § 2º do art. 38: *"§ 2º Os órgãos integrantes do Susp terão acesso às ações de educação do Sievap, conforme política definida pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública."*.

A meta consolidada **originalmente** estabelecida para o quadriênio (2020/2023) era de 450 mil usuários matriculados em capacitações disponibilizadas pela Segen para o público externo. Todavia, considerando que a meta havia sido alcançada em meados de 2022, o indicador foi **repactuado** e atualizado para 550.000 vagas preenchidas até o final de 2023.

Em 2022 foram lançados 20 (vinte) cursos novos ou reformulados. O período de 2019 a 2022 ficou marcado por uma gestão de cursos autônoma e profissionalização das ações de capacitação desenvolvidas, sobretudo no que tange à gestão da Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública (Rede EaD Segen). Desde o lançamento da Rede, há 17 anos, foi a primeira vez que todas as atividades de gestão, suporte a discentes, docentes e produção de cursos foram exclusivamente desenvolvidas pela Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), sem o apoio de empresas contratadas (prestação de serviços de terceiros). Fato que gerou economia e protagonismo no desenvolvimento de políticas e ações de aperfeiçoamento ofertadas.

Parcerias foram instituídas e ampliadas, que permitiram a realização desde Oficinas de transversalização das Normas Internacionais de Direitos Humanos com a colaboração do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) até o lançamento de cursos de enfrentamento à violência contra instituições financeiras e bancárias, o combate ao Terrorismo e Lavagem de Dinheiro, por meio da cooperação com a Universidade Corporativa do Banco do Brasil – por exemplo.

Ações de capacitação e compartilhamento de cursos com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) também merecem destaque, assim como o cadastro de agentes em cursos disponibilizados pela Interpol.

Ações conjuntas com a Senasp e Seopi permitiram a construção de cursos destinados à prevenção e repressão da violência de gênero por meio do grupo Promulher e pessoas desaparecidas, produção de capacitações com a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Serviço Social do Transporte (Sest) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e difusão da Doutrina Nacional de Ações Integradas de Operações e Sistema Córtex.

Além dessas medidas, ações de proteção e aperfeiçoamento orientadas para a defesa e segurança de grupos vulneráveis foram ampliadas, como o desenvolvimento de curso destinado para proteção à população negra, combate ao feminicídio, à homotransfobia e crimes contra idosos.

A capacitação em Segurança Pública impacta diretamente a prestação do serviço nas atividades-fim das instituições nos estados, reduzindo os índices de criminalidade, aumentando a sensação de paz social e valorizando os profissionais atuantes nessa pauta.

As metas previstas foram alcançadas, tendo em vista a quantidade de acessos e matrículas tanto nas capacitações na modalidade presencial quanto naquelas a distância.

Há muito interesse por parte dos estados nos cursos oferecidos pelo MJSP – uma vez que as forças estaduais possuem carência de expertise nas diversas áreas do conhecimento que contemplam nosso catálogo de ações educacionais

CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Transposição de conteúdo para a modalidade educação a distância (EaD): o Depen vem envidando esforços para ampliar o seu portfólio de cursos à distância, de modo a oportunizar, ao público, conhecimentos de temas afetos ao sistema penitenciário e consequente impacto positivo no indicador estratégico. Devido à carência de profissionais treinados em transposição do conteúdo bruto dos cursos para a linguagem digital necessária, a ESPEN consultou a Fundação Pitágoras quanto a possibilidade de transposição para o formato EaD do conteúdo bruto de três temáticas relativas aos serviços penais e a segurança pública, em geral. Quanto à plataforma moodle, foram feitas atualizações de sistema, dessa forma a Espen Virtual passa a contar com a versão Moodle 3.11.7 e novo *layout* para melhor atender os alunos e usuários. Assim, a plataforma se prepara também para receber os cursos que começam a ser recebidos por meio do projeto em parceria com a UFSC. O curso *"Atenção à Saúde Mental do Servidor Penitenciário"* foi aberto como turma piloto e na modalidade autoinstrucional. O curso foi desenvolvido por servidores do Depen, com carga horária de 30h/a e encontra-se em fase de avaliação após a realização de turma piloto no período de 04 de abril a 06 de junho. Nesse primeiro experimento, as vagas foram ofertadas por indicações das diretorias do Departamento. Desse modo, foram indicados 45 servidores, entre eles alguns gestores.

Rede academias penitenciarias (RAP): Foram identificadas possibilidades de intercâmbio dos cursos de *"Gestão de Crise"*, *"Segurança Dinâmica"* e *"Gestão de Pessoas Violentas"*, que estão em idioma estrangeiro. Após a análise de pertinência de conteúdo pela Diretoria do Sistema Penitenciário (DISPF) e a Diretoria de Inteligência Penitenciária (DIPEN), foram realizadas as tratativas com a RAP para a tradução dos cursos para o português. Assim que finalizada esta etapa, os cursos serão ofertados para os servidores do sistema prisional brasileiro na Plataforma ESPEN Virtual. Em abril foi realizada em Montevidéu, a primeira reunião presencial da RAP, na qual o Brasil foi representado pela Diretora da Espen e pela Diretora Executiva do Depen. Na oportunidade, o Brasil apresentou a experiência da Rede de Escolas de Serviços Penais e foi articulador de estratégias que serão assumidas pela mesa diretiva da RAP, como por exemplo um Banco de Instrutores e um de Pesquisadores na área penitenciária.

CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL

Por meio da Academia Nacional de Polícia - ANP/DGP/PF, a Polícia Federal fomenta e dissemina conhecimentos afetos à segurança pública para a comunidade brasileira, órgãos de segurança pública e entidades parceiras por meio da plataforma de ensino a distância ANP Cidadã (ead.dpf.gov.br), bem como, por meio de cursos presenciais, incluindo em nível de pós-graduação.

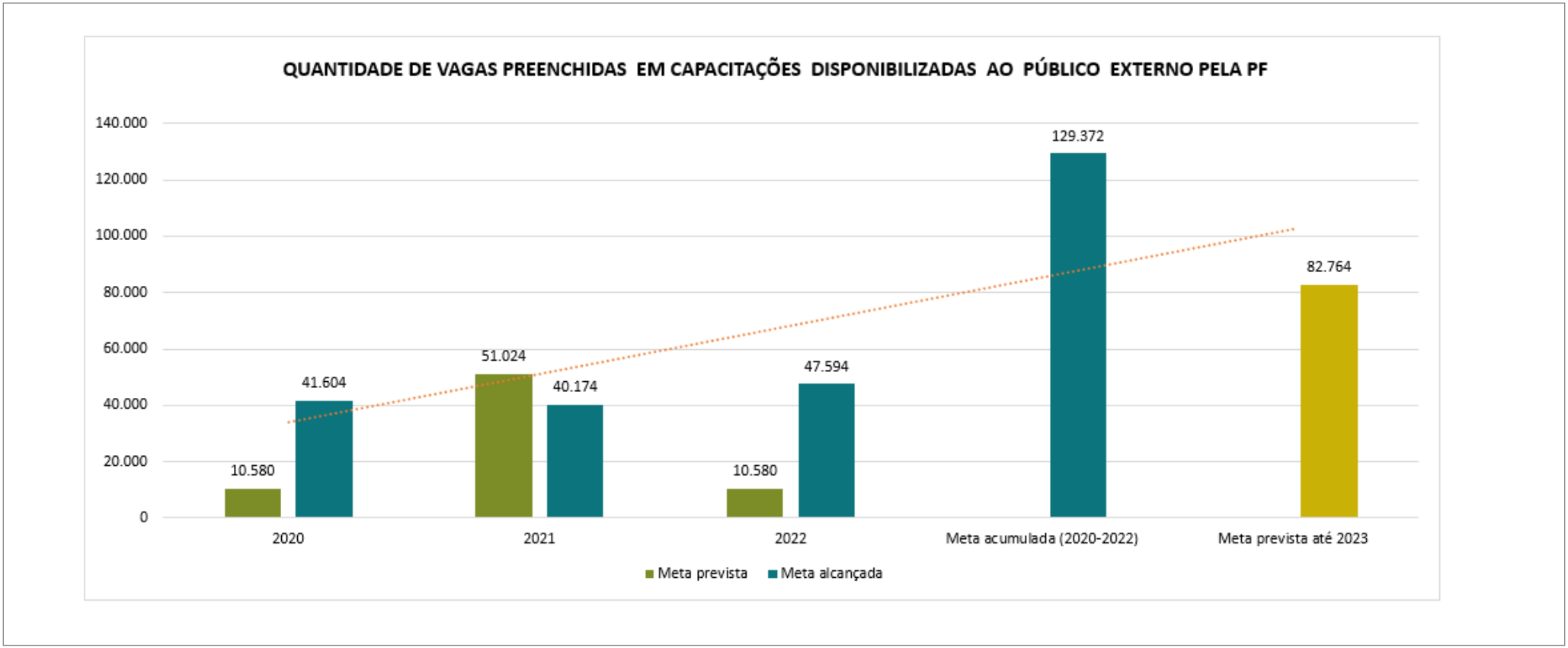
Por intermédio dos cursos à distância disponíveis na plataforma ANP Cidadã, a Polícia Federal promove atendimento à comunidade e treinamentos presenciais utilizando as instalações da ANP/DGP/PF, em que a participação da comunidade brasileira se dá por meio da oferta de vagas em cursos próprios e em treinamentos exclusivos e fechados para órgãos públicos e entidades de segurança pública.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP define o indicador estratégico de oferta de capacitações ao público externo, sendo que para o alcance da meta estabelecida foi definido para cada órgão que compõe a estrutura do Ministério uma participação específica.

A meta estabelecida para a PF, foi definida pelo MJSP para o período 2020/2023 em 82.764 vagas a serem preenchidas para pessoas externas ao órgão, nas diversas ações de capacitação ofertadas pela ANP/DGP/PF.

No período 2020/2023 foram preenchidas um total de 129.372 vagas em capacitações disponibilizadas ao público externo, seja por meio da plataforma ANP Cidadã, bem como em cursos na modalidade presencial, ultrapassando em mais de 56% a meta estabelecida para ser alcançada até 2023 que é de 82.764 vagas.

A ANP tem se esforçado em ofertar cada vez mais a quantidade de cursos na plataforma ANP – Cidadã, a qual é a principal ferramenta de disponibilização das capacitações externas no âmbito da PF, o que repercutiu positivamente no atingimento das metas estipuladas.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

OUTROS RESULTADOS

OUTROS RESULTADOS		
DESCRIÇÃO	**2021**	**2022**
Servidores capacitados na ANP/DGP/PR (quantidade de matrículas)	25.923	34.918
Servidores da PF capacitados em cursos externos (quantidade de vagas autorizadas junto ao CGC)	1.616	1.917
Total	**27.539**	**36.835**

Horas de capacitação na ANP/DGP/PF (h/a)	843.846	1.803.770
Horas de capacitação cursos externos CGC (h/a)	72.922	297.158
Total	**916.768**	**2.100.928**

Fonte: Polícia Federal - PF

INDICADOR ESTRATÉGICO QUANTIDADE DE VAGAS PREENCHIDAS EM CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS AO PÚBLICO EXTERNO

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Ação de capacitação por meio remoto, por ferramenta EAD (Ensino a Distância) em parceria com a ENAP
- Construção e implantação das novas plataformas ANP.NET e ANP-CIDADÃ
- Instalar sistema de fibra ótica para melhorar a comunicação interna dos sistemas corporativos e de gestão escolar
- Prototipação de painéis de BI para apresentação de dados estratégicos da Escola Nacional de Defesa do Consumidor
- Migrar Portal Defesa do Consumidor para o GOV.BR

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Aperfeiçoar as ações de à distância (EAD) e presencial
- Construir e disponibilizar das novas plataformas ANP.NET e ANP-CIDADÃ
- Reformar e ampliar os alojamentos, de modo aumentar a capacidade nos cursos de formação
- Lançar funcionalidades no Sistema de Gestão Acadêmica prevendo maior integração com o Ensino Presencial
- Atualizar o fluxo de produção frente às experiências de construção de cursos obtida em 2022
- Lançar novos cursos
- Projetar novo sistema de gestão educacional - Sistema EDUCA 2

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Mobilizar servidores dos órgãos e entidades do Siga para participar das capacitações
- Cumprimento de prazos por profissionais contratados para elaboração e revisão de cursos
- Suporte e respostas ágeis e de alidade aos participantes de cursos ofertados

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Promover as ações de capacitação que priorizem as necessidades dos órgãos e entidades integrantes do Siga
- Desenvolver o banco de conteudistas
- Manter a ampliação da oferta de cursos presenciais e a distância para o público interno e externo
- Modernizar instalações dos alojamentos da Academia Nacional de Polícia
- Desenvolver novo sistema de gestão educacional - Sistema EDUCA 2
- Qualificar a equipe da ESPEN
- Ofertar turmas híbridas
- Fomentar a participação de representantes de todas as instituições de segurança pública integrantes do SUSP

RISCOS

- Falta de atualização da plataforma de apoio e gestão das atividades educacionais.
- Inconsistência entre objetivos e resultados pretendidos nas ações de desenvolvimento;
- Questões orçamentárias e financeiras
- Interrupção de projetos estratégicos que estejam em andamento;
- Retirada de profissionais operacionais e técnicos com a perda da memória institucional e conhecimentos tácitos;
- Perda de credibilidade com a oferta de cursos desatualizados ou que não alcancem os objetivos previstos;
- Falta de servidores para atender às demandas.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Implementar de forma progressiva do Programa de Capacitação em Gestão de Documentos e Arquivos voltado para os órgãos e entidades integrantes do Siga.
- Criação de trilhas de conhecimento específicas para a gestão de documentos e gestão de arquivos.
- Disponibilizar cursos com conteúdos, design e apresentação mais atrativos para o público interno e externo, comparáveis aos disponíveis no mercado;
- Aumentar a quantidade de alunos capacitados anualmente;
- Ampliar o portfólio de cursos presenciais e na modalidade EAD;
- Melhorar a qualidade da gestão educacional com aperfeiçoamento do sistema de apoio; e
- Ampliar convênios e parcerias com outros órgãos de segurança pública, bem como com entidades e organismos internacionais.
- Maior interatividade e dialogicidade nos cursos;
- Entregar e proporcionar capacitações adequadas a cada instituição de Segurança Pública integantes do SUSP;
- Facilitar a gestão de ensino com ferramentas tecnológicas atualizadas;
- Fortalecer o Projeto Capacitação com mais adesões e monitoramento dos resultados.

PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujo principais estão destacados abaixo:

PROJETO ESTRATÉGICO - AN — APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO – SIGA

O projeto tem por objetivo aperfeiçoar a prestação de serviços aos órgãos e entidades do SIGA pelo AN e ampliar o grau de desenvolvimento em gestão de documentos e arquivos dos órgãos e entidades do sistema. As principais entregas do projeto consistem na construção de cenários prospectivos para gestão de documentos e arquivos na administração pública federal; reestruturação do sistema de governança do Siga; instituição da Política de Gestão de Documentos e Arquivos - PGDe-Arq; implantação do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos PROGED e Desenvolvimento de sistema informatizado estruturante para o Siga, de acordo com os requisitos do modelo e-ARQ Brasil.

Ao longo de 2022 o projeto apresentou os seguintes resultados:

Conclusão da entrega *"construção de cenários prospectivos para gestão de documentos e arquivos na administração pública federal"* (Subprojeto SIGA 2035): a entrega visa identificar possíveis cenários para o futuro do SIGA na Administração Pública Federal, com o objetivo de tornar a gestão de documentos e arquivos reconhecida como função estratégica de Estado, até 2035. A elaboração de estratégia e sistema de monitoramento para o SIGA é mais uma ferramenta orientativa aos órgãos e entidades do Sistema, pois o uso de instrumentos de gestão propiciará mais efetividade às atividades de gestão de documentos e arquivos na administração pública, além de viabilizarem maior alinhamento à política de gestão de documentos e arquivos, garantindo a preservação da memória institucional do Estado.

O Siga 2035 resulta da cooperação técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com o Arquivo Nacional, duas instituições que possuem grande expertise na promoção desse tipo de discussão, tendo em vista que a gestão da informação perpassa o trabalho dos arquivos e é pré-requisito para a gestão eficiente e transparente do Estado e para o exercício da cidadania. Destaca-se que os dados e informações que serão apresentados, em formato de *"Relatório Técnico"*, foram construídos coletivamente durante a execução do projeto.

Outra entrega realizada no período foi em relação a continuidade do desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais do SIGA (SIG-SIGA), em parceria com a fábrica de *software* do MJSP. O SIG-Siga permitirá apoiar o AN na governança do Siga, possibilitando o monitoramento e controle de dados e atividades de gestão de documentos desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme previsto no art.10 do Decreto 4.915/2003. O sistema foi disponibilizado aos órgãos e entidades do SIGA em fevereiro de 2022, tendo sido já realizadas entregas referentes às seguintes funcionalidades: cadastro dos representantes das Subcomissões do Sistema; formulário de Levantamento da Situação Arquivística (LSA); cadastro de CPADs; indicação de GSISTEs do Siga; e a integração com o módulo de Solicitação de Orientações Técnicas, este último desenvolvido pela Coordenação-Geral de Gestão de Documentos e Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação do AN.

Com isso, o AN ampliou a sua capacidade de monitoramento da gestão de documentos nos órgãos e entidades do Sistema.

Também se deve destacar a funcionalidade *indicação de GSISTEs do SIGA*, pois permite a indicação de servidores ocupantes de GSISTEs nos órgãos integrantes do Siga, facilitando o monitoramento das distribuições dessas gratificações, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 9.058, de 2017, e o módulo de cadastro de Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPADs). Pelo disposto no art. 9º do Decreto nº 10.148/2019, todos os órgãos e/ou entidades da administração pública federal devem constituir suas CPADs que são responsáveis pela elaboração do código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-fim, pela avaliação dos documentos, elaboração de normativas internas e aplicação de procedimentos referentes à eliminação.

No âmbito da entrega *"implantação do programa de gestão de documentos e arquivos da administração pública federal – PROGED"*, entre os meses de junho e julho de 2022, os órgãos e entidades do Siga foram instados a responder no Sig-Siga o Levantamento da Situação Arquivística (LSA). O LSA é a primeira etapa do diagnóstico da Gestão de Documentos e Arquivos da APF, que se destina basicamente em levantar informações sobre volume de documentos acumulados e os custos envolvidos para a sua manutenção pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Encerrada a fase de coleta, o Arquivo Nacional encontra-se na etapa de tratamento e análise desses dados, que serão oportunamente consolidados e divulgados, e que servirão de insumo para orientar uma atuação mais estruturada do AN, alinhada com as necessidades mais reais e urgentes dos órgãos e entidades integrantes do Siga.

Ainda no âmbito do PROGED, também foi dado continuidade ao projeto piloto de desenvolvimento do Plano de Gestão de Documentos (PGDoc) com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE. O PGDoc, instrumento de gestão previsto na proposta de decreto da PGDeARQ, definirá, no âmbito dos integrantes do SIGA, as estratégias, projetos e ações necessárias para que se garanta o adequado funcionamento dos serviços arquivísticos da APF. O plano terá vigência de dois anos, com revisão anual e deverão ser aprovados pela autoridade máxima do órgão, admitida a subdelegação ao secretário-executivo ou autoridade equivalente. Essa responsabilização é uma forma de garantir que o instrumento seja apreciado pelas mais altas esferas administrativas dos órgãos integrantes do SIGA, em sintonia com a importância e grau de risco que envolve a preservação, a organização e o acesso a documentos públicos protegidos legalmente, e que compõem o patrimônio documental nacional.

Além da aprovação dos Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das atividades-fim relativos a 44,21% de órgãos e entidades do SIGA, o AN também avançou na elaboração de outros instrumentos que, em breve, produzirão grande impacto na gestão de documentos do Poder Executivo Federal. Dada a complexidade de aprovar PCD e TTD da Atividade-Fim para todos os órgãos da Poder Executivo federal e visando a economicidade de recursos, o AN tem buscado, sempre que possível, orientar na elaboração de instrumentos que visam o atendimento de um conjunto de instituições que desenvolvem atividades semelhantes. Dessa forma, coordenando uma atividade em rede, o AN orienta de uma só vez um número expressivo de órgãos e entidades do SIGA a elaborarem seus instrumentos de gestão de documentos. À semelhança do que foi realizado em 2019 com as Instituições Federais de Ensino que, sob orientação do Arquivo Nacional, elaboraram, em conjunto, um único Plano de Classificação e uma única Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos para suas atividades-finalísticas, atendendo no total 109 instituições, o AN, está orientando a elaboração dos instrumentos técnicos de gestão de documentos relativos às atividades-fim dos hospitais federais. Quando aprovado, esses instrumentos atenderão mais de 45 hospitais federais e universitários, além de aproximadamente 47 hospitais das Forças

Armadas. Ademais, o AN tem realizado orientações técnicas ao Ministério da Infraestrutura para elaboração de instrumentos de gestão de documentos relativos às atividades-fim dos portos públicos federais. A perspectiva dessa iniciativa é promover a gestão de documentos em instituições federais que administram 35 portos brasileiros, e, consequentemente, servir de base para a elaboração dos instrumentos técnicos de gestão de documentos para outros 123 portos, sobretudo portos fluviais ou instalações portuárias públicas de pequeno porte, muitos deles delegados a municípios, estados e consórcios públicos.

Como órgão central do Siga, em 2022, o Arquivo Nacional também normatizou os procedimentos para elaboração, submissão, aprovação e monitoramento de aplicação de Código de Classificação de Documentos e de Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo, relativos às atividades-fim, pelos órgãos e entidades integrantes do Siga.

Elaborado em parceria com o Ministério da Economia, o projeto Soluções Arquivísticas integra o portifólio da Central de Compras cujo objetivo é construir uma solução centralizada para a contratação de serviços arquivísticos pela administração pública federal. A ação prevê a economia de mais de R$ 6 milhões só de instrução processual. A conclusão do trabalho está prevista para junho de 2023. Importante lembrar que o Arquivo Nacional, como órgão central do Siga, já disponibilizou em 2021 modelos de termos de referência para os seguintes serviços: diagnóstico arquivístico; apoio técnico para a elaboração dos instrumentos técnicos de gestão de documentos; tratamento técnico arquivístico; digitalização de documentos; e guarda externa de documentos.

Relativamente à ampliação do programa de capacitação do SIGA, foram disponibilizados mais 5 cursos na plataforma da ENAP, no âmbito de parceria firmada com a Universidade Federal Fluminense. São eles: Arquivos permanentes: recolhimento, processamento técnico, preservação e acesso; Noções básicas de gerenciamento de serviços arquivísticos; Elaboração de Instrumentos de gestão de documentos arquivísticos relativos à atividade-fim; Procedimentos de protocolo; e Gestão e preservação de documentos digitais. Ao todo são 6 cursos disponíveis na plataforma da ENAP, somando-se o curso Introdução às práticas arquivísticas, disponibilizado em agosto de 2021.

O projeto do Super.Br é uma iniciativa realizada por meio de memorando de entendimento nº 001/2020, celebrado entre a Advocacia Geral da União – AGU, a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES/ME) e a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República. A solução SUPER.BR tem o objetivo de aprimorar a gestão documental e a tramitação de processos em forma eletrônica, garantindo a gestão, a padronização, a tramitação e a manutenção de documentos via processos eletrônicos. Desse modo, aumenta-se a eficiência da gestão pública e a transparência dos processos de trabalho. Cabe ao AN fornecer as consultorias e esclarecimentos de natureza técnica especializada, no âmbito de sua competência, com o objetivo de que o sistema seja aderente às especificações do Modelo de Requisitos para Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); e capacitar equipes sobre procedimentos relacionados à gestão arquivística de documentos digitais e não digitais. O sistema será mais um passo ao avanço da padronização dos procedimentos arquivísticos na APF e do fortalecimento do SIGA. Nessa direção, o Arquivo Nacional atuou na prestação de orientação técnica para o Departamento de Processo Eletrônico Nacional em Rede (DTPRO/SEGES/ME), visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos aspectos e requisitos arquivísticos dos sistemas SUPER 1.0 (cuja base é o SEI) e o SUPER 2.0 (cuja base é o sistema SAPIENS/AGU). O objetivo é oferecer aos órgãos e entidades da administração pública federal um SIGAD para apoiar a produção, tramitação e gestão de documentos digitais.

Por fim, destaca-se o aprimoramento da proposta de Decreto de instituição da Política de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública e do PROGED, atualmente em tramitação na Presidência da República, após ampla discussão com as instâncias técnicas da Subchefia de Ação Governamental da Casa Civil e da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência. Importante destacar que proposta foi preparada em muitas etapas, e por meio de um amplo processo de discussão com os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, a comunidade acadêmica e os profissionais de arquivo, incluindo uma consulta pública, que trouxe contribuições enriquecedoras, muitas devidamente incorporadas ao texto proposto.

PROJETO ESTRATÉGICO - AN | **FORTALECIMENTO DO ARQUIVO NACIONAL DIGITAL**

O AN é responsável por coordenar as atividades de preservação, acesso e difusão dos documentos sob a sua custódia, um valioso patrimônio documental que imprime aspectos históricos, sociais e culturais da sociedade brasileira, bem como da administração do Estado desde o Império aos dias atuais, além da documentação colonial cuja mais antiga data do séc. XV. Integram o acervo do AN mais de 55 km de documentos textuais, além de documentos iconográficos, cartográficos, audiovisuais, sonoros e uma coleção de livros raros.

O projeto estratégico tem por objetivo o fortalecimento do AN como entidade custodiadora nacional, permitindo exercer o protagonismo no recolhimento, custódia e preservação do acervo institucional, especialmente a documentação permanente da Administração Pública Federal. Para isso, o AN Digital envolve o aperfeiçoamento da base de dados da instituição - o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Novo Sian) e a ampliação da disponibilização do acervo em meio digital por meio do processamento arquivístico e digitalização de acervos prioritários ou de grande acesso pelo público.

O aperfeiçoamento do SIAN, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC/SE/MJSP, está em fase de desenvolvimento para maior segurança e facilidade do acesso de usuários a informações sobre o acervo do AN. Além disso, pretende-se a integração das diversas bases de dados existentes no site da instituição.

Visando à ampliação da capacidade de armazenamento e preservação do acervo físico e digital do acervo, o AN investiu **R$ 1.549,360,00** na aquisição de arquivos deslizantes para documentos cartográficos, iconográficos e audiovisuais.

Em 2022, com o objetivo otimizar os resultados do projeto, visando desde a entrada dos documentos arquivísticos até a ampliação a disponibilidade do acervo custodiado pelo Arquivo Nacional por meio de serviços digitais, em agosto de 2022 foi aprovado, no âmbito do CGI-AN, a revisão do projeto e em outubro de 2022, no âmbito do Comitê de Governança Estratégica do MJSP. Com a sua revisão o Projeto Estratégico Fortalecimento do AN Digital passará a ter 6 subprojetos:

- Revisão da Estrutura Normativa de Entrada, Processamento Técnico, Preservação, Digitalização, Acesso e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional;

- Processamento técnico, digitalização e disponibilização de acervos prioritários;

- Modernização do Atendimento ao Usuário e das Ações de Difusão;

- Aprimoramento, orientação e estabelecimento de diretrizes de uso do RDC-Arq;

- Atualização do Parque Tecnológico; e

- Desenvolvimento do Novo Sian.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Gerir Políticas Referentes aos Povos Indígenas

Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, a Fundação Nacional do Índio – Funai é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro vinculado ao MJSP. Coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal, sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, além de promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária, registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, monitorar e fiscalizar as terras indígenas. Cabe também à Funai coordenar e implementar as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados.

Ressalta-se que o MJSP, por intermédio da Funai, também promove políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas através de ações de etnodesenvolvimento, conservação e à recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas.

Compete também ao órgão estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.

A atuação da Funai está orientada por diversos princípios, dentre os quais se destacam o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, buscando o alcance da plena autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, contribuindo para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico.

Assim, para fins monitoramento e aprimoramento das ações, as políticas indigenistas também compõem a carteira do Planejamento Estratégico da Pasta. Os indicadores e projetos da Funai se traduzem na realização de parcerias com diversos órgãos que atuam em áreas correlatas à temática, incluindo o intercâmbio de informações e de conhecimento entre sistemas de monitoramento remoto, bem como o estabelecimento de protocolo de atuação quando detectados ilícitos em terras indígenas, a fim de gerar respostas mais rápidas e adequadas às ameaças contra tais territórios.

Ademais, as ações de educação indígena visam melhorar a qualificação da oferta sob a responsabilidade dos órgãos governamentais federais, distrital, estaduais e municipais, a contribuir para superar a exclusão e a descontinuidade dos jovens e adultos indígenas do ensino (médio, superior e formação profissional), bem como valorizar as línguas, as culturas, os conhecimentos, os saberes e as práticas tradicionais, no âmbito de processos educativos comunitários, que se encontram em diferentes graus de ameaças de desuso.

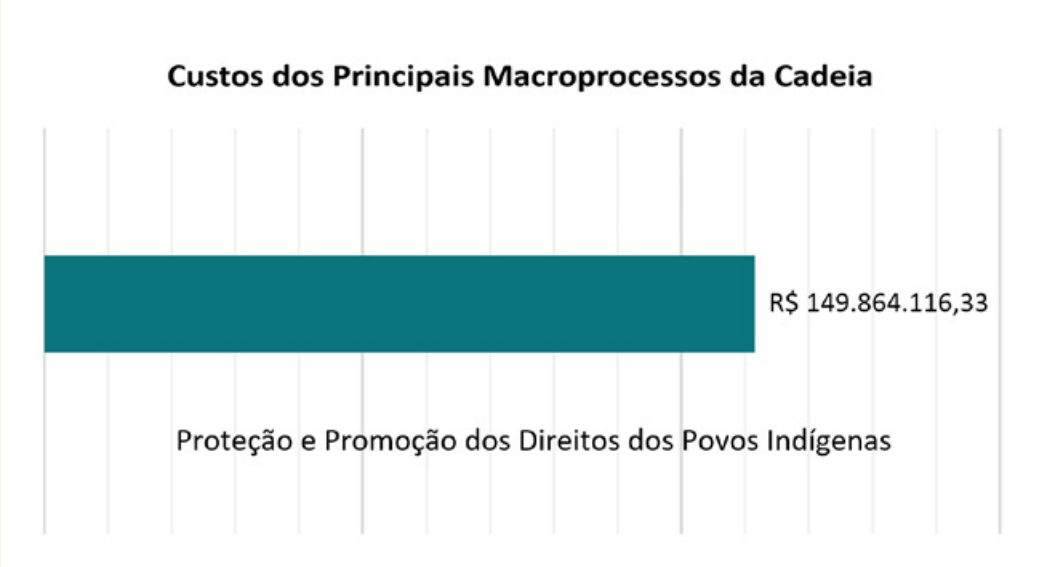
O MJSP desenvolve ainda iniciativas para melhorar a gestão dos limites territoriais das terras indígenas no Brasil e a governança fundiária brasileira, proporcionando aos indígenas e ao governo conhecimento acurado desses limites, de modo a evitar conflitos fundiários. Além disso, atua com vistas à efetiva proteção e promoção dos povos indígenas isolados e de recente contato, de forma a garantir a sua sobrevivência e a manutenção da sociobiodiversidade e de áreas de floresta.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Gerir Políticas Referentes aos Povos Indígenas

Cadeias Vinculadas ao Objetivo Estratégico

PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO



Entregas à Sociedade

PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO INDÍGENA

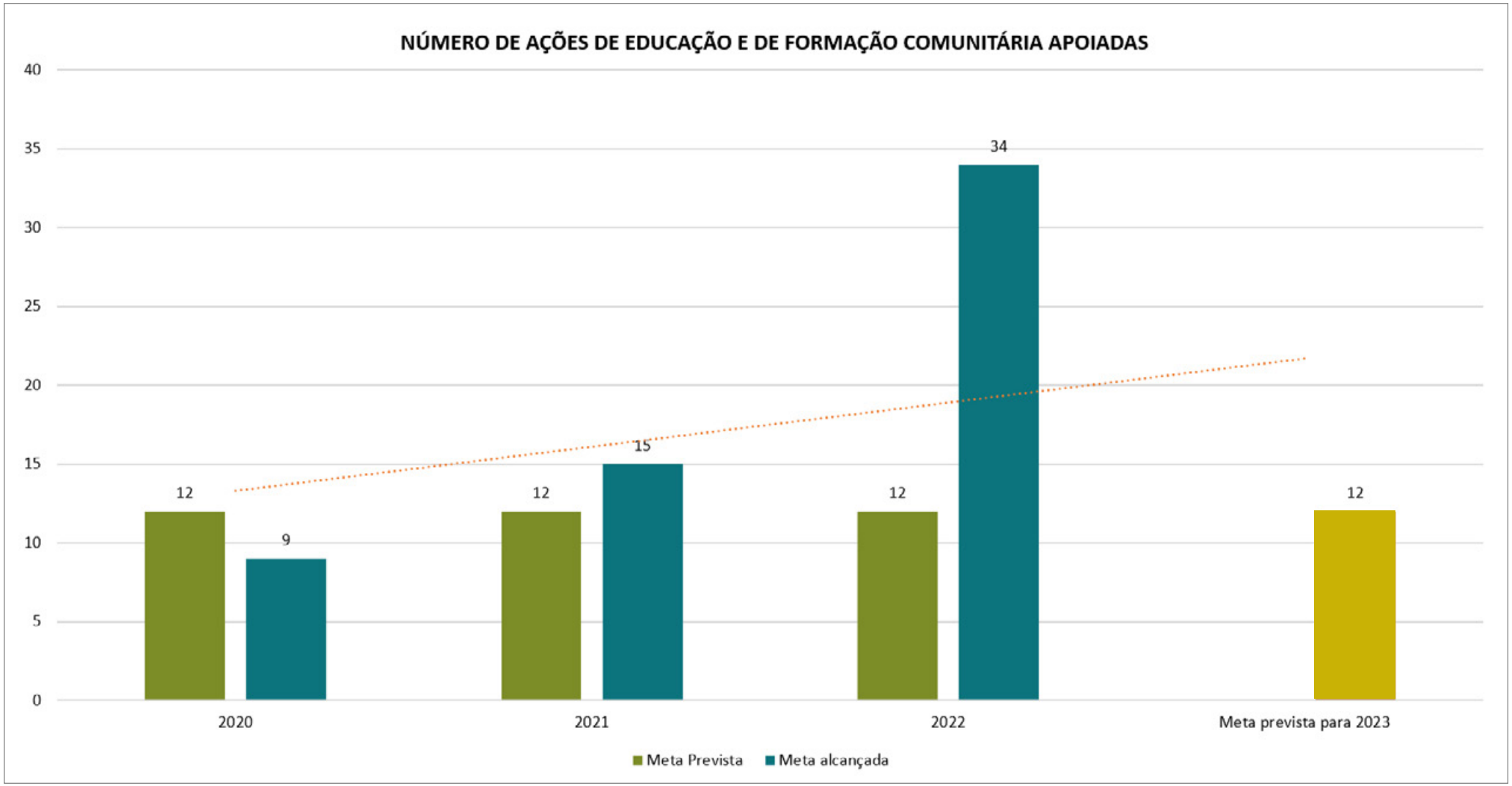
INDICADOR ESTRATÉGICO – Funai	NÚMERO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE FORMAÇÃO COMUNITÁRIA APOIADAS
INDICADOR ESTRATÉGICO – Funai	NÚMERO DE EXPEDIÇÕES REALIZADAS
INDICADOR ESTRATÉGICO – Funai	PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS AO ETNODESENVOLVIMENTO
INDICADOR ESTRATÉGICO – Funai	PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS
INDICADOR ESTRATÉGICO – Funai	PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À PROTEÇÃO TERRITORIAL
INDICADOR ESTRATÉGICO – Funai	PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À PROTEÇÃO E À PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS
INDICADOR ESTRATÉGICO – Funai	PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À PROTEÇÃO E À PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO
INDICADOR ESTRATÉGICO – Funai	PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À PROMOÇÃO DA CIDADANIA

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO	NÚMERO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE FORMAÇÃO COMUNITÁRIA APOIADAS					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
12	9	12	15	12	34	12

O presente indicador tem por objetivo mensurar as ações formativas comunitárias, de valorização e revitalização linguística, de elaboração de Projetos Político-Pedagógicos – PPPs (ferramenta de planejamento e avaliação das escolas, prevista na Lei de Diretrizes e Bases – LDB), intercâmbios, oficinas, assembleias, eventos, elaboração de materiais, apoio às práticas culturais e ciclos rituais, possibilitando o acesso à educação diferenciada, ao conhecimento dos instrumentos legais relativos aos povos indígenas, à qualificação da participação indígena nos espaços de diálogo e de governança e ao favorecimento da transmissão de conhecimentos e técnicas tradicionais dos povos indígenas.

Dessa forma, nos últimos anos a Funai tem buscado ampliar suas ações voltadas à educação nas comunidades indígenas em todos os sentidos, conseguindo alcançar resultados importantes na temática. No ano de 2020, não foi possível o atendimento da meta devido ao estado de emergência decorrente da Covid-19, razão pela qual a Funai publicou a Portaria nº 419, de 17 de março de 2020, estabelecendo limitações de ingresso em Terras Indígenas – TI até o período estipulado pela Portaria nº 125, de 17 de março de 2020, e suas prorrogações. O impacto da pandemia afetou o alcance da meta até o 3º trimestre de 2021, quando a Funai tinha realizado apenas 4 ações de educação e formação comunitária. No entanto, no último trimestre do ano, graças à gradativa superação dos efeitos do novo coronavírus, a Fundação realizou e apoiou mais 9 ações de educação e formação comunitária, totalizando 15 ações realizadas no ano. Desde então, a Funai tem atingido as metas previstas no âmbito do planejamento estratégico. Foram executadas 34 ações, um resultado 55% maior que o ano anterior, ultrapassando em mais de 64% a meta prevista para o ano.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

Tais resultados foram possíveis devido à retomada gradual dos apoios às atividades prioritárias como os rituais, reuniões e assembleias de mulheres, reunião de professores, processos de diagnósticos da educação escolar indígena - EEI nas comunidades indígenas, oficinas comunitárias para elaboração de materiais didáticos e paradidáticos e projetos de valorização e revitalização de línguas indígenas com a flexibilização das restrições impostas pela pandemia.

INDICADOR ESTRATÉGICO

NÚMERO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE FORMAÇÃO COMUNITÁRIA APOIADAS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Formar Equipe intersetorial para qualificação dos Comitês de Bacias Hidrográficas
- Qualificar a Educação Escolar Indígena

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Desenvolver uma ferramenta para parametrização, análise, facilitação gráfica e armazenamento das informações do Diagnóstico de Educação Escolar Indígena

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Conceder auxílio financeiro aos indígenas na execução de ações de competência da Funai
- Aumentar número de servidores

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Sistematizar dados do Diagnóstico de Educação Escolar Indígena
- Apoiar a participação de pesquisadores linguistas nos projetos de valorização e revitalização de línguas

RISCOS

- Restrições orçamentárias
- Execução das atividades planejadas por dificuldades administrativas

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Fortalecer intercâmbios de saberes entre povos indígenas
- Promover ações que valorizem processos educativos comunitários e ações de formação dos e juntos aos povos indígenas

INDICADOR ESTRATÉGICO	NÚMERO DE EXPEDIÇÕES REALIZADAS					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
5	11	5	11	5	13	5

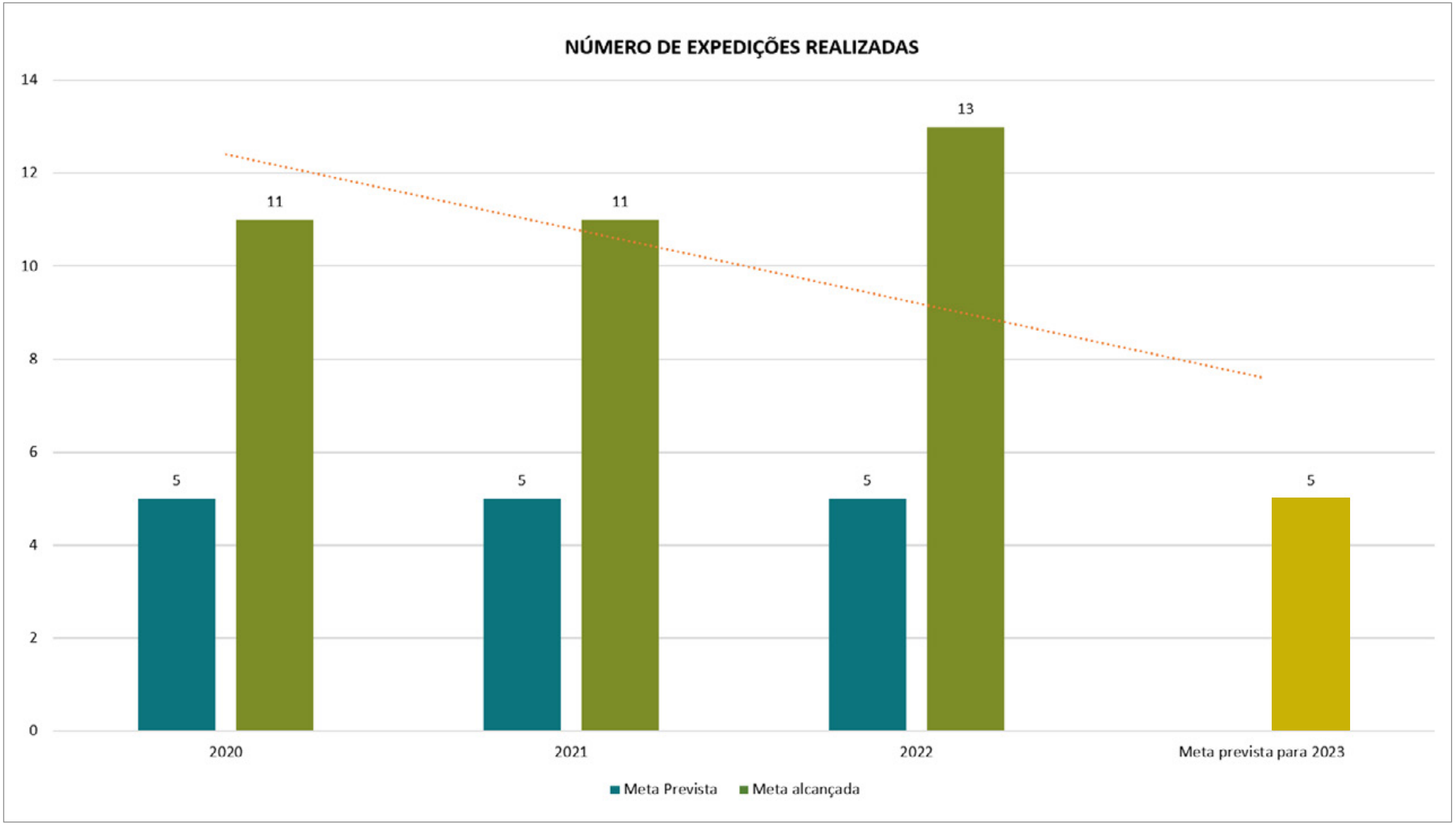
Buscando mapear e monitorar vestígios que indiquem a presença de povos indígenas isolados em terras brasileiras, a Funai utiliza-se do indicador *"número de expedições realizadas"*, a fim de mensurar as expedições ocorridas nas florestas, por equipes especializadas das Frentes de Proteção Etnoambiental.

No exercício de 2022, foram realizadas 13 expedições de localização e monitoramento na Amazônia Legal até o momento, abrangendo os registros confirmados e em estudo de referências de povos indígenas isolados. O resultado do indicador foi 20% superior à meta prevista para o ano. Os fatores que contribuíram para superação da meta foram:

i) a manutenção de equipes permanentes nas 29 Bases de Proteção Etnoambiental – BAPEs, realizando controle de ingresso e vigilância nas TIs com a presença de povos isolados;

ii) o incremento no orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA para a ação de regularização, demarcação e fiscalização de TIs e proteção dos povos indígenas isolados, com o remanejamento interno de recurso realizado entre ações orçamentárias da Fundação, além da aprovação de crédito adicional para a contratação temporária totalizando o valor da LOA 2022 de R$ 21.317.416,00; e

iii) renovação da contratação temporária por mais 6 (seis) meses realizado por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS) em novembro de 2021, o qual teve como objetivo a contratação de Supervisores dos Agentes de Proteção Etnoambiental - CBO 3522, de Chefes dos Agentes de Proteção Etnoambiental - CBO 3522 e de Agentes de Proteção Etnoambiental - CBO 6320, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com atuação em barreiras sanitárias (BS) e postos de controle de acesso (PCA) para prevenção da Covid-19 nos territórios indígenas, no âmbito das determinações constantes na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709 e, de acordo com o regime jurídico instituído pelo art. 2º, inciso II, da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, conforme autorização dada pela Portaria Interministerial/SEDGG-ME/MJSP nº 11.351, de 17 de setembro de 2021 e pela Portaria Funai nº 411, de 22 de outubro de 2021.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

INDICADOR ESTRATÉGICO — NÚMERO DE EXPEDIÇÕES REALIZADAS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Criar relatórios de informações sobre o trabalho realizado nas Barreiras Sanitárias e nos Postos de Controle de Acesso
- Implantar Programa de Operações Especiais de Proteção Etnoambiental e Territorial - Proepet

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Atualizar Portaria nº 1.483/2012 que trata das escalas das equipes de campo

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Entregar Relatórios de Atividades Executadas pela maioria das Frentes de Proteção Etnoambiental

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Prevenir ilícitos nos territórios com presença de PIIRC
- Garantir um instrumento fortalecido para as áreas hoje de Restrição de Uso

RISCOS

- Vulnerabilidade dos territórios com presença de povos indígenas isolados

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Qualificar os registros em estudo de PII

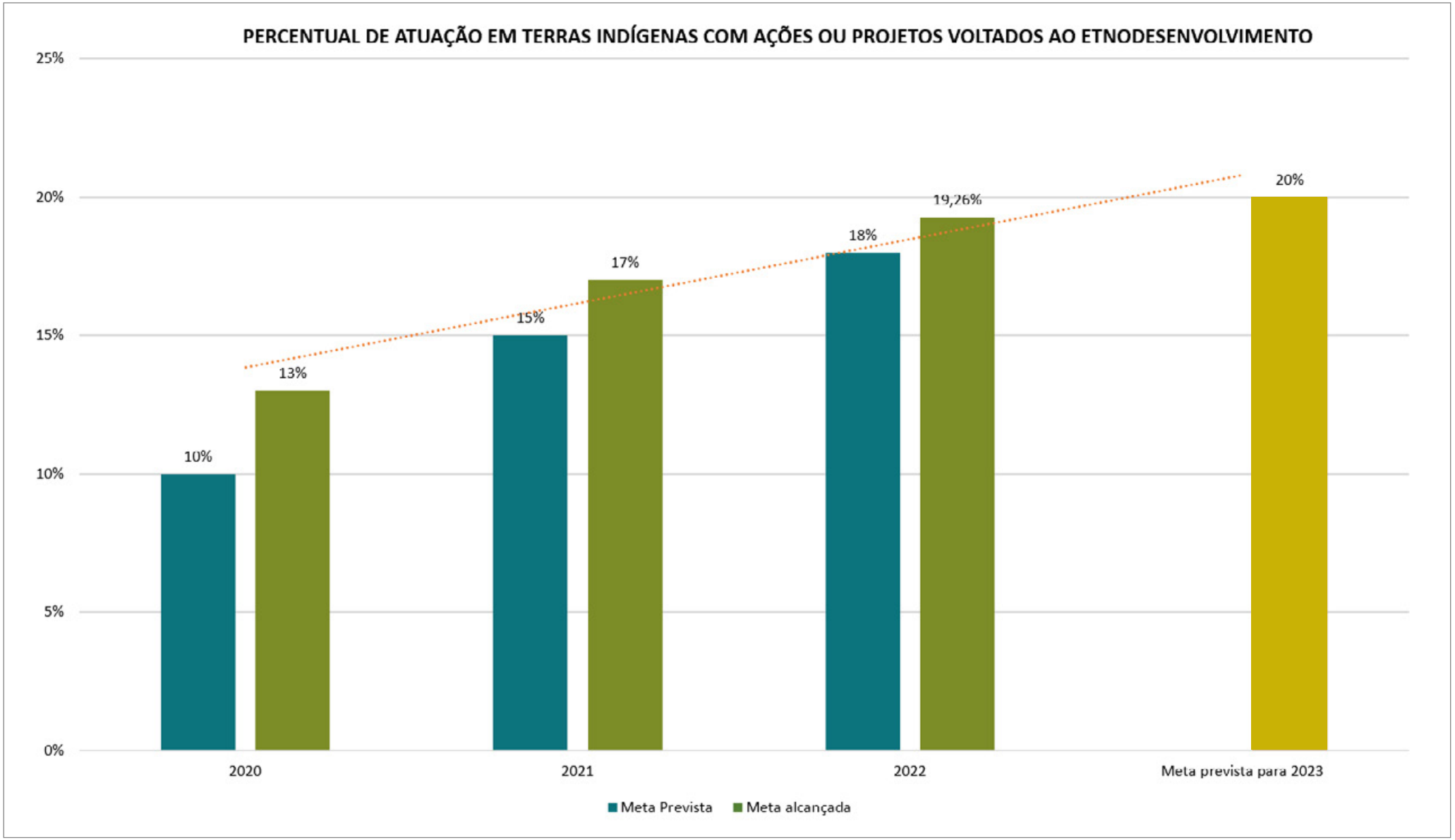
INDICADOR ESTRATÉGICO	PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS AO ETNODESENVOLVIMENTO					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
10%	13%	15%	17%	18%	19,26%	20%

Por meio do indicador *"Percentual de atuação em terras indígenas com ações ou projetos voltados ao etnodesenvolvimento"*, a Funai busca monitorar as ações que envolvem a expansão de Terras Indígenas atendidas com ações ou projetos voltados à promoção ao etnodesenvolvimento em seus territórios, buscando promover a segurança alimentar e nutricional, o uso sustentável dos recursos disponíveis e a melhoria das condições de acesso dos povos indígenas às economias de mercado e geração de renda, com impactos sensíveis na diminuição dos gastos com saúde e assistência.

No ano de 2022, a Funai conseguiu ultrapassar a meta estabelecida para período que foi de 18%, o que representa um aumento de 13% em relação ao ano anterior e 96% da meta a ser alcançada até o final do Planejamento Estratégico. Para o alcance do resultado, no exercício de 2022, foram apoiados mais de 200 projetos em âmbito nacional, beneficiando mais de 100.000 famílias, relacionados ao extrativismo e à agropecuária, destacando o investimento na infraestrutura da produção, como aquisição de diversos maquinários e implementos agrícolas para diversas regiões como Nordeste e Centro-Oeste, com destaque para os estados do Mato Grosso e Maranhão. Além disso foram apoiados projetos em todo território nacional para escoamento da produção extrativista e agrícola de Terras indígenas. Outro ponto a salientar foi apoio a atividades relacionadas à cadeia do Açaí nas regiões do Madeira, Acre e Rondônia e à castanha na região Norte do país.

Os projetos desenvolvidos no âmbito da Política de Promoção ao Etnodesenvolvimento contribuíram para o incremento da renda e do incremento da segurança e soberania alimentar e nutricional. As ações implementadas envolveram aproximadamente 121 mil famílias indígenas, com iniciativas de agricultura (174 projetos), pecuária (14 projetos), artesanato (20 projetos) e extrativismo (73 projetos). Estão em andamento interlocuções com vistas a firmar instrumentos de cooperação com Comissão de Valores Mobiliários e Ministério do Turismo.

Cumpre registrar que o indicador em questão é monitorado como resultado intermediário, no âmbito do Plano Plurianual - PPA 2020-2023, Programa 0617 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, contribuindo para o alcance da meta de *"Atender 100% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas"*, juntamente com os demais indicadores da Funai.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS AO ETNODESENVOLVIMENTO

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Divulgar o PNAE para ampliação do acesso dos indígenas ao programa
- Fornecer maquinários para agricultura
- Viabilizar a participação indígena na Feira Agrovida
- Capacitar indígenas em diversas áreas

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Discutir sobre soluções para que as unidades descentralizadas forneçam em tempo real resultados
- Criar instrumentos digitais para mensuração das metas física e análise da política

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Acompanhar iniciativas de baixa participação
- Especializar técnicos
- Utilizar dados de outros órgãos governamentais sobre segurança alimentar indígena para elaborar indicadores de resultado.

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Otimizar recursos públicos por meio da formalização de acordos com parceiros governamentais
- Capacitar na área de etnodesenvolvimento tanto para indígenas como para servidores

RISCOS

- Recrudescimento nas possibilidades de desenvolvimento sustentável dos indígenas.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

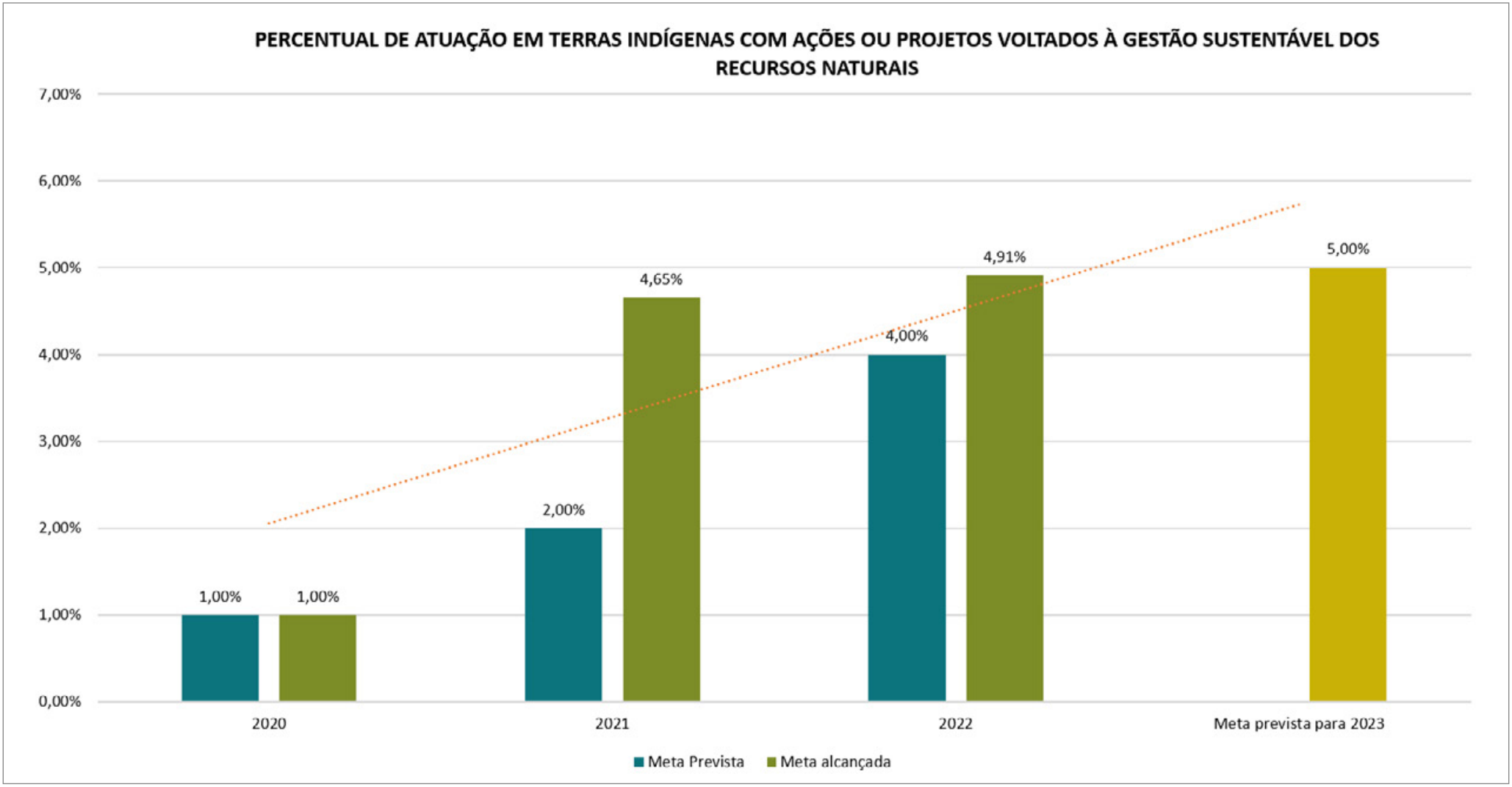
- Fomento ao etnodesenvolvimento, com a real garantia da sustentabilidade, geração de renda em emprego, protagonismo e, sobretudo a segurança alimentar dos indígenas.

INDICADOR ESTRATÉGICO — **PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
1%	1%	2%	4,65%	4%	4,91%	5%

A política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais da Funai visa a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais existentes nos territórios indígenas, essenciais à reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações de povos indígenas. Visando monitorar sua atuação nas terras indígenas, a Funai utiliza-se do indicador *"Percentual de atuação em terras indígenas com ações ou projetos voltados à gestão sustentável dos recursos naturais"*, para acompanhar a expansão do número de terras indígenas atendidas por essas ações.

No acumulado até 2022, essa política alcançou 4,91% das terras Indígenas. A elaboração de Plano Anual de Ação - PAA ao final do ano de 2021 e do consequente recebimento de um volume considerável de formulários de Planos Anuais de Trabalho (PATs) das Coordenações Regionais (CRs) em 2022, teve como resultado um impacto positivo na implementação da política, visto que possibilitou um planejamento mais eficiente e, por conseguinte, a melhoria da capacidade de execução pelas unidades descentralizadas. Outro fator que contribuiu para o alcance do resultado foi o aporte de recursos externos advindos de acordos e projetos de cooperação, como o BRA PNGATI 13/019, cujo valor liquidado em 2022 foi mais de R$ 3 milhões.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

Cabe ressaltar que, em 2021, alcançou-se mais que o dobro do número de terras atendidas quando comparada ao exercício anterior, totalizando 107 terras indígenas. Com esse incremento, retirando as duplicidades de terras atendidas por outras políticas, houve um aumento de 1% em 2020 para 4,65% em 2021 em relação ao total de terras indígenas com predominância de atuação na Região Norte do país.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Viabilizar a expansão de terras indígenas atendidas com ações de gestão sustentável dos recursos naturais
- Melhorar a qualidade ambiental nos territórios indígenas
- Receber dos Planos Anuais de Trabalho - PATs das unidades descentralizadas
- Elaborar painel preliminar dos PATs recebidos, via plataforma Limesurvey

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Dar continuidade à implementação do uso do Limesurvey como ferramenta auxiliar para monitoramento da execução das atividades

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Aprimorar a comunicação com as unidades descentralizadas visando a entrega tempestiva dos Relatórios de Atividade Executada - RAEs
- Suspender o pagamento do auxílio financeiro aos indígenas na execução de ações de competência da Funai

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Aprimorar os mecanismos de comunicação e resposta com as unidades descentralizadas para encaminhamento dos relatórios de atividade executada
- Adequar o orçamento para apoio e execução das ações de Gestão Ambiental
- Retomar as análises dos PATs remanescentes de 2022

RISCOS

• Baixo orçamento previsto na LOA 2023.
• Ausência de instância de articulação e participação indígena na promoção das ações intersetoriais e interinstitucionais para implementação da PNGATI.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

• Orçamento adequado para viabilizar ações de gestão ambiental
• Reativação do Comitê Gestor da PNGATI ou criação de instância equivalente.
• Firmar novos Acordos e Projetos de Cooperação a fim de alavancar ações nas terras e territórios indígenas
• Intensificar os diálogos de ações intersetoriais e interinstitucionais a exemplo de mudanças climáticas, gestão integrada e compartilhada de áreas protegidas, gestão integrada de recursos hídricos e formação em gestão territorial e ambiental de terras indígenas

INDICADOR ESTRATÉGICO	PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À PROTEÇÃO TERRITORIAL					
Meta Prevista para 2020	**Meta alcançada em 2020**	**Meta prevista para 2021**	**Meta alcançada em 2021**	**Meta prevista para 2022**	**Meta alcançada 2022**	**Meta prevista até 2023**
15%	15%	20%	24,60%	27%	24,86%	35%

A fim de mensurar o incremento no número de terras indígenas atendidas com ações ou projetos voltados à proteção territorial frente ao número total de terras existentes, a Funai emprega esforços no combate às invasões, ao desmatamento e à degradação ambiental. O combate aos ilícitos ambientais, coadunados com ações de prevenção, contribui para a manutenção dos benefícios ambientais, sociais e econômicos advindos dos serviços ambientais proporcionados por ecossistemas conservados.

No exercício de 2022, a política atingiu 92,07% da meta estabelecida para o período, e aproximadamente 185 terras indígenas foram atendidas com alguma ação de proteção territorial. Dentre as ações realizadas no exercício destaca-se o desenvolvimento do Projeto Estratégico *"Rede de Proteção Territorial e Ambiental de Terras Indígenas"*, com a utilização do Centro de Monitoramento Remoto - CMR, visando ao estabelecimento de uma rede de órgãos e instituições federais e estaduais com a utilização da infraestrutura do CMR de forma a gerar respostas mais rápidas e adequadas às ameaças contra os territórios indígenas localizados na Amazônia Legal.

Cumpre registrar que o indicador em questão é monitorado como resultado intermediário, no âmbito do Plano Plurianual - PPA 2020-2023, Programa 0617 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, contribuindo para o alcance da meta de *"Atender 100% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas"*, juntamente com os demais indicadores da Funai.

O atingimento parcial da meta se deu, principalmente, devido a escassez de pessoal para atuar em áreas inacessíveis das terras indígenas.

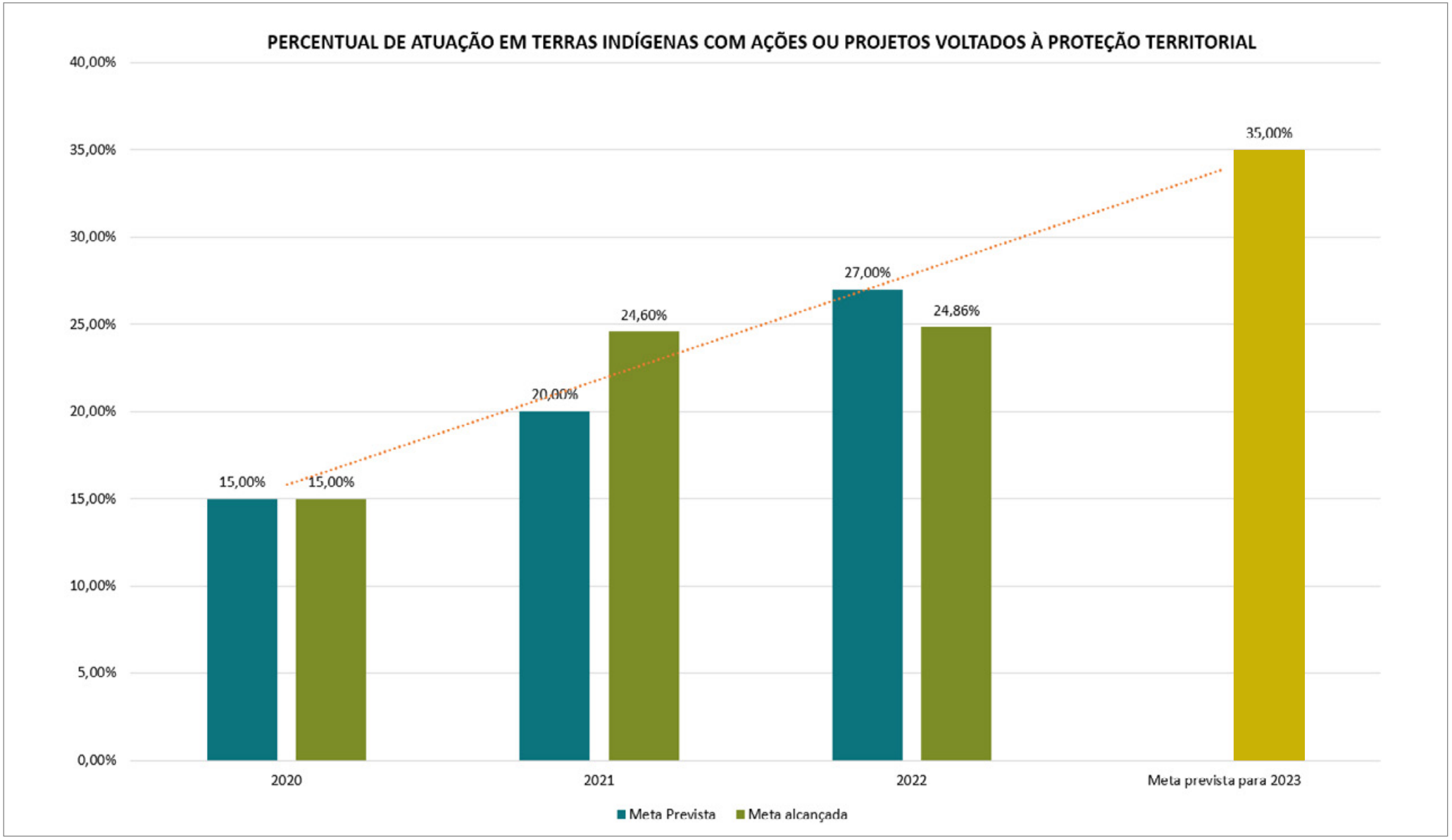
Visando o atingimento da meta no próximo ano, a Funai tem trabalhado no sentido de desenvolver ações voltadas para:

- a recomposição e redistribuição da sua força de trabalho;

- a regulamentação do poder de polícia no campo da proteção territorial;

- o estabelecimento de parcerias com outros órgãos para potencializar as ações de proteção territorial das áreas críticas; e

- o estabelecimento estratégia para funcionamento dom CMR no médio prazo.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À PROTEÇÃO TERRITORIAL

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Reformular formulários do SEI (Plano de Trabalho de Proteção Territorial, Relatório de Atividade Executada e Pareceres Técnicos), a fim de torná-los mais concisos e objetivos

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Implementar sistema informatizado a fim de tornar eficiente o monitoramento das ações de proteção territorial e ambiental de terras indígenas

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Equilibrar servidores e carga de trabalho
- Tornar eficiente o instrumento atualmente empregado para monitoramento da política, mediante coleta no SEI, tabulação, tratamento, análise e interpretação dos dados

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Regulamentar o Poder de Polícia da Funai (Lei nº 5.371/1967, art. 1º, VII), o que gera significativas limitações à atuação do órgão na proteção de terras indígenas

RISCOS

• Manter o funcionamento do Centro de Monitoramento Remoto (CMR/Funai), instrumento de acompanhamento satelital do desmatamento nas terras indígenas da Amazônia Legal, o qual fornece subsídios indispensáveis para a implementação da política.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

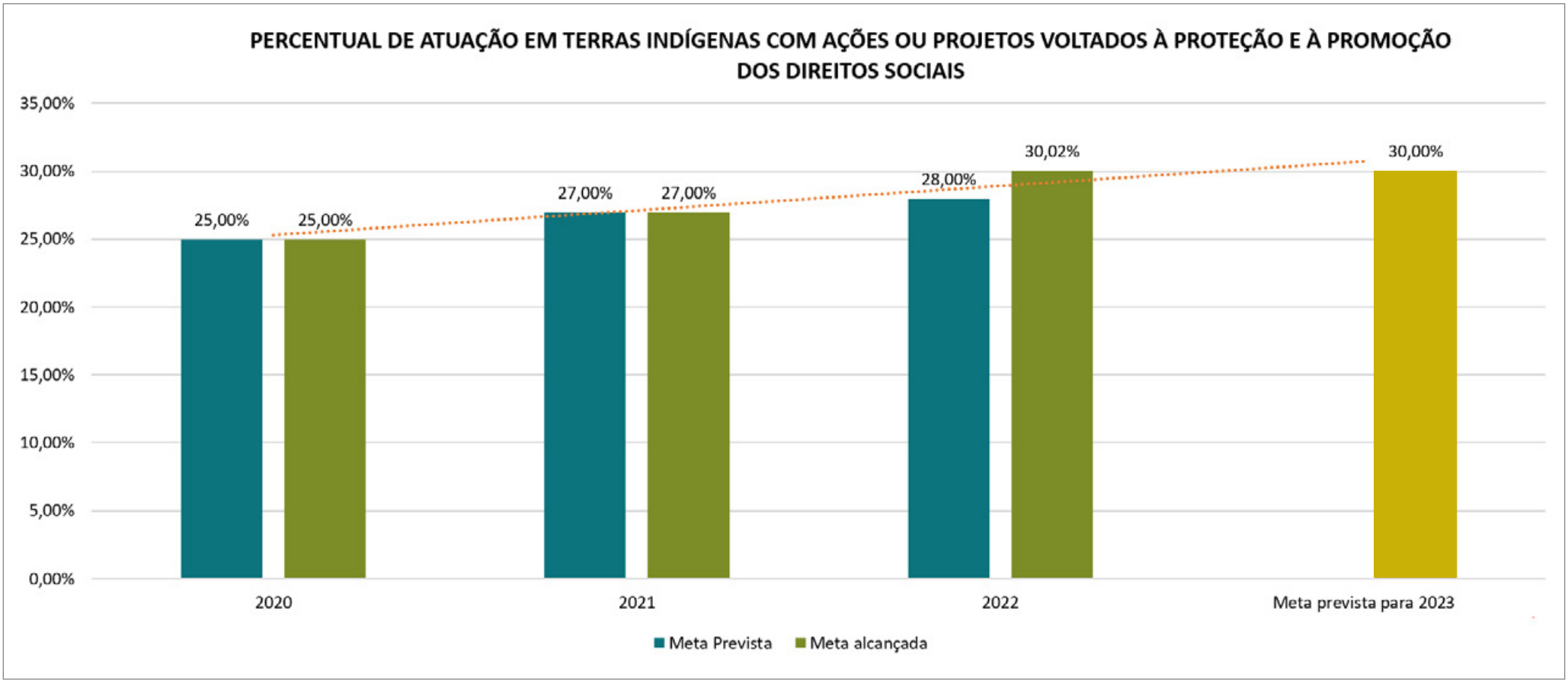
• Reduzir a capacidade de atuação da Funai nesta matéria em virtude do atual cenário de escassez de servidores para acompanhar as ações de proteção territorial e ambiental de todas as terras indígenas brasileiras - o equivalente a quase 14% do território nacional.

INDICADOR ESTRATÉGICO — **PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À PROTEÇÃO E À PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
25%	25%	27%	27%	28%	30,02%	30%

Por meio do indicador *"Percentual de atuação em terras indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos sociais"*, a Funai busca mensurar a expansão do número de terras indígenas atendidas com ações ou projetos voltados aos direitos sociais em relação ao total de terras indígenas. A Promoção e Proteção dos Direitos Sociais consiste na articulação e execução de projetos e ações com os órgãos dos três poderes e instituições do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, visando a qualificação do atendimento socioassistencial e previdenciário (como aposentadoria rural, salário maternidade e auxílio-doença) e a promoção da acessibilidade aos programas de transferência de renda, considerando as especificidades dos povos indígenas.

A Política de Promoção e Promoção e Proteção dos Direitos Sociais consiste na articulação e execução de projetos e ações com os órgãos dos três poderes e instituições do Sistema Único de Assistência Social, visando à qualificação do atendimento socioassistencial e previdenciário (como aposentadoria rural, salário maternidade e auxílio-doença) e a promoção da acessibilidade aos programas de transferência de renda, considerando as especificidades dos povos indígenas. Até o momento, a principal ação da política no período do Plano Plurianual 2020-2023 tem sido a distribuição de cestas de alimentos e kits de higiene, em atendimento a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)/709. No exercício de 2022 foram atendidas 203 terras indígenas com a distribuição de 177.195 cestas básicas no âmbito da Política de Promoção e Promoção e Proteção dos Direitos Sociais



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

É importante destacar que no exercício de 2021, foram atendidas 388 terras indígenas. Com esse incremento e excluindo as duplicidades de terras atendidas por outras políticas, observou-se um aumento de 25% em 2020 para 27% em 2021 em relação ao total de Terras alcançadas. Dentre as ações realizadas que colaboraram para o alcance da meta, destaca-se a distribuição de mais de 800 mil cestas de alimentos e de cerca de 31.000 *kits* de higiene e limpeza entregues a diferentes comunidades, a fim de reforçar a adoção de medidas preventivas de combate a pandemia do novo coronavírus.

Registra-se que o indicador em questão é monitorado como resultado intermediário, no âmbito do Plano Plurianual - PPA 2020-2023, Programa 0617 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, contribuindo para o alcance da meta de *"Atender 100% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas"*, juntamente com os demais indicadores da Funai.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À PROTEÇÃO E À PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Continuidade do cumprimento das decisões judiciais, em especial a distribuição de cestas de alimentos às comunidades indígenas
- Encaminhamentos de Instruções Normativas sobre saúde indígena, CEAR e RANI

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Implantação de novas ferramentas de acompanhamento e monitoramento das ações e atividades da política

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Flutuações de restrições do cenário da pandemia da Covid-19

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Melhoria na interlocuções interinstitucionais, em especial daquelas articuladas entre diferentes esferas do governo (municípios e estados)

RISCOS

• Dificuldade na interlocução interinstitucional, em especial com governos da esfera municipal e estadual, que implica em dificuldades na pactuação de assuntos referentes à assistência social aos povos indígenas.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

• Edição de instrução normativa junto à Secretaria Nacional de Assistência social – SNAS, quanto a construção de protocolos de atendimento entre Funai e demais agentes da rede SUAS.

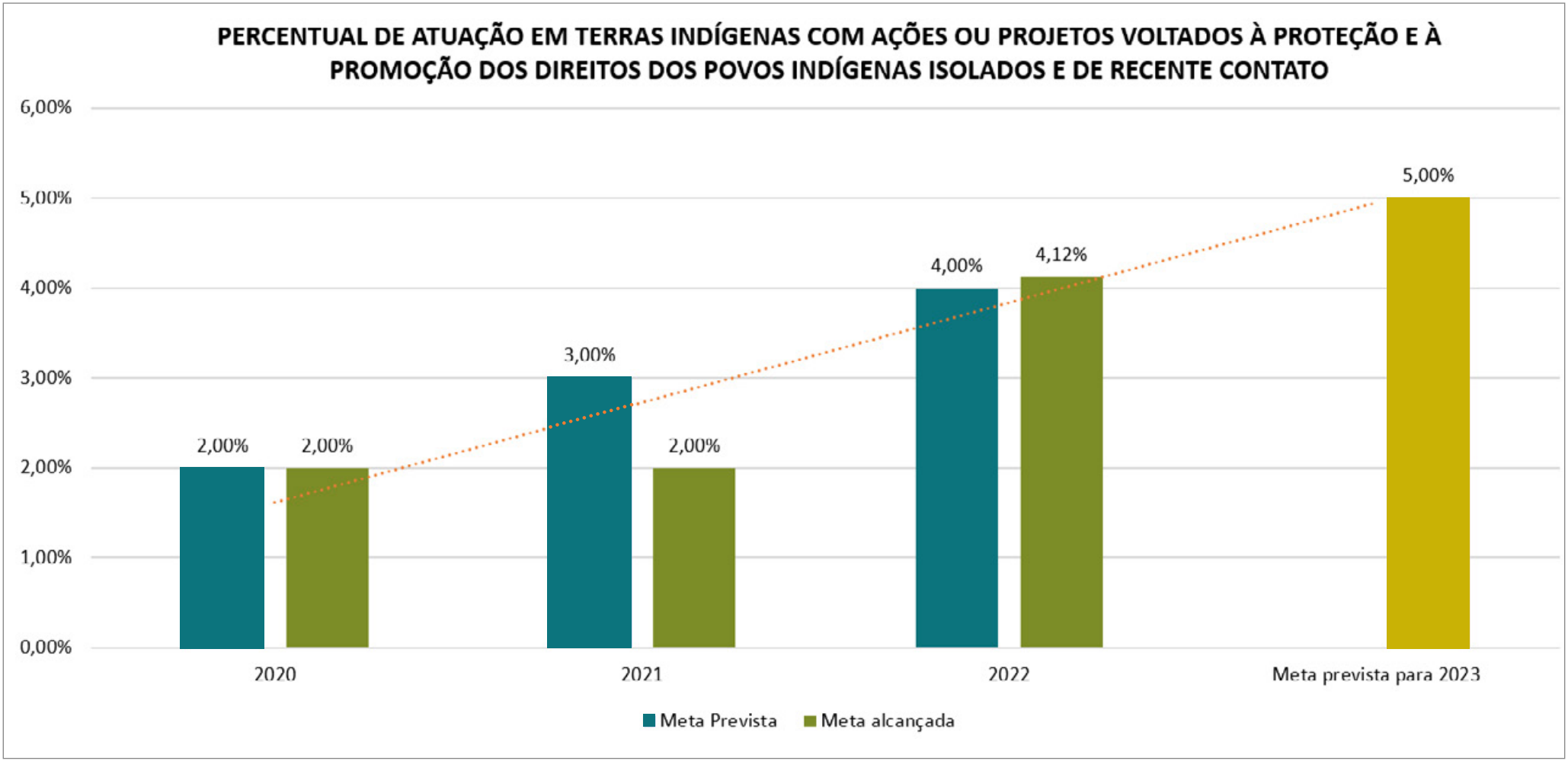
INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À PROTEÇÃO E À PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
2%	2%	3%	2%	4%	4%	5%

O indicador *"Percentual de atuação em terras indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato"* foi instituído com o intuito de monitorar a expansão do número de TIs atendidas com ações ou projetos voltados aos povos indígenas isolados e de recente contato em relação ao total de terras indígenas.

A política de Proteção e Promoção dos Direitos aos Índios Isolados e de Recente Contato tem como objetivo a proteção dos territórios ocupados por grupos indígenas isolados e de recente contato, por meio da elaboração de propostas de restrições de uso, regularização fundiária e realização de atividades contínuas de fiscalização, vigilância e monitoramento territorial. Busca, assim, promover e proteger os direitos destes povos, por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural e o respeito aos seus modos de vida tradicional, sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

A Política tem como objetivo a proteção dos territórios ocupados por grupos indígenas isolados e de recente contato, visando proteger seu modo de vida, por meio da elaboração de propostas de restrições de uso, regularização fundiária e realização de atividades contínuas de fiscalização e monitoramento territorial. Entre as ações realizadas ocorreram: proteção territorial; implementação de barreiras sanitárias; controle do ingresso em terra indígena com povos isolados; e expedição de campo com o objetivo de qualificar informação sobre presença de povo indígena isolado. No ano de 2022, a Funai alcançou a meta estabelecida para o período e o resultado acumulado da referida meta foi de 4%.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À PROTEÇÃO E À PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Incrementar a execução das ações/ atividades
- Instituir o Programa de Operações Especiais de Proteção Etnoambiental e Territorial – Proepet
- Elaborar Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Atualizar Portaria nº 1.483/2012 que trata das escalas das equipes de campo
- Solicitar Relatórios de Atividades Executadas não apresentados e orientações às Frentes de Proteção sobre a importância do referido instrumento

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Entregar os Relatórios de Atividades Executadas pela maioria das Frentes de Proteção Etnoambiental

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Continuar as ações de proteção dos territórios
- Garantir orçamento para a permanência das equipes em campo
- Implantar ferramentas de acompanhamento e monitoramento das ações e atividades da política

RISCOS

• Não cumprimento das decisões judiciais devido a insuficiência de orçamento.
• Ilícitos nas Terras Indígenas com presença de PIIRC.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

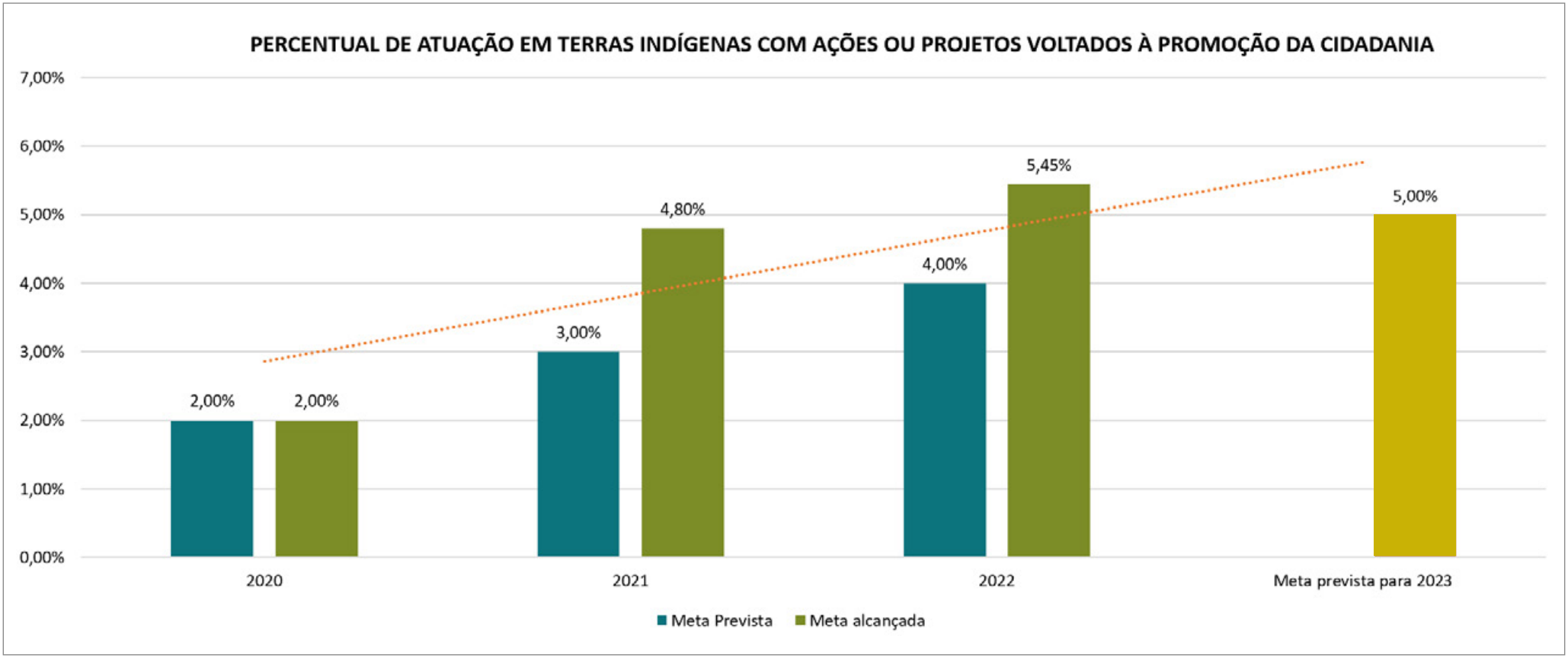
• Implementação de Programas para povos indígenas de recente contato por meio de Portarias: Akunstsú/Kanoé, Zo'é, Awa e Suruwahá.
• Proteção das TIs com presença de PIIRC.
• Continuidade dos GTs de demarcação administrativa e efetiva proteção da TI Piripkura (MT) e da TI Pirititi (RR), destinada ao usufruto de povo indígena isolado.
• Concurso público específico para as CFPEs que contemplem as ações junto aos PIIRC.
• Normatização e implementação do Poder de Polícia da Funai previsto na Lei n° 5.371/1967.
• Garantia de maior orçamento para as ações da CGIIRC das Coordenações das FPEs.

INDICADOR ESTRATÉGICO — **PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À PROMOÇÃO DA CIDADANIA**

Meta Prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta prevista para 2022	Meta alcançada 2022	Meta prevista até 2023
2%	2%	3%	4,8%	4%	5,45%	5%

A fim de mensurar o aumento no número de terras indígenas atendidas com ações ou projetos voltados à promoção da cidadania frente ao número total de terras existentes, a Fundação vem atuando por meio da política de Promoção da Cidadania, que visa apoiar, qualificar e acompanhar políticas, programas e ações referentes às dimensões de gênero e intergeracional, promovendo e protegendo os direitos das mulheres, da criança, da juventude e da velhice indígena, em especial a participação social e a governança. Além disso, visa ao acompanhamento e o subsídio técnico aos processos educativos comunitários tradicionais indígenas que valorizam seus conhecimentos, saberes e práticas tradicionais, assim como memórias, línguas, culturas e identidades dos diversos povos indígenas no Brasil.

Em 2022 a política atingiu 5,45% das terras indígenas, por meio de ações como: diagnóstico da educação escolar indígena; autorização para construção de escola; projeto de revitalização de línguas; festival de cinema e cultura indígena; acompanhamento de guarda; encontro de mulheres indígenas; formação de professores; entre outros. As regiões com maior atendimento foram Norte e Nordeste.



Fonte: Painel BI de Planejamento Estratégico MJSP

Cabe ressaltar que em 2020, essa política atendeu 47 terras indígenas. Já em 2021, o alcance do número de terras triplicou, atingindo 143 terras indígenas. As regiões com maior atendimento nesses períodos foram a região Norte e a região Nordeste.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE ATUAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES OU PROJETOS VOLTADOS À PROMOÇÃO DA CIDADANIA

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Continuar trabalhos e diálogos interinstitucionais para a qualificação do atendimento dos indígenas venezuelanos que se encontram no Brasil
- Ampliar as áreas de atuação da Funai, com o destaque para reuniões de mulheres realizadas na região nordeste

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Construir Matriz de Monitoramento única da política
- Elaborar roteiro com a finalidade de orientar a confecção de relatório antropológico em processos judiciais relacionadas à indígenas em situação de privação de liberdade

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Manter a concessão do auxílio financeiro aos indígenas
- Manter número suficiente de servidores
- Autorizar deslocamentos de execução das unidades descentralizadas

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Estabelecer procedimentos para a sistematização dos dados do Diagnóstico de Educação Escolar Indígena, especialmente os dados dissertativos

RISCOS

• Descontinuidade do apoio da Funai devido às dificuldades de execução das ações e projetos em razão do número insuficiente de servidores e restrições orçamentárias.
• Dificuldades administrativas por falta de contratos com fornecedores, dificuldades logísticas e operacionais nas CRs e CTLS que prejudicam a execução das atividades planejadas.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

• Fortalecer intercâmbios de saberes entre povos indígenas;
• Estabelecer fluxo processual junto à PFE-Funai, DPDS e;
• Promover ações que valorizem a participação de mulheres em suas comunidades e em espaços decisórios de políticas públicas.

CAPÍTULO 05

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



Ministério da Justiça e Segurança Pública

DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS

PREPARAÇÃO

Tomando por base os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o MJSP elaborou as Demonstrações Contábeis – DCONs Ademais, para a realização do presente trabalho, também foram utilizadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 9ª edição e o Manual SIAFI, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Ressalta-se que as DCONs são extraídas a partir das informa ções constantes no SIAFI, e têm como escopo as contas contábeis consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

De acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, as estruturas e a composição das DCONs abrangem:

BP	Balanço Patrimonial
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais;
BO	Balanço Orçamentário
BF	Balanço Financeiro
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
NEs	Notas Explicativas

Cumpre destacar que as informações prestadas pela Pasta, para fins de consolidação do Relatório de Gestão do exercício de 2022, foram elaboradas em observância à Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022 e à Portaria TCU nº 49, de 7 de abril de 2022, em seu Anexo I, no qual estão relacionadas as Unidades Prestadoras de Contas – UPCs.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

São apresentados, a seguir, os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real e os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Ademais, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Demonstram dinheiro em caixa na conta única, outros depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive de fundos e da fundações. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

AAbrangem os direitos a receber a curto prazo relacionados com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente com:

(i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores;
(ii) créditos por dano ao patrimônio;
(iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e
(iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada.

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte maneira:
(i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e
(ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

São avaliados e mensurados pelo valor original, entretanto não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Dessa forma, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo Cade, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6. da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

São denominados "*imobilizado*" os bens móveis e imóveis. Reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Depreciação de bens imóveis

O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014, apura as informações de depreciação dos bens imóveis.

Contabilmente, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - Reavaliados, aqueles sobre os quais:

• sejam aplicados, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

• ocorram alterações de área construída, independente do valor investido; e

• sejam comprovadas as ocorrências de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensalmente e automaticamente via sistema, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = \frac{(n^2 - x^2)}{n^2}$$

Onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Na depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Para bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

São traduzidos por bens incorpóreos, tais como *softwares*, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os *softwares*, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

São obrigações evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:
(i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 - Patrimonial: A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial. As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, permitido pelo PCASP.

2 - Orçamentário: O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3 - Financeiro: O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

SÉRGIO RODRIGUES
Contador do MJSP
CRC nº 021.289/O-9

Esta declaração refere-se à conformidade contábil das demonstrações contábeis e suas notas explicativas, do MJSP, encerradas em 31 de dezembro de 2022, pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI.

Informa-se que as Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, refletindo a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MJSP, de acordo com a Lei 4.320, de 1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, exceto no tocante ao assunto a seguir mencionado:

Bens Móveis

Durante o exercício de 2022, restou evidenciada a necessidade de evolução quanto à evidenciação patrimonial, em especial no tocante aos bens móveis. A gestão patrimonial desses bens ocorre majoritariamente, no MJSP, pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços - Siads exceto nos órgãos PF e PRF). Permanece o desafio entre a compatibilização dos saldos incorporados com a real posição dos bens registrados no siafi.

Destaca-se a existência de unidades que realizam aquisições voltadas a doações e distribuições (Segen), e unidades que recebem produtos da alienação de bens apreendidos ou perdidos, na forma da legislação vigente ou por meio de decisões judiciais (Funad, PF, PRF e Depen).

Analisando essas exceções em conjunto com o mobiliário usualmente utilizado pelas unidades em suas operações, constata-se que 35,63% (R$ 1.794.907 mil) do total do saldo de bens móveis foram inventariados, restando prejudicado o ateste e conformidade contábil dos demais saldos.

Complementa-se a falta de avaliação patrimonial desses bens.

Bens Imóveis

Em consulta ao Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União – Spiunet, verificou-se que 35,22% do quantitativo de bens imóveis (534), estão com os prazos dos laudos das avaliações fora da validade, o que corresponde ao valor de R$ 1.311.230 mil pendentes de reavaliação.

Tendo em vista o quantitativo relevante de bens, não é possível mensurar a extensão do impacto dessa defasagem nas demonstrações contábeis, podendo afetar a fidedignidade da representação monetária desses bens no Balanço Patrimonial.

Brasília-DF, 31 de março de 2023.

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade - CGContab

A CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atuou alinhada ao órgão central do Sistema, a STN do ME, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP. Visando aprimorar a apresentação das DCONs, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevante; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumpre esclarecer que, a composição do órgão MJSP no Siafi não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista no Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.131, de 12 de julho de 2022.
Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código específico no SIAFI, conforme quadro a seguir:

COMPOSIÇÃO NO SIAFI DO MJSP			
Órgão Superior MJSP 30000	MJSP 30000	SE	Secretaria Executiva Secretaria Nacional do Consumidor Secretaria Nacional de Segurança Pública** Departamento Penitenciário Nacional* Arquivo Nacional
	30108	PF	Polícia Federal*
	30802	PRF	Polícia Rodoviária Federal
	30905	FDD	Fundo de Defesa de Direitos Difusos
	30911	FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
	30907	Funpen	Fundo Penitenciário Nacional*
	30912	Funad	Fundo Nacional Antidrogas
	30202	Funai	Fundação Nacional do Índio*
	30211	Cade	Conselho Administrativo de Defesa Econômica*

*Unidades organizacionais vinculadas ao MJSP que possuem seccional de contabilidade ou contador responsável.
**A estrutura da Senasp nos sistemas estruturantes, incluindo-se o Siafi, é operacionalizada pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – Segen.

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCONs do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de Conformidade Contábil.

Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no Siafi, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual Siafi.

Por meio da Conformidade Contábil, o Ministério elabora mensalmente relatórios de conformidade, com o fito de minimizar riscos e manter o controle e a supervisão das informações contábeis de suas unidades gestoras.

Nos relatórios de conformidade, são registradas as inconsistências e os erros detectados na informação contábil da unidade. Também são descritos os grupos de contas analisados, indicando se estão em conformidade com a legislação vigente, evidenciando erros, distorções e alertas.

No exercício de 2022, foram emitidos 588 relatórios, referentes a 49 Unidades Gestoras Executoras – UGs no Siafi, subordinadas diretamente a esta setorial.

Atendimento e Apoio Técnico às Unidades Gestoras

Durante todo o exercício financeiro, ocorreram, em caráter permanente, atendimento e apoio técnico às Unidades Gestoras - UGs de despesa que integravam o MJSP, resultando pronta resposta das demandas de natureza contábil ocorridas no ano.

Esse suporte é viabilizado principalmente por: contato telefônico; mensagens via sistema Siafi; *e-mail*; e processo SEI.

A Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB acompanhou 55 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 20 do MJSP. Também foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do Depen, com 13 unidades;
- da Funai, com 46 unidades;
- da Renda do Patrimônio Indígena, com 72 unidades; e
- do Cade, com 1 unidade.

No exercício de 2022, foram encaminhadas 791 mensagens pelo Siafi, contendo alertas e orientações às UGs.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as Notas Explicativas – NEs às DCONs do MJSP.

As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SiafiWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

Quatro Notas Explicativas foram elaboradas em 2022, sendo a primeira referente ao exercício encerrado de 2021 e as demais, relativas ao primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2022.

As informações detalhadas das demonstrações contábeis e notas explicativas podem ser acessadas também por meio do link: https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias.

Habilitação de usuários nos Sistemas Estruturantes

No âmbito do Ministério, a Coordenação-Geral de Contabilidade, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria-Executiva, é unidade responsável por realizar o atendimento envolvendo concessão de acesso aos sistemas estruturantes:

a) CIPI - Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal;

b) SIADS - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Operacional e *Web*);

c) SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (HomologaE, Operacional, *Web*, Tesouro Gerencial);

d) SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Subsistemas: Compras.gov, Contrato, ETPdigital, Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, Cartão de Pagamento do Governo Federal - SPGF);

e) SISBACEN - Sistema de Informações Banco Central (banco de dados do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin),

f) SENHA-REDE – que é o sistema de segurança, responsável pelo acesso e navegação dos diversos sistemas do Governo Federal (Hod, Doações);

g) Plataforma Mais Brasil - ferramenta integrada e centralizada, com dados aberto (Módulos: Transferências Discricionárias e Legais - TDL, Transferências Especiais - TE, Termo de Execução Descentralizada - TED e Transferências Fundo a Fundo - TFF); e

h) INSCREVE FÁCIL/PGFN - Inscrição em dívida ativa da União.

Informa-se que no ano de 2022, foram realizados 10.012 atendimentos referentes a habilitações de usuários e cadastradores de unidade nos sistemas estruturantes. O recebimento e resposta às demandas se dão prioritariamente via sistema processos no sistema SEI, sendo apenas esses contabilizados. É realizado ainda o atendimento às demandas de órgãos que possuem cadastradores parciais e locais, quais sejam: Cade, Funai, AN, PF e PRF.

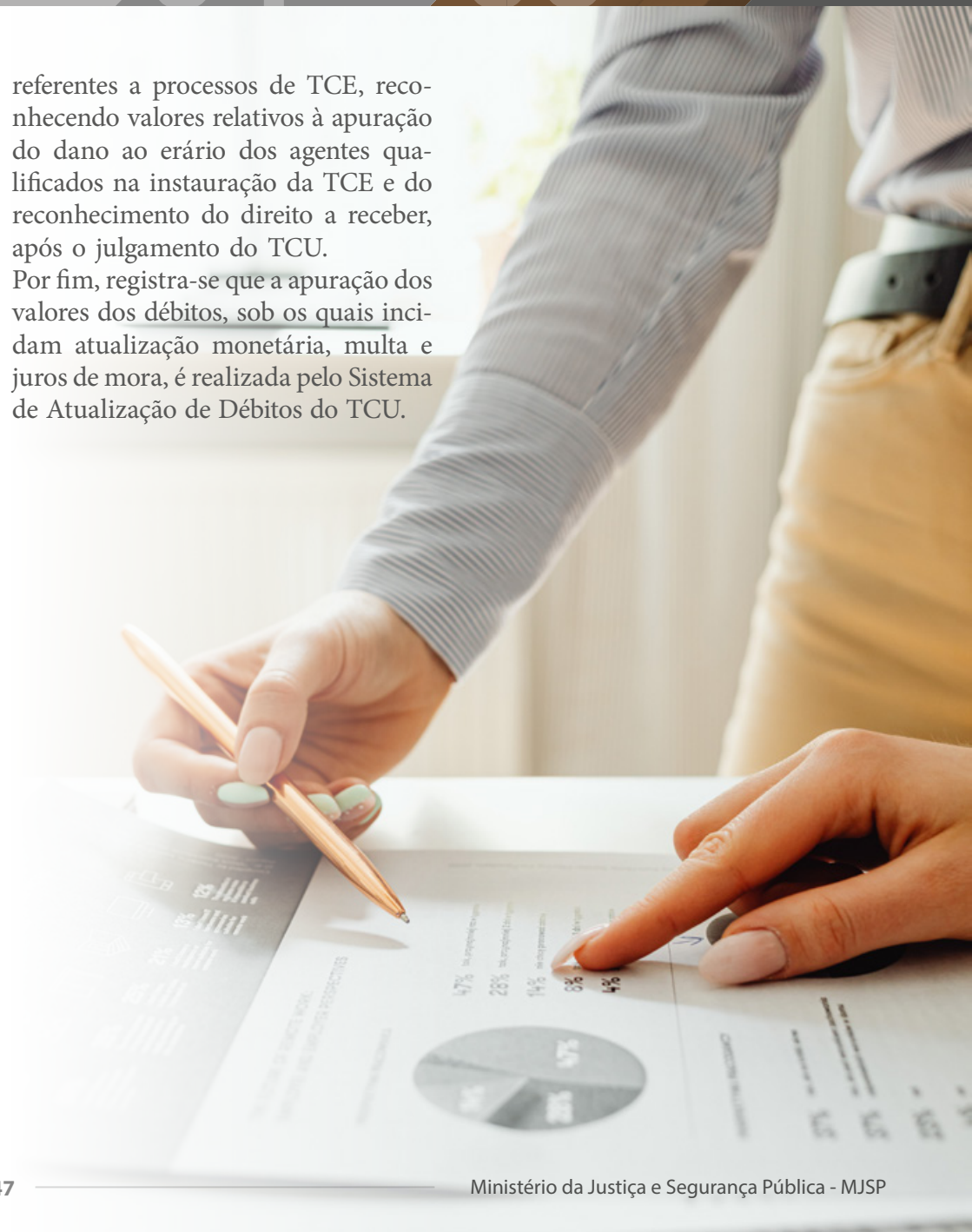
O recebimento e resposta às demandas se dão prioritariamente via sistema processos no sistema SEI, sendo apenas esses contabilizados. É realizado ainda o atendimento às demandas de órgãos que possuem cadastradores parciais e locais, quais sejam: Cade, Funai, AN, PF e PRF.

Tomada de Contas Especial

Ressalta-se que no âmbito do MJSP, a CGCONTAB atua nos processos de Tomada de Contas Especiais – TCE, por meio dos registros dos responsáveis pelos débitos apurados, verificando o cálculo dos valores e realizando a baixa contábil pelo recebimento ou cancelamento da dívida.

Cabe observar que no ano de 2022 foram realizados 32 registros contábeis referentes a processos de TCE, reconhecendo valores relativos à apuração do dano ao erário dos agentes qualificados na instauração da TCE e do reconhecimento do direito a receber, após o julgamento do TCU.

Por fim, registra-se que a apuração dos valores dos débitos, sob os quais incidam atualização monetária, multa e juros de mora, é realizada pelo Sistema de Atualização de Débitos do TCU.



FALE CONOSCO

55 61 2025-3000

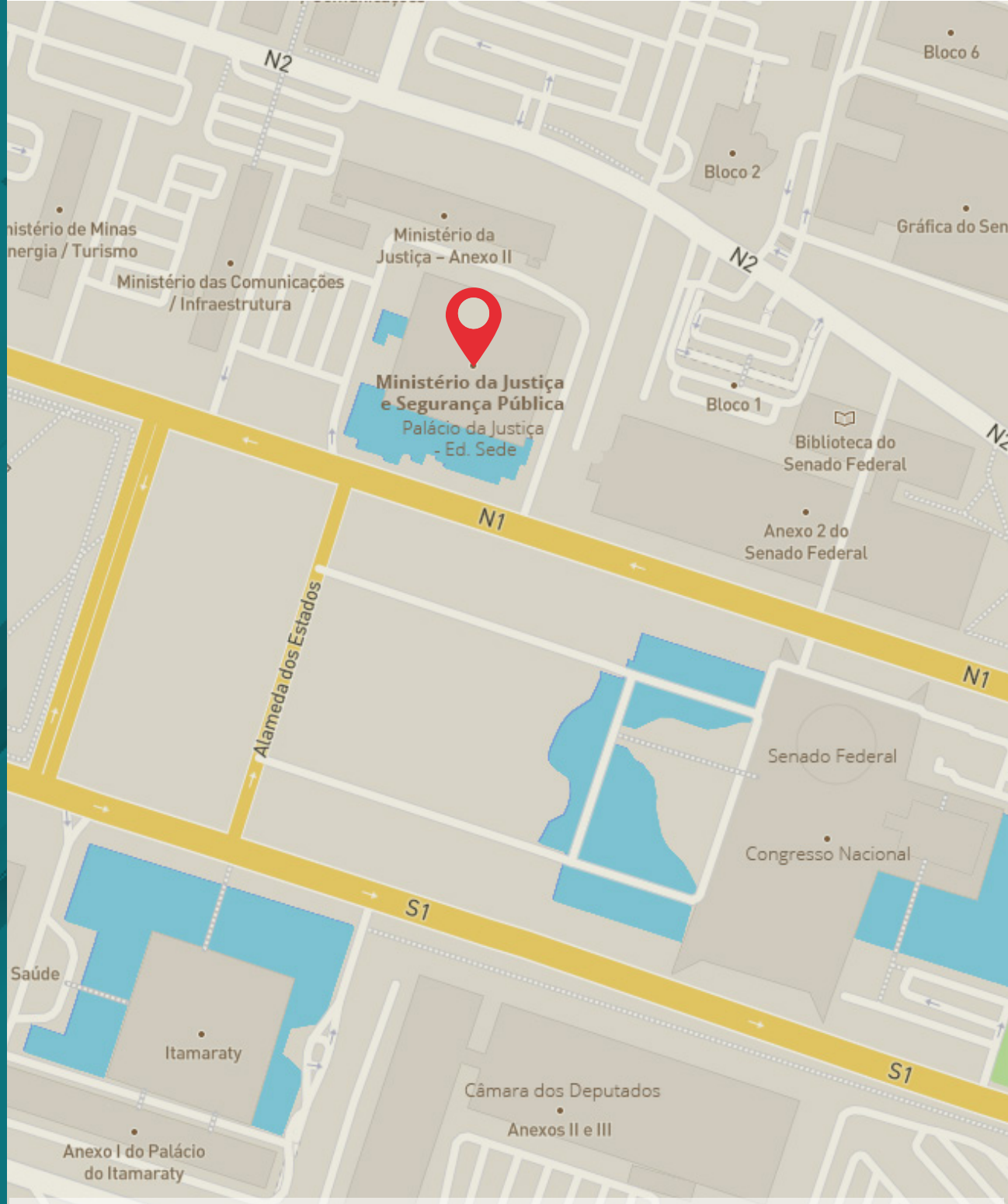
spo@mj.gov.br

www.gov.br/mj

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministérios, Bloco T
Palácio da Justiça, Ed. Sede
CEP 70064-900 | Brasília-DF

@justicagovbr



fonte: https://br.maps.me/maps/country-brasil/city-brasilia-34567423/